




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

| NÚMERO DO PROCESSO | REFERÊNCIAS | DATA |
|--|-------------|-------------|
| TRIBUNAL DE CONTAS RS  000924-0200/10-5 | | 21 JAN 2010 |

Processo: 000924-0200/10-5 Abertura: 21/01/10
Tipo: PROCESSO DE CONTAS - EXECUTIVO
Exercício: 01/01/10 a 31/12/10
Órgão: PM DE CAMPO BOM - 43900

SICH/SIM II/SPA-II

| | DISTRIBUIÇÃO | |
|---------|--------------|-------------|
| AUDITOR | PROCURADOR | CONSELHEIRO |
| | | |

SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL

ORDEM DE AUDITORIA ORDINÁRIA No. 2543/2010 - TRADICIONAL - A

SERVIÇO DE AUDITORIA DE PORTO ALEGRE - II - SPA-II

Plano Operativo: 2010/1

Órgão: 43900 - PM DE CAMPO BOM

Período de AUDITORIA : de 29 de julho a 05 de agosto de 2010 (6 dias úteis)

Exercício examinado: 2010

O Supervisor de Auditoria Municipal, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao Plano Operativo elaborado para o desempenho das funções de auditoria deste Tribunal, baixa a presente **ORDEM DE AUDITORIA**, com vista aos objetivos que seguem:

- 1 - ANÁLISE DE CONFORMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
- 2 - SOLICITAÇÕES E INFORMAÇÕES

Para a análise de gestão referente ao presente Órgão, a Equipe de Auditoria também está verificando informações, relativas ao exercício financeiro de 2010, constantes nos sistemas informatizados aos quais este Tribunal tem acesso.

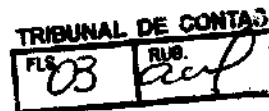
SAM/Gab., em 19 de julho de 2010.



MARIA LUIZA REGINATO,
Supervisor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Of. DCF Gab. nº. 3920

Porto Alegre, 19 de julho de 2010.

Senhor Prefeito:

Tenho a satisfação de cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, comunico-lhe que, de acordo com a programação de trabalho aprovada para o presente exercício, esta Corte de Contas realizará AUDITORIA ORDINÁRIA nesse Poder.

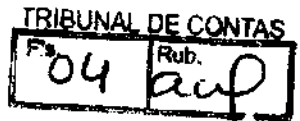
Assim, solicito suas providências no sentido de assegurar à representação deste Tribunal todos os meios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, compreendendo, especialmente, o amplo acesso às instalações desse Poder e o fornecimento de documentos e informações solicitadas pela Equipe de Auditoria, condições indispensáveis ao pleno exercício de nossas atribuições, definidas pela Constituição Federal.

Agradeço a atenção que dispensar aos termos do presente ofício e a colaboração que for prestada à representação desta Corte.

Atenciosamente,

*Claudio Roberto Enckmann das Chagas,
Diretor de Controle e Fiscalização, em Substituição.*

*Excelentíssimo Senhor
Faisal Mothci Karam,
DD. Prefeito
PM de Campo Bom
Av. Independência, 800
93700000 - CAMPO BOM - RS*



... Imprimir ...



Câmara Municipal de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 2.233, DE 20/12/2001

Institui o Sistema de Controle Interno no Município e dá outras providências.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Campo Bom, o Sistema de Controle Interno, com o objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Parágrafo único. O Sistema de Controle Interno ficará integrado na estrutura do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º São atribuições do Sistema de Controle Interno:

- I - Avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual;
- II - Verificar o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III - Verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
- IV - Verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao respectivo limite;
- V - Verificar as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- VI - Controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
- VII - Verificar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal;
- VIII - Controlar a execução orçamentária;
- IX - Avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa públicas;
- X - Verificar a correta aplicação das transferências voluntárias;
- XI - Controlar a destinação de recursos para os setores público e privado;
- XII - Avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município;
- XIII - Verificar a escrituração das contas públicas;
- XIV - Acompanhar a gestão patrimonial;
- XV - Apreçar o relatório de gestão fiscal, assinando-o;
- XVI - Avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e aplicação dos recursos orçamentários;
- XVII - Apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar as soluções;
- XVIII - Verificar a implementação das soluções indicadas;
- XIX - Criar condições para a atuação do controle externo;
- XX - Orientar e expedir atos normativos para os Órgãos Setoriais;
- XXI - Elaborar seu regimento interno, a ser baixado por Decreto do Executivo;
- XXII - Desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições.

Art. 3º O Sistema de Controle Interno será integrado por:

- I - Órgão de coordenação central, denominado Central do Sistema de Controle Interno, responsável pelo desempenho das atribuições elencadas no artigo anterior;
- II - Órgãos integrados, denominados Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno, responsáveis, em suas unidades específicas, pelo desempenho das atribuições pertinentes ao controle interno, e posterior remessa, para a Central do Sistema de Controle Interno, da documentação atinente a essa tarefa.

Art. 4º A Central do Sistema de Controle Interno será integrada por servidores do Município, sendo:

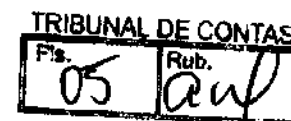
- I - 01 (um) contador ou técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- II - 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de nível médio ou superior, com experiência comprovada em Administração Pública Municipal.

§ 1º Os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno serão escolhidos pelo Prefeito dentre servidores, detentores de cargo de provimento efetivo e estáveis.

§ 2º Não poderão ser escolhidos para integrar a Central do Sistema de Controle Interno servidores que tenham sido declarados, administrativa ou judicialmente, em qualquer esfera, de forma definitiva, responsáveis pela prática de atos irregulares e/ou lesivos ao Patrimônio Público.

§ 3º Os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno farão jus ao recebimento de um jeton no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), independentemente do número de reuniões mensais a serem realizadas, desde que presente a todas as reuniões ocorridas no período.

Art. 5º A Central do Sistema de Controle Interno será assessorada permanentemente pela Consultoria Jurídica do Município.



Art. 6º As orientações da Central do Sistema de Controle Interno serão formalizadas através de Recomendações, as quais, uma vez aprovadas pelo Prefeito Municipal, possuirão caráter normativo.

Art. 7º Os Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno são os seguintes:

- I - Secretaria de Administração;
- II - Secretaria de Finanças;
- III - Secretaria de Saúde;
- IV - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

§ 1º Cada Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno será representado por um servidor, detentor de cargo de provimento efetivo e estável.

§ 2º O servidor responsável pelo Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno deverá, sempre que convocado, comparecer junto à Central do Sistema de Controle Interno para prestar esclarecimentos sobre suas tarefas e as de sua unidade específica.

§ 3º A autoridade máxima de cada um dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno escolherá o servidor responsável pela unidade.

§ 4º Os integrantes dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno farão jus ao recebimento de um jeton no valor de R\$ 268,00 (duzentos e sessenta e oito reais), independentemente do número de reuniões mensais a serem realizadas, desde que presente a todas as reuniões ocorridas no período.

Art. 8º São obrigações dos servidores integrantes do Sistema de Controle Interno:

- I - Manter, no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;
- II - Representar, por escrito, ao Prefeito, contra o servidor que tenha praticado atos irregulares ou ilícitos;
- III - Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de pareceres e representações ao Prefeito ou para a expedição de recomendações.

Art. 9º Os responsáveis pelo Sistema de Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão conhecimento ao Prefeito Municipal ou, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidade perante os órgãos e servidores responsáveis pelo Sistema de Controle Interno.

Art. 11. A Central do Sistema de Controle Interno reunir-se-á, no mínimo, 01 (uma) vez por mês, com os servidores responsáveis pelos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno.

Art. 12. Na Segunda quinzena do mês dezembro de cada ano, a Central do Sistema de Controle Interno fará relatório circunstanciado de suas atividades, propondo as medidas necessárias ao aperfeiçoamento das atividades controladas.

Art. 13. O Sistema de Controle Interno constitui atividade administrativa permanente e a participação de servidor público em quaisquer atos necessários ao seu funcionamento é considerada como relevante serviço público obrigatório.

Art. 14. Não existirá qualquer tipo de subordinação hierárquica entre os órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no que couber.

Art. 16. O Controle Interno do poder Legislativo Municipal realizar-se-á na forma desta Lei, através da Central do Sistema de Controle Interno do Município, constituindo-se, para tal fim, em um Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno.

§ 1º Para os fins do caput, a Câmara Municipal de Vereadores far-se-á representar por um servidor detentor de cargo de provimento efetivo, já estabilizado no serviço público.

§ 2º Ao servidor integrante do Poder Legislativo, designado para representá-lo na forma do parágrafo anterior, aplicar-se-á, integralmente, o disposto nesta Lei, ressalvado o que refere ao respectivo artigo 9º, já que ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverá dar conhecimento da mesma ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, ou, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom 20 de dezembro de 2001.

Giovani Batista Feltes
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se



TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 06 Rub. auf



Município de Campo Bom
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

P O R T A R I A Nº 17.902/2002, de 30 de abril de 2002.

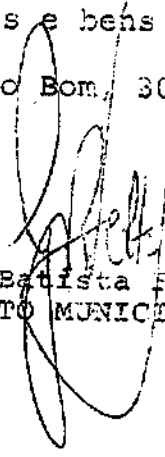
**NOMEIA INTEGRANTE DA CENTRAL DO
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de
suas atribuições legais,

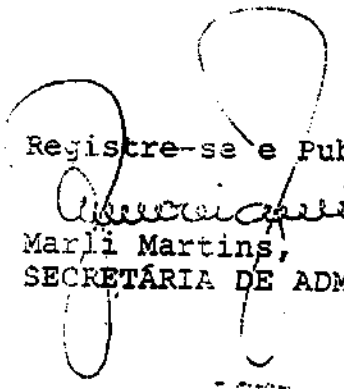
R E S O L V E:

nomear TELMO CORREA SOBRINEO, matrícula nº 90053-3, titular do cargo de Agente Administrativo III, a contar de 1º de maio de 2002, integrante da CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, com as atribuições, prerrogativas e obrigações estabelecidas na Lei Municipal nº 2.233/2001, de 20 de dezembro de 2001, para os fins específicos de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, no tocante a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração de recursos e bens públicos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 30 de abril de 2002.


Giovanni Batista Faltos,
PREFEITO MUNICIPAL.

Registre-se e Publique-se


Marli Martins,
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.



TRIBUNAL DE CONTAS

Fs. 07 Rub. 01



Município de Campo Bom
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

P O R T A R I A - Nº 17.903/2002, de 30 de abril de 2002.

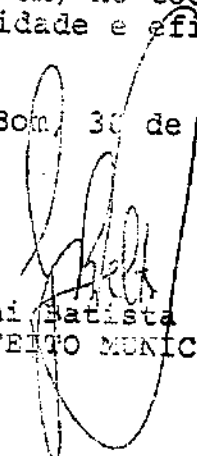
NOMEIA INTEGRANTE DA CENTRAL DO
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas
atribuições legais,

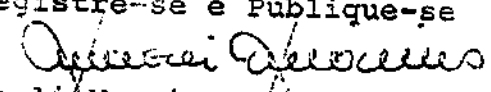
R E S O L V E:

nomear **ILONE MARIA ZIMMERMANN**, matrícula nº 2707-3,
titular do cargo de Contadora, a contar de 1º de maio de 2002, in-
tegrante da CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, com as atri-
buições, prerrogativas e obrigações estabelecidas na Lei Municipa-
l nº 2.233/2001, de 20 de dezembro de 2001, para os fins especí-
ficos de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentá-
ria e patrimonial do MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, no tocante a legali-
dade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na ad-
ministração de recursos e bens públicos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 30 de abril de 2002


Giovanni Batista Feltres,
PREFEITO MUNICIPAL.

Registre-se e Publique-se


Marli Martins,
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fs. 08 | Rub. al |



PORTARIA Nº 27.292/2009, de 10 de junho de 2009.

DESIGNA MEMBRO DA CENTRAL DO
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

**FAISAL MOTHCI KARAM, PREFEITO MUNICIPAL
DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais,**

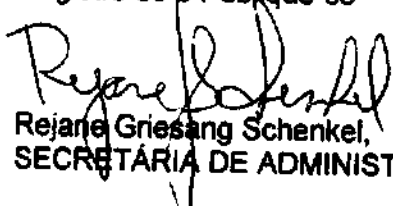
RESOLVE:

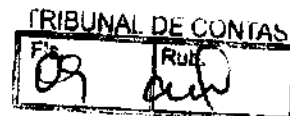
I – Designar o servidor público municipal **JERRI LUIS DE MORAES**, titular do cargo de Auxiliar de Tesoureiro, matrícula nº 4972, membro da Central do Sistema de Controle Interno, a partir de 1º de junho de 2009, com as atribuições, prerrogativas e obrigações estabelecidas na Lei Municipal nº 2.233/2001, de 20.12.2001 e suas alterações subsequentes, para os fins específicos de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município de Campo Bom, no tocante a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração de recursos e bens públicos.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a 1º de junho de 2009.
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 10 de junho de 2009.


Faisal Mothci Karam,
PREFEITO MUNICIPAL.

Registre-se e Publique-se


Rejane Griesang Schenkel,
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
Secretaria de Finanças**

CAMPO BOM, 30 de julho de 2010.

Prezado Senhor :

Em resposta a sua solicitação de informações sobre o cargo em que atuam os servidores integrantes do Sistema de Controle Interno deste Município, bem como as atividades exercidas pelos mesmos.

Informamos que os três integrantes são servidores efetivos e relacionamos abaixo as portarias de nomeação dos mesmos:

| Portaria nº | Servidor | Cargo |
|----------------------|------------------------|-----------------------------------|
| 28.988/10-16-06-2010 | Ilone Maria Zimmermann | Assessora Superior Contábil |
| 26.223/09-05-01-2009 | Telmo Corrêa Sobrinho | Assessor Superior de Planejamento |
| 11.898/98-06-05-1998 | Jerri Luis de Moraes | Auxiliar de Tesoureiro |

Segue em anexo as portarias, bem como o detalhamento das atribuições dos cargos, conforme consta na lei de cargos e salários deste município.

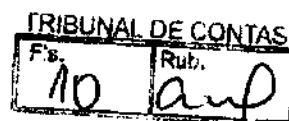
Segue em anexo cópia do contrato com a empresa Gestão Ltda, que presta serviços de Consultoria Técnica e Administrativa à Comissão de Controle Interno.

Atenciosamente.


Ilone Maria Zimmermann
C-CRC-RGS nº 053231/0-9
CPF nº 508.391.040/20
Contadora



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil



PORTARIA Nº 28.988/2010, de 16 de junho de 2010.

DESIGNA ASSESSORA SUPERIOR CONTÁBIL.

FAISAL MOTHCI KARAM, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

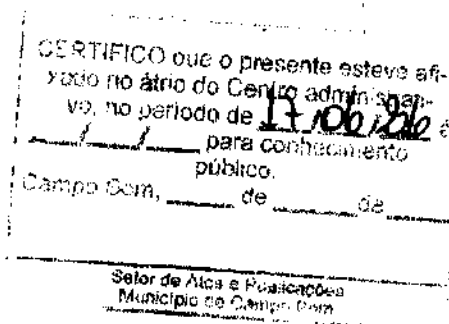
Designar a contadora ILONE MARIA ZIMMERMANN, matrícula nº 2707, com DCA, no Cargo de Assessora Superior Contábil, lotada na Secretaria de Finanças, a partir de 17 de junho de 2010.

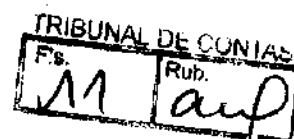
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 16 de junho de 2010.

FAISAL MOTHCI KARAM,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se


REJANE GRIESANG SCHENKEL,
Secretária de Administração.





Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

PORTARIA N° 26.223/2009, de 05 de janeiro de 2009.

MANTÉM ASSESSOR SUPERIOR
DE PLANEJAMENTO.


FAISAL MOTHCI KARAM, Prefeito Municipal de Campo Bom, no
uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:


I – Manter o Assistente Administrativo, **TELMO CORREA SOBRINHO**, matrícula nº: 90.058, com função de DCA, no cargo de Assessor Superior de Planejamento, a partir de 01 janeiro de 2009.


II – Retroagir os efeitos desta portaria a 01 de janeiro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 05 de janeiro de 2009.


Faisal Mithci Karam,
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.


Rejane Griesang Schenkel,
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.





TRIBUNAL DE CONTAS

Fs. 12 Rub. auf

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PORTARIA Nº 11.898/98 de 06 de maio de 1998

NOMEIA TITULAR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE TESOUREIRO,
LOTADO NA SECRETARIA DE FINANCAS

NELSON SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação de JERRI LUIS DE MORAES, portador da Carteira de Identidade de nº 8041426671, expedida por SSP/RS, no Concurso Público realizado conforme Edital de Abertura de nº 03/97, de 15/12/97, no qual obteve a 0019 classificação,

RESOLVE:

nomeá-lo para o cargo de AUXILIAR DE TESOUREIRO, integrante do Quadro Funcional Efetivo da Municipalidade, Referência Inicial, a partir de 22 de abril de 1998, nos termos da Lei Municipal nº 1.193/90, de 09 de fevereiro de 1990, e suas alterações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 06 de maio de 1998.


Nelson Schneider,
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se


Rejane Maria Wilbert Fleck,
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

ilone@campobom.rs.gov.br

De: "Cristiane_RH" <cristiane@campobom.rs.gov.br>
Para: <ilone@campobom.rs.gov.br>
Enviada em: sexta-feira, 30 de julho de 2010 15:58

CARGO: ASSESSOR SUPERIOR CONTÁBIL

ATIVIDADES: Assessorar o Executivo Municipal no que refere a contabilidade pública; implantar programas tendentes a melhor instruir o Setor Contábil do Município, objetivando mais adequada elaboração dos Planos Plurianuais e da Lei Orçamentária Anual; sugerir medidas para maior transparência na execução orçamentária, para melhor contenção de despesas com pessoal, e para melhor gestão patrimonial; estabelecer métodos de mais fácil fiscalização da gestão fiscal, e mais detalhada prestação de contas do Executivo Municipal; instituir sistemas de freio às despesas nos últimos quadrimestres dos mandatos dos gestores municipais, evitando lançamentos em restos a pagar; apresentar projetos tendentes ao mais hábil controle da dívida e do endividamento, e dos repasses de outras esferas de governo, e projetos tendentes a agilização dos procedimentos financeiros e contábeis do Município; demais tarefas afins.

PROVIMENTO: CC/DCA

REGIME DE TRABALHO: INTEGRAL

CARGO: ASSESSOR SUPERIOR DE PLANEJAMENTO

ATIVIDADES: Coordenar os projetos de desenvolvimento global do Município; assessorar na implantação de projetos técnicos de expansão urbana e incremento do crescimento econômico e social; criar diferenciais competitivos, atraindo novos investimentos para que a geração de emprego e renda possa auxiliar na melhoria de vida da população em geral; apoiar empreendimentos empresariais, associativos, individuais, comunitários, urbanos e rurais, promovendo uma nova dinâmica de integração sócio-econômica; coordenar o desenvolvimento urbanístico do Município; proceder a estudos objetivando a proteção do meio ambiente e a melhoria das condições de habitabilidade da população; elaborar projetos tendentes a arregimentação de recursos de outras esferas de governo, e recursos externos, objetivando o desenvolvimento da comunidade como um todo; assessorar na elaboração de orçamentos visando a implantação de novos empreendimentos objetivando melhorar as condições de vida comunitária; atividades afins.

PROVIMENTO: CC/DCA

REGIME DE TRABALHO: INTEGRAL

CARGO: ASSESSOR DE CONTROLE EXTERNO

ATIVIDADES: Controlar, apresentando relatórios, o desenvolvimento das atividades públicas municipais externas; desenvolver projetos tendentes a melhorar a atuação dos servidores que labutam em atividades externas; coletar dados junto ao público em geral referentemente a prestação dos serviços públicos; desenvolver programas com o escopo de incrementar a melhoria do atendimento público à comunidade; estabelecer projetos objetivando o desenvolvimento de novas atividades que possam ser desempenhadas pela Administração Municipal, em prol da melhoria das condições de vida dos municípios; atividades afins.

PROVIMENTO: CC/DCA

REGIME DE TRABALHO: INTEGRAL

30/07/2010

LEI MUNICIPAL 2.412/2003

CARGO: AUXILIAR DE TESOUREIRO

NÍVEL: Médio

FAIXA: IX

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO:

Auxiliar o Tesoureiro em todas as suas atividades.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

REQUISITOS: Escolaridade mínima: Ensino Médio Completo.

REGIME DE TRABALHO: Período de 30 horas semanais.

CARGO: TESOUREIRO

NÍVEL: Médio

FAIXA: X

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO:

Controlar os fundos em moeda corrente registrando a entrada e saída de dinheiro, orientando tecnicamente recebimentos e pagamentos assim como administrar atividades relativas a sua área de atuação para assegurar a regularidade da movimentação monetária.

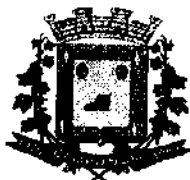
DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO:

Responder pela abertura e fechamento do caixa adotando providências necessárias para permitir o fechamento das atividades; receber e pagar em moeda corrente; entregar e receber valores; movimentar fundos; efetuar nos prazos legais os recolhimentos devidos; conferir e rubricar livros; receber e recolher importâncias nos bancos; movimentar depósitos; informar e dar pareceres; encaminhar processos relativos à competência da tesouraria; endossar cheques e assinar conhecimentos e outros documentos relativos ao movimento de valores; preencher, assinar e conferir cheques bancários; efetuar pagamento do Quadro de Pessoal; fornecer o suprimento para pagamentos externos; confeccionar mapas ou boletins de caixa; integrar grupos operacionais e executar outras tarefas semelhantes; controlar aplicações do fundo de aposentadoria do quadro funcional; responder pelo processamento do fluxo de caixa da instituição relacionando pagamentos e recebimentos para gerar informações necessárias ao planejamento financeiro; executar o controle físico e a guarda de talões de cheques e demais documentos financeiros providenciando medidas de segurança necessárias para garantir sua correta distribuição; providenciar pagamentos a fornecedores, serviços contratados e reembolso de despesas preparando emissão de cheques e recibos para a formalização das operações.

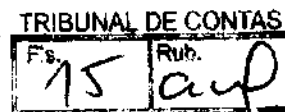
FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

REQUISITOS PARA O RECRUTAMENTO: Escolaridade: Nível Médio completo.

REGIME DE TRABALHO: Período de 30 horas semanais.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



Diana

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADO(A): GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Sala 102, Bairro Centro, Taquara - RS, neste ato representada por seu sócio Senhor Jorge Bento de Souza, portador da cédula de identidade nº 25.581 expedida pelo CRC-RS e inscrito no CPF sob nº 660.460.680-53, doravante denominada **CONTRATADO(A)**.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e suporte técnico à Central de Controle Interno através de planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão de Controle Interno.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: O contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes, e demais textos legais aplicáveis a espécie, e é celebrado por inexigibilidade de procedimento licitatório, nos termos autorizadores do art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e alterações subsequentes.

DOTAÇÃO/RUBRICA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária/Despesa: 282009/800190.

PREÇO: Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, englobando todas e quaisquer despesas que o(a) Contratado(a) tenha com a mesma, o Contratante pagará a quantia de R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da contraprestação mensal devida dar-se-á em até 30 (trinta) dias contados do vencimento de cada parcela, em conformidade com as datas de pagamento do **CONTRATANTE**, mediante a apresentação, pela **CONTRATADA**, da respectiva Nota Fiscal de Serviços, devidamente visada pelos serviços de Fiscalização, e se for o caso, da retenção prevista no item **GARANTIAS**, da guia necessária ao recolhimento do percentual de 11% (onze por cento) a ser retido a título de contribuição previdenciária, devidamente preenchido, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que a apresente, sem que tal gere para o **CONTRATANTE** qualquer encargo moratório, acrescido, se for necessário de alíquotas de 04 (quatro), 03 (três) ou 02 (dois) pontos percentuais, caso o licitante contratado desenvolver atividades em condições especiais que exponha seus empregados a riscos prejudiciais a sua saúde ou integridade física, que permitam aposentadoria especial após 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, conforme I. N. - INSS/DC nº 087/2003.

Parágrafo 1º: A Nota Fiscal de Serviços, instruída na forma antes detalhada, deverá ser apresentada à Secretaria de Finanças para o efetivo pagamento.

Parágrafo 2º: Tendo sido impostas penalidades à **CONTRATADA**, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido. Em caso de pagamentos mensais, observar-se-á o limite mensal de desconto igual a 10% (dez por cento) do valor da Nota Fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

Parágrafo 3º: Não haverá antecipações do pagamento devido.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fls. | Rub. |
| 76 | anf |

Parágrafo 4º: Nenhum pagamento feito pelo CONTRATANTE isenta a CONTRATADA de qualquer responsabilidade.

Parágrafo 5º: À CONTRATADA é vedado negociar, efetuar a cobrança e/ou o desconto de eventuais títulos cambialiformes emitidos em decorrência deste contrato, na rede bancária ou com terceiros, eis que permitida somente na cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na Tesouraria do CONTRATANTE.

Parágrafo 6º: Todo e qualquer pagamento poderá ser sustado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

- a) desatada qualquer determinação do Serviço de Fiscalização do MUNICIPIO;
- b) havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no contrato e/ou seus aditivos, ou na proposta apresentada;
- c) em ocorrendo imperfeições técnicas, ou inadequada execução dos serviços, sem que tenha havido, pela CONTRATADA, a reparação do que foi equivocado ou irregularmente executado.

Parágrafo 7º: Sustado o pagamento, será a CONTRATADA cientificada por escrito, para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias.

PRAZO: O prazo de duração do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, facultada eventual prorrogação, a critério exclusivo do Contratante, havendo justificativa para tanto, e observado o disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante regular aditivo contratual.

EXECUÇÃO: O(A) Contratado(a) prestará os serviços utilizando a melhor técnica aplicável, deverá ainda realizar 02 (duas) visitas mensais ao Município para a devida execução dos serviços.

RESPONSABILIDADES: O(A) Contratado(a) responsabiliza-se, isolada e integralmente, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, assim como pelos encargos trabalhistas, cíveis, previdenciários, fundiários, tributários, autorais, dentre outros, decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução da mesma, e pelo estrito respeito às normas técnicas aplicáveis ao caso, de tal sorte a nada ser carreado ao Contratante, ao qual, por cautela, em qualquer caso, é assegurado direito regressivo por tudo que acaso tenha que despendar em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

Parágrafo Único - Responsabiliza-se também o contratado, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos seus, em razão de ação ou omissão sua na prestação dos serviços, garantindo desde logo ao Contratante direito regressivo na forma do *caput*.

FISCALIZAÇÃO: O Contratante poderá designar servidor seu, ou terceiro devidamente habilitado a tanto, para exercer rotineira fiscalização das atividades do(a) Contratado(a).

Parágrafo 1º: A fiscalização, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais, não eximirá o(a) Contratado(a) de qualquer responsabilidade deste ajuste.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fis. 12 | Rub. af |

Parágrafo 2º: Eventual tolerância ou omissão do Contratante não poderá ser oposta pelo(a) Contratado(a) a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade.

PENALIDADES: Ao(A) Contratado(a), pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo de eventuais indenizações devidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 87 da Lei de Licitações, isolada ou cumulativamente, sendo que para tais fins é desde logo definido que constituindo-se a punição em multa por infração contratual, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, e a 10% (dez por cento) do valor total do mesmo, em caso de rescisão imotivada do ajuste pelo Contratado (a), ou justificada, pelo Contratante.

Parágrafo 1º: Na imposição de penalidades, observar-se-á a gravidade da infração, assegurado ao(à) Contratado(a), em qualquer caso, direito de recurso, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 2º: A imposição de penalidade não impede a concomitante rescisão contratual.

RESCISÃO: Constituem motivos para a rescisão contratual aqueles aplicáveis ao caso, previstos nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, decorrendo as consequências referidas no art. 80 do mesmo diploma, sem prejuízo de eventuais sanções acaso impostas pelo Contratante.

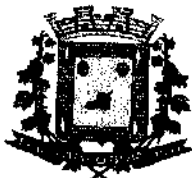
GARANTIAS: Não são exigidas garantias do cumprimento do ajuste pelo(a) CONTRATADO(A).

Parágrafo 1º: Em garantia da elisão da responsabilidade solidária do Município pelas contribuições previdenciárias devidas pelo(a) CONTRATADO(A) em razão dos serviços objeto deste ajuste - responsabilidade esta prevista no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/91, e no parágrafo 2º artigo 71 da Lei nº 8.666/93 -, será procedida, conforme orientado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP Nº 3, DE 14 DE JULHO DE 2005, a retenção e o recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), - acrescido, se for necessário de alíquotas de 4%, 3% ou 2%, caso o(a) CONTRATADO(A) desenvolver atividades em condições especiais, que exponha seus empregados a riscos prejudiciais a sua saúde ou integridade física, permitindo aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição - incidente sobre o valor das notas fiscais representativas do preço dos serviços, apresentadas pelo (a) CONTRATADO (A).

Parágrafo 2º: O (A) CONTRATADO (A) que esteja obrigado a fornecer material ou dispor de equipamentos próprios ou de terceiros, indispensáveis à execução dos serviços, cujos valores estejam estabelecidos contratualmente, sendo as parcelas correspondentes discriminadas também na nota fiscal representativa do preço dos serviços, terá tais valores liberados da retenção. Não se admitirá, em qualquer caso, que o valor relativo aos serviços seja inferior a 50% do valor bruto da nota fiscal.

Parágrafo 3º: O (A) CONTRATATO (A) estará dispensado da retenção quando:

- a) o valor correspondente a onze por cento dos serviços contidos em cada nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços for inferior ao limite mínimo estabelecido pela SRP para recolhimento em documento de arrecadação;
- b) comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, não possuir empregados, e os serviços forem prestados, pessoalmente, pelo titular ou sócio, e o faturamento do mês anterior for igual ou inferior a duas vezes o limite Máximo do salário de contribuição, cumulativamente;



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fs. 18 | Rub. a f |

c) comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, ou através de consignação do fato na nota fiscal, na fatura, ou no recibo de prestação de serviços, que a contratação envolveu somente serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal, ou serviços de treinamento e ensino, desde que prestados pessoalmente pelos sócios, sem o concurso de empregados ou outros contribuintes individuais.

Parágrafo 4º: O (A) CONTRATADO (A) sujeito à retenção, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal representativa do preço dos serviços, a guia necessária ao recolhimento do montante retido a título de contribuição previdenciária, devidamente preenchida, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que apresente, sem que tal gere para o CONTRATANTE qualquer encargo moratório.

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: O(A) Contratado(a) obriga-se a manter, durante a vigência deste ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a sua contratação.

CESSÃO: Este contrato e/ou quaisquer direitos dele decorrentes não pode ser cedido e/ou transferido pelo(a) Contratado(a) à terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do Contratante.


ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: O(A) Contratado(a) fica obrigado a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do que foi inicialmente pactuado, mediante regular aditamento contratual.

FORO: É eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir qualquer controvérsia decorrente do presente pacto.

SITUAÇÕES NÃO-PREVISTAS: Situações não-previstas expressamente neste instrumento, se incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

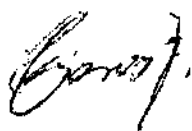
E, assim, por estarem justos e contratados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, ante testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, por si e sucessores, para que surta os devidos efeitos legais.

Campo Bom, 01 de março de 2010.


MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Faisal Muthci Karam,
Prefeito Municipal.


GESTÃO LTDA.
Jorge Bento de Souza,
Contratado.

Testemunhas:



Responsável Técnico pelo Instrumento:


Alexandre da Silva Faria - OAB/RS Nº 66239



TCE-RS - SIAPC

LISTA DE CREDORES E ENTIDADES ATENDIDAS

Exercício: 2005 Empenhos: Todos

10/08/2010

16:15:58

Pag.: 1

SIA1340

| CNPJ/CPF | CRETOR | Órgão | VI. Empenho | VI. Liquidação | VI. Pagamento |
|---------------|--------------|-------------------------------------|-------------|----------------|---------------|
| 3713762000123 | GESTAO LTDA. | 135228 90832619000155 CAMPO BOM(PM) | 19.920,00 | 19.920,00 | 18.000,00 |
| Total: | | | 19.920,00 | 19.920,00 | 18.000,00 |

TRIBUNAL DE CONTAS

Fs.

19

Rub.

anf



TCE-RS - SIAPC

LISTA DE CREDORES E ENTIDADES ATENDIDAS

Exercício: 2006 Empenhos: Todos

10/08/2010

16:15:42

Pag.: 1

SIA1340

| CNPJ/CPF | CREADOR | Órgão | VI. Empenho | VI. Liquidação | VI. Pagamento |
|---------------|------------|-------------------------------------|-------------|----------------|---------------|
| 3713762000123 | GESTAOLIDA | 135228 90832619000155 CAMPO BOM(PM) | 23.072,00 | 23.072,00 | 21.772,80 |
| Total: | | | 23.072,00 | 23.072,00 | 21.772,80 |

TRIBUNAL DE CONTAS

| Fls. | Rub. |
|------|------|
| 20 | auf |



TCE-RS - SIAPC

LISTA DE CREDORES E ENTIDADES ATENDIDAS

Exercício: 2007 Empenhos: Todos10/08/2010
16:16:26
Pag.: 1
SIA1340

| CNPJ/CPF | CRETOR | Órgão | VI. Empenho | VI. Liquidação | VI. Pagamento |
|---------------|--------------|-------------------------------------|-------------|----------------|---------------|
| 3713762000123 | GESTAO LTDA. | 135228 90832619000155 CAMPO BOM(PM) | 32.276,40 | 28.939,20 | 27.604,32 |
| Total: | | | 32.276,40 | 28.939,20 | 27.604,32 |

TRIBUNAL DE CONTAS
Fis. 21 Rub. ap



TCE-RS - SIAPC

LISTA DE CREDORES E ENTIDADES ATENDIDAS

Exercício: 2008 Empenhos: Todos

10/08/2010
16:15:08
Pag.: 1
SIA1340

| CNPJ/CPF | CRETOR | Órgão | VI. Empenho | VI. Liquidação | VI. Pagamento |
|---------------|-------------|--------------------------------------|-------------|----------------|---------------|
| 3713762000123 | GESTAO LIDA | 135228 908326190000155 CAMPO BOM(PM) | 37.588,86 | 37.588,86 | 36.181,92 |
| Total: | | | 37.588,86 | 37.588,86 | 36.181,92 |



TCE-RS - SIAPC

LISTA DE CREDORES E ENTIDADES ATENDIDAS

Exercício: 2009 Empenhos: Todos

10/08/2010

16:14:52

Pag.: 1

SI/1340

| CNPJ/CPF | CRETOR | Órgão | VI. Empenho | VI. Liquidação | VI. Pagamento |
|---------------|----------------|----------------|-------------|----------------|---------------|
| 3713762000123 | GESTAO LTDA | | | | |
| 135228 | 90832619000155 | CAMPO BOM(FMI) | 31.788,38 | 31.788,38 | 31.788,38 |
| Total: | | | 31.788,38 | 31.788,38 | 31.788,38 |

TRIBUNAL DE CONTAS
Pg. 23 Rub. a/f



TCE-RS - SIAPC

LISTA DE CREDORES E ENTIDADES ATENDIDAS

Exercício: 2010 Empenhos: Todos

10/08/2010
16:14:26
Pag.: 1

| CNPJ/CPF | CREADOR | Órgão | VI. Empenho | VI. Liquidação | VI. Pagamento |
|---------------|-------------|-------------------------------------|-------------|----------------|---------------|
| 3713762000123 | GESTAO LTDA | 135228 90832619000155 CAMPO BOM(PM) | 21.940,80 | 9.340,80 | 9.340,80 |
| Total: | | | 21.940,80 | 9.340,80 | 9.340,80 |

TRIBUNAL DE CONTAS
Fls. 24 Rub. 01



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fs. | Rub. |
| 25 | 249 |

372

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Giovani Batista Feltes.

CONTRATADA:

GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, na cidade de Taquara/RS, neste ato representada por seu sócio gerente, Contador Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas CONTRATANTE E CONTRATADA, nos termos autorizadores do Art. 25, Inc. II, § 1º, combinado com o Art. 13, Inc. III, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam a prestação de serviços de consultoria técnica e administrativa, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, mediante as seguintes condições:

Primeira:

A CONTRATADA, através da atuação de seu sócio gerente, Contador Jorge Bento de Souza, prestará a CONTRATANTE, no âmbito de sua especialização, os serviços de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e conforme fases de desenvolvimento do programa a ser descrito na cláusula segunda.

Segunda:

A CONTRATADA executará o trabalho de campo na sede do CONTRATANTE, em horários de expediente comercial, de acordo com a necessidade de horas que for demandada segundo as seguintes fases de desenvolvimento: Avaliação do Controle Interno existente, Criação e Implantação de Normas e Procedimentos, Treinamento e Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo Único: A CONTRATADA também prestará serviços de consultoria no próprio escritório sede deste, nas solicitações por telefone, fax, ou e-mail, inclusive na criação e remessa de Normas e de Procedimentos.

Terceira:

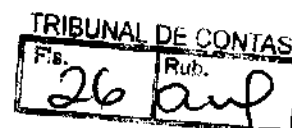
O contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subseqüentes, e demais textos legais aplicáveis a espécie, e é celebrado com inexigibilidade de procedimento licitatório, nos termos do art. 25, inc. II, § 1º, combinado com o art. 13, inc. III, tudo em conformidade com o art. 26 do mesmo diploma antes referido.

Quarta:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte Dotação



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



Orçamentária/Despesa: 71-0 (código reduzido).

Quinta:

Pela contraprestação dos serviços descritos nas cláusulas primeira e segunda, englobando todas e quaisquer despesas que a CONTRATADA possa ter com a prestação dos mesmos, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia de R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora de trabalho

Parágrafo Único: Para fins de orçamento estima-se um total de 200 (duzentas) horas para o desenvolvimento e conclusão dos trabalhos, objeto deste ajuste.

Sexta:

→ O pagamento da contraprestação dos serviços dar-se-á em até 05 (Cinco) dias, após a o vencimento do mês anterior, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, em conformidade com o calendário de pagamentos do CONTRATANTE, mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva Nota Fiscal de Serviços, devidamente visada pelos serviços de Fiscalização competente.

Parágrafo 1º: A Nota Fiscal de Serviços, instruída na forma antes detalhada, deverá ser apresentada à Secretaria de Finanças até 10 (dez) dias antes do efetivo pagamento.

Parágrafo 2º: Tendo sido impostas penalidades à CONTRATADA, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido. Em caso de pagamentos mensais, observar-se-á o limite mensal de desconto igual a 10% (dez por cento) do valor da Nota Fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

Parágrafo 3º: Não haverão antecipações do pagamento devido.

Parágrafo 4º: Nenhum pagamento feito pelo CONTRATANTE isenta a CONTRATADA de qualquer responsabilidade.

Sétima:

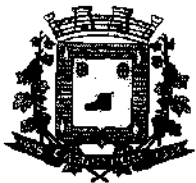
O presente contrato entra em vigor a partir de 23 de fevereiro de 2005, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do CONTRATANTE, em havendo justificado motivo, mediante regular aditivo contratual, observado o disposto no art. 57, inc. II da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 1º: No compute do prazo mencionado, serão excluídos os atrasos decorrentes de caso fortuito e força maior, que venham a paralisar ou dificultar a execução da cessão contratada.

Parágrafo 2º: Caberá exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Oitava:

O preço proposto pelo objeto somente será passível de reajuste decorrido um ano da contratação, tomando-se então como base para o mesmo, a variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TRIBUNAL DE CONTAS

Fº 27 Rub. 39K

Nona:

A CONTRATADA, prestará os serviços utilizando a melhor técnica aplicável.

Décima:

A CONTRATADA responsabiliza-se, isolada e integralmente, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços ora contratados, assim como os encargos trabalhistas, cíveis, previdenciários, fundiários, tributários, autorais, dentre outros, decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos serviços em tela, assim como pelo estrito respeito às normas técnicas aplicáveis ao caso, de tal sorte a nada ser carreado ao CONTRATANTE, ao qual, por cautela, em qualquer caso, é assegurado direito regressivo por tudo que acaso tenha que dispendar em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

Parágrafo Único - Responsabiliza-se também o contratado, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos seus, em razão de ação ou omissão sua na prestação dos serviços, garantindo desde logo ao CONTRATANTE direito regressivo na forma do *caput*.

Décima Primeira:

O CONTRATANTE poderá designar servidor seu, ou terceiro devidamente habilitado a tanto, para exercer rotineira fiscalização dos serviços da CONTRATADA.

Parágrafo 1º: A fiscalização dos serviços, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais, não eximirá o contratado de qualquer responsabilidade deste ajuste.

Parágrafo 2º: Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderá ser oposta pela CONTRATADA a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade.

Décima Segunda :

À CONTRATADA, pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo de eventuais indenizações devidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 87 da Lei de Licitações, isolada ou cumulativamente, sendo que para tais fins é desde logo definido que constituindo-se em multa, corresponderá:

- a) 5 % (cinco por cento) em caso de infração contratual;
- b) a 20 % (vinte por cento) do valor global do contrato, em caso de rescisão imotivada do ajuste pela CONTRATADA.

Parágrafo 1º: Na imposição de penalidades, observar-se-á a gravidade da infração, assegurado à CONTRATADA, em qualquer caso, direito de recurso, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 2º: A imposição de penalidade não impede a concomitante rescisão contratual.

Parágrafo 3º: As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas caso se apure que a CONTRATADA e/ou qualquer dos seus

[Handwritten signature]



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fis. 28 | Rub. aif |

40K

sócios:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, dolosamente, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado ilícitos visando a frustrar objetivos licitatórios;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o MUNICIPIO, em virtude de atos ilícitos praticados.

Décima Terceira:

Constituem motivos para a rescisão contratual aqueles aplicáveis ao caso, previstos nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, decorrendo as consequências referidas no art. 80 do mesmo diploma, sem prejuízo de eventuais sanções acaso impostas pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Caso uma das partes resolva rescindir o presente instrumento, é necessário um aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Décima Quarta:

Por serem conhecidos do CONTRATANTE os serviços prestados pela CONTRATADA, não são exigidas garantias para o cumprimento do presente ajuste.

Décima Quinta:

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência deste ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a sua contratação.

Parágrafo Único - Fazem parte deste instrumento, como anexos, os documentos comprobatórios da habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal da CONTRATADA, a saber:

- a) certidões de regularidade para com o INSS e o FGTS;
- b) certidões de regularidade para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (esta, da sede/domicílio do CONTRATADO);
- c) contrato social da CONTRATADA.

Décima Sexta:

Este contrato e/ou quaisquer direitos dele decorrentes, não pode ser cedido e/ou transferido a qualquer título pela CONTRATADA à terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do CONTRATANTE.

Décima Sétima:

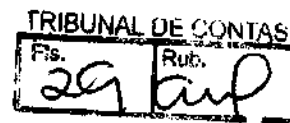
A CONTRATADA fica obrigado a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do que foi inicialmente pactuado, mediante regular aditamento contratual.

Décima Oitava:

É eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir qualquer controvérsia decorrente do presente pacto.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil




Décima Nona:

Situações não-previstas expressamente neste instrumento, se incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

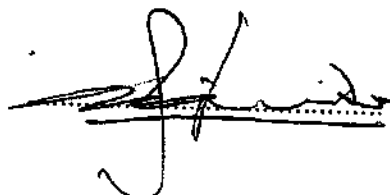
E, assim, por estarem justos e contratados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, ante testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, por si e sucessores, para que surta os devidos efeitos legais.

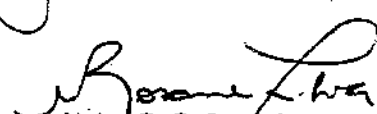
Campo Bom, 23 de fevereiro de 2005.

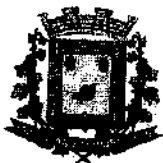

MUNICIPIO DE CAMPO BOM
GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal.


GESTÃO LTDA
JORGE BENTO DE SOUZA
Contratada.

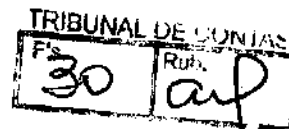
Testemunhas:.....




Neiva R. S. S. da Silva
Assessora Jurídica
OAB/RS 36.918



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



4662

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM** E A **EMPRESA GESTÃO LTDA**.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**, ente de direito público sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Giovani Batista Feltes.

CONTRATADA: **GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.713.762/0001-23, sediada no Município de Taquara/RS, na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, neste ato representada por seu Sócio Gerente, Sr. Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23/02/2005, firmaram contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31/12/2005, resolvem agora, aditá-lo, termos que seguem:

Cláusula Primeira:

Considerando os serviços extraordinários que surgiram no decorrer do prazo contratual, consoante justificativa da Comissão de Controle Interno, que a este instrumento integra, como se nele transcrito estivessem, resolvem as partes com amparo, inciso I, alínea "b" do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, resolvem alterar o contrato para acrescentar 24(vinte e quatro) horas de prestação de serviços, ou seja, o percentual correspondente a 12%(doze por cento) do objeto contratual, no montante de R\$ 1.920,00(hum mil novecentos e vinte reais)

Cláusula Segunda:

As despesas decorrentes deste ajuste correrão à conta dotações orçamentárias próprias.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TRIBUNAL DE CONTAS
Fs. 31 Rub. 2474

Cláusula Terceira:

São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.


Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 30 de novembro de 2.005.


GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

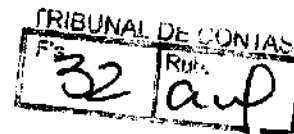

GESTAO LTDA
Contratada.

Testemunhas:


REJANE GRIESANG SCHENKEL
OAB/RS 28 886
Assessora Jurídica



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM** E A EMPRESA **GESTÃO LTDA**.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**, ente de direito público sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Giovani Batista Feltes.

CONTRATADA: **GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.713.762/0001-23, sediada no Município de Taquara/RS, na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, neste ato representada por seu Sócio Gerente, Sr. Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23/02/2005, firmaram contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31/12/2005, em 30/11/2005, mediante termo aditivo houve o acréscimo de 12% no objeto contratual, resolvem agora, aditá-lo novamente termos que seguem:

Cláusula Primeira: Conforme facultado originalmente na cláusula sétima do instrumento contratual ora aditado, bem assim como no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, ajustam as partes, a prorrogação do prazo contratual por 12(doze) meses, passando a ter vigência, portanto, até 31/12/2006.

Cláusula Segunda: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais, que não foram aqui expressamente alteradas, bem como a previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento dos serviços contratados para o período definido na cláusula primeira deste ajuste.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 30 de dezembro de 2005.


GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

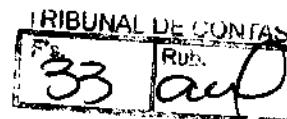

GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas:


Responsável técnico pelo instrumento: Rejane Griesang Schenkel - OAB/RS 28.866



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



682

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E A EMPRESA GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**, ente de direito público sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Giovanni Batista Feltes.

CONTRATADA: **GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.713.762/0001-23, sediada no Município de Taquara/RS, na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, neste ato representada por seu Sócio Gerente, Sr. Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23/02/2005, mediante inexigibilidade de procedimento licitatório, firmaram contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, com previsão de utilização de 200 horas, pelo valor hora de R\$ 80,00 (oitenta reais), com prazo contratual até 31/12/2005, prorrogado por 12 meses, mediante termo aditivo, em 30/12/2005, resolvem novamente aditá-lo, na forma que segue:

Cláusula Primeira: Face ao disposto na cláusula oitava do instrumento contratual original – no sentido que o valor hora devido à **CONTRATADA**, seria anualmente reajustado consoante variação do IGP-M/FGV-, resolvem as partes proceder a respectiva incidência a contar de 01.03.2006, relativo a variação do IGP-M no período de 23.02.2005 a 23.02.2006, de tal sorte que dita contraprestação, na forma dos demonstrativos inclusos, passará a ser de R\$ 81,20 (oitenta e um reais e vinte centavos)

Cláusula Segunda: Alterar o índice de reajuste da contraprestação pecuniária, pactuado no contrato original, passando a incidir a partir de 23.02.2006, o índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro índice oficial que o substitua, em sendo extinto.

Cláusula Terceira: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 23 de fevereiro de 2.006.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

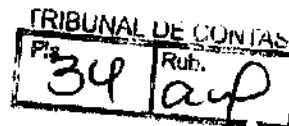
GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas:

Responsável técnico pelo instrumento: Roberto Gregório Scherzer - OAB/RS 28.886



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



681

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Giovani Batista Feltes.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23.02.2005, celebraram o contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31.12.2005, o qual já aditaram anteriormente por regulares instrumentos contratuais, resolvem novamente aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando necessária a manutenção dos serviços, consoante justificativa exarada pela Comissão de Controle Interno, que a este instrumento integra, como se nele transcrito estivesse, resolvem as partes, com amparo na cláusula prazo do instrumento contratual original e considerando o disposto no art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, resolvem as partes prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de janeiro de 2007.

CLAUSULA SEGUNDA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

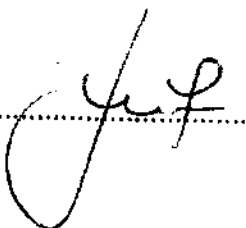
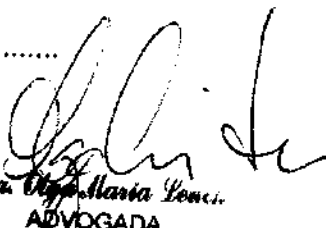
Por estarem assim acordados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 29 dezembro de 2006.


GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal.

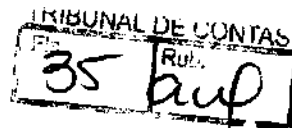

GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas:



Dra. Maria Lenzi
ADVOGADA
OAB/RS 30.983



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e GESTÃO LTDA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Giovani Batista Feltes.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23.02.2005, celebraram o contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controlo Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31.12.2005, o qual já aditaram anteriormente por regulares instrumentos contratuais, estando em vigor até 1º de janeiro de 2008, resolvem novamente aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando -o disposto na clausula oitava do instrumento contratual original, resolvem as partes proceder a respectiva correção monetária, relativa a variação do INPC - IBGE no período de 23.02.2006 a 23.02.2007, de tal sorte que dita contraprestação, na forma dos demonstrativos inclusos, passará a ser de R\$ 83,43 (oitenta e três reais e quarenta e três centavos).

CLAUSULA SEGUNDA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acordados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.


Campo Bom, 23 de fevereiro de 2007.


GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal.


GESTÃO LTDA
Contratada.

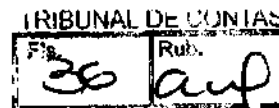
Testemunhas:  

Responsável Técnica pelo instrumento:


Rejane Griesang Schenkel
OAB/RS 28.886



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Giovani Batista Feltes.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23.02.2005, celebraram o contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31.12.2005, o qual prorrogaram o prazo contratual anteriormente, para vigorar até 1º/01/2008, e em 23/02/2007 realizaram o último reajuste financeiro, passando a vigorar o valor de R\$ 83,43 por hora de serviço prestado, resolvem novamente prorrogá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando os serviços prestados pela contratada, serem indispensáveis à Comissão de Controle Interno, é necessária a prorrogação do ajuste, resolvem as partes, com amparo na cláusula prazo do instrumento contratual original e considerando o disposto no art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, resolvem as partes prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de janeiro de 2008.

CLAUSULA SEGUNDA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

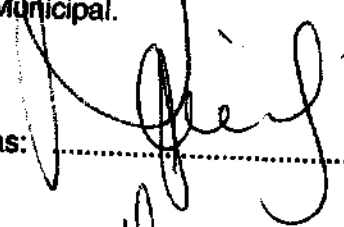
Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 28 dezembro de 2007.


GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal.

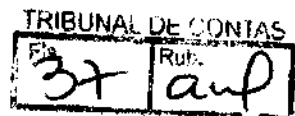

GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas:


ALEXSANDRO DA SILVA FARIA
OAB/RS 66.239
Assessor Jurídico



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Giovani Batista Feltes.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23.02.2005, celebraram o contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31.12.2005, prorrogado anteriormente por regulares aditivos contratuais, vigorando até 1º/01/2009 e tendo sido efetuado o último reajuste financeiro em 23/02/2007, passando a vigorar o valor de R\$ 83,43 por hora, resolvem novamente prorrogá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando o disposto na cláusula oitava do instrumento contratual original, resolvem as partes proceder a respectiva correção monetária, relativa à variação do INPC - IBGE no período de 23.02.2007 a 23.02.2008, de tal sorte que dita contraprestação, na forma dos demonstrativos inclusos, passará a ser de R\$ 87,94 (oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

CLAUSULA SEGUNDA: As despesas decorrentes deste ajuste correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 282009/700472.

São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 22 de fevereiro de 2008.


GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal.

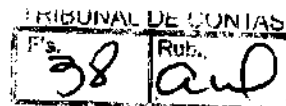

GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas:

Responsável Técnico pelo Instrumento: Alexandre da Silva Faria - OAB/RS 66.239




Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23.02.2005, celebraram o contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31.12.2005, o qual prorrogaram o prazo contratual, passando a ter vigência até 1º/01/2009, com valor de R\$ 87,94 (oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) por hora de serviço prestado, com reajuste financeiro previsto para a data de 23/02/2009, resolvem novamente prorrogá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando os serviços prestados pela contratada, serem indispensáveis à Comissão de Controle Interno, é necessária a prorrogação do ajuste, resolvem as partes, com amparo na cláusula prazo do instrumento contratual original e considerando o disposto no art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de janeiro de 2009.

CLAUSULA SEGUNDA: As despesas decorrentes deste ajuste correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 282009/700472

CLAUSULA TERCEIRA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários, retroagindo os efeitos a contar de 1º de janeiro de 2009.

Campo Bom, 05 de janeiro de 2009.

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
FAISAL MOTHCI KARAM
Prefeito Municipal.

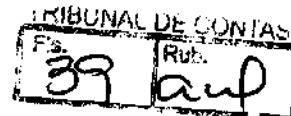
GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas:

Responsável Técnico pelo instrumento: Alexandre da Silva Faria – OAB/RS 66.239



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



90 60

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE e CONTRATADA**, que em 23.02.2005, celebraram o contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31.12.2005, prorrogado anteriormente por regulares aditivos contratuais, vigorando até 1º/01/2010 e tendo sido efetuado o último reajuste financeiro em 23/02/2008, passando a vigorar o valor de R\$ 87,94 por hora, resolvem novamente aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando o disposto na cláusula oitava do instrumento contratual original, resolvem as partes proceder a respectiva correção monetária, relativa à variação do INPC - IBGE no período de 23.02.2008 a 23.02.2009, de tal sorte que dita contraprestação, na forma dos demonstrativos inclusos, passará a ser de R\$ 93,15 (noventa e três reais e quinze centavos).

CLAUSULA SEGUNDA: As despesas decorrentes deste ajuste correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 282009/700472.

São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

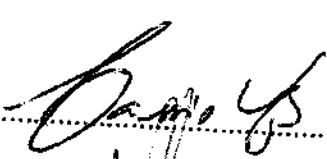
Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 22 de fevereiro de 2009.


MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Faisal Mothci Karam,
Prefeito Municipal.

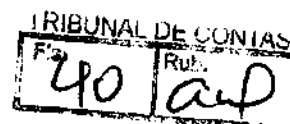

GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas: 


Responsável Técnico pelo Instrumento: Alexandre da Silva Faria - OAB/RS 66.239



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



TERMO ADITIVO ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Júlio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em 23.02.2005, celebraram o contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão de utilização de 200 horas para o desenvolvimento do objeto, com prazo contratual até 31.12.2005, prorrogado anteriormente por regulares aditivos contratuais, vigorando até 1º/01/2010 e tendo sido efetuado o último reajuste financeiro em 23/02/2009, passando a vigorar o valor de R\$ 93,15 (noventa e três reais e quinze centavos) por hora, resolvem novamente aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando os serviços prestados pela contratada, serem indispensáveis à Comissão de Controle Interno, é necessária a prorrogação do ajuste, resolvem as partes, com amparo na cláusula prazo do instrumento contratual original e considerando o disposto no art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogar o prazo contratual por 02 (dois) meses, a partir do dia 01 de janeiro de 2010.

CLAUSULA SEGUNDA: Considerando manifestação da Secretaria de Finanças, que a este instrumento integra, como se nele estivesse, resolvem alterar a dotação orçamentária passando as despesas decorrentes deste ajuste correr a conta da seguinte dotação orçamentária: 282009/800190.

São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários, retroagindo-os a contar de 1º de janeiro de 2010.

Campo Bom, 04 de janeiro de 2010.

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Faisal Mothci Karam,
Prefeito Municipal.

[Assinatura]
GESTÃO LTDA
Contratada.

Testemunhas:

[Assinaturas]
Responsável Técnico pelo Instrumento: *[Assinatura]* Alexandre da Silva Faria - OAB/RS 66.239



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Direção de Controle e Fiscalização



Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Data Inicial: 01/01/2010 Data Final: 16/07/2010

CNPJ: 90832619000155 CB:

AFE:

EXTRATO DE CREDORES POR CRITÉRIOS

Críticos utilizados:

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PERÍODO DE 01/01/2010 A 16/07/2010
GRUPO= true

Classificado por:

Código: 0000135228

GESTAO LTDA.

| EMP Nº: | EMP: | LIQ: | PAG: |
|--------------------|----------------|--|---------------|
| 2010000070 | 0,00 | | |
| 04/01/2010 | 1.262,42 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. | |
| 18/06/2010 | -1.262,42 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. | |
| LIQ: | | | |
| PAG: | | | |
| EMP Nº: 2010000071 | EMP: 2.980,80 | LIQ: 2.980,80 | PAG: 2.980,80 |
| 04/01/2010 | 3.167,10 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. VIGENCIA DO CONTRATO 01/03/2010. REFERENTE ADITIVO 02 MESES. | |
| 18/06/2010 | -186,30 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. VIGENCIA DO CONTRATO 01/03/2010. REFERENTE ADITIVO 02 MESES | |
| LIQ: | | | |
| 04/02/2010 | 1.490,40 | VALOR LIQUIDADO NF751 | |
| 10/03/2010 | 1.490,40 | VALOR LIQUIDADO NF 767 | |
| PAG: | | | |
| 19/02/2010 | 1.468,04 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 19/02/2010 | 22,36 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 16/03/2010 | 1.468,04 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 16/03/2010 | 22,36 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| EMP Nº: 2010002011 | EMP: 18.000,00 | LIQ: 7.200,00 | PAG: 7.200,00 |
| 01/03/2010 | 18.000,00 | PRESTACAO DE SERVICO ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E SUPORTE TECNICO A CENTRAL DE CONTROLE INTERNO ATRAVES DE PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA | |
| LIQ: | | | |
| 01/04/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 842 | |
| 03/05/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 871 | |
| 31/05/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 917. | |
| 07/07/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1013 | |
| PAG: | | | |
| 15/04/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 15/04/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 07/05/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 07/05/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 08/06/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 08/06/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 15/07/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 15/07/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| EMP Nº: 2010002391 | EMP: 520,00 | LIQ: 520,00 | PAG: 520,00 |
| 23/03/2010 | 520,00 | CURSO "QUALIDADE NA GESTAO EDUCACIONAL", NOS DIAS 24 E 25 DE MARCO DE 2010, AS FUNCIONARIAS ELIANE DOS REIS E CLEUSA MARIA PEREIRA DA SILVA FLESCH | |
| LIQ: | | | |
| 23/03/2010 | 520,00 | VALOR LIQUIDADO | |
| PAG: | | | |
| 24/03/2010 | 520,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |

| | | | | | | |
|--------------------|-------------|--|-------------------------|---------------|-------------|---------------|
| EMP Nº: 2010004977 | EMP: | 440,00 | LIQ: | 440,00 | PAG: | 440,00 |
| 14/06/2010 | 440,00 | TAXA DE INSCRICAO NO CURSO " A CIENCIA DO APRENDIZADO E MEMORIA" NOS DIAS 16 E 17 DE JUNHO DE 2010, AS FUNCIONARIAS MARLISE CLAUDETE FRANCO PADILHA E ANATEIA DAJANE | | | | |
| LIQ: | 21/06/2010 | 440,00 | VALOR LIQUIDADO NF 953. | | | |
| PAG: | 30/06/2010 | 433,40 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| | 30/06/2010 | 6,60 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| TOTAL DO CREDOR: | EMP: | 21.940,80 | LIQ: | 11.140,80 | PAG: | 11.140,80 |
| RELATÓRIO: | 5 EMP: | 21.940,80 | 4 LIQ: | 11.140,80 | 4 PAG: | 11.140,80 |
| REMESSA: | 6.917 EMP: | 66.964.393,45 | 8.662 LIQ: | 50.488.571,60 | 9.496 PAG: | 49.732.635,22 |
| PERCENTUAL: | 0,07 % EMP: | 0,03 % | 0,05 % LIQ: | 0,02 % | 0,04 % PAG: | 0,02 % |

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

SAD-->S

MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Av. Independencia, 800
Campo Bom - RS - CEP 93.700-000
CNPJ: 90.832.619/0001-55
Fone: (051)3598-8600

NOTA DE EMPENHO

| | |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| N. da Via 1 Via | Empenho 000071/2010 |
| tipo Ordinario | Recurso Orcamentario |
| Licitacao Dispensada | Numero |
| Solicitacao 0 | Processo Compra |
| Emissao 04.01.2010 | Vencimento Conforme Calendario |
| Total de Creditos | 25.000,00 |
| Saldo Anterior | 23.737,58 |
| Valor do Empenho | 3.167,10 |
| Saldo Atual | 20.570,48 |

Dotacao Principal: **282009** Dotacao Secundaria: **800190**
 Orgao..... **02 GABINETE DO PREFEITO**
 Unidade..... **02 COMPAQ E CONTROLE INTERNO**
 Funcao..... **04 Administracao**
 Subfuncao... **124 Controle Interno**
 Programa.... **0117 Sistema de Controle Interno**
 Proj/Ativ... **2009 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO**
 Categoria... **339035010000 ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JUR**
 Recurso..... **0001 RECURSO LIVRE**

Credor..... **GESTAO LTDA.** Codigo **135228**
 Endereco.... **RUA JULIO DE CASTILHO, 2260 SALA 10**
 Cidade..... **TAQUARA** **03713762000123**
 Cta-Ag.: **0001 13.175-X 004162 5413355**

| Quantidade | Unid. | Descricao |
|-------------|-----------|--|
| 34,0 | SE | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. |
| | | VIGENCIA DO CONTRATO 01/03/2010. |
| | | REFERENTE ADITIVO 02 MESES. |

| Valor Unitario | Valor Total |
|----------------|-----------------|
| 93,150 | 3.167,10 |

1 de Entrega:

Total Geral 3.167,10

O. Jorla Geral:

Pague-se:

Tesouraria:

EMPENHADO

DATA

Cheque: _____

Banco: _____

Data: ____/____/____

Conferido

Contador

Prefeito Municipal

Tesoureiro

Recebi (em) da Prefeitura Municipal de Campo Bom a importancia abaixo especificada, referente a:

() Parte do Valor Empenhado

() Saldo/Total Empenhado

R\$ _____ R\$ _____

R\$ _____ R\$ _____

credor

credor

P. 44 RUB. 44

MUNICIPIO DE CAMPO BOM

Av. Independencia, 800
 Campo Bom - RS - CEP 93.700-000
 CNPJ: 90.832.619/0001-55
 Fone: (051)3598-8600

NOTA DE EMPENHO

Dotacao Principal: 282009 Dotacao Secundaria: 800190
 Orgao..... 02 GABINETE DO PREFEITO
 Unidade..... 02 COMPAQ E CONTROLE INTERNO
 Funcao..... 04 Administracao
 Subfuncao.... 124 Controle Interno
 Programa.... 0117 Sistema de Controle Interno
 Proj/Ativ.... 2009 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO
 Categoria.... 339035010000 ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JUR
 Recurso..... 0001 RECURSO LIVRE

Credor..... GESTAO LTDA. Codigo 135228
 Endereco.... RUA JULIO DE CASTILHO, 2260 SALA 10
 Cidade..... TAQUARA 03713762000123
 Bco-cta-ag.: 0001 13.175-X 004162 5413355

| | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| N. da Via 1 Via | Empenho 000071/2010 |
| Tipo Ordinario | Recurso Orcamentario |
| Licitacao Dispensada | Numero |
| Solicitacao 0 | Processo Compra |
| Emissao 04.01.2010 | Vencimento Conforme calendario |
| Total de Creditos | 25.000,00 |
| Saldo Anterior | 23.737,58 |
| Valor do Empenho | 3.167,10 |
| Saldo Atual | 20.570,48 |

| Quantidade | Ud. | Descricao | Valor Unitario | Valor total |
|------------|-----|--|----------------|-------------|
| 34,0 | SE | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. VIGENCIA DO CONTRATO 01/03/2010. REFERENTE ADITIVO 02 MESES. 18-06-2010 Anulacao R\$ 186,30 | 93,150 | 3.167,10 |

Local de Entrega:

Total Geral 3.167,10

Contadoria Geral:

Pague-se:

Tesouraria:

EMPENHADO
 Contador

DATA
 04/02/10
 Prefeito Municipal

Cheque: _____
 Banco: _____
 Data: ____/____/____
 Tesoureiro

Recebi (anos) da Prefeitura Municipal de Campo Bom a importancia abaixo especificada, referente a:

() Parte do Valor Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

credor

() Saldo/Total Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

credor

MUNICIPIO DE CAMPO BOM

Av. Independencia, 800

Campo Bom - RS - CEP 93.700-000

CNPJ: 90.832.619/0001-55

Fone: (051)3598-8600

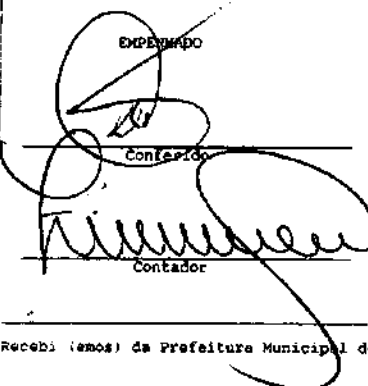
NOTA DE EMPENHO

Dotacao Principal: 282009 Dotacao Secundaria: 800190
 Orgao.....: 02 GABINETE DO PREFEITO
 Unidade.....: 02 COMPAQ E CONTROLE INTERNO
 Funcao.....: 04 Administracao
 Subfuncao...: 124 Controle Interno
 Programa....: 0117 Sistema de Controle Interno
 Proj/Ativ...: 2009 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO
 Categoria...: 339035010000 ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURIDICA
 Recurso.....: 0001 RECURSO LIVRE

Credor.....: GESTAO LTDA. Código 135228
 Endereco....: RUA JULIO DE CASTILHO, 2260 SALA 10
 Cidade.....: TAQUARA 03713762000123
 Bco-Cta-Ag.: 0001 13.175-X 004162 3541 33 55

| | |
|-------------------|---------------------|
| N. da Via | Empenho |
| 1 Via | 000071/2010 |
| Tipo | Recurso |
| Anulacao | Orcamentario |
| Licitacao | Numero |
| Dispensada | |
| Solicitacao | Processo Compra |
| 0 | |
| Emissao | Vencimento |
| 18.06.2010 | Conforme Calendario |
| Total de Creditos | 25.000,00 |
| Saldo Anterior | 20.570,48 |
| Valor do Empenho | 186,30 |
| Saldo Atual | 20.756,78 |

| Quantidade | Ud. | Descricao | Valor Unitario | Valor Total |
|-------------------|-----|---------------|----------------|-------------|
| 1,0 | | VALOR ANULADO | 186,300 | 186,30 |
| Local de Entrega: | | | Total Geral | 186,30 |

| | | |
|--|---|--|
| Contadoria Geral:  Contador | Pague-se: DATA ____/____/____ Prefeito Municipal | Tesouraria: Cheque: _____ Banco: _____ Data: ____/____/____ Tesoureiro |
|--|---|--|

Recebi (emos) da Prefeitura Municipal de Campo Bom a importancia abaixo especificada, referente a:

() Parte do Valor Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

credor

() Saldo/Total Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

credor


GESTÃO GESTÃO LTDA.

Rua Júlio de Castilhos, 2260 - Sala 102
Centro - CEP 95600-000 - TAQUARA - RS
Fone/Fax: 51 3541-3355

CNPJ: 03.713.762/0001-23
Inscr. Mun. 32071 - Inscr. Est.: Isento

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor referente aos serviços de assessoria prestados ao setor de controle interno no
mes de JANEIRO de 2010, conforme descrição a seguir:

07/01/2010

- Assessoria na auditoria do almoxarifado das obras.
- Assessoria na auditoria do almoxarifado da saúde.
- Assessoria na elaboração do relatório de auditoria.
- Reunião com secretaria da fazenda, para diminuir duvidas de alguns relatórios de auditoria anteriores.

29/01/2010

- Assessoria nos ajustes do encerramento do exercício de 2009.

Imp 71109

FAVOR DEPOSITAR:
Banco do Brasil
Agência 0416-2
Conta Corrente 13.175-X

Valdeir de Azevedo
Chefe de Gabinete

VALOR

TRIBUNAL DE CONTAS

Pl. 46 Rub. 21

1.490,40

INSS - Dispensa de Retenção:
Serviços realizados por profissional
de profissão regulamentada conforme
artigo 120, inciso III, da instrução
normativa RFB n. 971 de 13/11/2009.

DESTINATÁRIO: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - 25
ENDEREÇO: AV. INDEPENDÊNCIA, 800
CEP/MUN/EST: 93700-00/Campo Bom/RS
PRAÇA PAGTO.: 90.832.619/0001-55
INSCR. CNPJ: INSCR. EST.:

VALOR TOTAL DA NOTA

1.490,40

1.ª VIA
DESTINATÁRIO 22,36

VALOR LÍQUIDO DA NOTA

1.468,04

**VALOR
POR
EXTENSO**

UM MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS COM QUATRO CENTAVOS *****

DUPLICATA Nº

UNICA

VALOR

1.468,04

VENCIMENTO

05/02/2010

ESTA NOTA FISCAL FATURA DE
SERVIÇOS SUBSTITUI A FATURA
PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS E
DISPENSA O COPIADOR DE ACORDO
COM LEGISLAÇÃO EM VIGOR

NOTA FISCAL
FATURA DE SERVIÇO
SÉRIE T

000751

DATA DE EMISSÃO:

29/01/2010



GESTÃO GESTÃO LTDA.

Rua Júlio de Castilhos, 2260 - Sala 102
Centro - CEP 95600-000 - TAQUARA - RS
Fone/Fax: 51 3541-3355

CNPJ: 03.713.762/0001-23
Inscr. Mun. 32071 - Inscr. Est. Isento

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor referente aos serviços de assessoria prestados ao setor de controle interno no mes de FEVEREIRO de 2010, conforme descricao a seguir:

12/02/2010

- Assessoria na revisao de normas internas pendentes.
- Assessoria na elaboracao de oficios para as secretarias que nao responderam aos relatorios de 2009.
- Assessoria na elaboracao do programa de trabalho para o proximo trimestre.

23/02/2010

- Assessoria na auditoria no setor de patrimonio.
- Assessoria na elaboracao do relatorio de auditoria.

[Assinatura]
Valdo de Azevedo
Chefe de Gabinete

FAVOR DEPOSITAR:
Banco do Brasil
Agencia 0416-2
Conta Corrente 13.175-X

[Assinatura]
Comp 71/10

VALOR

| | |
|--------------------|------|
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rub. |
| 47 | aul |

1.490,40

INSS - Dispensa de Retencao:
Servicos realizados por profissional de profissao regulamentada conforme artigo 120, inciso III, da instrucao normativa RBF n. 971 de 13/11/2009.

DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE CAMPO BOM - 25
DEREÇO: AV. INDEPENDENCIA, 800
P/MUN/EST: 93700-00/Campo Bom/RS
AÇA PAGTO.: 90.832.619/0001-55
ICR. CNPJ:

INSCR. EST.:

VALOR POR UM MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS COM QUATRO CENTAVOS *****
(TENSÃO) *****

VALOR TOTAL DA NOTA

1.490,40

5ª VIA
DESTINATÁRIO

VALOR LÍQUIDO DA NOTA

1.468,04

| DUPLICATA Nº | VALOR | VENCIMENTO |
|--------------|----------|------------|
| UNICA | 1.468,04 | 05/03/2010 |

ESTA NOTA FISCAL FATURA DE
SERVIÇOS SUBSTITUI A FATURA
PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS E
DISPENSA O COPIADOR DE ACORDO
COM LEGISLAÇÃO EM VIGOR

NOTA FISCAL
FATURA DE SERVIÇO
SÉRIE T

000767

DATA DE EMISSÃO: 28/02/2010

INDÚSTRIA GRÁFICA BRANESA LTDA. - Fone 3547-1389 - Fone/Fax 3547-2307 - Rolante: CNPJ 94.653.631/0001-53 - Inscr. Est. 103/0011963
1500 N.F. Prest. Serv. 1500x3 0001 a 1500 Série T 08/2008 Aut. p/ Imp. 32071-001/2008

receb. dia 14/03/10 14:3x
12

MUNICIPIO DE CAMPO BOM

Av. Independencia, 800
 Campo Bom - RS - CEP 93.700-000
 CNPJ: 90.832.619/0001-55
 Fone: (051)3598-8600

NOTA DE EMPENHO

| | |
|--------------------------|-----------------------------------|
| N. da Via 1 Via | Empenho 002011/2010 |
| Tipo <u>Ordinario</u> | Recurso Orcamentario |
| Licitacao Inexigivel | Numero 178/10 |
| Solicitacao 111672 | Processo Compra 264669 |
| Emissao 01.03.2010 | Vencimento Conforme Calendario |
| Total da Creditos | 25.000,00 |
| Saldo Anterior | 20.570,48 |
| Valor do Empenho | 18.000,00 |
| Saldo Atual | 2.570,48 |

Dotacao Principal: 282009 Dotacao Secundaria: 800190
 Orgao: 02 GABINETE DO PREFEITO
 Unidade: 02 COMPAQ E CONTROLE INTERNO
 Funcao: 04 Administracao
 Subfuncao: 124 Controle Interno
 Programa: 0117 Sistema de Controle Interno
 Proj/Activ: 2009 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO
 Categoria: 339035010000 ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JUR
 Recurso: 0001 RECURSO LIVRE

Credor: GESTAO LTDA. Código 135228
 Endereco: RUA JULIO DE CASTILHO, 2260 SALA 10
 Cidade: TAQUARA 03713762000123
 Coo-Cta-Ag: 0001 13.175-X 004162 5413355

| Quantidade | Un. | Descricao | Valor Unitario | Valor Total |
|--|-----|---|----------------|-------------|
| 10,0 | SE | PRESTACAO DE SERVICO ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E SUPORTE TECNICO A CENTRAL DE CONTROLE INTERNO ATRAVES DE PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA COMISSAO DE CONTROLE INTERNO QUANTIDADE - 2 VISITAS MENSAS NO MUNICIPIO. VALOR MENSAL: R\$ 1.800,00 VIGENCIA DO CONTRATO: 01.03.2011. EMPENHO ATE 31/12/2010. | 1.800,000 | 18.000,00 |
| Local de Entrega: AV. DOS ESTADOS, 1728 | | | Total Geral | 18.000,00 |

Contadoria Geral:

Pague-se:

Tesouraria:

Cheque:

Banco:

Data:

Empenhado

Data

Confirmando

Contador

Prefeito Municipal

Tesoureiro

Recebi (emos) da Prefeitura Municipal de Campo Bom a importancia abaixo especificada, referente a:

() Parte do Valor Empenhado

() Saldo/Total Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

R\$ _____ Em: ____/____/____

Credor

Credor


GESTÃO GESTÃO LTDA.

Rua Júlio de Castilhos, 2260 - Sala 102
Centro - CEP 95600-000 - TAQUARA - RS
Fone/Fax: 51 3541-3355

CNPJ: 03.713.762/0001-23
Inscr. Mun. 32071 - Inscr. Est.: Isento

1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor referente aos serviços de assessoria prestados ao setor de controle interno no mes de MARÇO de 2010, conforme descrição a seguir:

09 e 10/03/2010

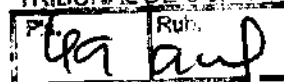
- Assessoria na elaboracao do relatorio de gestao dos recursos da saude.
- Assessoria na elaboracao do relatorio de gestao dos recursos da educacao.
- Assessoria na elaboracao do relatorio de gestao dos recursos do poder executivo.

FAVOR DEPOSITAR:
Banco do Brasil
Agencia 0416-2
Conta Corrente 13.175-X


Valdir de Ataydes
Chefe de Gabinete

VALOR

TRIBUNAL DE CONTAS



1.800,00

INSS - Dispensa de Retencao:
Servicos realizados por profissional
de profissao regulamentada conforme
artigo 120, inciso III, da instrucao
normativa RRF n. 971 de 13/11/2009.

DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE CAMPO BOM - 25
ENDEREÇO: AV. INDEPENDENCIA, 800
CEP/MUN/EST: 93700-00/Campo Bom/RS
PRAÇA PAGTO.: 90.832.619/0001-55
INSCR. CNPJ:

INSCR. EST.:

VALOR
POR
EXTENSO

UM MIL E SETECENTOS E SETENTA E TRES REAIS *****

VALOR TOTAL DA NOTA

1.800,00

1.ª VIA
DESTINATÁRIO

VALOR LÍQUIDO DA NOTA

1.773,00

DUPLICATA Nº

UNICA

VALOR

1.773,00

VENCIMENTO

05/04/2010

ESTA NOTA FISCAL FATURA DE
SERVIÇOS SUBSTITUI A FATURA
PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS E
DISPENSA O COPIADOR DE ACORDO
COM LEGISLAÇÃO EM VIGOR

NOTA FISCAL
FATURA DE SERVIÇO
SÉRIE T

000842

DATA DE EMISSÃO:

31/03/2010

INDÚSTRIA GRÁFICA BRANESA LTDA. - Fone 3547-1389 - Fone/Fax 3547-2307 - Rolante - CNPJ 94.633.631/0001-53 - Inscr. Est. 103/0011963
1500 N.F. Prest. Serv. 1500x3 0001 a 1500 Série T 08/2008 Aut. p/ Imp. 32071-001/2008



GESTÃO GESTÃO LTDA.

Rua Júlio de Castilhos, 2260 - Sala 102
Centro - CEP 95600-000 - TAQUARA - RS
Fone/Fax: 51 3541-3355

CNPJ: 03.713.762/0001-23
Inscr. Mun. 32071 - Inscr. Est.: Isento

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor referente aos serviços de assessoria prestados ao setor de controle interno no mes de ABRIL de 2010, conforme descricao a seguir:

01 e 15/04/2010

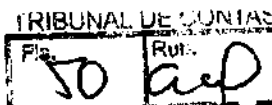
- Assessoria na auditoria do controle, armazenamento distribuicao de medicamento, na CERNED, farmacia central e diversos postos de saude.
- Assessoria na elaboracao do relatorio de auditoria N° 03/2010.
- Assessoria na revisao da minuta de norma interna que disciplina os adiantamentos e diarias e elaboracao do texto final.
- Assessoria na revisao da minuta de norma interna que trata dos procedimentos de emissao, liquidacao pagamento dos empenhos, elaboracao do texto final.
- Reuniao com setor de fiscalizacao para discutir a minuta de norma interna que trata do fluxo operacional da fiscalizacao.
- Assessoria na revisao da minuta da norma interna que regulamenta o programa de incentivo a geracao de empregos.

FAVOR DEPOSITAR:
Banco do Brasil
Agencia 0416-2
Conta Corrente 13.175-X

Valor de Assessoria
Chefe de Gabinete

Imp. 2011/10

VALOR



1.800,00

INSS - Dispensa de Retencao:
Servicos realizados por profissional de profissao regulamentada conforme artigo 120, inciso III, da instrucao normativa RRF n. 971 de 13/11/2009.

DESTINATÁRIO:
ENDEREÇO: MUNICIPIO DE CAMPO BOI - 25
CEP/MUN/EST: AV. INDEPENDENCIA, 800
PRAÇA PAGTO.: 93700-00/Campo Boi/RS
INSCR. CNPJ: 90.632.619/0001-55

INSCR. EST.:

VALOR
POR
EXTENSO

UM MIL E SETECENTOS E SETENTA E TRES REAIS *****

VALOR TOTAL DA NOTA

1.800,00

1.ª VIA
DESTINATÁRIO 00

VALOR LIQUIDO DA NOTA

1.773,00

DUPLICATA Nº

VALOR

VENCIMENTO

UNICA

1.773,00

05/05/2010

ESTA NOTA FISCAL FATURA DE
SERVIÇOS SUBSTITUI A FATURA
PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS E
DISPENSA O COPIADOR DE ACORDO
COM LEGISLAÇÃO EM VIGOR

NOTA FISCAL
FATURA DE SERVIÇO
SÉRIE T

000871

DATA DE EMISSÃO: 30/04/2010

GESTÃO GESTÃO LTDA.

Rua Júlio de Castilhos, 2260 - Sala 102
Centro - CEP 95600-000 - TAQUARA - RS
Fone/Fax: 51 3541-3355

CNPJ: 03.713.762/0001-23
Inscr. Mun: 32071 - Inscr. Est.: Isento

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor referente aos serviços de assessoria prestados ao setor de controle interno no mes de MAIO de 2010, conforme descricao a seguir:

11/05/2010

- Assessoria na auditoria da camara municipal de vereadores.
- Assessoria na elaboracao do relatorio de auditoria N 04/2010.

Dias 12 e 13/05/2010- V Encontro de Controle Interno realizado em Bento Goncalves pela Gestao Ltda.

FAVOR DEPOSITAR:
Banco do Brasil
Agencia 0416-2
Conta Corrente 13.175-X

JERRI LUIS DE MORAES
TESOUREIRO
Valdir de Abreu
Chefe de Gabinete

Comp: 2011/10

VALOR

TRIBUNAL DE CONTAS

P.º 51 Rub. aud

1.800,00

INSS - Dispensa de Retencao:
Servicos realizados por profissional de profissao regulamentada conforme artigo 120, inciso III, da instrucao normativa RFB n. 971 de 13/11/2009.

DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE CAMPO BOM - 25
ENDEREÇO: AV. INDEPENDENCIA ,800
CEP/MUN/EST: 93700-00/Campo Bom/RS
PRAÇA PAGTO.: 90.832.619/0001-55
INSCR. CNPJ:

INSCR. EST.:

VALOR TOTAL DA NOTA

1.800,00

1.ª VIA
DESTINATÁRIO

VALOR LÍQUIDO DA NOTA

1.773,00 ✓

VALOR POR UM MIL E SETECENTOS E SETENTA E TRES REAIS *****
EXTENSO *****

DUPLICATA Nº

VALOR

VENCIMENTO

UNICA

1.773,00

05/06/2010

ESTA NOTA FISCAL FATURA DE SERVIÇOS SUBSTITUI A FATURA PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS E DISPENSA O COPIADOR DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO EM VIGOR

NOTA FISCAL
FATURA DE SERVIÇO
SÉRIE T

000917

DATA DE EMISSÃO: 31/05/2010


GESTÃO GESTÃO LTDA.

Rua Júlio de Castilhos, 2260 - Sala 102
Centro - CEP 95600-000 - TAQUARA - RS
Fone/Fax: 51 3541-3355

CNPJ: 03.713.762/0001-23
Inscr. Mun. 32071 - Inscr. Est.: Isento

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

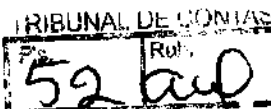
Valor referente aos serviços de assessoria prestados ao setor de controle interno no mês de JUNHO de 2010, conforme descrição a seguir:

21 e 30/06/2010

- Assessoria na auditoria da COMPAQ.
- Assessoria na elaboração do Relatório de Auditoria.
- Assessoria na auditoria da Secretaria de Educação.
- Assessoria na elaboração do Relatório de Auditoria.

FAVOR DEPOSITAR:
Banco do Brasil
Agência 0414-2
Conta Corrente 13.175-X

Valdir de Azevedo
Chefe de Gabinete

VALOR


1.800,00

INSS - Dispensa de Retenção:
Serviços realizados por profissional
de profissão regulamentada conforme
artigo 120, inciso III, da instrução
normativa RFB n. 971 de 13/11/2009.

DESTINATÁRIO: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - 25
ENDEREÇO: AV. INDEPENDÊNCIA, 800
CEP/MUN/EST: 93700-00/Campo Bom/RS
PRAÇA PAGTO.: 90.832.619/0001-55
INSCR. CNPJ:

INSCR. EST.:

VALOR TOTAL DA NOTA

1.800,00

12 VIA
1887,00
DESTINATÁRIO

VALOR LÍQUIDO DA NOTA

1.773,00

VALOR POR EXTENSO: UM MIL E SETECENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS *****

DUPLICATA Nº

VALOR

VENCIMENTO

UNICA

1.773,00

05/07/2010

ESTA NOTA FISCAL FATURA DE
SERVIÇOS SUBSTITUI A FATURA
PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS E
DISPENSA O COPIADOR DE ACORDO
COM LEGISLAÇÃO EM VIGOR

NOTA FISCAL
FATURA DE SERVIÇO
SÉRIE T

001013

DATA DE EMISSÃO: 30/06/2010



PROGRAMAÇÃO AGENDA 1º TRIMESTRE DE 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

JANEIRO DE 2010:

* 07/01/2010 - ALMOXARIFADOS (OBRAS, SAÚDE, EDUCAÇÃO)

21/01/2010 - AUDITORIA CONTAS DE ENCERRAMENTO CONTÁBIL

FEVEREIRO DE 2010:

12/02/2010 - REVISÃO E REUNIÃO DAS NORMAS A IMPLANTAR

23/02/2010 - PATRIMÔNIO

MARÇO DE 2010:

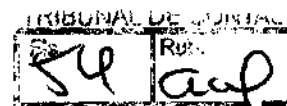
08
~~02~~ 03/2010 - RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS EXE. 2009

09
~~03~~ 03/2010 - RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS EXE. 2009



Impresso em: 08/03/2010

Gestão Ltda.



PROGRAMAÇÃO AGENDA 2º TRIMESTRE DE 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

ABRIL DE 2010:

15/04/2010 - NI ADIANT. DIÁRIAS/REUNIÃO C/ ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

23/04/2010 - EMPENHOS

MAIO DE 2010:

06/05/2010 - CÂMARA DE VEREADORES

JUNHO DE 2010:

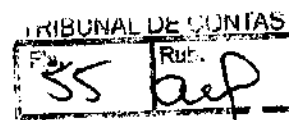
21/06/2010 - COMPAQ

28/06/2010 - EDUCAÇÃO



Impresso em: 21/06/2010

Gestão Ltda.



PROGRAMAÇÃO AGENDA 3º TRIMESTRE DE 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

JULHO DE 2010:

23/07/2010 - CHEFIA DOS MOTORISTAS DA ADM / MOTORISTAS DAS OBRAS

27/07/2010 - TESOUREARIA / EMPENHOS

AGOSTO DE 2010:

05/08/2010 - NORMA DA FISCALIZAÇÃO / MEDICAMENTOS

25/08/2010 - IPASEM

SETEMBRO DE 2010:

01/09/2010 - CONTABILIDADE

23/09/2010 - LICITAÇÕES



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 56 | |



RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA TRADICIONAL

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO Nº 01/2010

| PROCESSO Nº | ORDEM DE AUDITORIA Nº |
|--------------------|------------------------------|
| 924-0200/10-5 | 2543/2010 |

UNIDADE AUDITADA: Executivo Municipal

MUNICÍPIO: Campo Bom

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL: Faisal Mothci Karam

EXERCÍCIO EXAMINADO: 2010 (01/01 a 28/07)

PERÍODO DE VERIFICAÇÃO: 29/07 a 05/08/2010

RELATÓRIO ELABORADO MEDIANTE: Consulta informatizada, auditoria "in loco" e requisições de documentos.

EQUIPE DE AUDITORIA:

Leandro Tadeu Souza dos Santos
Adroaldo Xavier da Silva
Alberto Luiz Moreira da Costa
Eda Regina Doederlein Schwartz

A presente análise fundamenta-se no disposto nos artigos 31 e 70 a 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Complementar Federal nº 101/2000; Lei Estadual nº 11.424/2000 (Lei Orgânica do TCE/RS) e Resolução nº 544/2000 (RITCE).

O exame dos itens auditados, levado a efeito por procedimento amostral, evidenciou as seguintes inconformidades:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 57 | |

SUMÁRIO

| | |
|--|---|
| 1. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO | 3 |
| 1.1. Inconformidades na Central do Sistema de Controle Interno | 3 |
| 1.1.1. SERVIDORES EXECUTANDO OUTRAS ATIVIDADES ALÉM DAS DE CONTROLE INTERNO | 3 |
| 1.1.2. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE CONSULTORIA | 5 |



1. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1.1. Inconformidades na Central do Sistema de Controle Interno

1.1.1. SERVIDORES EXECUTANDO OUTRAS ATIVIDADES ALÉM DAS DE CONTROLE INTERNO

A Lei Municipal nº 2.233 (fls. 04 e 05), de 20/12/01, estabeleceu, no seu artigo quarto, abaixo transcrito, a composição do Sistema de Controle Interno do município de Campo Bom.

Art. 4º. A Central do Sistema de Controle Interno será integrada por servidores do Município, sendo:

I - 01 (um) contador ou técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II - 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de nível médio ou superior, com experiência comprovada em Administração Pública Municipal.

Através das Portarias nºs. 17.902 (fl. 06) e 17.903 (fl. 07), datadas de 30/04/02, e da Portaria nº 27.292 (fl. 08), de 10/06/09, designou o Prefeito Municipal para atuarem na Unidade Central de Controle Interno do Município os servidores efetivos TELMO CORREA SOBRINHO (Assessor Superior de Planejamento), ILONE MARIA ZIMMERMANN (Assessora Superior Contábil) e JERRI LUIS DE MORAES (Auxiliar de Tesoureiro), respectivamente.

Constatou-se, entretanto, que esses servidores nomeados para o Controle Interno Municipal desempenham outras atividades na administração do Município além das atribuídas ao Controle Interno. Segue Informação prestada pela Contadora do Município, datada de 30/07/10 (fl. 09):

Em resposta a sua solicitação de informações sobre o cargo em que atuam os servidores integrantes do Sistema de Controle Interno deste Município, bem como as atividades exercidas pelos mesmos.

Informamos que os três integrantes são servidores efetivos e relacionamos abaixo as portarias de nomeação dos mesmos:

| Portaria nº | Servidor | Cargo |
|------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| 28.988/10 – 16-06-2010 | Ilone Maria Zimmermann | Assessora Superior Contábil |
| 26.223/09 – 05-01-2009 | Telmo Corrêa Sobrinho | Assessor Superior de Planejamento |
| 11.898/98 – 06-05-1998 | Jerri Luis de Moraes | Auxiliar de Tesoureiro |

Segue em anexo as portarias, bem como o detalhamento das atribuições dos cargos, conforme consta na lei de cargos e salários deste município.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 59 | |

Segue em anexo cópia do contrato com a empresa Gestão Ltda., que presta serviços de Consultoria Técnica e Administrativa à Comissão de Controle Interno.

Como referido na Informação, juntou à resposta o Executivo Municipal as Portarias n.ºs. 28.988 (fl. 10), 26.223 (fl. 11) e 11.898 (fl. 12), que nomearam os servidores ILONE MARIA ZIMMERMANN, TELMO CORRÊA SOBRINHO e JERRI LUIS DE MORAES para exercerem os respectivos cargos de Assessora Superior Contábil, Assessor Superior de Planejamento e Auxiliar de Tesoureiro.

Considerando então as Portarias n.ºs. 28.988 (fl. 10), 26.223 (fl. 11) e 11.898 (fl. 12) e a descrição das atividades atinentes a cada cargo (fls. 13 e 14) e também o destacado na Informação prestada pelo Município em 30/07/10, pode-se concluir que os servidores nomeados para integrarem a Central do Controle Interno do Município desempenham outras atividades além das pertinentes ao Controle Interno.

Sobre a possibilidade de um mesmo servidor desenvolver atividades diversas das concernentes ao controle interno, cabe trazer ao processo fragmentos, destacados a seguir, da Informação n.º 60/2002, exarada pela Consultoria Técnica deste Tribunal em 19/08/02.

*5.1. Verificamos, então, a necessidade de que os **servidores responsáveis pelo controle interno tenham a aludida estabilidade**, o que nos faz concluir que os mesmos deveriam estar subordinados ao regime jurídico estatutário, ocupando cargo de provimento efetivo.*

(...)

E inobstante inexistir, até o momento, qualquer regramento definindo quais seriam as atividades típicas de Estado, entendemos que aquelas concernentes ao controle, pelos motivos já expostos e por outros que poderiam ser arrolados, deveriam ser exercidas tão-somente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que não ficariam sujeitos às possíveis pressões que pudessem sobre eles ser exercidas, a fim de que os mesmos pudessem atuar com tranqüilidade e, quando fosse o caso, cumprir o disposto no anteriormente transcrito §1º do art. 74 da Lei Maior.

*6. No que diz respeito à possibilidade de aproveitamento do profissional titular da área Contábil para atuação como responsável na área do controle interno, reportamo-nos, novamente, ao aludido Artigo, no qual foi referido que, “nos Municípios pequenos recomenda-se a criação de um único cargo admitindo-se, até mesmo, que as funções atribuídas à Unidade Central de Controle Interno sejam, **temporariamente**, acumuladas pelo próprio Chefe de Contabilidade. (...) Assim, mesmo que não sejam criados os cargos na hipótese do Chefe da Contabilidade acumular as funções, é indispensável que sejam cumpridas as atribuições e que se criem as condições necessárias para tanto”. (Grifamos.)*

*Segundo ressaltado no transcrito excerto do Artigo em foco, se as funções atribuídas à Unidade Central de Controle Interno forem exercidas pelo Chefe de Contabilidade, deverão sê-lo por **determinado período**, cabendo ao Poder Público providenciar para que um ou mais servidores sejam alocados à realização da atividade, fazendo, assim, com que o Chefe da Contabilidade possa retornar ao*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 60 | |

desempenho exclusivo de suas tarefas no menor tempo possível.

A proposta trazida pelo consulente, no sentido de que o mencionado Chefe possa exercer permanentemente esta tarefa, “evitando a nomeação de outro profissional com a mesma formação e oneração das contas públicas”, não merece prosperar, eis que a atribuição de responsabilidade pelo controle interno é atividade determinada constitucionalmente, apresentando caráter permanente, devendo, conseqüentemente, ser desempenhada por servidor (es) específico (s). Acaso o Titular do Setor de Contabilidade acumulasse ambas as tarefas, considerando que este Setor será, igualmente, objeto de análise pela citada Unidade Central, como o mesmo se autofiscalizaria? Não haveria, então, a observância ao princípio da segregação de funções.

(...)

Sendo assim, não está o Administrador Público observando aspectos legais ditados por este Tribunal de Contas por meio da Informação já comentada, uma vez que os três membros da Central do Sistema de Controle Interno vêm executando outras tarefas, além daquelas atribuídas pela Lei Municipal nº 2.233 (fls. 04 e 05) e pelo artigo 74 da Constituição Federal.

1.1.2. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE CONSULTORIA

Além de os servidores nomeados para a Central do Sistema de Controle Interno do Município desempenharem outras atividades que não só as de controle (v. seção 1.1.1), mantém o Executivo Municipal um contrato de prestação de serviços em assessoria e suporte técnico à Central do Controle Interno com a empresa GESTÃO LTDA., que foi assinado em 01/03/10 (fls. 15 a 18).

O objeto contratado foi assim definido (fls. 15 a 18):

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e suporte técnico à Central de Controle Interno através de planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão de Controle Interno.

O preço estabelecido foi este (fls. 15 a 18):

PREÇO: Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, englobando todas e quaisquer despesas que o(a) Contratado(a) tenha com a mesma, o Contratante pagará a quantia de R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos).

O prazo de vigência foi fixado em 12 meses, contados da assinatura (fls. 15 a 18).

Não houve procedimento licitatório. A contratação deu-se por inexigibilidade, conforme artigo 25, II, c/c o artigo 13, III, da Lei Federal nº 8.666/93 (fls. 15 a 18). O Administrador ao assim agir, não observou os mandamentos contidos nos artigos 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, que estabelecem como regra o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 61 | |

procedimento licitatório para a contratação de serviços.

Observou-se que a empresa GESTÃO LTDA. já presta o serviço de assessoria e suporte à Central do Controle Interno desde o ano de 2005, conforme consulta ao SIAPC (Relatório SIA1340 - Lista de Credores e Entidades Atendidas) (fls. 19 a 24).

Mais precisamente, assinou o Executivo Municipal de Campo Bom o contrato de prestação de serviços com a empresa GESTÃO LTDA. em 23/02/05 (fls. 25 a 29), também por inexigibilidade, com base no artigo 25, II, §1º, c/c o artigo 13, III da Lei Federal nº 8.666/93, cujo objeto foi assim definido:

(...)

A CONTRATADA, através da atuação de seu sócio gerente, Contador Jorge Bento de Souza, prestará a CONTRATANTE, no âmbito de sua especialização, os serviços de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e conforme fases de desenvolvimento do programa a ser descrito na cláusula segunda.

(...)

A cláusula segunda desse Termo de Ajuste teve a seguinte redação (fls. 25 a 29):

Segunda:

A CONTRATADA executará o trabalho de campo na sede do CONTRATANTE, em horários de expediente comercial, de acordo com a necessidade de horas que for demandada segundo as seguintes fases de desenvolvimento: Avaliação do Controle Interno existente, Criação e implantação de Normas e Procedimentos, Treinamento e Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo Único: A CONTRATADA também prestará serviços de consultoria no próprio escritório sede deste, nas solicitações por telefone, fax, ou e-mail, inclusive na criação e remessa de Normas e Procedimentos.

As alterações ao Contrato foram estas:

QUADRO 01

| Termo | Alterações |
|--|--|
| Aditivo assinado em 30/11/05 (fls. 30 e 31). | 1. Acréscimo de 24h de prestação de serviços no montante de R\$ 1.920,00. |
| Aditivo assinado em 30/12/05 (fl. 32). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/06. |
| Aditivo assinado em 23/02/06 (fl. 33). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 81,20. 2. Alteração do índice de reajuste, passando, a partir de 23/02/06, a ser o INPC. |
| Aditivo assinado em 29/12/06 (fl. 34). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/07. |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 62 | |

| Termo | Alterações |
|--|--|
| Aditivo assinado em 23/02/07 (fl. 35). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 83,43. |
| Aditivo assinado em 28/12/07 (fl. 36). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/08. |
| Aditivo assinado em 22/02/08 (fl. 37). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 87,94. |
| Aditivo assinado em 05/01/09 (fl. 38). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/09. |
| Aditivo assinado em 22/02/09 (fl. 39). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 93,15. |
| Aditivo assinado em 04/01/10 (fl. 40). | 1. Prorrogação do contrato por mais 02 meses, a partir de 01/01/10. |

No exercício de 2010, com base no contrato assinado em 2005 e seus aditivos e no firmado em 01/03/10, pagou o Executivo Municipal à empresa GESTÃO LTDA. o valor de R\$ 10.180,80, conforme demonstrado no quadro abaixo (fls. 41 a 52):

QUADRO 02

Quadro 02

| EMPENHO | | | PAGAMENTO | |
|---------|----------|-----------|-----------|-----------|
| Nº | EMISSION | VALOR | DATA | VALOR |
| 0071 | 04/01/10 | 2.980,80 | 19/02/10 | 1.490,40 |
| | | | 16/03/10 | 1.490,40 |
| 2011 | 01/03/10 | 18.000,00 | 15/04/10 | 1.800,00 |
| | | | 07/05/10 | 1.800,00 |
| | | | 08/06/10 | 1.800,00 |
| | | | 15/07/10 | 1.800,00 |
| | TOTAL | 20.980,80 | TOTAL | 10.180,80 |

O Controle Interno repassou a este Tribunal uma programação correspondente aos primeiros três trimestres do ano de 2010, elaboradas pela empresa GESTÃO LTDA. Transcreveu-se essa programação (fls. 53 a 55):

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PROGRAMAÇÃO AGENDA 1º TRIMESTRE DE 2010.

JANEIRO DE 2010:

07/01/2010 – ALMOXARIFADOS (OBRAS, SAÚDE, EDUCAÇÃO)

21/01/2010 – AUDITORIA CONTAS DE ENCERRAMENTO CONTÁBIL

FEVEREIRO DE 2010:

12/02/2010 – REVISÃO E REUNIÃO DAS NORMAS A IMPLANTAR

23/02/2010 – PATRIMÔNIO

MARÇO DE 2010:

08/03/2010 – RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS EXE. 2009

09/03/2010 – RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS EXE. 2009

PROGRAMAÇÃO AGENDA 2º TRIMESTRE DE 2010.

ABRIL DE 2010:

15/04/2010 – NI ADIANT. DIÁRIAS/REUNIÃO C/ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

23/04/2010 – EMPENHOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 63 | |

MAIO DE 2010:

06/05/2010 – CÂMARA DE VEREADORES

JUNHO DE 2010:

21/06/2010 – COMPAQ

28/06/2010 – EDUCAÇÃO

PROGRAMAÇÃO AGENDA 3º TRIMESTRE DE 2010.

JULHO DE 2010:

23/07/2010 – CHEFIA DOS MOTORISTAS DA ADM / MOTORISTAS DAS OBRAS

27/07/2010 – TESOURARIA / EMPENHOS

AGOSTO DE 2010:

05/08/2010 – NORMA DA FISCALIZAÇÃO / MEDICAMENTOS

25/08/2010 – IPASEM

SETEMBRO DE 2010:

01/09/2010 – CONTABILIDADE

23/09/2010 – LICITAÇÕES

Considerando o planejamento dos trabalhos da Central do Controle Interno elaborado pela empresa GESTÃO LTDA. e contratos com ela firmados e, ainda, que os servidores nomeados para o Controle Interno Municipal desempenham outras atividades na administração do Município além das atribuídas ao controle interno (v. seção 1.1.1), poder-se-á dizer que a atividade de Controle Interno no município de Campo Bom é desenvolvida praticamente pela empresa contratada para prestar assessoria e consultoria no assunto.

Caso fosse a contratação apenas uma consultoria ou assessoria, dispôs já o Município tempo suficiente para que os integrantes da Central do Controle Interno se adequassem às rotinas, processos e procedimentos necessários à realização das atividades de Controle, pois, como comentado antes, a empresa GESTÃO LTDA. presta esse serviço desde o exercício de 2005 e dois dos membros da Central estão nela lotados desde abril de 2002, conforme Portarias n.ºs. 17.902/2002 (fl. 06) e 17.903/2002 (fl. 07).

Assim, considerando o aditivo assinado em 04/01/10 (fl. 40) ao contrato firmado em 23/02/05 (fls. 25 a 29) e o Contrato de Prestação de Serviços n.º 035/2010 ajustado em 01/03/10 (fls. 15 a 18), conclui-se que o Administrador Municipal não observou, como já dito inicialmente, por ter contratado a empresa GESTÃO LTDA. por inexigibilidade, os preceitos contidos nos artigos 37, inciso XXI, da CF, e 2º e 3º da Lei Federal n.º 8.666/93, e, também, o Princípio da Economicidade, inserido na administração pública pelo artigo 70 da Constituição Federal, uma vez que é obrigação do Administrador gerir os recursos financeiros na busca dos melhores resultados econômicos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Sugere-se, portanto, que o valor de R\$ 10.180,80



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 64 | |

(v. QUADRO 02) pagos à empresa GESTÃO LTDA. neste exercício seja devolvido ao cofre do Município.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL

Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 65 | af. |



Processo nº 924-0200/10-5

Senhor Coordenador:

Encaminhamos à sua consideração o Relatório de Auditoria Ordinária Tradicional – Acompanhamento de Gestão nº 01/2010 do Executivo Municipal de Campo Bom, referente ao Exercício de 2010 (01/01 a 28/07)

Porto Alegre, 30 de Agosto de 2010.

APE Leandro Tadeu Souza dos Santos

Eda Regina D. Schwartz

APE Alberto Luiz Moreira da Costa

APE Adroaldo Xavier da Silva

Senhor Supervisor:

Em exame aos termos do Relatório de Auditoria, bem como à documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Porto Alegre, 10 de Setembro de 2010.

Everaldo Ranincheski

APE Everaldo Ranincheski
Coordenador

Senhor Diretor:

Encontra-se o Processo em condições de ser distribuído ao Exmo. Sr. Conselheiro-Relator. Solicita-se que, após as devidas providências, o mesmo retorne ao Serviço de Auditoria para ser dada sequência ao Acompanhamento de Gestão.

Porto Alegre, 15 de setembro de 2010.

Leo Arno Richter

APE Leo Arno Richter
Supervisor de Auditoria Municipal



| | |
|-------------|----------------------------------|
| Processo nº | 000924-02.00/10-5 |
| Matéria: | PROCESSO DE CONTAS |
| Órgão: | EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAMPO BOM |
| Exercício: | 2010 |
| Gestor: | FAISAL MOTHCI KARAM |

Vistos em Gabinete.

Nos termos do artigo 48, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 544/2000), determino a cientificação do Responsável quanto ao destacado no relatório de auditoria de folhas 56 a 65.

Após, seja o processo remetido à Supervisão de Auditoria Municipal – SAM para que se promova o acompanhamento da Gestão.

Gabinete, em 27-09-2010.

Conselheiro Cezar Miola,
Relator.

Intimado: Marcio Bertoglio - Presidente
Data da Decisão: 23/09/2010
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
Obs.: Fls. 40 a 44 e 63 a 66.

Relator: Cons. Marco Peixoto

Processo 1146-0200/09-2: Processo de Contas - Outros 2009
Órgão: CM DE NOVO HAMBURGO

Intimado: Antonio Carlos Lucas - Presidente
Data da Decisão: 27/09/2010
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
Obs.: Fls. 85 a 102, 129 a 148 e 298 a 301.

Intimado: Leonardo Hoff - Presidente
Data da Decisão: 27/09/2010
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
Obs.: Fls. 85 a 102, 129 a 148 e 298 a 301.

Intimado: Volnei Machado Campagnoni - Presidente em exerc.
Data da Decisão: 27/09/2010
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
Obs.: Fls. 85 a 102, 129 a 148 e 298 a 301.

Porto Alegre, 01 de outubro de 2010.

Cristina Assmann,
Diretora-Geral - em Substituição.

BOLETIM Nº 1020 / 2010 - SEÇÃO I **EDITAL DE INTIMAÇÕES**

Para os efeitos do disposto nos artigos 63 da Lei n. 11.424, de 06-01-2000, e 144 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, foi proferida a seguinte decisão:

Relator: Cons. Victor José Faccioni

Processo 1284-0200/10-6: Processo de Contas - Executivo 2010
Órgão: PM DE SALTO DO JACUÍ

Intimado: Ilton Larri Costa - Prefeito
Data da Decisão: 23/09/2010
Decisão: Tomar conhecimento
Obs.: Fls. 88 a 121 e 123.

Intimado: Jucemar Cecília de Moares Zimmer - Vice-Prefeita

Data da Decisão: 23/09/2010

Decisão: Tomar conhecimento

Obs.: Fls. 88 a 121 e 123.

Processo 4025-0200/10-3: Prest.Contas de Gestão Fiscal 2010

Órgão: PM DE ARARICÁ

Intimado: Flávio Luiz Foss - Prefeito

Data da Decisão: 27/09/2010

Decisão: Tomar conhecimento

Obs.: Fls. 67 a 71 e 73.

Intimado: Sérgio Delias Machado - Vice-Prefeito

Data da Decisão: 27/09/2010

Decisão: Tomar conhecimento

Obs.: Fls. 67 a 71 e 73.

Relator: Cons. Cezar Miola

Processo 924-0200/10-5: Processo de Contas - Executivo 2010

Órgão: PM DE CAMPO BOM

Intimado: Faisal Mothci Karam - Prefeito

Data da Decisão: 27/09/2010

Decisão: Tomar conhecimento

Obs.: Fls. 56 a 65 e 67.

Intimado: Suzana Ambros Pereira - Vice-Prefeita

Data da Decisão: 27/09/2010

Decisão: Tomar conhecimento

Obs.: Fls. 56 a 65 e 67.

Relator: Cons. Marco Peixoto

Processo 639-0200/10-6: Processo de Contas - Executivo 2010

Órgão: PM DE PANAMBI

Intimado: José Luiz de Mello Almeida - Vice-Prefeito

Data da Decisão: 28/09/2010

Decisão: Tomar conhecimento

Obs.: Fls. 320 a 344 e 346.

Intimado: Miguel Schmitt Prym - Prefeito

Data da Decisão: 28/09/2010

Decisão: Tomar conhecimento

Obs.: Fls. 320 a 344 e 346.

Porto Alegre, 01 de outubro de 2010.

Cristina Assmann,
Diretora-Geral - em Substituição.



Considera-se publicado
em 05/10/2010



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 70 | |




TERMO DE RECEBIMENTO E ANEXAÇÃO DE DOCUMENTOS AO PROCESSO

Recebemos os documentos de fls. 71 a 389 contendo manifestações do Representante Legal do Administrador Responsável sobre o Relatório de Auditoria Ordinária Tradicional – Acompanhamento de Gestão, de fls 56 a 65.

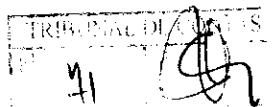
Em atendimento ao despacho do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator na fl. 67, estamos anexando os referidos documentos a este Processo.

Porto Alegre, 17 de novembro de 2010.


APE Everaldo Ranincheski,
Coordenador



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS



Tribunal de Contas-RS-Protocolo
CONCEITO ()-EM PROS X/04-NOV-2010/11:55:00/572-1/2

EXMO. SR. CONSELHEIRO CEZAR MIOLA
MD. RELATOR DO PROCESSO Nº 000924-02.00/10-5
EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAMPO BOM
EXERCÍCIO de 2010
RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA TRADICIONAL
ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO 1/2010

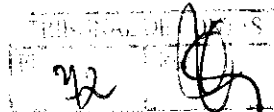


FAISAL MOTHCI KARAM, Prefeito Municipal de Campo Bom, por sua procuradora, vêm respeitosamente ante Vossa Excelência, nos autos do procedimento acima referido, e no prazo outorgado, apresentar **ESCLARECIMENTOS** sobre o destacado, considerando o seguinte:

1. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
- 1.1. INCONFORMIDADES NA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
- 1.1.1. SERVIDORES EXECUTANDO OUTRAS ATIVIDADES ALÉM DAS DE CONTROLE INTERNO

1. Assevera o d. Serviço de Auditoria desta Casa, em síntese:

a) que os integrantes do Sistema de Controle Interno da Municipalidade, instituído pela Lei Municipal n. 2.233/2001, exercem tal encargo concomitantemente com o exercício do cargo público municipal que titulam, violando o princípio da segregação de funções;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

b) que os Setores em que atuam os integrantes do Controle Interno local carecem de fiscalização, ou são auto fiscalizados;

c) *"que a atividade de Controle Interno no Município de Campo Bom é desenvolvida praticamente pela empresa contratada para prestar assessoria e consultoria no assunto."* (sic)

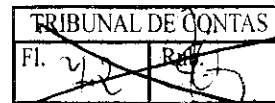
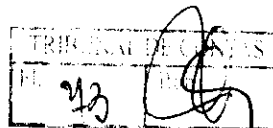
2. Com o devido acatamento, discorda o POSTULANTE das acusações em pauta.

3. Inobstante correta a assertiva de que os integrantes do Sistema de Controle Interno da Municipalidade exercem tal encargo concomitantemente com o exercício do cargo público municipal que titulam, não é verdadeira a afirmação de que *"que a atividade de Controle Interno no Município de Campo Bom é desenvolvida praticamente pela empresa contratada para prestar assessoria e consultoria no assunto."*

3.1. Inicialmente há que se ressaltar que a jornada laboral na Municipalidade se desenvolve das 12,30 hs. às 18.30 hs., e que as atividades do controle interno são sempre desenvolvidas pela Comissão, pela manhã, cf. documentos comprobatórios inclusos.

3.2. A seguir, presume-se decorrente de equívoco na verificação da documentação, a manifestação do d. Serviço de Auditoria desta Casa, no sentido de que o Controle Interno, em Campo Bom, é desenvolvido pelo serviço de assessoramento contratado.

3.2.1. Farta é a comprovação, que ora se anexa, de que dito Controle Interno é efetivamente empreendido pelos integrantes da pertinente Comissão.



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

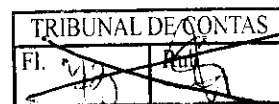
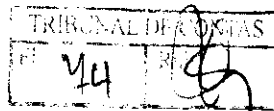
3.2.2. Logo, incompreensível a conclusão emitida, pois flagrante que a empresa contratada para assessorar o Sistema de Controle Interno da Municipalidade, efetivamente apenas empreende tal atividade (assessoramento), jamais lhe tendo sido delegada a atribuição de fiscalizar a atuação da Administração Municipal, e as Contas Municipais.

3.2.3. E decorrente de flagrante equívoco o fornecimento, ao Serviço de Auditoria desta Casa, da agenda sugerida pela empresa GESTÃO LTDA. ao Controle Interno Municipal, ao invés daquela elaborada por este próprio Sistema de Controle Interno.

3.3. A seguir, também não se verifica desrespeito ao *princípio da segregação de funções* (separação entre funções de autorização, aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal maneira que nenhum funcionário detenha poderes e atribuições em desacordo com este princípio de controle interno) na medida em que os integrantes do Sistema de Controle Interno local sempre tiveram o devido cuidado de não participar da fiscalização do seu próprio Setor.

3.3.1. Por conseguinte, amparo inexistente para que se afirme, ou haver auto-fiscalização, ou não haver fiscalização, pois nenhuma destas alternativas corresponde a realidade, consoante inclusa documentação comprobatória.

3.3.2. E também não é demais ressaltar, no ponto, que se conforme Informação nº 60/2002, exarada pela Consultoria Técnica do TCERGS, em 19/08/02, colacionada pelo d. Serviço de Auditoria, o próprio TCERGS admitiu a possibilidade do Contador empreender o Controle Interno, V.g. "6. No que diz respeito à possibilidade de aproveitamento do profissional titular da área Contábil para atuação como responsável na área do controle interno, reportamo-nos, novamente, ao aludido Artigo, no qual foi referido que, "nos Municípios pequenos recomenda-se a criação de um único cargo admitindo-se, até mesmo, que as funções atribuídas à Unidade Central de Controle Interno sejam, temporariamente, acumuladas pelo próprio Chefe de Contabilidade. (...) assim, mesmo que não sejam criados os cargos na hipótese do Chefe da Contabilidade acumular as funções, é indispensável que sejam cumpridas as atribuições e



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

que se criem as condições necessárias para tanto”. (grifamos.), obviamente o verificado em Campo Bom não tipifica violação ao *princípio da segregação de funções*, pois, se assim fosse, e certamente esta Casa não expediria a orientação supra transcrita, no sentido de que o contador integrasse o Controle Interno, ainda que temporariamente, pois seria irregular!

3.3.2.1. Afinal, todos sabemos que a violação de um princípio geral, independentemente do tempo pela qual ocorre, é irregular.

3.4. Estabelecido tudo isso, notória a falta de justificativa para o apontamento, devendo ser rejeitado, o que requer o POSTULANTE.

1. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

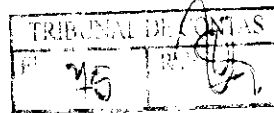
1.1. INCONFORMIDADES NA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1.1.2. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE CONSULTORIA

1. Com o devido acatamento, também neste item não assiste razão ao d. Serviço de Auditoria desta Casa.

2. Efetivamente, a empresa de assessoria GESTÃO LTDA., foi contratada pela Municipalidade com justificativa de inexigibilidade licitatória, dado o seu notório saber na área em que atua, o que se comprova, irrefutavelmente, pela documentação colacionada ao procedimento pertinente, que ora se anexa na íntegra.

2.1. Consoante ressalta J. Cretella Júnior, em seu livro “Das Licitações Públicas”, 6ª edição, p. 194, “Notoriedade não se confunde com habilitação profissional. Esta é a autorização legal obtida por pessoas físicas ou jurídicas para o exercício profissional; aquela, é o reconhecimento público e generalizado da alta capacidade técnica no desempenho da profissão e, em particular, da especialidade. Todo profissional dispõe de habilitação para o desempenho



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

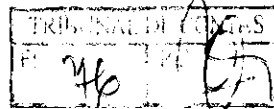
de sua atividade, mas nem todos têm notoriedade na profissão. Somente os de notória especialização é que a lei dispensa a licitação, admitindo a escolha e a contratação direta de seus serviços.”

2.1.1. E, nos termos lecionados por MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 6ª edição, 1999, p. 275, “[...] não se exige que o profissional tenha reconhecimento de sua capacitação e especialização perante toda a comunidade. Exige-se, isto sim, que se trate de profissional destacado e respeitado no seio da comunidade de especialistas em que atua. [...] Quer-se que, no mínimo, sua especialização seja conhecida e reconhecida no meio especializado em que desenvolve sua atividade específica.”

2.2. Por conseguinte, indiscutível o notório saber da contratada e dos respectivos integrantes nesta área de atuação, inigualável a respectiva experiência, demonstrada pelo assessoramento anterior a mais de 25 (vinte e cinco) Municípios e, singular a respectiva atuação, já que presencial, equivocada o posicionamento do d. Serviço de Auditoria desta Casa, na medida em que incensurável a contratação da referida empresa, sem processo licitatório, pois tipifica-se perfeitamente no disposto no art. 25 - inciso II e § 1º. c/c art. 13 - inciso II, ambos da Lei de Licitações.

2.2.1. E tanto assim é, que esta própria Casa, reconhecendo o notório saber da empresa, disponibilizou aos presentes, em seu treinamento realizado em Porto Alegre/RS, em abril de 2006, o modelo de *Manifestação Conclusiva* (apostila do TCE, pág. 116) desenvolvido pelo Prof. JORGE BENTO DE SOUZA, responsável técnico da empresa Gestão Ltda.!

2.3. Prosseguindo, as circunstâncias de ter sido mantido tal necessário assessoramento, desde 2005, ao



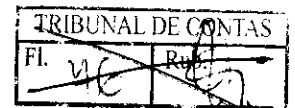
MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

contrário do asseverado pelo d. Serviço de Auditoria, vai de encontro as orientações desta própria Casa, v.g. constantes da apostila disponibilizada aos municípios em janeiro/2008, com “*Orientações para o Encerramento de Mandato*”, as quais, entre outras, seriam os dez mandamentos do bom administrador público; ou seja: - 1 - Planeje 2 - Cumpra o Planejado 3 - Cumpra a lei 4 - Seja prudente 5 - Aprenda com a experiência 6 - Seja transparente 7 - Documente seus atos 8 - Mantenha assessoria técnica competente (grifo nosso) 9 - Seja eficiente e eficaz 10 - Seja ético - tenha sempre em vista o interesse público; sem isso, todos os demais mandamentos não tem sentido. (Fonte: Tribunal de Contas da União).

2.3.1. Veja-se que em sendo diuturnas as alterações legais no País, e constante a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos, e de ampliação da fiscalização em decorrência do rotineiro crescimento da máquina administrativa, o serviço de assessoria não se esgota na singela ministração de rumos básicos a serem seguidos, e instituição de rotinas a serem obedecidas.

2.3.2. Ao contrário! Cada vez se faz mais necessária a presença de um assessoramento constante e presencial, de sorte a abastecer os assessorados de meios mais modernos e eficazes de desempenhar as respectivas funções, de emitir orientações objetivando prevenir problemas, de apurar os métodos fiscalizatórios, e de dirimir, rapidamente, impasses que surjam.

2.3.3. Em uma economia onde a Administração Pública deve buscar, por orientação constitucional, os resultados das suas finalidades com o menor custo, o Estado indiscutivelmente necessita contar com a participação de terceiros, porque fornecem uma prestação de serviços mais simples, mais rápida, e mais econômica, elevando a relação custo/benefício do trabalho público.



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

2.4. Estabelecido tudo isso, indiscutível a correção do procedimento adotado pela Administração Municipal, nenhum valor há a ser devolvido pela empresa aos Cofres Municipais, seja porque é inegável que prestou os serviços pelos quais foi contraprestada conforme ajustado, seja porque sendo necessários tais serviços, nenhuma afronta há ao princípio constitucional da economicidade.

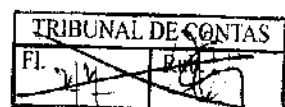
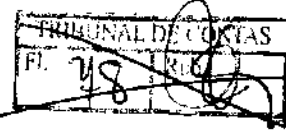
ISTO POSTO,

requer se digne Vossa Excelência receber a presente e a documentação que a ampara, e a vista de tudo, rejeitar os apontes do d. Serviço de Auditoria, e ter como adequada a postura do Postulante nos casos pinçados.

Assim, pede deferimento.
Campo Bom, 04 de novembro de 2010.

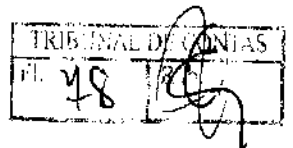
pp.

Eunice Schumann - OAB/RS 11237



Eunice Schumann - OAB/RS 11237

PROCURAÇÃO



OUTORGANTE: FAISAL MOTHCI KARAM, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1006351199-SSP/RS, CPF nº 309.364.890-94, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Bom/RS, no Bairro Santa Lúcia - Rua Guido Arnhold, nº 143.

OUTORGADA: EUNICE SCHUMANN, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob nº 11.237, estabelecida na Avenida Independência, nº 800 - Bairro Centro, em Campo Bom/RS - CEP 93700000 - Fone/Fax 3598.8600.

FINS: Pelo presente instrumento de mandato, o Outorgante nomeia e constitui a Outorgada sua bastante procuradora, para representá-lo judicial ou extrajudicialmente, em qualquer foro ou jurisdição, e especialmente, em quaisquer demandas em que for autor, réu, ou por qualquer forma interessado.

PODERES: Para tanto, outorga-lhe os poderes gerais da cláusula *ad judicium*, mais os poderes especiais de acordar, transigir, desistir, renunciar, reconvir, remir, adjudicar, arrematar, partilhar, firmar compromisso, receber, dar quitação, e praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao pleno e fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

Campo Bom/RS, 22 de março de 2010

TABELIONATO FLECK
Rua Airton, 345 - CEP 93700-000 - Fone/Fax: (51) 3597-1240 - Campo Bom - RS
Tabelião: Waldir Fleck
Recebi a firma de FAISAL MOTHCI KARAM, por SEMPRENÇA, com
existente no arquivo deste Tabelionato, por
Emtestemunho da verdade
Campo Bom, 23 de março de 2010
Celia Cavilione da Silva - Escrivente Autorizada
Escr.: R\$2,50 + Sel. digital - R\$0,20 - 0084.01.090009.80000

Rua Gomes Portinho, nº 17 - sala 306
Centro - Novo Hamburgo/RS
CEP 93510.360 - Fone-Fax 3596.3000

TABELIONATO FLECK
Rua Airton, 345 - CEP 93700-000 - Fone/Fax: (51) 3597-1240 - Campo Bom - RS
Tabelião: Waldir Fleck
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente cópia fotostática está idêntica ao original, motivo pelo qual autentic-a na forma da Lei.
Campo Bom, 23 de março de 2010
Celia Cavilione da Silva - Escrivente Autorizada
Escr.: R\$2,50 + Sel. digital - R\$0,20 - 0084.01.090009.80000



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 33/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 06 de outubro de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do **Departamento de Arrecadação e Fiscalização** no dia **18/10/2010**, às **8:30 hs.**, para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

Setor de Controle Interno.
JERRI LUIS DE MORAES

Ilma Sra.
CÉLIA FROEHLICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 32/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 24 de setembro de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do **Departamento de Compras e Licitações** no dia **30/09/2010**, às **9:00 hs.**, para procedimentos normais de exames de rotina. Informamos, também, que neste dia estaremos formatando o Relatório de Normas Internas do Setor de Arrecadação e Fiscalização.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno.
JERRI LUIS DE MORAES

Ilma Sra.
CÉLIA FROEHLICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 31/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 23 de agosto de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do IPASEM-Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores de Campo Bom, no dia **26/08/2010**, às **8:30 hs.**, para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a disponibilidade da documentação abaixo relacionada, bem como a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

- Balancetes da despesa, receita e verificação até 31/07/2010;
- Documentos referente contratos de assistência a saúde;
- Documentos referente Contratos de Terceirização e licitações;
- Documentos referente Departamento de Pessoal, pastas funcionais, concursos públicos, nomeações;
- Extratos de aplicações de saldos financeiros;
- Cargos e salários e leis de regime;
- Última planilha do cálculo de atualização atuarial;
- Lançamentos dos cálculos atuariais;
- Livro de Atas dos Conselhos;
- Empenhos.

Desde já agradecemos pela atenção.
Atenciosamente,

Setor de Controle Interno.
Jerri Luis de Moraes

Ilmo Sra.
MÁRCIA ELISA ALVES
Presidente do Conselho Deliberativo
IPASEM- Inst.Prev.Assist.serv.Munic.
NESTA CIDADE

Recebido 23/08/10

Cláudia D. Becker



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 30/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 05 de agosto de 2010.

PREZADA SENHORA:

O Tribunal de Conta do Estado do Rio do Sul, através da circular DCF-Gab. N.º 20/2010, do TCE-RS, solicita que o Sistema de Controle Interno remeta as informações de compras e/ou vendas de Títulos Públicos, através do sistema de informática do próprio tribunal.

Na qualidade de responsáveis pelo Órgão de Controle Interno do Município, solicitamos que seja informado a esse Controle Interno até a data de 10/08/2010, se o IPASEM-Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos de Campo Bom adquiriu ou vendeu Títulos Públicos a partir de 01/01/2006 até a presente data.

O documento referido segue em anexo, para que Vossa Senhoria tome conhecimento e as medidas necessárias.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

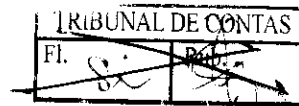
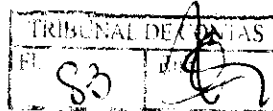
**SETOR DE CONTROLE INTERNO
Jerri Luis de Moraes**

Recebido em 05/8/10
[Handwritten signature]

**A Ilma. Sra.
MÁRCIA ALVES
Presidente do IPASEM - Inst.Prev.Assist.Servidores de Campo Bom
NESTA CIDADE**



**Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de
Campo Bom**



Campo Bom, 09 de agosto de 2010.

Ofício nº 043/2010

Em atenção ao Ofício de nº 030/2010, de 05 de agosto de 2010, enviado a Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom, viemos informar a este Órgão de Controle Interno Municipal, que a atual Diretoria Executiva deste Instituto não tem conhecimento sobre compra ou venda de Títulos Públicos por parte desta Autarquia a partir de 1º de janeiro de 2006.

Diante disso, o IPASEM/CB vem informar que pela sua atual política de investimentos, o mesmo possui cotas de fundos de investimentos que tem na composição de sua carteira Títulos Públicos, porém não negocia diretamente a compra e a venda destes Títulos.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente,

DIRETORIA EXECUTIVA DO IPASEM/CB

Karini Pinheiro Cioccarri
Superintendente Geral IPASEM/CB

Greice Gomes da Silva Hoerlle
Diretora de Previdência

Karine Andriolli Faria
Diretora de Assistência

Exmo. Senhor Jerri Luis de Moraes
Controle Interno Municipal



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 28/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 20 de julho de 2010.

PREZADO SENHOR:

Vimos por meio deste informar-lhe que o **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**, visitará as dependências do **setor responsável pela frota de veículos e motoristas que atuam na Administração e Secretaria de Obras** no dia **23/07/2010**, a partir das 9:00 hs., para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Nirio Edio Breunig
Sec. De Obras Serv.
Urbanos e Trânsito


Setor de Controle Interno
Jerri Luis de Moraes

**Ilmo Sr.
NÍRIO EDIO BREUNIG
SECRETÁRIO DE OBRAS, SERV. URBANOS E TRÂNSITO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 27/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 20 de julho de 2010.


PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do setor responsável pela frota de veículos e motoristas que atuam na Administração e Secretaria de Obras no dia 23/07/2010, a partir das 9:00 hs., para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos.

Desde já agradecemos pela atenção.

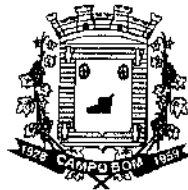
Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Jerri Luis de Moraes

Recebido dia 24/07/10



Ilma Sra.
REJANE GRIESANG SCHENKEL
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 26/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 24 de junho de 2010.


PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências da Secretaria de Educação e Cultura, bem como o Depósito da Merenda Escolar, e as dependências de algumas Escolas de Ensino Fundamental e Infantil, no dia **28/06/2010**, à partir das 8:30 hs., para procedimentos normais de exames de rotina.


Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno.
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma Sra.
ELIANE DOS REIS
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**

Secretaria de Educação e Cultura.
Recebido em **25/06/10**




**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 25/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 18 de junho de 2010.

PREZADO SENHOR:

O Sistema de Controle Interno, procedeu as verificações dos documentos dessa Egrégia Câmara, referente ao exercício de 2009, no dia 17/06/2010, em conformidade com o artigo 16 da Lei nº 2.233/2001, e artigo 1º da Lei 2.655/2004 que definiu as atribuições do Controle Interno do município de Campo Bom.

Na qualidade de responsáveis pelo Órgão de Controle Interno do Município, vimos apresentar o Relatório e Parecer de Balanço-2009, que deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de contas referente ao Exercício de 2009, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

O documento referido segue em anexo, para que Vossa Senhoria tome conhecimento e as medidas necessárias.

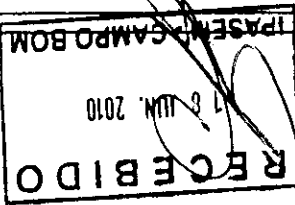
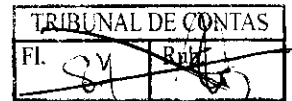
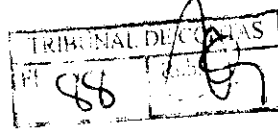
Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

Recebido
25/06/2010


SETOR DE CONTROLE INTERNO
Ilone Maria Zimmermann

**ILMO SR.:
VEREADOR DEOCLÉCIO SCHÜETZ
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 24/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 18 de junho de 2010.

PREZADA SENHORA:

O Sistema de Controle Interno, procedeu as verificações dos documentos do IPASEM-Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores de Campo Bom, nos dias 17/06/2010 e 18/06/2010, em conformidade com o artigo 16 da Lei n.º 2.233/2001, e artigo 1º da Lei 2.655/2004 que definiu as atribuições do Controle Interno do município de Campo Bom.

Na qualidade de responsáveis pelo Órgão de Controle Interno do Município, vimos apresentar o Relatório e Parecer de Balanço-2009, que deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de contas referente ao Exercício de 2009, em conformidade com o previsto no art.74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

O documento referido segue em anexo, para que Vossa Senhoria tome conhecimento e as medidas necessárias.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,



**SETOR DE CONTROLE INTERNO
Ilone Maria Zimmermann**

A Ilma. Sra.
MÁRCIA ALVES
Presidente do IPASEM - Inst.Prev.Assist.Servidores de Campo Bom
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 23/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 16 de junho de 2010.


PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do **Setor da COMPAQ** no dia **21/06/2010**, às 9:00 hs., para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma Sra.
BEATRIZ GASPAR FAGUNDES
SECRETÁRIA DE GABINETE
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**


**Beatriz Fagundes
Secretaria Geral**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 22/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 14 de maio de 2010.

PREZADO SENHOR:

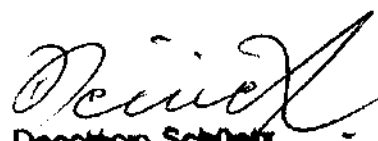
Conforme é de seu conhecimento, o Sistema de Controle Interno, procedeu as verificações dos documentos dessa Egrégia Câmara, referente ao período de Janeiro/2010 à 05 de Maio de 2010, no dia 11/05/2010, em conformidade com o artigo 16 da Lei nº 2.233/2001, e artigo 1º da Lei 2.655/2004 que definiu as atribuições do Controle Interno do município de Campo Bom.

Na qualidade de responsáveis pelo Órgão de Controle Interno do Município, vimos apresentar o Relatório de Auditoria referente aos trabalhos executados.

O documento referido segue em anexo, para que Vossa Senhoria tome conhecimento e as medidas necessárias.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,


Deoclécio Schütz
Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Bom


SETOR DE CONTROLE INTERNO
Ilone Maria Zimmermann

ILMO SR.:
VEREADOR DEOCLÉCIO SCHÜETZ
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 21/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 04 de maio de 2010.

PREZADO SENHOR:

Vimos por meio deste informar-lhe que a visita do SISTEMA DE CONTROLE INTERNO as dependências desta Egrégia Câmara, programada para o dia 06/05/2010, fica transferida para o dia **11/05/2010**, às 12:30 hs., para procedimentos normais de exames de rotina.

Relacionamos a seguir alguns documentos, que gostaríamos fossem disponibilizados para que possamos efetuar os trabalhos de Auditoria.

- Pastas com as Leis; Livro das Atas e Livro de presenças;
- Nomeação de Pessoal e Lei de aprovação de cargos;
- Pastas funcionais; Relação de salários;
- Publicação anual de subsídios; Limite de gasto com pessoal;
- Licitações; Despesas de Viagens e Autorizações; Despesas com Cursos e Seminários;
- Contribuições Previdenciárias;
- Repasse financeiro- Duodécimo;
- Publicações RGF; Prestação de Contas do exercício de 2008.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

Carla Bencke
05/05/10

**ILMO SR.:
VEREADOR DEOCLÉCIO SCHÜETZ
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 20/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna nº 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilmo. Sr.
GISELA MARIA DE SOUZA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**

*Recebido
04/05/10
RS*



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 19/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna nº 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

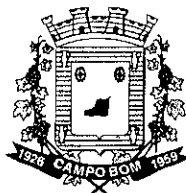
Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

Recebi
04/05/10

**Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann**

**Ilmo. Sr.
BEATRIZ GASPAR FAGUNDES
SECRETARIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 18/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADO SENHOR:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna n.º 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna n.º 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna n.º 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna n.º 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno,
Ilone Maria Zimmermann


Ilmo. Sr.
MAXIMILIANO M. SOUZA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 17/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADO SENHOR:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna nº 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

*Recebido 05/05/10
Faisal*

[Assinatura]
Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilmo. Sr.
NÍRIO ÉDIO BREUNIG
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRÂNSITO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 16/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADO SENHOR:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

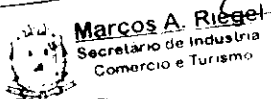
- Norma Interna n.º 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna n.º 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna n.º 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna n.º 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

Ciente 04/05/2010
Marcos A. Riegel



Ilmo. Sr.

**MARCOS ALFREDO RIEGEL
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**

[Assinatura]
Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 15/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna nº 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma. Sra.
ILAINE SALETI PLETSCH
SECRETARIA DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**

Daniel Costa - 04/05/2010



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 14/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna nº 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

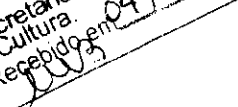
Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma Sra.
ELIANE DOS REIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**

Secretaria de Educação
e Cultura.
Recebido em 04/05/10




**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 13/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faisal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna nº 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.

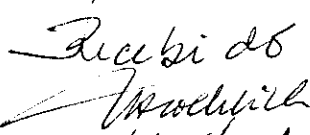
Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta Secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma Sra.
CÉLIA FROEHLICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**


04/05/2010



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 12/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

PREZADA SENHORA:

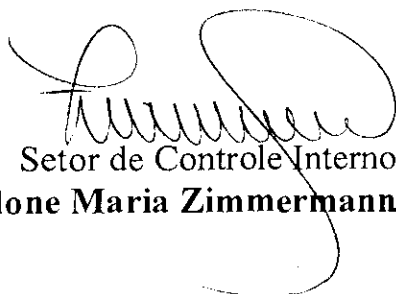
Vimos por meio deste informar-lhe que o Sistema de Controle Interno, autorizado pelo Sr. Faísal Mothci Karam, Prefeito Municipal, visando melhor transparência nos processos existentes o melhor andamento dos serviços, implantará a contar do dia 03/05/2010, as seguintes Normas Internas:

- Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Norma Interna nº 10/2010 – Programas de Incentivos da SICTUR;
- Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos.


Segue em anexo cópia das normas (somente as que possuem relação com esta secretaria).

Certo de vossa colaboração, no que diz respeito a sua Secretaria, desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma Sra.
REJANE GRIESANG SCHENKEL
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**

Recebido dia 04/05/10 



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 11/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 30 de abril de 2010.

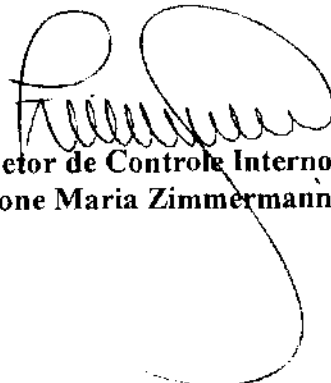
PREZADO SENHOR:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências desta Egrégia Câmara no dia **06/05/2010**, às **8:30 hs.**, para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


**Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann**

*Recebido em: 30/04/10
Carla Bercke*

**ILMO SR.:
VEREADOR DEOCLÉCIO SCHÜETZ
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 10/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 17 de fevereiro de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do **Setor de Patrimônio** no dia **23/02/2010**, às 9:00 hs., para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

18/02/2010

Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma Sra.
REJANE GRIESANG SCHENKEL
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 09/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 12 de fevereiro de 2010.

PREZADA SENHORA:


Vimos por meio deste solicitar que seja encaminhado à este Controle Interno, as providências que foram tomadas referente o Relatório de Auditoria N° 16/2009 emitido em 24/11/09.

Aguardamos o mais breve retorno.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

18/02/2010


Ilma Sra.
REJANE GRIESANG SCHENKEL
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 08/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 12 de fevereiro de 2010

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste solicitar que seja encaminhado à este Controle Interno, as providências que foram tomadas referente o Relatório de Auditoria N.º 13/2009 emitido em 17/09/09.

Aguardamos o mais breve retorno.
Desde já agradecemos pela atenção.
Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

Ilma Sra.
GISELA MARIA DE SOUZA
RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE

*Recebido
14/02/10
Ricardo*



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 07/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 12 de fevereiro de 2010.

PREZADO SENHOR:


Vimos por meio deste solicitar que seja encaminhado à este Controle Interno, as providências que foram tomadas referente o Relatório de Auditoria N.º 11/2009 emitido em 26/08/09.

Aguardamos o mais breve retorno.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

Recebido:
18/02/2010


Ilmo Sr.
MARCOS ALFREDO RIEGEL
SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 06/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 12 de fevereiro de 2010.

PREZADO SENHOR:

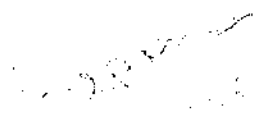
Vimos por meio deste solicitar que seja encaminhado à este Controle Interno, as providências que foram tomadas referente o Relatório de Auditoria N.º 03/2009 emitido em 17/02/09 e Relatório de Auditoria N.º 14/2009 emitido em 02/10/09.

Aguardamos o mais breve retorno.
Desde já agradecemos pela atenção.
Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann


18/02/10

**Ilmo Sr.
NÍRIO EDIO BREUNIG
SECRETÁRIO DE OBRAS, SERV. URBANOS E TRÂNSITO
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**


18/02/10



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 05/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 12 de fevereiro de 2010.

PREZADO SENHOR:

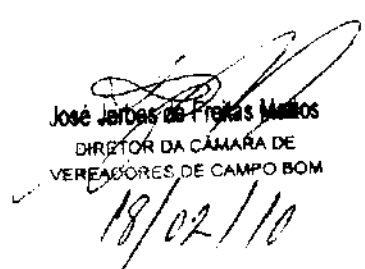
Vimos por meio deste solicitar que seja encaminhado à este Controle Interno, as providências que foram tomadas referente o Relatório de Auditoria Nº 06/2009 emitido em 18/06/09.

Aguardamos o mais breve retorno.

Desde já agradecemos pela atenção.

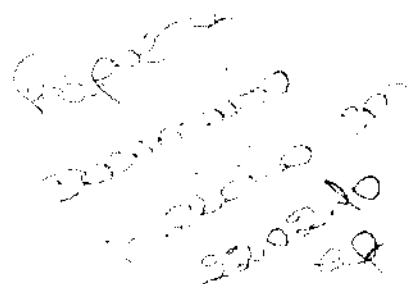
Atenciosamente,


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann


José Jairo de Freitas Mattos
DIRETOR DA CÂMARA DE
VEREADORES DE CAMPO BOM

18/02/10

Ilmo Sr.
DEOCLÉCIO SCHUETZ
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE


Recebido
22.02.10
22



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 04/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 12 de fevereiro de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste solicitar que seja encaminhado à este Controle Interno, as providências que foram tomadas referente os Relatórios de Auditoria emitidos no exercício de 2009: **RA 10/2009**, de 18/08/09, **RA 18/2009**, de 17/12/09.

Aguardamos o mais breve retorno.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

*Recb
- 17/02/10*


Setor de Controle Interno
Ilone Maria Zimmermann

**Ilma Sra.
CÉLIA FROHELICH
SECRETÁRIA DA FAZENDA
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 02/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 04 de janeiro de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do **Setor de Almoxarifado de Medicamentos** no dia **07/01/2010**, às **12:30 hs.**, para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,


Setor de Controle Interno.
Ilone Maria Zimmermann

Ilma Sra.
SUZANA AMBROS PEREIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE

RECEBIDO EM 04.01.10




**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

OFÍCIO N.º 01/2010 – CONTROLE INTERNO - CAMPO BOM, 04 de janeiro de 2010.

PREZADA SENHORA:

Vimos por meio deste informar-lhe que o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, visitará as dependências do **Setor de Almoxarifado** no dia **07/01/2010**, às **9:00 hs.**, para procedimentos normais de exames de rotina.

Solicitamos a presença de uma pessoa que possa nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Desde já agradecemos pela atenção.

Atenciosamente,

*Recebido
04/01/2010*

[Assinatura]
Setor de Controle Interno.
Ilone Maria Zimmermann

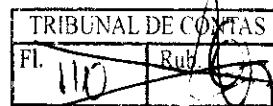
**Ilma Sra.
CÉLIA FROEHLICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA CIDADE**



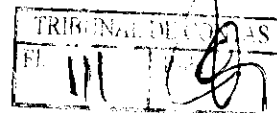
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2010 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE CAMPO BOM
2º Quadrimestre



410252335867336



| Para uso do Tribunal de Contas | |
|-----------------------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |



11.1.0.1
27/09/2010
13:03:28
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE CAMPO BOM
CNPJ: 90832619000155
ORGÃO Nº: 43900

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

| CNPJ | Nome da Entidade | Tipo | É RPPS ? | Cód. Barras do RVE |
|----------------|--|-----------|----------|--------------------|
| 94707817000148 | INST. PREV. ASSIST. SERV. MUNIC. CAMPO BOM | Autarquia | SIM | 410132964540873 |

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | Valor Ajustado |
|---|----------------|
| Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) | 91.403.004,05 |

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
|---|----------------|---------|
| Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses | 35.159.995,57 | 38,47% |
| Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59 | | 48,60 % |
| Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22 | | 51,30 % |
| Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20 | | 54,00 % |

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

| DÍVIDA | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
|---|----------------|----------|
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00% |
| Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59 | | 108,00 % |
| Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º | | 120,00 % |

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
|---|----------------|---------|
| Total das Garantias | 0,00 | 0,00% |
| Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59 | | 28,80 % |
| Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º | | 32,00 % |

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
|---|----------------|---------|
| Operações de Crédito Internas e Externas | 172.700,00 | 0,19% |
| Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59 | | 14,40 % |
| Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º | | 16,00 % |
| Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO | 0,00 | 0,00% |
| Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10 | | 6,30 % |
| Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10 | | 7,00 % |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2010 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE CAMPO BOM
2º Quadrimestre

| TRIBUNAL DE CONTAS | |
|--------------------|---------|
| FL. 111 | Rubrica |



410252335857336

| TRIBUNAL DE CONTAS | |
|--------------------|---------|
| FL. 112 | Rubrica |

| Para uso do Tribunal de Contas | |
|-----------------------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |



11.1.0.1

27/09/2010

13:03:28

Pág.: 2/2

CAMPO BOM, 27 de Setembro de 2010.

Prefeito Municipal: FAISAL MOTHCI KARAM

Responsável pela Administração Financeira: CÉLIA FROHLICH

Responsável pelo Controle Interno: JERRI LUIS DE MORAES

L

Vi



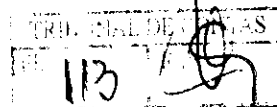
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER LEGISLATIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
CM DE CAMPO BOM

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 112 | Rubrica |

| | |
|-----------------------------------|---------|
| Para uso do Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



2.1.0.0

18/05/2010

17:39:37

Pág.: 1/2

Nome da Entidade: CM DE CAMPO BOM

CNPJ: 02328731000196

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 210321424023909 (Modelo 14)

Lei de Instituição do Controle Interno: 2.233/2001-20/12/01

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

Responsável pelo Controle Interno

| F | NOME | CARGO | EMAIL | TELEFONE |
|-------------|------------------------|-----------|--------------------------|--------------|
| 50830104020 | ILONE MARIA ZIMMERMANN | CONTADORA | ilone@campobom.rs.gov.br | (51)35985473 |

- Demais Integrantes do Controle Interno

| CPF | NOME |
|-------------|-----------------------|
| 21744475091 | TELMO CORREA SOBRINHO |
| 56217269015 | JERRI LUIS DE MORAES |

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Legislativo.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Quadrimestre de 2010, foram efetuadas pelo Poder Legislativo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Observações: Os relatórios referente ao 1º Quadrimestre/2010 serão publicados no Mural e na internet no dia 28/05/2010 e será publicado no dia 28/05/2010 no Jornal "A GAZETA".

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Legislativo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Quadrimestre de 2010.

O Poder Legislativo não excedeu o limite de 6% da Despesa com Pessoal no 1º Quadrimestre de 2010.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Administrador para o TCERS

NADA A DECLARAR.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER LEGISLATIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
CM DE CAMPO BOM

| TRIBUNAL DE CONTAS | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |

| Para uso do Tribunal de Contas | |
|-----------------------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |



110521614013415

| TRIBUNAL DE CONTAS | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |

2.1.0.0
18/05/2010
17:39:37
Pág.: 2/2

CM DE CAMPO BOM, 18/05/2010

Presidente da Câmara Municipal: DEOCLECIO SCHUETZ

Nome do Responsável pelo Controle Interno: ILONE MARIA ZIMMERMANN



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2010 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE CAMPO BOM
1º Quadrimestre



Para uso do
Tribunal de Contas
Fl. Rubrica

11.0.0.1
14/05/2010
17:39:33
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE CAMPO BOM

CNPJ: 90832619000155

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

| CNPJ | Nome da Entidade | Tipo | É RPPS ? | Cód. Barras do RVE |
|----------------|--|-----------|----------|--------------------|
| 94707817000148 | INST. PREV. ASSIST. SERV. MUNIC. CAMPO BOM | Autarquia | SIM | 210132382066073 |

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

| Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 | | Valores expressos em reais |
|---|--|----------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | | Valor Ajustado |
| Atrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) | | 87.235.645,60 |

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

| Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55 | | Valores expressos em reais |
|---|----------------|----------------------------|
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
| Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses | 32.779.711,92 | 37,58% |
| Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59 | | 48,60 % |
| Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22 | | 51,30 % |
| Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20 | | 54,00 % |

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

| Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55 | | Valores expressos em reais |
|---|----------------|----------------------------|
| DÍVIDA | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00% |
| Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59 | | 108,00 % |
| Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º | | 120,00 % |

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

| Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55 | | Valores expressos em reais |
|--|----------------|----------------------------|
| GARANTIAS DE VALORES | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
| Total das Garantias | 0,00 | 0,00% |
| Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59 | | 28,80 % |
| Limite Legal Ampliado - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º | | 32,00 % |

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

| Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55 | | Valores expressos em reais |
|--|----------------|----------------------------|
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR AJUSTADO | % s/RCL |
| Operações de Crédito Internas e Externas | 172.700,00 | 0,20% |
| Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59 | | 14,40 % |
| Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º | | 16,00 % |
| Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO | 0,00 | 0,00% |
| Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10 | | 6,30 % |
| Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10 | | 7,00 % |



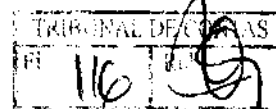
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2010 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE CAMPO BOM
1º Quadrimestre



210250232163820



| | |
|--------------------|---------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



11.0.0.1

14/05/2010

17:39:33

Pág: 2/2

CAMPO BOM, 14 de Maio de 2010.

Prefeito Municipal: FAISAL MOTHICI KARAM

Responsável pela Administração Financeira: CÉLIA FROENLICH

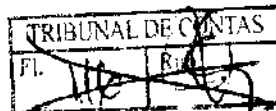
Responsável pelo Controle Interno: ILONE MARIA ZIMMERMANN



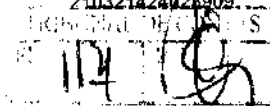
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2010
CM DE CAMPO BOM
1º Quadrimestre



210321424028909



| Para uso do Tribunal de Contas | |
|-----------------------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |



11.0.0.1

18/05/2010

16:00:17

Pág.: 1/2

Nome da Entidade: CM DE CAMPO BOM

CNPJ: 02328731000196

Geração do PAD: Poder Legislativo

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | VALOR AJUSTADO |
|---|----------------|
| Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) | 86.960.494,23 |

MODELO 10 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR AJUSTADO | % S/RCL |
|---|----------------|---------|
| Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses | 1.570.903,21 | 1,81 % |
| Límite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59 | | 5,40 % |
| Límite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22 | | 5,70 % |
| Límite Legal - LRF, alínea "a" do Inciso III do art. 20 | | 6,00 % |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2010
CM DE CAMPO BOM
1º Quadrimestre

| | |
|--------------------|-----|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. | 118 |



210321424023909

| | |
|--------------------|-----|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. | 118 |

| | |
|-----------------------------------|---------|
| Para uso do Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



11.0.0.1

18/05/2010

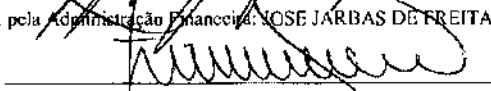
16:00:17

Pág.: 2/2

CAMPO BOM, 18 de Maio de 2010


Presidente da Câmara Municipal: DEOCLÉCIO SCHUETZ


Responsável pela Administração Financeira: JOSE JARBAS DE FREITAS MATTOS


Responsável pelo Controle Interno: ILONE MARN ZIMMERMANN



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

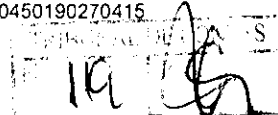
PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



| | |
|-----------------------------------|---------|
| Para uso do Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



110450190270415



2.1.0.0
17/05/2010
14:42:25
Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE CAMPO BOM

CNPJ: 90832619000155

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 210250232163820 (Modelo 9)

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Autarquia/Fundação

Lei de Instituição do Controle Interno: 2.233/2001-20/12/01

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

| CPF | NOME | CARGO | EMAIL | TELEFONE |
|-------------|------------------------|-----------|--------------------------|--------------|
| 50830104020 | ILONE MARIA ZIMMERMANN | CONTADORA | ilone@campobom.rs.gov.br | (51)35985473 |

- Demais Integrantes do Controle Interno

| CPF | NOME |
|-------------|-----------------------|
| 2174475091 | TELMO CORREA SOBRINHO |
| 56217269015 | JERRI LUIS DE MORAES |

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada será realizada na Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Observações: A Audiência Pública referente ao 3º Quadrimestre de 2009, foi realizada no dia 22/02/2010, na Câmara Municipal de Vereadores, dentro do Prazo Legal. A Audiência Pública referente ao 1º Quadrimestre de 2010, será realizada no dia 24/05/2010, na Câmara Municipal de Vereadores, dentro do prazo legal.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 3.473/2009, publicada em 30/10/2009:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

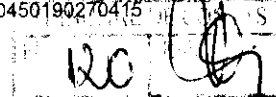
PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



| | |
|--------------------|---------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



110450190270415



2.1.0.0
17/05/2010
14:42:25
Pág.: 2/6

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2010 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2010, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS, entretanto não possui o dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Observações: O Município somente possui RPPS. Não possui outros fundos públicos ou programas estatais que necessitem de avaliações de natureza atuarial.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

- Foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;
- Foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;
- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM

| | |
|--------------------|--------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 12 | Rub. 1 |

| | |
|-----------------------------------|---------|
| Para uso do Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



| | |
|--------------------|--------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 12 | Rub. 1 |



2.1.0.0
17/05/2010
14:42:25
Pág.: 3/6

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Quadrimestre de 2010, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Quadrimestre de 2010 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou, no 1º Quadrimestre de 2010, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1040.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 23/03/2010 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Observações: As contas referente ao exercício de 2009 foram encaminhadas ao Poder Executivo do estado em 25/03/2010, cfe. certidão nº 105/2010, processo nº 046010-14.00/06-2.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

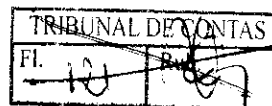
Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.



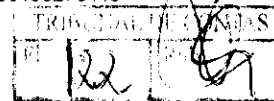
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



| | |
|--------------------|---------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



2.1.0.0
17/05/2010
14:42:25
Pág.: 4/6

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Quadrimestre de 2010 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Observações: OBSERVAÇÕES ANISTIA Lei Municipal nº 3.460/2009 de 22/09/2009 - Concede anistia parcial. Período de 05 de outubro de 2009 até 18 de janeiro de 2010. Anistia concedendo redução de 95% do valor das penalidades moratórias de juros e multas de quaisquer débitos para com o município de Campo Bom, relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano-ITPTU, ISSQN, Contribuição de Melhorias, taxas e Multas por Infrações inscritos em Dívida Ativa até 18/01/2010, desde que o fato gerador tenha ocorrido até 30 de agosto de 2009.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

| | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Quanto a fixação em mural: | | | | | | |
| o RREO foi fixado em mural? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município: | | | | | | |
| o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Quanto a disponibilização na Internet: | | | | | | |
| o RREO foi disponibilizado na internet? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | - | - | - | - |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | - | - | - | - |

Observações: Os Relatórios foram publicados no Mural do Átrio da Prefeitura, no site da Famurs e no do Município, e no Jornal "A GAZETA". No 1º Bimestre/2010 foram publicados no dia 25/03/10, no Átrio e no site, e no dia 26/03/10 no jornal. No 2º Bimestre/2009, serão publicados no dia 20/05/2010, no átrio e no site e no dia 21/05/2010 no jornal.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 122 | Rubrica |

| | |
|-----------------------------------|---------|
| Para uso do Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



110460100270415

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 123 | Rubrica |



2.1.0.0

17/05/2010

14:42:25

Pág.: 5/6

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Quadrimestre de 2010, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Observações: Os Relatórios foram publicados no Mural do Átrio da Prefeitura, no site da Famurs e no do Município, e no Jornal "A GAZETA". - No 1º Quadrimestre/2010, serçõ publicados no dia 20/05/2010, no átrio e no site e no dia 21/05/2010 no jornal.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Quadrimestre de 2010.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Quadrimestre de 2010.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Administrador para o TCERS

NADA A DECLARAR.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

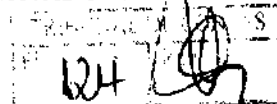
PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 1º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM

| | |
|--------------------|------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 33 | Reg. |

| | |
|-----------------------------------|---------|
| Para uso do Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



110450190270415



2.1.0.0
17/05/2010
14:42:25
Pág.: 6/6

PM DE CAMPO BOM, 17/05/2010

Prefeito Municipal: FAISAL MOTHICAKAM

Nome do Responsável pelo Controle Interno: ILONE MARIA ZIMMERMANN

ATA Nº 184

AOS SETE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM O PROF. JORGE BENTO, CONSULTOR DA EMPRESA GESTÃO LTDA, PARA DISCUTIR E REGISTRAR AS ATIVIDADES REALIZADAS NESTE DIA. 1º EFETUAMOS A AUDITORIA NO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE OBRAS. EM NOSSA VERIFICAÇÃO CONSTATAMOS ALGUMAS INCONFORMIDADES QUE ESTÃO DESCRITAS EM NOSSO RELATÓRIO DE AUDITORIA. 2º EFETUAMOS A AUDITORIA NO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE. NENHUMA INCONFORMIDADE FOI ENCONTRADA POR NÓS NESTE ALMOXARIFADO. 3º ELABORAMOS O RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2010 DETECANDO AS INCONFORMIDADES ENCONTRADAS BEM COMO SUGERINDO RECOMENDAÇÕES PARA CORREÇÃO DOS ITENS APONTADOS. O REFERIDO RELATÓRIO SERÁ ENCAMINHADO AO SENHOR PREFEITO PARA CONHECIMENTO, ANÁLISE E TOMADA DE PROVIDÊNCIAS. NADA MAIS HAVENDO A DISCUTIR, A REUNIÃO FOI ENCERRADA, E LAURAM A PRESENTE ATA QUE DEPOIS DE LIDA E LIDA CONFORME, FUI ASSINADA PELOS PRESENTES.

Ata nº 185

AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM O CONSULTOR DA EMPRESA GESTÃO LTDA, PARA DISCUTIR E REGISTRAR AS ATIVIDADES REALIZADAS NESTA DATA. FORAM ANALISADOS OS ROLLOS DEBENTURAMENTOS DO BLOQUEIO DE VERIFICAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E PONTUAÇÃO DOS RESPECTIVOS LANÇAMENTOS DE GASTO PARA O EXERCÍCIO DE 2010, EFETUADOS OS RESPECTIVOS CÁLCULOS DA PONTUAÇÃO. NADA MAIS A TRATAR, ENCERRAM-SE ESTA DATA, QUE FUI ASSINADA PELOS PRESENTES.

ATA Nº 186

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM O CONSULTOR DA GESTÃO LTDA, PARA REGISTRAR E REALIZAR AS SEGUINTE ATIVIDADES: 1) REVISÃO GERAL NAS

MINUTAS DE NORMAS INTERNAS QUE AINDA NÃO ESTÃO IMPLANTADAS. FORAM REALIZADAS ALGUMAS AUTORAÇÕES E ALGUMAS MINUTAS FORAM NOUAMENTE ENCAMINHADAS PARA ANÁLISE; 2) ELABORAÇÃO DE OFÍCIOS (04 AO 09) PARA AS SECRETARIAS E CÂMARA DE VEREADORES QUE NÃO RESPONDEAM AO CONTROLO INTERNO REFERENTE OS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO PASSADO; 3) ELABORAMOS O PROGRAMA DE TRABALHO DESTA CONTROLO INTERNO PARA OS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO DO CORRENTE ANO. COMO NADA MAIS HAVIA A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO, LAURADA A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA UM ASSINADA PELOS PRESENTES.

Ata nº 187

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros do Controle Interno, juntamente com o consultor da Gestão Ltda, para discutir e registrar as atividades realizadas neste dia. 1ª) Realizamos auditoria no Setor de Patrimônio, onde aplicamos os procedimentos de auditoria específicos para esta área. 2ª) Elaboramos o Relatório de Auditoria nº 02/2010, onde estão descritas as inconformidades encontradas, bem como as recomendações para saná-las. Cópia deste Relatório será entregue ao Prefeito Municipal para análise e providências cabíveis. Como nada a mais havia a ser tratado, foi encerrada a reunião lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Assinada pelos presentes.

Aos nove dias e aos dez domes de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros do Controle Interno juntamente com o consultor da Gestão Ltda, para discutir e registrar as atividades realizadas neste dia. No dia nove iniciou-se a elaboração do relatório de G. 2 do recurso da saúde do exercício de 2009, o qual foi elaborado parcialmente e concluído no dia 10 (dez) do mês.

24) Neste mesmo dia deu-se início ao trabalho de relatório de gestão dos recursos de Educação, o qual foi preenchido parcialmente e que deverá ser concluído até o dia 31 de maio e um do corpo para entrega ao Tribunal de Contas do Estado, o mesmo procedimento deverá ser adotado para o relatório de Saúde e do Poder Executivo. Nota mais: Oriberto, foram-se este, que após lida e aprovada será aprovada pelos presentes. *[Assinatura]*

ATA Nº 189

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM O CONSULTOR DA GESTÃO LTDA, PARA REALIZAR AS SEGUINTE ATIVIDADES: 1) AUDITORIA NA SECRETARIA DE SAÚDE ESPECIFICAMENTE NA DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS. FOI APLICADO O PROGRAMA DE AUDITORIA ESPECÍFICO PARA ESTA ÁREA, ONDE VISITAMOS O CENHED, A FARMÁCIA DE MEDICAMENTOS E DIVERSOS POSTOS DE SAÚDE: 2) APÓS ANÁLISE DOS PAPEIS DE TRABALHO, SERÁ ELABORADO O RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2010, APONTANDO AS INCONFORMIDADES ENCONTRADAS E DESCREVENDO AS NOSSAS RECOMENDAÇÕES. CÓPIA DESSE RELATÓRIO SERÁ ENVIADA AO SR. PREFEITO OTIMIZANDO A REGULARIZAÇÃO DOS ITENS APONTADOS. COMO NADA MAIS HÁ A TRATAR, DOU POR ENCERRADA A REFERIDA ATA. QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA SERÁ ASSINADA PELOS PRESENTES. *[Assinatura]*

ATA Nº 190

AO QUINTEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM O CONSULTOR DA EMPRESA GESTÃO LTDA, PARA REALIZAR E REGISTRAR AS SEGUINTE ATIVIDADES: 1) REVISÃO DA MINUTA DE NORMA INTERNA QUE DISCIPLINA OS ADIAR

QUE DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO, ELABORAÇÃO E PAGAMENTO DOS ORÇAMENTOS, REVISÃO DA MINUTA DO NORMA INTERNA QUE REGULAMENTA O PROGRAMA DE INCENTIVO À GERAÇÃO DE EMPREGOS, KUTUM ELABORAÇÃO DOS TEXTOS FINAIS PARA A REVISÃO RE-REVISÃO MINUTAS DE NORMAS. ESTA DOCUMENTAÇÃO, SERÁ ENCAMINHADA AO PREFEITO MUNICIPAL PARA ANÁLISE, E EM SEQUÊNCIA SUA MANIFESTAÇÃO AS MINUTAS SERÃO INFLUENCIADAS COMO NORMAS INTERNAS NOS RESPECTIVOS SETORES; 2) REUNIÃO COM PESSOAL DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO PARA DISCUTIR ALGUNS ASPECTOS DA MINUTA DE NORMA INTERNA QUE TRATA DO FUNDO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO, FICOU ACORDADO QUE O SETOR DE FISCALIZAÇÃO FAÇA MAIS ALGUNS AJUSTES E ASSIM QUE CONCLUÍDO FAZEMOS NOVA REUNIÃO. COMO NADA MAIS HAVIA A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO, LAUDADA A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA É APROVADA POR ASSINATURA DOS PRESENTES.

ATA Nº 191 Aos ONZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZ - REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM OS CONSULTORES DA EMPRESA GESTÃO LTDA; PARA DISCUTIR E REGISTRAR AS ATIVIDADES REALIZADAS NESTE DIA, 1º AUDITORIA NA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO BOM. ONDE APLICAMOS OS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA ESTE ATO, 2º ELABORAMOS O RELATÓRIO DE Nº 4/2010, DA AUDITORIA, RELACIONANDO AS INCONFORMIDADES APONTADAS NOS PAPEIS DE TRABALHO E RECOMENDAMOS AS PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS, CÓPIA DESSE RELATÓRIO SERÁ ENCAMINHADO AO SR. PRESIDENTE DO LEGISLATIVO, NÃO TENDO NADA MAIS A TRATAR ENCERRAMOS A REFERIDA ATA. QUE DEPOIS DE LIDA É APROVADA DEVERÁ SER ASSINADA POR TODOS.

ATA Nº 192 Aos DOZE E TREZES DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZ REUNIRAM-SE OS MEMBROS DOS C.I.

DE VÁRIOS MUNICÍPIOS, NA CIDADE DE BENTO GONÇALV
NO AUDITÓRIO DA FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES, PARA PAR
CIPAR DO V ENCONTRO DE CONTROLES INTERNOS ATEN
DOS PELA GESTÃO LTDA, EMPRESA QUE PRESTA ASSE
SSORIA A ESTE CONTROLE INTERNO, NESTE EVENTO,
ABORDANDO TEMAS QUE TINHAM COMO OBJETIVO A
CAPACITAÇÃO DO CONTROLE INTERNO. ENTRE AS PALESTRAS A
DA SRA. ANA ROSA GOBATO QUE ABRIU O EVENTO FALOU
SOBRE "REGIÃO MUNICIPAL", EM SEGUIDA A SENHORA ANE
LÚCIA CECCONELLO. PALESTROU SOBRE O TEMA, "BASES NEVI
BIOLÓGICAS DA MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO." NO 2º DIA
DESTE EVENTO PALESTRARAM O SR. LEO ARNO RICHTER,
SUPERVISOR DA AUDITORIA MUNICIPAL DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO RS. COM O TEMA "ATUAL SITUAÇÃO
DOS CONTROLES INTERNOS" E O SR. JORGE BENTO DE SOUZA
QUE FALOU SOBRE "A EVOLUÇÃO DO CONTROLE INTERNO NA
ÚLTIMA DÉCADA". TODOS OS PARTICIPANTES RECEBERAM
CERTIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO. COMO NADA MAIS
HÁ A TRATAR DOU POR ENCERRADA A REGISTRO ATA
QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA DEVERÁ SER
ASSINADA POR TODOS.

ATA Nº 193 AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MAIO
DO ANO DE DOIS MIL E DEZ REUNIRAM-SE OS MEMBROS
DO CONTROLE INTERNO, PARA TOMAR CONHECIMENTO DOS
TEMAS ABORDADOS NO ENCONTRO DE CONTROLES INTERNO
DA EMPRESA GESTÃO NOS DIAS 12 E 13 DE MAIO, QUE
TEVE A PARTICIPAÇÃO DE JERRI LUIS DE MORAES, MEMBRO
DESSE CONTROLE INTERNO. O MESMO PASSOU PARA OS
OUTROS INTEGRANTES DESSE CONTROLE, MATERIAL COM
OS SLIDES DAS PALESTRAS E RELATOU A POSIÇÃO DE
CADA PALESTRANTE SOBRE ESSES ASSUNTOS. OS
MESMOS DISCUTIRAM ALGUNS DESSES TEMAS, PRINCIPAL
MENTE O DA MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO QUE VAI
ALÉM DA VONTADE E DO EMPENHO DA CHEFIA E

EM MUITOS CASOS DE VERDADE TRATADO COM UM PROBLEMA DE SAÚDE, NÃO TENDO NA MAIS, TRATAR DO POR ENCERRADA A PERERIDA ATÁ QUE DEPOIS DE LIDA, E A PROVA DE VERDADE SER ASSINADA POR TODOS.

ATA Nº 194 - Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros do Controle Interno, para análise das Relatórias de Balanços enviadas pelo IPAC Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom e da Câmara Municipal de Vereadores. Após a análise das datas foram elaboradas as Relatórias e Pareceres do Controle Interno sobre as Contas do Instituto e sobre as Contas da Câmara. Os mesmos após assinados serão enviados através de oficiais para o IPAC e para a Câmara para que façam parte integrante dos documentos enviados ao Tribunal de Contas para prestação de contas referente ao exercício de dois mil e nove. Como de direito mais há declarar, deu-se por encerrada a referida Ata que depois de lida deverá ser assinada por todos.

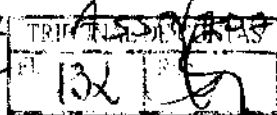
ATA Nº 195 - Aos vinte um dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros do Controle Interno juntamente com o consultor da empresa COMAS LTA para discutir e relatar as atividades realizadas neste dia. 1º Efetuamos a auditoria na COMAT. depois de entrevistarmos parte dos membros integrantes desta comissão examinamos os documentos por amostragem; 2º de nossa entrevista e nosso exame, elaboramos o Relatório de Fatores nº 07/2010, (que será encaminhado ao Prefeito para que tome ciência e encaminhar

à Comp. 3: Olorocum o programa de auditoria referente ao 3º trimestre de 2010. Como nada mais havia a tratar, foi encerrada a reunião, e lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada foi assinada pelos presentes. *[Assinatura]*

ATA Nº 196 - Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros do Controle Interno para deliberar qual das integrantes do Controle Interno será o novo coordenadora, devido a Portaria Municipal nº 28.988/2010 de dezesseis de junho de dois mil e dez designar a Servidora Tereza Maria Timmesmann para o cargo de Assessora Superior Contábil e responsável pelo Departamento de Contabilidade. Deliberou-se que o integrante Jairo Luis de Moraes será o Coordenador do Controle do Sistema de Controle Interno e a partir desta data, ficando ao encargo do mesmo manter as atas das reuniões e assumir como responsável pelas atas práticas por esta Comissão. Como nada mais havia a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada foi assinada pelos presentes. *[Assinatura]*

ATA Nº 197 AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM O CONSULTOR DA EMPRESA GESTÃO, PARA REALIZAR AUDITORIA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. APLICAMOS OS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE AUDITORIA PARA ESTE SETOR, E VISITAMOS O DEPÓSITO DE MERENDA ESCOLAR, TAMBÉM VISITAMOS TRÊS ESCOLAS FUNDAMENTAIS. AS INCONFORMIDADES E RECOMENDAÇÕES APURADAS NESTA AUDITORIA ESTÃO EM NOSSO RELATÓRIO DE Nº 06/2010, QUE ENVIAREMOS UMA CÓPIA AO PREFEITO

MUNICIPAL, NAO TENDO NADA MAIS A TRATAR DON
POR ENCERRADA A REFERIDA ATA QUE DEPOIS DE
LIDA E APROVADA DEVERA SER



ATA N° 198 - Aos vinte e três dias do mês de julho do ano
de dois mil e dez, reuniram-se os membros da empresa, digo,
membros do Controle Interno, juntamente com o consultor da em-
presa Gestão Lida, para discutir e registrar as atividades rela-
cionadas a seguir: 1) Realizamos auditoria nos procedimentos
inerentes a Frota de Veículos e Máquinas do Município, onde
aplicamos os procedimentos de verificação específicos para esta
área, incluindo análise dos mais diversos documentos e entrevista
com os responsáveis. 2) Elaboramos o Relatório de Auditoria
n° 07/2010, onde estão descritas as inconformidades encontradas,
bem como as respectivas recomendações para corrigi-las. Cópia deste
Relatório será encaminhada ao Prefeito Municipal para análise e
providências. 3) Discutimos soluções para melhorar esta área auditada
e baseado nisso, elaboramos uma proposta de reestruturação do
Setor de Frota Municipal, a qual será estudada e havendo viabilidade,
será acompanhada e instruída pelo Controle Interno. Como nada a
mais havia a ser tratado, foi encerrada a reunião, lavrada a
presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos
presentes.

ATA N° 199 - Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de
dois mil e dez, reuniram-se os membros do Controle Interno, jun-
tamente com o Consultor da empresa Gestão Lida, para
discutir e registrar as atividades descritas no teor desta ata
e para discutir: 1) Auditoria no Tesouro do Município, onde
foram aplicados os procedimentos específicos desta área
e Auditoria nos empréstimos, por amostragem, onde foram
aplicados os procedimentos específicos. 3) De-
pendendo alguma inconsistência, elaboramos o relatório
de n° 008/2010 e 009/2010, que serão encaminhados
ao Prefeito municipal para acompanhamento e providências cor-
retivas.

Veis e necessárias. Nada mais a tratar, fazemos esta ata, que após lida e aprovada, ~~for assinada~~ ~~pelos presentes~~ ~~na reunião~~ ~~minuta~~ ~~assinada~~ ~~pelos presentes~~
ATA Nº 200 - AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 1981 MIL E DOZE, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM O CONSULTOR DA EMPRESA GESTÃO LTDA, PARA REALIZAR E REGISTRAR AS SEGUINTE ATIVIDADES: 1) REUNIÃO COM O PESSOAL DA FISCALIZAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS REFERENTES A IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA INTERNA; 2) REUNIÃO COM A FARMACÊUTICA PARA TRATAR ASSUNTOS REFERENTES IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA NORMA INTERNA DA FARMÁCIA. FICOU ACORDADO COM OS SETORES QUE SERÁ REALIZADA NOVA REUNIÃO EM 23 DE SETEMBRO PRÓXIMO. COMO NADA MAIS HAVIA A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO LAURADA A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA VA ASSINADA PELOS PRESENTES.

ATA Nº 201 AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2010 REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO E CONSULTORES DA EMPRESA GESTÃO PARA REALIZAR E REGISTRAR AS SEGUINTE ATIVIDADES: AUDITORIA NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE CAMPO BOM - IPASEM, ONDE APLICAMOS OS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO ESPECÍFICOS PARA ESTA ÁREA. APÓS ELABORAMOS NOSSO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE Nº 10/2010 ONDE ESTÃO DESCRITAS AS INCONFORMIDADES ENCONTRADAS, BEM COMO AS RESPECTIVAS RECOMENDAÇÕES PARA CORRIGI-LAS. COPIA DESTES RELATÓRIOS SERÁ ENVIADA AO DIRETOR (A) PRESIDENTE DO INSTITUTO. NADA MAIS A TRATAR DOU POR ENCERRADA A REFERIDA ATA QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA FOI ASSINADA PELOS PRESENTES.
ATA Nº 202 AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONTROLE INTERNO JUNTAMENTE COM OS CONSULTORES DA EMPRESA GESTÃO PARA REALIZAR AUDITORIA NO SETOR DE

CONTA-BILIDADE, APLICAMOS OS PROCEDIMENTOS
CONSTANTES NOS PAPEIS DE TRABALHO E APÓS ISSO
ELABORAMOS NOSSO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE
Nº 11/2010 COM AS DEVIDAS INCONFORMIDADES E
RECOMENDAÇÕES. CÓPIA DO MESMO SERÁ ENVIADA
AO PREFEITO MUNICIPAL. NÃO TENDO NADA MAIS A
TRATAR ENCERRAMOS A REFERIDA ATA QUE DEPOIS
DE LIDA E APROVADA DEVERÁ SER ASSINADA
POR TODOS.

ATA Nº 203 - Aos trinta dias do mês de setembro
do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros do
COMITÊ INTERNO SINTAMONTE COM O ACESSOR DA EMPRESA
GESTÃO LTDA, PARA REALIZAR E REGISTRAR AS SEGUINTE ATIV-
IDADES: 1) AUDITORIA NO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES. FOI APLI-
CADO O PROGRAMA DE AUDITORIA ESPECÍFICO PARA ESTA ÁREA, C-
ORRENDO NOSSA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO. APÓS ANÁLISE DOS PAPEIS
DE TRABALHO, FOI ELABORADO O RELATÓRIO DE AUDITORIA SOB
NÚMERO 12/2010, APONTANDO AS INCONFORMIDADES ENCONTRADAS E RE-
SUMINDO AS NOSSAS RECOMENDAÇÕES. CÓPIA DO RESPECTIVO RE-
LATÓRIO SERÁ ENCAMINHADO AO PREFEITO PARA ANÁLISE E PROVIS-
CIAS. 2) REUNIÃO COM A CHEFIA DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO PARA
TRATAR ASSUNTOS REFERENTES IMPLANTAÇÃO DA MINUTA DE NORMA E
ARRECADADO E FISCALIZAÇÃO; 3) REUNIÃO COM A RESPONSÁVEL
PELA COORDENAÇÃO DO RECEBIMENTO, ESTOCAGEM E ARMAZENAM-
ENTO, DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAR A ALTERAÇÃO
NORMA INTERNA Nº 02/2005; 4) ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABA-
DO DE CONTROLE INTERNO PARA O PRÓXIMO TRIMESTRE. COMO NADA
MAIS HAVIA A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO, LAURADA A
PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA VA SER ASSINADA
PELOS PRESENTES.

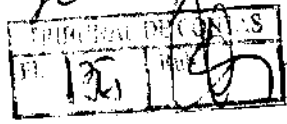
ATA Nº 204 - Aos trinta dias do mês de outubro
do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros
do Comitê Interno, juntamente com o responsável
da empresa GESTÃO LTDA, PARA REALIZAR E REGISTRAR AS SEGUINTE ATIV-
IDADES: 1) AUDITORIA NO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES. FOI APLI-
CADO O PROGRAMA DE AUDITORIA ESPECÍFICO PARA ESTA ÁREA, C-
ORRENDO NOSSA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO. APÓS ANÁLISE DOS PAPEIS
DE TRABALHO, FOI ELABORADO O RELATÓRIO DE AUDITORIA SOB
NÚMERO 13/2010, APONTANDO AS INCONFORMIDADES ENCONTRADAS E RE-
SUMINDO AS NOSSAS RECOMENDAÇÕES. CÓPIA DO RESPECTIVO RE-
LATÓRIO SERÁ ENCAMINHADO AO PREFEITO PARA ANÁLISE E PROVIS-
CIAS. 2) REUNIÃO COM A CHEFIA DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO PARA
TRATAR ASSUNTOS REFERENTES IMPLANTAÇÃO DA MINUTA DE NORMA E
ARRECADADO E FISCALIZAÇÃO; 3) REUNIÃO COM A RESPONSÁVEL
PELA COORDENAÇÃO DO RECEBIMENTO, ESTOCAGEM E ARMAZENAM-
ENTO, DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAR A ALTERAÇÃO
NORMA INTERNA Nº 02/2005; 4) ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABA-
DO DE CONTROLE INTERNO PARA O PRÓXIMO TRIMESTRE. COMO NADA
MAIS HAVIA A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO, LAURADA A
PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA VA SER ASSINADA
PELOS PRESENTES.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 | 151 | 152 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 158 | 159 | 160 | 161 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179 | 180 | 181 | 182 | 183 | 184 | 185 | 186 | 187 | 188 | 189 | 190 | 191 | 192 | 193 | 194 | 195 | 196 | 197 | 198 | 199 | 200 | 201 | 202 | 203 | 204 | 205 | 206 | 207 | 208 | 209 | 210 | 211 | 212 | 213 | 214 | 215 | 216 | 217 | 218 | 219 | 220 | 221 | 222 | 223 | 224 | 225 | 226 | 227 | 228 | 229 | 230 | 231 | 232 | 233 | 234 | 235 | 236 | 237 | 238 | 239 | 240 | 241 | 242 | 243 | 244 | 245 | 246 | 247 | 248 | 249 | 250 | 251 | 252 | 253 | 254 | 255 | 256 | 257 | 258 | 259 | 260 | 261 | 262 | 263 | 264 | 265 | 266 | 267 | 268 | 269 | 270 | 271 | 272 | 273 | 274 | 275 | 276 | 277 | 278 | 279 | 280 | 281 | 282 | 283 | 284 | 285 | 286 | 287 | 288 | 289 | 290 | 291 | 292 | 293 | 294 | 295 | 296 | 297 | 298 | 299 | 300 | 301 | 302 | 303 | 304 | 305 | 306 | 307 | 308 | 309 | 310 | 311 | 312 | 313 | 314 | 315 | 316 | 317 | 318 | 319 | 320 | 321 | 322 | 323 | 324 | 325 | 326 | 327 | 328 | 329 | 330 | 331 | 332 | 333 | 334 | 335 | 336 | 337 | 338 | 339 | 340 | 341 | 342 | 343 | 344 | 345 | 346 | 347 | 348 | 349 | 350 | 351 | 352 | 353 | 354 | 355 | 356 | 357 | 358 | 359 | 360 | 361 | 362 | 363 | 364 | 365 | 366 | 367 | 368 | 369 | 370 | 371 | 372 | 373 | 374 | 375 | 376 | 377 | 378 | 379 | 380 | 381 | 382 | 383 | 384 | 385 | 386 | 387 | 388 | 389 | 390 | 391 | 392 | 393 | 394 | 395 | 396 | 397 | 398 | 399 | 400 | 401 | 402 | 403 | 404 | 405 | 406 | 407 | 408 | 409 | 410 | 411 | 412 | 413 | 414 | 415 | 416 | 417 | 418 | 419 | 420 | 421 | 422 | 423 | 424 | 425 | 426 | 427 | 428 | 429 | 430 | 431 | 432 | 433 | 434 | 435 | 436 | 437 | 438 | 439 | 440 | 441 | 442 | 443 | 444 | 445 | 446 | 447 | 448 | 449 | 450 | 451 | 452 | 453 | 454 | 455 | 456 | 457 | 458 | 459 | 460 | 461 | 462 | 463 | 464 | 465 | 466 | 467 | 468 | 469 | 470 | 471 | 472 | 473 | 474 | 475 | 476 | 477 | 478 | 479 | 480 | 481 | 482 | 483 | 484 | 485 | 486 | 487 | 488 | 489 | 490 | 491 | 492 | 493 | 494 | 495 | 496 | 497 | 498 | 499 | 500 | 501 | 502 | 503 | 504 | 505 | 506 | 507 | 508 | 509 | 510 | 511 | 512 | 513 | 514 | 515 | 516 | 517 | 518 | 519 | 520 | 521 | 522 | 523 | 524 | 525 | 526 | 527 | 528 | 529 | 530 | 531 | 532 | 533 | 534 | 535 | 536 | 537 | 538 | 539 | 540 | 541 | 542 | 543 | 544 | 545 | 546 | 547 | 548 | 549 | 550 | 551 | 552 | 553 | 554 | 555 | 556 | 557 | 558 | 559 | 560 | 561 | 562 | 563 | 564 | 565 | 566 | 567 | 568 | 569 | 570 | 571 | 572 | 573 | 574 | 575 | 576 | 577 | 578 | 579 | 580 | 581 | 582 | 583 | 584 | 585 | 586 | 587 | 588 | 589 | 590 | 591 | 592 | 593 | 594 | 595 | 596 | 597 | 598 | 599 | 600 | 601 | 602 | 603 | 604 | 605 | 606 | 607 | 608 | 609 | 610 | 611 | 612 | 613 | 614 | 615 | 616 | 617 | 618 | 619 | 620 | 621 | 622 | 623 | 624 | 625 | 626 | 627 | 628 | 629 | 630 | 631 | 632 | 633 | 634 | 635 | 636 | 637 | 638 | 639 | 640 | 641 | 642 | 643 | 644 | 645 | 646 | 647 | 648 | 649 | 650 | 651 | 652 | 653 | 654 | 655 | 656 | 657 | 658 | 659 | 660 | 661 | 662 | 663 | 664 | 665 | 666 | 667 | 668 | 669 | 670 | 671 | 672 | 673 | 674 | 675 | 676 | 677 | 678 | 679 | 680 | 681 | 682 | 683 | 684 | 685 | 686 | 687 | 688 | 689 | 690 | 691 | 692 | 693 | 694 | 695 | 696 | 697 | 698 | 699 | 700 | 701 | 702 | 703 | 704 | 705 | 706 | 707 | 708 | 709 | 710 | 711 | 712 | 713 | 714 | 715 | 716 | 717 | 718 | 719 | 720 | 721 | 722 | 723 | 724 | 725 | 726 | 727 | 728 | 729 | 730 | 731 | 732 | 733 | 734 | 735 | 736 | 737 | 738 | 739 | 740 | 741 | 742 | 743 | 744 | 745 | 746 | 747 | 748 | 749 | 750 | 751 | 752 | 753 | 754 | 755 | 756 | 757 | 758 | 759 | 760 | 761 | 762 | 763 | 764 | 765 | 766 | 767 | 768 | 769 | 770 | 771 | 772 | 773 | 774 | 775 | 776 | 777 | 778 | 779 | 780 | 781 | 782 | 783 | 784 | 785 | 786 | 787 | 788 | 789 | 790 | 791 | 792 | 793 | 794 | 795 | 796 | 797 | 798 | 799 | 800 | 801 | 802 | 803 | 804 | 805 | 806 | 807 | 808 | 809 | 810 | 811 | 812 | 813 | 814 | 815 | 816 | 817 | 818 | 819 | 820 | 821 | 822 | 823 | 824 | 825 | 826 | 827 | 828 | 829 | 830 | 831 | 832 | 833 | 834 | 835 | 836 | 837 | 838 | 839 | 840 | 841 | 842 | 843 | 844 | 845 | 846 | 847 | 848 | 849 | 850 | 851 | 852 | 853 | 854 | 855 | 856 | 857 | 858 | 859 | 860 | 861 | 862 | 863 | 864 | 865 | 866 | 867 | 868 | 869 | 870 | 871 | 872 | 873 | 874 | 875 | 876 | 877 | 878 | 879 | 880 | 881 | 882 | 883 | 884 | 885 | 886 | 887 | 888 | 889 | 890 | 891 | 892 | 893 | 894 | 895 | 896 | 897 | 898 | 899 | 900 | 901 | 902 | 903 | 904 | 905 | 906 | 907 | 908 | 909 | 910 | 911 | 912 | 913 | 914 | 915 | 916 | 917 | 918 | 919 | 920 | 921 | 922 | 923 | 924 | 925 | 926 | 927 | 928 | 929 | 930 | 931 | 932 | 933 | 934 | 935 | 936 | 937 | 938 | 939 | 940 | 941 | 942 | 943 | 944 | 945 | 946 | 947 | 948 | 949 | 950 | 951 | 952 | 953 | 954 | 955 | 956 | 957 | 958 | 959 | 960 | 961 | 962 | 963 | 964 | 965 | 966 | 967 | 968 | 969 | 970 | 971 | 972 | 973 | 974 | 975 | 976 | 977 | 978 | 979 | 980 | 981 | 982 | 983 | 984 | 985 | 986 | 987 | 988 | 989 | 990 | 991 | 992 | 993 | 994 | 995 | 996 | 997 | 998 | 999 | 1000 |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|

as seguintes atividades: 1) Auditoria no Setor de Arrecadação e Fiscalização. Foi aplicado o Programa de Auditoria específico para essa área e entrevista com o servidor Fabiano, responsável pelo departamento. Não foi encontrada nenhuma inconformidade, porém efetuamos algumas "recomendações", visando a melhoria da eficiência das atividades. 2) Elaboramos o relatório de auditoria nº 13/2010 com as recomendações sugeridas, e anexamos também modelos de lei e decreto criando a remuneração variável para os prefeitos.

O referido relatório será encaminhado ao Prefeito para análise e providências. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a ata que após de lida e aprovada foi assinada pelos presentes. *[Assinatura]*

Ata nº 205. Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, reuniram-se os membros do Conselho Interno/Plenário com o Conselho da empresa Gatos H&M, realizar discussões e registrar as seguintes atividades: 1) Auditoria nos Empenhos vinculados aos serviços. Também foi aplicado o Programa de Auditoria específico para essa área quando foram analisados os gastos por amostragem até dezembro de 2009. 2) Não foram encontrados inconformidades. 3) Elaboramos o relatório de auditoria quando sugerimos algumas recomendações para melhorar a eficiência no fluxo de trabalho com o ME 14/810, o qual será encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal para análise e providências. Nada mais a tratar, foi lavrada a ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. *[Assinatura]*



Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 23/03/2009
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 26/10/2009
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 02/12/09
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 09/12/09
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 28/01/10
Final

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 28/01/10
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 22/03/10
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 05/04/2010
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 22/04/2010
Final
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito
Rua
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Em 20/09/2010
Final

TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS

Destinatário Sr. Prefeito Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria nº 07
Prota Relevores
Em 28/04/2010
Validade: 30 dias
Chefe de Gabinete

Destinatário Sr. Prefeito Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
nº 08 - Setor Tesouraria
nº 09 - Setor Empenhos
Em 28/04/2010
Validade: 30 dias
Chefe de Gabinete

Destinatário Sr. Prefeito Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Nº 10 - SPASem
Nº 11 - Contabilidade
Em 16/05/2010
Validade: 30 dias
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Márcia Alves - Presidente SPASem Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Nº 10 - SPASem
Em 16/05/2010
Assinatura ou Carimbo

Destinatário Sr. Prefeito Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Nº 12 - Licitações
Em 14/10/10
Validade: 30 dias

Destinatário C - Prefeito Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Relatório Auditoria
Nº 13/2010
Aprovação Finalização
Em 26/10/2010
Assinatura ou Carimbo

Destinatário _____ Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Em ____/____/____
Assinatura ou Carimbo

Destinatário _____ Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Em ____/____/____
Assinatura ou Carimbo

Destinatário _____ Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Em ____/____/____
Assinatura ou Carimbo
TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. 134

Destinatário _____ Nº _____ RECEBIDO
Rua _____
DISCRIMINAÇÃO
Em ____/____/____
Assinatura ou Carimbo
TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. 134



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

AGENDA CONTROLE INTERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2010

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS E A EXECUTAR

JANEIRO/2010

- Análise e verificação dos Relatórios encaminhados ao Tribunal de Contas – RVE e Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites RGF, do Executivo e do Legislativo- Sobre as contas do último quadrimestre de 2009 do Executivo e do Legislativo.
- Elaboração do MCI – Sobre as contas do último quadrimestre de 2009 do Executivo e do Legislativo;
- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito
- Visitas ao Almoxarifado da Secretaria de Obras, dos Medicamentos e da Merenda Escolar.

- AUDITORIAS :

- 07/01/2010 – Almoxarifado (Obras, Saúde, Educação)
- 21/01/2010 – Auditoria Contas de Encerramento Contábil

FEVEREIRO/2010

- Solicitação de informações através de ofício sobre as medidas/providências tomadas referente os relatórios de Auditorias emitidos em 2009.
- Acompanhamento das respostas recebidas, e análise pela Comissão de Controle Interno.
- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês.
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito
- Reuniões com as pessoas responsáveis sobre as normas que estamos trabalhando

- AUDITORIAS :

- 12/02/2010 – Revisão e Reunião das Normas a implantar
- 23/02/2010 – Auditoria no Setor de Patrimônio



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

MARÇO/2010

- Elaboração dos Relatórios de Prestação de Contas de Balanço do Executivo:
a) Relatório e Parecer do Controle Interno; b) Relatório e Parecer do Controle Interno sobre a Gestão dos Recursos Vinculados a Educação c) Relatório e Parecer do Controle Interno sobre a Gestão dos Recursos Vinculados a Saúde;
- Elaboração de ofícios
- Reuniões e debates sobre as Normas que estão sendo elaboradas

- AUDITORIAS :

08/03/2010 – Relatório de Prestação de Contas Exercício 2009
09/03/2010 – Relatório de Prestação de Contas Exercício 2009

ABRIL/2010

- Redação final da Norma Interna nº 08/2010 – Concessão de Adiantamentos e Diárias;
- Redação final da Norma Interna nº 09/2010 – Procedimentos de Emissão, Liquidação e Pagamento de Empenhos;
- Redação final da Norma Interna nº 10/2010 – Programa de Incentivo a SICTUR;
- Redação final da Norma Interna nº 11/2010 – Convênios e Auxílios Concedidos;
- Elaboração de ofícios informando da Implantação das novas normas
- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês.
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito

- AUDITORIAS :

15/04/2010 – Norma Interna-Diárias/Reunião com Arrecadação e Fiscalização
23/04/2010 – Auditoria setor de Empenhos.

MAIO/2010

- Elaboração de ofícios
- Encontro de Controle Interno em Bento Gonçalves nos dias 12 e 13/05/2010.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

- Análise e verificação dos Relatórios encaminhados ao Tribunal de Contas – RVE e Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites RGF, do Executivo e do Legislativo
- Elaboração do MCI – Sobre as contas do 1º Quadrimestre de 2010 do Executivo e do Legislativo;
- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês
- Encaminhamento do relatório ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores

- AUDITORIAS :

06/05/2010 – Auditoria na Câmara Municipal de Vereadores

JUNHO/2010

- Elaboração do Relatório e Parecer de Balanço-2009, das contas do IPASEM
- Encaminhamento do Relatório ao Presidente do Instituto
- Elaboração do Relatório e Parecer de Balanço-2009, das contas do Legislativo
- Encaminhamento do Relatório ao Presidente do Legislativo
- Visitas a Algumas escolas de Ensino Fundamental e Infantil e ao Depósito da Merenda Escolar.
- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês.
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito

- AUDITORIAS :

21/06/2010 – Auditoria no Setor da Compaq

28/06/2010 – Auditoria na Secretaria de Educação

JULHO/2010

- Visita aos setores de cadastro de registros dos veículos, controle de combustível, na Secretaria de Obras.
- Reunião com o Sr. Prefeito – ASSUNTO: Aquisição de programa para acompanhamento e melhor controle da Frota de veículos.
- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês.
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

- AUDITORIAS :

23/07/2010 – Auditoria no Setor de Chefia dos Motoristas da Administração e Motorista das Obras

27/07/2010 – Auditoria no Setor de Tesouraria/Empenhos

AGOSTO/2010

- Elaboração de ofícios
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito
- Encaminhamento dos Relatórios ao Presidente do IPASEM
- Informar eletronicamente os dados solicitados pelo TCE conforme ofício circular nº 20/2010.

- AUDITORIAS :

05/08/2010 – Reunião para debates sobre a Norma de Fiscalização e a Norma dos Medicamentos

25/08/2010 – Auditoria no IPASEM

SETEMBRO/2010

- Análise e verificação dos Relatórios encaminhados ao Tribunal de Contas – RVE e Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites RGF, do Executivo e do Legislativo
- Elaboração do MCI – Sobre as contas do 2º Quadrimestre de 2010 do Executivo e do Legislativo;
- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito
- Informar eletronicamente os dados solicitados pelo TCE conforme ofício circular DCF nº 32/2010.
- Formatação final da Norma dos Medicamentos
- Envio da Norma ao Sr. Prefeito para parecer final

- AUDITORIAS :

01/09/2010 – Auditoria no Setor de Contabilidade

23/09/2010 – Auditoria no Setor de Licitações



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

OUTUBRO/2010

- Elaboração de ofícios;
- Elaboração dos Relatórios das Auditorias efetuadas no mês
- Encaminhamento dos relatórios ao Sr. Prefeito
- Reunião sobre a formatação final da Norma da Fiscalização

- AUDITORIAS :

18/10/2010 – Auditoria no Setor de Arrecadação e Fiscalização

27/10/2010 – Auditoria no Setor de Empenhos

ATIVIDADES PREVISTAS

NOVEMBRO/2010

- Elaboração de ofícios
- Elaboração das alterações da revisão da Lei Controle Interno
- Elaboração de Relatórios
- Implantação da Norma dos Medicamentos
- Implantação da Norma da Fiscalização

- AUDITORIAS :

04/11/2010 – Auditoria no Setor Encarregado do Transporte Escolar

23/11/2010 – Auditoria no Setor Encarregado da Alimentação Escolar

1º Reunião sobre revisão da Lei do Controle Interno

DEZEMBRO/2010

- Elaboração de ofícios solicitando os procedimentos adotados no exercício sobre os Relatórios de Auditorias.
- Elaboração de Relatórios

AUDITORIAS :

10/12/2010 – Auditoria na Secretaria de Saúde

17/12/2010 – Auditoria nas Prestações de Contas: Auxílios/Convênios/Subvenções.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2010
ALMOXARIFADOS

No dia 07 de Janeiro de 2010, realizamos auditoria nos almoxarifados da Secretaria de Obras e da Secretaria da Saúde. Em nosso exame aplicamos o teste de contagem física por amostragem, utilizando o procedimento padrão de auditoria para contagem física. Após revisarmos os nossos papéis de trabalho, resultaram as seguintes observações:

1 – ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DA SAÚDE

1.1. Nenhuma diferença foi constatada em nossa contagem.

2 – ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE OBRAS

2.1 – MATERIAL DE CONSUMO

2.1.1. Constatamos a falta de 3 (tres) pincéis atômicos;

2.1.2. Constatamos a sobra de 2 (duas) pilhas alcalinas mod AAA

2.2 – FERRAMENTAS

2.2.1 – Constatamos a falta de 1(uma) foice c/cabo

2.2.2- Constatamos a sobra de 2(duas) colheres de pedreiro nº 8

2.3- PEÇAS PARA VEÍCULOS

2.3.1- Nenhuma diferença foi encontrada

2.4- PNEUS E CÂMARAS

2.3.1- Constatamos a falta de 2 (dois) pneus tipo liso 1000X20X16 L e 1(um) pneu tipo borrachudo 11-R-22.

Com a finalidade de orientar e dar melhor organização ao Almoxarifado da Secretaria de Obras, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R 1 – Recomendamos que os materiais sejam entregues somente mediante requisição..

Obs : Caso exista a necessidade de entregar algum material fora do horário normal de expediente, que a requisição seja entregue ao Almoxarifado no primeiro dia útil.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

R 2 – Recomendamos que seja reorganizado o almoxarifado onde encontram-se os pneus, a fim de aproveitar melhor o espaço atual, ocasião pela qual deve ser feita uma contagem física geral e atualização do saldo existente no sistema.

R 3 – Recomendamos que seja levantado no estoque de peças aqueles itens que não tem mais utilidade para a manutenção da frota do município, a fim de promover um leilão destes materiais. Atualmente existem muitos itens antigos, que inclusive ocupam espaço limitando a possibilidade de melhorar a disposição dos materiais armazenados.

R 4 – Recomendamos que seja analisado com maior atenção quando por ocasião da liberação de solicitação para compra de peças. Sugerimos que seja evitado a compra de peças para estocagem, a fim de reduzir o nível de itens obsoletos no futuro.

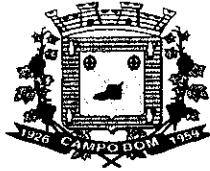
É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom – RS, 07 de janeiro de 2010.

Ilone Maria Zimmermann

Telmo Corrêa Sobrinho

Jerri Luis de Moraes



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2010
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

No dia 23 de fevereiro de 2010, realizamos auditoria no Setor de Patrimônio, vinculado a Secretaria de Administração. Aplicamos os procedimentos de auditoria específicos para esta área, conforme programa de trabalho. Em nosso exame, constatamos algumas inconformidades, que passamos a descrevê-las como segue:

INCONFORMIDADES:

1 – Norma Interna Operacional:

1.1. Constatamos que o Setor de Patrimônio não possui cópia da Norma Interna nº 07/2008, que trata sobre o controle patrimonial dos bens móveis.

2 – Termo de Responsabilidade:

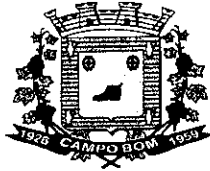
2.1. Constatamos que não estão sendo emitidos Termos de Responsabilidade sobre a guarda e zelo dos bens patrimoniais.

Com a finalidade de regularizar as inconformidades mencionadas neste relatório, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R1.1 – Recomendamos a observância a Norma Interna nº 07/2008, vigente desde 01/06/2008, que disciplina o controle patrimonial dos bens móveis;

Obs.: Segue anexo uma cópia da referida Norma Interna.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

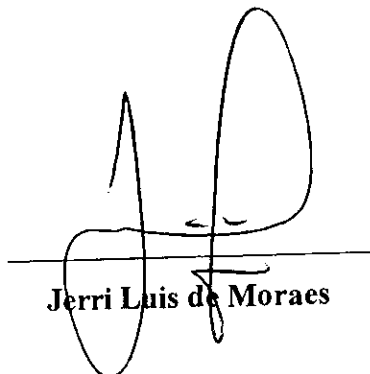
R2.1 – Recomendamos que seja emitido Termo de Responsabilidade sobre a guarda dos bens patrimoniais para todos os setores da prefeitura, e que estes sejam assinados pelos chefes responsáveis. Para este fim, sugerimos a seguinte redação:

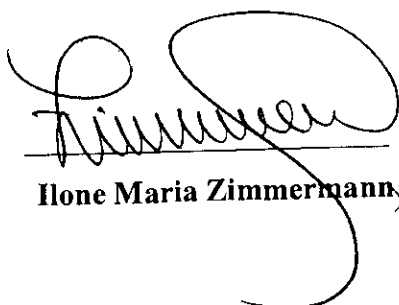
“Declaro que recebi o material permanente acima discriminado, para ser utilizado a serviço deste Órgão Público sob minha responsabilidade, fundamentado pelo Artigo 94 da Lei Federal nº 4.320/64. Esse material, exceto o desgaste pelo uso, será por mim restituído ao Patrimônio do Município, tão logo se torne dispensável. Comprometo-me em cientificar o Setor de Patrimônio de qualquer alteração, transferência, avaria ou furto. Na falta de comunicação formal, prevalecerá, sempre, a responsabilidade a mim atribuída neste termo. A Seção de Patrimônio ficará reservado o direito de vistoriar o material, sempre que julgar necessário.”

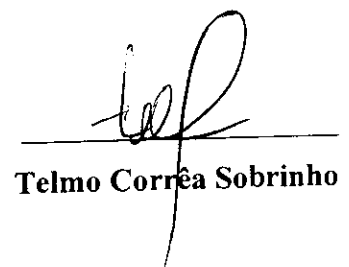
R3.1 – Recomendamos que na realização de inventário ou vistoria em determinada unidade, seja solicitado ao órgão responsável, cópia da matrícula e/ou averbação dos imóveis que integram o patrimônio da respectiva unidade.

É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom, 23 de fevereiro de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann,


Telmo Corrêa Sobrinho



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO RIO GRANDE DO SUL

FOLHAS
01/04

NORMA INTERNA Nº:

07/2008

DATA VIGÊNCIA:

01/06/2008

ASSUNTO: CONTROLE PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS

SETORES ENVOLVIDOS: SETOR DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ESCOLAS MUNICIPAIS E TODAS AS SECRETARIAS

1) DOS OBJETIVOS:

- 1.1. Disciplinar e normatizar os procedimentos de controle dos bens patrimoniais do município;
- 1.2. Regular o fluxo operacional de movimentação dos bens móveis do município;
- 1.3. Atender legalmente os dispositivos contidos nos Artigos 94, 95, 96 e 106 da Lei Federal nº 4.320/64.

2) DOS PROCEDIMENTOS:

2.1. Da Aquisição dos Bens:

- 2.1.1. Toda a aquisição de bens móveis deverá estar prevista na LDO e no Orçamento Anual no grupo de Despesas de Capital;
- 2.1.2. O processo de compra deverá obedecer as exigências dispostas na Lei 8.666/93 (Lei de Licitações);
- 2.1.3. Todo o bem patrimonial comprado, deverá ser precedido de uma Ordem de Compra, cuja cópia deverá ser enviada ao Almojarifado;

2.2. Do Recebimento do Bem:

- 2.2.1. A primeira via da Nota Fiscal, depois de conferida e assinada o recebimento pelo Almojarifado, deverá ser encaminhada ao Departamento Contábil para fins de liquidação do empenho;
- 2.2.2. Uma cópia da nota Fiscal e cópia da nota de Empenho deverá ser encaminhada ao Setor de Patrimônio para fins de conferência, tombamento e registro.

2.3. Do Registro no Sistema:

- 2.3.1. O Setor de Patrimônio de posse da 2ª via ou cópia da Nota Fiscal lançará a entrada no Sistema Patrimonial, inserindo um número de tombamento sobre a Nota Fiscal;
- 2.3.2. Depois de lançado no Sistema Patrimonial, a 2ª via ou cópia da Nota Fiscal será arquivada em pasta própria, por Secretaria;

2.4. Do Tombamento do Bem:

- 2.4.1. Depois de lançado no Sistema Patrimonial e gerado a etiqueta de identificação, o Setor de Patrimônio deverá colar a etiqueta no bem;
- 2.4.2. O Setor de Patrimônio deverá certificar-se de que a identificação (etiqueta de numeração patrimonial) ficou bem colada e de fácil visualização.

2.5. Da Transferência ou Cedência de Bens:

- 2.5.1. Nenhum bem patrimonial poderá ser transferido de um órgão para outro sem a emissão da Guia de Transferência Patrimonial (Anexo 1);
- 2.5.2. A Guia de Transferência Patrimonial deverá ser solicitada ao Setor de Patrimônio antes da efetiva movimentação do bem;

Controle Interno

Ilone Maria Zimmermann

C-CRC-RGS nº 053231/0-9
CPF nº 508.301.940/20

Prefeito Municipal

GIOVANI BATISTA FELTES
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS

FL. 148

TRIBUNAL DE CONTAS

FL. 148

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM**FOLHAS****02/04****CONTROLE INTERNO RIO GRANDE DO SUL****NORMA INTERNA Nº:****07/2008****DATA VIGÊNCIA:****01/06/2008****ASSUNTO: CONTROLE PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS****SETORES ENVOLVIDOS: SETOR DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ESCOLAS MUNICIPAIS E TODAS AS SECRETARIAS**

2.5.3. As cedências ou empréstimos de bens móveis pertencentes ao município para terceiros somente ocorrerão quando autorizados pelo Prefeito, após cumpridas as exigências legais e celebrado Termo de Cedência (anexo 02);

2.5.4. A entidade beneficiada com o empréstimo terá tratamento de Unidade Administrativa recebedora, ficando a ficha de classificação por Órgão arquivada em seu nome;

2.5.5. Através da Guia de Transferência ou Termo de Cedência, o Setor de Patrimônio deverá alterar no Sistema a responsabilidade pela guarda do bem, emitindo o Termo de Responsabilidade.

2.6. Da Baixa de Bens Considerados Imprestáveis:

2.6.1. Os bens móveis considerados imprestáveis, em desuso, obsolescência, ou outra razão, serão recolhidos ao Almocharifado;

2.6.2. O Setor de Patrimônio deverá propor em Processo Administrativo a Secretaria da Administração, o destino a ser dado nos bens, relacionando-os com os devidos códigos de identificação numeral e o estado em que se encontram;

2.6.3. A Secretaria da Administração solicitará à Comissão de Patrimônio, nomeada através de Portaria, parecer sobre as condições dos bens relacionados e o destino sugerido;

2.6.4. Sendo o parecer da Comissão favorável e homologado pelo Prefeito, será dado aos bens o destino proposto, procedendo o Setor de Patrimônio seus registros de baixa;

2.6.5. O Setor de Patrimônio adotará os seguintes procedimentos:

2.6.5.1. Retirá dos bens o código de identificação numeral inutilizando-os;

2.6.5.2. Registrará no Sistema, no Campo "Baixa", o motivo, número do processo e data;

2.6.5.3. Extrairá do processo cópia da autorização do Prefeito e a relação de bens baixados e arquivará na pasta "Responsáveis pela Guarda de Bens Patrimoniais";

2.6.5.4. Colocará no processo o carimbo "Tombado" e o enviará para o Departamento Contábil para fins de escrituração contábil da desincorporação dos bens.

2.7. Do Parecer da Comissão Patrimonial:

2.7.1. O parecer da Comissão Patrimonial poderá ser:

2.7.1.1. de doação de alguns bens;

2.7.1.2. de recuperação de outros;

2.7.1.3. de alienação através de Leilão Oficial;

2.7.1.4. de inutilização.

2.7.2. Em qualquer um dos casos sugeridos pela Comissão, o parecer deve ser homologado pelo Prefeito, e deverão ser seguidos os procedimentos adequados a cada sugestão aprovada.

Controle Interno

Ilone Maria Zimmermann

C-CRC-RGS nº 053231/0-9

CPF nº 508.301.040-90

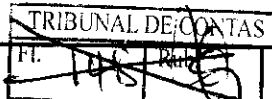
Prefeito Municipal

GIOVANI BATISTA FELTES

PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM**

FOLHAS

03/04

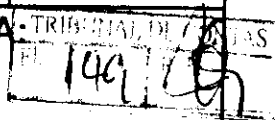
CONTROLE INTERNO RIO GRANDE DO SUL

NORMA INTERNA Nº:

07/2008

DATA VIGÊNCIA

01/06/2008

**ASSUNTO: CONTROLE PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS****SETORES ENVOLVIDOS: SETOR DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ESCOLAS MUNICIPAIS E TODAS AS SECRETARIAS****2.8. Da Reavaliação dos Bens Patrimoniais:**

2.8.1. A determinação de reavaliar os bens será solicitada pelo Setor de Patrimônio através de Processo Administrativo e será efetuada pela Comissão de Reavaliação de Bens Patrimoniais nomeada pelo Prefeito;

2.8.2. O Setor de Patrimônio relacionará por Unidade Administrativa, no formulário "Relação de Bens Patrimoniais", os bens sob a responsabilidade de cada uma delas, de acordo com a Listagem emitida pelo Sistema (Anexo 3);

2.8.3. A Comissão de Reavaliação, a vista de cada um dos bens patrimoniais e de acordo com os critérios estabelecidos, determinará o valor de reavaliação;

2.8.4. Para os bens móveis o critério será o seguinte;

2.8.4.1. Para os bens em bom estado de conservação, 80% do valor de mercado;

2.8.4.2. Para os bens em estado regular, 50% do valor de mercado;

2.8.4.3. Para os bens em mau estado, 20% do valor de mercado;

2.8.5. Depois de efetuado o levantamento de reavaliação, será o processo encaminhado ao Setor de Patrimônio que adotará as seguintes providências:

2.8.5.1. Extrairá cópia das relações de avaliação;

2.8.5.2. Colocará no processo o carimbo de "Tombado" e o enviará para o Departamento Contábil para atualizar os registros;

2.8.5.3. Pelas relações de reavaliação atualizará os registros no Sistema;

2.8.5.4. Arquivará as relações de reavaliação na pasta de "Responsáveis pela Guarda de Bens Patrimoniais" da respectiva Unidade Administrativa.

2.9. Das Aquisições de Bens pelas Escolas – Programa de Gestão Autônoma das Escolas Públicas Municipais:

2.9.1. Quando o bem for adquirido pelas escolas, através do PROGAEM, a Direção da escola deverá enviar as duas vias da nota fiscal imediatamente ao Departamento Contábil.

2.9.2. O Departamento Contábil carimbará como "LANÇADO" as duas vias da nota fiscal, arquivará a 1ª via em pasta específica, e encaminhará a 2ª via ao Setor de Patrimônio;

2.9.3. O Setor de Patrimônio, de posse da 2ª via carimbada pelo Departamento Contábil, lançará a entrada no sistema patrimonial e inserirá o número de tombamento na 2ª via da nota fiscal;

2.9.4. O Setor de Patrimônio irá gerar a etiqueta de identificação, colará no bem, e entregará uma cópia da 2ª via da nota fiscal para a Direção da Escola, já carimbada pelo Setor de Patrimônio e Departamento Contábil, para que a Direção da Escola a inclua na prestação de contas bimestral.

Obs.: A 1ª via ficará com o Departamento Contábil, a 2ª via com o Setor de Patrimônio, e cópia da 2ª via será entregue para a Direção da Escola, que anexará na prestação de contas bimestral.

Controle Interno

Ilone Maria Zimmermann

C-CRC-RGS nº 053231/0-0
CPF nº 508.301.049/20

Contadora

Prefeito Municipal

GIOVANI BATISTA FELTES
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO RIO GRANDE DO SUL

FOLHAS
04/04

NORMA INTERNA Nº:

07/2008

DATA VIGÊNCIA:

01/06/2008

ASSUNTO: CONTROLE PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS

SETORES ENVOLVIDOS: SETOR DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ESCOLAS MUNICIPAIS E TODAS AS SECRETARIAS

3) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 3.1. Em nenhuma hipótese os bens móveis podem ser transferidos, cedidos, emprestados ou recolhidos sem a emissão da Guia de Transferência Patrimonial;
- 3.2. Todo e qualquer recebimento de bem móvel deverá ser conferido e identificado pelo Setor de Patrimônio nos termos dos itens 2.2.1 e 2.2.2 definidos por esta Norma;
- 3.3. A guarda e o zelo pelos bens móveis, serão sempre de responsabilidade do chefe da Unidade Administrativa em que o bem estiver alocado;
- 3.4. As relações de guarda e responsabilidade de bens emitidos pelo Sistema Patrimonial deverão estar sempre atualizadas;
- Obs.: Para que seja atendido na íntegra o item 3.4, é necessário que seja extraída uma nova Relação no Sistema a cada vez que houver movimento naquela Unidade Administrativa.**
- 3.5. A cada final de mandato deverá ser feita uma relação completa dos bens e, elaborada uma ata de transmissão de bens que será assinada pelos Prefeitos (o que deixa a gestão e o que inicia nova gestão);
- 3.6. Os bens imóveis serão disciplinados através de Norma Interna específica;
- 3.7. Toda e qualquer dúvida ou omissão gerada por esta Norma deverá ser solucionada junto ao Setor de Patrimônio e o Controle Interno.

Controle Interno

Ilone Maria Zimmermann

C-CRC-RGS nº 0532310-9
CPF nº 508.301.040/20

Prefeito Municipal

Giovanni Batista Feltes



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Setor de Patrimônio

GUIA DE TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL

GUIA Nº

1

DE:

PARA:

CÓDIGO

DESCRIÇÃO DO BEM

OBS:

REMETI EM:

____/____/____

Remetente

RECEBI EM:

____/____/____

Recebedor

RECEBI EM:

____/____/____

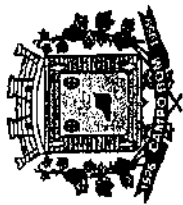
Setor Patrimonial



1

Setor Patrimonial

99



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Setor de Patrimônio

Relação de Bens Patrimoniais

ORGÃO:

UNIDADE ADMINISTRATIVA:

DATA: / /

[illegible]

OBS1: Estado do Bem é definido em BOM, REGULAR, RUIM ou IMPRESTÁVEL. OBS2: Os campos Valor Histórico e Valor Reavaliado serão preenchidos pela Comissão de Reavaliação.



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2010
SECRETARIA DE SAÚDE**

No dia 01 de abril de 2010, realizamos auditoria na Secretaria Municipal de Saúde, especificamente na CEMMED, Farmácia de Distribuição de Medicamentos e alguns Postos de Saúde, com a finalidade de verificar o controle e a distribuição de materiais e medicamentos. Aplicamos os procedimentos de auditoria específicos para esta área, conforme programa de trabalho. Em nosso exame, constatamos algumas inconformidades, que passamos a descrevê-las como segue:

INCONFORMIDADES:

CEMMED (CENTRAL DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS)

1 – Compra exagerada de medicamentos:

1.1. Constatamos na análise do estoque da CEMMED, que o medicamento AZITROMICINA 500MG tem seu prazo de validade vencendo em abril de 2010, sendo que o atual estoque é de 24.600 (vinte e quatro mil e seiscentos) comprimidos. Na análise do empenho N° 6467/2009, emitido em 26.08.09, constatamos que a compra foi realizada através de dispensa de licitação e sem exigência de prazo mínimo de validade;

2 – Medicamentos/Materiais com o prazo de validade vencido:

2.1. Constatamos em nossa verificação 61 (sessenta e um) litros de água oxigenada com o prazo de validade vencido desde o mês de janeiro do corrente exercício;

3 – Inconformidades no controle de estoque

3.1. Constatamos em nossa verificação por amostragem, algumas diferenças no controle de estoque, conforme demonstrativo a seguir:



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

| Descrição | Est. Físico | Est. Sistema | Diferença |
|---------------------------|--------------|--------------|------------|
| Captopril 25mg Cp | 1.286.500,00 | 1.287.000,00 | - 500,00 |
| Glibenclamida 5mg Cp | 226.350,00 | 226.050,00 | + 200,00 |
| Hidroclorotiazida 25mg Cp | 588.660,00 | 587.460,00 | + 1.200,00 |
| Ibuprofeno 300mg Cp | 42.560,00 | 38.570,00 | + 3.990,00 |
| Loratadina 10mg Cp | 5.760,00 | 9.120,00 | - 3.360,00 |
| Paracetamol 500mg Cp | 37.500,00 | 38.160,00 | - 660,00 |
| Propranolol 40mg Cp | 208.840,00 | 203.340,00 | + 5.500,00 |

POSTO CSE (CENTRO DE ESPECIALIDADES)

4 – Medicamentos Vencidos:

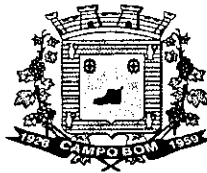
4.1. Constatamos alguns medicamentos com o prazo de validade vencido, conforme tabela a seguir:

| Descrição | Quantidade | Vencido em: |
|--|------------|-------------|
| Dipirona Sódica 10ml gotas | 06 frascos | 07/2009 |
| Paracetamol 200mg gotas | 01 frasco | 11/2009 |
| Paracetamol 200mg gotas | 01 frasco | 01/2010 |
| Succinato Sódico de Hidrocortisona 100mg | 01 caixa | 02/2010 |

POSTO PAULISTA

5 – Almoxarifado de Medicamentos

5.1. Constatamos que a porta da sala onde estão armazenados os medicamentos fica destrancada, e que todos os servidores possuem acesso à mesma;



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

6 – Medicamentos Vencidos

6.1. Constatamos alguns medicamentos e materiais vencidos:

| Descrição | Quantidade | Vencido em: |
|----------------------------------|------------|-------------|
| Cloridrato de Lidocaína 100mg/5g | 02 tubos | 12/2009 |
| Agulha Hipodérmica 25 x 7 | 100 peças | 01/2010 |
| Fixador Citológico 100ml | 01 tubo | 02/2010 |

POSTO OPERÁRIO

7 – Medicamentos Vencidos

7.1. Constatamos na análise dos materiais e medicamentos 03 (três) frascos de Insulina Humana com o prazo de validade vencido em 10/2009;

8 – Medicamentos armazenados na geladeira juntamente com alimentos diversos;

8.1. Constatamos na verificação da armazenagem da Insulina, que a mesma está sendo depositada em geladeira na cozinha juntamente com diversos tipos de alimentos. Este mesmo procedimento está ocorrendo no **POSTO SANTA LÚCIA**. Além disso, não há termômetro para acompanhar as respectivas temperaturas.

RECOMENDAÇÕES:

R1.1 – Recomendamos que as compras sejam realizadas mediante observação da média de consumo de cada medicamento. Além disso, é indispensável que no ato da compra seja descrito o prazo de validade dos medicamentos;



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

R2.1 – Recomendamos ao responsável pela CEMMED maior atenção no controle de validade dos materiais e medicamentos;

R3.1 – Recomendamos que seja realizado inventário geral dos materiais e medicamentos com a finalidade de apurar as diferenças encontradas;

R4.1 – Recomendamos ao responsável pelo Posto CSE maior controle sobre a data de validade dos materiais e medicamentos;

R5.1 – Recomendamos que a porta do almoxarifado onde estão armazenados os medicamentos seja trancada, e que apenas o responsável tenha acesso para efetuar a reposição dos materiais e/ou medicamentos armazenados. Não existe a possibilidade de realizar um bom controle com o acesso de livre de todos ao almoxarifado. Além disso, há o risco de um paciente ou até acompanhante de paciente, em um momento de distração dos atendentes do posto ou em grande fluxo de movimento, ter acesso aos materiais armazenados;

R6.1 – Recomendamos ao responsável do Posto Paulista maior atenção ao prazo de vencimento dos materiais e medicamentos;

R7.1 – Recomendamos ao responsável do Posto Operário maior atenção ao prazo de vencimento dos materiais e medicamentos;

R8.1 – Recomendamos que a Insulina não seja depositada em geladeira juntamente com diversos alimentos. Ainda cabe recomendar a aquisição de termômetro para acompanhamento das temperaturas.

[Handwritten signature]



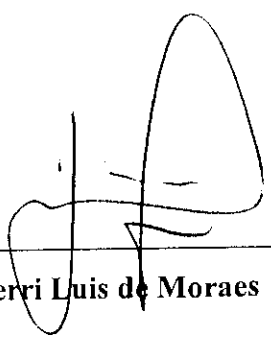
Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

OBS. GERAL: De um modo geral não encontramos problemas graves. A estrutura dos postos é boa, o espaço físico é suficiente e o aspecto limpeza apresentou excelente qualidade. Na Farmácia bem como nos postos de saúde, não há eficiente controle e/ou registro da distribuição de medicamentos aos pacientes. Em nosso ponto de vista, a **INFORMATIZAÇÃO GERAL** dos postos de saúde seria o próximo passo a ser dado, bem como um grande avanço para o Município de Campo Bom. Constatamos ainda que a farmácia e os postos de saúde já disponibilizam de acesso a internet, o que facilita bastante o processo de informatização.

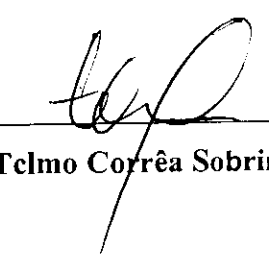
O Posto celeste também foi visitado, mas não há nenhuma inconformidade a ser descrita.

É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom, 01 de abril de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 04/2010
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

No dia 11 de maio de 2010, realizamos a auditoria na Câmara Municipal de Vereadores de Campo Bom. Aplicamos os procedimentos de auditoria específicos para este órgão. Examinamos todos os empenhos emitidos até o dia 05.05.2010. Em nosso exame, constatamos algumas inconformidades, as quais passamos a descrevê-las como segue:

INCONFORMIDADES:

1- EXAME DAS PASTAS FUNCIONAIS:

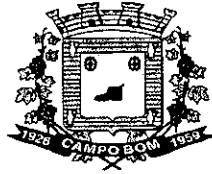
1.1. Constatamos que todos os servidores admitidos antes do ano de 2008, não apresentaram cópia do comprovante de comparecimento às eleições municipais daquele ano conforme orienta o Tribunal Regional Eleitoral no que diz respeito às admissões no serviço público.

1.2. Constatamos que o vereador Marinho de Moura não apresentou cópia da Diplomação das eleições de 2008.

1.3. Constatamos que o vereador Jair Reinheimer não apresentou a declaração de Bens e Rendas em 2009 referente ao exercício base 2008.

2- EXAME DE EMPENHOS:

2.1 Constatamos pelo empenho nº 146/2010 a compra de uma impressora, porem não existe evidência do tombamento da nota fiscal no Sistema de Patrimônio.



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

3- EXAME DOS CONTRATOS:

3.1 Constatamos que no processo de licitação modalidade carta convite nº 02, referente à contratação de software, não existe evidência da Ata da Sessão de Julgamento, efetuada pela Comissão de Licitações.

Para fins de regularizar as inconformidades mencionadas neste relatório e otimizar outros procedimentos, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R1- Recomendamos solicitar aos servidores que foram admitidos em 2008, a apresentação da comprovação da votação naquele exercício.

R2- Recomendamos solicitar ao vereador Marinho de Moura a cópia da diplomação de 2008.

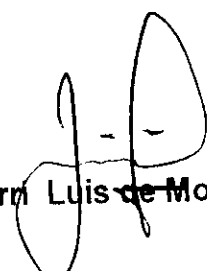
R3- Recomendamos solicitar ao vereador Jair Reinheimer a Declaração de Bens atualizada.

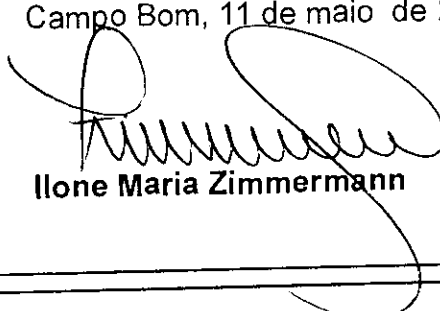
R4- Recomendamos a aquisição de um carimbo com os dizeres "TOMBADO/LANÇADO", e que o mesmo seja inserido em todos os empenhos e nas notas fiscais referente a aquisição de bens patrimoniais móveis.

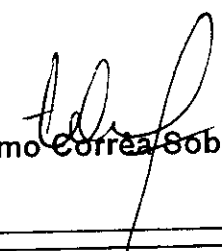
R5- Recomendamos o arquivamento junto ao processo de licitação referente à C.Convite nº 02, da cópia da Ata de Julgamento da Comissão de Licitação.

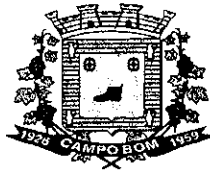
É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom, 11 de maio de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 05/2010
COMPAQ

No dia 21 de junho de 2010, realizamos a auditoria na Comissão Permanente de Avaliação, Capacitação e Qualificação dos Servidores Públicos de Campo Bom-COMPAQ.

Aplicamos os testes necessários para formar uma opinião sobre as atividades desenvolvidas por esse órgão.

Todas as atribuições desse órgão estão definidas pela Lei Municipal nº 2.413 de 16/01/2003. Nosso exame, levou em consideração estas atribuições.

Em nossa verificação não encontramos nenhuma irregularidade que pudesse comprometer o trabalho executado pela COMPAQ.

No entanto, existem alguns procedimentos que podem aumentar a eficiência dos controles e maximizar a qualidade das informações geradas por este órgão.

Nesse sentido, este Controle Interno sugere as seguintes recomendações:

R1- CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DA COMPAQ

Considerando o pouco tempo de experiência da maioria dos membros da comissão, e a relevância das atribuições da mesma, recomendamos a participação desses membros e mais cursos de capacitação e treinamento.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

R2- PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO ANUAL

Recomendamos que a COMPAQ elabore um planejamento global de capacitação envolvendo todas as Secretarias, como vinha procedendo até exercício de 2007.

R3- AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Recomendamos que as avaliações de desempenho, principalmente aquelas referente ao Estágio Probatório, sejam na medida do possível testadas no local de trabalho pela COMPAQ. Este teste pode ser executado por amostragem.

R4- ESTATÍSTICA DAS AVALIAÇÕES


Recomendamos que seja elaborado um controle estatístico com a frequência dos pontos constantes nas Avaliações de Desempenho.

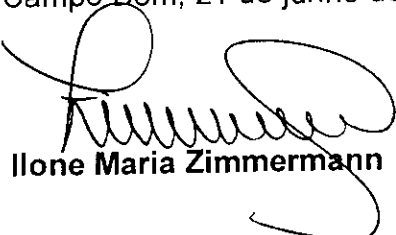
R5- PRAZO PARA SINDICÂNCIAS

Recomendamos que seja definido um prazo para conclusão das sindicâncias, a fim de evitar perda da qualificação pela passagem de longo tempo.

É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom, 21 de junho de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2010
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Em visita à Secretaria da Educação no dia 30 de junho de 2010, procedemos à auditoria onde aplicamos os testes específicos para esta área e constatamos as seguintes inconformidades;

INCONFORMIDADES

1 – UMIDADE NA SALA DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

1.1 – Constatamos que a sala, onde estão lotados os equipamentos eletrônicos de utilização pelo laboratório de informática não oferece as condições de salubridade adequadas, pois apresenta uma barra de umidade em seu rodapé;

Com a finalidade de corrigir as deficiências apontadas, sugerimos para a regularização as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES

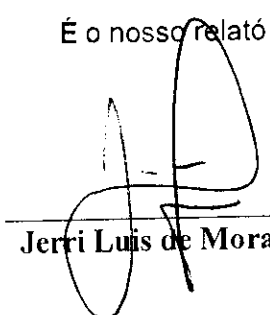
R1 – Recomendamos que seja providenciada uma manutenção na parede da sala onde estão lotados os equipamentos eletrônicos do laboratório de informática com o objetivo de proteger da umidade estes bens patrimoniais, pertencentes à escola Municipal Marcos Silvano Vieira;

R2 – Recomendamos, com o objetivo de melhorar o controle da efetividade dos servidores das escolas municipais avaliar a possibilidade da adoção do Ponto Eletrônico para o registro da entrada e saída dos funcionários;

R3 – Recomendamos a observância da legislação no que se refere às transferências constitucionais para a educação, 25%, em especial no que se relaciona aos depósitos decendiais;

É o nosso relatório.

Campo Bom, 30 de junho de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 07/2010
FROTA DE VEÍCULOS

No dia 23 de julho de 2010, realizamos auditoria nos procedimentos operacionais inerentes a Frota de Veículos e Máquinas do Município. Realizamos entrevistas com os responsáveis e analisamos diversos instrumentos de controle sobre a frota municipal. Em nosso exame, constatamos algumas inconformidades, que passamos a descrevê-las como segue:

INCONFORMIDADES:

1 – Norma Interna Operacional:

1.1. Constatamos a inexistência de uma Norma Interna que discipline os procedimentos de controle sobre a frota municipal.

2 – Planilha de Registro de Utilização dos Veículos e Máquinas:

2.1. Constatamos que as planilhas utilizadas pelos condutores para registrar as viagens da frota não são padronizadas. Nas planilhas dos veículos/máquinas da Secretaria de Obras, por exemplo, não consta o itinerário dos deslocamentos. Evidenciou-se que estes instrumentos de registro muitas vezes não são preenchidos corretamente, e são arquivados sem uma verificação final para apurar a existência de dados inconsistentes.

3 – Hodômetros e Horímetros Danificados:

3.1. Constatamos que diversas máquinas e veículos da Secretaria de Obras estão com o horímetro e hodômetro danificados, impedindo que seja registrado a quantidade de horas trabalhadas e quilometragem percorrida, respectivamente.



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

4 – Registro Manual dos Controles Inerentes a Frota Municipal:

4.1. Constatamos que o registro dos abastecimentos, manutenção, quilometragem percorrida, gastos individuais e requisições de manutenção dos veículos/máquinas da frota municipal são elaborados em diversas planilhas manuais. Esta situação demonstrou dificuldade na análise dos dados e individualização excessiva dos instrumentos de controle.

Com a finalidade de regularizar as inconformidades mencionadas neste relatório, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R1.1 – Recomendamos a elaboração de uma Norma Interna Operacional que discipline e regule o fluxo operacional inerente a frota de veículos do Município.

Obs.: Esta normativa será elaborada pelo Controle Interno juntamente com o setor responsável pela frota, tão logo ocorram as reestruturações necessárias.

R2.1 – Recomendamos a criação e implantação de Diários de Bordo, produzidos com material de maior durabilidade, e que possuam todas as informações necessárias, como campos para preenchimento de situação do veículo, itinerários, quilometragens, etc.

Obs.: O Controle Interno irá pesquisar modelos utilizados em outras entidades, e irá trazer como sugestão.

R3.1 – Recomendamos a regularização dos horímetros e hodômetros danificados da frota municipal.




Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

R4.1 – Recomendamos que seja estudada a adoção de um sistema informatizado para controle da frota municipal. Este instrumento possibilitaria maior controle sobre os dados e agilizaria os procedimentos.

É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom, 23 de julho de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal nº 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 08/2010
SETOR DE TESOUREARIA

Em visita ao Setor de Tesouraria, subordinado à Secretaria Municipal de Finanças, no dia 27 de julho de 2010, com a finalidade de verificarmos os procedimentos adotados no Setor, aplicamos o programa de auditoria específico para a área.

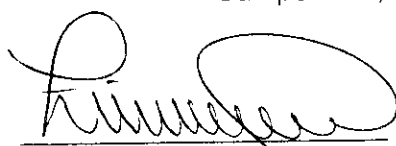
Em nossa análise, não constatamos nenhuma inconformidade que possa comprometer o fluxo operacional da Tesouraria, concluímos que a Norma Interna nº 06/2007, implantada em 01/11/2007, está sendo aplicada corretamente, no entanto para auxiliarmos na obtenção de mais eficiência neste Setor, sugerimos o procedimento a seguir:

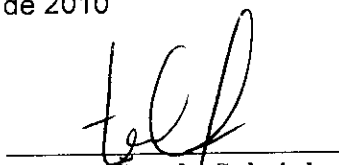
RECOMENDAÇÃO

1) Recomendamos que a tesouraria não deixe de transferir, decendialmente, os recursos destinados à Educação e à Saúde, retidos dos Impostos arrecadados no decênio anterior, atendendo às exigências da Legislação Pertinente.

É o nosso relatório.

Campo Bom, 27 de julho de 2010


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 009/2010
SETOR DE EMPENHOS

No dia 27 de julho de 2010, realizamos auditoria por, amostragem, nos empenhos referentes aos meses janeiro a março do exercício de 2010, onde aplicamos os procedimentos de auditoria constantes no programa de trabalho específico para essa área, e encontramos algumas inconformidades, que passamos a descrever a seguir:

INCONFORMIDADES:

1 – REQUISIÇÃO DE COMPRAS

1.1 - Constatamos que algumas requisições de compras anexas aos empenhos, não estão assinadas pelo responsável pelas compras – licitações; ex. Empenhos números, 582,283,586 e 599 etc...;

2 – PAGAMENTOS DE MULTAS JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

2.1- Constatamos que foram pagas diversas faturas da AES-Sul energia, em atraso gerando, por conseguinte, despesas de multa, juros e atualizações monetárias;

Com o objetivo de melhorar os procedimentos dessa área, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R1.1 – Recomendamos que todas as requisições de compras fossem assinadas pelo responsável das compras e licitações do Município, comprovando o acompanhamento da realização da despesa por este setor;




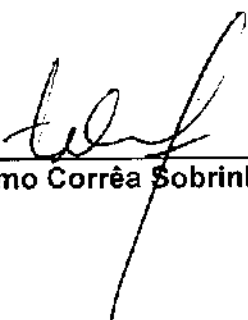
Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

R2.1 – Recomendamos que seja evitado o pagamento em atraso de qualquer fatura, em especial a de energia elétrica, evitando com este procedimento o aumento da despesa e consequentemente onerando o erário municipal;

É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom – RS, 27 de julho de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 010/2010
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE CAMPO BOM – IPASEM

No exame de auditoria realizado no dia 26 de agosto de 2010 aplicamos os procedimentos de auditoria constante no programa de trabalho, específico para essa área. De nosso exame constatamos as falhas a seguir descritas;

INCONFORMIDADES

1 – CONTABILIZAÇÃO ATUALIZADA–

1. Constatamos que está inscrito em Dívida Ativa, o parcelamento do Município com o IPASEM, autorizado pela Lei Municipal n. 2735/2004, das Contribuições Patronais, indevidamente. Conforme novas normas de contabilidade vigente o mesmo deverá ser reclassificado.

2- BENS PATRIMONIAIS

2. Constatamos que os últimos bens adquiridos não estão cadastrados no Patrimônio da Entidade e não está providenciado inventário anual dos Bens;

3 – DECLARAÇÃO DE BENS

3. Constatamos que, até a presente data, não foram atualizadas as declarações de bens dos servidores municipais, admitidos em exercícios anteriores;

4- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4. Constatamos que os contratos administrativos não são numerados em ordem numérica cronológica;

Para fins de melhorar os controles de gestão, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R 1 – Recomendamos que o serviço de contabilidade efetue os lançamentos de ajustes da Dívida Ativa Longo Prazo, transferindo a inscrição para o Grupo Compensado, através do seguinte lançamento:

Débito – 1.9.9.9.6.36. 0000.00.– Parcelamento de Débitos Previdenciários.

Crédito – 2.9.9.9.0.00.00.00.00 – Compensações Diversas;

[Assinatura]

[Assinatura]



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

R 2 – Recomendamos que todos os bens patrimoniais adquiridos, sejam identificados e registrados imediatamente à ocorrência do fato;

R 3 – Recomendamos que seja solicitado a todos os servidores dessa entidade a atualização anual da declaração de bens, em atendimento à legislação pertinente;

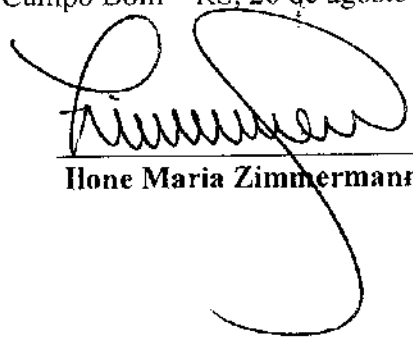
R4 – Recomendamos que todos os contratos administrativos sejam numerados cronologicamente facilitando a pesquisa e o controle de execução;

R5 – Recomendamos que a prestação de serviços extraordinários(horas extras)apenas ocorram em consonância com o regulado pelo artigo 26, caput, da Lei Municipal, 2409/2004.

É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom – RS, 26 de agosto de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 12/2010
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

No dia 30 de setembro de 2010, realizamos auditoria no Departamento de Compras e Licitações, subordinado a Secretaria de Finanças. Aplicamos os procedimentos de auditoria específicos para esta área, conforme programa de trabalho, por amostragem. Em nosso exame, constatamos algumas inconformidades, que passamos a descrevê-las como segue:

INCONFORMIDADES:

1 – Falta de Ato de Designação dos Membros da Comissão de Licitação

Constatamos na análise de alguns processos licitatórios, que não está sendo inserido o ato de designação da Comissão de Licitações, em conformidade com o inc. III, art. 38, Lei Federal Nº 8.666/93;

2 – Tomada de Preços 002/10

Constatamos na análise do contrato nº 006/10, que a cláusula décima regulamenta os pagamentos mediante apresentação das notas fiscais, quando visadas pela Secretaria Mun. de Educação e Cultura. Ocorre que o objeto se trata da aquisição de macadame de saibro e saibro, sendo o mesmo adquirido pela Secretaria de Obras, Viação e Serv. Urbano, havendo a necessidade e a obrigação da última Secretaria visar as notas fiscais, não a Secretaria de Educação;

3 – Falta da Descrição do Fiscalizador nos Contratos

Constatamos que não está sendo descrito nos contratos o nome do fiscalizador.

Com a finalidade de regularizar as inconformidades mencionadas neste relatório, e atender na plenitude os dispositivos legais, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R1 – Recomendamos que seja observado a descrição dos documentos que devem ser juntados ao processo licitatório, em especial o inc. III, art. 38 da Lei de Licitações e Contratos: **“ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite.”** (grifo nosso);

R2 – Recomendamos que seja elaborado um Termo Aditivo ao contrato nº 006/10, alterando a cláusula décima para que as notas fiscais sejam visadas pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serv. Urbanos;

[Handwritten signatures]



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001


R3 – Recomendamos que seja designado, através de portaria, um servidor responsável para fiscalizar cada contrato firmado com o Município, atendendo na íntegra o que determina o art. 67 da Lei de Licitações e Contratos: ***“A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”*** (grifo nosso);

R4 – Recomendamos que a grade de preços seja elaborada obedecendo uma ordem decrescente de preços, facilitando a observação dos classificados;

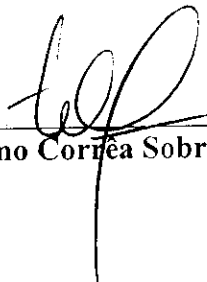
R5 – Recomendamos que seja inserido nos processos licitatórios a cópia da publicação dos resumos dos contratos.

É o nosso relatório e recomendações.

Campo Bom, 30 de setembro de 2010.


Jerri Luis de Moraes


Ilone Maria Zimmermann ,


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 13/2010
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

No dia 18 de outubro de 2010, realizamos auditoria no Departamento de Arrecadação e Fiscalização, subordinado a Secretaria de Finanças. Em nosso exame, aplicamos os procedimentos de auditoria específicos para essa área.

Não encontramos em nossa verificação nenhuma inconformidade que pudesse comprometer as atividades operacionais da arrecadação e da fiscalização.

No entanto, com o objetivo de melhorar a eficácia e a eficiência da arrecadação municipal, sugerimos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

R1 - Considerando que o Código Tributário vem sendo alterado e/ou complementado nos últimos anos, sugerimos seja efetuada uma Consolidação de todas estas leis, organizando o referido código num único documento para facilitar a pesquisa ou consulta.

R2 - Considerando o número atual de fiscais em atividade no município, o número de contribuintes cadastrados, a extensão territorial, e o acréscimo de trabalho envolvendo outras áreas tais como Meio Ambiente, **sugerimos a nomeação de mais fiscais** para o exercício de 2011.

R3 – Recomendamos que o processo de notificação e auto de infração sejam informatizados;

R4 – Recomendamos a utilização de uniformes para identificação dos fiscais em suas atuações externas. Atualmente eles possuem somente juponas para uso no Inverno.

R5 – Recomendamos que fosse definido um assessor jurídico que atenda de forma permanente, integrado com a Tributação, os processos de cobrança administrativa e os da Dívida Ativa.

17



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lci Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

A seguir elaborou-se uma tabela apresentando o saldo da dívida ativa dos últimos 5 anos. Como se pode observar existe um crescimento anual no perfil da dívida ativa, alcançando em 31 de dezembro de 2009 importância superior a 38 milhões de reais.

Constata-se que o crescimento da dívida ativa de 2004 para 2009 praticamente dobrou de valor.

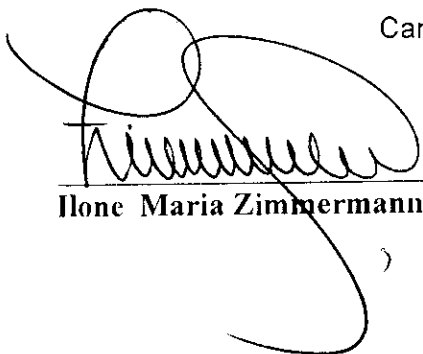
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA PERÍODO 2004 A 2009

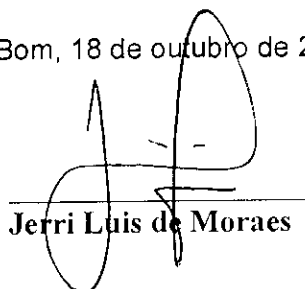
| ANOS | VALORES EM REAIS | CRESCIMENTO EM % |
|------------|------------------|--------------------------|
| 31.12.2004 | 19.896.458,60 | ===== |
| 31.12.2005 | 23.044.662,78 | 16% > S/2004 |
| 31.12.2006 | 25.537.860,61 | 11% > S/ 2005 |
| 31.12.2007 | 28.475.687,17 | 12% > S/2006 |
| 31.12.2008 | 36.077.005,72 | 27% > S/2007 |
| 31.12.2009 | 38.158.649,59 | 6% > S/2008 e 92% s/2004 |

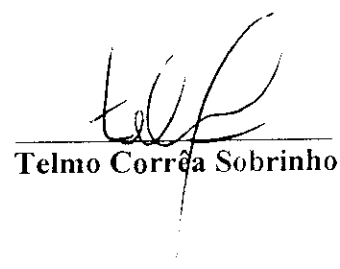
Fonte: Balancetes de Verificação

Sendo o que temos a relatar e a recomendar, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Campo Bom, 18 de outubro de 2010.


Ilone Maria Zimmermann


Jerri Luis de Moraes


Telmo Corrêa Sobrinho



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

1/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

1) DOS OBJETIVOS:

- 1.1) Disciplinar e normatizar os procedimentos operacionais da Fiscalização;
- 1.2) Proporcionar clareza e segurança nas atividades desenvolvidas pelos servidores lotados no Setor;
- 1.3) Atender legalmente os dispositivos contidos na Lei Municipal nº 2397/2002 (Código Tributário Municipal).

2) DOS PROCEDIMENTOS:

2.1) DA EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO:

2.1.1) Do Estabelecimento de Pessoa Física ou Jurídica:

- 2.1.1.1) Receber o requerente com cordialidade;
- 2.1.1.2) Conferir documentação conforme disposto em Lei Municipal;
- 2.1.1.3) Protocolar requerimento tendo anexo toda documentação e comprovante de recolhimento da Taxa de Fiscalização e Vistoria;
- 2.1.1.4) Montar processo e analisar documentação;
- 2.1.1.5) Verificar impedimentos quanto à localização em virtude de Legislação Municipal;
- 2.1.1.6) Enviar processo à fiscalização para vistoria quanto a localização, as condições da obra, de segurança, sanitárias e ambientais para o exercício das atividades constantes no requerimento;
- 2.1.1.7) Emitir o Alvará de Licença para Localização de Estabelecimento;
- 2.1.1.8) Verificar valor do Alvará de Licença para Localização de Estabelecimento, ISS e possível multa face ao início da atividade sem autorização municipal;
- 2.1.1.9) Enviar processo ao protocolo para aviso ao requerente quanto ao deferimento e dos valores pendentes, sendo que o alvará só poderá ser retirado após pagamento dos valores já referidos;
- 2.1.1.10) Após retorno do processo, registrar o contribuinte no sistema informatizado;
- 2.1.1.11) Registrar prazos referentes a possíveis intimações preliminares;
- 2.1.1.12) Arquivar processo;

CONTROLE INTERNO

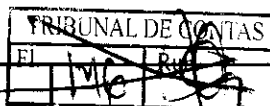
PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

2/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.1.1.13) Registrar localização do estabelecimento no mapa de controle temporário.

2.2) DA ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO:

2.2.1) Do Estabelecimento Pessoa Física ou Jurídica:

2.2.1.1) Receber o requerente com cordialidade;

2.2.1.2) Conferir documentação conforme disposto em Lei Municipal;

2.2.1.3) Protocolar requerimento tendo anexo toda documentação e comprovante de recolhimento da Taxa de Fiscalização e Vistoria;

2.2.1.4) Anexar documentação no processo existente;

2.2.1.5) Verificar impedimentos quanto à localização em virtude de Legislação Municipal;

2.2.1.6) Enviar processo à fiscalização para vistoria quanto a localização, as condições da obra, de segurança, sanitárias e ambientais para o exercício das atividades constantes no requerimento;

2.2.1.7) Emitir o Alvará de Licença para Localização de Estabelecimento;

2.2.1.8) Verificar valor do Alvará de Licença para Localização de Estabelecimento, ISS e possível multa face alterações sem comunicação à Prefeitura Municipal no prazo estipulado em Lei;

2.2.1.9) Enviar processo ao protocolo para aviso ao requerente quanto ao deferimento e dos valores pendentes, sendo que o alvará só poderá ser retirado após pagamento dos valores já referidos;

2.2.1.10) Após retorno do processo, registrar alterações no sistema informatizado;

2.2.1.11) Registrar prazos referentes a possíveis intimações preliminares;

2.2.1.12) Arquivar processo;

2.2.1.13) Registrar localização do estabelecimento no mapa de controle temporário.

2.3) DA BAIXA DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

2.3.1) Receber o requerente com cordialidade;

2.3.2) Conferir documentação conforme disposto em Lei Municipal (se prestadora de serviços solicitar blocos de nota de serviços e livro de registro de ISS devidamente escriturados);

2.3.3) Vistoriar o local para verificar o real encerramento da atividade;

2.3.4) Averbar documentos cadastrais;

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

3/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.3.5) Registrar baixa no sistema informatizado;

2.3.6) Proceder revisão do ISS. A revisão deve ser realizada conforme os itens 2.5;

2.3.7) Arquivar processo no arquivo "Inativos".

2.4) DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO:

2.4.1) Dos Procedimentos Iniciais:

2.4.1.1) Verificar a ordem dos documentos constantes no processo;

2.4.1.2) Registrar relatório geral temporário;

2.4.1.3) Verificar no livro protocolo possíveis solicitações de alteração cadastral ou baixa de atividade;

2.4.1.4) Se for localizado no Loteamento Industrial, verificar regularidade da empresa junto a Assessoria Jurídica;

2.4.1.5) Verificar localização e condições do prédio, de segurança, sanitárias e ambientais do estabelecimento para o exercício das atividades.

2.4.2) Do Estabelecimento Ativo:

2.4.2.1) Abordar o responsável pelo estabelecimento com cordialidade;

2.4.2.2) Realizar vistoria conforme item 2.4.1.5 no estabelecimento;

2.4.2.3) Registrar possíveis prazos;

2.4.2.4) Registrar atualizações de dados no sistema informatizado;

2.4.2.5) Havendo alterações e atendidas exigências legais, emitir novo alvará conforme item 2.2.

2.4.3) Do Estabelecimento Inativo e Localizado o Proprietário:

2.4.3.1) Intimar preliminarmente para regularização requerendo baixa de atividade;

2.4.3.2) Aguardar prazo da intimação preliminar;

2.4.3.3) Se regularizou ir para o item 2.3, caso contrário, ir para o item 2.4.3.4;

2.4.3.4) Impor e lançar multa adotando os procedimentos do item;

2.4.3.5) Baixar inscrição municipal de ofício;

2.4.3.6) Averbar documentos cadastrais;

2.4.3.7) Registrar baixa no sistema informatizado;

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

4/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.4.3.8) Proceder revisão do ISS conforme item 2.5;

2.4.3.9) Arquivar processo no arquivo "Inativos".

2.4.4) Do estabelecimento Inativo e Não Localizado o Proprietário: Me parece que deve ser uniformizado com o item 2.4.5 ----- Achei estranha a existência deste subitem, pois o item geral é "DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO" Será revalidado alvará de quem não foi localizado???? – na verdade, será baixado de ofício conforme item 2.4.4.1 – por isso, me parece que o item deve ser reposicionado para estar dentro das baixas.

2.4.4.1) Baixar inscrição municipal de ofício; Me parece que deve ser uniformizado com o item 2.4.5.1 ----- Aqui vejo a possibilidade de um lançamento de multa que poderá ser notificada por edital – Isso, é claro, dentro de uma política administrativa e de uma definição discricionária do setor fiscal. Mas, especialmente nos casos em que se está fazendo uma limpa no cadastro, a autuação mediante publicação em edital poderá ser uma forma de trazer o desaparecido à luz – Baixa de ofício – lança a multa formal – publica edital com as duas informações – se não comparecer, vai para a dívida ativa. Isso poderá atrair alguns dos sumidos, que possam ter interesse em não ficarem com problemas fiscais.

2.4.4.2) Averbar documentos cadastrais;

2.4.4.3) Registrar baixa no sistema informatizado;

2.4.4.4) Proceder revisão do ISS conforme item 2.5;

2.4.4.5) Arquivar processo no arquivo "Inativos".

2.4.5) Da não Localização do Estabelecimento:

2.4.5.1) Notificar proprietário por edital; Aproveitar em um único edital e já proceder ao lançamento na forma que se falou acima.

2.4.5.2) Aguardar prazo da notificação;

2.4.5.3) Se regularizou ir para o item 2.3, caso contrário, ir para o item 2.4.5.4;

2.4.5.4) Baixar inscrição municipal de ofício;

2.4.5.5) Averbar documentos cadastrais;

2.4.5.6) Registrar baixa no sistema informatizado;

2.4.5.7) Proceder revisão do ISS conforme item 2.5; A revisão aqui vai depender dos documentos disponíveis ao fiscal. Me parece adequado desdobrar este item em duas hipóteses, uma se localizado o contribuinte e outra se não localizado.

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL DE CONTAS

FOLHA Nº

5/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.4.5.8) Arquivar processo no arquivo "Inativos".

Me parece mais adequado trazer o conteúdo do item 2.9 para cá, transformado as revisões de cada um dos tributos em um dos itens de desdobramento dele. Ficaria assim

2.X – DA REVISÃO E LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

2.X.1 – Os tributos deverá ser lançados na forma que se adéqua a cada um deles conforme referido adiante.

DAQUI, PARA A FRENTE, CRIAR

2.X.2 – DA REVISÃO E LANÇAMENTO DO ISS (adotar a descrição do item 2.5)

Usar os procedimentos do item 2.5

2.x.3 – DA REVISÃO E LANÇAMENTO IPTU

Descrever os procedimentos

2.X.4 – DA REVISÃO E LANÇAMENTO ITBI

Descrever os procedimentos

2.X.5 – DA REVISÃO E LANÇAMENTO DAS TAXAS E SERVIÇOS VINCULADOS AO CARNÊ DE IPTU

Descrever os procedimentos

2.X.6 – DA REVISÃO E LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Descrever os procedimentos

2.X.7 – DA REVISÃO E LANÇAMENTO DAS DEMAIS TAXAS

Descrever os procedimentos

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL DE CONTAS

EL. 100/1001

FOLHA Nº

6/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.5) DA REVISÃO DE ISS: SUGESTÃO: ME PARECE ADEQUADO TRANSFORMAR ESTE ITEM EM "DA REVISÃO E LANÇAMENTO DO ISS" ELIMINANDO O ITEM LANÇAMENTO DO ISS OU REMETENDO AQUELE PARA ESTE

2.5.1) Selecionar pelos critérios discricionários disponíveis à fiscalização, seja por indícios de sonegação, seja por programa específico de fiscalização ou outro, o(s) contribuinte(s) a ser examinado.

2.5.2) reunir todos os elementos já disponíveis para a execução do exame fiscal, procedendo pesquisas preparatórias para a juntada de novos elementos significativos.

[[[[[Renumerar daqui em diante]]]]] Apanhar pasta de ISS do contribuinte;

2.5.2) Emitir termo de início de fiscalização;

2.5.3) Registrar prazo para término da fiscalização, sendo recomendável, excluídos casos específicos, que se adote o prazo máximo previsto na lei municipal; **OBSERVAÇÃO: SE A LEI MUNICIPAL NÃO PREVÊ, SUGERE-SE A ADOÇÃO DO PRAZO MÁXIMO DO CTN, QUE É DE 90 DIAS.**

2.X.X – Definir documentos e informações que serão objeto de intimação para que o contribuinte apresente/informe ao fisco municipal para o fim específico do exame fiscal que será realizado.

2.5.4) Notificar contribuinte para apresentar documentação e informações que deverá ser prestadas, necessária para a revisão fiscal; **OBSERVAÇÃO:** ver na lei municipal se a palavra é notificação. Me parece mais adequado o termo intimar.

2.5.5) Após recebida a documentação e as informações, examinar seus conteúdos elaborando os papéis de trabalho e preenchendo -preencher planilha auxiliar de apuração do ISS;

2.5.6) Emitir termo conclusivo de fiscalização; Me parece que o termo "Lavrar" se adéqua melhor aqui do que "Emitir".

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL DE CONTAS
FL. 100/100

FOLHA Nº

7/7

NORMA INTERNA Nº:
XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:
XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.x.x) Lavrar o Auto de Infração (ver o termo adequado conforme o CTM – se infração ou lançamento)

2.5.7) Notificar eventuais débitos; Sugiro a seguinte redação: Notificar o contribuinte do valor lançado.

2.5.8) Emitir termo de encerramento de fiscalização; SUGIRO "Lavar"

2.X.X) Examinar os documentos a serem devolvidos. RETER todos os documentos que caracterizem prova dos valores objeto de lançamento, que devem ficar com o fisco para eventual impugnação administrativa ou judicial. É importante reter os elementos de prova que, se devolvidos poderão desaparecer e acabar resultando em desconstituição do lançamento.

2.5.9) Registrar retirada de documentos colhendo recibo de quem os retira – ATENÇÃO: VERIFICAR SE A RETIRADA ESTÁ SENDO EFETUADA POR PESSOA COM CAPACIDADE PARA FAZÊ-LO;

2.5.10) Lançar tributos apurados; ESTE ITEM ME PARECE QUE DEVE SER ETAPA ANTERIOR COMO COLOCADO ACIMA

2.5.11) Arquivar processo.

2.6) DA EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA ATIVIDADE AMBULANTE E/OU EVENTUAL: SUGESTÃO – Me parece que seria mais adequado manter essa questão do alvará do ambulante e eventual junto com a concessão dos alvarás.

2.6.1) Receber o requerente com cordialidade;

2.6.2) Conferir documentação conforme disposto no Código Tributário Municipal;

2.6.3) Protocolar requerimento tendo anexo toda documentação e comprovante de recolhimento da Taxa de Licença de atividade ambulante;

2.6.4) Enviar processo a fiscalização para vistoria quanto as condições de segurança, sanitárias e ambientais para o exercício das atividades constantes no requerimento;

2.6.5) Emitir o Alvará de Licença para Atividade Ambulante;

2.6.6) Enviar processo ao protocolo para aviso ao requerente quanto ao deferimento;

2.6.7) Arquivar processo.

2.7) DAS CERTIDÕES DE SITUAÇÃO FISCAL:

2.7.1) Receber o requerente com cordialidade;

2.7.2) Protocolar requerimento com comprovante de pagamento da taxa e/ou através da internet;

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL DE CONTAS

FI 182 183

FOLHA Nº

8/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.7.3) Se possuir débitos vencidos, emitir Certidão Positiva de Tributos Municipais;

2.7.4) Se possuir débitos não vencidos, emitir Certidão Positiva de Tributos Municipais, com Efeito de Negativa;

2.7.5) Se não possuir débitos, emitir Certidão Negativa de Débitos Municipais;

2.7.6) Despachar processo para protocolo;

2.7.7) Após retorno de processo arquivá-lo.

2.8) DA ALTERAÇÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO:

2.8.1) Receber o requerente com cordialidade;

2.8.2) Protocolar requerimento tendo anexo título de propriedade do imóvel em questão;

2.8.3) Verificar se o título de propriedade é atual;

2.8.4) Se for alteração do cadastro imobiliário, alterar informações no Boletim de Informações Cadastrais;

2.8.5) Alterar informação no Sistema Informatizado;

2.8.6) Despachar processo para protocolo;

2.8.7) Após retorno do processo arquivá-lo no arquivo correspondente.

2.9) DO LANÇAMENTO DE TRIBUTOS: SUGESTÃO – ESTE ITEM PODERIA SER REPOSICIONADO ANTES DO ITEM 2.5 COM MUDANÇA DE REDAÇÃO PARA TORNAR GERAL PARA TODOS OS TRIBUTOS COMO PRETENDE SER.

DEPOIS, CRIARIA UM ITEM PARA CADA TRIBUTO.

2.X – DO LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

2.X.1 – Os tributos deverá ser lancados na forma que se adéqua a cada um deles conforme referido adiante.

DAQUI, PARA A FRENTE, CRIAR

2.X.2 – LANÇAMENTO DO ISS (adotar a descrição do item 2.5)

Usar os procedimentos do item 2.5

2.x.3 – LANÇAMENTO DO IPTU

Descrever os procedimentos

2.X.4 – LANÇAMENTO DO ITBI

CONTROLE INTERNO

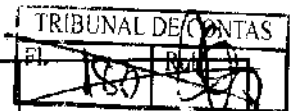
PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

9/7

NORMA INTERNA Nº:

XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

Descrever os procedimentos

2.X.5 – LANÇAMENTO DAS TAXAS E SERVIÇOS VINCULADOS AO CARNÊ DE IPTU

Descrever os procedimentos

2.X.6 – LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Descrever os procedimentos

2.X.7 – LANÇAMENTO DAS DEMAIS TAXAS

Descrever os procedimentos

2.9.1) Verificar documento de lançamento que pode ser constituído de uma notificação individual ou edital conforme previsto em lei;

2.9.2) Efetuar o lançamento do sistema informatizado com o vencimento de acordo com o dispositivo que deu origem e esta receita;

2.9.3) Arquivar documento de lançamento no arquivo próprio da receita.

2.10) DO PARCELAMENTO DE DÍVIDAS:

2.10.1) Receber o requerente cordialmente;

2.10.2) A solicitação do parcelamento somente pode ser feita pela pessoa em cujo nome a dívida está inscrita;

Obs.: O número de parcelas, o valor do mínimo da parcela e a natureza da dívida a ser parcelada são determinados de acordo com legislação municipal.

2.10.3) Imprimir relatório de dívidas;

2.10.4) Preencher requerimento de parcelamento de débito, termo de confissão de dívida e compromisso de pagamento;

2.10.5) Colher assinatura no termo;

2.10.6) Efetuar o parcelamento no sistema e imprimir o carnê de pagamento;

2.10.7) Para concluir o parcelamento, o requerente deve pagar a primeira parcela logo após a solicitação;

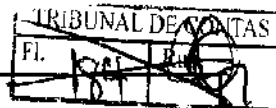
2.10.8) Se a dívida parcelada já tiver sido ajuizada, passar uma cópia do termo a Assessoria Jurídica;

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº
10/7

NORMA INTERNA Nº:
XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:
XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

2.10.9) Despachar termo de parcelamento a tesouraria para arquivá-la na pasta de movimento do dia.

3) DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NOS CONTROLES TRIBUTÁRIOS ELETRÔNICOS:

3.1) PROCEDIMENTOS NOS CONTROLES ELETRÔNICOS DO ISS

3.1.1) A fiscalização tributária municipal deverá manter permanente acompanhamento da estrutura e do funcionamento dos diversos programas de computador adotados para o controle do ISS, prestando especial atenção ao seguinte:

- a) verificar o regular funcionamento, comunicando-se de forma dinâmica e adequada com a empresa que mantém o sistema em funcionamento;
- b) acompanhar as atualização dos sistemas de informática, verificando se os manuais de uso e as telas de ajuda *on line* estão atualizadas.

3.1.2) Os manuais de uso e as telas de ajuda *on line* dos diversos programas são adotados como elementos de consulta desta Instrução Normativa.

3.2) PROCEDIMENTOS NOS CONTROLES ELETRÔNICOS DO IPTU

3.2.1) A fiscalização tributária municipal deverá manter permanente acompanhamento da estrutura e do funcionamento dos diversos programas de computador adotados para o controle do ISS, prestando especial atenção ao seguinte.

- a) verificar o regular funcionamento, comunicando-se de forma dinâmica e adequada com a empresa que mantém o sistema em funcionamento;
- b) acompanhar as atualização dos sistemas de informática, verificando se os manuais de uso e as telas de ajuda *on line* estão atualizadas.

3.2.2) Os manuais de uso e as telas de ajuda *on line* dos diversos programas são adotados como elementos de consulta desta Instrução Normativa.

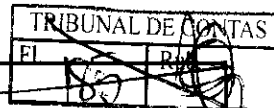
3) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

CONTROLE INTERNO

PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

11/7

NORMA INTERNA Nº:
XX/2010

DATA DA VIGÊNCIA:
XX/XX/2010

ASSUNTO: FLUXO OPERACIONAL DA FISCALIZAÇÃO

SETORES ENVOLVIDOS: TRIBUTOS, TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E TODAS AS SECRETARIAS.

3.1) Sempre receber o contribuinte de forma gentil, contribuindo para com a qualidade no atendimento;

3.2) Toda e qualquer dúvida ou omissão gerada por esta Norma Interna deverá ser solucionada junta a Fiscalização e o Controle Interno.

CONTROLE INTERNO

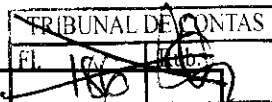
PREFEITO



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

1/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005

DATA DA VIGÊNCIA:
01/07/2005

Alteração-01: 15/10/2010

**ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS**

**SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

1) DOS OBJETIVOS:

- 1.1. Normatizar os procedimentos de entrada, registro, estocagem e saídas na Central de Materiais e Medicamentos (CEMMED);
- 1.2. Normatizar e disciplinar os procedimentos relacionados com a distribuição de materiais e medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde (UBS's) e para a Farmácia Comunitária;
- 1.3. Normatizar os procedimentos de entrada, registro, estocagem e dispensação de medicamentos na Farmácia, nas UBS's e no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
- 1.4. Disciplinar a compra de materiais e medicamentos na forma estabelecida pela Lei 8.666/93;
- 1.5. Permitir um melhor controle sobre os gastos com materiais e medicamentos;
- 1.6. Evidenciar de forma legal a distribuição de materiais e medicamentos.

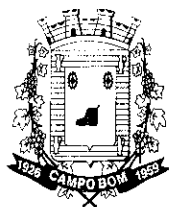
2) DOS PROCEDIMENTOS:

2.1. Da Aquisição dos Materiais e Medicamentos:

- 2.1.1. A solicitação de compra de materiais e medicamentos da CEMMED tem origem nos Relatórios de Estoques e Consumo, provenientes do sistema informatizado de controle de estoque, e nos Relatórios mensais de demanda da Farmácia Comunitária e das Unidades Básicas de Saúde;
- 2.1.2. As compras, conforme a programação estabelecida, deverão ser efetuadas pelo Dept. de Compras e Licitações na modalidade indicada e permitida pela Lei 8.666/93, com as verbas definidas;
- 2.1.3. Todas as compras deverão ser feitas com a observação de critérios administrativos e técnicos (observação importante: na ordem de compra deve constar: "os medicamentos devem ser entregues com a prescrição mínima de 18 meses (um ano e meio) de validade a partir da data da entrega", "o horário de

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO

Faisal Mothci Karam
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL DE CONTAS
FL. 188 Rubrica

FOLHA Nº

2/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005

DATA DA VIGÊNCIA:
01/07/2005
Alteração-01: 15/10/2010

ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS

SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

funcionamento do almoxarifado é das 12h30 às 18h30", "o prazo para entrega a partir da emissão do empenho").

2.1.4. Uma cópia da Ordem de Compra e do Empenho deverá ser enviada para a CEMMED, para fins de recebimento dos itens e conferência;

2.1.5. Uma cópia da Ordem de Compra e do empenho deverão ser encaminhadas pela CEMMED à Coordenação da Assistência Farmacêutica;

2.1.6. Após recebido o empenho, os responsáveis deverão manter contato permanente com o fornecedor, com a finalidade de que os produtos sejam entregues no prazo estabelecido anteriormente (as anotações do que foi combinado com o fornecedor devem ser feitas no verso da ordem de compra – anotar com quem falou e em que data);

2.1.7. Caso os produtos não sejam recebidos no prazo estabelecido, ou seja, caso ocorram problemas (de qualquer ordem) na entrega desses produtos, comunicar à Coordenação, a fim de que se avalie a situação. Se necessário, encaminhar-se-á ao Setor Jurídico para os devidos trâmites.

2.2. Do Recebimento dos Materiais e Medicamentos:

2.2.1. Quando da chegada dos materiais/medicamentos, o responsável pelo recebimento na CEMMED deverá confrontar a Nota Fiscal com a Ordem de Compra, verificar o número de volumes, assinar o canhoto da Nota Fiscal e devolvê-la ao entregador;

2.2.2. Conferir os produtos que foram recebidos, quanto à quantidade, preços, especificações, integridade das embalagens, validade (anotar no respectivo empenho), e certificado/laudo de análise (controle de qualidade);

2.2.3. Após a conferência, não havendo discrepâncias dos medicamentos e materiais recebidos, o responsável deverá carimbar a nota fiscal, datar e assinar;

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO

Faisal Mothci Karam
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 188 R. 188

FOLHA Nº

3/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005

DATA DA VIGÊNCIA:
01/07/2005

Alteração-01: 15/10/2010

**ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS**

**SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

2.2.4. Feito isso, o empenho com a nota fiscal original em anexo, deverá ser entregue ao responsável pelo registro de entrada no sistema informatizado;

2.2.5. Se houver divergências entre a Nota Fiscal, a Ordem de Compra e o recebimento dos produtos, o responsável deverá entrar em contato com o fornecedor, a fim de solucionar o problema (registrar o contato, com data e assinatura, no verso da ordem de compra);

2.2.6. No caso de constatar danos na embalagem do produto, alteração do produto, ou outras irregularidades, o produto deve ser identificado, separado em local definido, e devolvido ao fornecedor com comunicação por escrito;

2.2.7. Caso os materiais e/ou medicamentos possuam menos de 1 ano e meio de validade (considerando o momento do recebimento), contatar o fornecedor e combinar a devolução/troca dos produtos, ou solicitar "*Termo de Compromisso*", através do qual o fornecedor assume a troca desses produtos caso venham a vencer;

2.2.8. Embalagens violadas ou suspeitas de qualquer contaminação devem ser rejeitadas e registradas;

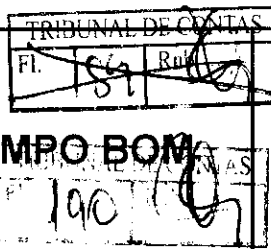
2.2.9. Após a conferência e registro no sistema informatizado de controle de estoque, a 1ª via da Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao setor responsável da Secretaria de Saúde (protocolar a entrega), que encaminhará, com a assinatura da Secretária de Saúde, ao Setor de Contabilidade, a fim de efetuar a liquidação parcial ou total do Empenho;

2.2.10. Uma cópia da Nota Fiscal deverá ser grampeada com a Ordem de Compra e o Empenho, e arquivada em pasta própria na CEMMED;

2.2.11 Caso o recebimento dos produtos não corresponda ao total empenhado, o empenho deverá ser colocado na pasta de "entregas parciais".

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO

Faisal Mothci Karam
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

FOLHA Nº

4/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:**
01/07/2005**Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

Obs.: Nos casos em que a entrada de qualquer item não seja o equivalente ao total empenhado do mesmo, o empenho com a cópia da nota fiscal em anexo, deverá ser colocada na pasta de "entregas parciais" e, nesse caso, a 1ª via da Nota Fiscal, ficará retida até a resolução do problema, em local definido.

2.3 Do Armazenamento dos Medicamentos e do Controle de Estoque na CEMMED:

2.3.1 Os medicamentos, à medida que são recebidos pela CEMMED, devem ser estocados de forma a facilitar o manuseio, quanto à identificação, localização dos produtos (etiquetas nas caixas ou nas prateleiras), e quanto à observação do prazo de validade dos mesmos;

2.3.2 Mensalmente, conforme cronograma pré-estabelecido, deverá ser realizada a contagem de todos os produtos estocados na CEMMED, comparando com o inventário impresso proveniente do sistema informatizado;

Obs.: O inventário com as devidas alterações anotadas deverá ser assinado pelos responsáveis e repassado à Coordenação de Assistência Farmacêutica. Deverá ser feita também uma planilha mensal de controle de validade dos medicamentos, especificando as quantidades/validades.

2.3.3 As prateleiras devem ser sempre vistoriadas quanto à limpeza e à organização, a fim de permitir um melhor desenvolvimento do trabalho;

2.3.4 Os medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria 344/98) devem ser acondicionados de forma segregada, e em armário com chave.

2.4 Das Saídas para as UBS's:

2.4.1 As entregas nas UBS's serão efetuadas em conformidade com o cronograma estabelecido no início de cada ano;

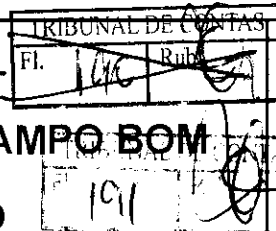
Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

5/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:****01/07/2005****Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

Obs.: Excepcionalmente, excetua-se do cronograma inicial, aqueles materiais/medicamentos que eventualmente tiveram atraso na entrega por razões externas ou, em outras circunstâncias de ordem interna, com justificativa plausível.

2.4.2 Quando do recebimento das requisições das Unidades Básicas, estas devem ser analisadas quanto aos itens e quantidades solicitados, lembrando sempre que os materiais enviados atenderão às necessidades para o período de tempo de um mês (com no máximo uma margem de segurança);

Obs.: Observar quanto aos itens que podem ser enviados às UBS's e quanto às quantidades, considerar a demanda média mensal, que poderá ser observada nos relatórios da própria UBS. Considerar também o estoque disponível na CEMMED.

2.4.3 O responsável pela análise das requisições fará uma observação ao lado de cada item, referente à quantidade a ser enviada;

2.4.4 Feito isso, a requisição será repassada ao responsável pelo registro daqueles itens que não serão enviados por ocasião de falta e/ou estoque inferior ao necessário para a demanda média do produto no período;

Obs.: Esses produtos serão enviados automaticamente às UBS's assim que tiverem seu estoque normalizado.

2.4.5 Separar os itens solicitados pelas Unidades Básicas de Saúde e acondicionar em caixas conforme os pedidos requisitados e analisados;

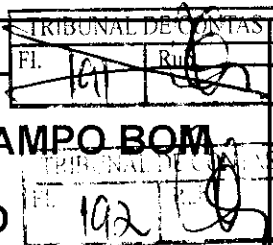
Obs.: Observar a data de validade, dando preferência sempre aos materiais/medicamentos mais antigos.

2.4.6 Digitar as requisições/solicitações no sistema informatizado a fim de dar baixa do estoque. Uma cópia dessa requisição será enviada à UBS, juntamente com os produtos, e outra ficará arquivada na CEMMED.

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL



FOLHA Nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

6/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:**
01/07/2005**Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS****2.5 Do Recebimento e Estocagem nas UBS's e no CAPS:**

2.5.1. As Unidades Básicas de Saúde e o CAPS farão seus pedidos mensais de acordo com o cronograma estabelecido no início de cada ano;

2.5.2. Os relatórios/pedidos enviados mensalmente à CEMMED deverão estar completamente preenchidos, e as quantidades solicitadas devem ser calculadas a fim de atender as necessidades de um mês (com no máximo uma margem de segurança). Caso a previsão da necessidade seja muito maior do que a média mensal normalmente utilizada, apresentar justificativa plausível, a fim de que possam ser atendidos;

2.5.3. Aqueles que estão recebendo os materiais, após conferir todos os produtos com a solicitação recebida, deverão armazená-los na melhor disposição (que facilite operacionalmente o encontro e o uso dos materiais e medicamentos);

2.5.4. As UBS's e o CAPS deverão ter sempre organizados e limpos os locais onde estão estocados os produtos, observando a temperatura do ambiente em que estão estocados (inclusive exposição à luz solar);

2.5.5. Deverão estar sempre atentos quanto à validade dos materiais e medicamentos;

Obs.: Se porventura algum material ou medicamento estiver próximo de seu vencimento, e não tiver previsão de uso nesse período, esses deverão ser devolvidos à CEMMED, no mínimo três meses antes do vencimento (acompanhados de memorando), a fim de que se possa efetuar o remanejamento desses itens.

2.6. Do Consumo dos Medicamentos nas UBS's:

2.6.1 A entrega (ou aplicação) de medicamentos para usuários das UBS's e do CAPS deverão ser sempre precedidas por receitas prescritas pelos médicos das UBS's, ou ainda por médicos dos Hospitais conveniados com o SUS;

2.6.2. Toda a entrega de medicamento deve ser feita a paciente previamente cadastrado na UBS;

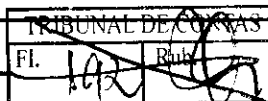
Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

7/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:****01/07/2005****Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

Obs.: Se o paciente ainda não for cadastrado, o responsável pela entrega deverá efetuar o cadastramento.

2.6.3. Ao entregar o medicamento, a receita deverá receber um carimbo datado e assinado pelo responsável pela entrega;

Obs.: Este procedimento tem a finalidade de evitar a multiplicidade do atendimento à receita médica.

2.6.4. Considerando que as UBS's tem sua distribuição limitada aos medicamentos do programa Hiperdia, é necessário que cada Unidade tenha uma lista completa dos medicamentos constantes da REMUME – Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, ou seja, dos medicamentos disponíveis na Farmácia Comunitária (no Centro Administrativo);

Obs.: Essa Listagem de medicamentos deverá estar disponível em todos os consultórios médicos das UBS's do município, e também exposta à população em geral (nas UBS's).

2.6.5. O controle da entrega desses medicamentos deverá ser feito no registro de cada paciente;

2.6.6. O paciente (ou o seu responsável) deverá assinar no formulário "Controle de Medicamentos Distribuídos por Paciente – Lista 8" por ocasião do recebimento do medicamento;

Obs.: A assinatura do paciente (ou responsável) nesse formulário é a evidência legal do consumo e da destinação dos medicamentos.

2.6.7. No caso dos medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria 344/98) - comprimidos ou injetáveis - estes deverão ser armazenados em local seguro, segregado e pré-definido, cujo manuseio e entrega somente podem ser efetuados por pessoa autorizada na Unidade;

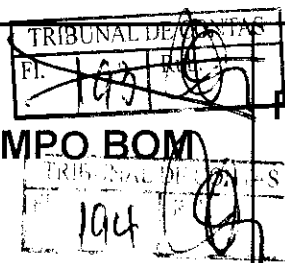
2.6.8. Os medicamentos sujeitos a controle especial pela Port. 344/98 (injetáveis ou comprimidos) deverão ser solicitados pelas UBS's através de notificação de receita adequada e devidamente preenchida;

Obs.: A reposição desses medicamentos se fará com a notificação de receita devidamente preenchida, com o nome e endereço completo do paciente ao qual tenha sido administrado o medicamento (de acordo com a Port. 344/98);

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

8/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005

DATA DA VIGÊNCIA:
01/07/2005
Alteração-01: 15/10/2010

ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS

SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

2.6.9. A validade das receitas médicas de uso contínuo será de seis meses para receitas das UBS's e dos Hospitais SUS de Porto Alegre, e de um mês para receitas do Hospital de Campo Bom.

2.7 Da Dispensação dos Medicamentos no CAPS:

2.7.1 A entrega e aplicação de medicamentos no CAPS deverão ser sempre precedidas por receitas internas ou por receitas de serviços conveniados com o SUS;

2.7.2 Os receituários internos (modelo padrão) deverão ser sempre carimbados e assinados pelo médico assistente;

2.7.3 No CAPS, somente pacientes que estão em atendimento/acompanhamento neste serviço recebem os medicamentos psicofármacos (no próprio CAPS), ou ainda, os pacientes que receberam "alta" e consequentemente foram encaminhados para continuação do tratamento/acompanhamento pela Unidade Básica de Saúde de origem;

2.7.4 Os receituários médicos advindos das Unidades Básicas de Saúde (por encaminhamento do paciente pelo CAPS conforme descrito acima) são carimbados e datados pelo profissional de enfermagem do CAPS responsável pela dispensação;

Obs.: As primeiras vias dos receituários brancos controlados ficam retidas no CAPS e a segunda via é entregue ao paciente. Os receituários azuis também são retidos no CAPS.

2.7.5 O controle e registro de entrega desses medicamentos deverá ser feito no registro de cada paciente – prontuário e ficha de medicação próprios;

2.7.6 No CAPS, o paciente ou o seu responsável deverá assinar no impresso padrão de atendimento ambulatorial diário por ocasião do recebimento do medicamento;

Obs.: A assinatura do paciente (ou responsável) é a evidência legal do recebimento e da destinação dos medicamentos.

2.7.7 Os medicamentos devem ser armazenados em local seguro, segregado e pré-definido, cujo manuseio e entrega somente podem ser efetuados por pessoa autorizada no CAPS;

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO

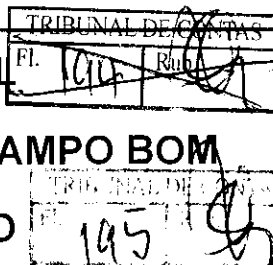
Faisal Mothci Karam
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

9/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:****01/07/2005****Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

2.7.8 A dispensação é efetuada para os pacientes a fim de atender o tratamento para um período de um mês, com raras exceções (em que é entregue tratamento para dois meses ou ainda para períodos menores de 30 dias), tudo conforme rigorosos critérios técnicos (avaliação médica e da enfermagem);

2.7.9 No final de cada mês, os responsáveis pelos medicamentos no CAPS deverão fazer os relatórios de demanda dos mesmos e enviar à Coordenação da Assistência Farmacêutica.

2.8 Dos Medicamentos na Farmácia Comunitária Municipal:

2.8.1 Da Solicitação/Requisição de medicamentos:

2.8.1.1 A Farmácia fará seu pedido quinzenalmente, de acordo com o cronograma estabelecido no início de cada ano.

2.8.1.2 Os pedidos enviados à CEMMED deverão solicitar quantidade suficiente para atender um período de quinze (15) dias (com no máximo uma margem de segurança) – em função do espaço físico. Caso a previsão da necessidade seja muito maior do que a média quinzenal normalmente utilizada, apresentar justificativa plausível, a fim de que possam ser atendidos;

2.8.1.3 Aqueles que estão recebendo os medicamentos, após a conferência com a solicitação recebida, deverão armazená-los na melhor disposição (que facilite operacionalmente o manuseio, localização e prazo de validade dos medicamentos).

2.8.2 Do Armazenamento dos Medicamentos:

2.8.2.1 A Farmácia deverá ter sempre organizados e limpos os locais onde estão armazenados os medicamentos, observando a temperatura do ambiente, inclusive exposição à luz solar;

2.8.2.2 Deverão estar sempre atentos quanto à validade dos medicamentos;

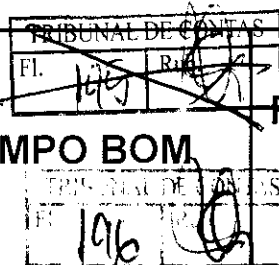
Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

10/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:****01/07/2005****Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

Obs.: Se porventura algum medicamento estiver próximo de seu vencimento, este deverá estar sinalizado quanto a esse aspecto. Se não tiver previsão de uso nesse período, esse medicamento deverá ser devolvido à CEMMED, a fim de que se possa avaliar a troca desse com o fornecedor.

2.8.2.3 As prateleiras devem ser sempre vistoriadas quanto à limpeza e à organização, a fim de permitir um bom desenvolvimento do trabalho;

2.8.2.4 No caso dos medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria nº 344/98), esses deverão ser armazenados em armário com chave.

2.8.3 Da Dispensação de Medicamentos:

2.8.3.1 A dispensação de medicamentos na Farmácia deve ser sempre precedida por receita prescrita pelos médicos ou odontólogos das Unidades Básicas de Saúde do município, ou por médicos dos hospitais conveniados com o SUS;

2.8.3.2 A validade das receitas médicas de uso contínuo será de seis (6) meses para receitas provenientes das UBS's e dos Hospitais SUS de Porto Alegre, e de um (1) mês para receitas do Hospital de Campo Bom;

2.8.3.3 Ao entregar o medicamento, a receita deverá receber um carimbo datado e assinado pelo responsável pela entrega;

Obs.: Este procedimento tem a finalidade de evitar a multiplicidade do atendimento à receita médica.

2.8.3.4 Como o receituário é feito em apenas uma via, o usuário leva a mesma consigo, não ficando nenhuma via retida na Farmácia;

2.8.3.5 Todos os usuários atendidos na Farmácia devem apresentar documento de identidade ou CPF e comprovante de residência;

2.8.3.6 O registro dos medicamentos dispensados deve ser efetuado em uma planilha em que constem os seguintes dados: Unidade Básica de Saúde em que o usuário foi atendido, nome do usuário, telefone do

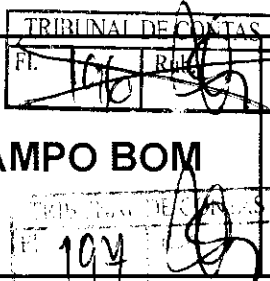
Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

11/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:****01/07/2005****Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

usuário, nome(s) do(s) medicamento(s) entregue(s), quantidade entregue, data da entrega, e assinatura do responsável pela retirada;

2.8.3.7 No caso dos medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria 344/98), a primeira via da receita médica deve ser retida na Farmácia e a segunda via deve ser entregue ao paciente (as duas vias devem receber o carimbo informando a data e a quantidade entregue);

2.8.3.8 Todo receituário de controle especial deverá ser completamente preenchido no espaço "Identificação do Comprador" com os dados da pessoa que está retirando a medicação;

2.8.3.9 O registro da entrega desses medicamentos controlados deve ser efetuado na ficha/cadastro próprio de cada usuário;

Obs.: Caso o paciente ainda não possua ficha (por ser a primeira vez que retira medicamento sujeito a controle especial), este cadastro deve ser efetuado pelo atendente que está liberando a medicação. Esse cadastro servirá para o acompanhamento do usuário e controle/monitorização do seu tratamento.

2.8.3.10 No final de cada mês, os responsáveis deverão fazer os relatórios de demanda dos medicamentos e enviar à Coordenação da Assistência Farmacêutica.

2.9 Dos Medicamentos Ditos Especiais e Excepcionais (Componente Especializado):

2.9.1 Da Solicitação Administrativa de Medicamentos Especiais e Excepcionais:

2.9.1.1 Todos os processos novos de solicitação administrativa de medicamentos especiais e excepcionais devem ser recebidos pelo responsável do Protocolo da Saúde (responsável também pela orientação dos usuários na juntada de documentos necessários para encaminhamento do processo);

2.9.1.2 Os documentos necessários para encaminhamento dos processos são os seguintes: receita médica SUS, laudo médico SUS, cadastro de usuário (e responsável), formulário médico preenchido, cópia dos documentos - RG, CPF e Cartão SUS - do usuário e responsável (quando for o caso), cópia do comprovante

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



FOLHA Nº

12/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:****01/07/2005****Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

de residência do usuário. Em alguns casos, são necessários outros formulários, como Termo de Consentimento Informado, Solicitação de Psicofármacos, e outros;

2.9.1.3 Os processos novos completos devem ser enviados à Coordenação da Assistência Farmacêutica para que os mesmos sejam enviados à 1ª Coordenadoria Regional de Saúde, e assim sejam cadastrados no sistema AME;

2.9.1.4 Quando os medicamentos estiverem deferidos no sistema, os usuários devem apresentar a seguinte documentação para retirada dos mesmos: Cartão SUS e RG;

2.9.1.5 Caso os medicamentos sejam sujeitos a controle especial (Portaria nº 344/98), os usuários deverão apresentar receituário médico adequado para a retirada dos mesmos;

Obs.: As primeiras vias dos receituários controlados ficam retidas na Farmácia e a segunda via é entregue ao paciente.

2.9.1.6 Somente o usuário ou seu responsável poderão retirar a medicação deferida;

2.9.1.7 Na dispensação desses medicamentos, será impresso um recibo a ser assinado pelo responsável pela retirada;

Obs.: Esses recibos devem ser enviados mensalmente à 1ª Coordenadoria Regional de Saúde, até o dia 5 do mês subsequente.

2.9.1.8 Quando o medicamento solicitado exigir reavaliação médica periódica, deverão ser solicitados os seguintes documentos: receituário médico, laudo médico e exames (quando necessário);

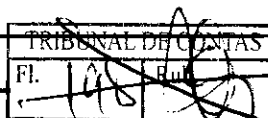
Obs.: Esses documentos deverão ser enviados à 1ª Coordenadoria Regional de Saúde.

2.9.1.9 Quando os medicamentos apresentarem outro status no sistema AME, tais como, indeferidos, incompletos, bloqueados, em reavaliação, os usuários deverão ser informados dessa situação no momento em que solicitarem informações referentes ao seu processo.

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



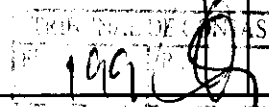
RIO GRANDE DO SUL



FOLHA Nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO



13/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005**DATA DA VIGÊNCIA:****01/07/2005****Alteração-01: 15/10/2010****ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
MATERIAIS E MEDICAMENTOS****SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS,
FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO
DE LICITAÇÕES E COMPRAS****2.9.2 Dos Medicamentos Especiais e Excepcionais no Município:**

2.9.2.1 Os medicamentos especiais e excepcionais (componente especializado), de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, devem ser retirados mensalmente no DAF – Divisão de Assistência Farmacêutica – em Porto Alegre, conforme cronograma pré-estabelecido no início de cada ano (esse cronograma é feito pelo CPAF – Coordenação da Política de Assistência Farmacêutica Estadual);

2.9.2.2 Os medicamentos faltantes e necessários devem ser solicitados à Farmácia de Medicamentos Especiais de Porto Alegre, a fim de verificar se possuem os mesmos em estoque e a possibilidade da cedência desses medicamentos ao município;

2.9.2.3 Todos os medicamentos recebidos (tanto aqueles provenientes do DAF quanto os da Farmácia de POA) devem ser inseridos no sistema informatizado AME – Administração de Medicamentos Especiais e Excepcionais;

2.9.2.4 Os medicamentos termolábeis devem ser armazenados sob refrigeração, sob rigoroso controle de temperatura;

2.9.2.5 O controle de validade e estoque dos medicamentos especiais e excepcionais deverá ser realizado mensalmente pelo(s) responsável(is) pela entrega desses medicamentos, conforme cronograma pré-estabelecido;

Obs.: Caso haja divergências entre o estoque informatizado e o estoque físico, deverá ser solicitado o acerto (com as devidas justificativas) junto aos responsáveis na Secretaria Estadual de Saúde.

2.9.2.6 Se porventura algum medicamento especial/excepcional estiver próximo de seu vencimento, este deverá estar sinalizado quanto a esse aspecto. Se não tiver previsão de uso nesse período, esse medicamento deverá ser devolvido à Secretaria Estadual de Saúde, acompanhado de ofício de devolução;

2.9.2.7 O inventário devidamente ajustado deverá ser impresso e assinado pelos responsáveis e enviado mensalmente à Coordenação de Assistência Farmacêutica.

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO**Faisal Mothci Karam**
PREFEITO MUNICIPAL



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. | Rubrica |
| 14/14 | |
| TPP 11/11/11 | |
| Fl. | |
| 20 | |

FOLHA Nº

14/14

NORMA INTERNA Nº:
01/2005

DATA DA VIGÊNCIA:

01/07/2005

Alteração-01: 15/10/2010

ASSUNTO: AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS

SETORES ENVOLVIDOS: ALMOXARIFADO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, FARMÁCIA COMUNITÁRIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

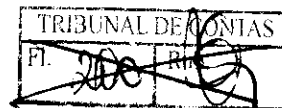
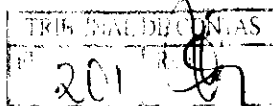
3) DAS INSTRUÇÕES GERAIS:

3.1. Incluem-se nas disposições dessa Norma, os medicamentos (inclusive os sujeitos a controle especial pela Port. 344/98 e os ditos especiais/excepcionais) e os materiais hospitalares (ambulatoriais);

3.2 Os casos omissos nesta Norma deverão ser solucionados pelos responsáveis pela Farmácia e pela CEMMED, juntamente com a Coordenação, e se necessário, com a Secretária Municipal de Saúde e Sistema de Controle Interno.

Jerri Luis de Moraes
CONTROLE INTERNO

Faisal Mothci Karam
PREFEITO MUNICIPAL



ilone@campobom.rs.gov.br

De: "SIAPC - Sistema de Informacoes para Auditoria e Prestacao de Contas - TCE-RS"
<siapc@tce.rs.gov.br>
Para: "Lista CINT-L" <cint-l@pcsrv19.tce.rs.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 12 de agosto de 2010 14:17
Anexar: Circ DCF 20.pdf
Assunto: ENC: Oficio Circular DCF-Gab nº 20/2010

Prezados Senhores,

Reenviamos a mensagem abaixo, devido à proximidade do prazo final para atendimento da solicitação.

Lembramos que, mesmo no caso de resposta negativa, o sistema deve ser acessado e a resposta informada na tela. Ao finalizar o procedimento, é gerado um recibo, que é o comprovante do atendimento da requisição feita no Ofício Circular DCF-Gab nº 20/2010.

Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas por meio do telefone (51) 3214-9869.

Atenciosamente,

SIAPC / SASOT / SAM / DCF
TCE-RS

De: Direcao de Controle e Fiscalizacao
Enviada: sexta-feira, 16 de julho de 2010 16:34
Para: 'pm-l@tce.rs.gov.br'
Cc: 'cint-l@tce.rs.gov.br'
Assunto: Oficio circular DCF-Gab nº 20/2010
Prioridade: Alta

Senhores Prefeitos:

Encaminho-lhes Ofício Circular DCF-Gab nº 20/2010, de 16-07-2010, por meio do qual solicito-lhes que encaminhem, até 13-08-2010, informações, **na forma eletrônica**, sobre operações de compra e/ou venda de Títulos Públicos.

Outrossim, informo-lhes que o referido ofício encontra-se disponibilizado na página deste Tribunal, na Internet: http://www.tce.rs.gov.br/circulares_comunicados/index.php.

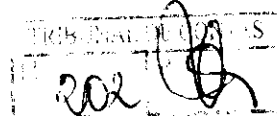
Atenciosamente,
Direção de Controle e Fiscalização



O TCE-RS possui Gestão Ambiental!

Por favor, considere a proteção do meio ambiente antes de imprimir este e-mail.

12/08/2010



Recibo de Envio de Informações Nº 2/2010

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 24/09/2010, às 16h e 47min, pelo Controle Interno da PM DE CAMPO BOM, na pessoa de ILONE MARIA ZIMMERMANN, CPF 50830104020, em atendimento ao Ofício Circular DCF Nº 32/2010:

A PM DE CAMPO BOM disponibiliza informações na rede mundial de computadores.

| Pergunta | Resposta | Complemento |
|--|----------|--|
| 1) Informe o endereço do site | | www.campobom.rs.gov.br, contaspublicas.gov.br; cidadecompras.com.br; camaracb.com.br; famurs.com.br |
| 2) A entidade contrata serviço de hospedagem do site? | NÃO | |
| 2.1) Qual a empresa contratada para serviço de hospedagem do site? | | |
| 2.2) Qual o custo mensal do serviço de hospedagem? | | |
| 3) Informações relativas ao quadro de pessoal | NÃO | |
| 3.1) Relação nominal de servidores | NÃO | |
| a) Ativos | | |
| a.1) Concursados | NÃO | |
| a.2) Cargos em Comissão | NÃO | |
| a.3) Contratados emergencialmente | NÃO | |
| a.4) Agentes Políticos | NÃO | |
| b) Inativos | NÃO | |
| c) Adidos | NÃO | |
| d) Cedidos | NÃO | |
| e) Estagiários | NÃO | |
| f) Outras informações (especificar) | NÃO | |
| 3.2) Relação de cargos | NÃO | |
| a) Criados | NÃO | |
| b) Providos | NÃO | |
| c) Vagos | NÃO | |
| 3.3) Tabela de vencimentos | NÃO | |
| 3.4) Relação de diárias pagas | NÃO | |
| a) O nome do beneficiário das diárias? | NÃO | |
| b) A quantidade de diárias recebidas? | NÃO | |
| c) O valor total das diárias? | NÃO | |
| d) As datas de saída e de retorno? | NÃO | |
| e) O local de destino? | NÃO | |
| f) O motivo do deslocamento? | NÃO | |
| 4) Informações sobre Concursos Públicos | SIM | |
| a) Editais de concurso? | SIM | |
| b) Concursos em andamento? | SIM | |
| c) Etapas do certame? | SIM | |
| d) Nominata dos candidatos classificados? | SIM | |
| e) Outras informações (especificar) | SIM | ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE DO MUNICÍPIO INFORMAÇÕES S/ CONCURSOS E EDITAIS DE NOMEAÇÕES E REVOGAÇÕES |
| 5) Informações sobre Licitações | SIM | |
| a) Realizadas? | SIM | |
| b) Em andamento? | SIM | |
| c) Dispensadas? | SIM | |
| d) Inexigíveis? | SIM | |
| e) Disponibilização de editais? | SIM | |
| f) Informações sobre todos os licitantes? | SIM | |
| g) Outras informações (especificar)? | SIM | somente são publicados os Pregões no site www.cidadecompras.com.br |
| 6) Obras | NÃO | |
| a) Em andamento? | NÃO | |
| b) Concluídas? | NÃO | |
| c) Paralisadas? | NÃO | |
| d) Valor contratado? | NÃO | |

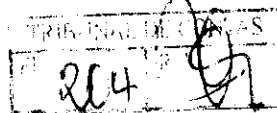
| Pergunta | Resposta | Complemento |
|---|----------|--|
| e) Empresa executora (credor)? | NÃO | |
| f) Outras informações (especificar)? | NÃO | |
| 7) Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira | SIM | |
| 7.1) Quanto à despesa | SIM | |
| a) Valor individualizado por empenho? | NÃO | |
| b) Valor individualizado por liquidação? | NÃO | |
| c) Valor individualizado por pagamento? | NÃO | |
| d) classificação orçamentária, especificando | | |
| d.1) unidade orçamentária? | SIM | |
| d.2) função? | SIM | |
| d.3) subfunção? | SIM | |
| d.4) natureza da despesa? | SIM | |
| d.5) fonte de recursos que financiou o gasto? | NÃO | |
| e) Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento (credor)? | NÃO | |
| f) Bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso? | NÃO | |
| 7.2) Quanto à receita | SIM | |
| a) Especificação das fontes | | |
| a.1) Receitas Próprias | NÃO | |
| a.2) Transferências do Estado | NÃO | |
| a.3) Transferências da União | NÃO | |
| b) Valor da previsão? | SIM | |
| c) Valor da arrecadação? | SIM | |
| 7.3) Informe qual a periodicidade das informações disponibilizadas quanto à Execução Orçamentária: (Diária, Mensal, Bimestral, Semestral, Anual) | SIM | Publicação Bimestral. |
| 8) Informações e dados estatísticos sobre gastos com a EDUCAÇÃO Em caso positivo, especifique o conteúdo das informações bem como o site onde estão disponibilizados | SIM | Site do Município www.campobom.rs.gov.br e www.famurs.com.br |
| 9) Informações e dados estatísticos sobre gastos com a SAÚDE Em caso positivo, especifique o conteúdo das informações bem como o site onde estão disponibilizados | SIM | no site do Município www.campobom.rs.gov.br e www.famurs.com.br |
| 10) Disponibilização de legislação/normas municipais: | SIM | |
| 11) Informações sobre a estrutura organizacional (Secretarias / Órgãos / Entidades): | SIM | |
| 12) Notícias | SIM | |

As informações prestadas neste documento serão objeto de confirmação em procedimento de auditoria pelo Tribunal de Contas.

Recibo emitido em 24/09/2010 às 16:53

Código de Autenticação

ONJM7-UVGG5-WNMK9



Recibo de Envio de Informações Nº 2/2010

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 24/09/2010, às 17h e 14min, pelo Controle Interno da PM DE CAMPO BOM, na pessoa de ILONE MARIA ZIMMERMANN, CPF 50830104020, em atendimento ao Ofício Circular DCF Nº 32/2010:

A CM DE CAMPO BOM disponibiliza informações na rede mundial de computadores.

| Pergunta | Resposta | Complemento |
|--|----------|------------------------------------|
| 1) Informe o endereço do site | | www.camaracb.com.br |
| 2) A entidade contrata serviço de hospedagem do site? | SIM | |
| 2.1) Qual a empresa contratada para serviço de hospedagem do site? | | DEFERRARI SOLUÇÕES E INTERNET LTDA |
| 2.2) Qual o custo mensal do serviço de hospedagem? | | 360,00 |
| 3) Informações relativas ao quadro de pessoal | NÃO | |
| 3.1) Relação nominal de servidores | NÃO | |
| a) Ativos | | |
| a.1) Concursados | NÃO | |
| a.2) Cargos em Comissão | NÃO | |
| a.3) Contratados emergencialmente | NÃO | |
| a.4) Agentes Políticos | NÃO | |
| b) Inativos | NÃO | |
| c) Adidos | NÃO | |
| d) Cedidos | NÃO | |
| e) Estagiários | NÃO | |
| f) Outras informações (especificar) | NÃO | |
| 3.2) Relação de cargos | NÃO | |
| a) Criados | NÃO | |
| b) Providos | NÃO | |
| c) Vagos | NÃO | |
| 3.3) Tabela de vencimentos | NÃO | |
| 3.4) Relação de diárias pagas | NÃO | |
| a) O nome do beneficiário das diárias? | NÃO | |
| b) A quantidade de diárias recebidas? | NÃO | |
| c) O valor total das diárias? | NÃO | |
| d) As datas de saída e de retorno? | NÃO | |
| e) O local de destino? | NÃO | |
| f) O motivo do deslocamento? | NÃO | |
| 4) Informações sobre Concursos Públicos | NÃO | |
| a) Editais de concurso? | NÃO | |
| b) Concursos em andamento? | NÃO | |
| c) Etapas do certame? | NÃO | |
| d) Nominata dos candidatos classificados? | NÃO | |
| e) Outras informações (especificar) | NÃO | |
| 5) Informações sobre Licitações | NÃO | |
| a) Realizadas? | NÃO | |
| b) Em andamento? | NÃO | |
| c) Dispensadas? | NÃO | |
| d) Inexigíveis? | NÃO | |
| e) Disponibilização de editais? | NÃO | |
| f) Informações sobre todos os licitantes? | NÃO | |
| g) Outras informações (especificar)? | NÃO | |
| 6) Obras | NÃO | |
| a) Em andamento? | NÃO | |
| b) Concluídas? | NÃO | |
| c) Paralisadas? | NÃO | |
| d) Valor contratado? | NÃO | |
| e) Empresa executora (credor)? | NÃO | |
| f) Outras informações (especificar)? | NÃO | |
| 7) Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira | SIM | |
| 7.1) Quanto à despesa | SIM | |
| a) Valor individualizado por empenho? | NÃO | |
| b) Valor individualizado por liquidação? | NÃO | |

| Pergunta | Resposta | Complemento |
|---|----------|-------------|
| c) Valor individualizado por pagamento? | NÃO | |
| d) classificação orçamentária, especificando | | |
| d.1) unidade orçamentária? | NÃO | |
| d.2) função? | NÃO | |
| d.3) subfunção? | NÃO | |
| d.4) natureza da despesa? | NÃO | |
| d.5) fonte de recursos que financiou o gasto? | NÃO | |
| e) Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento (credor)? | NÃO | |
| f) Bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso? | NÃO | |
| 7.2) Quanto à receita | SIM | |
| a) Especificação das fontes | | |
| a.1) Receitas Próprias | NÃO | |
| a.2) Transferências do Estado | NÃO | |
| a.3) Transferências da União | NÃO | |
| b) Valor da previsão? | SIM | |
| c) Valor da arrecadação? | SIM | |
| 7.3) Informe qual a periodicidade das informações disponibilizadas quanto à Execução Orçamentária: (Diária, Mensal, Bimestral, Semestral, Anual) | SIM | Bimestral |
| 8) Informações e dados estatísticos sobre gastos com a EDUCAÇÃO Em caso positivo, especifique o conteúdo das informações bem como o site onde estão disponibilizados | NÃO | |
| 9) Informações e dados estatísticos sobre gastos com a SAÚDE Em caso positivo, especifique o conteúdo das informações bem como o site onde estão disponibilizados | NÃO | |
| 10) Disponibilização de legislação/normas municipais: | SIM | |
| 11) Informações sobre a estrutura organizacional (Secretarias / Órgãos / Entidades): | SIM | |
| 12) Notícias | SIM | |

As informações prestadas neste documento serão objeto de confirmação em procedimento de auditoria pelo Tribunal de Contas.

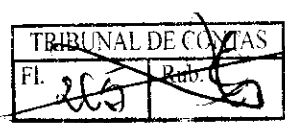
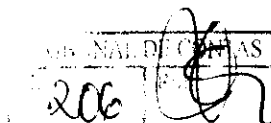
Recibo emitido em 24/09/2010 às 17:15

Código de Autenticação

WEIA9-EATS8-QPFT4



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



TCE

Of. Circular DCF-Gab nº 20/2010

Porto Alegre, 16 de julho de 2010.

Senhor(a) Prefeito(a):

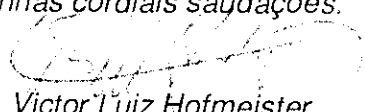
Tenho a honra de cumprimentá-lo(a) e, na oportunidade, informo-lhe que este Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 31, 70 e 71 da Constituição Federal, artigos 70 e 71 da Constituição Estadual e artigo 33, §§ 1º e 2º da Lei nº 11.424/2000, está requisitando a remessa de informações, na forma eletrônica, sobre operações de compra e/ou venda de Títulos Públicos.

Referidas informações devem ser prestadas até o dia **13 de agosto** do corrente, por integrante da Unidade de Controle Interno, que responderá os questionários do Executivo Municipal e de todas as entidades da Administração Indireta, quando houver. Para efetuar o envio eletrônico dos dados, o servidor responsável deverá:

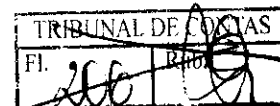
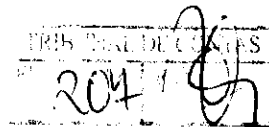
1. Instalar, caso ainda não esteja instalado, o e-TCEnet do Executivo Municipal (certificado digital que permite o acesso aos sistemas SISCOP e BLG) no computador de onde serão remetidas as informações;
2. Acessar o sítio <http://www.tce.rs.gov.br>, menu "SISTEMAS DE CONTROLE EXTERNO", opção "Espaço para o Controle Interno", que estará disponível a partir do dia **26 de julho**;
3. Gerar a senha de acesso para o representante do Controle Interno;
4. A senha será remetida para o e-mail do responsável pelo envio das informações, que a utilizará para acessar o sistema, no mesmo menu indicado no item 2, e preencher os dados que serão solicitados, relativos aos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal.

Por derradeiro, registro que eventuais dúvidas podem ser esclarecidas por meio do telefone (51) 3214-9869.

Ao ensejo, apresento-lhe minhas cordiais saudações.


Victor Luiz Hofmeister,
Diretor de Controle e Fiscalização.

Exmo(a). Sr(a).
Prefeito(a) Municipal



Recibo de Envio de Informações

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 05/08/2010, às 14H e 53min, pelo Controle Interno da PM DE CAMPO BOM, em atendimento ao Ofício Circular N° 20/2010:

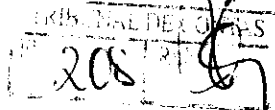
A A PM DE CAMPO BOM não fez operações de compra e/ou venda de títulos públicos no período de 01/01/2006 até a presente data.

Salientamos que os documentos relativos às informações prestadas deverão ser mantidos na Unidade de Controle Interno, de forma organizada, a fim de possibilitar a análise da consistência das informações e o efetivo exercício do controle externo.

Recibo emitido em 11/08/2010 às 12:48

Código de Autenticação

CVEW3-CXRX3-VEFC2



Recibo de Envio de Informações

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 11/08/2010, às 12H e 47min, pelo Controle Interno da PM DE CAMPO BOM, em atendimento ao Ofício Circular N° 20/2010:

A O INST. PREV. ASSIST. SERV. MUNIC. CAMPO BOM não fez operações de compra e/ou venda de títulos públicos no período de 01/01/2006 até a presente data.

Salientamos que os documentos relativos às informações prestadas deverão ser mantidos na Unidade de Controle Interno, de forma organizada, a fim de possibilitar a análise da consistência das informações e o efetivo exercício do controle externo.

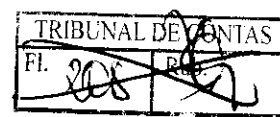
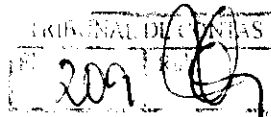
Recibo emitido em 11/08/2010 às 12:48

Código de Autenticação

HWJR6-AGTY9-HRJZ2



**Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de
Campo Bom**



Campo Bom, 09 de agosto de 2010.

Ofício nº 043/2010

Em atenção ao Ofício de nº 030/2010, de 05 de agosto de 2010, enviado a Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom, viemos informar a este Órgão de Controle Interno Municipal, que a atual Diretoria Executiva deste Instituto não tem conhecimento sobre compra ou venda de Títulos Públicos por parte desta Autarquia a partir de 1º de janeiro de 2006.

Diante disso, o IPASEM/CB vem informar que pela sua atual política de investimentos, o mesmo possui cotas de fundos de investimentos que tem na composição de sua carteira Títulos Públicos, porém não negocia diretamente a compra e a venda destes Títulos.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente,

DIRETORIA EXECUTIVA DO IPASEM/CB

Karini Pinheiro Cioccarl
Superintendente Geral IPASEM/CB

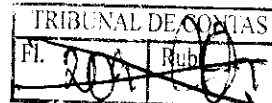
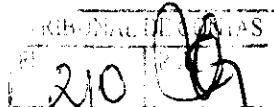
Greice Gomes da Silva Hoerlle
Diretora de Previdência

Karine Andriolli Faria
Diretora de Assistência

Exmo. Senhor Jerri Luis de Moraes
Controle Interno Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



| | |
|--------------------|---------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2009
Período: 3º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



309451668415312



2.1.0.0
26/01/2010
17:39:42
Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE CAMPO BOM

CNPJ: 90832619000155

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 609253729197736 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Autarquia/Fundação

Lei de Instituição do Controle Interno: 2.233/2001-20/12/01

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

| CPF | NOME | CARGO | EMAIL | TELEFONE |
|-------------|------------------------|-----------|--------------------------|--------------|
| 50830104020 | ILONE MARIA ZIMMERMANN | CONTADORA | ilone@campobom.rs.gov.br | (51)35988600 |

- Demais Integrantes do Controle Interno

| CPF | NOME |
|-------------|-----------------------|
| 21744475091 | TELMO CORREA SOBRINHO |
| 56217269015 | JERRI LUIS DE MORAES |

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Observações: A Audiência Pública referente ao 2º Quadrimestre-2009, foi realizada no dia 30/09/2009, na Câmara Municipal de Vereadores.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 05/10/2009, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Observações: Na Lei orgânica do Município o prazo para elaboração e envio à Câmara de Vereadores da LDO é 30/09/2009, sendo que este prazo foi prorrogado através de Sessão Ordinária, realizada no dia 21/09/2009, para o dia 05/10/2009. Consequentemente a disponibilidade dos documentos ao Legislativo se fez dentro do prazo estabelecido.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

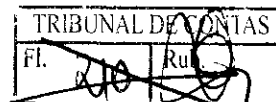
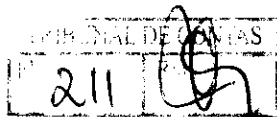
O Poder Executivo Municipal, ao constatar ao final do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, promoveu a limitação de empenho e movimentação financeira, no montante necessário, observando o prazo legal (trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre), segundo os critérios fixados na LDO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2009
Período: 3º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



| | |
|-----------------------------------|---------|
| Para uso do Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |



309451668415312



2.1.0.0

26/01/2010

17:39:42

Pág.: 2/6

Não houve restabelecimento da receita prevista, e não foi efetuada a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados.

Observações: - O Controle Interno constatou que ocorreu uma retração na arrecadação de receitas previstas, devido a Redução do FPM e ICMS, e demais fatores econômicos do País. Devido a estes fatores as metas inicialmente previstas no orçamento não serão efetivadas. Em resposta a nova projeção de arrecadação de receitas, elaborada mediante os fatos existentes, o município reduziu consideravelmente o volume de despesas não continuadas. - Embora não alterando as metas nem as dotações orçamentárias o Município durante o exercício de 2009 não contraiu despesas no valor maior que o montante arrecadado no período. Segue resumo do relatório de acompanhamento do Controle Interno. Bimestre Valor Arrecadado Valor Empenhado Diferença 1º Bim/09 R\$ 17.973.089,24 R\$ 19.028.850,96 R\$ (-) 1.055.761,72 2º Bim/09 R\$ 13.066.763,50 R\$ 12.663.245,22 R\$ 403.518,28 3º Bim/09 R\$ 14.105.632,09 R\$ 10.121.217,91 R\$ 3.984.414,18 4º Bim/09 R\$ 12.354.439,03 R\$ 11.442.616,17 R\$ 911.822,86 5º Bim/09 R\$ 12.305.812,59 R\$ 10.991.285,29 R\$ 1.314.527,30 6º Bim/09 R\$ 16.859.855,59 R\$ 18.943.761,33 R\$ (-) 2.083.905,74 TOTAL R\$ 86.665.592,14 R\$ 83.190.976,88 R\$ 3.474.615,26 Superávit do exercício de 2009 - R\$ 3.474.615,26. (tres milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quinze reais e vinte e seis centavos).

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 3º Quadrimestre de 2009, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 3º Quadrimestre de 2009 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou, no 3º Quadrimestre de 2009, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1040.

Observações: Durante todo o exercício de 2009 os recursos oriundos de receita de capital, alienação de bens e direitos, vinculados ao recurso 1040-Fundo municipal de Habitação, foram utilizados para ressarcimento do Empenho nº 3641/2008 - Pavimentação do Loteamento Popular Morada do Sol; pois os recursos oriundos deste vínculo-1040, somente podem ser utilizados após aprovação do Conselho Municipal de Habitação. Neste caso a análise deverá ser elaborada não pelo vínculo da aplicação, pois o vínculo é comprometido à determinada aplicabilidade estabelecida em uma lei municipal, então nos reportamos à norma estabelecida na Lei Complementar 101/2000. A Lei Complementar 101/2000, no seu art. 44 prescreve a vinculação de receitas de capital, provenientes da alienação de bens e direitos componentes do patrimônio público, à realização de novos investimentos. Vinculação, obviamente, não significa separação do dinheiro, ou dinheiro marcado ou carimbado. Bastará que até o final do exercício, se tenha empenhado a esse título, o montante equivalente ao referido valor. Se os recursos forem considerados como recursos livres, teremos a aplicação em investimentos no montante de R\$ 1.367.053,29 em Aquisição de Imóveis; R\$ 9.919.840,76 em Obras e Instalações e R\$ 575.868,23 em Aquisição de Equipamento e Material Permanente no exercício de 2009. Fica, desta forma, comprovada a aplicação dos recursos proveniente das receitas de alienação de bens e direitos em despesas de capital preservando assim o patrimônio público do município.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2009
Período: 3º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



2.1.0.0
26/01/2010
17:39:42
Pág.: 3/6

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 3º Quadrimestre de 2009 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Observações: Lei Municipal nº 3.460/2009 de 22/09/2009 - Concede anistia parcial. Período de 05 de outubro de 2009 até 18 de janeiro de 2010. Anistia concedendo redução de 95% do valor das penalidades moratórias de juros e multas de quaisquer débitos para com o município de Campo Bom, relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano-ITPTU, ISSQN, Contribuição de Melhorias, Taxas e Multas por Infrações inscritos em Dívida Ativa até 18/01/2010, desde que o fato gerador tenha ocorrido até 30 de agosto de 2009.

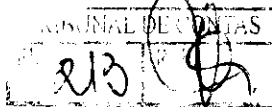
16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

| | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Quanto a fixação em mural: | | | | | | |
| o RREO foi fixado em mural? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município: | | | | | | |
| o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Quanto a disponibilização na Internet: | | | | | | |
| o RREO foi disponibilizado na internet? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



| | |
|--------------------|---------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2009

Período: 3º Quadrimestre

PM DE CAMPO BOM



309451668415312



2.1.0.0

26/01/2010

17:39:42

Pág.: 4/6

| | | | | | | |
|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|

Observações: Os Relatórios foram publicados no Mural do Átrio da Prefeitura, no site da Famurs e no do Município, e no Jornal "A GAZETA". No 1º Bimestre/2009 foram publicados no dia 25/03/09, no Átrio e no site, e no dia 27/03/09 no jornal. No 2º Bimestre/2009, foram publicados no dia 21/05/2009, no átrio e no site e no dia 22/05/2009 no jornal. No 3º Bimestre/2009, foram publicados no dia 22/07/2009, no átrio e no site e no dia 24/07/2009 no jornal. No 4º Bimestre/2009, foram publicados no dia 23/09/2009, no átrio e no site e no dia 25/09/2009 no jornal. No 5º Bimestre/2009, foram publicados no dia 25/11/2009, no átrio e no site e no dia 27/11/2009 no jornal. No 6º Bimestre/2009, foram publicados no dia 25/01/2010, no átrio e no site e no dia 22/01/2010 no jornal.

Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 3º Quadrimestre de 2009, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Observações: Os Relatórios foram publicados no Mural do Átrio da Prefeitura, no site da Famurs e no do Município, e no Jornal "A GAZETA". - No 1º Quadrimestre/2009, foram publicados no dia 21/05/2009, no átrio e no site e no dia 22/05/2009 no jornal. - No 2º Quadrimestre/2009, foram publicados no dia 23/09/2009, no átrio e no site e no dia 25/09/2009 no jornal. - No 3º Quadrimestre/2009, foram publicados no dia 25/01/2010, no átrio e no site e no dia 22/01/2010 no jornal.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 3º Quadrimestre de 2009.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 3º Quadrimestre de 2009.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

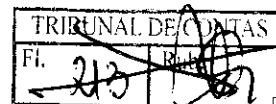
22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Observações: - Todos os restos a pagar incluídos e já existentes, processados e não processados, apresentam cobertura financeira. - Todos os vínculos após a implantação de restos a pagar processados e não processados possuem disponibilidade financeira, sendo que o vínculo 1108-Operação de Crédito Caminho da Escola, foi o único ajustado. - Vínculo nº 1108-OPERAÇÃO DE CRÉDITO CAMILINHO DA ESCOLA-Ajuste na disponibilidade financeira, devido aos trâmites legais de liberação de valores pelo Banco do Brasil. Ajuste efetuado na Disponibilidade Financeira, devido ao mesmo estar lançado como Créditos de Devedores - Outras Entidades, na



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



| | |
|--------------------|---------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2009
Período: 3º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



309451668415312



2.1.0.0

26/01/2010

17:39.42

Pág.: 5/6

conta Operação de Crédito Caminho da Escola-Bco.do Brasil , Classificação contábil:Cód. 112219900000000 - Cód.reduzido - 2808.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município paga complementação de aposentadorias, sendo 18 o número total de inativos originários do Poder Executivo que recebem tal complementação.

O número total de inativos pagos pelo RPPS é 299, sendo que 27 inativações foram concedidas no período.

O total de pensões não-compensáveis pagas pelo RPPS é 78, sendo que 6 foram concedidas no período.

Observações: Nos numeros informados de aposentados pelo RPPS não está incluído as aposentadorias e pensões pagas pelo Tesouro-Município. Aposentadorias - 45 Pensões - 03

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2009.

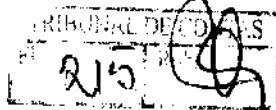
Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Administrador para o TCERS

Reportando-nos as informações inseridas no Relatório de Validação e Encaminhamento-RVE, gerado pelo SIAPC-PAD reafirmamos que as mesmas foram necessárias e expressam os fatos ocorridos no exercício em análise. Na matéria concernente ao FUNDEB-APLICAÇÃO-2009- Informamos que foi gasto 96,88% do total arrecadado do FUNDEB durante o exercício de 2009, incluindo rendimento e plus. A Lei do Fundeb em seu art.21 § 2º permite que até 5% dos recursos poderão ser utilizados até o 1º trimestre do exercício seguinte. O gasto com remuneração com o Magistério Educação Infantil e Fundamental do FUNDEB no exercício de 2009 foi o de 66,51%. Os saldos do FUNDEB referente ao exercício de 2008, foram totalmente utilizados e comprovados através da característica peculiar cód.502-Art.21 Lei FUNDEB. Na matéria concernente a disponibilidade financeiras, todos os vínculos após a implantação de restos a pagar processados e não processados possuem disponibilidade financeira, sendo que o vínculo 1108-Operação de Crédito Caminho da Escola, foi o único ajustado.- Vínculo nº 1108-OPERAÇÃO DE CRÉDITO CAMINHO DA ESCOLA-Ajuste na disponibilidade financeira, devido aos tramites legais de liberação de valores pelo Banco do Brasil. Ajuste efetuado na Disponibilidade Financeira, devido ao mesmo estar lançado como Créditos de Devedores - Outras Entidades, na conta Operação de Crédito Caminho da Escola-Bco.do Brasil , Classificação contábil:Cód. 112219900000000 - Cód.reduzido - 2808. Na matéria concernente ao relatório de erros e avisos do PAD, consta que no BAL_REC.TXT-Código de erro BER_22, o valor referente aos cancelamentos de Restos a Pagar não fecha com os valores dos empenhos negativos. Os valores cancelados foram lançados parte na Receita e parte na conta Desincorporações de Passivos, seguindo as novas orientações de Baixas de Restos a Pagar. Os índices apresentados nos relatórios são os estipulados por lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



| | |
|--------------------|---------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2009
Período: 3º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



2.1.0.0
26/01/2010
17:39:42
Pag. 6/6

PM DE CAMPO BOM, 26/01/2010

Prefeito Municipal FAISAL MOTHICI KARAM

Nome do Responsável pelo Controle Interno: ILONE MARIA ZIMMERMANN



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 2º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



210453103142854

Para uso do
Tribunal de Contas
Fl. Rubrica

27/09/2010
13:35:20
2.1.0.1 Pág.: 1/4

Nome da Entidade: PM DE CAMPO BOM

CNPJ: 90832619000155

ORGÃO Nº: 43900

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 410252335867336 (Modelo 9)

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Autarquia/Fundação

Lei de Instituição do Controle Interno: 2.233/2001-20/12/01

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

Responsável pelo Controle Interno

| CPF | NOME | CARGO | EMAIL | TELEFONE |
|-------------|----------------------|---------------------------|--------------------------|--------------|
| 56217269015 | JERRI LUIS DE MORAES | AUXILIAR DE TESOUREIRO | jerry@campobom.rs.gov.br | (51)35988600 |

- Demais Integrantes do Controle Interno

| CPF | NOME |
|-------------|------------------------|
| 50830104020 | ILONE MARIA ZIMMERMANN |
| 21744475091 | TELMO CORRÊA SOBRINHO |

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Observações: A Audiência Pública será realizada no dia 30/09/2010, na Câmara Municipal de Vereadores, conforme comunicado publicado no jornal "A GAZETA" dia 24/09/2010, dentro do prazo legal.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Quadrimestre de 2010, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 2º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



210453103142854



Para uso do
Tribunal de Contas
Fl. Rubrica

27/09/2010

13:35:20

2.1.0.1

Pág.: 2/4

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Quadrimestre de 2010 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou, no 2º Quadrimestre de 2010, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1040.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Quadrimestre de 2010 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

| | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Quanto a fixação em mural: | | | | | | |
| o RREO foi fixado em mural? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 2º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



210453103142854

Para uso do
Tribunal de Contas
Fl. Rubrica

27/09/2010

13:35:20

2.1.0.1

Pág.: 3/4

Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:

| | | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|---|---|
| o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |
| Quanto a disponibilização na Internet: | | | | | | |
| o RREO foi disponibilizado na internet? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |
| Foi observado o prazo? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |
| Foram observados os modelos da STN? | Sim | Sim | Sim | Sim | - | - |

Observações: PUBLICAÇÕES JORNAL INTERNET - RREO-2010 Os Relatórios foram publicados no Mural do Átrio da Prefeitura, no site da Famurs e no do Município, e no Jornal "A GAZETA". No 1º Bimestre/2010 foram publicados no dia 25/03/10, no Átrio e no site, e no dia 26/03/10 no jornal. No 2º Bimestre/2010, foram publicados no dia 20/05/2010, no átrio e no site e no dia 21/05/2010 no jornal. No 3º Bimestre/2010, foram publicados no dia 21/07/2010, no átrio e no site e no dia 23/07/2010 no jornal. No 4º Bimestre/2010, foram publicados no dia 24/09/2010, no átrio e no site e no dia 24/09/2010 no jornal.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Quadrimestre de 2010, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Observações: PUBLICAÇÕES JORNAL INTERNET - RGF-2010 Os Relatórios foram publicados no Mural do Átrio da Prefeitura, no site da Famurs e no do Município, e no Jornal "A GAZETA". - No 1º Quadrimestre/2010, foram publicados no dia 20/05/2010, no átrio e no site e no dia 21/05/2010 no jornal. - No 2º Quadrimestre/2010, foram publicados no dia 24/09/2010, no átrio e no site e no dia 24/09/2010 no jornal.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Quadrimestre de 2010.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Quadrimestre de 2010.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

O servidor Jerri Luis de Moraes, passa a ser o coordenador do Controle Interno, devido a Portaria nº 28.988/2010 de 17/06/2010, designar a servidora Ilone Maria Zimmermann para o cargo de Assessora Superior Contábil e responsável pelo departamento de Contabilidade cfe. Ata Controle Interno nº 196/2010 de 20/06/2010. A Audiência Pública referente ao 2º Quadrimestre de 2010, será realizada no dia 30/09/2010, na Câmara Municipal de Vereadores, dentro do prazo legal..



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2010
Período: 2º Quadrimestre
PM DE CAMPO BOM



210453103142854

| | |
|--------------------|-----------|
| Para uso do | |
| Tribunal de Contas | |
| Fl. | Rubrica |
| 27/09/2010 | |
| 13:35:20 | |
| 2.1.0.1 | Pág.: 4/4 |

PM DE CAMPO BOM, 27/09/2010

Prefeito Municipal: **MISAL MOTHCI KARAM**

Nome do Responsável pelo Controle Interno: **JERRI LUIS DE MORAES**



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO BOM**

Tendo em vista o atendimento à exigência da Resolução nº 544/2000 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, art. 115, inciso I, alínea “b”, informa-se que acompanhamos os trabalhos atinentes ao Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Campo Bom, cabendo, de início, destacar que:

O órgão de Controle Interno do Município de Campo Bom, foi criado pela Lei Municipal nº 2.233, de 20 de dezembro de 2001 e, seus membros foram nomeados por intermédio das Portarias nº 17.902, de 30 de abril de 2002, 17.903, de 30 de abril de 2002 e 27.292, de 10 de junho de 2009.

A responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno cabe à Administração, nos termos da Constituição Federal, arts. 74 e 31 e Lei Municipal nº 2.233 de 20 de dezembro de 2001.

A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município, nos termos do que dispõe a Constituição Federal no § 1º, do art. 74.

A responsabilidade do órgão de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e Poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos.

No exercício econômico e financeiro de 2009, o trabalho do órgão de Controle Interno, no que se refere ao Poder Legislativo atingiu as seguintes atividades:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

DESPESA COM PESSOAL

Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município podem ser visualizados nos quadros a seguir:

| | |
|---|----------------------------|
| Despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF art. 20, III, "a") | |
| Receita Corrente Líquida (RCL) | 83.702.588,50 |
| Despesas com Pessoal computáveis nos últimos 12 meses | 1.540.716,64 = 1,84% s/RCL |
| Limite de alerta cfe. art. 59, § 1º, II da LRF | 4.519.939,78 = 5,4% s/RCL |
| Limite prudencial cfe. art. 22, § único da LRF | 4.771.047,54 = 5,7% s/RCL |
| Limite legal cfe. art. 20, III, "b" da LRF | 5.022.155,31 = 6% s/RCL |

Verifica-se que o limite de despesa com pessoal está abaixo do limite de alerta conforme art. 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

| | |
|---|--|
| Limite da despesa com a remuneração dos Vereadores (art. 29, VII da Constituição Federal) | |
| Receita do Município (vide conceito cfe. decisão do TCE, Processo 5530-0200/93-2) | 96.175.125,04 |
| Remuneração dos Vereadores | 672.886,38 = 0,70% s/ Receita do Município |
| Limite Legal | 4.808.756,25 = 5% s/ Receita do Município |

| | |
|---|------------------------------------|
| Gastos totais do Poder Legislativo (art. 59, VI do LRF e art. 29-A da Constituição Federal) | |
| Receita efetivamente realizada no exercício anterior cfe. art. 29-A da Constituição Federal | 69.522.569,65 |
| População do Município | 59.366 habitantes |
| Limite legal para gastos totais | 5.561.805,57 = 8,0 % s/RREA |
| Gastos Totais do Poder Legislativo Municipal | 1.964.163,29 = 2,83% s/RREA |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Despesas com Folha de Pagamentos do Poder Legislativo (art. 29-A, § 1º da Constituição Federal) | |
| Limite Legal para gastos totais | 5.561.805,57 = 8,0 % s/RREA |
| Limite para Folha de Pagamento | 3.893.263,90 = 70,0 % s/GT |
| Despesas com a Folha de Pagamento | 1.599.149,06 = 28,75% s/GT |

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto à inscrição de restos a pagar no Poder Legislativo Municipal, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2009 revela que o total de empenhos liquidados a pagar foi de R\$ 20.409,95 (vinte mil, quatrocentos e nove reais e noventa e cinco centavos). Estes valores foram inscritos em restos a pagar processados. Confrontando-se tais empenhos com a disponibilidade de caixa da Câmara Municipal de Vereadores em 31/12/2009, temos o seguinte quadro:

| Recursos Disponíveis X Obrigações a Pagar em 31/12/2009 | | | |
|---|------------------|------------------|-----------------|
| Recurso | Dispon. 31/12 | A Pagar 31/12 | Saldo |
| 0001 – Livre | 28.897,50 | 20.409,95 | 8.487,55 |
| Total | 28.897,50 | 20.409,95 | 8.487,55 |

Analisando-se o quadro acima, verifica-se a suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar, o saldo financeiro demonstrado refere-se à disponibilidade para cobrir os valores consignados do Passivo Circulante.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos adicionais:

| | |
|------------------------------------|---------------------|
| Despesa Fixada | 2.880.000,00 |
| Créditos Suplementares | 5.000,00 |
| Créditos Especiais | 50.000,00 |
| (-) Reduções | 55.000,00 |
| Total da Despesa Autorizada | 2.880.000,00 |

Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portarias Ministeriais.

Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/1964.

As Notas de Empenho e respectivos pagamentos estão acompanhados de documentação comprobatória.

As Prestações de Contas de Adiantamentos estão acompanhadas da documentação e existe legislação regulamentando o Regime de Adiantamento.

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

Os bens móveis adquiridos no exercício econômico e financeiro de 2009 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.

Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no art. 43 da Lei 4.320/1964, no exercício econômico e financeiro de 2009.

INVENTÁRIO

O inventário dos bens patrimoniais coincide com os registros contábeis.

| Especificação | Contabilidade | Inventário | Diferença |
|-------------------|---------------|--------------|-----------|
| Bens Patrimoniais | 1.295.448,25 | 1.295.448,25 | 0,00 |

PARECER

Com relação ao Poder Legislativo pode-se observar que o mesmo respeitou os limites e percentuais das despesas de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal, demonstrando regularidade na gestão orçamentária e financeira.

Em nossa opinião, diante da atuação dos controles internos levados a efeito pelo sistema de controle interno, a execução orçamentária e contábil, no que diz respeito às contas do Exmo. Presidente do Poder Legislativo, durante o exercício econômico e financeiro de 2009, representam, adequadamente, em seus valores relevantes, a posição em 31/12/2009, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados. Ante o exposto, somos de parecer favorável às respectivas contas.

É o relatório e parecer.

Campo Bom – RS, 17 de junho de 2010.

Ilone Maria Zimmermann

Telmo Correa Sobrinho

Jerry Luis de Moraes



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

**RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
CAMPO BOM – IPASEM**

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Campo Bom, vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as contas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom – IPASEM, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2009, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no art. 115, inciso II, letra "g" da Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação que lhe deu a Resolução nº 591, de 10 de abril de 2002.

Destaca-se, inicialmente que o órgão de Controle Interno do Município de Campo Bom foi instituído pela Lei Municipal nº 2.233, de 20 de dezembro de 2001 e, seus membros foram nomeados por intermédio das Portarias nº 17.902, de 30 de abril de 2002, 17.903, de 30 de abril de 2002 e 27.292, de 10 de junho de 2009.

Com relação às atividades desenvolvidas pelo Controle Interno, reporte-se às informações contidas no relatório de Atividades Desenvolvidas durante o exercício econômico e financeiro de 2009.

Em análise da execução do orçamento, verificamos o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujos objetivos foram atingidos em razão da realização das receitas.

RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2009 revela que o total de empenhos liquidados a pagar foi de R\$ 61.085,12 (Sessenta e um mil, oitenta e cinco reais e doze centavos), e o total de empenhos a liquidar foi de R\$ 38.622,69 (trinta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos). Estes valores foram inscritos em restos a pagar processados e não processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2009 e respeitada as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

[Handwritten signature and initials]



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

Recursos Disponíveis X Obrigações a Pagar em 31/12/2008

| Recurso | Dispon. 31/12 | A Pagar 31/12 | Saldo |
|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| Administração - 5003 | 152.432,41 | 14.892,53 | 137.539,88 |
| Previdência - 5001 | 7.941.253,69 | 0,00 | 7.941.253,69 |
| Assistência - 5002 | 158.340,11 | 84.815,28 | 73.524,83 |
| Total | 8.252.026,21 | 99.707,81 | 8.152.318,40 |

DÍVIDA CONSOLIDADA

No tocante a Dívida Consolidada Líquida, a autarquia não possui saldo em 31/12/2009, atendendo ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício econômico e financeiro de 2009 houve a alienação de bens integrantes do Ativo Permanente da Autarquia, os valores arrecadados deverão ser aplicados em gastos com previdência, conforme descrito a seguir:

| | |
|------------------------------------|-------------------|
| Alienação de Bens Imóveis | 91.734,00 |
| Total da Alienação de Bens | 91.734,00 |
| Rendimento de Aplicação Financeira | 9.813,87 |
| Saldo a Aplicar | 101.547,87 |

INVENTÁRIO

Os inventários dos materiais estocados em almoxarifado e dos bens patrimoniais coincidem com os registros contábeis.

| Especificação | Contabilidade | Inventário | Diferença |
|----------------------|----------------------|-------------------|------------------|
| Almoxarifado | 524,15 | 524,15 | 0,00 |
| Bens Patrimoniais | 2.404.026,90 | 2.404.026,90 | 0,00 |

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício econômico e financeiro de 2009, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/1964, que todas foram

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos adicionais:

| | |
|------------------------------------|----------------------|
| Despesa Fixada | 9.800.000,00 |
| Créditos Suplementares | 1.252.430,00 |
| Créditos Especiais | 0,00 |
| (-) Reduções | 517.830,00 |
| Total da Despesa Autorizada | 10.534.600,00 |

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2009, mediante a aplicação do seguinte teste:

| | |
|------------------------------|----------------------|
| Saldo no Início do Exercício | 7.246.900,57 |
| Receita Realizada | 12.259.450,65 |
| Orçamentária | 10.869.030,32 |
| Extra-Orçamentária | 1.390.420,33 |
| Total | 19.506.351,22 |
| (-) Despesa Realizada | 11.254.325,01 |
| Orçamentária | 9.726.796,06 |
| Extra-Orçamentária | 1.527.528,95 |
| (-) Saldo do Exercício Atual | 8.252.026,21 |
| Total | 19.506.351,22 |

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2009.

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

VARIAÇÕES DE ORIGEM ORÇAMENTÁRIA

| | | |
|---|--------------|----------------------|
| Receita Efetiva | | 11.221.774,20 |
| Receita Orçamentária | 9.509.532,90 | |
| Interferências Ativas | 1.359.497,42 | |
| Mutações Patrimoniais Ativas | 352.743,88 | |
| Despesa Efetiva | | 10.418.545,56 |
| Despesa Orçamentária | 9.726.796,06 | |
| Mutações Patrimoniais Passivas | 691.749,50 | |
| Resultado Patrimonial da Gestão Orçamentária Superávit | | 803.228,64 |

VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| | |
|--|---------------|
| Variações Positivas | 45.373,17 |
| (-) Variações Negativas | 44.725,28 |
| Resultado Patrimonial Independente da Execução Orçamentária | 647,89 |

Balanco Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo foi verificado mediante a consistência dos valores do encerramento do exercício e a situação patrimonial encontrada.

| | |
|---|---------------------|
| Saldo patrimonial do exercício anterior | 2.591.524,06 |
| (+) Resultado do exercício apurado conforme demonstração das variações patrimoniais | 803.876,53 |
| (=) Saldo patrimonial do exercício atual (31/12/2009) | 3.395.400,59 |

Dívida Fundada: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2009.

| Obrigações | Saldo do Anterior | Movimento no Exercício | | Saldo Atual |
|-------------------|-------------------|------------------------|-------------------|------------------|
| | | Emissão | Resgate | |
| Centro Oncológico | 33.336,44 | 16.668,22 | 50.004,66 | 0,00 |
| Hospital Regina | 307.838,10 | 0,00 | 246.300,48 | 61.537,62 |
| Unimed Vale Sinos | 59.221,15 | 0,00 | 59.221,15 | 0,00 |
| Total | 400.395,69 | 16.668,22 | 355.526,29 | 61.537,62 |

[Handwritten signature]



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001**

PARECER

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno é de Parecer que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencados na Lei Orçamentária no exercício econômico e financeiro de 2009, foram adequadamente cumpridas de acordo com as disponibilidades financeiras.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias.

Em relação aos cálculos atuariais informamos que os mesmos estão atualizados e arquivados na entidade para vistas, em conformidade com as exigências do Ministério da Previdência.

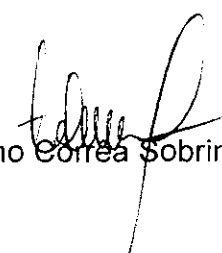
A análise da movimentação orçamentária e financeira relativa ao período em análise, foi efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis. As consistências dos dados apresentados estão de acordo com as operações efetuadas no exercício econômico e financeiro de 2009.

Em nossa opinião, os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária e contábil de responsabilidade do Administrador do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom – IPASEM.

É o relatório e parecer.

Campo Bom – RS, 17 de junho de 2010.


Ilone Maria Zimmermann


Telmo Corrêa Sobrinho


Jerri Luis de Moraes



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

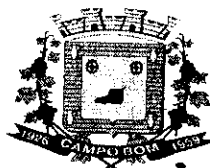
O órgão de Controle Interno do Município de Campo Bom, atendendo ao que determina o art. 113, inciso III, letra "b", da Resolução nº 544/2000, na redação da Resolução nº 591/2002, do Tribunal de Contas do Estado, apresenta, na forma do abaixo disposto, o Relatório sobre a gestão dos recursos vinculados às ações e serviços públicos em saúde, no exercício econômico e financeiro de 2009, destacando as atividades previstas e aquelas efetivamente executadas.

ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária anual nº 3.321/08 de 23 de dezembro de 2008, estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, em R\$ 69.260.790,00, (Sessenta e nove milhões, duzentos e sessenta mil, setecentos e noventa reais), visando a sua execução atinente as ações e serviços públicos em saúde. Com base na sua realização e de acordo com o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, o percentual a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde é 15%, equivalente a R\$ 10.389.118,50, (dez milhões, trezentos e oitenta e nove mil, cento e dezoito mil, cinquenta centavos) em relação à previsão da receita.

APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Analizados os gastos com as ações e serviços públicos na área da saúde, constatamos que o Município despendeu, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2009, o montante de R\$ 11.716.317,03, (onze milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e dezessete reais, três centavos), o qual representa das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo desta forma, o art. 77 do ADCT e também ao art. 198, § 2º, III da Constituição Federal, conforme se demonstra a seguir:



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

Demonstrativo da Receita.

| Recursos Vinculados cfe. art. 198, § 2º, III da CF | | |
|--|----------------------|----------------------|
| Fonte | Arrecadação | Rec.Vinc.(mínimo15%) |
| IPTU | 7.439.634,49 | 1.115.602,98 |
| ITBI | 1.019.865,42 | 152.979,13 |
| ISS | 6.513.154,31 | 976.721,88 |
| IRRF | 1.174.362,76 | 175.711,71 |
| ITR | 7.042,77 | 1.056,34 |
| IPVA | 4.677.052,34 | 701.556,69 |
| DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS | 2.098.947,28 | 313.074,13 |
| MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA | 962.580,19 | 144.082,80 |
| MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS | 81.007,18 | 12.019,14 |
| FPM | 14.659.471,47 | 2.107.038,96 |
| LC 87/96 | 322.234,56 | 48.335,16 |
| ICMS | 24.583.842,99 | 3.687.576,21 |
| IPI / EXPORTAÇÃO | 547.481,76 | 82.122,08 |
| (-) Dedução Cota Extra FPM | (-)612.543,61 | 0,00 |
| Adição no Rateio Rec. Tribut. ASPS | 0,00 | 3.242,98 |
| Total | 63.474.133,91 | 9.521.120,09 |

Fonte: Anexo 10 – Lei Federal nº 4.320/1964 e Balancete da Receita.

RECURSOS DE CONVÊNIO E/OU AUXÍLIOS

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município recebeu no exercício econômico e financeiro de 2009, recursos oriundos de auxílios e convênios para aplicação em ações e serviços públicos em saúde, cuja execução é demonstrada, de forma resumida, no seguinte quadro:

Demonstrativo dos Recursos Transferidos da União e Estado.

| Convênios da União | Saldo Anterior | Arrecadação | Rendimento | Gasto | Saldo Atual |
|--------------------------|----------------|--------------|------------|--------------|-------------|
| PAB | 328.294,61 | 1.026.115,94 | 24.229,66 | 1.288.768,39 | 89.871,82 |
| PACS | 44.679,05 | 401.423,00 | 4.764,64 | 397.124,25 | 53.742,44 |
| TETO FINAN. VIG. SAÚDE | 89.406,86 | 109.000,67 | 9.344,81 | 106.496,90 | 101.255,44 |
| PISO ATENÇÃO BÁSICA VISA | 44.575,29 | 32.425,49 | 5.377,21 | 4.459,53 | 77.918,46 |



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

| | | | | | |
|----------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| PSF | 75.254,73 | 707.613,00 | 5.907,76 | 788.708,93 | 66,56 |
| TETO FINANCEIRO | 245.116,53 | 369.307,82 | 12.829,67 | 468.560,06 | 158.693,96 |
| M. ALTA COMPL. | | | | | |
| FARMÁCIA BÁSICA | 312.906,20 | 232.039,56 | 30.943,66 | 376.943,20 | 198.946,22 |
| AIDS/DST | 99.126,36 | 75.000,00 | 10.400,89 | 55.442,15 | 129.085,10 |
| GESTÃO SUS | | 198.779,76 | 15.715,37 | 16.680,16 | 197.814,97 |
| IIOP. ESPECIFICO | 4.091,70 | * 2.087,32 | 1.940,98 | 8.120,00 | 0,00 |
| CAPS | | | | | |
| CONV ESTR BAS. | | 166.240,41 | 3.890,36 | 94.184,50 | 75.946,27 |
| CONV. 891//07* | 12.524,17 | 0,00 | 430,54 | 12.954,71 | 0,00 |
| VISA VIGISUS II | 45.255,66 | 6,50 | 4.317,75 | 49.068,00 | 511,91 |
| SAMU -ALTA | 0,00 | 139.824,00 | 1.846,17 | 131.260,09 | 10.410,08 |
| MEDIA COMPL. | | | | | |
| Subtotal | 1.301.231,16 | 3.459.863,47 | 131.939,47 | 3.798.770,87 | 1.094.263,23 |
| Convênios do Estado | Saldo Anterior | Arrecadação | Rendimentos | Gasto | Saldo Atual |
| GESTÃO SUS MR | 470,00 | 0,00 | 0,00 | 470,00 | 0,00 |
| INV. GAÚCHO | 19.608,80 | 9.000,00 | 964,16 | 26.599,06 | 2.973,90 |
| VERÃO GAÚCHO* | 123,02 | 27,44 | 2,84 | 153,30 | 0,00 |
| FARMAC. BASICA | 56.965,60 | 122.831,03 | 8.344,42 | 94.722,45 | 93.418,60 |
| PACS-ESTADO | 20.750,00 | 25.110,00 | 630,56 | 18.870,35 | 27.620,21 |
| PSF – SAÚDE FAM | 2.363,93 | 292.000,00 | 4.106,73 | 298.192,46 | 278,20 |
| SAÚDE BUCAL | 1.000,00 | 2.044,92 | 59,38 | 3.104,30 | 0,00 |
| PREMIO VIVA CRIANÇA | 3.740,86 | 0,00 | 157,33 | 3.673,18 | 225,01 |
| PROGRAMA SALVAR | 0,00 | 39.074,00 | 403,91 | 4.024,50 | 35.453,41 |
| TOTAL ESTADO | 105.022,21 | 490.087,39 | 14.669,33 | 449.809,60 | 159.969,33 |
| TOTAL | 1.406.253,37 | 3.949.950,86 | 146.608,80 | 4.248.580,47 | 1.254.232,56 |

RECURSOS VINCULADOS

Os gastos com ações e serviços públicos na área da saúde, realizados pelo Município no exercício econômico e financeiro de 2009, compreendendo as despesas empenhadas na função 10, de acordo com o constante no balancete da Secretaria Municipal da Saúde, pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

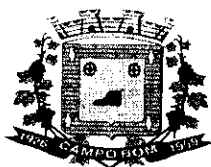


Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

Demonstrativo da Execução da despesa na Função 10

| Projetos/Atividades | Despesas/Saúde Constitucional |
|---|-------------------------------|
| 2098 – Manut. Programa Saúde Família PSF | 444.899,24 |
| 2099 – Manut. Programa HIV/AIDS e Outros DST | 4.019,00 |
| 2184 – Atendimento às Demandas Judiciais | 160.391,11 |
| 2097 – Contribuição a Obrigações Patronais | 1.260.316,81 |
| 2119 – Manut. Assist. Médica e Odont. Especializada | 269.277,62 |
| 2102 – Manut. Farmácia Básica | 20.096,65 |
| 1015 – Ampliação Atendimento da Saúde Mun. | 363.537,81 |
| 1026 – Ampliação Atenção Básica a População | 1.043.194,78 |
| 2104 – Manut. Serviço Saúde | 8.248.627,95 |
| 2105 – Contratação de Serviços | 66.000,00 |
| 2109 – Manut. Do PSF – União | 788.708,93 |
| 2122 – Manut. Da Saúde Bucal - Estado | 3.104,30 |
| 2114 – Manut. Da Farmácia Básica - União | 369.391,84 |
| 2110 – Manut. PSF Estado | 298.192,46 |
| 2111 – Manut. Programa HIV/AIDS e Outras DST | 58.90,77 |
| 2115 – Manut. Da Farmácia Básica - Estado | 93.348,45 |
| 2186 – Manutenção da Vigisus | 49.068,00 |
| 1041 – Ampliação Unid. Saúde Conv. 2404/2006 | 45.566,64 |
| 1042 – Ampliação Unid. Saúde Conv. 2668/2007 | 48.617,86 |
| 1052 – Ampliação da UBS Operária – Cons. Popular | 63.000,00 |
| 2116 – Atendimento Ao FMS/Faturas - União | 446.905,60 |
| 2117 – Manutenção do PAB | 1.026.557,27 |
| 2118 – Manut.do Município Resolve | 95,00 |
| 2126 – Atendimento Viva a Criança | 3.673,18 |
| 2167 – Manut. Da Qualif. Gestão do SUS | 16.680,16 |
| 2169 – Manut. Do Programa Inverno Gaúcho | 26.599,06 |
| 2178 – Manut. dos Serviços do Samu | 131.260,09 |
| 2187 – Manut. dos Serviços Salvar | 4.024,50 |
| 2166 – Aquis. Equip. Hospital Dr. Lauro Reus | 73.950,00 |
| 2120 – Manut. PACS União | 397.124,25 |
| 2121 – Manut. Do Pacs Estado | 18.870,35 |
| 2185 – Incentivo a Qualificação do CAP,s | 8.120,00 |
| 2124 – Serviços Vigilância Sanitária | 2.922,80 |
| 2125 – Serviços Vig. Saúde | 174.744,68 |
| 2127 – Manut.Vigilância em Saúde - Estado | 153,30 |
| 2019 - Manut da Vigilância Sanitária | 19.578,63 |
| Subtotal | 16.043.952,92 |



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

DESPESAS COMPUTADAS

Do total empenhado na função 10 – Saúde - deverão ser excluídas as seguintes despesas uma vez que se referem a gastos não relacionados com ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe o art. 8º da Portaria MS nº 2.047 de 05 de novembro de 2002:

| Projetos/Atividades | Despesas |
|--|--------------|
| 2109 – Manut. Do PSF – União* | 788.708,93 |
| 2122 – Manut. Da Saúde Bucal - Estado | 3.104,30 |
| 2114 – Manut. Da Farmácia Básica - União | 369.391,84 |
| 2110 – Manut. PSF Estado | 298.192,46 |
| 2111 – Manut. Programa HIV/AIDS e Outras DST | 58.90,77 |
| 2115 – Manut. Da Farmácia Básica - Estado | 93.348,45 |
| 2186 – Manutenção da Vigisus | 49.068,00 |
| 1041 – Ampliação Unid. Saúde Conv. 2404/2006 | 45.566,64 |
| 1042 – Ampliação Unid. Saúde Conv. 2668/2007 | 48.617,86 |
| 1052 – Ampliação da UBS Operária – Cons. Popular | 63.000,00 |
| 2116 – Atendimento Ao FMS/Faturas - União | 446.905,60 |
| 2117 – Manutenção do PAB | 1.026.557,27 |
| 2118 – Manut.do Município Resolve | 95,00 |
| 2126 – Atendimento Viva a Criança | 3.673,18 |
| 2167 – Manut. Da Qualif. Gestão do SUS | 16.680,16 |
| 2169 – Manut. Do Programa Inverno Gaúcho | 26.599,06 |
| 2178 – Manut. dos Serviços do Samu | 131.260,09 |
| 2187 – Manut dos Serviços Salvar | 4.024,50 |
| 2166 – Aquis. Equip. Hospital Dr. Lauro Reus | 73.950,00 |
| 2120 – Manut. PACS União | 397.124,25 |
| 2121 – Manut. Do Pacs Estado | 18.870,35 |
| 2185 – Incentivo a Qualificação do CAP,s | 8.120,00 |
| 2124 – Serviços Vigilância Sanitária | 2.922,80 |
| 2125 – Serviços Vig. Saúde | 174.744,68 |



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

| | |
|--|----------------------|
| 2127 – Manut. Vigilância em Saúde - Estado | 153,30 |
| Subtotal | 4.149.619,49 |
| Total líquido aplicado | 11.894.333,43 |

Fonte: Balancete da despesa empenhada.

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

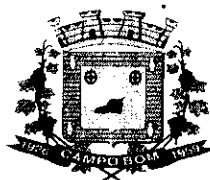
| Especificação | Valor |
|---|----------------------|
| Total das Receitas Vinculadas | 63.474.133,91 |
| Valor mínimo a ser aplicado em ASPS (15%) | 9.521.120,09 |
| Total das despesas empenhadas na saúde | 16.043.952,92 |
| (-) Despesas com recursos de auxílios e convênios | 4.149.619,49 |
| (-) Pagamentos c/ Rendimentos | 2.719,50 |
| (-) Despesas não Liquidadas e não computadas. | 218.189,36 |
| (+) Restos de exercícios anteriores | 42.892,46 |
| (=) Valor Total Aplicado | 11.716.317,03 |
| Percentual Aplicado | 18,46% |

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE

Verificamos que o Poder Executivo constituiu Fundo de Saúde, conforme a Lei Municipal nº 1780/97 cujos recursos são fiscalizados pelo Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 1779/97, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADTC.

PRESTAÇÕES DE CONTAS

Foram efetuadas as prestações de contas e encaminhado o relatório de gestão ao Ministério da Saúde mediante o encaminhamento da documentação para a Secretaria Estadual de Saúde, referente às verbas repassadas diretamente pelos Fundos Nacional e Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde referentes aos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, para a execução de programas e projetos específicos.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

Estão sendo realizadas audiências públicas trimestrais para avaliação (Lei Federal nº 8.080/1990 e Decreto nº 1.651/1995, art. 9º).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Controle Interno é de Parecer que as metas previstas no Plano Plurianual priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária do exercício econômico e financeiro de 2009, foram adequadamente cumpridas, ressalvando-se os seguintes:

PROJETOS/ATIVIDADES

2106 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URGENCIA/EMERGENCIA

2107 – MANUTENÇÃO DO PAC

1040 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO CONVÊNIO 1995/2006

1043 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – CONVÊNIO 891/2007

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, nota-se que o Município concedeu auxílios e subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

PARECER

Verificamos que o Poder Executivo Municipal está efetuando os depósitos bancários, cronologicamente, em conta específica, vinculado às ações e serviços públicos em saúde, incidentes sobre as receitas fiscais vinculáveis à saúde, depósitos estes, realizados no dia dez, vinte e trinta de cada mês.

A movimentação orçamentária e financeira das despesas com ações e serviços públicos em saúde, relativas ao exercício econômico e financeiro de 2009, foi efetuado de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis, e outros procedimentos julgados necessários.

Todos os atos dos quais resulte movimentação de valores orçamentários e extra-orçamentários, operacionais e extra-operacionais, praticados pelo administrador ou seu substituto legal, estão de acordo com a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial do Executivo Municipal e compõem o conjunto da movimentação do Município, e de forma analítica estão demonstradas nos relatórios que compõem o processo de prestação de contas do exercício econômico e financeiro de 2009.

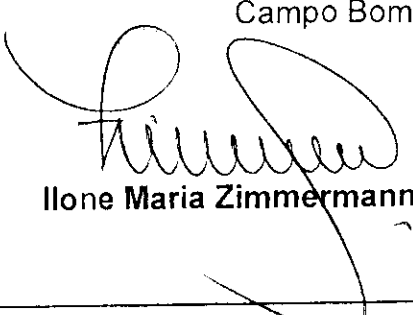
Tendo em vista o exposto, e considerados os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, tem-se que o valor mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos em saúde, de acordo com as normas constitucionais e legais referidas, era de R\$ 9.521.120,09, (nove milhões, quinhentos e vinte e um mil, cento e vinte reais e nove centavos).

Por outro lado, de acordo com os demonstrativos das despesas liquidadas, o Município realizou gastos computáveis como de aplicação dos recursos vinculados às ações e serviços públicos em saúde, no valor de R\$ 11.716.317,03, (onze milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e dezessete reais e três centavos), montante que, confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, atingiu o percentual de 18,46% no exercício econômico e financeiro de 2009.

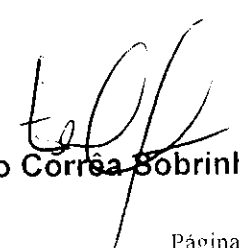
Em nossa opinião, os registros e documentos atinentes à aplicação de recursos em saúde, traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do Administrador da Secretaria Municipal da Saúde, razão pela qual se emite parecer pela regularidade da gestão dos recursos vinculados a ações e serviços públicos em saúde.

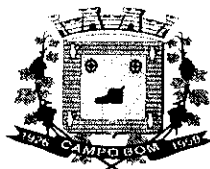
É o relatório e parecer.

Campo Bom - RS, 10 de março de 2010.


Ilone Maria Zimmermann


Jerri Luis de Moraes


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO
SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO

O órgão de Controle Interno do Município de Campo Bom, atendendo ao que determina o art. 113, inciso II, letra "b", da Resolução nº 544/2000, na redação da Resolução nº 591/2002, do Tribunal de Contas do Estado, apresenta, na forma do abaixo disposto, o Relatório sobre a gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício econômico e financeiro de 2009, destacando as atividades previstas e aquelas efetivamente executadas.

ORÇAMENTO

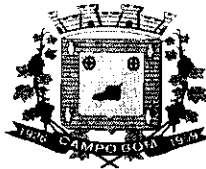
A Lei Orçamentária anual nº 3.321/08 de 23 de dezembro de 2008 estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, em R\$ 69.946.790,00 (sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta e seis mil, setecentos e noventa reais), visando a sua execução atinente a manutenção e desenvolvimento do ensino. Com base na sua realização e de acordo com o art. 212 da Constituição Federal e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996, o percentual a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, é de 25%, equivalente a R\$ 17.486.697,50 (dezessete milhões) em relação à previsão da receita tributária.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Analizados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município despendeu, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2009, o montante de R\$xxxxx(), o qual representa xxxx das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo ao art. 212 da Constituição Federal, conforme demonstra-se a seguir:

| Recursos Vinculados cfe. art. 212 da CF e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996 | | |
|---|----------------------|------------------------------|
| Fonte | Arrecadação | Rec.Vinc.(mínimo 25%) |
| IPTU | 7.439.634,49 | 1.859.507,28 |
| ITBI | 1.019.865,42 | 254.965,75 |
| ISS | 6.513.154,31 | 1.627.915,18 |
| IRRF | 1.174.362,76 | 295.789,99 |
| ITR | 7.042,77 | 1.760,55 |
| IPVA | 4.677.052,34 | 1.169.261,00 |
| DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS | 2.098.947,28 | 521.877,64 |
| MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA | 962.580,19 | 240.403,16 |
| MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS | 81.007,18 | 20.147,55 |
| FPM e Cota Extra | 14.659.471,47 | 3.664.867,45 |
| LC 87/96 | 322.234,56 | 80.558,55 |
| ICMS | 24.583.842,99 | 6.145.960,32 |
| IPI / EXPORTAÇÃO | 547.481,76 | 136.870,12 |
| Adição de Ajuste FUNDEB | 0,00 | 1.784,84 |
| Total | 64.086.677,52 | 16.021.669,38 |

Fonte: Anexo 10 – Lei Federal nº 4.320/1964.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

DESEMPENHO DO FUNDEB

O Município, no exercício econômico e financeiro de 2009, em função do número de alunos matriculados na Educação Básica foi superavitário em relação ao FUNDEB, conforme se demonstra a seguir:

| | |
|---|------------------------|
| 1.7.2.4.01.00.00 – Transferências do FUNDEB | R\$ 16.745.715,13 |
| 9.7.2.0.00.00.00 – Dedução de Receita para o FUNDEB | R\$ 8.459.059,85 |
| Resultado > superávit | R\$8.286.655,28 |

Fonte: Anexo 10 – Lei Federal nº 4.320/1964.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FUNDEB-LEI 11.494, ART.21§ 2º

| | |
|---|---------------|
| Total Recebido | 16.745.715,13 |
| Total da Despesa Paga | 16.556.599,52 |
| (+) Restos a Pagar Inscritos | 94.415,09 |
| Disponibilidade Banco s/ restos | 2.084.667,13 |
| Saldo máximo cfe artigo 21 §2º 5%- sem os rendimentos | 837.285,75 |

Fonte: Balancete de verificação Balancete Receita e Balancete Despesa.

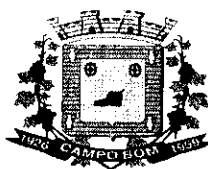
RECURSOS DE CONVÊNIO E/OU AUXÍLIOS

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município recebeu, no exercício econômico e financeiro de 2009, recursos oriundos de auxílios e convênios, bem como recursos do salário educação, para serem empregados na educação municipal, cuja execução é demonstrada, de forma resumida, no seguinte quadro:

Demonstrativo dos Recursos vinculados recebidos da União e Estado

| Recurso | Saldo Anterior | Recebido | Dedução Restos a Pagar | Saldo em 31/12/2009 | Aplicado em 2009 |
|-------------------------|------------------|---------------------|------------------------|---------------------|-------------------|
| Merenda Escolar 1015 | 56.148,38 | 384.466,20 | 0,00 | 48.433,30 | 392.181,28 |
| Transp Escolar 1026 | 39,57 | 29.807,99 | 0,00 | 27,01 | 29.820,55 |
| Salário Educação 1068 | 81,80 | 1.326.940,16 | 0,00 | 1.172.761,80 | 154.260,16 |
| Transp. Esc. PNATE 1069 | 656,24 | 19.520,46 | 0,00 | 5.274,57 | 14.902,13 |
| Pro-Jovem | 0,00 | 18.030,35 | 0,00 | 14.720,63 | 3.309,72 |
| Fundo N. C.Adoles. 1045 | 0,00 | 243.277,65 | 0,00 | 88.646,81 | 154.630,84 |
| PNAC 1057 | 4.019,01 | 51.480,00 | 0,00 | 31.352,62 | 24.146,39 |
| Total | 60.945,00 | 2.073.522,81 | 0,00 | 1.361.216,74 | 773.251,07 |

Fonte: Balancete da Receita, Balancete da despesa.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RECURSOS VINCULADOS

O gasto com a educação, compreendendo a despesa empenhada na função 12, no exercício econômico e financeiro de 2009, compreende o constante no balancete da Secretaria Municipal de Educação e pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

| Projetos/Atividades | Despesas/Educação Constitucional |
|--|---|
| 2045 – Contribuição a Obrigações Patronais | 17.958,11 |
| 2046 – Coordenação e Manutenção dos Serviços | 596.696,29 |
| 2149 – Informatização das Escolas Educ. Infantil | 8.005,39 |
| 2049 – Contribuição a Obrigações Patronais | 111.436,72 |
| 1005 – Impl. Ampl. Ref. Escola Educ. Infantil | 432.455,40 |
| 2051 – Manut. Escolas Educação Infantil | 1.837.764,76 |
| 2052 – Aux. Financeiro P/ Esc. Educ. Infantil | 294.064,00 |
| 2136 – Programa Munic. Educação Fiscal | 3.103,86 |
| 2103 – Informat de Escolas Ensino Fundamental | 17.276,15 |
| 2053 – Contribuição a Obrigações Patronais | 443.267,50 |
| 1006 – Constr. Ampl. Remod Prédios Escolares | 35.710,49 |
| 1008 – Implant. Complexo Educacional Integrado | 18.581,45 |
| 2054 – Manut. Ensino Fundamental MDE | 4.753.166,11 |
| 2055- Aux. Financeiro P/ Escola Ensino Fundamental | 453.560,00 |
| 1007 – Constr. Ampl. Remod. Módulos Esportivos | 69.600,21 |
| 2176 – Implant. Laboratório de Pesquisa | 11.180,00 |
| 2172 – Implantação do Projeto Floração | 7.142,96 |
| 2056 – Manut. Progr. Educação Jovens e Adultos | 158.133,61 |
| 2173 – Implant. Laboratórios Informática - Fundeb | 362.065,83 |
| 2071 – Contribuição Obrigações Patronais | 2.002.533,06 |
| 1009 – Constr. Ampl. Remod. Predios Escolares | 1.424.707,19 |
| 2072 – Manut. Ensino Fundamental FUNDEB | 9.243.069,33 |
| 2077 – Manut. Ensino Fundamental | 357.635,72 |
| 1011 – Implantação de Módulos Esportivos | 732.411,30 |
| 2113 – Informatização Escolas Fundamentais | 1.500,00 |
| 2073 – Auxílio a APAE-FUNDEB | 236.000,00 |
| 2181 – Manut. Das Escolas Educ Infantil - FUNDEB | 2.554.312,81 |
| 2047 – Atendimento de Direitos Criança Adolescente | 197.650,55 |
| 2183 – Atendimento as Demandas Judiciais | 10.462,00 |
| 2048 – Contribuição Obrigações Patronais | 13.780,35 |
| 2063 – Manut da Merenda Escolar MEC/FNDE | 392.181,05 |
| 2064 – Manut. Merenda Escol | 558.251,75 |
| 2188 – Programa Pro-Jovem Urbano | 10.865,02 |
| 2065 – Manutenção Da merenda Escolar PNAC | 24.146,39 |
| 1013 – Aquisição de Veículo – Caminhos da Esc. | 204.254,37 |
| Subtotal | 27.594.929,73 |



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

DESPESAS NÃO COMPUTÁVEIS

Do total empenhado na função 12 – Educação,- deverão ser excluídas as seguintes uma vez que se referem a gastos não relacionados com a manutenção e desenvolvimento do ensino conforme a legislação vigente:

| Projetos/Atividades | Despesas |
|--|----------------------|
| 2047 – Atendimento de Direitos Criança Adolescente | 197.650,55 |
| 2183 – Atendimento as Demandas Judiciais | 10.462,00 |
| 2048 – Contribuição Obrigações Patronais | 13.780,35 |
| 2063 – Manut da Merenda Escolar MEC/FNDE | 392.181,05 |
| 2064 – Manut. Merenda Escol | 471.953,68 |
| 2188 – Programa Pro-Jovem Urbano | 10.865,02 |
| 2065 – Manutenção Da merenda Escolar PNAC | 24.146,39 |
| 1013 – Aquisição de Veículo – Caminhos da Esc. | 204.254,37 |
| 2077 – Manut. Ensino Fundamental | 357.635,72 |
| Subtotal | 1.682.929,13 |
| Total Líquido Vinculado | 25.912.000,60 |

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

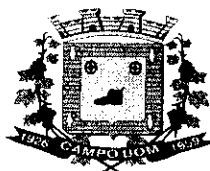
| Especificação | Valor |
|---|----------------------|
| Total das Receitas Vinculadas | 64.086.677,52 |
| Valor mínimo a ser aplicado na MDE (25%) ou (% da Lei Orgânica) | 16.021.669,38 |
| Total das despesas empenhadas (função 12) | 27.594.929,73 |
| (-) Ganho do FUNDEB | 8.286.655,28 |
| (-) Despesas não computáveis | 1.682.929,13 |
| (-) Pagamentos c/ Rendimentos FUNDEB / MDE | 346.340,63 |
| (=) Valor Total Aplicado | 17.279.004,69 |
| Índice aplicado neste exercício | 26,96% |

Conclui-se, portanto, que foi aplicado o mínimo de 25% estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, no exercício econômico e financeiro de 2009.

REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES

Verificando o cumprimento do art. 22 da Lei Federal 11.494/2007 referente à aplicação de uma parcela não inferior a 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, em efetivo exercício na rede pública, temos que o Município, efetivamente, no exercício de 2009, aplicou 66,51% dos recursos recebidos do FUNDEB na "Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica" atendendo o dispositivo legal supracitado.

Ressalte-se que o valor apurado levou em conta nova orientação do Tribunal de Contas do Estado que, em seu parecer nº 22/2003, passou a permitir a inclusão dos gastos efetivados com a



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

remuneração dos professores que, no exercício de suas atividades, foram designados para as atividades de diretor, supervisor e orientador educacional.

CONSELHO DO FUNDEB

Verificamos que, mensalmente, o Poder Executivo disponibilizou ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, todos os dados e informações sobre os recursos recebidos e sua utilização.

Verificamos, também, mediante o exame das atas de reunião, a efetiva atuação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB os quais se reuniram mensalmente para analisar a aplicação dos recursos do fundo, em conformidade com o estabelecido na legislação.

PRESTAÇÕES DE CONTAS

Foram efetuadas as prestações de contas e encaminhado o relatório de gestão ao Ministério da Educação mediante o encaminhamento da documentação necessária.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e elencadas na Lei Orçamentária do exercício econômico e financeiro de 2009, foram adequadamente cumpridas, ressalvando-se os seguintes:

PROJETOS/ATIVIDADES

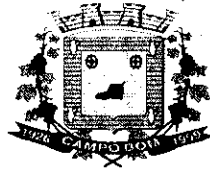
- 1010 – Implantação Complexo Educacional Integrado
- 1027 – Constr. Ampl. Remod. Módulos Esportivos
- 2144 – Aquisição de Equipamentos Tecnológicos

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, nota-se que o Município concedeu auxílios e subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

PARECER

Verificamos que o Poder Executivo Municipal está efetuando os depósitos bancários, cronologicamente, em conta específica, vinculado à manutenção e desenvolvimento do ensino, incidentes sobre as receitas fiscais vinculáveis à educação, depósitos estes, realizados no dia dez, vinte e trinta de cada mês.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

A movimentação orçamentária e financeira das despesas com educação, relativas ao exercício econômico e financeiro de 2009, foi efetuado de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis, e outros procedimentos julgados necessários.

Todos os atos dos quais resulte movimentação de valores orçamentários e extra-orçamentários, operacionais e extra-operacionais, praticados pelo administrador ou seu substituto legal, estão de acordo com a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial do Executivo Municipal e compõem o conjunto da movimentação do Município, e de forma analítica estão demonstrados nos relatórios que compõe o processo de prestação de contas do exercício econômico e financeiro de 2009.


Tendo em vista o exposto, em que considerados os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, tem-se que o valor mínimo a ser aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com as normas constitucionais e legais referidas, era de R\$ 16.021.669,38 (dezesseis milhões, vinte um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos).


Por outro lado, de acordo com os demonstrativos das despesas liquidadas, o Município realizou gastos computáveis como de aplicação dos recursos vinculados, no valor de R\$ 17.279.004,69, (dezessete milhões, duzentos e setenta e nove mil, quatro reais e sessenta e nove centavos), montante que, confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, atingiu o percentual de 26,96%, no exercício econômico e financeiro de 2009.

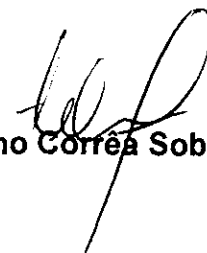
Em nossa opinião, os registros e documentos atinentes à aplicação de recursos em educação, traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do Administrador da Secretaria Municipal de Educação, razão pela qual se emite parecer pela regularidade da gestão dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino.

É o relatório e parecer.

Campo Bom - RS, 19 de março de 2010.


Ilone Maria Zimmermann


Jerri Luis de Moraes


Telmo Corrêa Sobrinho



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO

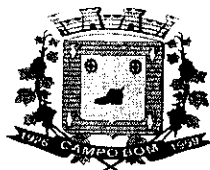
Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Campo Bom, vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2007, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no art. 113, inciso I, letra "b" da Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação que lhe deu a Resolução nº 591, de 10 de abril de 2002.

Destaca-se, inicialmente que o órgão de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 2.233, de 20 de dezembro de 2001 do Executivo Municipal, tendo sido designados seus membros pelas Portarias nº 17.902, de 30 de abril de 2002, 17.903, de 30 de abril de 2002 e 24.680, de 07 de agosto de 2009.

O Sistema de Controle Interno desenvolveu suas atividades através da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais. Basicamente o Sistema atuou através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas informais, visando sanar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas.

Em análise da execução do orçamento, verificamos o atingimento das metas principais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Município não realizou Operações de Crédito no exercício de 2009.

Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na legislação, elaboramos o seguinte quadro:

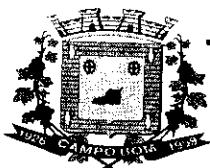
| | |
|---|---------------------------------------|
| Receita Corrente Líquida (RCL) | 83.730.047,01 |
| Montante das Operações de Crédito Realizadas | 0,00 |
| Limite legal cfe art. 7º da Resolução 43/2001 | 13.396.807.52 (=16,00% s/ RCL) |
| Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, III da LRF | 12.077.712,68 (=14,40% s/ RCL) |
| Montante das Operações de Crédito Realizadas | R\$ 0,00 |
| Despesas de Capital (Valor Liquidado) (B) | R\$ 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes – LRF art. § 3º, I (C) | R\$ 0,00 |
| Diferença (A – (B-C)) | R\$ 0,00 |

OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O Município não realizou qualquer Operação de Crédito, através de Antecipação de Receita Orçamentária, no exercício econômico e financeiro de 2009.

RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2009, revela que o total de empenhos a liquidar foi de R\$ 2.583.328,12 (dos milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e oito reais e doze centavos), e o total de empenhos liquidados a pagar foi de R\$ 2.880.719,02 (dois milhões, oitocentos e



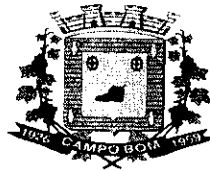
**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

oitenta mil, setecentos e dezenove reais e dois centavos). Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados e processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2009 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

Recursos Disponíveis X Obrigações a Pagar em 31/12/2009

| Recurso | Dispon. 31/12 | A Pagar 31/12 | Saldo |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|--------------|
| 0001 – LIVRES | 4.244.041,72 | 2.563.144,17 | 1.680.897,55 |
| 0020 – EDUCAÇÃO | 245.084,44 | 183.778,27 | 61.306,17 |
| 0031 – FUNDEB | 2.179.082,22 | 1.740.442,53 | 438.639,69 |
| 0040 – ASPS | 329.057,16 | 304.030,95 | 25.026,21 |
| 1015 – TRANSF UNIÃO MERENDA | 48.433,30 | 17.551,08 | 30.882,22 |
| 1016 – MULTAS PREVISTAS LEG TR. | 34.028,53 | 25.628,38 | 8.400,15 |
| 1017 - TRANSF PREVISTAS LEG. | 14.720,63 | 9.576,05 | 5.144,58 |
| 1039 – CONV. UNIÃO-FUNDO | 60.530,28 | 40.410,00 | 20.120,28 |
| 1040 – FUNDO MUNICIPAL HABIT. | 34.028,53 | 4.490,00 | 29.538,53 |
| 1045 - FUNDO MUNICIPAL CR .AD. | 88.646,81 | 73.492,62 | 15.154,19 |
| 1046 – FUNDO MUN. DEFESA M.AM | 2.363,60 | 675,00 | 1.688,60 |
| 1050 – EXPL.. RECURSOS MIN. | 28.148,54 | 14.482,85 | 13.665,69 |
| 1052 – COTAS PARTE FUNDO PETR | 19.491,48 | 3.990,00 | 15.501,48 |
| 1061 – FUNDO MUNIC FMAS | 11.969,73 | 2.060,00 | 9.909,73 |
| 1069 – PROGR.NACIONAL TRANSP | 5.274,57 | 5.271,53 | 3,04 |
| 1088 – FUNDO REEQUIP. | 32.551,05 | 12.000,83 | 20.550,22 |



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

| | | | |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| BOMBEIR. | | | |
| 1091 – TRANSF. UNIÃO – PROJET. | 8.805,25 | 3.270,00 | 5.535,25 |
| 1105 – FNAS BOLSA FAMÍLIA | 33.123,91 | 243,00 | 32.880,91 |
| 1108 – CAMINHOS ESCOLA | 172.700,00 | 172.700,00 | 0,00 |
| 4230 - TRANSF ESTADO PARCERIA | 215.690,93 | 73.950,00 | 141.740,93 |
| 4269 – TRANSF. ESTADO PSF | 35.453,41 | 33.576,04 | 1.877,37 |
| 4510 – TRANSF. UNIÃO PAB FIXO | 89.871,82 | 3.341,88 | 86.529,94 |
| 4590 – TRANSF. UNIÃO TETO | 158.693,96 | 88.996,81 | 69.697,15 |
| 4710 – TRANSF UNIÃO VIGILANCIA | 101.255,44 | 80.216,15 | 21.039,29 |
| 4740 – TRANSF. UNIÃO TETO DST | 129.085,10 | 4.886,90 | 124.198,20 |
| 4770 – TRANSF. UNIÃO FARMACIA | 198.946,22 | 1.842,10 | 197.104,12 |
| Totais | 8.521.078,63 | 5.464.047,14 | 3.057.031,49 |

Obs.: a inscrição de R\$ 160.000,00, (cento e sessenta mil reais) referem-se aos restos de exercício anterior, aguardando decisão judicial.

Analisando-se o quadro acima, verifica-se a suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar.

DESPESA COM PESSOAL

No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

| | |
|---|-------------------------------|
| Receita Corrente Líquida (RCL) | 83.730.047,01 |
| Despesas com Pessoal computáveis nos últimos 12 meses | 30.814.535,37 = 38,32% s/ RCL |



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

| | |
|--|-------------------------------|
| Limite de alerta cfe. art. 59, § 1º, II da LRF | 40.692.802,85 = 48,60% s/ RCL |
| Limite prudencial cfe. art. 22, § único da LRF | 42.748.141,12 = 51,30% s/ RCL |
| Limite legal cfe. art. 20, III, "b" da LRF | 45.214.225,39 = 54,00% s/ RCL |

Verifica-se que o limite de despesa com pessoal está abaixo do limite de alerta conforme art. 59, § 1º, II da Lei Complementar nº 101/2000.

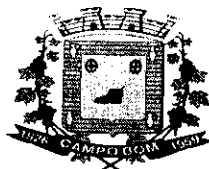
DÍVIDA CONSOLIDADA

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2009 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Demonstrativo Dívida Consolidada

| | |
|--|----------------------------|
| Receita Corrente Líquida RCL | 83.730.047,01 |
| Dívida Consolidada | 8.091.786,10 |
| Precatórios incluídos no orçamento e não pagos | 0,00 |
| (-) Disponibilidades de Caixa (exceto do RPPS) | 1.727.729,04 |
| (-) Aplicações Financeiras (exceto do RPPS) | 8.549.505,76 |
| (-) Demais disponibilidades financeiras (exceto do RPPS) | 1.084.281,82 |
| (+) Obrigações financeiras (exceto do RPPS) | 4.127.812,46 |
| (=) Dívida Consolidada Líquida | 858.081,94(= 0,10%) |
| Lim. de Em de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF | 90.428.450,77= 108% |
| Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001 | 100.476.056,4 =120% |

Obs.: Está excluído da Dívida Consolidada Líquida do município o valor de R\$ 10.036.933.65,(dez milhões, trinta e seis mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos) referente à compensação alíquotas do IPASEM conforme Lei Municipal nº. 2735/04.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício econômico e financeiro de 2009 houve a alienação de bens integrantes do Ativo Permanente, os valores arrecadados deverão ser aplicados na forma prescrita no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme descrito a seguir:

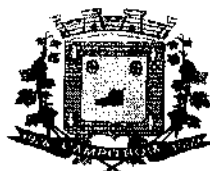
Demonstrativo de Alienação de Bens

| | |
|---|-------------------|
| Alienação de Bens Móveis | 463.484,97 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 |
| Alienação de Outros Bens integrantes do Ativo | 0,00 |
| Total da Alienação de Bens | 463.484,97 |
| Aquisição de Bens Móveis e Imóveis | 463.484,97 |
| Aplicação do Recurso na Amortização de Capital vinculada 1040 | 429.456,44 |
| Aplicação dos Recursos na Amortização da Dívida | 0,00 |
| Aplicação dos Recursos em despesas correntes do RPPS | 0,00 |
| Saldo a Aplicar | 34.028,53 |

OBS.: O Controle Interno justificou mediante esclarecimento esta operação na M.C.I do 3º quadrimestre de 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício econômico e financeiro de 2009, observamos, em relação ao



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

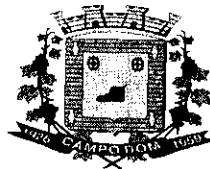
disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/1964, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excederam o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos especiais:

| | | |
|------------------------------------|---------------|----------------------|
| Despesa Fixada | | 89.200.000,00 |
| Créditos Suplementares | 25.079.083,53 | |
| (-) Reduções | 29.148.964,23 | |
| Créditos Especiais | | |
| Transf. Exerc. Anteriores | 0,00 | |
| Abertos no Exercício | 10.924.144,34 | |
| Subtotal | | 6.854.263,64 |
| Total da Despesa Autorizada | | 96.054.263,64 |

Estes créditos adicionais autorizados são provenientes da utilização dos seguintes recursos:

| | |
|------------------------|----------------------|
| Superávit Financeiro | 4.101.412,05 |
| Excesso de Arrecadação | 7.365,60 |
| Anulação de Dotações | 29.148.964,23 |
| Operações de Crédito | 1.422.700,00 |
| Convênio e/ou Auxílios | 1.322.785,99 |
| Total | 36.003.227,87 |



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portarias Ministeriais.

Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/1964.

As Notas de Empenho e respectivos pagamentos estão acompanhados de documentação comprobatória.

No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos, constatamos que há Lei Municipal de Adiantamentos.

Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no exercício econômico e financeiro de 2009 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

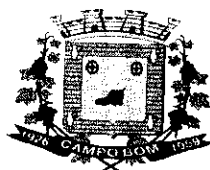
INVENTÁRIO

Nos inventários dos materiais estocados em almoxarifado e dos bens patrimoniais não há diferença entre o contábil e físico:

| Especificação | Contabilidade | Inventário | Diferença |
|----------------------|----------------------|-------------------|------------------|
| Almoxarifado | 1.462.048,20 | | |
| Bens Patrimoniais | 113.162.470,65 | | |

Obs.: Houve inventário dos bens imóveis, móveis e almoxarifado, não estão incluídas as obras em andamento.

No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

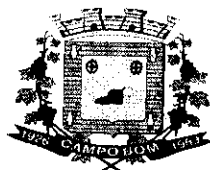
Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no art. 43 da Lei 4.320/1964, no exercício econômico e financeiro de 2009.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS:

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relação de saldo contábil.

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2009, mediante a aplicação do seguinte teste:

| | |
|--|----------------------|
| Saldo anterior do ativo disponível (caixa e bancos) | 7.726.480,76 |
| (+) Receita orçamentária realizada | 88.655.578,49 |
| (+) Movimentos de crédito no passivo financeiro | 15.471.610,70 |
| (+) Movimentos de crédito no ativo realizável | 1.070.001,51 |
| (-) Despesa orçamentária realizada (empenhada) | 88.504.623,94 |
| (-) Movimento de débito no passivo financeiro | 13.075.791,40 |
| (-) Movimento de débito no ativo realizável | 1.066.021,32 |
| (=) Saldos das disponibilidades em 31/12 (caixa e bancos) | 10.277.234,80 |



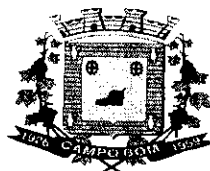
Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2009, conjugados com a movimentação da Receita, Variações, Despesa Orçamentária e Mutações. O resultado encontrado coincide com aquele constante no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, demonstrando a consistência das informações contábeis.

| | |
|---|----------------------|
| Receita orçamentária realizada | 88.655.578,49 |
| (+) Variações ativas resultantes da execução orçamentária | 15.095.770,80 |
| (+) Variações ativas independentes da execução orçamentária | 8.066.189,62 |
| (-) Despesa orçamentária realizada (empenhada) | 88.504.623,94 |
| (-) Variações passivas resultantes da execução orçamentária | 3.900.077,71 |
| (-) Variações passivas independentes da execução orçamentária | 6.651.688,48 |
| (=) Resultado do exercício > superávit | 12.761.148,78 |

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

Balanco Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo foi verificado mediante a consistência dos valores do encerramento do exercício e a situação patrimonial encontrada.



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

| | |
|---|-----------------------|
| Saldo patrimonial do exercício anterior | 126.819.742,04 |
| Resultado do exercício apurado conforme demonstração variações patrimoniais | 12.761.148,78 |
| Saldo patrimonial do exercício atual (31/12/2009) | 139.580.890,82 |

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações.

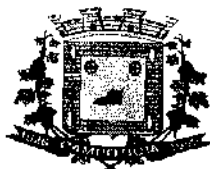
PARECER

A análise específica da Execução Orçamentária, com o detalhamento do Orçamento, Créditos Adicionais, análise da Receita e Despesa, confronto entre os valores realizados através da Receita e os dispêndios realizados através da Despesa pública, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial, da Dívida Pública, com o detalhamento da Dívida Fundada, Dívida Flutuante, da Demonstração das Variações Patrimoniais, com detalhamento das Variações, Mutações e a apuração do Resultado do Exercício, foram devidamente analisados através do Relatório apresentado pelo Chefe do Executivo Municipal, o qual é parte integrante do Balanço Geral do Exercício econômico e financeiro em análise.

Diante do exposto, o Controle Interno é de Parecer que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária do exercício econômico e financeiro de 2009, foram adequadamente cumpridas de acordo com as disponibilidades financeiras, ressaltando-se os seguintes:

PROJETOS/ATIVIDADES

2182 E REMODELAÇÃO DE MÓDULOS ESPORTIVOS



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Lei Municipal n.º 2.233 /2001 de 20 de dezembro de 2001

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado sem fins lucrativos, nota-se que o Município concedeu auxílios e subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

A análise da movimentação financeira e orçamentária relativa ao período em análise, foi efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade.

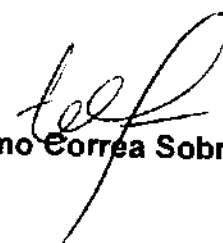
Em nossa opinião, os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do Administrador Municipal.

É o relatório e parecer.

Campo Bom - RS, 23 de março de 2010.


Ilone Maria Zimmermann


Jerri Luis de Moraes


Telmo Correa Sobrinho



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

FOLHA Nº

1/2

NORMA INTERNA Nº:

08/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

03/05/2010

ASSUNTO: CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS

SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS

1) DOS OBJETIVOS:

- 1.1) Normatizar os procedimentos de concessão de adiantamentos e diárias;
- 1.2) Regulamentar a Lei Municipal nº 822/84 e Lei Municipal nº 2.409/03;
- 1.3) Disciplinar a concessão, pagamento e comprovação das diárias e adiantamentos.

2) DOS PROCEDIMENTOS:**2.1) DA SOLICITAÇÃO DOS ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS:****2.1.1) Da Solicitação:**

2.1.1.1) Todo o adiantamento deverá ser solicitado através do preenchimento do Pedido e Adiantamento (modelo em anexo). As diárias deverão ser solicitadas através da Requisição de Diárias (modelo em anexo). Para os casos específicos de seminários, congressos, cursos e palestras, além da Requisição de Diárias deverá o servidor formalizar o pedido através da "Solicitação de Autorização" (modelo em anexo).

2.1.1.2) O Pedido de Adiantamento bem como a Requisição de Diárias deverão conter a descrição detalhada no que se referem a repartição ou estabelecimento destinatário, empresa ou órgão promotor do curso, título do curso e/ou finalidade e motivo do adiantamento;

OBS.: A liberação para inscrição em curso, congressos, simpósios, seminários, encontros oficiais e outros eventos, somente poderá ser confirmada após a autorização do prefeito em exercício.

2.1.1.3) A solicitação de adiantamento/diária deverá ser autorizada pelo secretário da pasta.

2.1.2) Da Comprovação da Diária / Adiantamento:

2.1.2.1) A comprovação da diária deverá ser feita através de Certificado de Participação e Relatório do Evento. Para os adiantamentos, as notas fiscais deverão ser entregues visadas pelo responsável bem como as datas deverão ser posteriores a data do adiantamento.

OBS.: Deverá ser encaminhada cópia do certificado de participação do evento para o setor de pessoal a fim de abonar a ausência do registro de ponto, e integrar a pasta de documentos do agente público.

2.1.3) Do Pagamento das Diárias:

2.1.3.1) Nenhuma diária poderá ser paga sem a autorização prévia da autoridade competente;

CONTROLE INTERNO

Ilone Maria Zimmermann

PREFEITO MUNICIPAL

Faisal Mothci Karam



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

FOLHA Nº

2/2

NORMA INTERNA Nº:

08/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

03/05/2010

ASSUNTO: CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS

SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS

2.1.3.2) Todo e qualquer pagamento de diária, deverá estar suportado por documentação que evidencie o gasto;

2.1.2.3) As diárias poderão ser pagas até um (01) dia antes do deslocamento;

2.1.2.4) O agente público que receber antecipadamente a diária, deverá apresentar comprovação em até dez (10) dias após o seu retorno;

2.1.2.5) O agente público que receber antecipadamente as diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente no prazo de três (03) dias úteis, a contar da data que deveria ter ocorrido o deslocamento;

2.1.2.6) Na hipótese do agente público retornar ao município em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, em prazo igual ao item 2.1.2.5 desta Norma Interna;

2.1.4) Do Pagamento dos Adiantamentos:

2.1.4.1) Nenhum adiantamento poderá ser concedido sem a elaboração do Pedido de Adiantamento;

2.1.4.2) O valor máximo de adiantamento é de 2.000 (duas mil) URM;

2.1.4.3) Para cada adiantamento haverá tantos empenhos quantas forem as classificações das despesas;

2.1.4.4) Os responsáveis pelos adiantamentos receberão os valores em moedas corrente na tesouraria do município, mediante assinatura de recebimento.

2.1.4.5) A comprovação da aplicação dos adiantamentos será realizada até 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento do numerário;

3) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1) As diárias do Prefeito e Vice-Prefeito regulam-se pelo Decreto Legislativo Nº 01/94, emitido em 13 de abril de 1994;

3.2) Na evidência de fraude ou alteração dos documentos que fazem parte dos processos de adiantamentos e diárias, será imediatamente tomado as providências legais para apuração dos fatos;

3.2) Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Norma Interna deverá ser esclarecida junto a Central do Sistema de Controle Interno.

CONTROLE INTERNO

Ilone Maria Zimmermann

PREFEITO MUNICIPAL

Faisal Mothci Karam



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM - RS

PEDIDO DE ADIANTAMENTO

Órgão: 06 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 05 - Dep. De Cultura
Código: 33.90.30 - Material de Consumo Emp.Nº 2121/10 R\$ 500,00
33.90.39 - Outros Serv.Terceiros Nº 2122/10 R\$ 100,00

Atividade: 2.075 - Manut.da Biblioteca e do Centro de Ludicidade

Nome e Cargo do Solicitante:

Elvane dos Reis
Secretária

Valor do Adiantamento: R\$ 600,00

Adiantamento para Juraci T.Reichert, para Manutenção da Biblioteca e do Centro de Ludicidade Dr. Liberato.

Prazo de Aplicação: 30 dias a contar da data de pagamento.

Fundamento Legal: Lei nº 4320 de 17/03/1964

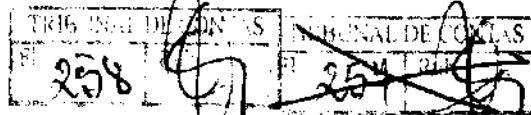
Autorizo a Liberação:

Campo Bom, 04 de Março de 2010.

[Assinatura]
Secretário de Finanças

[Assinatura]
Solicitante

"Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos". (Lei 4320, art.69)



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

SOLICITAÇÃO

Solicito autorização para participar do(a) Seminário (),
Congresso (), Curso (X), Palestra (), **GESTÃO DE CONVÊNIOS –
LEGISLAÇÃO E PRÁTICA DO SICONV**, a realizar-se de 28/04/2010 à
30/04/2010, na cidade de Rio de Janeiro .

Campo Bom, 05 de abril de 2010.

Servidor Público Municipal

Secretário (a) Municipal

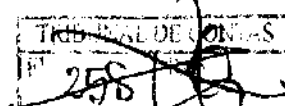
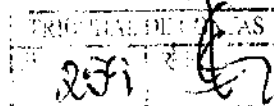
Faisal Mothci Karam
Prefeito Municipal

Deferido em ____/____/____



Prefeitura do Município de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS

Órgão Requiritante

Nome Cargo

| Número Diárias | Valor em R\$ | |
|-------------------|--------------|-------|
| | Unitário | Total |
| | | |

Localidade(s)

Observações

| Órgão Requirrente | Departamento de Pessoal Confere | Departamento de Finanças Pague-se |
|----------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|
| Secretário | Chefe | Secretário |
| Em / / 19..... | Em / / 19..... | Em / / 19..... |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO

FOLHA Nº
1/3

NORMA INTERNA Nº:
09/2010

DATA DA VIGÊNCIA:
03/05/2010

ASSUNTO: PROCEDIMENTOS DE EMISSÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE EMPENHOS.

SETORES ENVOLVIDOS: TESOURARIA, CONTABILIDADE E TODAS AS SECRETARIAS.

1) DOS OBJETIVOS:

- 1.1) Normatizar os procedimentos nas operações de emissão, liquidação e pagamento de empenhos;
- 1.2) Garantir maior controle e eficiência dos gastos públicos;
- 1.3) Atender legalmente os dispositivos contidos na Lei Federal nº 4.320/1964.

2) DOS PROCEDIMENTOS:

2.1) Na Emissão de Empenhos:

2.1.1) No momento da emissão dos empenhos, a Contabilidade deve ficar atenta aos seguintes itens:

2.1.1.1) Classificação dos elementos de despesa nas contas analíticas apropriadas segundo a sua natureza;

2.1.1.2) Emissão prévia do empenho antecedendo a aquisição de materiais e/ou bens ou contratação de serviços;

2.1.1.3) Emissão do empenho antes do Prefeito assinar o contrato, no caso de despesa que seja elaborado contrato;

2.1.1.4) Emissão do empenho sempre em nome do fornecedor e/ou prestador de serviços;

2.1.1.5) Emissão do empenho por estimativa para as despesas continuadas tais como: transporte escolar, luz, telefone, etc;

2.1.1.6) Emissão do empenho global para as despesas com contratos e de pagamento parcelado, por exemplo: obras, serviços de engenharia, aluguéis, serviços de assessoria, etc;

2.1.1.7) Identificar o responsável pela emissão do empenho.

2.2) Na Liquidação de Empenhos:

2.2.1) Quando for processada a liquidação do empenho, deve-se examinar o documento fiscal conferindo os seguintes itens:

2.2.1.1) Data de emissão do documento fiscal;

CONTROLE INTERNO

Ilone Maria Zimmermann

PREFEITO MUNICIPAL

Faisal Mothci Karam



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO

FOLHA Nº
2/3

NORMA INTERNA Nº:
09/2010

DATA DA VIGÊNCIA:
03/05/2010

ASSUNTO: PROCEDIMENTOS DE EMISSÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE EMPENHOS.

SETORES ENVOLVIDOS: TESOUREARIA, CONTABILIDADE E TODAS AS SECRETARIAS.

2.2.1.2) Existência de rasuras no documento;

2.2.1.3) Falta de comprovação de recebimento (evidência através de carimbo e assinatura);

2.2.1.4) Tipo de documento fiscal, se nota fiscal de venda ou de serviço.

2.2.2) Qualquer documento que apresente alguma irregularidade deve ser devolvido para fins de regularização;

2.2.3) Quando for nota fiscal de compra de medicamento específico, determinada por decisão judicial, a Secretaria da Saúde deve pedir que o fornecedor escreva no corpo da nota fiscal o nome do paciente beneficiado;

2.2.4) Quando se tratar de liquidações referentes a aquisição de bens patrimoniais, deve se verificar a realização do lançamento no sistema contábil;

2.2.5) Quando se tratar de serviços de assessoria o Contratado deve anexar o relatório de atividades a nota fiscal ou descrever as atividades no corpo da nota fiscal;

2.2.6) Quando na liquidação for identificado que o fornecedor é devedor no Município, a informação será remetida juntamente com os demais documentos. Sempre que possível, deverá ser emitido documento específico no Setor de Tributação identificando a dívida do fornecedor;

2.2.6) A conferência e a liquidação são de responsabilidade do Contador ou a quem este delegar.

2.3) Pagamento de Empenhos:

2.3.1) O pagamento dos empenhos deve obedecer a ordem cronológica dos vencimentos;

2.3.2) Quando se tratar de pagamento por prestação de serviços, deverá ser observado a retenção do IRRF, independente do valor e mesmo que inferior a R\$ 10,00 (dez reais), conforme tabela publicada pelo Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), art. 647 a 653;

Obs.: Exclui-se desta obrigação as empresas enquadradas no Simples Nacional, desde que comprovada tal situação.

2.3.3) Em todos os pagamentos que forem efetuados pela Tesouraria, deve ser feita a identificação (CPF ou Carteira de Identidade) da pessoa que está recebendo;

2.3.4) Nos casos de pagamentos eletrônicos que se referem a mais de um empenho ao mesmo fornecedor, deverá ser anexado em todos os empenhos a cópia da transferência eletrônica;

CONTROLE INTERNO

Ilone Maria Zimmermann

PREFEITO MUNICIPAL

Faisal Mothci Karam



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNO

FOLHA Nº
3/3

NORMA INTERNA Nº:
09/2010

DATA DA VIGÊNCIA:
03/05/2010

ASSUNTO: PROCEDIMENTOS DE EMISSÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE EMPENHOS.

SETORES ENVOLVIDOS: TESOURARIA, CONTABILIDADE E TODAS AS SECRETARIAS..

2.3.5) Para o pagamento de fornecedores devedores do Município, deverá o valor da dívida ser descontado do pagamento;

2.3.6) Os empenhos só poderão ser pagos mediante a devida liquidação.

3) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1) Nenhuma despesa poderá ser efetuada sem o prévio empenho;

3.2) Nenhuma despesa que não tenha a característica de gasto público poderá ser empenhada;

3.3) Não deve ser liquidado nenhum empenho, cujo documento de liquidação esteja irregular conforme mencionado no item 2.2.1 desta Norma Interna;

3.4) Nenhuma nota fiscal de prestação de serviço deve ser paga sem a retenção do IRRF e nenhum RPA sem a retenção do IRRF conforme a Tabela Progressiva da Receita Federal;

3.5) Quando se tratar de prestação de serviços de pessoa física ou jurídica, deverá ser verificada a legislação que regulamenta a retenção do INSS e do ISS;

3.6) A Programação Financeira deve obedecer a ordem cronológica dos vencimentos, incluindo os vencimentos contratuais, cujo atraso pode gerar juros de mora ao erário municipal;

3.7) Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Norma Interna, deverá ser esclarecida junto a Secretaria de Finanças e o Controle Interno.

CONTROLE INTERNO

Ilone Maria Zimmermann

PREFEITO MUNICIPAL

Faisal Mothci Karam



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
CONTROLE INTERNOFOLHA Nº
1/2NORMA INTERNA Nº:
10/2010DATA DA VIGÊNCIA:
03/05/2010

ASSUNTO: PROGRAMAS DE INCENTIVOS DA SICTUR

SETORES ENVOLVIDOS: TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA
JURÍDICA E SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

1) DOS OBJETIVOS:

- 1.1) Disciplinar e normatizar os procedimentos operacionais dos Programas de Incentivos da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;
- 1.2) Regulamentar a Lei Municipal Nº 2.499, de 29 de julho de 2003 (PIGE);
- 1.2) Proporcionar clareza e padronização nos Programas de Incentivos.

2) DOS PROCEDIMENTOS:

2.1) PROGRAMA DE INCENTIVO À GERAÇÃO DE EMPREGOS:

2.1.1) Da Solicitação:

2.1.1.1) A empresa interessada na obtenção deste benefício, deverá formalizar seu pedido protocolando requerimento pertinente, acompanhado da documentação descrita no art. 5º, da Lei Municipal Nº 2.499/03;

2.1.1.2) Após o recebimento da requisição e documentação, a SICTUR deverá analisar se a empresa encontra-se em conformidade, e realizar uma verificação in-loco para fins de comprovação;

2.1.1.3) A empresa deverá firmar Termo de Adesão ficando obrigada a fornecer relatórios trimestrais relativo as atividades que está empreendendo;

2.1.2) Da Aprovação:

2.1.2.1) Estando regulares todos os itens necessários para a aprovação, a SICTUR encaminhará o dossiê para a Assessoria Jurídica, que sendo de parecer favorável, encaminhará ao Prefeito;

2.1.2.2) Após a autorização do Prefeito, deverá ser solicitada a elaboração de Lei Municipal específica, e firmado o Termo de Adesão;

2.1.2.3) As requisições que não puderem ser atendidas, deverão ser arquivadas com a devida justificativa.

2.1.2.4) Os incentivos poderão ser de: serviços, assistência técnica, isenções, permissão de uso gratuito de equipamentos, materiais de construção civil e auxílio para o pagamento de locativos.

CONTROLE INTERNO

Ilone Maria Zimmermann

PREFEITO MUNICIPAL

Faisal Motnci Karam



RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CONTROLE INTERNO

FOLHA Nº

2/2

NORMA INTERNA Nº:

10/2010

DATA DA VIGÊNCIA:

03/05/2010

ASSUNTO: PROGRAMAS DE INCENTIVOS DA SICTUR

SETORES ENVOLVIDOS: TESOURARIA, CONTABILIDADE, ASSESSORIA JURÍDICA E SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

2.1.3) Do Controle:

2.1.3.1) Trimestralmente deverá ser analisado o Relatório das empresas, quanto ao atendimento do cronograma de geração de empregos;

2.1.3.2) A empresa que estiver descumprindo com o cronograma de instalação/expansão, deverá ser notificada para esclarecimentos até o prazo de 5 (cinco) dias. Não havendo manifestação, a empresa deverá ser excluída do PIGE, ficando obrigada a ressarcir o Município por todos os benefícios que já tiver recebido, os quais deverão ser atualizados pelo IGP-M mais juros de 1% ao mês;

2.1.3.3) Os valores que restarem não pagos pelas empresa que forem excluídas do PIGE, deverão ser lançados em Dívida Ativa Municipal para fins de reivindicação judicial mediante ação de execução fiscal;

2.1.4) Do Pagamento:

2.1.4.1) Para receber o benefício, a empresa deverá prestar contas do pagamento do objeto (aluguel, por exemplo) à SICTUR, que após visar o documento, encaminhará a Contabilidade para liquidação e posterior pagamento.

3) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1) Sempre deverá ser observado o limite de valores para os benefícios;

3.2) Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Norma Interna deverá ser esclarecida junto a Central do Sistema de Controle Interno.

CONTROLE INTERNO

Ilone Maria Zimmermann

PREFEITO MUNICIPAL

Faisal Mothci Karam

| | | |
|--|---------------------------------|-----------------|
| RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM CONTROLE INTERNO | | FOLHA Nº 1/4 |
| NORMA INTERNA Nº: 11/2010 | DATA DA VIGÊNCIA: 03/05/2010 | |
| ASSUNTO: CONVÊNIOS E AUXÍLIOS CONCEDIDOS | | |
| SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO. | | |

1) DOS OBJETIVOS:

- 1.1) Estabelecer os procedimentos, a serem observados pelas Secretarias e Órgãos do Município, na concessão de Convênios e Auxílios Concedidos;
- 1.2) Garantir o atendimento aos Princípios Constitucionais.

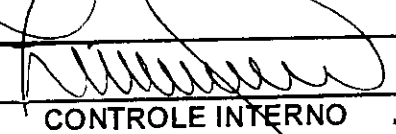

2) DOS PROCEDIMENTOS:

2.1) Da Solicitação do Auxílio e/ou Subvenção:

- 2.1.1) A entidade interessada deverá solicitar o auxílio ou subvenção através de ofício a Secretaria da Fazenda, incluindo o Plano de Trabalho, conforme modelo em anexo (Anexo I);
- 2.1.2) A Secretaria da Fazenda encaminhará o Plano de Trabalho ao Departamento Contábil e Financeiro para que este verifique a disponibilidade orçamentária e financeira;
- 2.1.3) Havendo disponibilidade orçamentária e financeira, o Departamento Contábil e Financeiro encaminhará o Plano de Trabalho ao Prefeito para apreciação;
- 2.1.4) Após a aprovação do Plano de Trabalho pelo Prefeito, a Chefia de Gabinete encaminhará a Secretaria de Administração para elaborar o Projeto de Lei e encaminhá-lo à Câmara de Vereadores.

2.2) Da Celebração do Termo de Convênio:

- 2.2.1) Após a aprovação da lei que concede o auxílio e/ou subvenção, a Secretaria de Administração elaborará o Termo de Convênio;
- 2.2.2) O Termo de Convênio deverá conter, além das cláusulas obrigatórias, as seguintes cláusulas:
 - 2.2.2.1) Previsão do início e fim da execução do convênio;
 - 2.2.2.2) Prazo de 90 (noventa) dias, após o término da execução do convênio, para prestar contas;

| | |
|---|--|
|  CONTROLE INTERNO Ilone Maria Zimmermann |  PREFEITO MUNICIPAL Faissal Mothci Karam |
|---|--|

| | | |
|--|---|-----------------------------------|
| RIO GRANDE DO SUL | | FOLHA Nº 2/4 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM | | |
| CONTROLE INTERNO | | |
| NORMA INTERNA Nº: 11/2010 | DATA DA VIGÊNCIA: 03/05/2010 | |
| ASSUNTO: CONVÊNIOS E AUXÍLIOS CONCEDIDOS | | |
| SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO. | | |

2.2.2.3) Exigências de abertura de conta bancária específica para movimentação dos recursos do convênio, quando o auxílio ou subvenção exceder o valor de R\$ 50.000,00;

2.2.2.4) Exigência de aplicação dos saldos financeiros do convênio, enquanto não utilizados, no mercado financeiro, quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

2.2.2.5) Exigência de devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas de aplicações financeiras auferidas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade repassadora dos recursos;

2.2.2.6) Exigência de apresentação da comprovação dos gastos através de documentos fiscais (notas fiscais, faturas ou recibos) de acordo com a atividade do fornecedor. As datas dos documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, estar compreendidas entre o período de execução do convênio;

2.2.2.7) Previsão das sanções a aplicar à entidade beneficiada pela inexecução parcial ou total do convênio, de acordo com o art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.2.3) O Termo de Convênio deverá ser enumerado, em seqüências anuais;

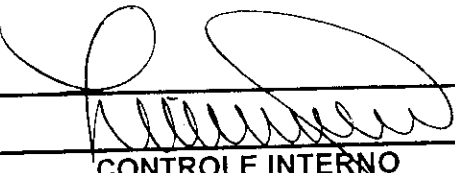

2.2.4) O Plano de Trabalho aprovado, obrigatoriamente, acompanhará o Termo de Convênio;

2.2.5) Após a assinatura do Termo de Convênio, a Secretaria de Administração remeterá cópias para o Setor de Prestação de Contas.

2.3) Da Liberação das Parcelas:

2.3.1) As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

2.3.1.1) Quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da(s) parcela(s) anteriormente recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da administração;

| | |
|---|---|
|  CONTROLE INTERNO Ilone Maria Zimmermann |  PREFEITO MUNICIPAL Faisal Mothci Karam |
|---|---|

| | | |
|---|---|-------------------------------|
| RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM CONTROLE INTERNO | | FOLHA Nº 3/4 |
| NORMA INTERNA Nº: 11/2010 | DATA DA VIGÊNCIA: 03/05/2010 | |
| ASSUNTO: CONVÊNIOS E AUXÍLIOS CONCEDIDOS | | |
| SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO. | | |

2.3.1.2) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

2.3.1.3) Quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos ou por integrantes do respectivo Sistema de Controle Interno da administração.

2.4) Da Prestação de Contas:

2.4.1) A entidade beneficiada entregará a prestação de contas em até 90 (noventa) dias após o período de execução das despesas;

2.4.2) A prestação de contas será feita de acordo com os Termos de Convênio e de acordo com o modelo em anexo (Anexo II);

2.4.3) A prestação de contas deverá conter documento de aprovação emitido pela Diretoria da entidade beneficiada;

2.4.4) Deverão fazer parte da prestação de contas, além do modelo proposto, os seguintes relatórios:

2.4.4.1) Na hipótese de auxílios e/ou subvenções concedidos à APAE:

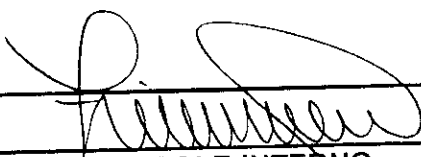

2.4.4.1.1) Relatório das Atividades executadas e os objetivos alcançados;

2.4.4.1.2) Na hipótese de auxílios e/ou subvenções concedidas às demais entidades:

2.4.4.1.2.1) Relatório das atividades executadas e os objetivos alcançados;

2.4.4.1.3) Na hipótese de auxílios e/ou subvenções concedido a entidades de pesquisa:

2.4.4.1.3.1) Relatório das atividades executadas;

| | |
|---|---|
|  CONTROLE INTERNO Ilone Maria Zimmermann |  PREFEITO MUNICIPAL Faisal Mothci Karam |
|---|---|

| | | |
|--|---------------------------------|--|
| RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM CONTROLE INTERNO | | TRIBUNAL DE CONTAS 268 FOLHA Nº 4/4 |
| NORMA INTERNA Nº: 11/2010 | DATA DA VIGÊNCIA: 03/05/2010 | |
| ASSUNTO: CONVÊNIOS E AUXÍLIOS CONCEDIDOS | | |
| SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO. | | |

2.4.4.2) No caso de entidade beneficiada contratar outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que apresentar 03 (três) orçamentos para comprovação dos preços praticados no mercado.

2.4.5) A entidade que tiver a prestação de contas reprovada ou apresentá-la fora do prazo previsto no Termo de Convênio não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas;

2.4.6) O Departamento Contábil e Financeiro deverá colocar parecer sintético sobre a prestação de contas da entidade beneficiada, apontando a aprovação ou reprovação das contas.

2.5) Do Arquivamento dos Processos de Prestação de Contas:

2.5.1) Após a aprovação da prestação de contas, esta ficará arquivada no Setor de Prestação de Contas por 02 (dois) anos, após findar este prazo a mesma será arquivada no arquivo morto da Prefeitura.

3) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

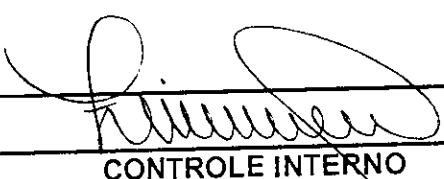

3.1) Nenhum Termo de Convênio será celebrado sem o atendimento a esta Norma Interna;

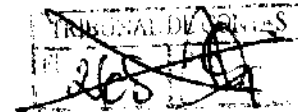
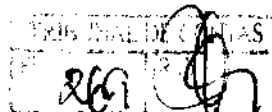
3.2) Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Norma Interna, deverá ser esclarecida junto ao Controle Interno.

4) ANEXOS A NORMA INTERNA:

4.1) Anexo I – Plano de Trabalho;

4.2) Anexo II – Prestação de Contas.

| | |
|---|---|
|  CONTROLE INTERNO Ilone Maria Zimmermann |  PREFEITO MUNICIPAL Faisal Mothci Karam |
|---|---|



| PLANO DE TRABALHO | | | | | | FOLHA: 1/4 | |
|---|--|--------|----------|-------------------------------|----------------------|------------|----------|
| 1 - DADOS CADASTRAIS: | | | | | | | |
| ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: | | | | | CNPJ: | | |
| ENDEREÇO: | | | | ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL): | | | |
| CIDADE: | | UF: | CEP: | DDD/FONE: | | DDD/FAX: | |
| INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: | | | AGÊNCIA: | | CONTA CORRENTE: | | |
| NOME DO RESPONSÁVEL: | | | | | CPF: | | |
| CARTEIRA DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EXPEDIDOR: | | CARGO: | | FUNÇÃO: | | MATRÍCULA: | |
| ENDEREÇO: | | | | ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-mail): | | | |
| CIDADE: | | UF: | CEP: | DDD/FONE: | | DDD/FAX: | |
| 2 - OUTROS PARTICÍPES: | | | | | | | |
| NOME: | | | | | CPF: | | |
| ENDEREÇO: | | | CIDADE: | UF: | CEP: | DDD/FONE: | |
| 3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO: | | | | | | | |
| TÍTULO DO PROJETO: | | | | | PERÍODO DE EXECUÇÃO: | | |
| | | | | | INÍCIO: | | TÉRMINO: |
| IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: | | | | | | | |
| JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: | | | | | | | |

PLANO DE TRABALHO

FOLHA 2/4

4 - PROGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE):

| META | ETAPA/ FASE | ESPECIFICAÇÃO | INDICADOR FÍSICO | | DURAÇÃO | |
|------|----------------|---------------|------------------|------------|---------|---------|
| | | | UNIDADE | QUANTIDADE | INÍCIO | TÉRMINO |
| | | | | | | |

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00):

| NATUREZA DA DESPESA | | TOTAL | CONCEDENTE | PROPONENTE |
|---------------------|---------------|-------|------------|------------|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | | | |
| | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | |

| PLANO DE TRABALHO | | | FOLHA: 3/4 |
|--|------------|------------|------------|
| 6 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR NATUREZA: | | | |
| NATUREZA DA DESPESA | CONCEDENTE | PROPONENTE | TOTAL |
| DESPESAS CORRENTES (1+2+3+4) | | | |
| (1) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | |
| (2) MATERIAL DE CONSUMO | | | |
| (3) SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA FÍSICA | | | |
| (4) SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL (1+2) | | | |
| (1) EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | |
| (2) OBRAS E INSTALAÇÕES | | | |

| PLANO DE TRABALHO | | | | | | FOLHA: 4/4 |
|---|---------|-----------|---|---------|----------|------------|
| 7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00): | | | | | | |
| CONCEDENTE | | | | | | |
| META | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO |
| | | | | | | |
| META | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
| | | | | | | |
| PROPONENTE (CONTRAPARTIDA) | | | | | | |
| META | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO |
| | | | | | | |
| META | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
| | | | | | | |
| 8 – DECLARAÇÃO: | | | | | | |
| <p>Declaramos para os devidos fins que as demais despesas com o Projeto serão atendidas com recursos próprios.</p> <p>Pede Deferimento.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 20px;"> <div style="width: 45%; text-align: center;"> <p>_____</p> <p>LOCAL E DATA</p> </div> <div style="width: 45%; text-align: center;"> <p>_____</p> <p>PROPONENTE</p> </div> </div> | | | | | | |
| 9 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE: | | | | | | |
| <p>APROVADO</p> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"> <p>_____</p> <p>LOCAL E DATA</p> </div> | | | <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"> <p>_____</p> <p>CONCEDENTE</p> </div> | | | |

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

| | |
|--------------------|--------------|
| Unidade Executora: | Convênio nº: |
|--------------------|--------------|

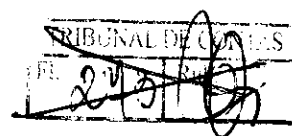
[illegible]

| | |
|--------------------|----------------------------|
| Unidade Executora: | Responsável pela Execução: |
| Assinatura | Assinatura |

TRIPOLI DE MORGAS
PL 243

24

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO RELAÇÃO DE PAGAMENTOS



| | |
|---|--|
| Refere-se ao registro de pagamento das despesas efetuadas na execução do projeto, à conta de recursos do Executor e/ou do Concedente, devendo ser preenchido formulário para cada caso. | |
| UNIDADE EXECUTORA | Indicar o nome completo da unidade executora. |
| CONVÊNIO Nº | Indicar o número original do convênio. |
| REC | Indicar a fonte de recursos conforme os códigos a seguir: 1 – Concedente; 2 - Executor; 3 - Outros (inclusive de aplicações financeiras). |
| ITEM | Enumerar cada um dos pagamentos efetuados. |
| CREDOR | Registrar o nome do credor constante do título de crédito. |
| CGC/CPF | Indicar o número de inscrição do credor no Cadastro Geral de Contribuintes. |
| CH/OB | Indicar o número do cheque ou da ordem bancária, precedido das letras CH ou OB, conforme o caso. |
| DATA | Indicar a data de emissão do cheque ou da ordem bancária. |
| VALOR (R\$ 1,00) | Registrar o valor do título de crédito em unidades de Real. |
| TOTAL | Registrar o somatório dos valores dos títulos de crédito relacionados. |
| UNIDADE EXECUTORA | Constar o nome e a assinatura do responsável pela unidade executora. |
| RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO | Constar o nome e a assinatura do responsável pela execução do Convênio . |

Prefeitura Municipal de Campo Bom

RELAÇÃO DE BENS

(adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Município)

TRIPLO DE CONTAS
21/5 19/5

TRIPLO DE CONTAS
21/5 19/5

| | |
|--------------------|--------------|
| Unidade Executora: | Convênio nº: |
|--------------------|--------------|

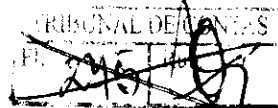
| TÍTULO CRÉDITO | DATA | DISCRIMINAÇÃO | QTDE. | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|---------------|-------|-------------------|----------------|
| | | | | | |

TOTAL GERAL

| | |
|--|--|
| Unidade Executora: <div style="border-top: 1px solid black; width: 80%; margin: 0 auto; text-align: center;">Assinatura</div> | Responsável pela Execução: <div style="border-top: 1px solid black; width: 80%; margin: 0 auto; text-align: center;">Assinatura</div> |
|--|--|

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO
RELAÇÃO DE BENS**

(adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Município)



| | | |
|---------------------------|--|---------------------------|
| UNIDADE EXECUTORA | Indicar o nome completo da unidade executora. | TRIBUNAL DE CONTAS 246 |
| CONVÊNIO Nº | Indicar o número original do convênio. | |
| TÍTULO CRÉDITO | Indicar as letras iniciais do título de crédito (NF - Nota Fiscal, FAT - Fatura, REC - Recibo, etc.) seguido do respectivo número. | |
| DATA | Indicar a data de emissão do documento. | |
| DISCRIMINAÇÃO | Informar a espécie do bem. | |
| QTDE. | Registrar a quantidade do item especificado. | |
| PREÇO UNITÁRIO | Registrar o preço unitário de cada item em unidades de Real. | |
| PREÇO TOTAL | Registrar o produto da multiplicação do preço unitário do item pela sua quantidade. | |
| TOTAL GERAL | Registrar o somatório das parcelas constantes da coluna "total". | |
| UNIDADE EXECUTORA | Constar o nome e assinatura do responsável pela unidade executora. | |
| RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO | Constar o nome e assinatura do responsável pela execução do Convênio. | |

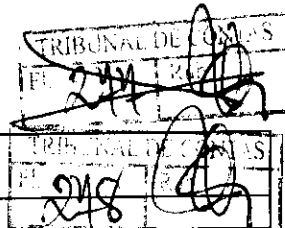
EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

~~TRIBUNAL DE JUSTIÇA~~
~~246~~

| | |
|-------------------|----|
| TRUE VALUE COPIES | |
| PL 244 | 10 |

| | | | |
|---|--|--|-----|
| Unidade Executora: | | Convênio nº: | 244 |
| RECEITA (VALORES RECEBIDOS INCLUSIVE OS RENDIMENTOS E OUTROS) | | DESPESA, CONFORME RELAÇÃO DE PAGAMENTOS (RECOLHIDO/A RECOLHER) | |
| | | | |
| TOTAL | | TOTAL | |
| Unidade Executora:: | | Responsável pela Execução: | |
| Assinatura | | Assinatura | |

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO
EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA**



| | |
|---------------------------|--|
| UNIDADE EXECUTORA | Indicar o nome completo da unidade executora. |
| CONVÊNIO Nº | Indicar o número original do convênio. |
| RECEITAS | Indicar o valor dos recursos financeiros transferidos pela Prefeitura. |
| DESPESAS | Relacionar todas as despesas constantes da Relação de Pagamentos. |
| TOTAL (1) | Registrar o somatório dos "RECURSOS TRANSFERIDOS". |
| TOTAL (2) | Registrar o somatório das despesas. |
| UNIDADE EXECUTORA | Constar o nome e assinatura do responsável pela unidade executora. |
| RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO | Constar o nome e assinatura do responsável pela execução do Convênio. |

CONFIDENTIAL

TRIBUNAL DE COMMERCE
2467

| | |
|--------------|--|
| Convênio nº: | Período de ____/____/____ a ____/____/____ |
|--------------|--|

| META (ÁREA) | ETAPA FASE | DESCRIÇÃO | UNIDADE | NO PERÍODO | | ATÉ O PERÍODO | |
|----------------|---------------|-----------|---------|------------|-------|---------------|-------|
| | | | | PROG. | EXEC. | PROG. | EXEC. |
| | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |

[illegible]

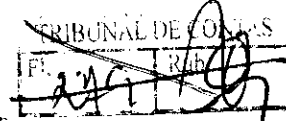
| | |
|------------|------------|
| Assinatura | Assinatura |
|------------|------------|

| | |
|------------------|---------------------|
| Parecer Técnico: | Parecer Financeiro: |
|------------------|---------------------|

Local

Assinatura

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA



| | |
|-------------------|--|
| UNIDADE EXECUTORA | Indicar o nome completo da unidade executora. |
| CONVÊNIO Nº | Indicar o número original do convênio. |
| PERÍODO | Indicar o período (datas) a que se refere o Relatório de Execução Físico-Financeira. |
| META | Mencionar o número de ordem da meta executada no período. |
| ETAPA/FASE | Mencionar o número de ordem da etapa ou fase executada no período. |
| DESCRIÇÃO | Mencionar o título da meta, etapa ou fase conforme a especificação do Plano de Trabalho. |

FÍSICO

| | |
|---|--|
| Refere-se ao indicador físico da qualificação e quantificação do produto de cada meta, etapa ou fase. | |
| UNIDADE | Registrar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa ou fase. |
| NO PERÍODO: Informar as quantidades da Execução Física do exercício financeiro relativo ao período informado. | |
| QTDE. PROG. | Registrar a quantidade programada para o período informado.. |
| QTDE. EXEC. | Registrar a quantidade executada no período informado. |
| ATÉ O PERÍODO: Informar as quantidades acumuladas da Execução Física do período de vigência do Convênio, ou seja, desde a data de assinatura até o período informado. | |
| QTDE. PROGRAMA | Registrar a quantidade programada acumulada desde o início do Convênio até o período informado.. |
| QTDE. EXEC. | Registrar a quantidade executada acumulada desde o início do Convênio até o período informado. |

FINANCEIRO (R\$ 1,00)

| | |
|---|--|
| Refere-se à aplicação dos recursos financeiros (concedente + executor) realizada na execução do projeto. | |
| REALIZADO NO PERÍODO: Informar os valores da Execução Financeira do exercício financeiro relativo ao período informado. | |
| CONCEDENTE | Indicar o valor dos recursos financeiros aplicados pela unidade concedente, no período a que se refere o relatório. |
| EXECUTOR | Indicar o valor dos recursos financeiros aplicados pela unidade executora, no período a que se refere o relatório. |
| TOTAL | Registrar o somatório dos valores atribuídos às colunas concedente e executor realizado no período a que se refere o relatório. |
| REALIZADO ATÉ O PERÍODO: Informar os valores acumulados da Execução Financeira do período de vigência do Convênio, ou seja, desde a data de assinatura até o período informado. | |
| CONCEDENTE | Indicar o valor total dos recursos financeiros aplicados cumulativamente, pela unidade concedente, desde o início do Convênio até o período informado. |
| EXECUTOR | Indicar o valor total dos recursos financeiros aplicados cumulativamente, pela unidade executora, desde o início do Convênio até o período informado. |
| TOTAL | Registrar o somatório dos valores atribuídos às colunas concedente e executor realizado até o período a que se refere o relatório. |
| TOTAL GERAL | Registrar o somatório das parcelas referentes aos recursos financeiros aplicados pelas unidades concedente e executora, no período e até o período. |
| UNIDADE EXECUTORA | Constar o nome e assinatura do responsável pela unidade executora. |
| RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO | Constar o nome e assinatura do responsável pela execução do Convênio. |

RESERVADO À UNIDADE CONCEDENTE

| | |
|------------------------------------|--|
| PARECER TÉCNICO | Consignar a conclusão da análise técnica da concedente, quanto à execução física e atingimento dos objetivos do projeto. |
| PARECER FINANCEIRO | Consignar a conclusão da análise sobre a aplicação dos recursos. |
| APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS | Campo reservado à aprovação, pelo Ordenador de Despesas da Unidade Concedente, devendo constar data e assinatura da autoridade competente. |

Prefeitura Municipal de Campo Bom

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

ORIGINAL DA CONTA
280

| | |
|--------------------|-------------|
| Unidade Executora: | Convênio nº |
|--------------------|-------------|

TRIBUTOS MUNICIPAIS
281

PRESTAÇÃO DE CONTAS

| | | |
|-------------|-----------|--|
| () Parcial | () Final | Período de ____/____/____ a ____/____/____ |
|-------------|-----------|--|

DADOS BANCÁRIOS

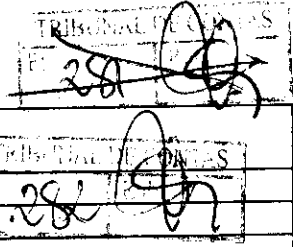
| | | |
|-------|---------|-------------------|
| Banco | Agência | Conta-Corrente nº |
|-------|---------|-------------------|

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

| Discriminação | | SALDO |
|---|--|-------|
| (+) Saldo constante do Extrato Bancário: | | |
| (-) Cheques emitidos e não processados no Extrato Bancário: | | |
| <u>Data/Número do Cheque/OB</u> <u>Nome do Credor</u> | | |
| _____ | | |
| _____ | | |
| (-) Valores Creditados a Identificar: | | |
| _____ | | |
| _____ | | |
| (+) Valores Debitados a Identificar: | | |
| _____ | | |
| _____ | | |
| SALDO DISPONÍVEL | | |

| | |
|--------------------|----------------------------|
| Unidade Executora: | Responsável pela Execução: |
| _____ | _____ |
| Assinatura | Assinatura |

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO CONCILIAÇÃO BANCÁRIA



| | |
|----------------------------------|--|
| UNIDADE EXECUTORA | Indicar o nome completo da unidade executora. |
| CONVÊNIO Nº | Indicar o número original do convênio. |
| PARCIAL | Indicar com um "X" se a prestação de contas for Parcial. |
| FINAL | Indicar com um "X" se a prestação de contas for Final. |
| PERÍODO | Informar o período a que se refere a prestação de contas. |
| BANCO | Indicar o Código e Nome do Banco onde a Unidade Executora mantém conta-corrente. |
| AGÊNCIA | Indicar o Código e Nome da Agência onde a Unidade Executora movimenta seus recursos financeiros transferidos pela Prefeitura. |
| CONTA-CORRENTE | Indicar o número da conta-corrente. |
| DATA/NÚMERO DO CHEQUE/OB | Informar a data e o número dos cheques emitidos e ainda não processados por ocasião da emissão do extrato bancário para fins da prestação de contas. |
| NOME DO CREDOR | Listar o nome dos favorecidos credores dos cheques emitidos e ainda não processados por ocasião da emissão do extrato bancário para fins da prestação de contas. |
| VALOR | Informar o valor de cada cheque emitido e ainda não processados por ocasião da emissão do extrato bancário para fins da prestação de contas. |
| SALDO | Apurar o saldo bancário, somando-se e subtraindo-se, conforme o caso, os valores discriminados. |
| VALORES CREDITADOS IDENTIFICAR A | Listar todos os valores de crédito constantes do extrato bancário e ainda não identificados por ocasião da prestação de contas. |
| VALORES DEBITADOS IDENTIFICAR A | Listar todos os valores de débito constantes do extrato bancário e ainda não identificados por ocasião da prestação de contas. |
| SALDO DISPONÍVEL | Informar o último saldo constante da coluna "SALDO". |
| UNIDADE EXECUTORA | Constar o nome e assinatura do responsável pela unidade executora. |
| RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO | Constar o nome e assinatura do responsável pela execução do Convênio. |

Prefeitura Municipal de Campo Bom

DEMONSTRATIVO DE RENDIMENTOS



TRIBUNAL DE CONTAS
28/3

Unidade Executora:

Convênio nº:

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Parcial

Final

Período de ___/___/___ a ___/___/___

DADOS BANCÁRIOS

Banco

Agência

Conta-Corrente nº

Tipo de Aplicação

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

VALORES (R\$ 1,00)

DATA

(A) = APLICADO

(B) = RESGATADO

(C) = SALDO

TOTAL

RENDIMENTO TOTAL = (B + C - A)

Unidade Executora:

Responsável pela Execução:

Assinatura

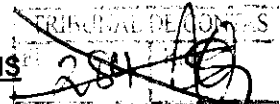
Assinatura

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DEMONSTRATIVO DE RENDIMENTOS

| | | |
|---------------------------|---|--------------|
| UNIDADE EXECUTORA | Indicar o nome completo da unidade executora. | TRIBUTOS 284 |
| CONVÊNIO Nº | Indicar o número original do convênio. | |
| PARCIAL | Indicar com um "x" se a prestação de contas for Parcial. | |
| FINAL | Indicar com um "x" se a prestação de contas for Final. | |
| PERÍODO | Informar o período a que se refere a prestação de contas. | |
| BANCO | Indicar o Código e Nome do Banco onde a Unidade Executora mantém conta-corrente. | |
| AGÊNCIA | Indicar o Código e Nome da Agência onde a Unidade Executora movimenta seus recursos financeiros repassados pela Prefeitura. | |
| CONTA-CORRENTE | Indicar o número da conta-corrente. | |
| TIPO DE APLICAÇÃO | Informar o tipo de aplicação (poupança, fundo de aplicação de curto prazo) em que os recursos estiveram aplicados no período a que se refere a prestação de contas. | |
| DATA | Informar as datas das aplicações, reaplicações e/ou resgates. | |
| APLICADO | Informar o valor da aplicação na data informada. | |
| RESGATADO | Informar o valor do resgate na data informada. | |
| SALDO | Informar, para cada movimentação registrada na coluna "data", o Saldo atualizado da aplicação, apurado imediatamente após a aplicação e/ou resgate. | |
| TOTAL | Informar o somatório dos valores das colunas "aplicado" e "resgatado". Na coluna "SALDO", informar o último saldo registrado. | |
| RENDIMENTO TOTAL | Calcular o "Rendimento Total", somando-se o "TOTAL" da coluna "resgatado" com o "TOTAL" da coluna "SALDO", subtraindo-se dessa soma o "TOTAL" da coluna "aplicado". | |
| UNIDADE EXECUTORA | Constar o nome e assinatura do responsável pela unidade executora. | |
| RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO | Constar o nome e assinatura do responsável pela execução do Convênio. | |

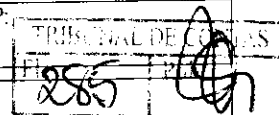
Prefeitura Municipal de Campo Bom

DECLARAÇÃO DE GUARDA E CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS



Unidade Executora:

Convênio nº:



Declaração

Declaramos para os devidos fins de direito que os Documentos Contábeis referentes à Prestação de Contas do Convênio Nº _____/_____, de _____/_____/_____, encontram-se guardados, arquivados em boa ordem e conservação, identificados e à disposição da Prefeitura Municipal de Campo Bom.

Unidade Executora:

_____/_____/_____

Assinatura

Responsável pela Execução

_____/_____/_____

Assinatura

Contador ou Técnico em Contabilidade, com CRC:

_____/_____/_____

Assinatura
CRC/RS

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO
DECLARAÇÃO DE GUARDA E CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS

| | | |
|---|--|---------------------------|
| UNIDADE EXECUTORA | Indicar o nome completo da unidade executora. | TRIBUNAL DE CONTAS 286 |
| CONVÊNIO Nº | Indicar o número original do convênio. | |
| DECLARAÇÃO | Preencher o número e a data do convênio firmado com a Prefeitura. | |
| UNIDADE EXECUTORA | Constar o nome e assinatura do responsável pela unidade executora. | |
| RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO | Constar o nome e assinatura do responsável pela execução do Convênio. | |
| CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE, COM CRC | Constar o nome e a assinatura do Contador ou Técnico em Contabilidade, com CRC, responsável pela contabilidade da unidade executora. | |



TRIBUNAL DE CONTAS
F. 285



TRIBUNAL DE CONTAS
F. 284

PROTOCOLO

Nº 264669/2010

Município de Campo Bom

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMPRAS E LICITAÇÕES

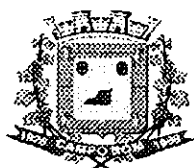
REQUERENTE: Gabinete

ASSUNTO: Empenho

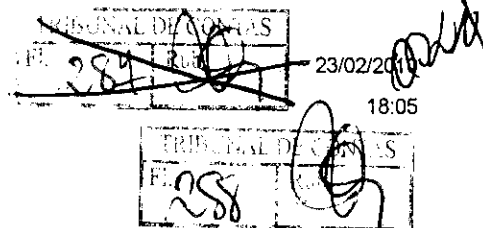
MODALIDADE: Licitas

ANDAMENTO

| Seção | Encaminhado em | Informado em | Devolvido em |
|----------|----------------|--------------|--------------|
| FINANÇAS | 23/02/10 | | |
| COMPRAS | | | |
| | | | |
| | | | |



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
PROTOCOLO GERAL
REQUERIMENTO DE PROCESSOS



REQUERIMENTO

PROCESSO: 264669/2010

ASSUNTO: SOLICITACAO DE EMPENHO

DATA DE ENTRADA: 23/02/2010

SOLICITANTE: 233289 - GABINETE DO PREFEITO

00.000.000/0000-00

ENDEREÇO: AVENIDA INDEPENDENCIA, 800

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: CAMPO BOM

CEP: 93700-000

ESTADO: RS

TELEFONES: 3598-8600

REQUERENTE: 233289 - GABINETE DO PREFEITO

00.000.000/0000-00

ENDEREÇO: AVENIDA INDEPENDENCIA, 800

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: CAMPO BOM

CEP: 93700-000

ESTADO: RS

TELEFONES: 3598-8600

S.111672,

N. Termos

P. Deferimento

Campo Bom, 23 de fevereiro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

Prazo para entrega do processo: 10/03/2010

Acompanhe o processo pelo site www.campobom.rs.gov.br (Portal do Cidadão).

O Processo será entregue no prazo acima se não ocorrer nenhum imprevisto.

Retirado por: _____

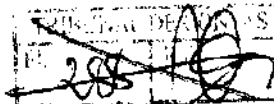
Data: ____/____/____

DOUGLAS

MUNICIPIO DE CAMPO BOM

AV. INDEPENDÊNCIA, 800

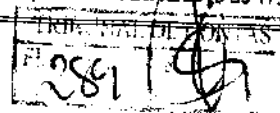
SOLICITAÇÃO DE MATERIAL / SERVIÇOS Nº:111672



Página 1

Impresso em: 23/02/2010 às 17:39

Data:23/02/2010

**Despesa:**

Órgão Unid Fun. S.Fun. Prog. D P/A Rec Cat.Desp. Despesa

02 02 04 124 117 1 2009 1

33903501 APOSSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURID
GABINETE DO PREFEITO
MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNOCod.
800190
282009

10000 - GABINETE DO PREFEITO

Recurso:1 - RECURSO LIVRE

| ITEM | PROD | ESPECIFICACAO DO MATERIAL/SERVICO | UND | QUANT. | UNITARIO DE REFERENCIA | TOTAL | MARCA |
|------|----------|---|-----|--------|------------------------|-----------|-------|
| 1 | 511.1484 | PRESTACAO DE SERVICO ESPECIALIZADOS EM APOSSORIA E SUPORTE TECNICO A CENTRAL DE CONTROLE INTERNO ATRAVES DE PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA COMISSAO DE CONTROLE INTERNO QUANTIDADE - 2 VISITAS MENSAIS NO MUNICIPIO | SER | 1,00 | 21.600,00 | 21.600,00 | |

OBSERVAÇÃO:

Total

21.600,00

LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:AV. DOS ESTADOS,1728
PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:12 MESESValdir de Alaydes
Chefe de Gabinete

RESPONSÁVEL

LILIANE REINHEIMER

Ao
Sr. Secretário
A dotação prevista para empenho da despesa dispõe de saldo orçamentário.
A vossa consideração.

E. Polu, 23/02/10

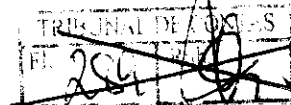
NILSON PEDRO WOLFF
TC - CRCRGS Nº 30464
CPF Nº 204.725.950/91Fait
piCelia Froehlich
Secretaria de Finanças



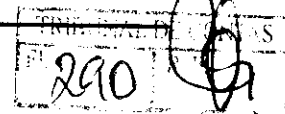
283009/800190 ✓ 0248

Gestão

Uma empresa a serviço da Administração Pública



**PROPOSTA DE ASSESSORIA AO CONTROLE INTERNO
DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - RS**



Nome da Empresa: **GESTÃO LTDA**

Endereço: **RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 2260/102 - CENTRO - TAQUARA/RS - 95.600-000**

CNPJ/MF Nº: **03.713.762/0001-23**

Telefone: **51.3541.3355**

E-mail: **gestao@gestao.srv.br**

| QUANT | DESCRIÇÃO | PREÇO |
|---------------------------------|---|--------------|
| | | VALOR MENSAL |
| 02 visitas mensais no Município | Prestação de serviços especializados em assessoria e suporte técnico à Central de Controle Interno através de planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão de Controle Interno, realização de auditorias, emissão de relatórios de auditorias, elaboração e implantação de normas internas, reuniões setoriais, treinamento dos membros do controle interno, emissão de planilhas de controle de custos, assessoria na emissão de esclarecimentos ao TCE, na sede da Prefeitura Municipal, bem como serviços de consultoria por telefone, fax e e-mail. | 1.800,00 |

Obs.: Declaramos, sob as penas da lei, que já está incluso no valor da proposta os serviços de consultoria por telefone, fax e/ou e-mail solicitados pelo Município. Não há limite de consultas.

Forma de Contratação: **INEXIGIBILIDADE**, fundamentada no art. 25, II, e art. 13, III, ambos da Lei Federal Nº 8.666/93.

Data para início do contrato: 01/03/2010.

Vigência do Contrato: 01 ano, renovável.

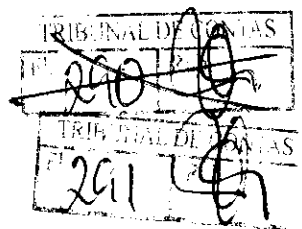
Data: **17/02/2010**


Alexandre W. de Souza
Representante Legal



Gestão

Uma empresa a serviço da Administração Pública



PROPOSTA DE ASSESSORIA AO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - RS

Nome da Empresa: **GESTÃO LTDA**

Endereço: **RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 2260/102 - CENTRO - TAQUARA/RS - 95.600-000**

CNPJ/MF Nº: **03.713.762/0001-23**

Telefone: **51.3541.3355**

E-mail: **gestao@gestao.srv.br**

| QUANT | DESCRIÇÃO | PREÇO |
|---------------------------------|---|--------------|
| | | VALOR MENSAL |
| 02 visitas mensais no Município | Prestação de serviços especializados em assessoria e suporte técnico à Central de Controle Interno através de planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão de Controle Interno, realização de auditorias, emissão de relatórios de auditorias, elaboração e implantação de normas internas, reuniões setoriais, treinamento dos membros do controle interno, emissão de planilhas de controle de custos, assessoria na emissão de esclarecimentos ao TCE, na sede da Prefeitura Municipal, bem como serviços de consultoria por telefone, fax e e-mail. | 1.800,00 |

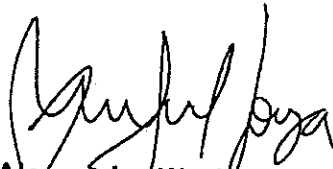
Obs.: Declaramos, sob as penas da lei, que já está incluso no valor da proposta os serviços de consultoria por telefone, fax e/ou e-mail solicitados pelo Município. Não há limite de consultas.

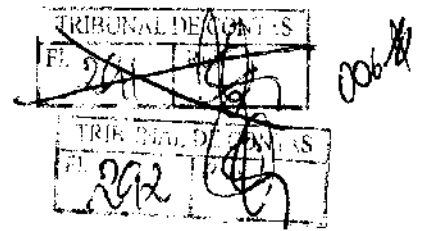
Forma de Contratação: **INEXIGIBILIDADE**, fundamentada no art. 25, II, e art. 13, III, ambos da Lei Federal Nº 8.666/93.

Data para início do contrato: **01/03/2010.**

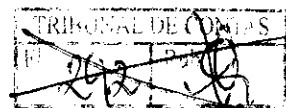
Vigência do Contrato: **01 ano, renovável.**

Data: **17/02/2010**


Alexandre W. de Souza
Representante Legal

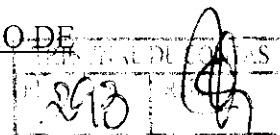


DOCUMENTAÇÃO PARA FUNDAMENTAÇÃO DE
PROCESSO POR INEXIGIBILIDADE



2013

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO X MUNICÍPIO DE
ROSÁRIO D'OESTE-MT



Processo nº 69388/2009 Relator : Conselheiro José Carlos Novelli

DECLARAÇÃO DE VOTO

Preliminarmente, creio que o item 2 do relatório deve ser analisado nas Contas de Governo, conforme Resolução nº. 10/2008 e ainda pelo fato de que o mesmo apontamento foi feito nos autos do processo nº. 6.939-6/2009.

Referente à contratação de despesas nos últimos dois quadrimestres, sem disponibilidade financeira para o adimplemento, o Gestor alega que os cálculos realizados pela equipe de auditores considerou valores relacionados à folha de pessoal, em desrespeito ao Acórdão nº. 1.510/2002, proferido por este Tribunal Pleno.

Uma leitura afoita poderia levar a esta conclusão, todavia a interpretação da defesa não merece acolhida. Para elucidar a questão transcrevo trecho do Acórdão acima mencionado:

*“ O pagamento de pessoal não se enquadra no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, por não se tratar de despesa contraída nos últimos dois quadrimestres do mandato. Essa obrigação é contraída no ato de admissão e efetivo exercício do servidor, classificada em despesa líquida e certa, **devendo ter prioridade seu pagamento, ainda que inscrita em restos a pagar**”.*

Ora, se o pagamento dos servidores do Município é prioritário, ao pagá-los é possível concluir que não haverá recursos para adimplir as despesas contratadas, nos últimos dois quadrimestres. Deste modo, entendo que o ex-Prefeito desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, tal irregularidade deve ser conjugada com o fato de que o Gestor, por mau planejamento teve que parcelar as obrigações patronais do Município para com a Previdência Municipal dos meses de julho à outubro.

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem como finalidade evitar os desmandos realizados com o erário público, desmandos estes noticiados corriqueiramente pela imprensa nacional.

Tomemos como exemplo o gasto realizado pela Prefeitura de Rosário (empenho 1203) com o fim de promover um evento futebolístico realizado no município. *A priori*, nada que desabone tal gasto. Nada se a Copa não levasse o prenome do Gestor. Sim, o campeonato de futebol foi intitulado de “ COPA ZENO”, uma homenagem do então Gestor para ele mesmo.

O art. 37, § 1º, estabelece que: "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, **dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos** "

Assim, fica evidente que a conduta do Gestor deve ser enquadrada no conceito de promoção pessoal.

Vale dizer, que além de ferir o dispositivo transcrito, o Ex- Prefeito feriu o princípio da impessoalidade trazido no "caput" do art. 37, da CF/88, uma vez que não é lícita a utilização do dinheiro público para satisfação de desejos pessoais.

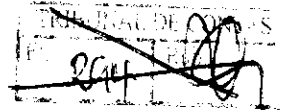
Adiante, a equipe de auditores relata que o Município de Rosário Oeste, gastou no exercício de 2008, o montante de R\$ 90.705,00 (noventa mil e setecentos e cinco reais) com o aluguel de dois veículos. Em sua defesa o Gestor aduz que a decisão quanto a conveniência da aquisição ou do aluguel dos veículos encontra-se dentro dos limites da discricionariedade administrativa.

Entretanto, o Gestor não deve confundir discricionariedade com arbitrariedade. Os dois veículos alugados possuem um valor de mercado de aproximadamente R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). Não há dúvida que a aquisição dos carros seria mais "razoável", além de representar o emprego mais eficiente do dinheiro público.

Nesta esteira, cito o renomado Celso Antônio Bandeira de Mello: "Com efeito, o fato de a lei conferir ao administrador certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu líbido, de seus humores, paixões pessoais..."

Diante disto, cumpre-nos questionar se o aluguel dos veículos era interessante para o ex-Prefeito ou para a coletividade? Por isso entendo que o princípio da impessoalidade e eficiência foram desrespeitados pela gestão do Sr. Zeno, o que, sem dúvida, enquadra-se na infração prevista pelo art. 75, III, da LC nº. 269/2007.

Quanto a suposta fragmentação dos procedimentos licitatórios acolho em parte os argumentos da defesa, pois a mera similaridade de objetos não se enquadra na vedação imposta pela Lei de Licitações (convites 19, 20 e 30). Concernente às despesas com aquisição de peças e lubrificantes para manutenção de máquinas, reitero o entendimento já exarado em outros julgados, de que tais despesas são imprevisíveis e que exigem a realização de licitação apenas quando há demanda.



007A

No entanto, o Gestor, no exercício de 2008, realizou despesas equivalentes à R\$ 250.777,22 (fls.108 TCE-MT), na aquisição de peças para veículos, sem realização de licitação, o que enseja a aplicação de multa por ofensa direta a Constituição Federal e à Lei de Licitações.

Referente ao processo de inexigibilidade de licitação para contratação da empresa Gestão Ltda., creio que a citada empresa preenche os requisitos exigidos pela Lei de Licitações (notória especialização), conforme documentação colacionada aos autos (fls. 515 a 609-TCE/MT).

Vale destacar, que o excesso de liberalidades do senhor Gestor, no exercício analisado, ofendem o bom senso, a eficiência e os demais postulados aplicados à Administração Pública. Como ocorreu no empréstimo de R\$ 1.820,00 (mil, oitocentos e vinte reais) (nota de empenho nº. 347/2008), à Sr. Wanderléia Auxiliadora Nunes, sem qualquer embasamento legal. Em sua defesa o Sr. Zeno José Andrade Gonçalves alega que *"a mesma encontrava-se em situação de precariedade, desse modo comovendo-nos com a situação..."*.

Novamente o Gestor tratou o dinheiro público como se privado fosse e o fez, segundo ele, imbuído das melhores intenções. Sem mencionar, que a Prefeitura não é uma empresa privada ou instituição financeira para prestar tais serviços.

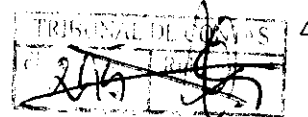
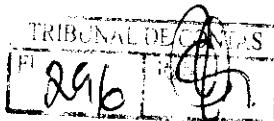
Deste modo, determino que o Gestor restitua aos cofres municipais o montante de R\$ 1.820,00 (mil, oitocentos e vinte reais), equivalente à 63,26 UPF's/MT.

Quanto ao pagamento de multas relativas a infrações de trânsito dos veículos (JYO 9297, JZI 5486, JYP 1393) no valor de R\$ 1.393,98 (mil, trezentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos), determino que cópia desta decisão seja encaminhada ao atual Gestor para que instaure processo administrativo para apurar a responsabilidade daqueles que cometeram as infrações de trânsito, na forma do Acórdão nº.815/2007.

A equipe técnica desta Corte em inspeção *"in loco"* constatou que a obra "Lago Iracema" estava paralisada. Desta feita, determino que o Tribunal de Contas da União seja comunicado sobre o fato, uma vez que se trata de obra custeada com recursos do Governo Federal.

As irregularidades descritas nos itens 9 e 10, do relatório, são objeto de representação de natureza externa protocolada sob o nº 3.643-9/2009, pelo que deixo para analisá-las com maior percuriência na ocasião em que julgar a citada representação.

No que se refere aos itens 18 e 19, determino que o atual Gestor, em respeito ao princípio da legalidade, movimente o legislativo no sentido de editar lei que regule a concessão de benefícios assistenciais às pessoas de baixa renda.



004

VOTO

ACOLHO o Parecer nº. 4.414/2009, do Procurador de Contas William de Almeida Brito Júnior, fls. 1264 a 1272 TCE-MT, e VOTO:

a) no sentido de julgar **IRREGULARES** as **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE**, sob a administração do Sr. **ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES**;

a) pela restituição, aos cofres do Município, do montante de R\$ 1.820,00 (mil, oitocentos e vinte reais), equivalente à 63,26 UPF's/MT, relativo a empréstimo sem embasamento legal à servidora Wanderléia Auxiliadora Nunes, no prazo de 30 dias;

b). pela aplicação de multa no valor correspondente a 20 (vinte) UPF's/MT, na forma dos art. 75, VIII e 77 da Lei Complementar nº. 269/2007 c/c art. 289, VIII, do RITCE/MT;

c) pela aplicação de multa no valor correspondente a 200 (duzentas) UPF's/MT, na forma dos arts. 75, III e 77 da Lei Complementar nº. 269/2007 c/c art. 289, III, do RITCE/MT

Determino ao atual Gestor (art. 22, § 2º da LC 269/2007) que:

- 1) adote as medidas recomendadas para o aperfeiçoamento do sistema de controle interno;
- 2) observe os prazos para o envio de documentos e informações a este Tribunal;
- 3) promova o sistemático planejamento de suas compras, evitando eventual fracionamento na aquisição de produtos de mesma natureza, possibilitando a utilização da correta modalidade de licitação, nos termos do art. 15, § 7º, da Lei nº 8.666/93;
- 4) que em respeito ao princípio da legalidade, movimente o legislativo no sentido de editar lei que regule a concessão de benefícios assistenciais às pessoas de baixa renda;
- 5) que instaure processo administrativo para apurar a responsabilidade daqueles que cometeram as infrações de trânsito que geraram despesas ao Município, na forma do Acórdão nº.815/2007.

Determino, ainda, que cópia desta decisão seja encaminhada ao atual Prefeito do Município de Rosário Oeste, bem como que cópia dos autos sejam encaminhadas ao Ministério Público Estadual, para conhecimento e adoção das providências legais cabíveis.

É o voto.

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 17 de agosto de 2009.

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI
Relator

QUINTA-FEIRA
4 DE JULHO 2002

JORNAL

Prefeito de Parobé extingue secretarias

Parobé - Mais da metade das secretarias municipais de Parobé serão extintas. Das 13 pastas atualmente existentes, restarão apenas cinco. As demais estão sendo transformadas em departamentos e anexas das remanescentes. Em contrapartida, foram criadas três supersecretarias: Infra-estrutura, Gestão e Controle e Desenvolvimento Econômico que, juntas, englobarão nove departamentos. A proposta, de autoria do Executivo, foi aprovada ontem pela manhã, durante sessão extraordinária da Câmara de Vereadores. O projeto também autoriza aumento dos salários dos cinco novos secretários em 47,44%. Os rendimentos, que eram de R\$ 2.116,00, passarão agora para R\$ 3.120,00.

O aumento dos salários dos secretários, justifica o prefeito Rosalvo Silveira (sem partido), foi motivado pela defasagem em relação a alguns municípios da região. Os salários mais altos, na sua avaliação, ajudam a manter qualificado o quadro dos titulares das pastas. "Os secretários são corresponsáveis pela administração, dedicando-se exclusivamente às funções que exercem", explica. O aumento, porém, é válido apenas para os titulares das novas pastas. Os diretores das divisões conti-

AS CINCO NOVAS SECRETARIAS E SUAS DIVISÕES E TITULARES

▼ Gestão e Controle (Jorge Bento de Souza), que incluirá:
Administração (ainda sem titular)

Finanças (Ademar Gherke)

▼ Infra-estrutura, que incluirá:

Planejamento e Urbanismo (ainda sem titular)

Obras (Rogério de Souza)

Transportes (Ricardo Juares dos Santos)

Habitação (Nelsy Gomes Vieira)

▼ Desenvolvimento Econômico, que englobará:

Agricultura (Estanislau Santos da Silva)

Indústria, Comércio e Turismo (Roberto Schlabit)

Meio Ambiente (Nelsi Lázaro)

▼ Educação, Cultura, Desporto e Lazer (Marla Helena Willers)

▼ Saúde e Assistência Social (Sella Kich)

Os rendimentos, que eram de R\$ 2.116,00, passarão a R\$ 3.120,00

nuarão ganhando R\$ 2.116,00.

A matéria foi aprovada por unanimidade, contando com apenas um voto contrário. A única secretaria que não sofreu alterações estruturais foi a da Saúde, que agora volta a ser comandada por Sella Kich. A pasta de Educação, que

recentemente passou a se chamar Educação, Cultura, Desporto e Lazer, continuará sob a coordenação de Marla Helena Willers. A secretaria da Gestão e Controle será comandada por Jorge Bento de Souza, que até então era responsável pela secretaria da Administração, e englobará duas divisões: Administração, que permanece sem titular, e Finanças, chefiada por Ademar Gherke.

A secretaria da Infra-estrutura, também sem titular, abrangerá

quatro divisões: Planejamento e Urbanismo (ainda sem titular), Obras (Rogério de Souza), Transportes (Ricardo Juares dos Santos) e Habitação (Nelsy Gomes Vieira). Já a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, também sem titular, englobará Agricultura (Estanislau Santos da Silva), Indústria, Comércio e Turismo (Roberto Schlabit) e o Meio Ambiente (Nelsi Lázaro). O ex-secretário da Saúde, Raul Weber, será, provavelmente, remanejado para uma das divisões ainda sem titular.

MUDANÇAS - A reestruturação das secretarias é uma das mudanças que Sil-

veira deu início logo após assumir a prefeitura de Parobé, no lugar de Irton Feller (PMDB), que se afastou para concorrer a deputado estadual. Uma de suas primeiras atitudes foi demitir 45 funcionários, a maioria cargos de confiança (CCs), que hoje ainda totalizam 188. Desde o dia 1.º de junho, está funcionando a central de compras, criada para analisar e, se necessário vetar, todos os pedidos solicitados pelas secretarias municipais. A partir do dia 20 de julho, todos os cerca 40 veículos leves que compõem a frota municipal serão guardados em um único local, para evitar que os servidores os utilizem para fins particulares. A locação do prédio, situado no entroncamento do acesso ao bairro Guarani com a Rua dos Trilhos, custará R\$ 1,5 mil por mês. "A redução de despesas com combustível e manutenção certamente irá compensar a medida", aposta.

Clube inicia temporada de piscinas 2003/2004

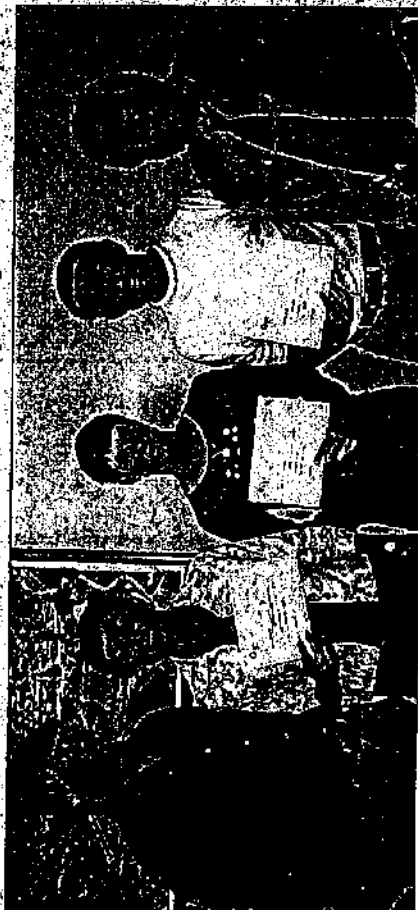
A Sociedade Centro do Resgate, através do Departamento de Piscinas, envia para todos os sócios e familiares uma mensagem de boas-vindas para a temporada 2003/2004, que acontecerá neste sábado, dia 15 de novembro. A partir deste dia, o clube estará disponível para atender a comunidade e demais interessados em adquirir ingressos para o período de piscinas. A temporada 2003/2004 terá início de 15 de novembro a 31 de março, sendo que a primeira semana de piscinas será de 15 de novembro a 21 de novembro. O ingresso custa R\$ 10,00 e pode ser adquirido no clube ou em qualquer ponto de venda autorizado. O ingresso é válido para o período de piscinas e não pode ser trocado por dinheiro. O ingresso deve ser usado no dia da piscina e não pode ser usado em outras datas. O ingresso é válido para o período de piscinas e não pode ser usado em outras datas. O ingresso é válido para o período de piscinas e não pode ser usado em outras datas.

Canudos do Vale

Equipe de Controle Interno encerra curso

Encerrou nesta semana, o Curso Intensivo de Controle Interno de 60 horas/aula, ministrado aos integrantes da equipe de Controle Interno da Prefeitura de Canudos do Vale, formada pelos funcionários: Gerson Schaeffer (Secretário da Agricultura), Marlete Zanoni (Tesorreira) e Rosalina Jacobs (Contadora). O curso foi ministrado por Jorge Ben-

to de Souza, Diretor da Empresa GE (Gestão Empresarial LTDA) de Taquara. Nas sessenta horas de curso foram abordados os seguintes assuntos: avaliação do Controle Interno, manual de funções, elaboração de normas internas, programa de trabalho (procedimentos de auditoria), papéis de trabalho, relatórios do Controle Interno, atas do



Entrega dos certificados: da esquerda para direita: Luiz Alberto Reginaldo (Prefeito Municipal), Rosalina Jacobs (Contadora), Marlete Zanoni (Tesorreira), Gerson Schaeffer (Secretário da Agricultura), Jorge Benito Souza (Diretor da Empresa Gestão Empresarial LTDA)

Controle Interno, distribuição de tarefas no Controle Interno, importância do Controle Interno na Administração Pública, assuntos gerais. O Sistema de Controle Interno visa a aferição e análise da ação da gestão governamental, e tem como objetivo reduzir os desperdícios nas operações, avaliar as metas alcançadas, assegurar a precisão e a confiabilidade nas informações internas, avaliar a eficiência e a economia nas operações e preservar os interesses da administração contra ilegalidades, erros e desvios na utilização dos recursos públicos. Em resumo, a equipe do Controle Interno tem a função de fiscalizar, apontar irregularidades e, ao mesmo tempo, dar sugestões para resolução dos problemas detectados, tornando-se um excelente serviço de apoio à Administração.

TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS

046

Prefeitos encerram atividades de 2003 da AMSERRA

Os prefeitos da região da Serra estiveram reunidos em Cambará do Sul nas comemorações dos quarenta anos do município no dia 05 de dezembro.

Jorge Bento de Souza, da empresa Gestão Empresarial Ltda, foi o convidado especial do encontro e dissertou a respeito de Controle Interno nas prefeituras, salientando que este tem a função de orientar as ações do Executivo, acatar denúncias dos cidadãos, emitir pareceres sobre contas prestadas e opinar nas prestações de contas exigidas em função do Legislativo, além da realização de treinamentos para os servidores municipais, avaliações dos relatórios de Gestão Fiscal e ainda na elaboração de informações técnicas. Segundo Bento de Souza, o Tribunal de Contas está exigindo a existência e o funcionamento do Controle Interno, com penalizações para os municípios que não estiverem cumprindo a exigência.

Participaram os prefeitos ou representantes dos mesmos dos municípios de Picada Café, Santa Maria do Herval, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Bom Jesus, Jaquirana e São José dos Ausentes, além de José Itamar, prefeito de Cambará, que presidiu o encontro.

Após a reunião, todos participaram de inaugurações de obras, em função do aniversário da cidade anfitriã. O almoço foi no restaurante Altos da Serra.

Luciana Zignatta



Jorge Bento Souza foi o convidado da última reunião da AMSERRA de 2003

Fogo de

Sérgio Gaudério Barbo

Final de semana comum
acontecendo em São Chico,
inscrições já confirmadas, re
onde estarão acesos os fogo:

CANEI

Acontece sempre uma
invernada campeira e artística
também dos diversos Piqui-
rodeio de São Chico. O Estr.
Hortênsias e muitos outros
estarão marcando sua presen-
ça por sinal, abrilhantando o gr.
lista do CTG Rodeio Serrano
patrão Arnaldo Tramontin,
Zanata, Adenirão, Felipa, Z.
outros amigos.

SÃO CH

O CTG Rodeio Serrano, com Pacheco à frente, estará recebendo o profissionalista no Parque Rural de nossa querida Balança, por ocasião do CRILOINTERESTADUAL, no final de semana. Muita gente indo, em contra partida, uma Rodeio Serrano trabalhando no evento. Quem quiser travar gauchismo puro bata com os São Chico, muita tradição gaúcha. Sucesso, patrão Agnel.

COORDENADOR

O atual coordenador J
grande atuação, estará pass
para a experiente tradiciona

Prefeito de Parobé contrata empresa para a transição

A transição de poder em Parobé neste ano está se configurando como uma das mais pacíficas da história do município. Para facilitar a passagem de dados e informações à sua sucessora, o prefeito João Rosalvo da Silveira contratou até uma empresa de consultoria, especializada em administração pública. O proprietário é o professor e contador Jorge Benito de Souza, que chegou a ser secretário de Gestão e Controle do próprio Rosalvo no início da administração que está encerrando.

Segundo explica o atual chefe do Executivo, a medida levou em conta a complexidade de informações que precisam ser repassadas em tempo à futura prefeita e sua equipe. "São muitos números sobre finanças, funcionalismo, patrimônio e outros dados", explicou João Rosalvo, que também levou



Geraldo Bohn

em conta o pouco tempo dos seus assessores para se dedicarem à transição. "Ainda existem muitas atividades referentes à nossa administração que precisam ser realizadas", justificou.

Até agora, já foram feitas várias reuniões entre João Rosalvo, Gláucia Kirsch, seus assessores e a empresa de consultoria, a última delas ocorrida na terça-feira passada. Os encontros, conforme o prefeito, têm sido muito produtivos e permitirão à sua sucessora iniciar os trabalhos em janeiro com pleno conhecimento da realidade da Prefeitura. "Vamos entregar a administração com todas as dívidas pagas e com número mínimo de cargos de confiança", assegurou.

Consultoria auxilia na passagem de informações sobre a situação da Prefeitura

TRF 1ª Instância
200 07

TRF 1ª Instância
200 07

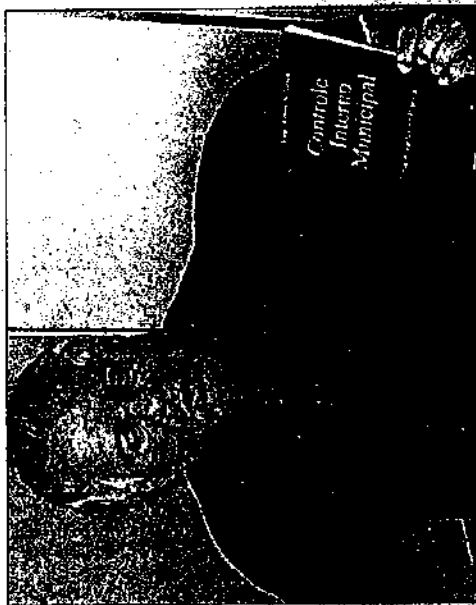
048

Consultor lança manual sobre controle interno de prefeituras

Controle Interno Municipal - Uma abordagem prática. Esse é o título do livro que Jorge Bento de Souza estará lançando no dia 11 de julho, durante o 40º Congresso da Artafam, em São Gabriel. O autor é contador, pós-graduado em Auditoria pela Ufrgs, mestre em Engenharia de Produção pela UFMS, professor titular das disciplinas de Auditoria I e II na Faccat e consultor interno de diversas prefeituras gaúchas.

A obra foi elaborada para servir de manual de consultoria constante para os membros do Controle Interno Municipal, no auxílio à resolução das dúvidas mais frequentes que surgem durante a execução dos trabalhos de campo. Jorge Bento da Silva atua há 22 anos na área de controle interno, sendo três deles especificamente na área de controle interno municipal.

Conforme o autor, a publicação de uma obra com orientações práticas se fazia necessária no Estado. "Esse é o primeiro livro prático que



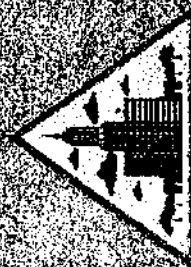
Jorge Bento de Souza: Controle Interno Municipal é destaque em livro que será lançado

necessidade que o pessoal do controle interno tinha no sentido de poder exercer melhor o seu trabalho", enfatiza Jorge.

No livro, os responsáveis por desempenhar essa função nos municípios vão encontrar exemplos práticos de como proceder em diferentes situações. No trabalho é exposto com clareza, tanto para administradores quanto integrantes do Sistema de Controle Interno e os demais membros da administração municipal, o verdadeiro sentido do controle interno. O livro poderá ser adquirido diretamente com

Garantia de excelência do controle interno

- ✓ Elaboração, revisão e atualização de plano de trabalho
- ✓ Acompanhamento das atividades de controle interno, mantendo-se sempre atualizado sobre os recursos humanos, financeiros e materiais
- ✓ Elaboração de normas e procedimentos
- ✓ Orientação técnica e consultoria aos municípios, Estados e Municípios
- ✓ Orientação das instituições de ensino e pesquisa
- ✓ Orientação técnica e consultoria aos municípios, Estados e Municípios
- ✓ Orientação técnica e consultoria aos municípios, Estados e Municípios
- ✓ Orientação técnica e consultoria aos municípios, Estados e Municípios
- ✓ Orientação técnica e consultoria aos municípios, Estados e Municípios
- ✓ Orientação técnica e consultoria aos municípios, Estados e Municípios



GESTÃO

Treinamento aberto realizado para mais de 400 servidores membros do controle interno

Trabalho em grupo baseado na atenção permanente

Acompanhamento, avaliação e climatização das tarefas de rotina

Gestão Total

Uma Empresa do Serviço de Administração Pública
Consultoria Administrativa, Jurídica e Financeira
Auditoria e Treinamento na Gestão Pública

TRIBUNAL DE CONTAS
301

TRIBUNAL DE CONTAS

0158

0164

Campos de Júlio

Bandeiras na prefeitura

MUNICÍPIO

SERVIÇOS ON-LINE

Atendimento ao cidadão, consultas de processos administrativos e outros

PREGÃO ELETRÔNICO

Direitos

Exercício seus direitos e saiba mais sobre seus direitos, informações e dúvidas.

FALE COM O PREFEITO

Contato direto entre você e o prefeito, exponha suas ideias e críticas

Veja seus e-mails

Acesso para reportagens públicas municipais

Plano Diretor

Município

Mais Notícias

Secretário de Finanças Participou do Curso de Controle Interno

Em: 6/3/2007-10:9Hr
Por: Prof. Deloir de Moraes
Fonte: Ass. de Comunicação

Findando uma agenda iniciada em janeiro, a qual tinha por objetivo englobar todo o estado de Mato Grosso através de seus pólos regionais, a Asplan – Assessoria, Auditoria e Planejamento promoveu neste início de



Secretário de Finanças Valmir José Cavalheiro

março (01 e 02) em Cáceres o Curso de Controle Interno "Uma abordagem Eminentemente Prática".

De Campos de Júlio participaram o Secretário Municipal de Finanças Sr. Valmir José Cavalheiro e o Técnico Contábil Marcos Fernandes. Os quais assistiram a palestras voltadas à importância do Controle Interno, Procedimentos de Auditoria, Normas Internas e Relatórios de Controle Interno.

Os palestrantes; Profº Mestre em Contabilidade Jorge Bento de Souza e o Advogado e Administrador Moacyr Araújo Nunes explicaram que essa temática segue às exigências da Lei Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como premissas básicas.

O Secretário municipal de Finanças Valmir José Cavalheiro disse que embora essa tarefa já venha sendo realizada, haja vista a ampliação do Sistema de Licitação no início desta Gestão Administrativa, a partir de agora o setor será totalmente reformulado, "todos os seguimentos da Administração estarão vinculados ao Setor de Controle Interno, facilitando dessa forma o exercício do Executivo Municipal," concluiu Valmir

SERVIÇOS

- ▶ Censo Agropecuário
- ▶ Consulta Protocolo
- ▶ Leis Municipais
- ▶ Decretos Municipais
- ▶ Portarias Municipais
- ▶ Contas Públicas
- ▶ Licitações

Projetos SEDUC

SOCIAL

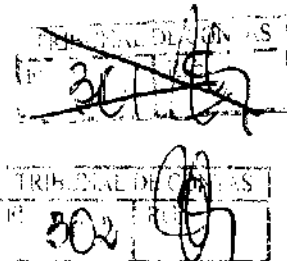
Secretaria de Ação Social



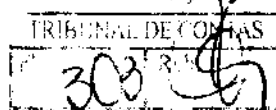
EVENTOS

Festival da canção

Baile da Miss



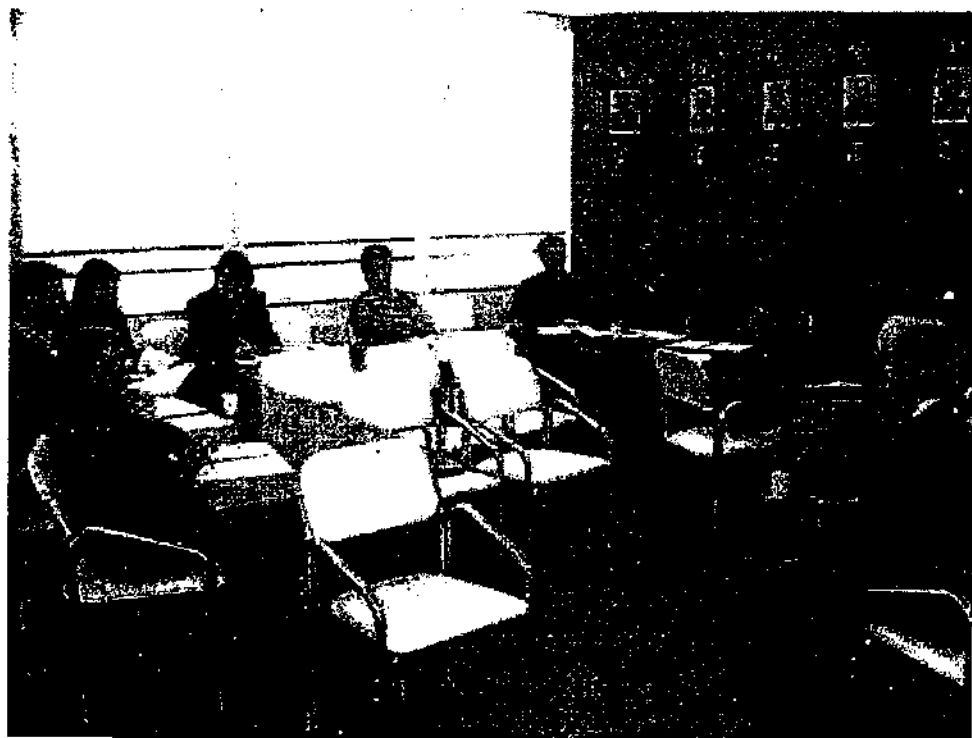
alta



Sapucaia do Sul

Atitude, vontade e olhos no futuro

principal agenda secretarias legislação histórico estatísticas fale conosco



Funcionários participam de Curso de Qualidade no Atendimento do Serviço Público



A prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul promoveu, entre os dias 6 e 7, um curso de Qualidade no Atendimento do Serviço Público. O curso, organizado pela Secretaria de Administração, foi realizado no auditório do prédio da Administração Municipal. A empresa Gestão Ltda. foi a responsável pelos conteúdos do curso, através dos palestrantes Laerte de Souza Oliveira, filósofo, teólogo e especialista em Relações Humanas, e Jorge Bento de Souza, contador, pós-graduado em Auditoria pela UFRGS. A Gestão é especialista no desenvolvimento de planos de gestão para prefeitura municipal, assessoramento no controle interno e treinamento de pessoal.

Todas as secretarias do município de Sapucaia do Sul tiveram funcionários participando do curso. A Secretaria da Administração é a que contou com maior número de representantes, 21 no total. "Nosso objetivo é fazer com que o funcionário faça uma reflexão sobre qualidade no atendimento ao público, seja ele interno ou externo. Uma das metas da administração é implantar um programa de Qualidade Total, por isso o funcionário deve estar bem informado", explicou o secretário de Administração, Cilon Paim Boeira.

Segundo ele, os funcionários devem estar cientes da necessidade da qualidade para facilitar a implantação do programa, o que deve ocorrer no próximo ano. "O curso é conscientizador, levanta o astral e auto-estima do servidor, além de reforçar a importância do bom atendimento ao cliente. O curso também é rico em exemplos, os palestrantes mostraram situações que ocorrem em outros municípios", disse a advogada e funcionária da Secretaria Especial de Governo (SMEG), Zelaine da Silva. De acordo com ela, o curso também deu importância aos princípios que regem a conduta do servidor público, como a honestidade, por exemplo.

Rafael Peruzzo - (51) 9288-8061

17/10/2005

na, o senador avançou
omariam 30 mil hecta-
uma que seja o propri-
o, o caso pode envolver
emprestado os nomes
ção da propriedade

VENCE VA MUL-



ME CAMPOS

estabelecimentos, obras ou
serviços potencialmente
poluidores, sem licença ou
autorização dos órgãos
ambientais competentes, ou
contrariando as normas le-
gais e regulamentares perti-
nentes).

AMM e Atame promovem palestra sobre Controle Interno em Cuiabá



**FACHADA DA AMM - ASSOCIAÇÃO
MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS**

Prefeitos de várias regiões do Estado participaram no último dia 26/09, da palestra "A importância do Controle Interno na Administração Pública" com o consultor e mestre em engenharia de produção, Jorge Bento de Souza.

O professor veio a Cuiabá a convite da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM e da Atame Assessoria, Consultoria e Planejamento, especialmente para proferir a palestra. Segundo Jorge, em respeito à Constituição Brasileira e à Lei de Responsabilidade Fiscal, gestores de todo país precisam obrigatoriamente implantar o Controle Interno nas prefeituras. "O primeiro passo é criar a Lei do Controle Interno Municipal. Após a criação o segundo passo é a normatização de regras", afirma.

De acordo com o professor, a principal dificuldade encontrada hoje pelos prefeitos para a implantação do Controle Interno nas prefeituras é a falta de pessoas capacitadas para auditoria. Jorge afirma que apenas um curso universitário no país traz na grade curricular a matéria auditoria interna. "O único profissional habilitado para realizar a auditoria é o contador que durante o curso de Ciências Contábeis estuda auditoria durante um semestre", garante.

Por isso, segundo ele, depois da criação da Lei, que institui o controle interno no município, é preciso formar uma equipe de profissionais capazes e preparados para realizar o trabalho.

Aressocialização em pauta

ERIVALDO LIMA
Jornalista e bacharel em Direito

A recente inauguração de novas unidades dentro do Complexo Pomeri, em Cuiabá, mostra que o Governo do Estado vem investindo na humanização.

Além dos novos prédios que vão abrigar novas alas para adolescentes masculinos, o Pomeri também vai poder contar com instalações que abrigarão um ambulatório de saúde e, principalmente, cursos na área da informatização a serem ministrados pelo Ceptotec.

Todas essas novas ações no Pomeri resultarão na ressocialização dos adolescentes daquele complexo, que já foi alvo de muitas críticas por parte da imprensa e da sociedade mato-grossense.

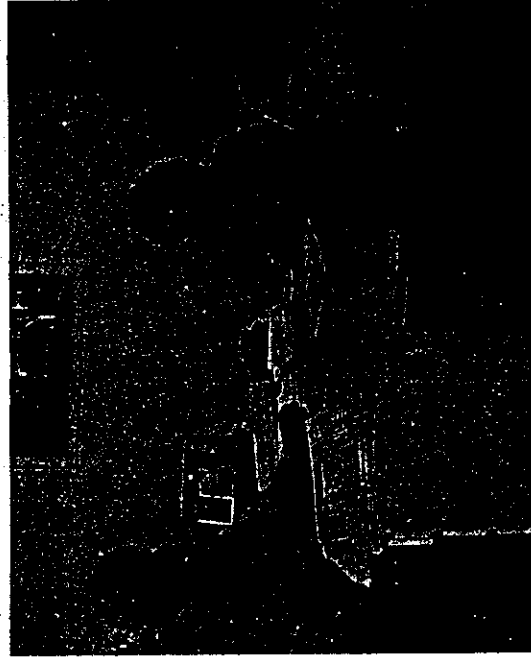
Essa temática 'ressocialização' tem sido pauta de exortação do meio jurídico e porquanto da sociedade brasileira. Isto porque, a prisão do ser humano, quando este comete um ilícito penal, nunca foi visto, tanto pela sociedade e principalmente por juristas notórios, como a solução para coibir com a escalada da violência.

ROSÁRIO OESTE

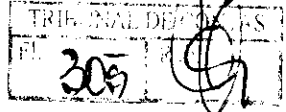
Implantação do Sistema de Controle Interno

Rosário Oeste - Na última semana, esteve na sede da Prefeitura Municipal para conversar com o Prefeito Zeno e demais integrantes da Administração, principalmente do Setor de Finanças, O Professor Jorge, da Empresa Gestão do Rio Grande do Sul que esta fazendo, desde julho, parceria com a ATAME.

Ao falar com o OEM, o Professor Jorge afirmou que a Empresa Gestão é especializada no Rio Grande do Sul, nos trabalhos de implantação do Sistema de Controle Interno das Prefeituras, estando atualmente dando assistência de forma permanente a 40 municípios. "Já montamos perto de 80 programas



Na foto, o Professor Jorge, Sec. de Finanças Dona Arminda e Eliane Berço semana). "Estamos conversando regulamentado pela Lei de com os prefeitos de vários Responsabilidade Fiscal a partir



012/07

Conforme a Lei: Município implanta Controle Interno da Prefeitura de Figueirópolis



Em parceria com o Grupo Atame, a Empresa Gestão de Taquara, Rio Grande do Sul iniciou a implantação do Controle Interno da Prefeitura de Figueirópolis D'Oeste conforme exigências de Resolução do Tribunal de Contas do Estado. As instruções estão sendo ministradas pelo consultor, o professor Jorge Bento de Souza aos servidores públicos municipais.

"Essa reunião feita com secretários e principais chefes de departamento se objetivou em mostrar para eles a importância do controle interno", disse ao destacar que é um órgão de permanente orientação para evitar aborrecimentos juntos ao Ministério Público. As reuniões serão realizadas mensalmente, sendo uma reunião a ser realizada no município e outro em Cuiabá.

O Prefeito Layr Mota destacou como de fundamental importância a contratação da empresa para implantação do Controle Interno da Prefeitura Municipal conforme determina a Lei. Ele observou ainda a importância das explicações, principalmente para que todos os secretários tenham conhecimento e controle sobre receitas e despesas de suas secretarias.

Cinco mil litros de leite e pão distribuídos para população na Semana Santa

A Secretaria Municipal de Ação Social, coordenada pela Primeira Dama e Secretária de Ação Social em parceria com os Produtores e colaboração das demais secretarias promoveu na Semana Santa a distribuição do Leite e Pão Santo. Foram distribuídos, de porta em porta, aproximadamente 5.000 (cinco mil) litros de leite in natura.

Esta é uma ação que se perpetua e aumenta a cada ano. A população entende a característica e sentimento de humanidade e buscam a cada ano participarem com maior ênfase e dedicação. O casal Layr Mota e Vera Lúcia, frisou a satisfação em ser município exemplo na promoção desta ação. "É muito bom sentir o envolvimento do povo pela

causa, pois este é um período em que a população está com os sentimentos voltados para a entrega e a oração", afirmou o prefeito ao destacar a importância de aproveitar a data para compartilhar o que temos.

O Prefeito Layr Mota e a 1ª Dama Vera Lúcia agradece a todos que contribuíram e aqueles que voluntariamente ajudaram na campanha.

Número reduzido de casos de Dengue notificados este ano em Araputanga

Município Implanta Sistema de Controle Interno



Marilza Larranhagas

A Implantação do Sistema de Controle Interno visa atender exigências da Constituição Federal e do Tribunal de Contas do Estado - TCE, que determina a normatização dos procedimentos do Controle Interno até 31/12/2011. Em Araputanga o Sistema

de Controle Interno foi instituído através da Lei Municipal n.º 784/2007. O Controle Interno Municipal é uma unidade com status de secretaria, ligada ao gabinete do prefeito, locada por um servidor de carreira para desempenhar a função de controlador interno. Tem

como objetivo avaliar e controlar as ações do governo municipal, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência e a eficácia da Administração Direta, Indireta e Funcional, propondo

medidas corretivas para fazer e cumprir as normas técnicas, administrativas e legais em vigor.

A pedido da atual administração foi realizada uma palestra no dia 19 deste mês, que teve como objetivo a disseminação da importância do Controle Interno na Administração Pública, onde participaram os Secretários Municipais, Vereadores e Representantes das diversas secretarias. A palestra foi proferida pelo consultor da empresa Gestão, o Prof. Ms. Jorge Benito de Souza que já implantou e presta consultoria nesta área em vários municípios dos Estados de RS e MT.

De acordo com o professor, as atribuições do controle interno, devem ser de caráter permanente, e deverão orientar todos os setores operacionais do município através de emissão de Normas, acompanhar o dia a dia nas unidades

des setoriais, alertando os responsáveis sobre possíveis problemas. O Controle Interno apresentará relatórios de verificações e recomendações sugeridas para sanar os erros, evitando assim danos irreversíveis causados pelos atos administrativos.

Entre as etapas de implantação e operacionalização do controle interno, já foram realizadas diversas ações, entre elas estão, a criação da Lei Municipal do Sistema do Controle Interno, a nomeação do servidor Flávio Rodrigues Massoni, que desempenha a função de controlador interno e palestra explicativa sobre o assunto. Para o segundo trimestre de 2008, está prevista a visita a todas as Secretarias Municipais, emissão das Normas sobre o Patrimônio, Almoço, Almoço, abastecimento da Frota, e treinamento de atividades de auditoria.

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp that reads 'TRIBUNAL DE CONTAS'.



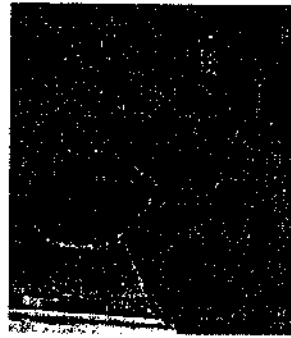
Corumbá - MT, Terça, 15 de Janeiro de 2008
Nós trabalhamos pelo Progresso de Mato Grosso

GERAIS

enviar | imprimir | voltar

Qualidade no Serviço Público

14/01/2008 - 14:56



Durante essa semana entrevistamos o Prof. Jorge Bento de Souza, um dos palestrantes que ministrará o curso de Qualidade no Atendimento do Serviço Público no próximo dia 24 de Janeiro em Corumbá.

OEM - Professor, qual é a entidade responsável por este curso?

Jorge Bento - Esta é uma iniciativa da Atame com a parceria da Gestão, como já vem ocorrendo na assessoria da implantação do Controle Interno nos municípios do Mato Grosso.

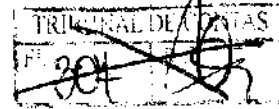
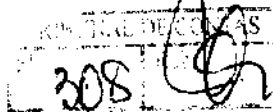
OEM - Como o Senhor sintetizaria os objetivos desta palestra?

Jorge Bento - O principal objetivo é mostrar os caminhos e as técnicas para buscar a melhoria da qualidade no serviço público. Outro objetivo é conscientizar os administradores sobre a necessidade de eficiência na Gestão Pública. A imagem da instituição pública é refletida através da qualidade do serviço recebido pela população.

OEM - Como o Senhor compara a qualidade dos serviços privados com a dos serviços públicos?

Jorge Bento - Na atividade privada, a qualidade é o principal item do fator competitivo. Quem não recebe bons serviços, automaticamente descarta o fornecedor. Ao passo que na atividade pública, não existe competição. O cidadão que depende dos serviços públicos não tem alternativas. Ele tem que absorver aquilo que lhe é oferecido.

OEM - E o Senhor acha que é possível mudar essa situação?



2008

Jorge Bento - Com certeza. Só depende da conscientização e da mudança de atitude por parte do servidor público.

OEM - Isto não seria uma utopia, um sonho irreal?

Jorge Bento - Não. Isto é possível, e sem nenhum milagre ou passe de mágica.

OEM - De que forma?

Jorge Bento - Basta que o servidor público exerça a empatia. Ou seja, coloque-se no lugar do cidadão que está solicitando o serviço. Ele tem que conscientizar-se de como ele gostaria de receber o serviço público, se ele fosse o usuário.

OEM - Qual a experiência do Senhor nesse tipo de treinamento?

Jorge Bento - Nós já palestramos eu e meu colega, Prof. Laerte, especialista em Relações Humanas, para mais de 3 mil servidores públicos nos estados do RS e SC.

OEM - É possível medir os resultados após essa palestra?

Jorge Bento - Sim, é notória a mudança que se percebe na atitude do servidor após o nosso encontro.

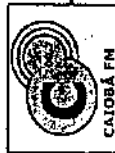
OEM - O Senhor gostaria de deixar alguma mensagem para os administradores públicos do MT?

Jorge Bento - Sim, "A qualidade do servidor público, reflete a conscientização do administrador como responsável pelo mandato que lhe foi atribuído pela escolha voluntária do povo". O homem público, deve conduzir as suas atitudes e concentrar as suas energias em busca do bem comum.

OEM - Para finalizar a entrevista, o Senhor tem mais alguma observação importante a fazer?

Jorge Bento - Tenho. Nós esperamos a casa cheia no dia 24 de Janeiro, na sede da Atame, porque acreditamos muito na competência do Administrador Público Matogrossense.

* O Professor Jorge Bento é Contador, Especialista em Auditoria, Mestre em Engenharia de Produção, com ênfase em Qualidade e Produtividade. É Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Gestão Pública na Universidade Cândido Mendes - RJ, e na Universidade Regional da Campanha - RS. É também Sócio e Diretor responsável da empresa Gestao Ltda.



18 • Vila Lângaro, abril de 2009

Curso sobre Controle Interno

O Executivo de Vila Lângaro oportunizou, no dia 16/04, aos servidores municipais um importante curso com o professor Jorge Bento de Souza que abordou a temática: "A importância do Controle Interno: O Controle Interno Municipal; Ferramentas de Organização; Ferramentas de Controle; Orientação Preventiva; Otimização de Recursos e Eficiência do Controle Interno". O evento foi realizado no Ginásio Municipal de Esportes e contou com a presença de participantes dos municípios de Água Santa, Barracão, Coxilha, Ibiacá, São João da Urugua e Severiano de Almeida.



Secretarias de Educação reuniram-se em Sananduva

No último dia 16 de março, a Secretária Municipal de Educação de Vila Lângaro, professora Sidelí Regina Cechetti Girardi, participou da reunião dos secretários de Educação, na Casa de Cultura de Sananduva, onde estiveram presentes representantes de mais 15 municípios pertencentes a AMUNOR (Associação dos Municípios do Nordeste Rio-grandense). Neste encontro foi debatido sobre os projetos referentes à educação para o ano de 2009.

Trupe Teatral Fora de Sério fez apresentação em Vila Lângaro

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura trouxe a Vila Lângaro a Trupe Teatral Fora de Sério.

NOTÍCIAS VILA LÂNGARO

Prefeito Moisés faz visitas a rádios da região

O prefeito Moisés Dametto, realizou visitas, durante o mês de março, em algumas emissoras de rádio da região, onde também concedeu entrevista nos seguintes dias:

No dia 10/03, às 9h na Rádio Urupuru, programa "Repórter do Povo", com o JG;

No dia 12/03, às 7h30min na Rádio Sideral, programa "Olho Vivo", com o Antonio Anselmo da Silva e às 9h30min na Rádio Planalto AM, programa "Na Ordem do Dia - 2ª edição", com João Alair da Silva;

No dia 16/03, às 9h30min na Rádio Sananduva AM, programa "Manhã Total", com João Festugatto;

No dia 25/03, às 7h30min na Rádio Caioabá, programa "Sintonia Alternativa", com Paula Seben Bertoldo e comentaristas de Bonifácio Seben.

O prefeito Moisés anunciou dentre os assuntos em questionamento à construção de mais 40 unidades habitacionais, programa este em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul; falou da restauração do acesso asfáltico do município até a RS 463; ampliação da Unidade Central de Saúde; conclusão do Complexo Esportivo; incentivo às indústrias; dos preparativos para a 1ª Expo Vila Lângaro, que será realizada em 2010 dentro da programação do 15º aniversário do município; do Telecentro, que em breve estará aberto à população e da entrega que será realizada nos próximos dias de uma Van para transporte de pacientes, veículo este que conta com recursos de uma emenda do deputado Luciano Azevedo e um carro para a Secretaria de Saúde, além de um mini-carregador para trabalho de limpeza de aviários para a Secretaria da Agricultura. O prefeito destacou o pedido feito junto ao governo do Estado que se refere à doação de uma ambulância da SAMU - 192, para que a mesma venha atender 10 municípios da região, sendo eles: Vila Lângaro, Tapejara, Sertão, Coxilha, Água Santa, Santa Cecília do Sul, Ibiacá, Sananduva, Charquia e Mato Castelhano.



Entrevista Rádio Urupuru



Entrevista Rádio Sideral



Entrevista Rádio Sananduva



Entrevista Rádio Planalto



anota

TRIB. JUD. DE RS
309

TRIB. JUD. DE RS
308

258

Junho de 2009 - Numero 59 - Tapejara/RS - Ano 5 - Valor: R\$ 7,00

Revista Comunicação

Tapejara – cidade em franca expansão

Reunião mensal da AMUNOR realizada em Machadinho

Aconteceu no dia 28/05, na Câmara Municipal de Vereadores de Machadinho, a reunião mensal da AMUNOR. Pela parte da manhã o gerente regional Lirio Antonio Zarichta do escritório regional da Emater/RS ASCAR de Erechim, explanou sobre o Programa de Irrigação, dando ênfase aos assuntos relacionados a microaçudes e cisternas. Houve ainda a prestação de contas 2008 da AMUNOR. Esteve presente ao evento, o líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa, deputado estadual Gilberto Capoani, que destacou seu trabalho, principalmente as emendas encaminhadas para a construção asfáltica nas vias aos municípios que não tem asfalto, bem como o recapeamento e melhoramento nos já existentes. Participou também o secretário estadual de Habitação,

Saneamento e Desenvolvimento Urbano, Marco Alba, que falou sobre sua secretaria, enfatizando o projeto moradia e as perfurações de poços artesianos, que requerem um destaque todo especial, devido à longa estiagem ocorrida nos últimos meses. À tarde teve palestra com o professor Jorge Bento de Souza, especialista em Controle Interno, assessorado por Alexandre Wohlgemuth de Souza, ambos da empresa Gestão Ltda de Taquara, RS, onde ilustraram sobre a atuação da empresa que trabalha a serviço das administrações públicas, dando assessoria, treinamentos com cursos, seminários e palestras, destacando os temas: Controle Interno, Normas Internas, Encerramento do Exercício, Qualidade no Atendimento do Serviço Público e Almoxarifado. A assembleia terminou com a participação

do secretário de estado da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), deputado estadual Márcio Biolchi que em sua pauta relatou sobre a pertinência de sua secretaria, dentre outras colocações, destacou: o programa estruturante Mais trabalho, Mais Futuro; incentivo do FUNDOPEM/RS; Redes de Cooperação, um programa de sucesso e (APL) Arranjos Produtivos Locais.

Reunião mensal da AMUNOR - 28/05/09 - Deputado Estadual Gilberto Capoani; Secretário Estadual de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, Marco Alba; Secretário de estado da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), deputado estadual Márcio Biolchi; Professor Jorge Bento de Souza, especialista em Controle Interno; gerente regional Lirio Antonio Zarichta do escritório regional da Emater/RS ASCAR de Erechim





BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JORGE BENTO DE SOUZA

FILHO DE ZÉLIA IGNÁCIA DE SOUZA, NASCIDA A 17 DE SETEMBRO DE 1947, NATURAL DO RIO GRANDE DO SUL.

E OUTORGA-LHE O PRESENTE DIPLOMA, A FIM DE QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS DIREITOS E PRERROGATIVAS LEGAIS.

PORTO ALEGRE.

DE

M. ALCO

2

1980

DIRECTOR

DIPLOMA DO

TABELIONATO TAQUÍGRA . Nº

SECRETÁRIO

~~04-2000-01~~

[illegible]

11-2-11
 Rosane da Silva
 Odeia, 23 de Novembro de 2011
 Oficialmente Autorizada
 Oficialmente Autorizada
 Oficialmente Autorizada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO




CERTIFICADO

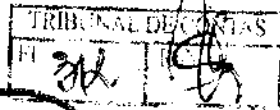
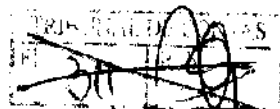
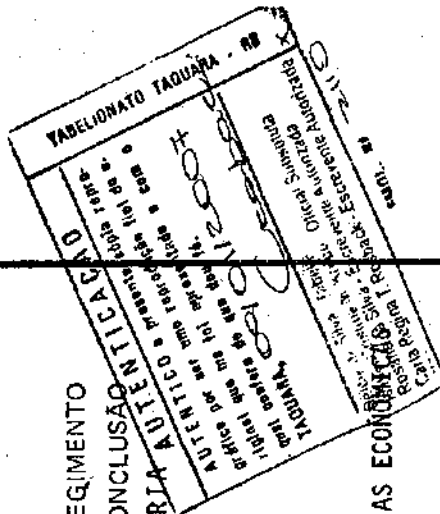
CONFERIMOS A JORGE BENTO DE SOUZA

DE ACORDO COM O REGIMENTO
GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, O PRESENTE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO
DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE - AUDITORIA AUTENTICAÇÃO

PROMOVIDO PELO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NO PERÍODO DE MAIO DE 1986 A AGOSTO DE 1987
NUM TOTAL DE TREZENTAS E SESENTA (360) HORAS/AULA.


PROFESSOR, em exercício
ROBERTO GIUGLIANI

PORTO ALEGRE, 19 DE DEZEMBRO DE 1988.

COORDENADOR
RUDOLF ORNSTEIN



264



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

(Reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação - Parecer n. 930/98)

O Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (RS) no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto da Universidade confere a

JORGE BENTO DE SOUZA

brasileiro, natural de Porto Alegre (RS), nascido a 17 de setembro de 1947, portador da Cédula de Identidade n. 1004265193; expedida pela (o) Secretaria de Segurança Pública (RS), o Título de

MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Área de Concentração em : Qualidade e Produtividade.

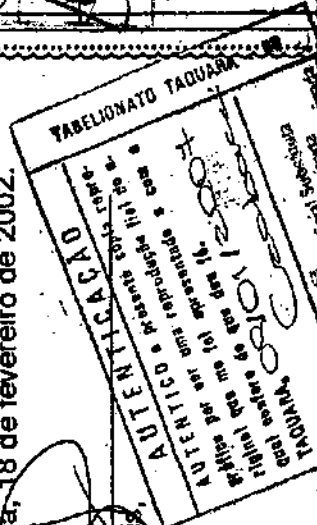
por haver satisfeito as exigências do Regimento do Curso de Pós-Graduação em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, e para que possa gozar de todos os direitos concedidos pelas leis da República a este Título, manda expedir o presente diploma que é assinado pelo Reitor da UFSM, pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa e pelo Titulado.

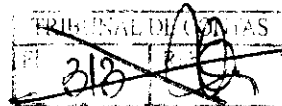
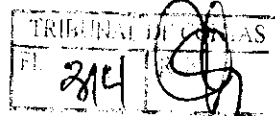
mls
Maria Isabel Pinheiro Lopes,
Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa.

Santa Maria, 18 de fevereiro de 2002.

Paulo Jorge Santos
Paulo Jorge Santos,
Reitor/UFSM.

Jorge Bento de Souza
Titulado





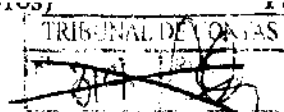
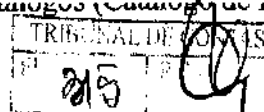
ATESTADO

Atestamos, para os devidos fins, que **JORGE BENTO DE SOUZA** leciona, nesta Instituição de Ensino Superior, as disciplinas de Auditoria I e Auditoria II desde agosto de mil novecentos e oitenta e sete e as disciplinas de Análise e Interpretação das Demonstrações Financeiras e de Orçamento Empresarial desde março de mil novecentos e oitenta e oito.

Igualmente atestamos que o Professor Jorge Bento é orientador e avaliador de Trabalhos de Conclusão desde mil novecentos e oitenta e sete participando das Bancas de Examinadores constituídas com a finalidade de arguir os referidos Trabalhos.

Taquara, 03 de maio de 1999.


Ana Cládis Brussius
Secretária



02/08/06



Fundação Biblioteca Nacional

Catálogos online

Catálogo: Catálogo de Livros (Pop: 421483)

Índice: Autores - Pessoas

Busca: souza, jorge bento de*

souza, jorge bento de*

Resultado 1 de 1 encontrados em 0.500 segundos

Nova Busca

<<

<

>

>>

|

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

Ficha

Marc

Lista

Índices

Avançada

Análise

1/1



Entrada: Souza, Jorge Bento de, 1947-

Título / Barra de Controle interno municipal : uma abordagem prática / Jorge Bento de autoria: Souza. -

Imprensa: Porto Alegre : Evangraf, 2006.

Descrição física: 158p. : il. ; 23cm.

Notas: Bibliografia: p. 157-158.
BNB 04/06

ISBN: B577270262 (broch.)

Localização: EM PROCESSAMENTO

Sigla do Acervo: DRG

Nova Busca

<<

<

>

>>

|

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

>

Ficha

Marc

Lista

Índices

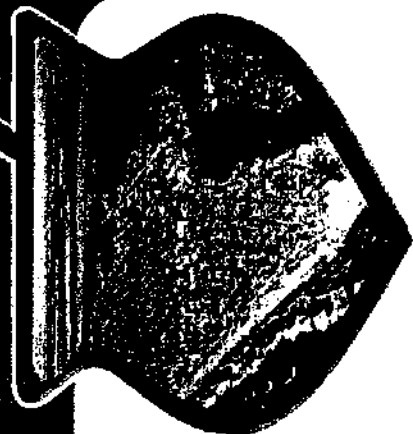
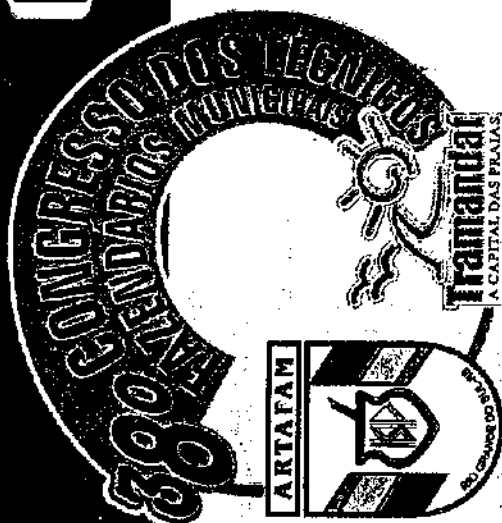
Avançada

Análise

Generated by POTIRON OrtoDocs® 2003 [3985218 threads at 0 ms. Build 417]

TAR

CERTIFICADO



Certificamos que

Jorge Bento de Souza

participou do 38º Congresso da Associação Rio-Grandense de Técnicos em Administração
Fazendária Municipal - ARTAFAM, realizado na Cidade de Tramandaí - RS, no período de
12 a 16 de Julho de 2004, com a frequência de 21 horas.

Tramandaí, 16 de julho de 2004.

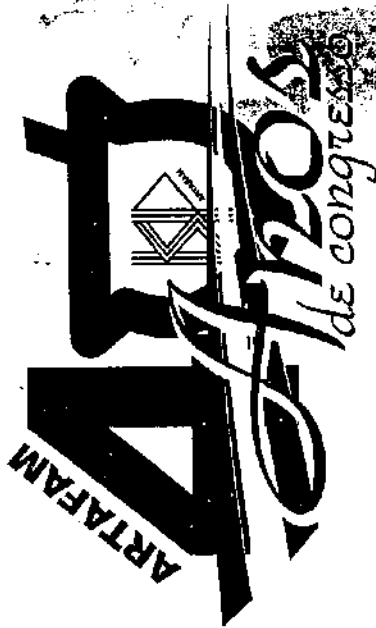


Edegar Munari Rapach
Edegar Munari Rapach
Prefeito Municipal de Tramandaí

Júlio André Delgado de Souza
Júlio André Delgado de Souza
Presidente da ARTAFAM



0104




Certificamos que

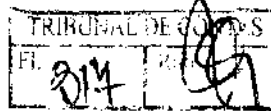
Jorge Bento de Souza

participou do 40º Congresso da Associação Rio-Grandense de Técnicos em Administração Fazendária Municipal - ARTAFAM, realizado na Cidade de São Gabriel - RS, no período de 10 a 14 de Julho de 2006, com a frequência de 14 horas.

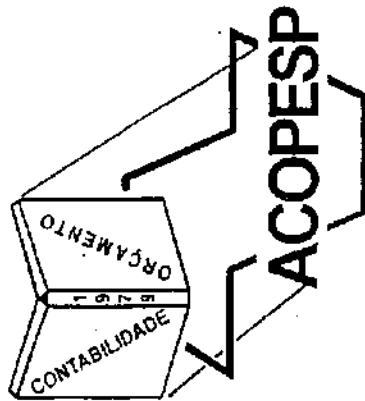
São Gabriel, 14 de julho de 2006.


Júlio André Delgado de Souza
Júlio André Delgado de Souza
Presidente da ARTAFAM


Baltazar Balbo Teixeira
Baltazar Balbo Teixeira
Prefeito Municipal de São Gabriel



0314



A ACOPEP - Associação dos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo certifica que o

Prof. Jorge Bento de Souza

ministrou a palestra sobre A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, no dia 9 de Novembro de 2006, no
XXVII CONGRESSO DE TÉCNICOS CONTABILISTAS E ORÇAMENTISTAS
PÚBLICOS, realizado na cidade de Caraguatatuba/SP

São Paulo, 9 de Novembro de 2006


Moacyr de Araújo Nunes
PRESIDENTE

TRIBUNAL DE CONTAS
318

TRIBUNAL DE CONTAS
318

3229



Assessoria, Auditoria
Consultoria e Planejamento

Certificado

RONAN DE OLIVEIRA SOUZA

Certificamos que **JORGE BENTO DE SOUZA - PALESTRANTE**

participou do CURSO DE CONTRÔLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2007, com carga horária de dezesseis horas.

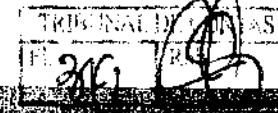
Barra do Garças, 03 de fevereiro de 2007.

RONAN DE OLIVEIRA SOUZA
Assessoria, Auditoria
Consultoria e Planejamento

RONAN DE OLIVEIRA SOUZA

MOACYR DE ARAÚJO NUNES
Professor

JORGE BENTO DE SOUZA
Professor



Cuiabá, 30 de julho de 2007.

CERTICADO

Certificamos para os devidos fins, que Jorge Bento de Souza, portador da cédula de identidade de nº. 1004265193 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 100.096.980-00, ministrou aula no curso de Pós-Graduação "latu sensu" em Controladoria Governamental, turma I de 2007 na Disciplina O Controle na Constituição Federal, nos dias 13 e 14 de junho do corrente ano, para a Universidade Cândido Mendes, sob a Coordenação Administrativa da ATAME- Pós-Graduação e Cursos.

Por ser expressão de verdade firmamos o presente certificado.


Paulo Cezar Rebuli
Coordenador Administrativo

Certificado

ATAME

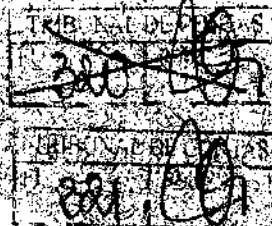
ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA

Certificamos que PALESTRANTE JORGE BENTO DE SOUZA

participou do(a) CURSO "TAPÉIS DE TRABALHO E RELATÓRIO DE AUDITORIA"

com duração de 12 H/A horas realizado em CULABA - MT

período de 23 E 24 DE AGOSTO DE 2007



ATAME
Mário Almeida Faccin
Diretor

Instructor

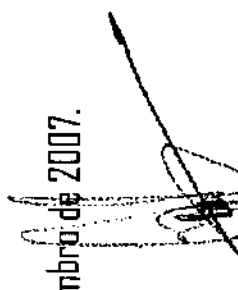
Assessor

CERTIFICADO

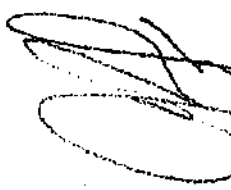
"ELABORAÇÃO DE NORMAS INTERNAS"

Certificamos para todos os fins que o Senhor (a) JORGE BENTO DE SOUZA ministrou o curso ELABORAÇÃO DE NORMAS INTERNAS, evento organizado pela ATAME - Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda., parceria com a empresa GESTÃO Ltda. com carga horária de 16 horas, realizado entre os dias 27/09/2007 e 28/09/2007, no auditório da ATAME, situada na Av. Tenente Coronel Duarte, nº 897, 2º andar, Centro, Cuiabá - MT.

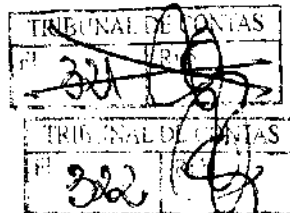
Cuiabá - MT., 28 de setembro de 2007.


Ildo Adenir Faccio
Diretor Financeiro

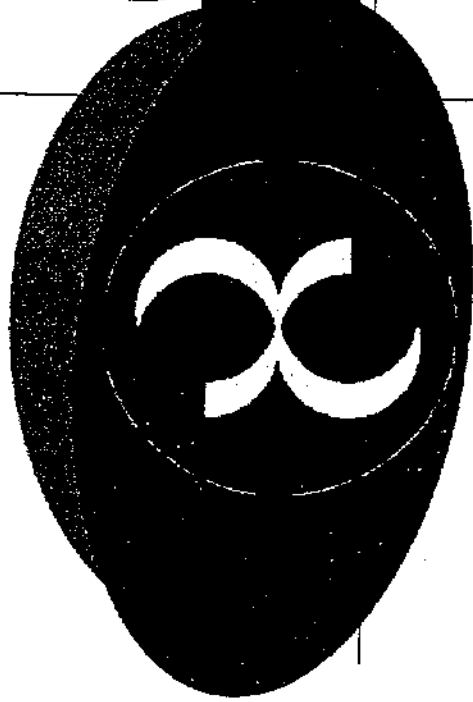
Atame


Paulo César Rebuli
Diretor de Mercado

Atame



036

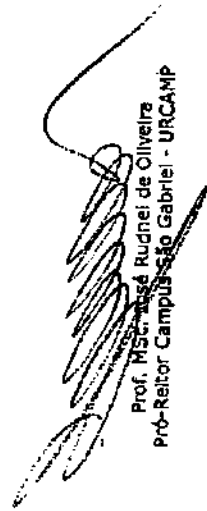


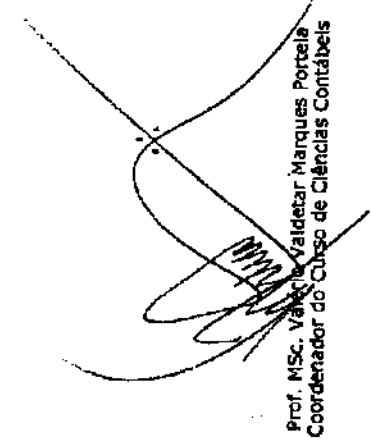
Universidade da Região da Campanha - URCAMP

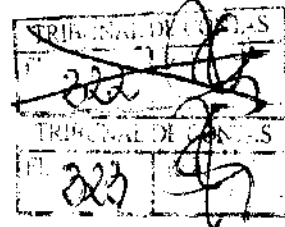
CERTIFICADO

Certificamos que **JORGE BENTO DE SOUZA**, no dia 19 de maio de 2008, proferiu aos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis uma palestra sob o título "**Aula Magna do Curso de Ciências Contábeis**" promovida pelo Centro de Ciências da Economia e Informática da Universidade da Região da Campanha - Campus de São Gabriel.

São Gabriel, 20 de maio de 2008.


Prof. MSc. José Rudnei de Oliveira
Pró-Reitor Campus São Gabriel - URCAMP


Prof. MSc. Valdir Valdetar Marques Portela
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis



057

Cronograma

Área Comum

| Disciplina | Período | Professor(a) |
|--------------------------------------|----------------------|---|
| Metodologia da Pesquisa | 28-29/03/2008 | Alzira Elaine M. Leal Doutora - URCAMP |
| Gestão Ambiental | 04-05/04 11-12/04 | Marivane V. Rossato Doutora - UFSM |
| Gestão Estratégica de Custos | 18-19/04 25-26/04 | Sérgio R. Madruga Mestre - UFSM |
| Mercado de Capitais | 09-10/05 16-17/05 | Luiz Antônio Freitas Mestre - UFSM |
| Projetos de Viabilidade de Econômica | 30-31/05 06-07/06 | Sélio Gräbner Mestre - UFSM |

Área Pública

| | | |
|--|----------------------|--|
| Contabilidade Governamental | 20-21/06 27-28/06 | Jefferson L. Goularte Mestre - URCAMP |
| Planejamento Governamental | 18-19/07 25-26/07 | Roberto da Luz Jr. Mestre - UFSM |
| Análise das Demonstrações Contábeis | 15-16/08 22-23/08 | Maria D. Velasques Mestranda - UNIFRA |
| Licitações e Contratos | 12-13/09 19-20/09 | José Carlos Segalla Especialista - UFSM |
| Controle Interno e Auditoria Governamental | 10-11/10 17-18/10 | Jorge Bento de Souza Mestre - FACCAT |
| Metodologia da Pesquisa | 21-22/11 | Alzira Elaine M. Leal Doutora - URCAMP |

Área Empresarial

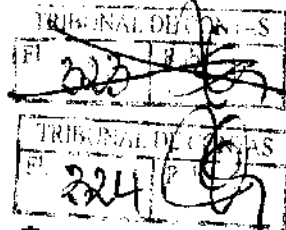
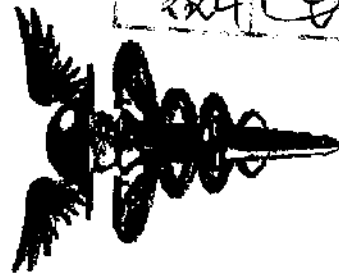
| | | |
|---------------------------------------|----------------------|---|
| Perícia Contábil e Trabalhista | 04-05/07 11-12/07 | Tânia Moura da Silva Mestre - UFSM |
| Planejamento Tributário | 01-02/08 08-09/08 | Otilia Denise Ribeiro Mestre - UFSM |
| Recuperação de Empresas | 29-30/08 05-06/09 | Sélio Gräbner Mestre - UFSM |
| Controladoria | 24-25/10 07-08/11 | Adilson da R. Freitas Mestre - URCAMP |
| Planejamento Financeiro e Estratégico | 05-06/12 12/12 | Gilberto Brondani Mestre - UFSM |
| Metodologia da Pesquisa | 21-22/11 | Alzira Elaine M. Leal Doutora - URCAMP |



Realização
do Curso de
Ciências Contábeis

PÓS-GRADUAÇÃO
nível de Especialização
em
Gestão Pública
Municipal
e
Controladoria

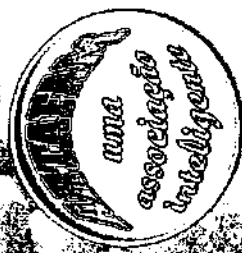
Realização
do Curso de Ciências
Contábeis



URCAMP
SÃO GABRIEL - RS

Universidade da Região da Campanha
Campus Universitária de São Gabriel
Centro de Ciências da Economia e Informática
Rua Barão do Combai, 550 - Centro
São Gabriel - RS
Tel: 0xx-55-3232.5555 Fax: 0xx-55-3232.5220
Endereço eletrônico: poscontabeis@sg.urcamp.tche.br
<http://www.sg.urcamp.tche.br/pos>

Certificado

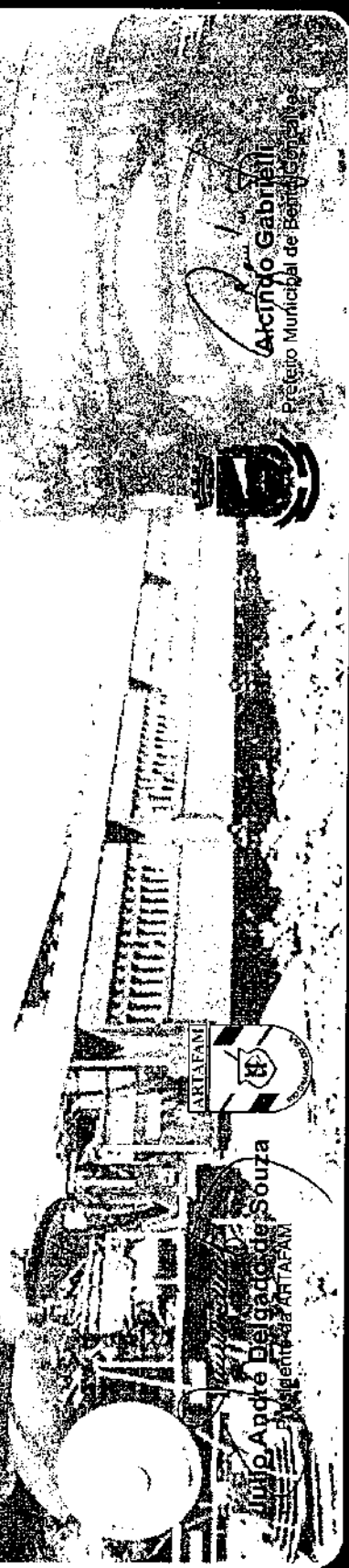


Certificamos que

George Bento de Souza

participou do 42º Congresso da Associação Rio-Grandense de Técnicos em Administração
Fazendária Municipal - ARTAFAM, realizado na Cidade de Bento Gonçalves - RS, no período
de 07 a 11 de Julho de 2008, com a frequência de 04 horas.

Bento Gonçalves, 11 de julho de 2008.



Julio André Belgacchi de Souza
Presidente da ARTAFAM



Arcinno Gabrielli
Prefeito Municipal de Bento Gonçalves

Faculdades Integradas de Taquara

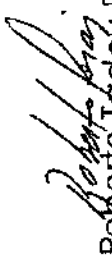


Certificado

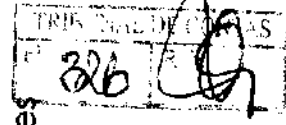
Certificamos que **Jorge Bento de Souza**

orientou o trabalho Orçamento público na administração municipal: desmistificação do processo de elaboração, apresentado na sessão de Pôsteres da VI Mostra de Pesquisa e Iniciação Científica das Faculdades Integradas de Taquara, realizada em Taquara no dia 23 de setembro de 2008.

Taquara/RS, 23 de setembro de 2008.


Prof. Roberto Tadeu Ramos Morais
Coordenador do Evento


Prof. Delmar Henrique Backes
Diretor Geral



Certificado



Certificamos que JORGE BENTO DE SOUZA

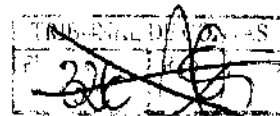
participou do(a) 1º ENCONTRO ATAME/GESTÃO DE CONTROLE INTERNO COMO PALESTRANTE

com duração de 2 HRS horas, realizado em CUIABÁ - MT

período de 14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2009

ILDO ADEMIR FACCIO

ATAME



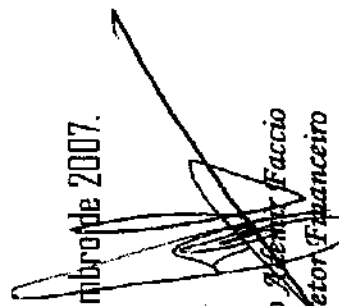
JORGE BENTO DE SOUZA
Instrutor


CERTIFICADO

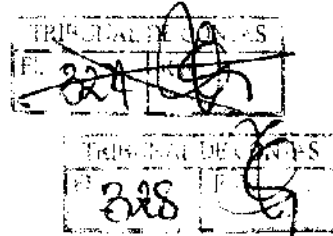
"ELABORAÇÃO DE NORMAS INTERNAS"

Certificamos para todos os fins que o Senhor (a) ALEXANDRE WOHLGEMUTH DE SOUZA ministrou o curso ELABORAÇÃO DE NORMAS INTERNAS, evento organizado pela ATAME – Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda., parceria com a empresa GESTÃO Ltda. com carga horária de 16 horas, realizado entre os dias 27/09/2007 e 28/09/2007, no auditório da ATAME, situada na Av. Tenente Coronel Duarte, nº 897, 2º andar, Centro, Cuiabá – MT.

Cuiabá – MT., 28 de setembro de 2007.


Ildo Azeiteiro Facciao
Diretor Financeiro
Atame


Paulo Cezar Rebuli
Diretor de Mercado
Atame







FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

O Diretor da Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o termo de conclusão do Curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS, em 18 de agosto de 1988, confere o título de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS a

MILTON ANTONIO LOCH

brasileiro, natural do Estado do Rio Grande do Sul, cédula de Identidade nº 501.342, nascido a 7 de outubro de 1953 e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Porto Alegre, 18 de agosto de 1988.

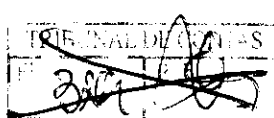
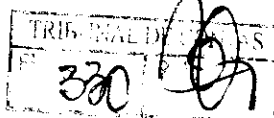
Ruy G. Garcia
Prof. Dr. RUY GILBERTO GARCIA - Diretor

Asta M. K. Fontana
ASTA M. K. FONTANA - Secretária

[Assinatura]
DIPLOMADO



[Assinatura]



044

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA

Fruto da nossa terra, Universidade da nossa gente.

Campus São Gabriel

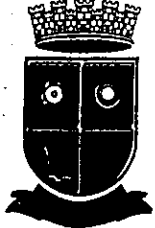
End.: Rua Barão do Cambai, 550. – F.: 55 3232.5555 – www.urcamp.tcche.br

ATESTADO Nº 001/2009

Atestamos, para fins de comprovação, que o **Prof. JORGE BENTO SOUZA** ministrou a disciplina *Controles Internos e Auditoria Governamental*, com carga horária de 45h/a, nos dias 15, 16, 22 e 23 de maio de 2009, no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E CONTROLADORIA, na Universidade da Região da Campanha - Campus São Gabriel, conforme projeto registrado na PROPPEX.

São Gabriel/RS, 30 de junho de 2009.

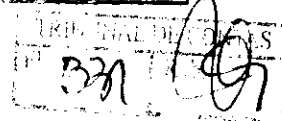
Prof. Ms. José Rudnei de Oliveira
Pró-Reitor da URCAMP Campus São Gabriel



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ

GABINETE DO PREFEITO



0454

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de assessoria e consultoria em gestão pública, monitoramento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas, controle interno, emissão de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor desta MUNICIPALIDADE, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessora.

Prefeitura Municipal de Parobé, 14 de dezembro de 2004.

João Rosalvo Silveira
Prefeito

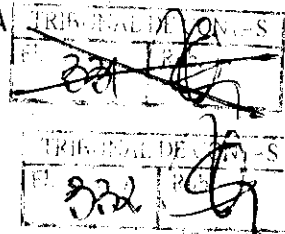
CAPITAL NACIONAL DO TÊNIS

Av. João Mosmann Filho, 143 - Centro - Parobé - RS - CEP 95.630.000
Fone: (0xx51) 543.1500 FAX: (0xx51) 543.1027

prefeitura@omparobe.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAQUIRANA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



0463

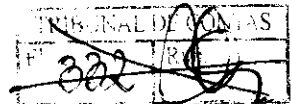
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de assessoria e consultoria em gestão pública, monitoramento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas, controle interno, emissão de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor desta MUNICIPALIDADE, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

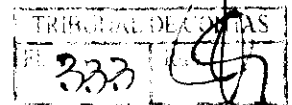
Jaquirana, 14 de dezembro de 2004.


LORI BONATTO

Prefeito



047

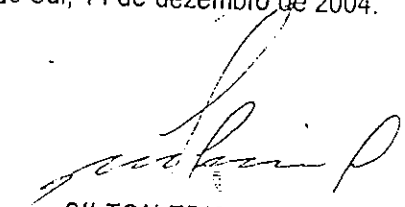


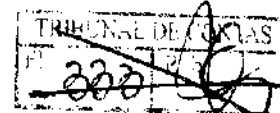
Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de assessoria e consultoria em gestão pública, monitoramento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas, controle interno, emissão de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor desta MUNICIPALIDADE, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

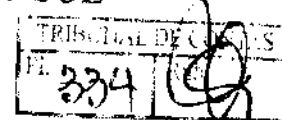
Cruzeiro do Sul, 14 de dezembro de 2004.


SILTON ERICO WEILAND
Prefeito Municipal



0434

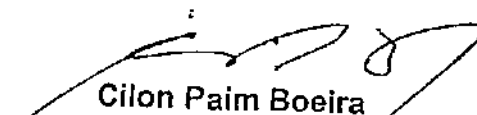
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins que a empresa **GESTÃO LTDA.**, CNPJ: 03.713.762/0001-23, sita à Rua Júlio de Castilhos, 2260 - sala 102, Centro, Taquara/RS, presta ao Município de Sapucaia do Sul, serviços de assessoria ao Controle Interno, desempenhando satisfatoriamente as atividades.

Sapucaia do Sul, 18 de novembro de 2005.

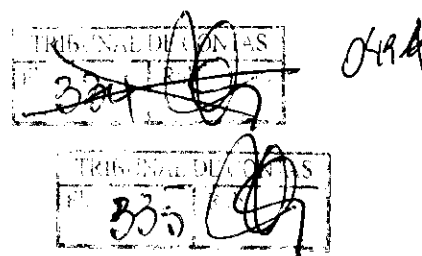

Cilon Paim Boeira
Sec. Mun. de Administração



Sapucaia do Sul
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

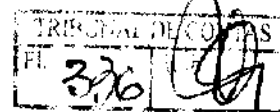
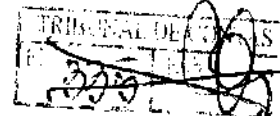
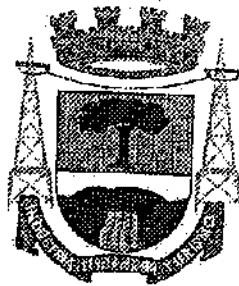


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, a pedido da parte interessada, que a empresa **GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida em Taquara/RS, na Rua Júlio de Castilhos, nº 2260, inscrita no CNPJ sob o n. 03.713.762/0001-23, através da atuação de seu sócio gerente, Contador Jorge Bento de Souza, presta ao **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**, ente de direito público interno, inscrito no CNPJ 90.832.619/0001-55, com sede na Av. Independência nº 800, os serviços especializados de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno, no sentido de promover o funcionamento sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, desde 23 de fevereiro de 2.005, até a presente data. Atestamos, ainda que os serviços contratos estão sendo executados satisfatoriamente e que não existem em nossos arquivos fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações contratuais ajustadas, em decorrência de contrato de prestação de serviço, firmado em 23/02/2005, mediante inexigibilidade de procedimento licitatório.

Campo Bom, 02 de dezembro de 2.005.


GIOVANI BATISTA FELTES,
PREFEITO MUNICIPAL.

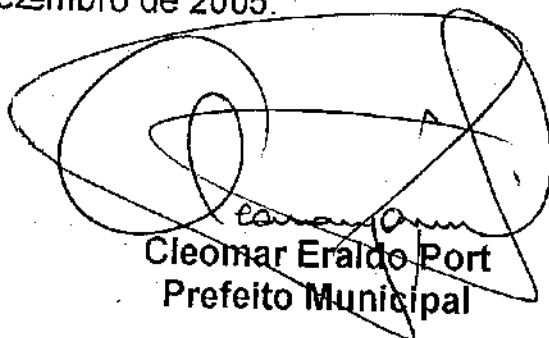


PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANELA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA., em razão da prestação dos serviços de consultoria de gestão e controle interno no Executivo Municipal, através de atividades de coordenação, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, assim como a gestão operacional das Secretarias e do Gabinete, em favor desta Municipalidade, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

Canela, 8 de dezembro de 2005.

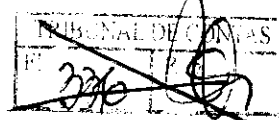
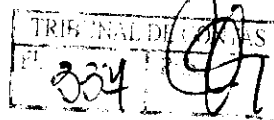


Cleomar Eraldo Port
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
SECRETARIA DA FAZENDA
Rua João Pessoa, 1363 – Fone: (0xx51) 3649 8269 – CEP: 95780-000 – Montenegro – RS

"Montenegro Cidade das Artes"



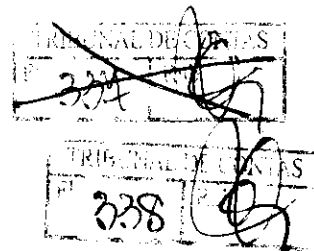
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins que a empresa GESTÃO LTDA., CNPJ 03.713.762/0001-23, sita à Rua Júlio de Castilhos, 2260 – sala 102, Centro, Taquara – RS, presta ao Município de Montenegro, serviços de assessoria ao Controle Interno, desempenhado satisfatoriamente as atividades.

Montenegro, 09 de dezembro de 2005.


OMAR ALVES DE LIMA
Secretário Mun. da Fazenda

"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"



0364

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **Gestão Ltda.**, CNPJ: 03.713.762/0001-23, sita à Rua Julio de Castilhos, 2260 – sala 102, Centro, Taquara/RS, presta ao Município de Feliz, serviços de assessoria ao Controle Interno, desempenhando satisfatoriamente as atividades.

Feliz, 12 de Dezembro de 2005.

Atenciosamente,

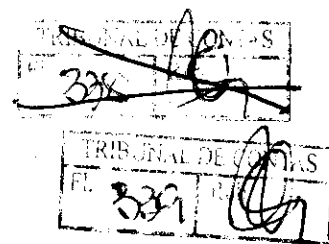

Cesar Luiz Assmann
Prefeito Municipal

Ilmo. Senhor
JORGE BENTO DE SOUZA
GESTÃO LTDA.
TAQUARA - RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANDI

Fones: (51) 635 8222 - 635 8040 - 635 8030
Av. Salvador, 1919 - CEP: 95775-000 - TUPANDI - RS



0534

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa **Gestão Ltda**, em razão da prestação dos serviços de consultoria de gestão e controle interno no Executivo Municipal, através de atividades de coordenação, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, assim como a gestão operacional das Secretarias e do Gabinete, em favor desta Municipalidade, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.


Tupandi, 22 de Dezembro de 2005.


JOSE HILÁRIO JUNGES
Prefeito Municipal

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da Empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de consultoria de gestão e controle interno no Executivo Municipal, através de atividades de coordenadoria, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, assim como a gestão operacional das Secretarias e do Gabinete, em favor desta Municipalidade, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

Cambará do Sul, 22 de dezembro de 2005.


Aurélio Alves de Lima
Prefeito Municipal



Município de São Pedro da Serra
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

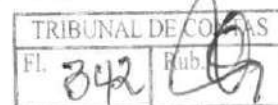
ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa Gestão LTDA, em razão da prestação dos serviços de consultoria de gestão e controle interno no Executivo Municipal, através de atividades de coordenação, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, assim como a gestão operacional das Secretarias e do Gabinete do Prefeito, em favor desta Municipalidade, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

São Pedro da Serra, 22 de dezembro de 2005.


Leonardo Luiz Muller
Prefeito Municipal



0568

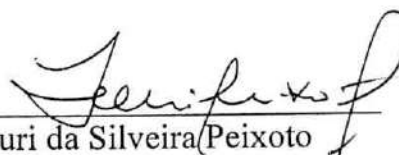


PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste MUNICÍPIO, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou de assessoria.

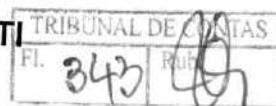
Bento Gonçalves, 04 de dezembro de 2006.



Jauri da Silveira Peixoto
Prefeito em Exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL




0571

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

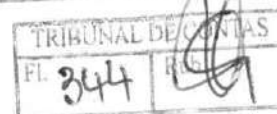
ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de assessoria e consultoria em gestão pública, monitoramento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas no controle interno, emissão de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste Município, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

Ivoti, 05 de dezembro de 2006.


MARIA DE LOURDES BAUERMAN
Prefeita Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE NOVA PRATA



0514

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa **GESTÃO LTDA**, em razão da prestação dos serviços de assessoria e consultoria em gestão pública, monitoramento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas no controle interno, emissão de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste **MUNICÍPIO**, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA PRATA, 06 de dezembro de 2006.

Vitor Antonio Pletsch
Prefeito



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Maratá

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão dos serviços de assessoria e consultoria em gestão pública, monitoramento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas no controle interno, emissão de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste MUNICÍPIO, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

Maratá, 13 de dezembro de 2006.

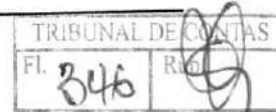

Homério Pittelkow
Prefeito Municipal, em exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
PALÁCIO PLÁCIDO DE CASTRO
Gabinete do Prefeito



Av. Antonio Trilha, 1847 – CNPJ 88.768.080/0001-70 – Fone: (55) 3237-1374 ou (55) 3232-6312



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa **GESTÃO LTDA**, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste **MUNICÍPIO**, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

São Gabriel, 26 de novembro de 2007.


Baltazar Balbo Garagorri Teixeira
Prefeito Municipal



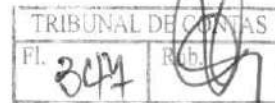
Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROCHIER

CNPJ: 91.693.309/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP 95790-000

Fone: (51) 3697-1215 - FAX (51) 3697-1218 - BROCHIER - RS



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços técnicos profissionais realizados em favor deste MUNICIPIO, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

GABINETE DO PREFEITO 26 DE NOVEMBRO 2007.

VALMOR GRIEBELER
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

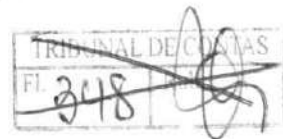
ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa **GESTÃO LTDA**, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste **MUNICÍPIO**, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

GABINETE DO PREFEITO, 28 DE NOVEMBRO DE 2007.


JOSE CARLOS GARCIA DE AZEREDO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO BRANCO
"CAPITAL DO ARROZ-SEMENTE"



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

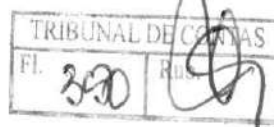
ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativa e a elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste MUNICÍPIO, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

*Gabinete do Prefeito Municipal de Cerro Branco
Aos 28 dias do mês de novembro de 2007.*


Jorge Luiz Hoffmann
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ

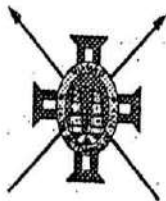


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa **GESTÃO LTDA**, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste Município, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COTIPORÃ, aos
03 dias do mês de dezembro do ano de 2007.

CONSTANTE DAVID BIANCHI
Prefeito Municipal




065

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CNPJ: 88.000.914/0001-01 – Inscrição Estadual 159/Isento

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

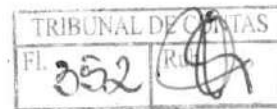
ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa **GESTÃO LTDA**, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste **MUNICÍPIO**, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

GABINETE DO PREFEITO, 04 DE DEZEMBRO DE 2007.


ALEX SANDER ALVES BOSCAÍNI
Prefeito de Viamão



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste Município, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

Gabinete da Prefeita Municipal, aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

Ilda Maria Wiltgen Ost
Prefeita Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA

Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

0674

| | |
|--------------------|----|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| FL. 352 | Ru |

| | |
|--------------------|----|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| FL. 353 | Ru |

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste MUNICÍPIO, demonstrando conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

GABINETE DO PREFEITO, 03 de dezembro de 2007.

Cláudio Kaiser

Prefeito Municipal de Taquara

MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ / RS
Conforme Original

Responsável



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTA MARGARIDA DO SUL**

BR 290 km 392 FONES: (55) 3615-3332 - 3615-3004 - 3615-3303
CEP 97.335-000 - SANTA MARGARIDA DO SUL - RS



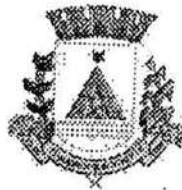
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa **GESTÃO LTDA**, em razão da prestação de serviços de assessoria e consultoria ao Controle Interno relacionados à gestão pública, monitoramento, treinamento, encaminhamento e proposição de diretrizes administrativas e à elaboração de normas internas, tendo em vista os serviços profissionais realizados em favor deste **MUNICÍPIO**, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

GABINETE DA PREFEITA, 29 DE DEZEMBRO DE 2007.


Claudia Mara G. Brasil,
Prefeita Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D' OESTE

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 254 | Rubrica |

| | |
|--------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 255 | Rubrica |

0698

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de consultoria de gestão e controle interno no Executivo Municipal, através de atividades de coordenação, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, assim como a gestão operacional das Secretarias e do Gabinete, em favor desta municipalidade, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 19 de janeiro de 2009.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



0704

Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de Consultoria de Gestão e Controle Interno no Município, através de atividades de coordenadoria, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

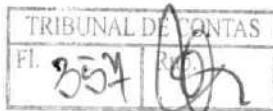
Arroio dos Ratos, 25 de Agosto de 2009.

José Hélio Rodrigues Cifuentes
Prefeito Municipal

José Hélio R. Cifuentes
PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Vila Lângaro



Vila Lângaro
Construindo Qualidade de Vida
Adm. 2009/2012

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de Consultoria de Gestão e Controle Interno no Município, através de atividades de coordenadoria, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

Vila Lângaro, 08 de setembro de 2009.



Moisés Dametto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de São Vendelino
Estado do Rio Grande do Sul



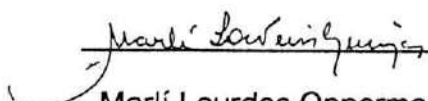
072-14



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

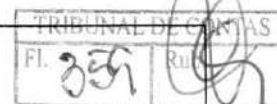
ATESTAMOS, a capacidade técnico-operacional da empresa GESTÃO LTDA, em razão da prestação dos serviços de Consultoria de Gestão e Controle Interno no Município, através de atividades de coordenação, no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistemático do Controle Interno, demonstrando, pelos resultados obtidos, conhecimento e especialização no que diz respeito à administração pública, seja na forma de consultoria ou assessoria.

São Vendelino, 21 de setembro de 2009.


Marli Lourdes Oppermann Weissheimer
Prefeita Municipal

MARLI L. O. WEISSHEIMER
PREFEITA MUNICIPAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS
MUNICÍPIO DE TAQUARA
REGISTRADORA : ELIZABETH MARTINI
FONE: (051) 3541-5820



C E R T I D ã O

CERTIFICO que, nesta data, neste Ofício (OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS), a meu cargo, DIGITALIZEI no livro A-7, fls. 132 frente e AVERBEI no registro original datado de 22/03/2000, livro A-3, Fls. 146, sob Nº727, a ALTERAÇÃO CONTRATUAL da empresa = **Gestão Ltda** = com sede na Rua Julio de Castilhos, 2260 Sala.102, nesta cidade de Taquara - RS. A presente certidão foi extraída por extrato.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Taquara-RS, 05 de outubro de 2007.

Elizabeth Martini
Registradora



Ao
CARTÓRIO DE REGISTROS
Taquara RS



A empresa GESTÃO LTDA., estabelecida na Rua Julio de Castilhos, 2260 sala 102, bairro centro em Taquara RS, abaixo representada por seu sócio administrador Jorge Bento de Souza, maior, brasileiro, separado, contador, residente e domiciliada na Rua João Renck, 1022 bairro centro em Taquara RS, portador da Carteira de Identidade nº 25.581 expedida pelo CRC-RS e inscrito no CPF sob nº 100.096.980-00, vem mui respeitosamente até V.S^a. solicitar o registro de sua Alteração Contratual, assinada em 25/09/2007, neste Cartório de Registros Especiais.

Taquara, 25 de setembro de 2007.


JORGE BENTO DE SOUZA



REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS
Elizabeth Martini
Registradora
Moacir Martini
João Carlos Martini
Rafael Martini
Substitutos
TAQUARA - RS

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL COM CONSOLIDAÇÃO
GESTÃO LTDA.
C.N.P.J.: 03.713.762/0001-23

JORGE BENTO DE SOUZA – Maior, brasileiro, separado, empresário, natural de Porto Alegre RS, nascido em 17/09/1947, residente e domiciliado na Rua João Renck, 1022 bairro centro em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 25.581 expedida pelo CRC-RS e inscrito no CPF sob nº 100.096.980-00.

ALEXANDRE WOHLGEMUTH DE SOUZA – Maior, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Pelotas RS, nascido em 13/03/1981, residente e domiciliado na Rua José Avelino Ostermann, 2376 bairro Jardim do Prado em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 6078231203 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 807.116.930-72.

MILTON ANTONIO LOCH – Maior, brasileiro, casado, empresário, natural de Campo Novo RS, nascido em 07/10/1953, residente e domiciliado na Rua Reverendo Lauro Borba da Silva, 75 bairro Jardim Vila Nova em Porto Alegre RS, CEP 91750-500, portador da Carteira de Identidade nº 501342 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 163.060.070-91.

GUSTAVO WOHLGEMUTH DE SOUZA, maior, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Taquara RS, nascido em 24/01/1989, residente e domiciliado na Rua José Avelino Ostermann, 2376 bairro Jardim do Prado em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 5106532319 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 021.674.220-08.

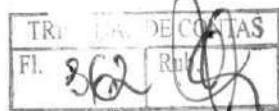
Únicos sócios, componentes da empresa que gira sob o nome de Gestão Ltda., estabelecida na Rua Júlio de Castilhos, 2260 sala 102, bairro centro em Taquara RS, CEP 95600-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, com seu contrato social arquivado no Cartório de Registro Civil de Taquara RS em 22/03/2000 sob nº 13919, livro A-5 fls. 036, resolvem alterar o referido contrato, o que fazem de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula I

Ingressa na sociedade o sócio **JEFERSON LUIS LOPES GOULARTE**, maior, brasileiro, solteiro, empresário, natural de São Gabriel RS, nascido em 21/07/1973, residente e domiciliado na Rua Guilherme Lahm, 1824 ap. 42 bairro centro em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 1043723475 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 600.114.590-34.

Cláusula II

O sócio Alexandre Wohlgemuth de Souza transfere 100 (cem) quotas, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) do total do capital social, para o sócio Jeferson Luis Lopes Goularte, dando-se neste ato cedente e cessionário, plena e geral quitação.



Elizabete Martini
Registradora
Moacir Martini
João Carlos Martini
Rafael Martini
Substitutos
TAQUARA - RS

Cláusula III

O sócio Alexandre Wohlgemuth de Souza transfere 900 (novecentas) quotas, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) do total do capital social, para o sócio Gustavo Wohlgemuth de Souza, dando-se neste ato cedente e cessionário, plena e geral quitação.

Cláusula IV

Em virtude das alterações constantes nas cláusulas anteriores, o capital social, que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passa a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

| | |
|---|--------------|
| Jorge Bento de Souza – 1.000 cotas, representando 10% | R\$ 1.000,00 |
| Alexandre Wohlgemuth de Souza – 7.800 cotas – representando 78% | R\$ 7.800,00 |
| Milton Antonio Loch – 100 cotas – representando 1% | R\$ 100,00 |
| Gustavo Wohlgemuth de Souza – 1.000 cotas – representando 10% | R\$ 1.000,00 |
| Jéferson Luis Lopes Goularte – 100 cotas – representando 1% | R\$ 100,00 |

Cláusula V

A sociedade passará a exercer as atividades de consultoria de gestão e controle interno de prefeituras e câmaras legislativas municipais, treinamento de pessoal, cursos de aperfeiçoamento profissional, auditoria e consultoria empresarial.

Cláusula VI

A administração da sociedade passa a ser exercida pelos sócios Jorge Bento de Souza e Alexandre Wohlgemuth de Souza, os quais declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

§ 1º - Os administradores tem os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, individualmente.

§ 2º - No caso de alienação de bens imóveis será necessário a assinatura da maioria simples dos quotistas.

Cláusula VII

Em virtude das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial de GESTÃO LTDA. e tem a sua sede na Rua Júlio de Castilhos, 2260 sala 102 bairro centro em de Taquara RS, CEP 95600-000.

2ª - A sociedade iniciou as suas atividades em 27/03/2000 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

3ª - A sociedade tem por objetivo as atividades de consultoria de gestão e controle interno de prefeituras e câmaras legislativas municipais, treinamento de pessoal, cursos de aperfeiçoamento profissional, auditoria e consultoria empresarial.



Elizabeth Martini
Registradora
Moacir Martini
João Carlos Martini
Rafael Martini
Substitutos
PACUABA - RS

4ª - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), constituído de 10.000 (dez mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, é subscrito e integralizado pelos sócios, da seguinte forma:

- a) O sócio Jorge Bento de Souza subscrive 1.000 (um mil) quotas no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, representando 10% (dez por cento) do total do capital social.
- b) O sócio Alexandre Wohlgemuth de Souza subscrive 7.800 (sete mil e oitocentas) quotas no valor total de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, representando 78% (setenta e oito por cento) do total do capital social.
- c) O sócio Milton Loch subscrive 100 (cem) quotas no valor de R\$ 100,00 (cem reais) totalmente integralizados em moeda corrente nacional, representando 1% (um por cento) do total do capital social.
- d) O sócio Gustavo Wohlgemuth de Souza subscrive 1.000 (um mil) quotas no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, representando 10% (dez por cento) do total do capital social.
- e) O sócio Jéferson Luis Lopes Goularte subscrive 100 (cem) quotas no valor de R\$ 100,00 (cem reais) totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, representando 1% (um por cento) do total do capital social.

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios que vierem a ingressar na sociedade são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstos para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluído o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros de mora, as prestações não cumpridas e demais despesas, se houver.

§ 4º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

5ª - O sócio participa dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

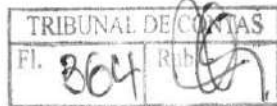
6ª - A administração da sociedade é exercida pelo sócio Jorge Bento de Souza e Alexandre Wohlgemuth de Souza.

7ª - Os administradores tem poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, individualmente.

§ 1º - No caso de alienação de bens imóveis será necessário a assinatura da maioria simples dos quotistas.

§ 2º - Os administradores receberão um "pro labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3º - É vedado aos administradores fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.



Elizabeth Martini
Registradora
Moacir Martini
João Carlos Martini
Rafael Martini
Substitutos

0764
[Signature]

§ 4º - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos **TACUARA - RS** prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

8º - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores estão obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

9º - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

§ 1º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2º - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, e em jornal de grande circulação.

§ 3º - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - Realizada a reunião dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 5º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

§ 6º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

10ª - Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas quotas;
- h) o pedido de concordata.

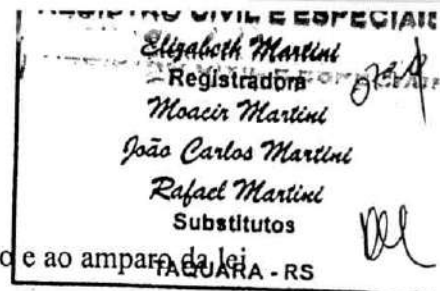
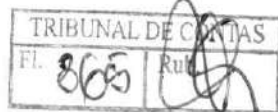
11ª - § 1º - As deliberações dos sócios serão tomadas:

I - pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f".,

II - pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h",

III - pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos na lei, se esta não exigir maioria mais elevada.

[Signatures]



§ 2º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

12ª - Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ Único - Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

13ª - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º - Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

14ª - Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

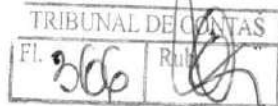
§ 3º - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

15ª - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

16ª - O exercício social encerrará em 31 de dezembro de cada ano, data em que, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados. Os lucros líquidos apurados, depois de feitas as provisões e reservas não tributadas pelo imposto de renda, receberão a destinação segundo o que for deliberado por sócios quotistas que representem a maioria do capital social.

§ 1º - A sociedade poderá levantar balanços intercalares durante os exercícios, para apuração parcial de seus resultados e nestes casos deliberar pela distribuição dos lucros respectivos aos quotistas, na proporção exata de suas quotas.



Elizabeth Martini
Registradora
Moacir Martini
João Carlos Martini
Rafael Martini
Substitutos

§ 2º - A deliberação contida no parágrafo anterior considerar-se-á válida e eficaz ~~TAQUARA~~ e eficaz ~~TAQUARA~~ RS distribuídos os lucros e lançados os seus valores nos livros diário e razão da sociedade, sem qualquer oposição dos sócios nos 90 (noventa) dias imediatamente seguintes ao fato, desde que notificados, por escrito, desta distribuição. Fica dispensada a notificação, se a deliberação for tomada em reunião de quotistas, na qual se fizerem presentes quotistas que representem a totalidade do capital social.

§ 3º - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para:

- tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- designar administradores, quando for o caso;
- tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 4º - Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores que não forem sócios.

17ª - Os administradores, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

18ª - Os casos omissos serão tratados pelo que regula o diploma de regência supletiva da lei 6404/76, das sociedades anônimas.

19ª - As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Taquara, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

A presente consolidação entra em vigor na data de sua autenticação no Cartório de Registro Civil, revogando todas as cláusulas do contrato primitivo e das alterações posteriores.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza efeitos legais.

Taquara, 21 de agosto de 2007.

TAQUARA
TAQUARA
TAQUARA

Jorge Bento de Souza

Alexandre Wohl Gemuth de Souza

Milton Loch

Gustavo Wohl Gemuth de Souza

Jefferson Luis Lopes Goularte

Elizabeth Kohlrausch
Advogada OAB RS 35470

TABELIONATO DE TAQUARA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de

de Regine Harbeck.

DOUFE

Em Testemunho da Verdade
Taquara/RS
Enviado

- ☐ DÉLCIA DA SILVA - Tabela
☒ ISABEL CRISTINA M. KRUPP - Oficial Substituta
☐ ROSANE DA SILVA - Escrevente Autorizada
☐ CARLA REGINA T. ROSBACK - Escrevente Autorizada

0661.01.0700032.01170

0661.01.0700032.01171

PRESENTE: REGINA HARBECK

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS

Elizabeth Martini

Registradora

Moacir Martini

João Carlos Martini

Rafael Martini

Substitutos

TAQUARA - RS

OFÍCIO DO REGISTRO ESPECIAL
(Registro Civil de Pessoas Jurídicas)

Apresentado hoje, protocolado no

Livro A- 6 fls 100 nº 17301

Digitizado no livro A-7 fls 132

Averbado no livro A-3 fls 146 nº 727

Taquara-RS, 05 de Outubro de 2007

Elizabeth Martini
ELIZABETH MARTINI - Registradora

0658.03.0700003.00009

0661.01.0700032.01894

TABELIONATO DE TAQUARA

RECONHEÇO por autenticidade a(s) firma(s)

De: Milton Antonio
Soch

do que dou fé.

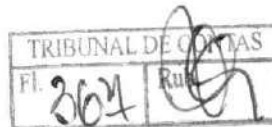
Em testemunho *Ca* da verdade

Taquara, 04 de 10 de 2007

Enel 18 21 20 *Crebora*

☒ MARIA REGINA L. ROSSACK - Escrevente Autorizada
☐ ISABEL CRISTINA K. KRAPP - Oficial Substituta
☐ ROSANE DA SILVA - Escrevente Autorizada
☐ DELODA DA SILVA - Tabelião





0814

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS
MUNICÍPIO DE TAQUARA
REGISTRADORA : ELIZABETH MARTINI
FONE: (051) 3541-5820


11/12/09
Lil

C E R T I D ã O

CERTIFICO que, nesta data, neste Ofício (OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS), a meu cargo, DIGITALIZEI no livro A-14, fls. 149 frente e AVERBEI no registro original datado de 22/03/2000, livro A-3, Fls. 146, sob Nº 727, a ALTERAÇÃO CONTRATUAL da empresa = GESTÃO LTDA = com sede na Rua Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Sala 102, nesta cidade de Taquara - RS. A presente certidão foi extraída por extrato.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Taquara-RS, terça-feira, 15 de dezembro de 2009.


Elizabeth Martini
Registradora

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS
Elizabeth Martini
Registradora
João Carlos Martini
Rafael Martini
Substitutos
Isabel Martini
Escritor Autorizada
Rua Rio Branco, 1145 - Sala 104
CEP 95600-000 - Taquara / RS
Fone: (51) 3541.5820

| | |
|--------------------|--|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 364 | |
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 368 | |

| |
|--|
| REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS <i>Elizabeth Martini</i> Registradora <i>João Carlos Martini</i> Rafael Martini Substitutos <i>Isabel Martini</i> Escrevente Autorizada Rua Rio Branco, 1148 - Sala 104 CEP 95600-000 - Taquara / RS Fone: (51) 3541.5829 |
|--|

**ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
GESTÃO LTDA.**

C.N.P.J.: 03.713.762/0001-23

JORGE BENTO DE SOUZA – Maior, brasileiro, separado, empresário, natural de Porto Alegre RS, nascido em 17/09/1947, residente e domiciliado na Rua João Renck, 1022 bairro centro em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 25.581 expedida pelo CRC-RS e inscrito no CPF sob nº 100.096.980-00.

ALEXANDRE WOHLGEMUTH DE SOUZA – Maior, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Pelotas RS, nascido em 13/03/1981, residente e domiciliado na Rua Carolina Brodbeck, 1350 bairro Fogão Gaúcho em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 6078231203 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 807.116.930-72.

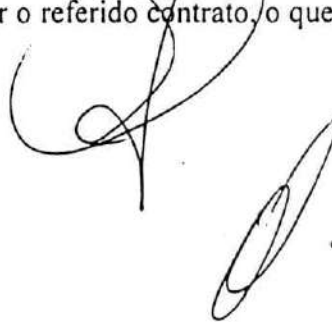
MILTON ANTONIO LOCH – Maior, brasileiro, casado, empresário, natural de Campo Novo RS, nascido em 07/10/1953, residente e domiciliado na Rua Reverendo Lauro Borba da Silva, 75 bairro Jardim Vila Nova em Porto Alegre RS, CEP 91750-500, portador da Carteira de Identidade nº 501342 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 163.060.070-91.

GUSTAVO WOHLGEMUTH DE SOUZA – Maior, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Taquara RS, nascido em 24/01/1989, residente na Rua Henrique Bauermann, 2970 bairro Jardim do Prado em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 5106532319 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 021.674.220-08.

OBERDAN DEBASTIANI – Maior, brasileiro, casado em regime de separação de bens, contador, natural de Ibiaçá RS, nascido em 25/03/1978, residente e domiciliado na Rua Sananduva, 627 bairro centro em Ibiaçá RS, CEP 99940-000, portador da Carteira de Identidade nº 5058300681 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 721.149.590-15.

VALDONEI FACCO LAGO – Maior, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Julio de Castilhos RS, nascido em 27/06/1973, residente e domiciliado na Rua Julio de Castilhos, 2260 ap. 103 bairro-centro em Taquara RS, CEP 95600-000, portador da Carteira de Identidade nº 1052705471 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF sob nº 654.829.480-72.

Únicos sócios da sociedade limitada que gira sob o nome de Gestão Ltda., estabelecida na Rua Julio de Castilhos, 2260 sala 102 bairro centro em Taquara RS, CEP 95600-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, com seu contrato social arquivado no Cartório de Registro Civil de Taquara RS em 22/03/2000 sob nº 13919, livro A-5 fls. 036, resolvem de comum acordo entre si, alterar o referido contrato, o que fazem de acordo com as cláusulas seguintes:



034

| | |
|--------------------|--------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 268 | Rm. 12 |

| | |
|--------------------|--------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 269 | Rm. 12 |

Cláusula I

O sócio **OBERDAN DEBASTIANI** retira-se da sociedade vendendo 100 (cem) cotas do total do capital social, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), em moeda corrente nacional, para o sócio Alexandre Wohlgemuth de Souza, dando-se neste ato cedente e cessionário, plena e geral quitação.

Cláusula II

Em virtude das alterações constantes na cláusula anterior, o capital social, que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passa a ser dividido entre os sócios da seguinte forma:

| | |
|--|--------------|
| Jorge Bento de Souza – 1.000 cotas, representando 10% | R\$ 1.000,00 |
| Alexandre Wohlgemuth de Souza – 7.800 cotas, representando 78% | R\$ 7.800,00 |
| Milton Antonio Loch – 100 cotas, representando 1% | R\$ 100,00 |
| Gustavo Wohlgemuth de Souza – 1.000 cotas, representando 10% | R\$ 1.000,00 |
| Valdonei Facco Lago – 100 cotas, representando 1% | R\$ 100,00 |

As demais cláusulas não alteradas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza efeitos legais.

Taquara, 16 de novembro de 2009.

Testemunhas:

Anelise Moller
Anelise Moller – CI 6058050656

Regina Heidrich
Regina Heidrich – CI 1023395807

Jorge Bento de Souza
JORGE BENTO DE SOUZA

Alexandre Wohlgemuth de Souza
ALEXANDRE WOHLGEMUTH DE SOUZA

Milton Antonio Loch
MILTON ANTONIO LOCH

Gustavo Wohlgemuth de Souza
GUSTAVO WOHLGEMUTH DE SOUZA

Oberdan Debastiani
OBERDAN DEBASTIANI

Valdonei Facco Lago
VALDONEI FACCO LAGO

OFICIO DO REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS
(REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS)
Taquara - RS

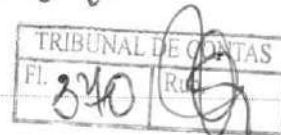
Apresentado hoje, protocolado sob nº 19111 no Livro A - 7, fls. 74F
Digitalizado, no Livro A- 14, às fls. 149
Averbado no Livro A-3, fls. 146, sob nº 727.

TAQUARA-RS, terça-feira, 15 de dezembro de 2009

| | |
|----------------------------|--------------|
| REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS | |
| Elizabeth Martini | |
| Registradora | |
| João Carlos Martini | Suporte |
| Rafael Martini | Assessoria |
| Isabel Martini | Assessoria |
| Rui Rio Branco | Assessoria |
| CEP 95600-01 | 11 55 55 104 |
| Fone: (51) | 33 33 33 |

Emolumentos: Elizabeth Martini - Registradora
Total: R\$ 47,40 + R\$ 1,10 = R\$ 48,50
INSC./REG./AV./OU AN. SOC. CI FINS ECONO: R\$ 43,30 (0658.04.0900002.00015 R\$ 0,50)
MICROFILMAGEM/DIGITALIZAÇÃO: R\$ 1,60 (0658.01.0900002.01832 + 1833 = R\$ 0,40)
PROCESSAMENTO ELETRÔNICO: R\$ 2,50 (0658.01.0900002.01834 = R\$ 0,20)

Valdonei Facco Lago
004 R\$ 5.333



084 B

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

| | | | |
|--|---|--|--------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.713.762/0001-23 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 22/03/2000 |
| NOME EMPRESARIAL GESTAO LTDA. | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA | | | |
| LOGRADOURO R JULIO DE CASTILHOS | | NÚMERO 2260 | COMPLEMENTO SALA 102 |
| CEP 95.600-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO TAQUARA | UF RS |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |
| Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007. | | | |
| Emitido no dia 07/01/2010 às 08:58:46 (data e hora de Brasília). | | | |

Voltar



035/18

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA - RS

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO Permanente

A Prefeitura Municipal de Taquara, através da competente Secretaria, de acordo com a legislação em vigor, concede LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE neste Município, ao contribuinte abaixo identificado:

Nome Comercial : GESTAO LTDA
CNPJ ou CPF : 03.713.762.0001-23
End. Municipal : 32071
Localização : JULIO DE CASTILHOS - 4D.2260-SALA 102- SEM BAIRRO - TAQUARA - RS
Inicio Atividade : 31/03/2000
Desc. Atividades : SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Taquara 05 DE MARÇO DE 2004



E OBRIGATORIA A FIXAÇÃO DESTA ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Taquara



086
SISTEMA THEMIS

Pág.1/1



C E R T I D ã O N E G A T I V A

Certifico que, consultando o banco de dados integrado, relativo aos registros de distribuição de matéria falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial, constatei nada haver contra:

Gestão Ltda *****
CNPJ: 03713762/0001-23, estabelecida na Rua Julio de Castilhos, 2260, *
Centro, Taquara, RS.*****

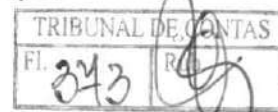
Dou fé.

Taquara, 29 de julho de 2009, às 14h26min

CUSTAS: R\$ 3,10
 0,1500 URC

OBSERVAÇÃO: Para a emissão desta certidão foram pesquisados os processos desta Comarca e das integradas até o momento (comarcas integradas, vide www.tj.rs.gov.br).


Evandro Luis C. Miguel
OFICIAL AJUDANTE
Matricula 14514800



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GESTAO LTDA.
CNPJ: 03.713.762/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:48:07 do dia 02/10/2009 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/03/2010.

Código de controle da certidão: **A73F.C4B4.9465.FE5D**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

08/1/10



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda
Receita Estadual

Certidão de Situação Fiscal Nº 02821774

Identificação do titular da certidão

Nome: GESTAO LTDA
Endereço: RUA JULIO DE CASTILHOS, 2260 SALA 102
CENTRO - TAQUARA RS
CNPJ: 03713762/0001-23

Certificamos que, aos 07 dias do mês de janeiro do ano de 2010, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima identificado enquadra-se na seguinte situação:

Certidão negativa

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar, em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa n.º 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 07/03/2010.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n.º 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 08375907

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <http://www.sefaz.rs.gov.br>.



Rio Grande Do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA(RS)
SECRETARIA DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA DÉBITO - ISS-INTERNET

Número 2010 / 87

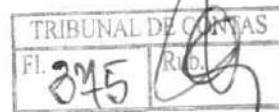
Certifico, que revendo o cadastro de contribuintes em débito com o município relativo a ISSQN, constatei que dele não consta, nesta data o nome de GESTAO LTDA., RUA JULIO DE CASTILHOS 02260 SALA 102, documento número 03.713.762.0001-23, cadastrado nos registros da Prefeitura sob o número 21170, atividade número 32071, e que por conseguinte, nada deve a PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA, relativamente a tributos, ficando no entanto, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte, acima identificado.

A presente Certidão Negativa foi gerada por meio da internet, para conferir a autenticidade da certidão deve-se efetuar a consulta ao site www3.taquara.com.br, no link Autenticidade de Certidões.

O referido é verdade e dou fé

Taquara, RS, 10 de fevereiro de 2010

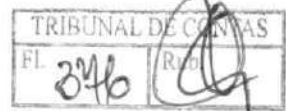
Documento válido até 12 DE março 2010



0898



Rio Grande Do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA(RS)
SECRETARIA DA FAZENDA



Número 2010 / 28

Cadastro Geral: 21170
Nome Contribuinte: GESTAO LTDA.
CPF/CNPJ Contribuinte: 03.713.762.0001-23

É CERTIFICADO, que até esta data, não constam quaisquer débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda, relativos ao contribuinte acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

O referido é verdade e dou fé. Taquara, 07 de janeiro de 2010.

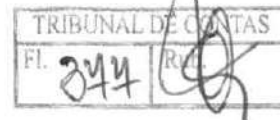
Documento válido até 07 DE abril 2010.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Taquara na Internet, no endereço <http://www.taquara.rs.gov.br>

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



091-18

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 067332009-19024110

Nome: GESTAO LTDA.
CNPJ: 03.713.762/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Esta certidão, emitida em nome da matriz é válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as inscrições em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e alterações, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples, inclusive a decorrente de cisão total, fusão ou incorporação.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida em 02/10/2009.
Válida até 31/03/2010.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 03713762/0001-23**Razão Social:** GESTAO LTDA**Endereço:** RUA JULIO DE CASTILHOS 2260 SALA 102 / CENTRO /
TAQUARA / RS / 95600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/02/2010 a 11/03/2010**Certificação Número:** 2010021015022954618704

Informação obtida em 10/02/2010, às 15:02:29.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



| |
|---|
| PARA: VALDIR DE ATAYDES |
| DE: ASSESSORIA JURÍDICA |
| ASSUNTO: REF. INEXIGIBILIDADE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO |
| DATA: 01/03/2010 |

Senhor Valdir de Ataydes:

Refere-se a consulta, sobre possibilidade de contratação da empresa GESTÃO LTDA, por inexigibilidade de procedimento licitatório, visando a ASSESSORIA e suporte técnico à Central de Controle Interno.

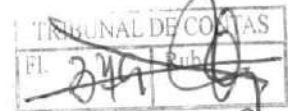
A presente consulta foi formulada pelo Chefe do Gabinete do Município Senhor Valdir de Ataydes, que após análise juntamente com a Comissão de Controle Interno, constataram a necessidade dos serviços, notadamente para suprir as deficiências desta.

Acrescenta à habilitação reportagens dos Jornais A hora, Nova Época, Regional, Primeira Hora, O Estadão e outros, bem como reportagens de Municípios como Campos de Julio/MT, Sapucaia/RS, nos quais há trabalho desenvolvido pela empresa Gestão Ltda, dentro do objeto em comento. Juntando igualmente certificados dos responsáveis técnicos da empresa.

Apresenta atestados de capacidade técnica emitidos em nome da empresa pelos Municípios de Parobé, Jaquirana,



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



Cruzeiro do Sul, Sapucaia do Sul, Canela, Montenegro, Feliz, Tupandi, Cambará do Sul, São Pedro da Serra, Bento Gonçalves, Ivoti, Nova Prata, Marata, São Gabriel, Brochier, Arroio dos Ratos, Cerro Branco, Cotiporã, Viamão, Bom Princípio, Taquara, Santa Margarida do Sul, Figueiredo D'Oeste, Vila Lângaro, São Vendelino.

Desta forma temos que, efetivamente, se trata de caso de inexigibilidade de licitação, haja vista a sua notória especialização, bem como de seus profissionais, aptos e necessários a atender ao objeto estabelecido pela Prefeitura, enquadrando-se, portanto, plenamente, nos permissivos dos artigos 13, incisos III e IV, e 25, incisos II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Reza a Lei federal n.º 8.666/93 em seu inciso II do art. 25, sobre a inexigibilidade de licitação para aquisição, *in verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II- para a contratação de serviços técnicos enumerados no art.13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviço de publicidade e divulgação.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



No mesmo sentido, esclarece MARÇAL JUSTEN FILHO
("Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativo - Inexigibilidade -
Ausência de Alternativa", 11ª Ed-SP Dialética 2005)

"... A primeira hipótese de inviabilidade de competição reside na ausência de pluralidade de alternativas de contratação para a Administração Pública. Quando existe uma única solução e um único particular em condições de executar a prestação, a licitação seria imprestável. Mais precisamente, a competição será inviável porque não há alternativas diversas para serem entre si cotejadas".

Com relação a inexigibilidade para a prestação dos serviços dispõe o artigo 13 incisos III e IV, *in verbis*:

Art.13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

III- assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.

IV- fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.

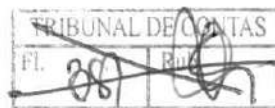
Por conseguinte, nos parece que a empresa detém condições de prestar os serviços de assessoria e suporte técnico, tornando-a singular na prestação dos mesmos.

Veja-se, como leciona IVAN BARBOSA RIGOLIN ¹, é possível a contratação direta "...desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia", pois, "se, por exemplo, uma empreiteira realizou uma obra para a Administração, e se deseja complementação dessa obra, é de supor que

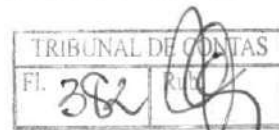
¹ Manual Prático das Licitações - Saraiva - págs. 308/309



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



964

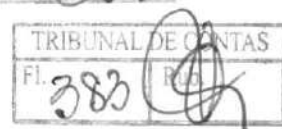


nenhuma outra empresa esteja tão informada do serviço necessário quanto a primeira; e também é de supor que os preços e as condições desta serão convenientes, ou os melhores”.

E como esclarece CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO ("*Licitação - Inexigibilidade - Serviço Singular*", *Parecer publicado na RDA 202:368*) "... De modo geral, são singulares todas as produções intelectuais ou artísticas, realizadas isoladas ou conjuntamente, por equipe, sempre que o trabalho a ser produzido pelo cunho pessoal (ou coletivo) seja expressado em características técnicas, científicas e ou artísticas. ... neste enquadramento cabem os mais variados serviços: ... todos estes serviços se singularizam por um estilo, por uma criatividade, engenhosidade, habilidade destacada ou por uma orientação pessoal significativa, e cuja significância seja relevante para tranqüilidade administrativa quanto ao bom atendimento do interesse público a ser curado. Note-se que a singularidade referida não significa que outras pessoas ou entidades não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicas em sentido absoluto (...). Em suma: um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística ou a argúcia de quem o executa. É o que ocorre quando os conhecimentos científicos, técnicos, artísticos ou econômicos a serem manejados (conforme o caso) dependem, pelo menos, de uma articulação ou organização impregnada pela específica individualidade e habilitação pessoal do sujeito (pessoa física ou jurídica, indivíduo ou grupo de indivíduos) que o realize. O serviço, então, absorve e traduz a expressão subjetiva e, pois, a singularidade de quem o fez, no sentido de que - embora outros, talvez até muitos, pudessem também fazê-lo - cada qual o



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



faria à sua moda, de acordo com os próprios critérios, sensibilidade, juízos, interpretações e conclusões, parciais ou finais".

Por outra banda, há de se considerar os princípios da eficiência e da economicidade e da otimização da ação estatal, consoante leciona Juarez Freitas, na obra O Controle dos Atos Administrativos, págs.84/85:

"No tocante o princípio da eficiência (art.37 da CF) ou economicidade e da otimização da ação estatal, urge memorar que o administrador público está obrigado a obrar tendo como parâmetro o ótimo. Em outro dizer, tem o compromisso indeclinável de encontrar a solução mais adequada economicamente na gestão da coisa pública. Em outro dizer, tem o compromisso indeclinável de encontrar a solução mais adequada economicamente na gestão da coisa pública. A violação manifesta do princípio dar-se-á quando constatado vício de escolha assaz imperfeita dos meios ou parâmetros voltados para a obtenção de determinados fins administrativos."

Por tudo exposto, fica claro ser inviável a competição e legal a contratação direta, opinando pela inexigibilidade, observado-se os dispostos na legislação pertinente, atendo-se o art.26 "caput" da Lei de Licitações e Contratos, no sentido de ser comunicado dentro de 3 dias a autoridade superior para ratificação e publicação na Imprensa Oficial, no prazo de 5 dias, como condição de eficácia dos atos.

, é o Parecer

Campo Bom, 01 de março de 2010.

Resp.téc. pelo instrumento: Alexsandro da Silva Faria - OAB/RS 66.239



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADO(A): GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Sala 102, Bairro Centro, Taquara - RS, neste ato representada por seu sócio Senhor Jorge Bento de Souza, portador da cédula de identidade nº 25.581 expedida pelo CRC-RS e inscrito no CPF sob nº 660.460.680-53, doravante denominada **CONTRATADO(A)**.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e suporte técnico à Central de Controle Interno através de planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão de Controle Interno.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: O contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes, e demais textos legais aplicáveis a espécie, e é celebrado por inexigibilidade de procedimento licitatório, nos termos autorizadores do art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e alterações subsequentes.

DOTAÇÃO/RUBRICA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária/Despesa: 282009/800190.

PREÇO: Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, englobando todas e quaisquer despesas que o(a) Contratado(a) tenha com a mesma, o Contratante pagará a quantia de R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da contraprestação mensal devida dar-se-á em até 30 (trinta) dias contados do vencimento de cada parcela, em conformidade com as datas de pagamento do **CONTRATANTE**, mediante a apresentação, pela **CONTRATADA**, da respectiva Nota Fiscal de Serviços, devidamente visada pelos serviços de Fiscalização, e se for o caso, da retenção prevista no Item **GARANTIAS**, da guia necessária ao recolhimento do percentual de 11% (onze por cento) a ser retido a título de contribuição previdenciária, devidamente preenchido, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que a apresente, sem que tal gere para o **CONTRATANTE** qualquer encargo moratório, acrescido, se for necessário de alíquotas de 04 (quatro), 03 (três) ou 02 (dois) pontos percentuais, caso o licitante contratado desenvolver atividades em condições especiais que exponha seus empregados a riscos prejudiciais a sua saúde ou integridade física, que permitam aposentadoria especial após 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, conforme I. N. – INSS/DC nº 087/2003.

Parágrafo 1º: A Nota Fiscal de Serviços, instruída na forma antes detalhada, deverá ser apresentada à Secretaria de Finanças para o efetivo pagamento.

Parágrafo 2º: Tendo sido impostas penalidades à **CONTRATADA**, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido. Em caso de pagamentos mensais, observar-se-á o limite mensal de desconto igual a 10% (dez por cento) do valor da Nota Fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

Parágrafo 3º: Não haverá antecipações do pagamento devido.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



Parágrafo 4º: Nenhum pagamento feito pelo CONTRATANTE isenta a CONTRATADA de qualquer responsabilidade.

Parágrafo 5º: À CONTRATADA é vedado negociar, efetuar a cobrança e/ou o desconto de eventuais títulos cambiariformes emitidos em decorrência deste contrato, na rede bancária ou com terceiros, eis que permitida somente na cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na Tesouraria do CONTRATANTE.

Parágrafo 6º: Todo e qualquer pagamento poderá ser sustado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

- a) desatada qualquer determinação do Serviço de Fiscalização do MUNICÍPIO;
- b) havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no contrato e/ou seus aditivos, ou na proposta apresentada;
- c) em ocorrendo imperfeições técnicas, ou inadequada execução dos serviços, sem que tenha havido, pela CONTRATADA, a reparação do que foi equivocado ou irregularmente executado.

Parágrafo 7º: Sustado o pagamento, será a CONTRATADA cientificada por escrito, para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias.

PRAZO: O prazo de duração do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, facultada eventual prorrogação, a critério exclusivo do Contratante, havendo justificativa para tanto, e observado o disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante regular aditivo contratual.

EXECUÇÃO: O(A) Contratado(a) prestará os serviços utilizando a melhor técnica aplicável, deverá ainda realizar 02 (duas) visitas mensais ao Município para a devida execução dos serviços.

RESPONSABILIDADES: O(A) Contratado(a) responsabiliza-se, isolada e integralmente, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, assim como pelos encargos trabalhistas, cíveis, previdenciários, fundiários, tributários, autorais, dentre outros, decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução da mesma, e pelo estrito respeito às normas técnicas aplicáveis ao caso, de tal sorte a nada ser carreado ao Contratante, ao qual, por cautela, em qualquer caso, é assegurado direito regressivo por tudo que acaso tenha que despendar em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

Parágrafo Único - Responsabiliza-se também o contratado, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos seus, em razão de ação ou omissão sua na prestação dos serviços, garantindo desde logo ao Contratante direito regressivo na forma do *caput*.

FISCALIZAÇÃO: O Contratante poderá designar servidor seu, ou terceiro devidamente habilitado a tanto, para exercer rotineira fiscalização das atividades do(a) Contratado(a).

Parágrafo 1º: A fiscalização, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais, não eximirá o(a) Contratado(a) de qualquer responsabilidade deste ajuste.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



Parágrafo 2º: Eventual tolerância ou omissão do Contratante não poderá ser oposta pelo(a) Contratado(a) a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade.

PENALIDADES: Ao(À) Contratado(a), pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo de eventuais indenizações devidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 87 da Lei de Licitações, isolada ou cumulativamente, sendo que para tais fins é desde logo definido que constituindo-se a punição em multa por infração contratual, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, e a 10% (dez por cento) do valor total do mesmo, em caso de rescisão imotivada do ajuste pelo Contratado (a), ou justificada, pelo Contratante.

Parágrafo 1º: Na imposição de penalidades, observar-se-á a gravidade da infração, assegurado ao(à) Contratado(a), em qualquer caso, direito de recurso, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 2º: A imposição de penalidade não impede a concomitante rescisão contratual.

RESCISÃO: Constituem motivos para a rescisão contratual aqueles aplicáveis ao caso, previstos nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, decorrendo as consequências referidas no art. 80 do mesmo diploma, sem prejuízo de eventuais sanções acaso impostas pelo Contratante.

GARANTIAS: Não são exigidas garantias do cumprimento do ajuste pelo(a) CONTRATADO(A).

Parágrafo 1º: Em garantia da elisão da responsabilidade solidária do Município pelas contribuições previdenciárias devidas pelo(a) CONTRATADO(A) em razão dos serviços objeto deste ajuste - responsabilidade esta prevista no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/91, e no parágrafo 2º artigo 71 da Lei nº 8.666/93 -, será procedida, conforme orientado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP Nº 3, DE 14 DE JULHO DE 2005, a retenção e o recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), - acrescido, se for necessário de alíquotas de 4%, 3% ou 2%, caso o(a) CONTRATADO(A) desenvolver atividades em condições especiais, que exponha seus empregados a riscos prejudiciais a sua saúde ou integridade física, permitindo aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição - incidente sobre o valor das notas fiscais representativas do preço dos serviços, apresentadas pelo (a) CONTRATADO (A).

Parágrafo 2º: O (A) CONTRATADO (A) que esteja obrigado a fornecer material ou dispor de equipamentos próprios ou de terceiros, indispensáveis à execução dos serviços, cujos valores estejam estabelecidos contratualmente, sendo as parcelas correspondentes discriminadas também na nota fiscal representativa do preço dos serviços, terá tais valores liberados da retenção. Não se admitirá, em qualquer caso, que o valor relativo aos serviços seja inferior a 50% do valor bruto da nota fiscal.

Parágrafo 3º: O (A) CONTRATADO (A) estará dispensado da retenção quando:

- a) o valor correspondente a onze por cento dos serviços contidos em cada nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços for inferior ao limite mínimo estabelecido pela SRP para recolhimento em documento de arrecadação;
- b) comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, não possuir empregados, e os serviços forem prestados, pessoalmente, pelo titular ou sócio, e o faturamento do mês anterior for igual ou inferior a duas vezes o limite Máximo do salário de contribuição, cumulativamente;



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



15/3

c) comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, ou através de consignação do fato na nota fiscal, na fatura, ou no recibo de prestação de serviços, que a contratação envolveu somente serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal, ou serviços de treinamento e ensino, desde que prestados pessoalmente pelos sócios, sem o concurso de empregados ou outros contribuintes individuais.

Parágrafo 4º: O (A) CONTRATADO (A) sujeito à retenção, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal representativa do preço dos serviços, a guia necessária ao recolhimento do montante retido a título de contribuição previdenciária, devidamente preenchida, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que apresente, sem que tal gere para o CONTRATANTE qualquer encargo moratório.

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: O(A) Contratado(a) obriga-se a manter, durante a vigência deste ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a sua contratação.

CESSÃO: Este contrato e/ou quaisquer direitos dele decorrentes não pode ser cedido e/ou transferido pelo(a) Contratado(a) à terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do Contratante.


ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: O(A) Contratado(a) fica obrigado a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do que foi inicialmente pactuado, mediante regular aditamento contratual.

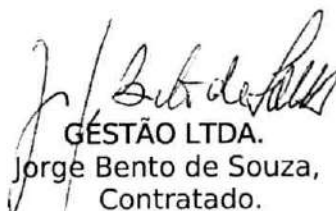
FORO: É eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir qualquer controvérsia decorrente do presente pacto.

SITUAÇÕES NÃO-PREVISTAS: Situações não-previstas expressamente neste instrumento, se incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subseqüentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.


E, assim, por estarem justos e contratados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, ante testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, por si e sucessores, para que surta os devidos efeitos legais.

Campo Bom, 01 de março de 2010.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Faisal Mottin Karam,
Prefeito Municipal.


GESTÃO LTDA.
Jorge Bento de Souza,
Contratado.

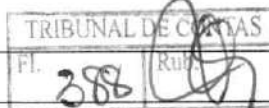
Testemunhas:

Responsável Técnico pelo Instrumento:

 Alexandre da Silva Faria – OAB/RS Nº 66239

MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Av. Independencia, 800
Campo Bom - RS - CEP 93.700-000
CNPJ: 90.832.619/0001-55
Fone: (051)3598-8600



NOTA DE EMPENHO

Dotacao Principal: 282009 Dotacao Secundaria: 800190
 Orgao.....: 02 GABINETE DO PREFEITO
 Unidade.....: 02 COMPAQ E CONTROLE INTERNO
 Funcao.....: 04 Administracao
 Subfuncao...: 124 Controle Interno
 Programa....: 0117 Sistema de Controle Interno
 Proj/Ativ...: 2009 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO
 Categoria...: 339035010000 ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURI
 Recurso.....: 0001 RECURSO LIVRE

Credor.....: GESTAO LTDA. Codigo 135228
 Endereco....: RUA JULIO DE CASTILHO, 2260 SALA 10
 Cidade.....: TAQUARA 03713762000123
 Bco-Cta-Ag.: 0001 13.175-X 004162 5413355

| | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| N. da Via 1 Via | Empenho 002011/2010 |
| Tipo Ordinario | Recurso Orcamentario |
| Licitacao Inexigivel | Numero 178/10 |
| Solicitacao 111672 | Processo Compra 264669 |
| Emissao 01.03.2010 | Vencimento Conforme Calendario |
| Total de Creditos | 25.000,00 |
| Saldo Anterior | 20.570,48 |
| Valor do Empenho | 18.000,00 |
| Saldo Atual | 2.570,48 |

| Quantidade | Ud. | Descricao | Valor Unitario | Valor Total |
|------------|-----|--|----------------|-------------|
| 10,0 | SE | PRESTACAO DE SERVICO ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E SUPORTE TECNICO A CENTRAL DE CONTROLE INTERNO ATRAVES DE PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA COMISSAO DE CONTROLE INTERNO QUANTIDADE - 2 VISITAS MENSAIS NO MUNICIPIO. VALOR MENSAL: R\$ 1.800,00 VIGENCIA DO CONTRATO: 01.03.2011. EMPENHO ATE 31/12/2010. | 1.800,000 | 18.000,00 |

Local de Entrega:
AV. DOS ESTADOS, 1728

Total Geral 18.000,00

| | | |
|--|--|---|
| Joria Geral: EMPENHADO Conferido Contador | Pague-se: DATA _____/_____/_____ Prefeito Municipal | Tesouraria: Cheque: _____ Banco: _____ Data: _____/_____/_____ Tesoureiro |
|--|--|---|

Recebi (emos) da Prefeitura Municipal de Campo Bom a importancia abaixo especificada, referente a:

() Parte do Valor Empenhado

() Saldo/Total Empenhado

R\$ _____ Em: _____/_____/_____

R\$ _____ Em: _____/_____/_____

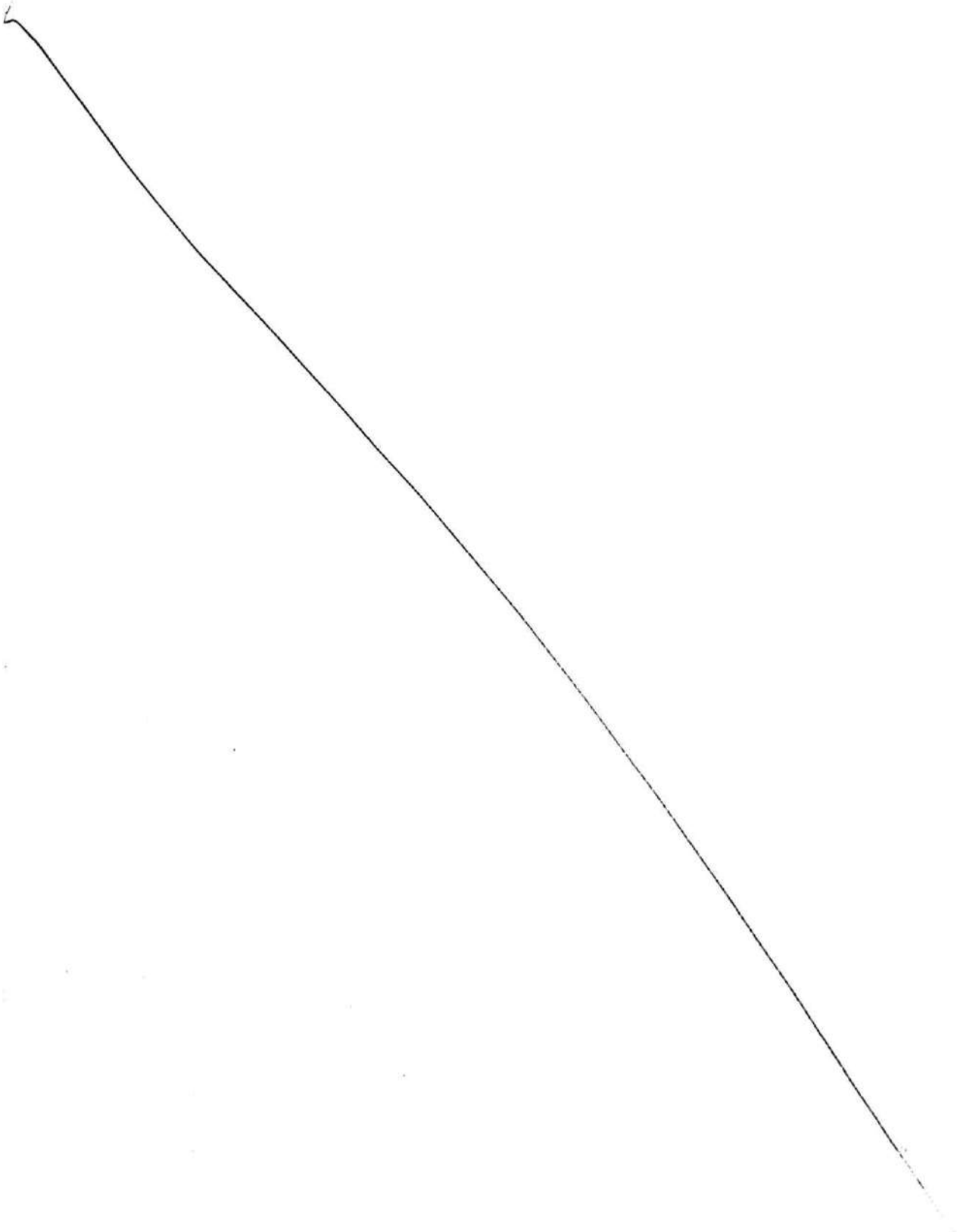
credor

credor

| | |
|--------------------|--|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 389 | Reb.  |

| | |
|--------------------|---|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 388 | Reb.  |

123 p





**REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO(S)
E/OU INFORMAÇÃO(ÕES)**

Nº 10/2011

UNIDADE AUDITADA

Executivo Municipal de Campo Bom

SIMBOLOGIA:

1ª VIA - UNIDADE AUDITADA

2ª VIA - TRIBUNAL DE CONTAS

PRAZO PARA ENTREGA DA SOLICITAÇÃO:

02/05/2011

Observação:

As informações, inclusive as relativas a eventual inexistência de algum documento, devem **ser feitas por escrito**.

Com base nos termos dos **artigos 31, 70 e 71 da Constituição Federal, artigos 70 e 71 da Constituição Estadual e artigo 33, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.424, de 06-01-00**, requisitamos o(s) documento(s) e/ou informação(ões) abaixo:

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1. Informar os membros que compuseram a Central do Sistema de Controle Interno desse Município no período de 29/07 a 31/12/10;
2. Informar se os membros da Central de Controle Interno exerceram outras atividades além das pertinentes ao controle interno no período de 29/07 a 31/12/10;
3. Apresentar os trabalhos realizados pela Central de Controle Interno no ano de 2010.

Leandro Tadeu Souza dos Santos
Auditor Público Externo
Matrícula nº 2.402945.9

UNIDADE AUD./RECEBIMENTO DESTA REQUISIÇÃO:

Data: / /

Nome:

Cargo:

Ass:

TCE/RECEBIMENTO DE DOCUMENTO(S) E/OU INFORMAÇÃO(ÕES)

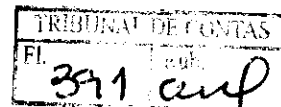
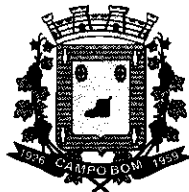
Data: / /

Obs.:

Nome:

Matrícula:

Ass:



**Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
Secretaria de Finanças**

CAMPO BOM, 04 de maio de 2011..

Prezado Senhor :

Em resposta a sua solicitação de informações sobre os membros que compuseram a Central de Controle Interno do Município no período de 29/07/2010 à 31/12/2010 e se os mesmos exerceram outras atividades além das pertinentes ao controle Interno neste mesmo período.

Informamos que os três integrantes são servidores efetivos e relacionamos abaixo as portarias de nomeação dos mesmos:

| Portaria nº | Servidor | Cargo |
|----------------------|------------------------|-----------------------------------|
| 28.988/10-16-06-2010 | Ilone Maria Zimmermann | Assessora Superior Contábil |
| 26.223/09-05-01-2009 | Telmo Corrêa Sobrinho | Assessor Superior de Planejamento |
| 11.898/98-06-05-1998 | Jerri Luis de Moraes | Auxiliar de Tesoureiro |

Segue em anexo as portarias, bem como o detalhamento das atribuições dos cargos, conforme consta na lei de cargos e salários deste município.

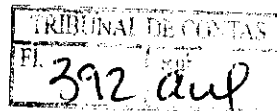
Segue em anexo relatórios dos trabalhos realizados pela Central de Controle Interno no ano de 2010.

Atenciosamente.


JERRI LUIS DE MORAES



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



TERMO ADITIVO 001 ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2010 firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e a empresa GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam.

CONTRATADA: GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.713.762/0001-23, sediada na Rua Julio de Castilhos, nº 2260, Taquara/RS, neste ato representada por seu procurador, Senhor Jorge Bento de Souza, portador da cédula de identidade nº 25.581 expedida pelo CRC-RS e inscrito no CPF sob o nº 660.460.680-53.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em decorrência do contrato com inexigibilidade de procedimento licitatório, nos termos do artigo 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e alterações subseqüentes, firmaram em 01/03/2010, o contrato de prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e suporte técnico à Central de Controle Interno através de planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão de Controle Interno, pelo valor global de R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos), com prazo contratual de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, resolvem agora aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando os serviços prestados pela contratada, serem indispensáveis à Comissão de Controle Interno, sendo necessária a prorrogação do ajuste, resolvem as partes, com amparo na cláusula prazo do instrumento contratual original e considerando o disposto no art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de março de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA: A contraprestação pecuniária mensal será reajustada para o valor de R\$ 1.914,47 (hum mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos), consoante a variação do INPC-IBGE entre março/10 a março/11, consoante cálculos inclusos, que passam a ser parte integrante deste instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA: As despesas deste ajuste correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 282009/800190.

CLÁUSULA QUARTA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 01 de março de 2011.

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Faisal Mothci Karam,
Prefeito Municipal.

[Assinatura]
GESTÃO LTDA
Contratada.

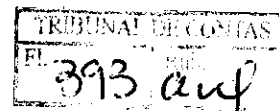
Testemunhas:

[Assinaturas]

Responsável Técnico pelo Instrumento: Alexandre da Silva Faria – OAB/RS 66.239



Gestão Ltda.



PROGRAMAÇÃO AGENDA 4º TRIMESTRE DE 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

OUTUBRO DE 2010:

18/10/2010 – ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

27/10/2010 – EMPENHOS

NOVEMBRO DE 2010:

04/11/2010 – TRANSPORTE ESCOLAR

23/11/2010 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR + REVISÃO LEI DO CONTROLE INTERNO
E REGIMENTO INTERNO

DEZEMBRO DE 2010:

10/12/2010 - SAÚDE

17/12/2010 – AUXÍLIOS / CONVÊNIOS / SUBVENÇÕES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Direção de Controle e Fiscalização



Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Data Inicial: 01/01/2010 Data Final: 31/12/2010 CNPJ: 90832619000155 CB:610151609220296 AFE: 03359298

EXTRATO DE CREDORES POR CRITÉRIOS

Crerios utilizados:

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PERÍODO DE 01/01/2010 A 31/12/2010

GRUPO= true

Classificado por:

GESTAO LTDA.

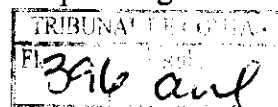
Código: 0000135228

| EMP Nº: | EMP: | LIQ: | PAG: |
|------------|-----------|--|-----------|
| 2010000070 | 0,00 | | |
| 04/01/2010 | 1.262,42 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. | |
| 18/06/2010 | -1.262,42 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. | |
| LIQ: | | | |
| PAG: | | | |
| EMP Nº: | EMP: | LIQ: | PAG: |
| 2010000071 | 2.980,80 | 2.980,80 | 2.980,80 |
| 04/01/2010 | 3.167,10 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. VIGENCIA DO CONTRATO 01/03/2010. REFERENTE ADITIVO 02 MESES. | |
| 18/06/2010 | -186,30 | SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA PARA O CONTROLE INTERNO. VIGENCIA DO CONTRATO 01/03/2010. REFERENTE ADITIVO 02 MESES. | |
| LIQ: | | | |
| 04/02/2010 | 1.490,40 | VALOR LIQUIDADO NF751 | |
| 10/03/2010 | 1.490,40 | VALOR LIQUIDADO NF 767 | |
| PAG: | | | |
| 19/02/2010 | 1.468,04 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 19/02/2010 | 22,36 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 16/03/2010 | 1.468,04 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 16/03/2010 | 22,36 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| EMP Nº: | EMP: | LIQ: | PAG: |
| 2010002011 | 18.000,00 | 18.000,00 | 16.200,00 |
| 01/03/2010 | 18.000,00 | PRESTACAO DE SERVICO ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E SUPORTE TECNICO A CENTRAL DE CONTROLE INTERNO ATRAVES DE PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA | |
| LIQ: | | | |
| 01/04/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 842 | |
| 03/05/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 871 | |
| 31/05/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 917. | |
| 07/07/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1013 | |
| 06/08/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1054 | |
| 03/09/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1123. | |
| 06/10/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1172. | |
| 10/11/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1214 | |
| 02/12/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1256 | |
| 22/12/2010 | 1.800,00 | VALOR LIQUIDADO NF 1310 | |
| PAG: | | | |
| 15/04/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 15/04/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 07/05/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 07/05/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 08/06/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 08/06/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 15/07/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| 15/07/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA | |

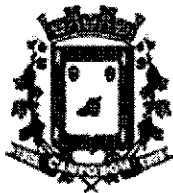
| | | | |
|-------------------------|--------------------|-----------------------|--|
| | 17/08/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 17/08/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 15/09/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 15/09/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 15/10/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 15/10/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 17/11/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 17/11/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 20/12/2010 | 1.773,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 20/12/2010 | 27,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| EMP Nº: | 2010002391 | EMP: 520,00 | LIQ: 520,00 PAG: 520,00 |
| | 23/03/2010 | 520,00 | CURSO "QUALIDADE NA GESTAO EDUCACIONAL", NOS DIAS 24 E 25 DE MARCO DE 2010, AS FUNCIONARIAS ELIANE DOS REIS E CLEUSA MARIA PEREIRA DA SILVA FLESCH |
| LIQ: | 23/03/2010 | 520,00 | VALOR LIQUIDADO |
| PAG: | 24/03/2010 | 520,00 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| EMP Nº: | 2010004977 | EMP: 440,00 | LIQ: 440,00 PAG: 440,00 |
| | 14/06/2010 | 440,00 | TAXA DE INSCRICAO NO CURSO " A CIENCIA DO APRENDIZADO E MEMORIA" NOS DIAS 16 E 17 DE JUNHO DE 2010, AS FUNCIONARIAS MARLISE CLAUDETE FRANCO PADILHA E ANATEJA DALANE |
| LIQ: | 21/06/2010 | 440,00 | VALOR LIQUIDADO NF 953. |
| PAG: | 30/06/2010 | 433,40 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| | 30/06/2010 | 6,60 | PAGAMENTO NESTA DATA |
| TOTAL DO CREDOR: | EMP: | 21.940,80 | LIQ: 21.940,80 PAG: 20.140,80 |
| RELATÓRIO: | 5 EMP: | 21.940,80 | 4 LIQ: 21.940,80 4 PAG: 20.140,80 |
| REMESSA: | 12.721 EMP: | 106.818.008,25 | 16.173 LIQ: 105.154.577,89 17.694 PAG: 101.587.101,03 |
| PERCENTUAL: | 0,04 % EMP: | 0,02 % | 0,02 % LIQ: 0,02 % 0,02 % PAG: 0,02 % |

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

SAD-->S



... Imprimir ...



Câmara Municipal de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 3.237, DE 01/07/2008

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito e Vice-Prefeito para o Quatriênio de 2009-2012.

ARMIN RUDY BLOS, Vice-Prefeito no exercício do Cargo de Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipais, no Quatriênio de 2009 a 2012, será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º O Prefeito Municipal receberá subsídio mensal no valor de R\$ 15.194,34 (quinze mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos).

Art. 3º O Vice-Prefeito Municipal receberá subsídio mensal no valor de R\$ 7.255,73 (sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Art. 4º O substituto que, na forma da Lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período da substituição.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este artigo levará em consideração o número de dias em que ocorrer a substituição.

Art. 5º Os subsídios mensais do Prefeito e Vice-Prefeito terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para os reajustes de remuneração dos Servidores do Município.

Art. 6º O Prefeito e Vice-Prefeito, quando em licença por motivo de saúde, perceberão o seu subsídio mensal, sendo os 15 (quinze) dias iniciais pagos pela Prefeitura Municipal, e, a partir do 16º (décimo sexto) dia, pela Previdência Social.

Art. 7º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal do Prefeito e Vice-Prefeito, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência do extrapolamento dos limites legais e/ou constitucionais.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

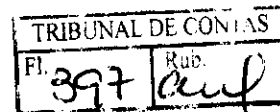
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 1º de julho de 2008.

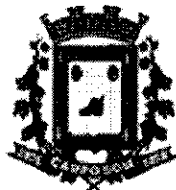
Armin Rudy Blos,
VICE-PREFEITO MUNICIPAL,
Em exercício.

Registre-se e Publique-se

Cheila Daniele Santos,
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO,
Substituta.



Imprimir



Câmara Municipal de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 3.363, DE 27/03/2009

Autoriza a revisão geral anual da contraprestação pecuniária dos servidores municipais ativos, inativos, e pensionistas, e dos empregados públicos municipais.

FAISAL MOTHCI KARAM, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado, em sede de revisão geral anual, a conceder aos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, e aos empregados públicos municipais, um percentual de reajuste igual a 2% (dois por cento), a incidir a contar de 01 de março de 2009, sobre os respectivos rendimentos básicos.

Parágrafo único. São abrangidos pelo reajuste de vencimentos, salários, proventos e pensões de que trata o *caput* deste artigo, os seguintes segmentos de servidores ativos, inativos e pensionistas:

a) servidores estatutários ativos, integrantes dos Quadros Efetivo, Comissionado e de Direção Chefia e Assessoramento, do Poder Executivo Municipal, e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom - IPASEMCB;

b) servidores estatutários inativos, e pensionistas, do Município de Campo Bom e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom - IPASEMCB;

c) empregados públicos municipais, e servidores públicos municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, constitucionalmente estabilizados, e vinculados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias pertinentes.

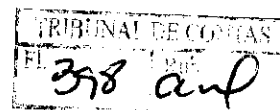
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os respectivos efeitos a 01 de março de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 27 de março de 2009.

Faisal Mothci Karam,
PREFEITO MUNICIPAL.

Registre-se e Publique-se

Rejane Griesang Schenkel,
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

LEI MUNICIPAL Nº 3.540/2010, de 16 de março de 2010.

DEFINE A REVISÃO GERAL ANUAL DA CONTRAPRESTAÇÃO
PECUNIÁRIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, E
PENSIONISTAS.

FAISAL MOTHCI KARAM, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores, aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Em sede de revisão geral anual de remuneração, fica concedido aos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, um percentual de reajuste igual a 4% (quatro por cento), a incidir a contar de 01 de março de 2010, sobre os vencimentos e salários básicos, proventos e pensões.

Parágrafo Único - São abrangidos pelo disposto no caput deste art. 1º:

a) os servidores estatutários ativos, integrantes dos Quadros Efetivo, Comissionado e de Direção Chefia e Assessoramento, do Poder Executivo Municipal, do Poder Legislativo, e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom;

b) os servidores estatutários inativos, e pensionistas do Município de Campo Bom e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom;

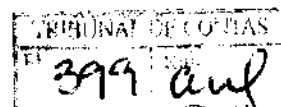
c) os empregados públicos municipais, e os servidores públicos municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, constitucionalmente estabilizados.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias pertinentes.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os respectivos efeitos a 1º de março de 2010.

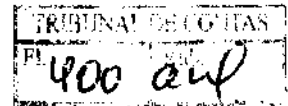
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 16 de março de 2010.

FAISAL MOTHCI KARAM,
Prefeito Municipal.



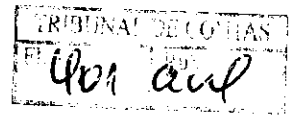
**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

REJANE GRIESANG SCHENKEL,
Secretária de Administração.



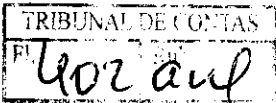
Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cadastro | Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base |
|-----------------------------|------------|----------------|--------------------|------------|-----------|-----------|--------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| 06d Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 6.893 FAISAL MOTHCI KARAM | | | PREFEITO MUNICIPAL | 01/01/2009 | 01 | 01 | 09 |
| 000000000 - C | 1006351199 | 124.18561.09.9 | 309.364.890/49 | | | | 16.118,1600 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 038 Subsidio Prefeito | 15.498,23 | 15.498,23 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 95.469,10 |
| Total: Proventos | 15.498,23 | 15.498,23 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 95.469,10 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 537,27 | | | | 537,27 |
| 302 INSS | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 2.254,86 |
| 304 IRRF | 3.424,45 | 3.424,45 | 3.594,93 | 3.594,93 | 3.594,93 | 3.594,93 | 21.228,62 |
| Total: Descontos | 3.800,26 | 3.800,26 | 4.508,01 | 3.970,74 | 3.970,74 | 3.970,74 | 24.020,75 |
| Salário Base | 15.498,23 | 15.498,23 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 95.469,10 |
| Líquido | 11.697,97 | 11.697,97 | 11.610,15 | 12.147,42 | 12.147,42 | 12.147,42 | 71.448,35 |



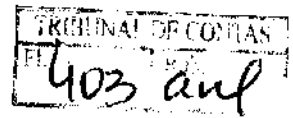
Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome | | Cargo | | Admissão | | ST CT TC | | Salário Base | |
|----------------------|---------------------------|------------|----------------|--------------------|------------|-----------|-----------|--------------|-------------|
| CTPS | | Identidade | PIS | CPF | Demissão | | Causa | | |
| Cód | Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 6.893 | FAISAL MOTHCI KARAM | | | PREFEITO MUNICIPAL | 01/01/2009 | 01 | 01 | 09 | 16.118,1600 |
| | 000000000 - 0 | 1006351199 | 124.18561.09.9 | 309.364.890/49 | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | | |
| 012 | Férias | | | 5.372,72 | | | | 5.372,72 | |
| 039 | Subsidio Prefeito | 16.118,16 | 16.118,16 | 10.745,44 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 91.336,24 | |
| 799 | Subsidio Pref 13. salario | | | | | | 16.118,16 | 16.118,16 | |
| Total: Proventos | | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 32.236,32 | 112.827,12 | |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | | |
| 002 | INSS | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 2.288,46 | |
| 303 | INSS s/ 13º Salário | | | | | | 381,41 | 381,41 | |
| 304 | IRRF | 3.593,39 | 3.593,39 | 2.115,89 | 3.593,39 | 3.593,39 | 3.593,39 | 20.082,84 | |
| 306 | IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 3.593,39 | 3.593,39 | |
| 308 | IRRF s/ Férias | | | 743,28 | | | | 743,28 | |
| Total: Descontos | | 3.974,80 | 3.974,80 | 3.240,58 | 3.974,80 | 3.974,80 | 7.949,60 | 27.089,38 | |
| Salário Base | | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 16.118,16 | 96.708,96 | |
| Líquido | | 12.143,36 | 12.143,36 | 12.877,58 | 12.143,36 | 12.143,36 | 24.286,72 | 85.737,74 | |



Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|-----------------------------|------------|----------------|----------------|----------|----------|--------------|------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 6.911 SUZANA AMBROS PEREIRA | | VICE PREFEITO | 01/01/2009 | 01 | 01 | 09 | 7.696,8700 |
| 000005884 - 33 RS | | 170.38857.19.1 | 382.923.940/87 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 039 Subsidio Prefeito | | 2.066,44 | | | | | 2.066,44 |
| 041 Subsidio Vice-Prefeito | 7.400,84 | 6.431,94 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 44.620,26 |
| Total: Proventos | 7.400,84 | 8.498,38 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 46.686,70 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 246,69 | | | | 246,69 |
| 302 INSS | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 2.254,86 |
| 304 IRRF | 1.239,10 | 1.540,93 | 1.320,51 | 1.320,51 | 1.320,51 | 1.320,51 | 8.062,07 |
| 960 Emp. Consig. BANRISUL | 897,06 | 897,06 | 897,06 | 897,06 | 897,06 | 897,06 | 5.382,36 |
| Total: Descontos | 2.511,97 | 2.813,80 | 2.840,07 | 2.593,38 | 2.593,38 | 2.593,38 | 15.945,98 |
| Salário Base | 7.400,84 | 7.400,84 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 45.589,16 |
| Líquido | 4.888,87 | 5.684,58 | 4.856,80 | 5.103,49 | 5.103,49 | 5.103,49 | 30.740,72 |



Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro | Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|----------------------|--------------------------|----------|----------------|----------------|----------|----------|-----------------|------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | | |
| Cód | Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| 6.911 | SUZANA AMBROS PEREIRA | | VICE PREFEITO | 01/01/2009 | 01 | 01 | 09 | 7.696,8700 |
| | 000005884 - 33 RS | | 170.38857.19.1 | 382.923.940/87 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | |
| 341 | Subsidio Vice-Prefeito | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 46.181,22 |
| 854 | Subsidio vice pref 13. s | | | | | | <u>7.696,87</u> | 7.696,87 |
| Total: Proventos | | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 15.393,74 | 53.878,09 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | |
| 302 | INSS | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 2.288,46 |
| 303 | INSS s/ 13º Salário | | | | | | 381,41 | 381,41 |
| 304 | IRRF | 1.318,97 | 1.318,97 | 1.318,97 | 1.318,97 | 1.318,97 | 1.318,97 | 7.913,82 |
| 306 | IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 1.318,97 | 1.318,97 |
| 966 | Emp. Consig. BANRISUL | 897,06 | 1.531,29 | 1.531,29 | 1.531,29 | 1.531,29 | 1.531,29 | 8.553,51 |
| Total: Descontos | | 2.597,44 | 3.231,67 | 3.231,67 | 3.231,67 | 3.231,67 | 4.932,05 | 20.456,17 |
| Salário Base | | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 7.696,87 | 46.181,22 |
| Líquido | | 5.099,43 | 4.465,20 | 4.465,20 | 4.465,20 | 4.465,20 | 10.461,69 | 33.421,92 |

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/94, de 13 de abril de 1994

"Dispõe sobre a fixação de
diárias do Prefeito e do
Vice-Prefeito."

OSVINO NUNES PINHEIRO, Presidente da Câmara
Municipal de Campo Bom.

FAÇO SABER, no usodas atribuições que me confe-
rê a Lei Orgânica do Município, em seu Artigo 46, que
a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decre-
to Legislativo.

ARTIGO 1º - Sempre que o Prefeito e/ou Vice-
Prefeito representar o Poder Executivo fora do território
do Município, fará jus a diária fixada nos termos do pre-
sente Decreto Legislativo.

ARTIGO 2º - O valor da diária a ser percebida
pelo Prefeito e/ou Vice-Prefeito será de 1/45 (um quaren-
ta e cinco avos) do valor da respectiva remuneração men-
sal, quando o deslocamento se der dentro do Estado, sem
pernoite; 1/30 (um trinta avos), quando o deslocamento se
der dentro do Estado, com pernoite; multiplicado este va-
lor por 3 (três) quando o deslocamento se der fora do Es-
tado, com pernoite; e multiplicado por 4 (quatro) quando
o deslocamento se der fora do País.

ARTIGO 3º - Os valores acima referidos corres-
pondem à diária completa, englobando gastos com alimenta-
ção e hospedagem, excluídas as passagens.

ARTIGO 4º - As verbas destinadas ao pagamento
da diária não dependerão de comprovação dos respectivos
gastos.

"Não há justiça onde houver privilégios"
A lei é igual para todos


O Poder Legislativo é o Suporte
Da democracia

fls. 02 ...

ARTIGO 5º - Revogadas as disposições em
contrário, este Decreto Legislativo entrará em vigor
na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES PRESIDENTE VARGAS, 13 de abril de 1994


OSVALDO NUNES PINHEIRO
PRESIDENTE


NELSON SCHNEIDER
1º SECRETÁRIO

"Não há justiça onde houver privilégios"
A lei é igual para todos

O Poder Legislativo é o Suporte
Da democracia



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
Avenida Independência, 800 – Centro – CEP 93700-000
CGC: 90.832.619/0001-55
Fone: (051) 3598-8600



Ilma Senhora Auditora

Eda Regina Doederlein Schwartz

Em resposta a requisição de documentos 14/2011, informo:

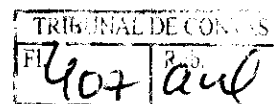
- a rubrica 09 corresponde ao pagamento do auxílio alimentação, concedido pela Lei Municipal nº. 3.539, de 16/03/2010. A rubrica 89, refere-se a parcela complementar da Lei Municipal nº. 2.412/03, alterada pela LM 2.441/03 (anexa);
- o Decreto Legislativo 01/94, permanece vigente (anexo);

Campo Bom, 06 de maio de 2011.


Cristiane Strunck
Assessora Especial em Recursos Humanos



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS



21/11/11

Protocolo de Contas-Protocolo
16433004507-1/2

Campo Bom, 24 de maio de 2011.

Ilustríssima Senhora!

Presentes as indagações constantes da requisição n. 14/2011, vimos manifestar o seguinte:

- a) termo aditivo ao contrato com a AESC : - atendida
- b) rubricas 009 e 0089 da Folha de Pagamentos: - atendida
- c) demonstrativo do quadro de pessoal relativo aos cargos em comissão: - atendida
- d) cópia do empenho 511/2010: - atendida

Relativamente aos demais questionamentos, informamos o seguinte:

1. Decreto Legislativo 01/1994, relativo as diárias do Prefeito e do Vice-Prefeito:

O Decreto Legislativo 01/1994, relativo as diárias do Prefeito e do Vice-Prefeito, está sendo revogado pela Edilidade, haja visto a aprovação da Lei Municipal n. 3.698/2011, que passa a regular a matéria, em atendimento as orientações do Serviço de Auditoria desta Casa;

À Ilma. Sra . EDA REGINA DOEDERLEIN SCHWARTZ
MD. AUDITORA PÚBLICA EXTERNA
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

2. Pagamento de gratificação natalina e terço constitucional de férias aos agente políticos:

Não há legislação específica determinando tais pagas aos agentes políticos, desde a fixação dos subsídios em 2004, pela Lei Municipal n. 2.674/2004 (anteriormente havia, cf. inclusas Leis Municipais ns. 1893/1998 e 2.131/2001), considerando o entendimento do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, em sessão plenária, na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 70015120249, julgada em 21.08.2006, em consonância com o posicionamento que já há muito vinha se consolidando, no sentido da respectiva desnecessidade, pois paga decorrente de mandamento constitucional relativamente ao qual a manifestação legal infra-constitucional é desnecessária (grifos nossos):

"DES. OSVALDO STEFANELLO (RELATOR)

...Sobre o décimo terceiro salário e o terço de férias, assim dispõe a Constituição Federal

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

(...)

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

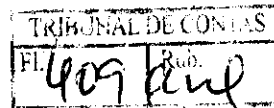
Com efeito, trata-se de vantagens constitucionais, que não dependem de legislação infraconstitucional para serem consideradas devidas e alcançadas a todos os trabalhadores, sejam eles da iniciativa privada ou servidores públicos.

Com bem explicitou o Desembargador ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO no julgamento da ADIN 70012948279:

"(...) Essas regras do art. 7º da Carta Política, como é de comum sabença, estão integradas no Capítulo II, que trata dos direitos sociais, o qual, por sua vez, pertence ao Título II da Carta, que cuida dos direitos e garantias fundamentais, razão pela qual se tratam de direitos individuais auto-aplicáveis e de eficácia plena (§ 1º do art. 5º da CF/88) que não dependem de legislação inferior



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURIDICOS



para serem invocados – inclusive na via jurisdicional – pelos trabalhadores brasileiros.

Além disso, a disposição constitucional refere ao gênero “trabalhadores urbanos e rurais”, aí incluídos não só os empregados da iniciativa privada, mas também os servidores públicos de qualquer natureza, inclusive os agentes políticos, enquadrados na categoria de servidores públicos lato sensu.

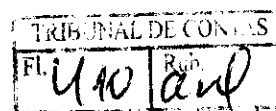
Portanto, o décimo terceiro salário e o terço de férias – assim como as próprias férias – são remunerações devidas a todo e qualquer trabalhador por força da própria Constituição Federal, de modo que todo e qualquer trabalhador só pode ser excluído dessa vantagem por meio de regra específica também de ordem constitucional. Ademais, uma tal disposição, como regra de exclusão de direitos, além de ser específica, deve ser clara e precisa, não podendo ser deduzida por simples interpretação.

E mais: a supressão de tais vantagens só pode ser feita por regra do Poder Constituinte originário, pois, tratando-se de direitos e garantias individuais, ditas vantagens estão cobertas pela cláusula de intangibilidade pelo poder constituinte meramente congressional, a teor do disposto no art. 60, § 4º, inciso IV, da Carta Magna. Assim, ditos direitos e garantias não podem ser retirados dos trabalhadores por meio de simples emenda constitucional meramente congressional, cabendo lembrar, que as alterações procedidas na questão dos subsídios, decorrem de emendas constitucionais provenientes do poder constituinte derivado ou meramente congressional, que não poderiam, mesmo que tivessem tratado do tema da exclusão do décimo terceiro e do terço de férias – e não trataram, como se verá adiante – eliminar direitos e garantias individuais.”

Ademais, o artigo da Constituição Federal tido por malferido - art. 39, § 4º, não consigna nenhuma regra de exclusão do direito dos agentes políticos em perceberem essas vantagens. Pelo contrário, o § 3º estende expressamente tanto o décimo terceiro como o terço de férias a “todos os servidores ocupantes de cargo público”, não fazendo qualquer restrição a servidor eleito e nem a servidor que seja agente político.



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS



Confira-se, novamente, o que dispõe o texto constitucional:

Art. 39, § 3º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

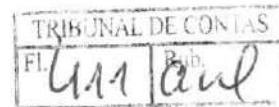
XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

Nesta linha, penso que se fosse intenção do legislador constitucional afastar o recebimento de tais vantagens pelos agentes políticos o teria feito expressamente.

Note-se, ademais, que também o parágrafo 4º do referido dispositivo não faz qualquer referência à exclusão de ditos direitos, em particular, do décimo terceiro e do terço de



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS



férias, de modo que devem ser alcançados também aos agentes políticos em questão.

...

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI

Por outro lado, o 13º salário e o terço de férias são benefícios que foram estendidos à totalidade das pessoas que trabalham no País, não me parecendo que algumas devam ser deles excluídos. Foi um processo gradual.

No 13º é mais claro: primeiro, foram os trabalhadores urbanos; depois, os trabalhadores rurais; depois, os trabalhadores domésticos; depois, os funcionários públicos. Também não vejo incompatibilidade disso com o subsídio. O subsídio tem que ser dado em parcela única, e nada tem isso a ver com receber, ou não, 13º salário, desde que o 13º salário também seja em parcela única. "

Posicionamento Pretoriano este alinhado à doutrina de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em Curso de Direito Constitucional Positivo, 16ª ed., Malheiros, 1999, p. 662/663:

“O conceito de parcela única há de ser buscado no contexto temporal e histórico e no confronto do § 4º do art. 39 com outras disposições constitucionais, especialmente o § 3º do mesmo artigo. Sendo uma espécie remuneratória de trabalho permanente, significa que é pago periodicamente. Logo, a unicidade do subsídio correlaciona-se com essa periodicidade. A parcela é única em cada período, que, por regra, é o mês. Trata-se, pois, de parcela única mensal. Historicamente, subsídio era uma forma de retribuição em duas parcelas: uma fixa e outra variável. Se a constituição não exigisse parcela única, expressamente, essa prevaleceria. A primeira razão da exigência de parcela única consiste em afastar essa duplicidade de parcelas que a tradição configurava no subsídios. A proibição expressa de acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória reforça o repúdio ao conceito tradicional e elimina o vício de fragmentar a remuneração com múltiplos penduricalhos, que desfiguram o sistema retributivo do agente público, gerando desigualdades e injustiças. Mas o conceito de parcela única só repele os acréscimos de espécies remuneratórias do trabalho normal do servidor. Não impede que ele aufera outras verbas pecuniárias que tenham fundamentos diversos, desde que consignados em normas constitucionais. Ora, o § 3º do art.



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

39, remetendo-se ao art. 7º, manda aplicar aos servidores ocupantes de cargos públicos (não ocupantes de mandato eletivo, de emprego ou de funções públicas) algumas vantagens pecuniárias, nele consignadas, que não entram naqueles títulos vedados. Essas vantagens são: décimo terceiro salário (art. 7º, VIII), que não é acréscimo à remuneração mensal, mas um mês a mais de salário; subsídio noturno maior do que o diurno (art. 7º, IX, que determina que a remuneração do trabalho noturno seja superior ao do diurno); salário-família (art. 7º, XII); o subsídio de serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% ao do normal (art. 7º, XVI); o subsídio do período de férias há de ser, pelo menos, um terço a maior do que o normal (art. 7º, XVII). Como se vê, o subsídio, nesses casos, não deixa de ser em parcela única. Apenas será superior ao subsídio normal. Demais, o novo § 7º do art. 39 prevê a possibilidade de adicional e prêmio, no caso de economia com despesas correntes em cada órgão, etc., quebrando ele próprio a unicidade estabelecida.”

3. Atribuições do Vice-Prefeito

As atribuições do vice-prefeito são as constantes da Lei Orgânica Municipal:

"Art. 50. O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito, quando o mesmo estiver Licenciado ou no gozo de férias regulamentares e suceder-lhe-á, no caso de vaga."

4. Leis Municipais ns. 3.060/07, 3.132/07, 3.181/08, 3.383/09, 3.323/09, 3.410/09

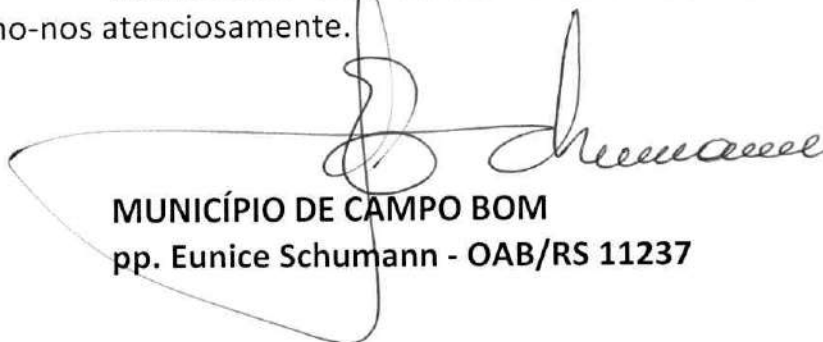
Conforme já informado nos autos do processo n. 966-02.00/09-4, a 05.05.2011, e por orientação deste Serviço de Auditoria, em 12.04.2011, foi editada a Lei Municipal n. 3.698/2011 (cópia inclusa) alterada pela Lei Municipal n. 3.701/2011, de 19.04.2011, em razão da qual restaram extintos todos os cargos públicos municipais criados pelas Leis Municipais nºs. 3.060/07, 3.132/07, 3.181/08, 3.383/09, 3.323/09, 3.410/09.

Ditos cargos, até o advento do referido Diploma de 12.04.2011, estavam providos, com exceção do que se refere ao cargo de assessor de fiscalização ambiental, conforme inclusa declaração.



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

Estabelecido isso, certos de ter esclarecido as indagações,
subscrevemo-nos atenciosamente.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
pp. Eunice Schumann - OAB/RS 11237



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Direção de Controle e Fiscalização



Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Data Inicial: 01/01/2010 Data Final: 31/12/2010 CNPJ: 90832619000155 CB: 610151609220296 AFE: 03359298

EXTRATO DE CREDORES POR CRITÉRIOS

Crítérios utilizados:

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PERÍODO DE 01/01/2010 A 31/12/2010

GRUPO= true

EXERCICIO_ATUAL=S

RUBRICA=DIARIAS NO PAIS

Classificado por: NR_EMPENHO

FAISAL MOTHCI KARAM

Código: 0000010680

| | | | | | | | |
|---------|------------|----------|---|------|----------|------|----------|
| EMP Nº: | 2010000468 | EMP: | 4.649,46 | LIQ: | 4.649,46 | PAG: | 4.649,46 |
| | 11/01/2010 | 4.649,46 | 03 (TRES) DIARIAS PARA SAO PAULO/SP, PARA PARTICIPAR DA 37a COUROMADA DE 18/01/2010 A 21/01/2010. | | | | |
| LIQ: | 11/01/2010 | 4.649,46 | VALOR LIQUIDADO | | | | |
| PAG: | 15/01/2010 | 4.649,46 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | | |
| EMP Nº: | 2010001258 | EMP: | 344,40 | LIQ: | 344,40 | PAG: | 344,40 |
| | 04/02/2010 | 344,40 | 01 (UMA) DIARIA PARA POA NO DIA 05/02/2010, REUNIAO COM DIRETORES DO DAER, VER SITUACAO DA AV. DOS MUNICIPIOS. | | | | |
| LIQ: | 04/02/2010 | 344,40 | VALOR LIQUIDADO | | | | |
| PAG: | 10/02/2010 | 344,40 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | | |
| EMP Nº: | 2010001490 | EMP: | 344,40 | LIQ: | 344,40 | PAG: | 344,40 |
| | 18/02/2010 | 344,40 | 01 (UMA) DIARIA PARA POA NO DIA 18/02/2010, AUDIENCIA NA CORSAN. | | | | |
| LIQ: | 18/02/2010 | 344,40 | VALOR LIQUIDADO | | | | |
| PAG: | 23/02/2010 | 344,40 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | | |
| EMP Nº: | 2010002337 | EMP: | 344,40 | LIQ: | 344,40 | PAG: | 344,40 |
| | 19/03/2010 | 344,40 | 01 (UMA) DIARIA PARA POA/RS, CONSULTA NA CORSAN NO DIA 19/03/2010. | | | | |
| LIQ: | 19/03/2010 | 344,40 | VALOR LIQUIDADO | | | | |
| PAG: | 25/03/2010 | 344,40 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | | |
| EMP Nº: | 2010002423 | EMP: | 358,44 | LIQ: | 358,44 | PAG: | 358,44 |
| | 24/03/2010 | 358,44 | 01 (UMA) DIARIA PARA POA/RS NO DIA 24/03/2010, AUDIENCIA NO DAER. | | | | |
| LIQ: | 25/03/2010 | 358,44 | VALOR LIQUIDADO | | | | |
| PAG: | 31/03/2010 | 358,44 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | | |
| EMP Nº: | 2010002959 | EMP: | 358,17 | LIQ: | 358,17 | PAG: | 358,17 |
| | 08/04/2010 | 358,17 | 01 (UMA) DIARIA PARA POA/RS, NO DIA 08/04/2010 PARA PARTICIPAR DA POSSE SINDICER/RS NA FIERGS. | | | | |
| LIQ: | 09/04/2010 | 358,17 | VALOR LIQUIDADO | | | | |
| PAG: | 12/04/2010 | 358,17 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | | |
| EMP Nº: | 2010003323 | EMP: | 358,17 | LIQ: | 358,17 | PAG: | 358,17 |
| | 27/04/2010 | 358,17 | 01 (UMA) DIARIA PARA PORTO ALEGRE, PARA ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO DIA 27/04/2010. | | | | |
| LIQ: | 28/04/2010 | 358,17 | VALOR LIQUIDADO | | | | |
| PAG: | 03/05/2010 | 358,17 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | | |
| EMP Nº: | 2010003666 | EMP: | 358,17 | LIQ: | 358,17 | PAG: | 358,17 |
| | 30/04/2010 | 358,17 | 01 (UMA) DIARIA PARA PORTO ALEGRE/POA, AUDIENCIA NA SECRETARIA DE SAUDE NO DIA 30/04/2010. | | | | |

| | | | | | | |
|------------------|------------|-----------|--|-----------|----------|----------------|
| LIQ: | 30/04/2010 | 358,17 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 04/05/2010 | 358,17 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010004229 | EMP: | 358,17 | LIQ: | 358,17 | PAG: 358,17 |
| | 25/05/2010 | 358,17 | 01 (UMA) DIARIA PARA PORTO ALEGRE/RS NO DIA 25/05/2010, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - AUDIENCIA PUBLICA DA COMISSAO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS SOBRE SANEAMENTO. | | | |
| LIQ: | 04/06/2010 | 358,17 | Liquidado Nesta Data | | | |
| PAG: | 04/06/2010 | 358,17 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010004642 | EMP: | 358,17 | LIQ: | 358,17 | PAG: 358,17 |
| | 31/05/2010 | 358,17 | 01 (UMA) DIARIA PARA PORTO ALEGRE/RS, PARA CONSULTA NA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE NO DIA 31/05/2010. | | | |
| LIQ: | 31/05/2010 | 358,17 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 08/06/2010 | 358,17 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010004906 | EMP: | 358,17 | LIQ: | 358,17 | PAG: 358,17 |
| | 10/06/2010 | 358,17 | 01 (UMA) DIARIA PARA POA/RS, NO DIA 10 DE JUNHO DE 2010, PARA AUDIENCIA NA SECRETARIA DE EDUCACAO. | | | |
| LIQ: | 11/06/2010 | 358,17 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 17/06/2010 | 358,17 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010005700 | EMP: | 358,17 | LIQ: | 358,17 | PAG: 358,17 |
| | 02/07/2010 | 358,17 | 01 (UMA) DIARIA PARA POA/RS, PARA CONSULTA NA SECRETARIA DE SAUDE NO DIA 02/07/2010. | | | |
| LIQ: | 02/07/2010 | 358,17 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 06/07/2010 | 358,17 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010006476 | EMP: | 358,18 | LIQ: | 358,18 | PAG: 358,18 |
| | 29/07/2010 | 358,18 | 01 (UMA) DIARIA PARA PORTO ALEGRE/RS, PARA ASSINAR CONVENIO NA CAIXA/RS, NO DIA 29/07/2010. | | | |
| LIQ: | 29/07/2010 | 358,18 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 05/08/2010 | 358,18 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010009406 | EMP: | 358,18 | LIQ: | 358,18 | PAG: 358,18 |
| | 16/11/2010 | 358,18 | 01 (UMA) DIARIA PARA PORTO ALEGRE/RS NO DIA 16/11/2010, CONSULTA JUNTO AO DAER. | | | |
| LIQ: | 16/11/2010 | 358,18 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 22/11/2010 | 358,18 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010009629 | EMP: | 358,18 | LIQ: | 358,18 | PAG: 358,18 |
| | 26/11/2010 | 358,18 | 01 (UMA) DIARIA PARA PORTO ALEGRE/RS, NO DIA 26/11/2010 PARA CONSULTA NA FGTAS. | | | |
| LIQ: | 26/11/2010 | 358,18 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 01/12/2010 | 358,18 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| EMP Nº: | 2010010118 | EMP: | 2.149,08 | LIQ: | 2.149,08 | PAG: 2.149,08 |
| | 03/12/2010 | 2.149,08 | 02 (DUAS) DIARIAS PARA BRASILIA/DF, PARA PARTICIPAR DA SOLENIDADE DO PAC 2 NO PALACIO DO PLANALTO NO DIA 06/12/2010. | | | |
| LIQ: | 03/12/2010 | 2.149,08 | VALOR LIQUIDADO | | | |
| PAG: | 08/12/2010 | 2.149,08 | PAGAMENTO NESTA DATA | | | |
| TOTAL DO CREDOR: | EMP: | 11.771,91 | LIQ: | 11.771,91 | PAG: | 11.771,91 |
| RELATÓRIO: | 16 | EMP: | 11.771,91 | 16 | LIQ: | 11.771,91 |
| REMESSA: | 12.721 | EMP: | 106.818.008,25 | 16.173 | LIQ: | 105.154.577,89 |
| PERCENTUAL: | 0,13 % | EMP: | 0,01 % | 0,10 % | LIQ: | 0,01 % |
| | | | | | PAG: | 101.587.101,03 |
| | | | | | | 0,01 % |

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

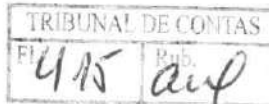
SAD-->S

MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Av. Independencia, 800
Campo Bom - RS - CEP 93.700-000
CNPJ: 90.832.619/0001-55
Fone: (051)3598-8600

NOTA DE EMPENHO

| | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| N. da Via 1 Via | Empenho 000511/2010 |
| Tipo Ordinario | Recurso Orcamentario |
| Licitacao Dispensada | Numero |
| Solicitacao 111258 | Processo Compra 261164 |
| Emissao 12.01.2010 | Vencimento Conforme Calendario |
| Total de Creditos | 55.000,00 |
| Saldo Anterior | 50.005,00 |
| Valor do Empenho | 300,00 |
| Saldo Atual | 49.705,00 |

Dotacao Principal: 302006 Dotacao Secundaria: 800637
Orgao.....: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade.....: 01 GABINETE DO PREFEITO
Funcao.....: 04 Administracao
Subfuncao...: 122 Administracao Geral
Programa....: 0111 Coordenacao Superior
Proj/Ativ...: 2006 DIRECAO SUPERIOR
Categoria...: 339039960000 OUTR.SERV.TERCEIROS P.JURIDICA-PGTO.ANT.
Recurso.....: 0001 RECURSO LIVRE



Credor.....: FAISAL MOTHECI KARAM Codigo
Endereco....: RUA GUIDO ARNHOLD 143 10680
Cidade.....: CAMPO BOM RS 00030936489049
Bco-Cta-Ag.: 0237 25386-3 001925

Quantidade 1,0 Ud. Descricao
ADIANTEAMENTO PARA PARTICIPACAO,
NA 37.a COUROMODA DE 18 A
21/01/2010, EM SAO PAULO-SP.

Valor Unitario 300,000 Valor Total 300,00

LANÇADO NA
CONTABILIDADE
R\$300,00 25/01/10

LANÇADO NA
CONTABILIDADE
Baixa 26/01/2010

VALOR ANULADO R\$193,00 26/01/10

Local de Entrega:
AV. INDEPENDENCIA, 800

Total Geral 300,00

Contadoria Geral:

Pague-se:

Tesouraria:

EMPENHADO

DATA

Cheque:

Banco:

Data:

Conferido

Contador

Prefeito Municipal

Tesoureiro

Recebi (emos) da Prefeitura Municipal de Campo Bom a importancia abaixo especificada, referente a:

() Parte do Valor Empenhado

() Saldo/Total Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

R\$ _____ Em: 12.01.2010

credor

Credor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM - RS

PEDIDO DE ADIANTAMENTO

EMP. Nº 0511/10

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Código: 33.90.30 - Material de Consumo

33.90.39 - Outros Serv.Terceiros

R\$ 300,00

Atividade: 2.006 - Direção Superior

Nome e Cargo do Solicitante:

Faisal M. Karam

Prefeito

Valor do Adiantamento: R\$ 300,00

Adiantamento para participação na 37.a Couromoda de 18 a 21/01/2010, em São Paulo-SP.

Prazo de Aplicação: 30 dias a contar da data de pagamento.

Fundamento Legal: Lei nº 4320 de 17/03/1964

Autorizo a Liberação:

Campo Bom, 12 Janeiro de 2010.

Secretário de Finanças

Solicitante

"Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos". (Lei 4320, art.69)

**MUNICIPIO DE CAMPO BOM**

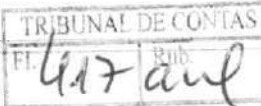
AV. INDEPENDÊNCIA, 800 - CAMPO BOM - RS - CEP 93700000

CNPJ:90832619000155

Pedido de empenho DISPENSADA N.:42879/2010 01º via

Página 1

Nº EMPENHO:

**PEDIDO DE EMPENHO**

Solicitamos fornecer, sob nossa responsabilidade, o que segue ao Sr(a):

SERVIÇO

Fornecedor: 010680 - FAISAL MOTHCI KARAM

Endereço: RUA GUIDO ARNHOLD 143 Bairro: SANTA LUCIA

Município: CAMPO BOM

CNPJ: 309.364.890-49

Banco: 237

CEP: 93700-000

IE:

Agência: 1925

Telefone:

Fax:

Conta: 25386-3

ADIANTAMENTO

| Item | Prod. | Quant. | Unid | Especificação do Material/Serviço | Vlr Unitário | Valor Total |
|-------|-------|--------|------|--|--------------|-------------|
| 1 | | 1,00 | | ADIANTAMENTO PARA PARTICIPACAO, NA 37.a COUROMODA DE 18 A 21/01/2010, EM SAO PAULO-SP. | 300,0000 | 300,00 |
| Total | | | | | | 300,00 |

LOCAL DE ENTREGA.:AV. INDEPENDENCIA,800

CAMPO BOM, 12 de JANEIRO de 2010

1.Ordinario, 2. Global, 3. Estimativa

Tipo Empenho (1)

Pedido de empenho.: 256229

Solicitação N.: 111258

Processo Administrativo: 261164

Tipo Licitação: 6 OUTROS

Despesa:

| Órgão | Uni | Fun. | Prog. | S.Prg. | D | P/A | Rec |
|-------|-----|------|-------|--------|---|------|-----|
| 2 | 1 | 4 | 111 | 0 | 1 | 2006 | 1 |

Cat.Desp.

Despesa

33903996000000

OUTROS SERVDE TERCEIROS PESSOA
JURIDICA- PAGAMENTO ANTECIPADO
GABINETE DO PREFEITO

Cod.

302006/800637

RESPONSÁVEL COMPRAS - LICITAÇÕES

SECRETARIO DE FINANÇAS

VISTO

RECIBO DE TÁXI

VALOR

R\$ 27,00

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 619 anel

Recebi de _____

a importância de R\$ _____

Proveniente de Prestação de Serviço de Transporte.

ITINERÁRIO

PLACA DO TÁXI

CYR 1808

LOCAL E DATA

São Paulo 20 de Janeiro de 2010

C.P.F./R.G. DO MOTORISTA

TILIBRA S.A. PRODUTOS DE PAPELARIA

EMP: 5111/10

CÓD. 15.630

radio-taxi

VERMELHO E BRANCO

Cooperativa Mista de Trabalho dos Motoristas
Autônomos de Táxi Especial de S. Paulo-Rádio TáxiCNPJ 46.553.947/0001-20 E Isento CCM 8.179.517-3
Decreto lei 11.518/74 e Portaria 22/75 - PMSP
Portaria 054/055/04-SMT GAB(18/5/04)-vigem a partir de 18/5/04

Via Cliente

Av. Paulista, 726 - 17º andar - 01310-910 - Bela Vista - São Paulo-SP

Central: (11) 3146-4000 Fax: (11) 3259-9512

Tarifa pré-fixada (via boleto)

4854676



4854676

Recepcionista
NEIDEPonto de partida
Aeroporto de CongonhasDestino
RUA SALVADOR BUENO

CEP 01506- Pag: 151 X14

Bairro
LIBERTADE

Data de emissão 18/01/2010 Hora de emissão 15:09

Faixa
- C -Bandeira
- 1 -

Forma de pagamento

Dinheiro

Valor da corrida
35,00Sempre anote o número (prefixo do veículo) do nosso cooperado. Reclamações 156
Não entregue esta via ao motorista. Validade 90 dias de emissão
Itinerário único www.radiotaxivermelhoebranco.com.br

EMP: 5111/10

RECIBO DE TÁXI

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. 420 Rub. anp

R\$ 15.00

Valor:

Itinerário:

Taxista:

Ponto:

Placa:

DTA 2930

Tel: ()

Data:

20/11/10



Assinatura Taxista

Assinatura Passageiro



ANUNCIE AQUI - www.cartaxi.com - 11-2196-1900

EMP. 511110

RECIBO DE TÁXI

R\$ 30.00



Recebi de

a importância de

franco Remis

Referente a Prestação de Serviços de Táxi.

Itinerário

PLACA TAXI

CEX 540.9

TELEFONE

São Paulo, 21 de

01

de 2000

Assinatura

EMP. 511110

**Nota Fiscal Eletrônica.
Quem pede mais, paga menos IPTU.**



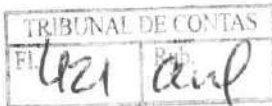
**Saiba tudo sobre a Nota Fiscal Eletrônica:
acesse www.prefeitura.sp.gov.br/nfe**

MUNICIPIO DE CAMPO BOM

Av. Independencia, 800
Campo Bom - RS - CEP 93.700-000
CNPJ: 90.832.619/0001-55
Fone: (051)3598-8600

NOTA DE EMPENHO

Dotacao Principal: 302006 Dotacao Secundaria: 800637
Orgao..... 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade..... 01 GABINETE DO PREFEITO
Funcao..... 04 Administracao
Subfuncao... 122 Administracao Geral
Programa.... 0111 Coordenacao Superior
Proj/Ativ... 2006 DIRECAO SUPERIOR
Categoria... 339039960000 OUTR.SERV.TERCEIROS P.JURIDICA-PGTO.ANT.
Recurso..... 0001 RECURSO LIVRE



| | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| N. da Via 1 Via | Empenho 000511/2010 |
| Tipo Anulacao | Recurso Orcamentario |
| Licitacao Dispensada | Numero |
| Solicitacao 111258 | Processo Compra 261164 |
| Emissao 26.01.2010 | Vencimento Conforme Calendario |
| Total de Creditos | 55.000,00 |
| Saldo Anterior | 49.705,00 |
| Valor do Empenho | 193,00 |
| Saldo Atual | 49.898,00 |

Credor..... FAISAL MOTHCI KARAM
Endereco... RUA GUIDO ARNHOLD 143
Cidade..... CAMPO BOM
Bco-Cta-Ag.: 0237 25386-3 RS 00030936489049
Codigo
10680

| Quantidade | Ud. | Descricao | Valor Unitario | Valor Total |
|-------------------|-----|---------------|----------------|-------------|
| 1,0 | | VALOR ANULADO | 193,000 | 193,00 |
| Local de Entrega: | | | Total Geral | 193,00 |

Contadoria Geral:

Pague-se:

Tesouraria:

EMPENHADO

DATA

Cheque:

Banco:

Data:

Conferido

Contador

Prefeito Municipal

Tesoureiro

Recebi (emos) da Prefeitura Municipal de Campo Bom a importancia abaixo especificada, referente a:

() Parte do Valor Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

credor

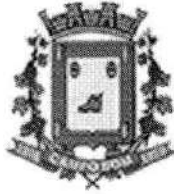
() Saldo/Total Empenhado

R\$ _____ Em: ____/____/____

Credor



Imprimir...



Câmara Municipal de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 2.409, DE 13/01/2003

Autoriza a alteração e consolidação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Bom.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Os servidores públicos municipais de Campo Bom serão regidos por esta Lei, sendo dispostos em estruturas funcionais distintas:

I - Estrutura Administrativa - ocupada por servidores com atribuições relacionadas com as funções de administração;

II - Estrutura Operacional - ocupada por detentores de cargos público com funções operacionais e os cargos em comissão.

§ 1º As Funções de Administração, previstas no inciso I deste artigo, compreendem os cargos pertencentes às áreas eminentemente técnicas da Administração, Planejamento, Procuradoria Jurídica, Fazenda e de Fiscalização de Tributos, formando o Corpo Técnico Administrativo do Município.

§ 2º As Funções Operacionais, previstas no inciso II deste artigo, compreendem os cargos pertencentes às áreas eminentemente operacionais da Administração como Obras, Viação e Trânsito, Agricultura e Meio-Ambiente, Saúde, Educação, Assistência Social e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Servidor Público é toda pessoa regularmente investida em cargo público, criado por Lei, com denominação própria e estipêndio correspondente, responsável pela execução dos serviços públicos, sempre com eficiência e qualidade.

§ 1º Os cargos públicos serão de provimento efetivo e em comissão.

§ 2º Os servidores temporários, contratados por excepcional interesse público, serão regidos por legislação própria e sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º A investidura nos cargos públicos somente poderá ocorrer mediante a aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos de livre nomeação e exoneração.

§ 1º Os cargos e funções de Secretário, Assessor, Diretor e Chefe são de livre nomeação e exoneração.

§ 2º As funções de direção, chefia e assessoramento serão remuneradas em parcela única, ficando vedado qualquer acréscimo decorrente de gratificação, adicional, abono, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 3º O servidor efetivo que assumir um cargo de DCA poderá optar pela remuneração de seu cargo de origem;

DO PROVIMENTO DOS CARGOS FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E FUNÇÕES OPERACIONAIS

Art. 4º O acesso aos cargos da Administração dar-se-á por nomeação, através da realização de concurso público específico de cada área, ou por nomeação para o exercício de função de confiança de livre nomeação e exoneração, abrangida pela legislação local.

§ 1º O servidor concursado alcançará a estabilidade após aprovação em Estágio Probatório de três anos, mediante avaliação especial de desempenho.

§ 2º Entende-se por avaliação especial de desempenho aquela realizada exclusivamente durante o Estágio Probatório.

§ 3º A homologação da condição de estável somente deverá ocorrer após o período do Estágio Probatório, mediante desempenho regular de, no mínimo, 60 (sessenta) pontos, na média das avaliações anuais realizadas pela COMISSÃO PERMANENTE DE CAPACITAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE DO SERVIDOR E DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL (COMPAQ).

§ 4º O servidor público, detentor de cargo, não aprovado em estágio probatório será exonerado, mediante Parecer da Comissão de Avaliação, devidamente instruído pelas avaliações.

§ 5º Os servidores efetivos, que na data do advento desta Lei, já tiverem completado 60% (sessenta por cento) do respectivo período de estágio probatório, sem qualquer falta anotada na respectiva ficha



devendo permanecer em licença não remunerada do cargo de origem, enquanto no exercício da DCA.

§ 2º O servidor efetivo que assumir um cargo de DCA, poderá optar pela remuneração de seu cargo de origem.

§ 3º Mantido na DCA, o servidor permanecerá recebendo os valores do vencimento quando estiver em férias regulares, em licença para tratamento de saúde, em licença gestante ou paternidade ou afastado para realização de serviços obrigatórios decorrentes de suas atribuições.

Art. 21. A DCA poderá ser concedida a servidor de outra entidade pública, posto à disposição do Município, sem prejuízo de seus vencimentos na origem, vedada eventual acumulação, conforme o artigo 37, XVI e XVIII da Constituição Federal.

§ 1º Nos casos previstos no *caput* deste artigo, o valor da DCA corresponderá a 50% do total da função.

§ 2º A cedência sem ônus para a origem determinará o pagamento integral da DCA.

Art. 22. A função de confiança (DCA/CC) pressupõe carga horária em regime integral, sem acréscimos temporais ou extraordinários.

DO REGIME DE TRABALHO, DO HORÁRIO E DO TEMPO

Art. 23. A Administração Municipal determinará, quando não estabelecido diversamente em lei, o horário de expediente das repartições, observado o mínimo de seis horas, e o máximo de oito horas e quarenta e oito minutos diários.

Parágrafo único. Presente a conveniência e o interesse públicos, e sem prejuízo da percepção integral de vencimentos pelos servidores, a Administração Municipal poderá implantar em todo o serviço municipal, ou em determinados setores do mesmo, jornada laboral de seis horas, em turno único, assegurado intervalo intra-turno de quinze minutos, não assinalável em controle de ponto, usufruível no próprio local de trabalho, e não computável como tempo de serviço.

Art. 24. A critério da Administração Municipal, e presente o interesse público, poderá ser instituído o regime de compensação de horários e/ou jornadas, observado o limite máximo de trabalho de quarenta e quatro horas semanais.

§ 1º Poderá ser igualmente instituída pela Administração Municipal, para os serviços cujo funcionamento é ininterrupto, e em havendo interesse público, a jornada especial de doze horas de trabalho por trinta e seis horas imediatamente subsequentes de descanso.

§ 2º Implantada a jornada de que trata o parágrafo 1º deste artigo, o servidor:

a) terá considerado já contraprestado o trabalho realizado em domingos e feriados que acaso coincidam com a referida escala, em razão da compensação com as horas subsequentes, de descanso;

b) terá assegurado intervalo intra-turno de trinta minutos, não assinalável em controle de ponto, usufruível no próprio local de trabalho, e não computável como tempo de serviço.

Art. 25. O controle da frequência do servidor ao serviço, exceto quando excepcionalmente dispensado, será feito através do ponto.

§ 1º Entende-se por ponto o registro mecânico ou eletrônico que assinala o comparecimento do servidor ao local da prestação de serviço, verificando-se diariamente a sua entrada e saída.

§ 2º O controle da frequência será efetuado no local da prestação de serviços, salvo determinação em contrário de interesse público, emanada por autoridade competente.

§ 3º O tempo consumido com o deslocamento do servidor não será computado como de serviço efetivamente prestado, salvo quando se tratar de motorista ou operador de máquinas, no momento do deslocamento dos veículos.

§ 4º A frequência do servidor é um dos elementos objetivos da avaliação contínua da COMPAQ.

DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 26. A prestação de serviços extraordinários somente poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, *ex officio*, ou mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição, sob pena de nulidade do ato e desconsideração das horas extras.

§ 1º O serviço extraordinário será remunerado por hora adicional ao período normal de trabalho, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora regular do servidor, salvo compensação do período em folga.

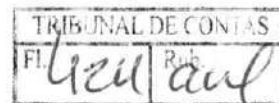
§ 2º Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, não poderá o trabalho extraordinário exceder a duas horas diárias.

§ 3º O serviço extraordinário será contado a cada hora completa e proporcionalmente aos minutos trabalhados, exceto aqueles não excedentes a quinze minutos realizados imediatamente antes ou após o horário normal de expediente.

Art. 27. O serviço extraordinário, excepcionalmente, poderá ser realizado sob a forma de plantões, visando assegurar o funcionamento de serviços essenciais do Município regulamentado pela Lei Municipal nº 2.288/02.

Art. 28. Para assegurar o funcionamento de serviços ininterruptos ou essenciais, ou em razão do interesse público, o servidor efetivo poderá ficar à disposição da municipalidade em regime de sobre aviso.

§ 1º O regime previsto no *caput* deste artigo não está limitado a oito horas diárias, ficando excluída



qualquer possibilidade de jornada extraordinária, em caso de horas excedentes.

§ 2º O regime de sobre aviso não excederá de uma jornada ininterrupta de 24 horas a cada 72 horas.

§ 3º O servidor, quando em regime de sobre aviso, receberá a título de indenização o equivalente a 1/3 de seu vencimento básico.

Art. 29. O exercício de cargo em comissão (CC), ou de função de confiança, de direção, chefia ou assessoramento (DCA), exclui a verba indenizatória decorrente de serviço extraordinário, podendo, ou não, a critério exclusivo do titular do Poder Executivo Municipal, ser dispensado o controle de frequência dos respectivos titulares.

DO REPOUSO SEMANAL

Art. 30. O servidor tem direito ao repouso remunerado, num dia de cada semana, preferencialmente aos domingos, bem como nos feriados civis e religiosos.

§ 1º A remuneração do dia de repouso equivale a um dia normal de trabalho.

§ 2º Na hipótese de servidor com remuneração por produção, peça ou tarefa, o valor do repouso corresponderá ao total da produção da semana, dividida pelos dias úteis da mesma semana.

Art. 31. Perderá a remuneração/subsídio do repouso o servidor que tiver faltado ao serviço, sem justo motivo, durante qualquer dia da semana, mesmo que em apenas um turno, como também atrasos ou ausências ao expediente em pelo menos 20 (vinte) minutos no total da semana.

Parágrafo único. São motivos justificados as concessões determinadas por autoridade competente e as demais formas previstas em Lei.

Art. 32. Nos serviços essenciais ou ininterruptos do Município, poderá ser exigido o trabalho nos feriados civis, religiosos e domingos, com acréscimo de 100%(cem por cento) nas horas trabalhadas, salvo compensação do período por folga em dobro.

DO VENCIMENTO

Art. 33. Vencimento é a contraprestação pecuniária paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor fixado em Lei.

Parágrafo único. O vencimento será pago em parcela única, vedado qualquer acréscimo, salvo decorrente de verbas adicionais, indenizatórias e/ou compensatórias previstas em Lei.

Art. 34. O vencimento será fixado por legislação específica, vinculado ao valor básico de cada nível e faixa correspondente, estabelecendo sua relação quantitativa.

Parágrafo único. Os acréscimos legais previstos no artigo 26, serão pagos em parcela autônoma de natureza indenizatória.

Art. 35. O servidor perderá parte do vencimento quando:

I - Faltar injustificadamente ao serviço, como também os dias de repouso da respectiva semana, sem prejuízo das demais penalidades;

II - Ocorrer atraso, ausências e saídas antecipadas, superiores a vinte minutos, sem prejuízo das demais penalidades, na proporcionalidade do atraso, ausência ou saídas antecipadas.

Art. 36. Salvo por imposição legal, nenhum desconto incidirá sobre o vencimento ou provento do servidor.

Parágrafo único. Mediante expressa autorização do servidor ao órgão competente do Município, poderá haver consignação em folha de pagamento, em favor de terceiros, desde que respeitado o limite máximo de 80% (oitenta por cento) da remuneração, sempre a critério e por decisão da Administração.

Art. 37. As reposições devidas à Fazenda Municipal poderão ser feitas em parcelas mensais, corrigidas monetariamente pelo INPC e descontadas em folha de pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá exceder a 20% (vinte por cento) da remuneração do servidor.

§ 2º O servidor fica obrigado a repor, em parcela única, a importância do prejuízo que houver causado à Fazenda Municipal em virtude de alcance, desfalque ou omissão no recolhimento ou entradas, nos prazos legais.

Art. 38. O servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado ou que tiver a sua disponibilidade cassada, deverá repor a quantia em parcela única.

Parágrafo único. O débito não quitado implicará na sua inscrição em dívida ativa e devida execução judicial.

DAS VANTAGENS E INDENIZAÇÕES

Art. 39. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as verbas de caráter indenizatório, compensatório e auxílio para diferença de caixa.

§ 1º As verbas indenizatórias não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º Como verba indenizatória, entende-se o resultado obtido com a concessão de diárias, ajuda de custo e transporte do servidor.

§ 3º Entende-se como verba compensatória o resultado das promoções do servidor ao longo da carreira.



DAS DIÁRIAS

Art. 41. Ao servidor que, quando no desempenho de suas funções, se deslocar para fora do Município, com pernoite, serão concedidas, além do transporte, diárias para a cobertura das despesas, nos termos da legislação específica do Município.

§ 1º A diária seguirá os seguintes valores:

I - 90 (noventa) URMs para deslocamentos dentro do Estado do Rio Grande do Sul;

II - 180 (cento e oitenta) URMs para deslocamentos fora do Estado do Rio Grande do Sul;

III - 450 (quatrocentos e cinquenta) URMs para deslocamentos fora do país.

§ 2º O valor das diárias será antecipado ao servidor, que prestará contas no prazo máximo de cinco dias após seu retorno.

§ 3º Não havendo necessidade de pernoite, o servidor custeará as despesas, tendo o respectivo valor ressarcido quando de seu retorno.

DAS GRATIFICAÇÕES LEGAIS

Art. 42. Até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano, será creditada ao servidor uma gratificação natalina.

§ 1º A gratificação natalina corresponderá a um doze avos do vencimento básico do servidor, acrescido da proporcionalidade dos demais valores auferidos, por mês de serviço no ano correspondente.

§ 2º Em concorrendo na proporcionalidade de que trata o § 1º deste artigo, a parcela única relativa ao exercício de função de direção, chefia e assessoramento DCA, considerar-se-á para tanto, apenas a diferença entre a mesma e o vencimento básico do servidor.

§ 3º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de serviço, dentro do mês, será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

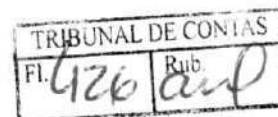
§ 4º O servidor exonerado ou demitido, receberá gratificação natalina proporcional aos meses de efetivo exercício no ano correspondente.

§ 5º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para fins de cálculo da gratificação natalina.

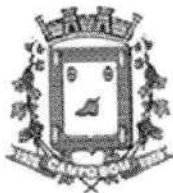
§ 6º Não serão considerados no cálculo da gratificação natalina, eventuais abonos ou outros ganhos pecuniários da mesma natureza, relativamente aos quais haja expressa ressalva legal de in incidência.

§ 7º Estando o servidor titulado cargo de direção, chefia e assessoramento DCA, contraprestado em parcela única, a gratificação natalina corresponderá a um doze avos do valor desta parcela por mês de serviço.

§ 8º A gratificação natalina não será considerada no cálculo de qualquer outra vantagem deferida ao servidor.



Imprimir...



Câmara Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 3.236, DE 01/07/2008

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Secretários Municipais para o Quatriênio de 2009-2012.

ARMIN RUDY BLOS, Vice-Prefeito no exercício do Cargo de Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Campo Bom, no Quatriênio de 2009 a 2012, será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Secretários Municipais receberão subsídio mensal no valor de R\$ 6.334,60 (seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

Art. 3º Os subsídios mensais dos Secretários Municipais terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para os reajustes de remuneração dos Servidores do Município.

Art. 4º Os Secretários Municipais ficam vinculados ao regime de trabalho dos demais ocupantes de cargos em comissão.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

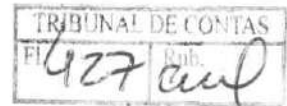
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 1º de julho de 2008.

Armin Rudy Blos,
VICE-PREFEITO MUNICIPAL,
Em exercício.

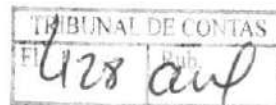
Registre-se e Publique-se

Cheila Daniele Santos,
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO,
Substituta.



Período de: 01/2010 a 06/2010

| Código | Descrição | Identidade | Cargo | | | Admissão | | ST CT TC | | Salário Base | | Total |
|----------------------|---------------------------|------------|----------------|----------------|----------|----------|----------|----------|--|--------------|--|------------|
| | | | PIS | CPF | | Demissão | Causa | | | | | |
| | | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | | | | | |
| 90.114 | REJANE GRIESANG SCHENKEL | | | | | | | | | | | 6.719,7400 |
| | 000000000 - 0 | 3023580347 | 101.19456.95.5 | 350.780.730/00 | | | | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | | | | | |
| 012 | Férias | 2.369,14 | 4.092,15 | | | | | | | | | 6.461,29 |
| 033 | Subsidio Secretarios | 4.092,15 | 2.369,14 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | | | | | 33.340,25 |
| 040 | FÉRIAS 1/3 Acresc.Constit | 789,71 | 1.364,05 | | | | | | | | | 2.153,76 |
| 836 | Férias sobre subsidios | | | | | | | | | | | |
| 880 | Devol.IPASEM PREV | 284,12 | | | | | 295,52 | | | | | 579,64 |
| 923 | Devolução de Ipasem Saúde | 263,25 | | | | | 268,47 | | | | | 531,72 |
| Total: | Proventos | 7.798,37 | 7.825,34 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 7.283,73 | | | | | 43.066,66 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | | | | | | |
| 009 | Auxílio Alimentação | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | | | | | 320,00 |
| Total: | Vantagens | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | | | | | 320,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | | | | | |
| 281 | Desconto Adto Férias | 2.221,95 | 3.837,92 | | | | | | | | | 6.059,87 |
| 304 | IRRF | 407,01 | 34,84 | 991,06 | 991,00 | 909,80 | 1.072,27 | | | | | 4.405,98 |
| 308 | IRRF s/ Férias | 539,25 | 931,42 | | | | | | | | | 1.470,67 |
| 521 | Co-partic.Consultas SERVI | | | | | | 132,72 | | | | | 132,72 |
| 526 | Mensal. GSMCB | 36,83 | 21,32 | 60,48 | 60,48 | 60,48 | 60,48 | | | | | 300,07 |
| 535 | Convenios GSMCB | 20,00 | | | | | | | | | | 20,00 |
| 546 | Ipasem prev. s/Mensal | 75,66 | 104,17 | 295,32 | 295,52 | 590,80 | 295,52 | | | | | 1.656,99 |
| 547 | Ipasem Saude s/Mensal | 63,82 | 92,84 | 268,47 | 268,47 | 537,09 | 268,47 | | | | | 1.499,16 |
| 548 | Ipasem Prev. s/Férias | 208,30 | 359,78 | | | | | | | | | 568,08 |
| 549 | Ipasem Saude s/Férias | 189,36 | 327,07 | | | | | | | | | 516,43 |
| Total: | Descontos | 3.762,18 | 5.709,36 | 1.615,33 | 1.615,47 | 2.230,89 | 1.696,74 | | | | | 16.629,97 |
| Natureza : Outros | | | | | | | | | | | | |
| 999 | Base IPASEM | 2.581,45 | 4.217,73 | 2.684,73 | 2.686,55 | 5.370,91 | 2.686,55 | | | | | 20.227,92 |
| Total: | Outros | 2.581,45 | 4.217,73 | 2.684,73 | 2.686,55 | 5.370,91 | 2.686,55 | | | | | 20.227,92 |
| | Salário Base | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | | | | | 39.801,54 |
| | Líquido | 4.036,19 | 2.115,98 | 5.184,41 | 5.184,27 | 4.568,85 | 5.666,99 | | | | | 26.756,69 |

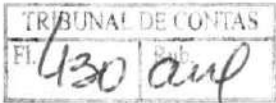


Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|---------------------------------|------------|---------------------|----------------|----------|----------|--------------|------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| 066 Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 90.114 REJANE GRIESANG SCHENKEL | | AUXILIAR DE TESOURE | 01/08/1987 | 02 | 01 | 09 | 6.719,7400 |
| 000000000 - 0 | 3023580347 | 101.19456.95.5 | 350.780.730/00 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| | | 6.719,74 | | | | 5.599,78 | 12.319,52 |
| 003 Vencimentos | | | | | | | |
| 012 Ferias | | | | | | | |
| 033 Subsidio Secretarios | 6.719,74 | | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | | 26.878,96 |
| 140 FÉRIAS 1/3 Acresc.Constit | | | | | | 373,32 | 373,32 |
| 212 13º Salário Integral | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| 836 Férias sobre subsidios | | | | | | 1.119,96 | 1.119,96 |
| 880 Devol.IPASEM PREV | | | | | | 268,62 | 268,62 |
| 923 Devolução de Ipasem Saúde | | | | 268,62 | | 56,41 | 325,03 |
| Total: Proventos | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.988,36 | 6.719,74 | 14.137,83 | 48.005,15 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 009 Auxilio Alimentacao | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 66,67 | 466,67 |
| 047 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| Total: Vantagens | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 366,67 | 766,67 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 281 Desconto Adto Ferias | | | | | | 1.196,09 | 1.196,09 |
| 304 IRRF | 927,43 | 856,86 | 926,82 | 926,82 | 909,80 | 786,33 | 5.334,06 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 991,00 | 991,00 |
| 308 IRRF s/ Férias | | | | | | 203,19 | 203,19 |
| 521 Co-partic.Consultas SERVI | | | 19,48 | | | | 19,48 |
| 526 Mensal. GSMCE | 60,48 | 60,48 | 60,48 | 60,48 | 60,48 | 50,40 | 352,80 |
| 545 Parcelamento Ipasem Prev | 231,17 | 487,77 | 233,37 | 233,37 | 238,87 | 242,18 | 1.666,73 |
| 546 sem prev. s/Mensal | 295,52 | 295,52 | 295,52 | 295,52 | 351,93 | 246,27 | 1.780,28 |
| 547 ipasem Saude s/Mensal | 268,47 | 268,47 | 268,47 | 537,09 | 537,09 | 223,73 | 2.103,32 |
| 548 Ipasem Prev. s/Ferías | | | | | | 49,25 | 49,25 |
| 549 Ipasem Saude s/Ferías | | | | | | 44,74 | 44,74 |
| 552 Ipasem Prev. s/13 Sal | | | | | | 295,52 | 295,52 |
| 949 Emp. Consig. BRADESCO | | | | | 947,80 | 947,80 | 1.895,60 |
| Total: Descontos | 1.783,07 | 1.969,10 | 1.804,14 | 2.053,28 | 3.045,97 | 5.276,50 | 15.932,06 |
| Natureza : Outros | | | | | | | |
| 903 Zera Inss 13º | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| 999 Base IPASEM | 2.686,55 | 2.686,55 | 2.686,55 | 2.686,55 | 3.199,36 | 5.373,10 | 19.318,66 |
| Total: Outros | 2.686,55 | 2.686,55 | 2.686,55 | 2.686,55 | 3.199,36 | 12.092,84 | 26.038,40 |
| Salário Base | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| Líquido | 5.016,67 | 4.830,64 | 4.995,60 | 5.015,08 | 3.753,77 | 9.228,00 | 32.839,76 |

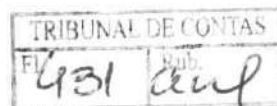
Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cód | Descrição | Cargo | | | Admissão | | | Salário Base |
|----------------------|---------------------------------|--------------------------------|----------------|----------------|----------|----------|----------|--------------|
| | | CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | |
| | | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total |
| 7.231 | MAXIMILIANO MESSIAS DE SOUZA | SECRETARIO DESENV.S 16/11/2009 | | | 01 | 01 | 09 | 6.719,7400 |
| | 000044289 - 00045 RS 6066990811 | | 190.02493.57.9 | 972.648.220/87 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | |
| 805 | Cargo em Comissão | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| Total: Proventos | | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | | |
| 909 | Auxílio Alimentação | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Total: Vantagens | | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | |
| 284 | Contribuição Sindical 1 | | | 223,99 | | | | 223,99 |
| 302 | INSS | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 2.254,86 |
| 304 | IRRF | 897,85 | 897,85 | 968,92 | 968,92 | 968,92 | 968,92 | 5.671,38 |
| Total: Descontos | | 1.273,66 | 1.273,66 | 1.568,72 | 1.344,73 | 1.344,73 | 1.344,73 | 8.150,23 |
| Salário Base | | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| Líquido | | 5.187,63 | 5.187,63 | 5.231,02 | 5.455,01 | 5.455,01 | 5.455,01 | 31.971,31 |



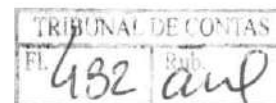
Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|------------------------------------|------------|----------------|---------------------|------------|----------|--------------|-----------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7.231 MAXIMILIANO MESSIAS DE SOUZA | | | SECRETARIO DESENV.S | 16/11/2009 | 01 01 09 | 6.719,7400 | |
| 000044289 - 00045 RS 6066990811 | | 190.02493.57.9 | 972.648.220/87 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 633 Subsidio Secretarios | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| 664 Sub.Secretario 13 sal | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total: Proventos | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 13.439,48 | 47.038,18 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 999 Auxilio Alimentacao | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 480,00 |
| 347 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total: Vantagens | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 380,00 | 780,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 276 Pensao Judicial | 805,64 | 805,64 | 805,64 | 805,64 | 805,64 | 793,27 | 4.821,47 |
| 279 Pensão Judicial 13 Sal. | | | | | | 805,64 | 805,64 |
| 302 INSS | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 2.288,46 |
| 303 INSS s/ 13º Salário | | | | | | 381,41 | 381,41 |
| 304 IRRF | 967,38 | 967,38 | 967,38 | 967,38 | 967,38 | 1.049,88 | 5.886,78 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 745,83 | 745,83 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total: Descontos | 2.154,43 | 2.154,43 | 2.154,43 | 2.154,43 | 2.154,43 | 4.157,44 | 14.929,59 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Salário Base | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| Líquido | 4.645,31 | 4.645,31 | 4.645,31 | 4.645,31 | 4.645,31 | 9.662,04 | 32.888,59 |



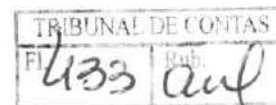
Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | | |
|-------------------------------|---------------|--------------------|----------------|------------|----------|--------------|-----------|------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | | |
| Cód Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total | |
| <hr/> | | | | | | | | |
| 6.894 MARCOS ALFREDO RIEGEL | | SECRETARIO IND COM | | 01/01/2009 | 01 | 01 | 09 | 6.719,7400 |
| 000082659 - 8 | RS 7025801866 | 121.58370.11.6 | 505.788.800/59 | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | |
| 233 Subsidio Secretarios | 4.953,66 | 4.738,28 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 36.570,90 | |
| 140 FÉRIAS 1/3 Acresc.Constit | 502,54 | 574,34 | | | | | 1.076,88 | |
| 836 Férias sobre subsidios | 1.507,64 | 1.723,01 | | | | | 3.230,65 | |
| Total: Proventos | 6.963,84 | 7.035,63 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.876,43 | |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | | |
| 309 Auxilio Alimentacao | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 | |
| Total: Vantagens | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 | |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | |
| 281 Desconto Adto Férias | 1.683,97 | 1.924,54 | | | | | 3.608,51 | |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 223,99 | | | | 223,99 | |
| 301 INSS s/ Férias | 165,23 | 188,84 | | | | | 354,07 | |
| 302 INSS | 210,58 | 186,97 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 1.900,79 | |
| 304 IRRF | 528,69 | 475,95 | 968,92 | 968,92 | 968,92 | 968,92 | 4.880,32 | |
| 308 IRRF s/ Férias | 160,98 | 183,97 | | | | | 344,95 | |
| 949 Emp. Consig. BRADESCO | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 11.400,12 | |
| Total: Descontos | 4.649,47 | 4.860,29 | 3.468,74 | 3.244,75 | 3.244,75 | 3.244,75 | 22.712,75 | |
| Salário Base | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 | |
| Líquido | 2.314,37 | 2.175,34 | 3.331,00 | 3.554,99 | 3.554,99 | 3.554,99 | 18.485,68 | |



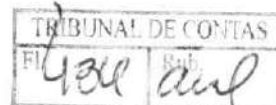
Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome CTPS | Identidade | Cargo PIS | CPF | Admissão ST CT TC Salário Base | | | Total |
|-----------------------------|---------------|----------------|----------------|--------------------------------|----------|------------|-----------|
| | | | | Demissão Causa | | | |
| Cód Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| 6.894 MARCOS ALFREDO RIEGEL | | | | | | 6.719,7400 | |
| 000082659 - 8 | RS 7025801866 | 121.58370.11.6 | 505.788.800/59 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 033 Subsidio Secretarios | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| 664 Sub.Secretario 13 sal | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| Total: Proventos | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 13.439,48 | 47.038,18 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 009 Auxilio Alimentacao | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 480,00 |
| 047 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| Total: Vantagens | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 380,00 | 780,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 302 INSS | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 2.288,46 |
| 303 INSS s/ 13º Salário | | | | | | 381,41 | 381,41 |
| 304 IRRF | 967,38 | 967,38 | 967,38 | 967,38 | 967,38 | 1.049,88 | 5.885,78 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 967,38 | 967,38 |
| 949 Emp. Consig. BRADESCO | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 1.900,02 | 11.400,12 |
| Total: Descontos | 3.248,81 | 3.248,81 | 3.248,81 | 3.248,81 | 3.248,81 | 4.680,10 | 20.924,15 |
| Salário Base | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| Líquido | 3.550,93 | 3.550,93 | 3.550,93 | 3.550,93 | 3.550,93 | 9.139,38 | 26.894,03 |



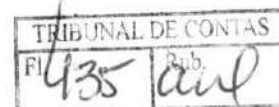
Período de: 01/2010 a 05/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|-------------------------------|------------|----------------|---------------------|------------|----------|--------------|------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7.366 ILAINE SALETI PLETSCH | | | SECRETARIO DE SAUDE | 22/03/2010 | 01 | 01 | 09 |
| 000015957 - 543 RS 5014320741 | | 107.64879.79.8 | 236.336.460/00 | | | | 6.719,7400 |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 033 Subsidio Secretarios | | | | 523,20 | 6.719,74 | 6.719,74 | 13.962,68 |
| 805 Cargo em Comissão | | 1.074,19 | 3.580,63 | | | | 4.654,82 |
| 956 SUBSÍDIO - PROPORCIONAL | | | | | 523,20 | | 523,20 |
| Total: Proventos | | 1.074,19 | 4.103,83 | 7.242,94 | 6.719,74 | | 19.140,70 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 099 Auxilio Alimentacao | | 24,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | | 264,00 |
| Total: Vantagens | | 24,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | | 264,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 119,35 | | | | 119,35 |
| 302 INSS | | | 96,67 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 1.224,10 |
| 304 IRRF | | | | 215,46 | 1.339,56 | 1.051,80 | 2.606,82 |
| Total: Descontos | | | 216,02 | 591,27 | 1.715,37 | 1.427,61 | 3.950,27 |
| Salário Base | | | 3.580,63 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 23.739,85 |
| Líquido | | | 882,17 | 3.592,56 | 5.607,57 | 5.372,13 | 15.454,43 |



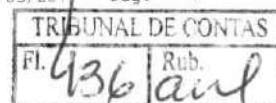
Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|-------------------------------|---|----------------|----------|----------|----------|--------------|-----------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7.366 ILAINE SALETI PLETSCH | SECRETARIO DE SAUDE 22/03/2010 01 01 09 | | | | | 6.719,7400 | |
| 000015957 - 543 RS 5014320741 | 107.64879.79.8 | 236.336.460/00 | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 033 Subsidio Secretarios | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| 664 Sub.Secretario 13 sal | | | | | | 5.039,80 | 5.039,80 |
| Total: Proventos | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 11.759,54 | 45.358,24 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 309 Auxílio Alimentação | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 480,00 |
| 047 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| Total: Vantagens | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 380,00 | 780,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 302 INSS | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 2.288,46 |
| 303 INSS s/ 13º Salário | | | | | | 381,41 | 381,41 |
| 304 IRRF | 1.050,26 | 1.008,82 | 1.008,82 | 1.008,82 | 1.008,82 | 1.091,32 | 6.176,86 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 546,84 | 546,84 |
| Total: Descontos | 1.431,67 | 1.390,23 | 1.390,23 | 1.390,23 | 1.390,23 | 2.400,98 | 9.393,57 |
| Salário Base | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| Líquido | 5.368,07 | 5.409,51 | 5.409,51 | 5.409,51 | 5.409,51 | 9.738,56 | 36.744,67 |



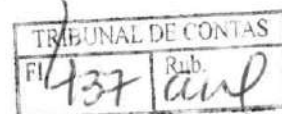
Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cadastro Nome CTPS | Identidade | Cargo | | CPF | Admissão | | ST CT TC | Salário Base | Demissão | Causa | Total |
|---|---------------|----------------|----------------|-----|----------|--|----------|--------------|----------|-------|------------|
| | | PIS | | | | | | | | | |
| 304 Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | | Abril | | Maio | Junho | | | |
| 5.445 GISELA MARIA DE SOUZA | | | | | | | | | | | 6.719,7400 |
| 000000073 - 17 | RS 6037675573 | | | | | | | | | | |
| | | 180.14434.83.3 | 498.319.920/91 | | | | | | | | |
| SECRETARIO DO MEO A 01/01/2001 01 01 09 | | | | | | | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | | | | |
| 333 Subsidio Secretarios | | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 | | | 13.439,48 |
| 140 FÉRIAS 1/3 Acresc.Constit | 680,00 | | | | | | | | | | 680,00 |
| 805 Cargo em Comissão | 2.040,00 | 4.080,00 | 4.243,20 | | 4.243,20 | | | | | | 14.606,40 |
| 835 Férias sobre CC | 2.040,00 | | | | | | | | | | 2.040,00 |
| 956 SUBSÍDIO - PROPORCIONAL | | | | | | | 330,20 | | | | 330,20 |
| Total: Proventos | 4.760,00 | 4.080,00 | 4.243,20 | | 4.243,20 | | 7.049,94 | 6.719,74 | | | 31.096,08 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | | | | | |
| 009 Auxilio Alimentacao | | | 80,00 | | 80,00 | | 80,00 | 80,00 | | | 320,00 |
| Total: Vantagens | | | 80,00 | | 80,00 | | 80,00 | 80,00 | | | 320,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | | | | |
| 281 Desconto Adto Ferias | 2.411,73 | | | | | | | | | | 2.411,73 |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 141,44 | | | | | | | | 141,44 |
| 301 INSS s/ Férias | 162,56 | | | | | | | | | | 162,56 |
| 302 INSS | 213,25 | 325,12 | 343,08 | | 343,08 | | 375,81 | 375,81 | | | 1.976,15 |
| 304 IRRF | 4,00 | 277,50 | 310,18 | | 310,18 | | 1.067,16 | 976,35 | | | 2.945,37 |
| 308 IRRF s/ Férias | 83,87 | | | | | | | | | | 83,87 |
| 543 Indenizacao per danos | 13,86 | | | | | | | | | | 13,86 |
| 544 Contrib.Prev. FAP | 123,67 | 123,67 | 123,67 | | 123,67 | | 123,67 | 123,67 | | | 742,02 |
| 958 Contr. Prev. FAP s/Férias | 61,84 | | | | | | | | | | 61,84 |
| Total: Descontos | 3.074,78 | 726,29 | 918,37 | | 776,93 | | 1.566,64 | 1.475,83 | | | 8.538,84 |
| Natureza : Outros | | | | | | | | | | | |
| 833 Base Fap | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | | 1.124,29 | | 1.124,29 | 1.124,29 | | | 6.745,74 |
| Total: Outros | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | | 1.124,29 | | 1.124,29 | 1.124,29 | | | 6.745,74 |
| Salário Base | 4.080,00 | 4.080,00 | 4.243,20 | | 6.719,74 | | 6.719,74 | 6.719,74 | | | 32.562,42 |
| Líquido | 1.685,22 | 3.353,71 | 3.404,83 | | 3.546,27 | | 5.563,30 | 5.323,91 | | | 22.877,24 |



Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|---|---------------|----------------|----------------|----------|----------|--------------|-----------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| 5.445 GISELA MARIA DE SOUZA | | | | | | 6.719,7400 | |
| 000000073 - 17 | RS 6037675573 | 180.14434.83.3 | 498.319.920/91 | | | | |
| SECRETARIO DO MEO A 01/01/2001 01 01 09 | | | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 633 Subsídio Secretarios | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| 664 Sub.Secretario 13 sal | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| Total: Proventos | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 13.439,48 | 47.038,18 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 609 Auxilio Alimentacao | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 480,00 |
| 047 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| Total: Vantagens | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 380,00 | 780,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 302 INSS | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 2.288,46 |
| 303 INSS s/ 13º Salário | | | | | | 381,41 | 381,41 |
| 304 IRRF | 974,81 | 974,81 | 974,81 | 974,81 | 974,81 | 1.057,31 | 5.931,36 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 974,81 | 974,81 |
| 644 Contrib.Prev. FAP | 123,67 | 123,67 | 123,67 | 123,67 | 123,67 | 123,67 | 742,02 |
| 999 Cont. Prev. FAP s/ 13 sal | | | | | | 123,67 | 123,67 |
| Total: Descontos | 1.479,89 | 1.479,89 | 1.479,89 | 1.479,89 | 1.479,89 | 3.042,28 | 10.441,73 |
| Natureza : Outros | | | | | | | |
| 813 Base Fap | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 6.745,74 |
| Tot Outros | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 1.124,29 | 6.745,74 |
| Salário Base | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| Líquido | 5.319,85 | 5.319,85 | 5.319,85 | 5.319,85 | 5.319,85 | 10.777,20 | 37.376,45 |



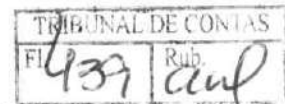
Período de: 01/2010 a 05/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|-------------------------------|------------|----------------|----------------|---------------------|------------|--------------|------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total |
| 5.454 CELIA PROEHLICH | | | | | | | |
| 000000000 - 0 | 9003713171 | 100.41107.19.2 | 094.556.710/34 | | | | |
| | | | | SECRETARIA FINANÇAS | 01/01/2001 | 01 01 09 | 6.719,7400 |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 033 Subsidio Secretarios | 4.307,53 | 3.230,65 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 34.417,14 |
| 140 FÉRIAS 1/3 Acresc.Constit | 717,92 | 1.076,88 | | | | | 1.794,80 |
| 836 Férias sobre subsidios | 2.153,76 | 3.230,65 | | | | | 5.384,41 |
| Total: Proventos | 7.179,21 | 7.538,18 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 41.596,35 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 009 Auxílio Alimentacao | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Total: Vantagens | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 281 Desconto Adto Férias | 2.441,27 | 2.954,96 | | | | | 5.396,23 |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 223,99 | | | | 223,99 |
| 301 INSS s/ Férias | 315,88 | 375,81 | | | | | 691,69 |
| 302 INSS | 59,93 | | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 375,81 | 1.563,17 |
| 304 IRRF | 475,31 | 221,28 | 1.051,80 | 1.051,80 | 1.051,80 | 1.051,80 | 4.903,79 |
| 308 IRRF s/ Férias | 114,53 | 976,76 | | | | | 1.091,29 |
| Total: Descontos | 3.406,92 | 4.528,81 | 1.651,60 | 1.427,61 | 1.427,61 | 1.427,61 | 13.870,16 |
| Salário Base | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| Líquido | 3.772,29 | 3.009,37 | 5.148,14 | 5.372,13 | 5.372,13 | 5.372,13 | 28.046,19 |



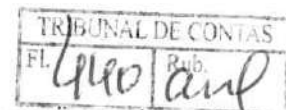
Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome CTPS | Cargo Identidade | PIS | CPF | Admissão | ST CT TC | Salário Base | Total |
|---------------------------|---------------------|----------------|----------------|----------|----------|--------------|-----------|
| | | | | | | | |
| Cód Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| 5.454 CELIA FROELICH | | | | | | 6.719,7400 | |
| 000000000 - 0 | 9003713171 | 100.41107.19.2 | 094.556.710/34 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 033 Subsidio Secretarios | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| 664 Sub.Secretario 13 sal | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| Total: Proventos | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 13.439,48 | 47.038,18 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 009 Auxílio Alimentacao | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 480,00 |
| 047 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| Total: Vantagens | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 380,00 | 780,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 302 INSS | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 381,41 | 2.288,46 |
| 303 INSS s/ 13º Salário | | | | | | 381,41 | 381,41 |
| 304 IRRF | 1.050,26 | 1.050,26 | 1.050,26 | 1.050,26 | 1.050,26 | 1.132,76 | 6.384,06 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 1.050,26 | 1.050,26 |
| Total: Descontos | 1.431,67 | 1.431,67 | 1.431,67 | 1.431,67 | 1.431,67 | 2.945,84 | 10.104,19 |
| Salário Base | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| Líquido | 5.368,07 | 5.368,07 | 5.368,07 | 5.368,07 | 5.368,07 | 10.873,64 | 37.713,99 |



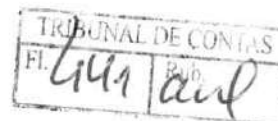
Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cadastro Nome CTPS | Identidade | Cargo | | CPF | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | Demissão | Causa | |
|-------------------------------|------------|-----------|----------|-----|----------|----|----|----|--------------|----------|----------|---|
| | | PIS | | | | | | | | | | |
| Cód Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | | Abril | | | | | Maio | Junho | Total |
| <hr/> | | | | | | | | | | | | |
| 4.997 BEATRIZ GASPAR FAGUNDES | | | | | | | | | | | | FISCAL MUNICIPAL - 01/06/1998 01 01 09 7.161,2300 |
| 000052997 - 39 RS 732388 | | | | | | | | | | | | 124.91732.38.8 810.102.900/10 |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | | | | | |
| 333 Subsidio Secretarios | | | | | 7.161,23 | | | | | 7.161,23 | 7.161,23 | 21.483,69 |
| 340 FÉRIAS 1/3 Acresc.Constit | | 1.530,18 | | | | | | | | | | 1.530,18 |
| 554 DCA | 6.885,80 | 2.295,27 | 7.161,23 | | | | | | | | | 16.342,30 |
| 561 CC/DCA Férias | | 4.590,53 | | | | | | | | | | 4.590,53 |
| Total: Proventos | 6.885,80 | 8.415,98 | 7.161,23 | | 7.161,23 | | | | | 7.161,23 | 7.161,23 | 43.946,70 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | | | | | | |
| 309 Alim Alimentacao | | | 80,00 | | 80,00 | | | | | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Total: Vantagens | | | 80,00 | | 80,00 | | | | | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | | | | | |
| 281 Desconto Adto Perias | | 4.945,94 | | | | | | | | | | 4.945,94 |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 238,71 | | | | | | | | | 238,71 |
| 304 IRRF | 1.154,28 | 55,48 | 1.228,16 | | 1.228,16 | | | | | 1.228,16 | 1.228,16 | 6.122,40 |
| 308 IRRF s/ Férias | | 959,39 | | | | | | | | | | 959,39 |
| 526 Mensal. GSMCB | 61,97 | 20,66 | 64,45 | | 64,45 | | | | | 64,45 | 64,45 | 340,43 |
| 535 Convenios GSMCB | 106,10 | 126,00 | 53,85 | | 29,80 | | | | | 155,40 | 565,34 | 1.036,49 |
| 546 Ipasem prev. s/Mensal | 169,23 | 56,41 | 176,00 | | 176,00 | | | | | 176,00 | 176,00 | 929,64 |
| 547 Ipasem Saude s/Mensal | 153,85 | 51,28 | 160,00 | | 160,00 | | | | | 160,00 | 160,00 | 845,13 |
| 548 Ipasem Prev. s/Perias | | 112,82 | | | | | | | | | | 112,82 |
| 549 Ipasem Saude s/Perias | | 102,56 | | | | | | | | | | 102,56 |
| 949 Emp. Consig. BRADESCO | | 1.027,22 | 1.027,22 | | 1.027,22 | | | | | 1.027,22 | 1.027,22 | 5.136,10 |
| Tot Descontos | 1.645,43 | 7.457,76 | 2.948,39 | | 2.685,63 | | | | | 2.811,23 | 3.221,17 | 20.769,61 |
| Natureza : Outros | | | | | | | | | | | | |
| 902 Zera INSS | 6.885,80 | 8.415,98 | 7.161,23 | | 7.161,23 | | | | | 7.161,23 | 7.161,23 | 43.946,70 |
| 999 Base IPASEM | 1.538,45 | 1.538,45 | 1.600,00 | | 1.600,00 | | | | | 1.600,00 | 1.600,00 | 9.476,90 |
| Total: Outros | 8.424,25 | 9.954,43 | 8.761,23 | | 8.761,23 | | | | | 8.761,23 | 8.761,23 | 53.423,60 |
| Salário Base | 6.885,80 | 6.885,80 | 7.161,23 | | 7.161,23 | | | | | 7.161,23 | 7.161,23 | 42.416,52 |
| Líquido | 5.240,37 | 958,22 | 4.292,84 | | 4.555,60 | | | | | 4.430,00 | 4.020,06 | 23.497,09 |



Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|--|------------|----------|----------|----------|----------|--------------|-----------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 4.997 BEATRIZ GASPAR FAGUNDES | | | | | | 7.161,2300 | |
| 000052997 - 39 RS 732388 | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| FISCAL MUNICIPAL - 01/06/1998 01 01 09 | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 333 Subsidio Secretarios | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 42.967,38 |
| 664 Sub.Secretario 13 sal | | | | | | 7.161,23 | 7.161,23 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total: Proventos | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 14.322,46 | 50.128,61 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 009 Auxilio Alimentacao | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 480,00 |
| 047 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total: Vantagens | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 380,00 | 780,00 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 304 IRRF | 1.228,16 | 1.228,16 | 1.228,16 | 1.228,16 | 1.228,16 | 1.310,66 | 7.451,46 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 1.228,16 | 1.228,16 |
| 521 Co-partic.Consultas SERVI | 23,23 | | | | 2,50 | | 25,73 |
| 526 Mensal. GSMCB | 64,45 | 64,45 | 64,45 | 64,45 | 64,45 | 64,45 | 386,70 |
| 535 Convenios GSMCB | 470,88 | 517,52 | 561,13 | 853,30 | 626,38 | 427,34 | 3.456,55 |
| 546 Ipasem prev. s/Mensal | 176,00 | 176,00 | 176,00 | 176,00 | 176,00 | 176,00 | 1.056,00 |
| 547 Ipasem Saude s/Mensal | 160,00 | 160,00 | 160,00 | 160,00 | 160,00 | 160,00 | 960,00 |
| 552 Ipasem Prev. s/13 Sal | | | | | | 176,00 | 176,00 |
| 949 Emp. Consig. BRADESCO | 1.027,22 | 1.027,22 | 1.027,22 | 1.027,22 | | 1.059,24 | 5.168,12 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total: Descontos | 3.149,94 | 3.173,35 | 3.216,96 | 3.509,13 | 2.257,49 | 4.601,85 | 19.908,72 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Natureza : Outros | | | | | | | |
| 902 Zera INSS | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 42.967,38 |
| 903 Zera Inss 13; | | | | | | 7.161,23 | 7.161,23 |
| 999 Base IPASEM | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 3.200,00 | 11.200,00 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total: Outros | 8.761,23 | 8.761,23 | 8.761,23 | 8.761,23 | 8.761,23 | 17.522,46 | 61.328,61 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Salário Base | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 7.161,23 | 42.967,38 |
| Líquido | 4.091,29 | 4.067,88 | 4.024,27 | 3.732,10 | 4.983,74 | 10.100,61 | 30.999,89 |



Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|-----------------------------|---------------|--------------------|----------------|----------|----------|--------------|------------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 6.330 ELIANE DOS REIS | | PROFESSOR III - 20 | 11/04/2006 | 01 | 01 | 09 | 6.719,7400 |
| 000030369 - 8 | RS 9052323244 | 120.88502.26.4 | 505.832.390/72 | | | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 033 Subsidio Secretarios | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| Total: Proventos | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 009 Auxilio Alimentacao | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Total: Vantagens | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 284 Contribuição Sindical 1 | | | 223,99 | | | | 223,99 |
| 304 IRRF | 1.051,43 | 1.051,43 | 1.121,20 | 1.121,20 | 1.121,20 | 1.121,20 | 6.587,66 |
| 546 Ipasem prev. s/Mensal | 118,71 | 118,71 | 123,46 | 123,46 | 123,46 | 123,46 | 731,26 |
| 547 Ipasem Saude s/Mensal | 107,92 | 107,92 | 112,23 | 112,23 | 112,23 | 112,23 | 664,76 |
| Total: Descontos | 1.278,06 | 1.278,06 | 1.580,88 | 1.356,89 | 1.356,89 | 1.356,89 | 8.207,67 |
| Natureza : Outros | | | | | | | |
| 902 Zera INSS | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| 999 Base IPASEM | 1.079,18 | 1.079,18 | 1.122,36 | 1.122,36 | 1.122,36 | 1.122,36 | 6.647,80 |
| Total: Outros | 7.540,47 | 7.540,47 | 7.842,10 | 7.842,10 | 7.842,10 | 7.842,10 | 46.449,34 |
| Salário Base | 6.461,29 | 6.461,29 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 39.801,54 |
| ruído | 5.183,23 | 5.183,23 | 5.218,86 | 5.442,85 | 5.442,85 | 5.442,85 | 31.913,87 |



Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome | Cargo | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base | |
|-------------------------------|---------------|----------------|----------------|------------|----------|--------------|-----------|
| CTPS | Identidade | PIS | CPF | Demissão | Causa | | |
| Cód Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| 6.330 ELIANE DOS REIS | | | | | | 6.719,7400 | |
| 000030369 - 8 | RS 9052323244 | 120.88502.26.4 | 505.832.390/72 | | | | |
| PROFESSOR III - 20 | | | | 11/04/2006 | 02 01 09 | | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 003 Vencimentos | | 6.719,74 | | | | 5.599,78 | 12.319,52 |
| 012 Férias | | | | | | | 26.878,96 |
| 033 Subsídio Secretarios | 6.719,74 | | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | | 373,32 |
| 140 FÉRIAS 1/3 Acresc.Constit | | | | | | 373,32 | 373,32 |
| 212 13º Salário Integral | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| 835 Férias sobre subsídios | | | | | | 1.119,96 | 1.119,96 |
| Total: Proventos | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 13.812,80 | 47.411,50 |
| Nat a : Vantagens | | | | | | | |
| 009 Auxílio Alimentacao | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 66,56 | 466,56 |
| 347 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| 436 PASEP | 20,04 | | | | | | 20,04 |
| Total: Vantagens | 100,04 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 366,56 | 786,60 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 281 Desconto Adto Férias | | | | | | 1.164,46 | 1.164,46 |
| 304 IRRF | 1.121,20 | 1.121,20 | 1.121,20 | 1.121,20 | 1.121,20 | 901,50 | 6.507,50 |
| 306 IRRF s/ 13º Salário | | | | | | 1.121,20 | 1.121,20 |
| 308 IRRF s/ Férias | | | | | | 289,53 | 289,53 |
| 535 Convenios GSMCB | | | | | 99,00 | | 99,00 |
| 546 Ipasem prev. s/Mensal | 123,46 | 123,46 | 123,46 | 123,46 | 123,46 | 102,38 | 719,68 |
| 547 Ipasem Saude s/Mensal | 112,23 | 112,23 | 112,23 | 112,23 | 112,23 | 93,38 | 654,53 |
| 548 Ipasem Prev. s/Férias | | | | | | 20,58 | 20,58 |
| 549 isem Saude s/Férias | | | | | | 18,71 | 18,71 |
| 552 Ipasem Prev. s/13 Sal | | | | | | 123,46 | 123,46 |
| Total: Descontos | 1.356,89 | 1.356,89 | 1.356,89 | 1.356,89 | 1.455,89 | 3.835,20 | 10.718,65 |
| Natureza : Outros | | | | | | | |
| 902 Zera INSS | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 7.093,06 | 40.691,76 |
| 903 Zera Inss 13º | | | | | | 6.719,74 | 6.719,74 |
| 999 Base IPASEM | 1.122,36 | 1.122,36 | 1.122,36 | 1.122,36 | 1.122,36 | 2.240,18 | 7.851,98 |
| Total: Outros | 7.842,10 | 7.842,10 | 7.842,10 | 7.842,10 | 7.842,10 | 16.052,98 | 55.263,48 |
| Salário Base | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 6.719,74 | 40.318,44 |
| Líquido | 5.462,89 | 5.442,85 | 5.442,85 | 5.442,85 | 5.343,85 | 10.344,16 | 37.479,45 |



**REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO(S)
E/OU INFORMAÇÃO(ÕES)**

Nº 14/2011

UNIDADE AUDITADA

Executivo Municipal de Campo Bom

SIMBOLOGIA:

1ª VIA - UNIDADE AUDITADA

2ª VIA - TRIBUNAL DE CONTAS

PRAZO PARA ENTREGA DA SOLICITAÇÃO:

09/05/2011

Observação:

As informações, inclusive as relativas a eventual inexistência de algum documento, devem **ser feitas por escrito**.

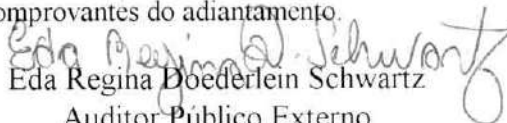
Com base nos termos dos **artigos 31, 70 e 71 da Constituição Federal, artigos 70 e 71 da Constituição Estadual e artigo 33, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.424, de 06-01-00**, requisitamos o(s) documento(s) e/ou informação(ões) abaixo:

Pendências:

- Requisição nº 02/2011: 4 – Preencher o arquivo em anexo, com informações sobre a composição de valores dos créditos inscritos em Dívida Ativa.
- Requisição nº 04/2011: 7 - Relacionar e documentar os servidores cedidos e adidos em 2010. Informar a quem cabe o ônus do pagamento da remuneração destes servidores.

Outros:

- termo aditivo do contrato de prestação de serviço com AESC, autorizado pela Lei Municipal nº 3.599/2010.
- o que são lançados nas rubricas VAGO (009) e Parcelamento Complementar (0089) da Folha de Pagamento?
- o Decreto Legislativo 01/94, para pagamento de diárias ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, continua vigente? Se sim, solicita-se cópia do referido decreto.
- informar se há legislação municipal que regulamenta o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias aos agentes políticos de Campo Bom. Se houver, solicita-se cópia da mesma.
- as Leis Municipais nºs. 3.060/07, 3.132/07, 3.181/08, 3.383/09, 3.323/09 e 3.410/09 continuaram vigentes no exercício de 2010? Se sim, os cargos em comissão por elas criados estiveram providos no referido exercício?
- apresentar demonstrativo de quadro de pessoal referente aos cargos em comissão, contendo a sua denominação, fundamentação legal, número de cargos criados, ocupados e vagos.
- informar as atribuições do Vice-Prefeito Municipal no Executivo Municipal de Campo Bom.
- cópia do empenho nº 511/2010 e comprovantes do adiantamento.


Eda Regina Doederlein Schwartz
Auditor Público Externo
Matrícula nº 1.700026.0

UNIDADE AUD./RECEBIMENTO DESTA REQUISIÇÃO:

Data: / /

Nome:

Cargo:

Ass:

TC/RECEBIMENTO DE DOCUMENTO(S) E/OU INFORMAÇÃO(ÕES)

Data: / /

Obs.:

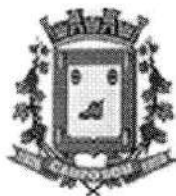
Nome:

Matrícula:

Ass:



Imprimir



Câmara Municipal de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL Nº 3.645, DE 07/12/2010

Concede abono pecuniário aos servidores em atividade e estagiários, e dá outras providências.

FAISAL MOTHCI KARAM, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder, juntamente com os vencimentos e salários relativos ao mês de dezembro de 2010, abono pecuniário de R\$ 300,00 (trezentos reais) aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Serão beneficiados pelo abono pecuniário de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei, os seguintes segmentos:

a) servidores ativos, integrantes dos Quadros Efetivo, Comissionado e de Direção Chefia e Assessoramento, do Poder Executivo Municipal e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom - IPASEM/CB;

b) empregados públicos municipais, e servidores públicos municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, constitucionalmente estabilizados, e vinculados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder, juntamente com os vencimentos, bolsas-auxílio ou subsídios, relativos ao mês de dezembro de 2010, um abono pecuniário no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), em parcela única, às seguintes categorias:

a) conselheiros tutelares, regidos pela Lei Municipal nº 1.961/1999, de 04/02/1999 e alterações subsequentes;

b) instrutores e oficineiros, contratados temporariamente, submetidos à Lei Municipal nº 3.533/2010, de 28 de fevereiro de 2010;

c) estagiários submetidos à Lei Municipal nº 2.152/2001, de 08/05/2001, e alterações subsequentes.

Art. 3º O abono pecuniário de que trata esta Lei não se incorporará aos vencimentos dos servidores, empregados e estagiários, nem será computado para fins de cálculo de férias, gratificação natalina, ou qualquer outra parcela a que tenham direito.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 07 de dezembro de 2010.

FAISAL MOTHCI KARAM,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

REJANE GRIESANG SCHENKEL,
Secretária de Administração.

ANEXO I - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Considerando a possibilidade de contemplação de 1.469 servidores e 91 estagiários, com o benefício pecuniário previsto na Lei em apreciação, verificamos que tal implicará em um dispêndio máximo, no exercício em curso, na ordem de R\$

448.700,00 (R\$ 300,00 x 1.469; R\$ 200,00 x 91) pois não foi deduzido o Imposto de Renda que relativamente a tal abono incidirá, pertencente ao Município, na conformidade do disposto no art. 158 da CF/88, e incidente contribuição previdenciária sobre abonos eventuais e expressamente desvinculados dos salários/vencimentos.

Outrossim, podemos estabelecer que ausente previsão de continuidade ou repetição de creditamento do referido abono nos Exercícios subsequentes - 2011 e 2012 -, nenhum impacto orçamentário-financeiro se projeta para os mesmos.

Cabe a este órgão o exame da lei quanto à sua compatibilização e adequação com as leis orçamentárias relativas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de sorte a verificar se os gastos pretendidos enquadrar-se-ão, ou não, na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeitos, na primeira hipótese, à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF.

No caso, verificamos que dita despesa não tem caráter continuado.

Prosseguindo, no que concerne à adequação da lei à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, é importante ressaltar que, tratando-se de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente, as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro deste dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o Exercício Financeiro de 2010 contempla, no seu Anexo I, o demonstrativo da margem de expansão das despesas de caráter continuado, e nos dá conta de que há margem líquida de expansão suficiente para absorver a despesa decorrente da Lei em apreciação.

Há também, na Lei Orçamentária para 2010, dotação suficiente para atender dita despesa de pessoal.

Estabelecido isto, a Lei em questão se mostra compatível e adequado com o art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 101/2000, e com a Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento - LO, para o Exercício de 2010.

E, notadamente, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Campo Bom, 07 de dezembro de 2010.

CÉLIA FROEHLICH,
Secretária Municipal de Finanças.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

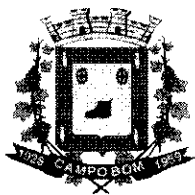
Na qualidade de ordenador da despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes do art. 169 § 1º, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2010, e, da Lei Orçamentária para 2010, que a despesa decorrente da Lei em foco conforme impacto orçamentário financeiro constante deste Anexo I -, tem adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária Anual, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, compatibilidade com o Plano Plurianual; outrossim, não extrapola o limite legal de comprometimento relativo as despesas com pessoal, de que trata a

Lei de Responsabilidade Fiscal

Campo Bom, 07 de dezembro de 2010.

FAISAL MOTHCI KARAM,
Prefeito Municipal.

| TRIBUNAL DE CONTAS | |
|--------------------|-----------------|
| Fl. 645 | Rub. <i>and</i> |



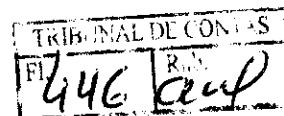
MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Avenida Independência, 800 – Centro – CEP 93700-000

CGC: 90.832.619./0001-55

Fone: (051) 3598-8600



Informamos ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS - as competências e datas de pagamento das folhas salariais do Executivo Municipal de Campo Bom durante o exercício de 2010 (período 01.01.2010 a 31.12.2010):

| Mês/Competência - 2010 | Data de Pagamento |
|---|-------------------|
| Janeiro | 29/01/2010 |
| Fevereiro | 26/02/2010 |
| Março | 31/03/2010 |
| Abril | 30/04/2010 |
| Maiο | 31/05/2010 |
| Junho | 30/06/2010 |
| Julho | 30/07/2010 |
| Agosto | 31/08/2010 |
| Setembro | 30/09/2010 |
| Outubro | 29/10/2010 |
| Novembro | 30/11/2010 |
| Dezembro | 29/12/2010 |
| Gratificação Natalina / 13ª Remuneração | 20/12/2010 |

Responsável pelas informações:

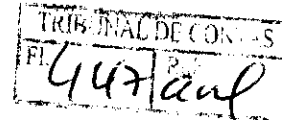
Cristiane Strunck

Assessora Especial em RH

Campo Bom, 03 de junho de 2011.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA

Nº 70009773425
2004/CÍVEL

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO
PROBATÓRIO. EXONERAÇÃO. LIMITAÇÃO DA RES-
PONSABILIDADE FISCAL. POSSIBILIDADE.

1. Não se conhece de agravo retido não reiterado,
expressamente, na resposta da apelação (CPC, art.
523, § 1º). Agravo retido não conhecido.

2. Nada impede a exoneração do servidor público, no
curso do estágio, em virtude das limitações da Lei de
Responsabilidade Fiscal. Desnecessidade de
contraditório e de ampla defesa. Precedente do STF
neste último sentido.

3. APELAÇÃO PROVIDA.

APELAÇÃO CÍVEL

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Nº 70009773425

CAMPO BOM

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

APELANTE E

LICIELE CASSIA DRUSIAN E OU-
TROS

APELADOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da **Quarta Câmara Cível** do Tribunal de Justiça do Estado, **à unanimidade, não conhecer do agravo retido e dar provimento à apelação.**

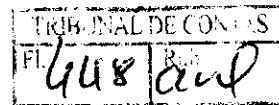
Participaram do julgamento, além do signatário (Presidente), os eminentes Senhores **DES. VASCO DELLA GIUSTINA E DES. WELLINGTON PACHECO BARROS.**

Porto Alegre, 27 de outubro de 2004.

DES. ARAKEN DE ASSIS,
Presidente e Relator.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA
Nº 70009773425
2004/CÍVEL

RELATÓRIO

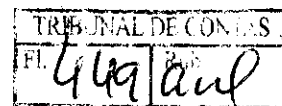
DES. ARAKEN DE ASSIS (RELATOR) – LICIELE CASSIA DRUSIAN E OUTROS ajuizaram ação declaratória cumulada com anulatória contra o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM.

Segundo alegam, inscreveram-se regularmente em concurso público para provimento de cargos municipais no Quadro Permanente de Servidores, sendo aprovados e nomeados. Ocorre que restaram exonerados, em estágio probatório, sob o argumento de violação ao art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar 101/00. Sustentam que restaram nomeados no dia 30.06.00, data anterior ao período de 180 dias, suscitado pela municipalidade, em consonância à Lei Complementar 101/00. Aduzem, ainda, que o réu violou o princípio da ampla defesa e do contraditório, ao demiti-los, abruptamente, sem oportunizar o direito de defesa. Postulam a procedência da ação, para declarar a legalidade da nomeação, posse e exercício e a nulidade da portaria exonerativa, bem como para condenar o réu a pagar todos os vencimentos a que fariam jus, acrescidos de juros e correção monetária.

Anteriormente, os autores ajuizaram ação cautelar inominada, postulando liminar para suspender a portaria exonerativa e reintegrá-los no serviço municipal. Deferida a liminar, o Município de Campo Bom interpôs agravo de instrumento, sendo negado provimento ao recurso. Contra esta decisão interpôs embargos de declaração, os quais foram desacolhidos. O Município contestou, aduzindo a impossibilidade de concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública. No mérito, sustentou a ausência de planejamento das despesas com pessoal e respectiva fonte de custeio, pela Administração Municipal anterior e afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA

Nº 70009773425

2004/CÍVEL

O Município de Campo Bom contestou, sustentando que, em abril de 2000, divulgou edital de abertura de concurso para provimento de diversos cargos, tendo o resultado do certame sido divulgado em 28.06.00, mas que, por força do art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Prefeito Municipal anulou as investidas em cargos públicos indevidamente ocorridas nos 180 últimos dias do final do mandato do Prefeito anterior. Aduziu que houve violação dos arts. 167, I, e 169, § 1º, I e II, da CF/88 e arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00, salientando que a investidura desses servidores acarretou a violação do limite de gastos com pessoal que é de 54% da receita corrente líquida, no mês de janeiro, quando teve de ser empenhada e saldada parte da folha de pagamento do mês de dezembro/00.

Houve réplica.

Os autores interpuseram agravo retido contra a decisão de fl. 126, que indeferiu o pedido de documentos a serem fornecidos pelo Tribunal de Contas.

Em audiência, foram ouvidas as testemunhas arroladas.

A Dra. Juíza de Direito julgou procedente a ação cautelar, tornando definitiva a liminar concedida e julgou parcialmente procedente a ação principal, apenas para reintegrar os autores nos cargos públicos, não fazendo jus ao pagamento dos vencimentos relativos ao período de afastamento. A sucumbência restou fixada assim: na ação cautelar, custas e honorários, fixados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), em atento ao art. 20, § 4º, do CPC, pelo réu; e na ação principal, custas e honorários fixados em R\$ 1.000,00 (hum



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA

Nº 70009773425

2004/CÍVEL

mil reais) pelas partes na seguinte proporção: 80% pelo réu, 20% pelos autores, cada qual respondendo por 1/3 deste percentual.

O Município de Campo Bom apelou, sustentando que a decisão não observou a regra do art. 169, § 1º, I e II, da CF/88, que determina que haja dotação prévia para a contratação e admissão de pessoal. Aduziu que houve violação do art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Postulou o provimento do recurso, para julgar improcedente a ação.

Respondido o recurso, subiram os autos.

A Dra. Procuradora de Justiça opinou pelo desprovimento da apelação.

É o relatório.

VOTOS

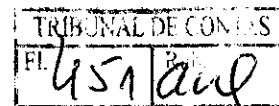
DES. ARAKEN DE ASSIS (RELATOR) – Eminentes Colegas.

1. Admissível que seja a apelação, passo ao exame do agravo retido.

E do agravo retido, interposto às fls. 129/131, relativamente ao despacho de fl. 126, que entendeu caber aos autores juntar informações do Tribunal de Contas, não conheço, porque os apelados não o reiteraram, expressamente, nas contra-razões apelatórias (fls. 238/240), conforme exige o art. 523, *caput*, do Cód. de Proc. Civil, gerando sua inadmissibilidade, a teor do § 1º.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA

Nº 70009773425
2004/CÍVEL

Não conheço, portanto.

DES. VASCO DELLA GIUSTINA (REVISOR) - De acordo.

DES. WELLINGTON PACHECO BARROS - De acordo.

DES. ARAKEN DE ASSIS (RELATOR) - 2. De acordo com os elementos de prova, os autores prestaram concurso público e acabaram nomeados, em 30.06.00, para os cargos de secretária de escola II e serviços gerais (fls. 16, 20 e 24). No curso do estágio probatório, por meio da Portaria 16.657, de 19.01.01, o Município exonerou-os dos cargos, com fundamento no art. 21, da Lei Complementar 101/00 c/c art. 37, *caput*, da CF/88.

Para os autores, suas nomeações ocorreram antes do prazo estipulado no art. 21, da Lei Complementar 101/00, que reza:

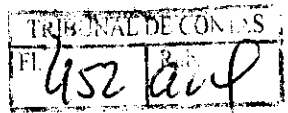
Também é nulo de pleno direito o ato que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Nada obstante, o que importa é a data da posse e estas ocorreram, como visto, em 26.07.00, 18.07.00 e 25.07.00 (fls. 17, 21 e 25). Logo, há plena incidência da referida disposição legal.

É irrelevante, para tal arte, a data da vigência da Lei 2.045/00, do Município de Campo Bom, que criou os cargos públicos. Por outro lado, parece evidente que o ato de exoneração não depende de expressa e de prévia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA
Nº 70009773425
2004/CÍVEL

autorização legislativa, pois sequer a extinção do cargo reclama tal solene providência.

Também alegam os autores que suas exonerações se subordinavam a prévio procedimento administrativo, assegurado o direito fundamental do art. 5.º, LV, da CF/88. Esta Câmara já adotou semelhante entendimento. E isso, porque no processo administrativo atender-se-iam os limites ao poder de invalidar atos administrativos, consagrado na Súmula 473, do STF, e a eventual aplicação do princípio da confiança e da boa-fé.

Entretanto, *mutatis mutandis* aquela orientação inicial sofreu radical mudança, a partir de Acórdão da 1.ª Turma do STF (RE 183.255-1, julgado em 01.04.97, Relator o Sr. Ministro SYDNEY SANCHES, DJU 19.09.97, p. 863), no qual, para reduzir proventos, assentou a Corte Constitucional, *in verbis*:

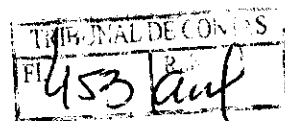
"DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.

*"RETIFICAÇÃO DE ATO DE APOSENTAÇÃO. REDUÇÃO DE PROVENTOS, COM BASE NO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 37, 'CAPUT', DA C. F.). DESNECESSIDADE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, COM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA IRREDUTIBILIDADE DOS VENCI-
CIMENTOS".*

Posteriormente, a 1.ª Turma do STF (RE 224.283-6-SP, julgado em 11.09.01, Rel. a Sra. Ministra ELLEN GRACIE, DJU 11.10.01, p. 620) estabeleceu o seguinte: "... o art. 5.º, LV, pressupõe litígio ou acusação, não se aplicando, assim, à espécie, já que se trata de nulidade..."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA

Nº 70009773425

2004/CÍVEL

Em razão disto, não há necessidade de prévio processo administrativo para exonerar o servidor, no curso do estágio probatório, haja vista a extinção do cargo ou a ineficácia da lei que o criou, por decorrência do art. 21 da Lei Complementar 101/00.

3. Pelo fio do exposto, dou provimento à apelação para julgar improcedentes as ações, revogada a liminar. Condeno os autores ao pagamento das despesas do processo e de honorários advocatícios, que arbitro, com fundamento no art. 20, § 4º, do Cód. de Proc. Civil, em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), suspendendo a exigibilidade da condenação, porém, ante o benefício da gratuidade. Oficie-se.

DES. VASCO DELLA GIUSTINA (REVISOR) - De acordo.

DES. WELLINGTON PACHECO BARROS - De acordo.

DES. ARAKEN DE ASSIS - Presidente - Apelação Cível nº 70009773425, Comarca de Campo Bom: **"NÃO CONHECERAM DO AGRAVO RETIDO E DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME"**

Julgador(a) de 1º Grau: CINTIA TERESINHA BURHALDE MUA



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
COMPAQ

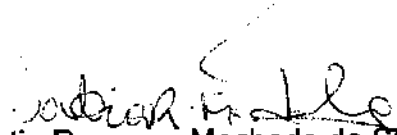


102
2

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM-RS

Ao Sr. Prefeito para deliberação, ciente de que a COMPAQ deferi petição constante de fls. 98/99/100 nos autos deste procedimento, a qual a servidora postula, através de sua procuradora, pela exoneração de seu cargo de Servidora Pública Municipal a contar da data de 09 de março de 2011. Declara e expressa a servidora não ter pretensão em interpor quaisquer recursos da decisão final do referido PAD, quer na esfera administrativa, quer na via judicial. Por tudo isso, a comissão opina pelo arquivamento do feito.

Campo Bom, 10 de março de 2011.


Catia Romana Machado da Silva
Coordenadora da COMPAQ


Tânia M. S. Fontena


Jairo A. P. Moura


Everaldo Fabriz


Adriane C. Paz

ACOLHO PELO ARQUIVAMENTO


Faisal Mounir Karam
PREFEITO MUNICIPAL

URGENTE

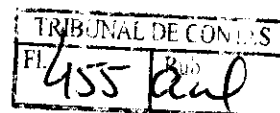
M^a Solange Kunz Saenger - OAB/RS 60.766

Sandra Quadros de Barros - OAB/RS 70.413

Advocacia

93
8

ILUSTRÍSSIMA SENHORA COORDENADORA DA COMPAQ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS.



PAD N° 120/2010

LUCIELE CÁSSIA DRUSIAN vem via este
instrumento, manifestar-se nos seguintes termos:

Segundo consta em anexo Pedido de Exoneração¹ a
processada requereu exoneração do seu cargo de servidora
pública municipal na data de 09/03/2011.

Assim sendo, a mesma declara **NÃO** ter mais
interesse na tramitação do PAD n° 120/2010.

Outrossim, expressa que não ter pretensão em
interpor quaisquer recursos da decisão final do PAD supra
mencionado, que na esfera administrativa, quer na via
judicial.

Ante o exposto, postula pelo recebimento da
presente manifestação para que surta os seus efeitos
legais.

Nestes termos, espera deferimento.

Campo Bom, 10 de março de 2011.

Lucian
Luciele Cassia Drusian

Solange Kunz Saenger
Maria Solange Kunz Saenger
OAB/RS-60.766

¹ Documento juntado.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Avenida Independência, 800 - Centro - CEP 93700-000

CGC: 90.832.619/0001-55

Fone: (051) 3598-8600

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 456 | Rub. aut |

100
2

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Campo Bom

PEDIDO DE EXONERAÇÃO

Eu Muciele Cassia Brusian,
solicito minha exoneração do cargo de Secretaria Geral,
matrícula 5389, que ocupo neste Município de Campo Bom, a
contar de 09/03/2011, independente de aviso prévio e
pagamento de qualquer ônus indenizatório por parte do Município, salvo
os previstos na Legislação Municipal.

Campo Bom, 09 de março de 2011

Muciele Brusian
Assinatura



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

058

Senhor Prefeito:

Pelo presente solicitamos a instauração de processo administrativo disciplinar contra a servidora Luciele Cássia Drusian, secretária de escola II, considerando os documentos em anexo e a presente denúncia:

1 - A servidora foi nomeada em 30/06/2000, nos termos da Portaria nº 15.323/00, de 30/06/2000, e tomou posse do cargo no dia 26/07/2000;

2 - Em 19 de janeiro de 2001, foi anulada a portaria de nomeação, conforme Portaria nº 16.657/01, em razão de ter tomado posse no período compreendido entre a data de 05 de julho de 2000 e 31 de dezembro de 2000, por violação do parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar nº 101/00 e do art. 37 da CF;

3 - A servidora interpôs ação declaratória de validade de atos administrativos de nomeação de servidores aprovados em concurso público, cumulada com anulatória de ato administrativo de exoneração de servidores, de reintegração no serviço público e de pagamento dos vencimentos devidos – processo nº 1020004561-5 e 1020004553-4 ambos da 1ª Vara Judicial da Comarca de Campo Bom, em 02 de fevereiro de 2001, foi deferida medida liminar de reintegração ao serviço público o que ocorreu 06/06/2001. A ação foi julgada parcialmente procedente em 1º grau para o fim de reintegrar a autora ao serviço público, 30/04/2004. O Município recorreu da sentença ao Tribunal de Justiça deu provimento ao apelo, nos termos do acórdão nº 70009773425, julgando improcedente as ações e revogada a liminar, transitado em julgado em 07 de junho de 2005.

4 - Entretanto a servidora teve a condição de estável no serviço público homologada em 12 de dezembro de 2003 – Portaria nº 21.624/2003, de 12/12/2003.

5- Ao Departamento de Pessoal não foi encaminhado o acórdão do TJ para as providências necessárias.

6 – Por outro lado o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2009, quando da Auditoria de Atos Derivados de Pessoal – número 6634020092, efetuou o exame de legalidade de atos administrativos derivados de pessoal e mediante Nota de Expediente publicada em 27/04/2010, alertou a Administração Municipal: “ d) pelo alerta à Auditada da necessidade de desconstituição das reintegrações por força judicial, referentes as servidoras Jussara Siebel Pacheco e Luciele Cássia Drusian, situação que deverá ser verificada em futura auditoria.” . A servidora Jussara Siebel Pacheco pediu exoneração do cargo em 17/09/2009.

7 – Considerando inclusive a fundamentação do voto do relator Des. Araken de Assis no acórdão supra referido, que: “ Em razão disto, não há necessidade de prévio processo administrativo para exonerar o servidor, no curso do estágio probatório,



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

068

haja vista a extinção do cargo ou a ineficácia da lei que o criou, por decorrência do art. 21 da Lei Complementar nº 101/00.”.

Pelo exposto, solicitamos a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra a servidora Luciele Cássia Drusian, titular do cargo de Secretária de Escola II, matrícula nº 5389, posto ter sua condição de estável reconhecida pela Administração Municipal em 2003, antes da reforma da sentença de 1º Grau consoante Acórdão do Tribunal de Justiça, transitado em julgado em 07/06/2005, que julgou improcedente sua reintegração no serviço público.

Campo Bom, 21 de junho de 2010.

Rejane Griesing Schenkel,
Secretária de Administração



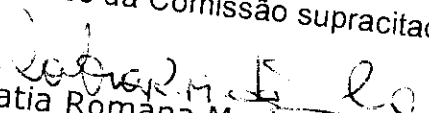
Prefeitura Municipal de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
COMPAQ

| | |
|--------------------|------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 459 | P. 6 |

ATA DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DE REUNIÃO

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez às quatorze horas, na sala da COMPAQ, terceiro andar do Centro Administrativo Municipal, situado na Avenida Independência, 800, nesta cidade, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Capacitação, Controle e Avaliação de Desempenho e Qualidade do Servidor e do Serviço Público Municipal, designado pela Portaria nº 29.164/2010 de 21 de julho de 2010, publicada no Atrio do Centro Administrativo Municipal para processar o Processo Administrativo Disciplinar nº 120/2010, deliberando-se o seguinte:

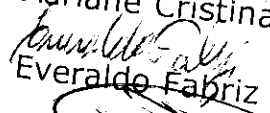
- I – Proceder à autuação das peças.
 - II – Citar a denunciada, oportunizando o depoimento pessoal da mesma em data a ser aprazada.
 - IV – Designar a Coordenadora da COMPAQ, Catia Romana Machado da Silva para presidir o presente Processo Administrativo e Tânia Maria Silva Fontena como Secretária desta Comissão.
- Nada mais havendo a constar, lavro a presente ata que vai assinada por mim, Tânia Maria Silva Fontena e os demais membros da Comissão supracitada.


Catia Romana Machado da Silva
Coordenadora da COMPAQ


Tânia Maria Silva Fontena
Secretária

Membros:


Adriane Cristina Paz


Everaldo Fabriz


Jairo Augusto Prates Moura



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PORTARIA Nº 30.248/2011, de 29 de março de 2011.

**EXONERA, A PEDIDO, SECRETÁRIA DE
ESCOLA II.**

FAISAL MOTHCI KARAM, Prefeito Municipal de Campo Bom, no
uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

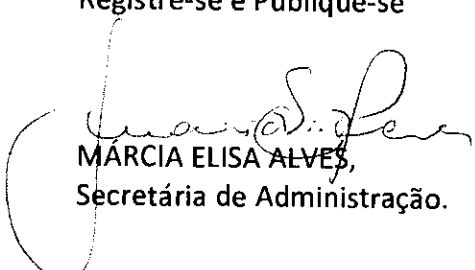
I - Exonerar, a pedido, a servidora **LUCIELE CASSIA DRUSIAN**,
matrícula nº 5389, do cargo de Secretária de Escola II, a partir de 09 de março de 2011.

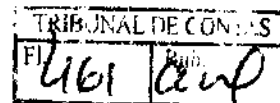
II - Retroagir os efeitos desta portaria a 09 de março de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de campo Bom, 29 de março de 2011.


FAISAL MOTHCI KARAM,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se


MÁRCIA ELISA ALVES,
Secretária de Administração.



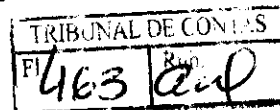
Período de: 01/2010 a 06/2010

| Cadastro Nome CIPIS | Identidade | Cargo FIS | CPF | Admissão | ST | CT | TC | Salário Base |
|---------------------------------|---------------|----------------|----------------|------------|----------|----------|-----------|--------------|
| | | | | | Demissão | | Causa | |
| Cod Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Total | |
| <hr/> | | | | | | | | |
| 3.389 LUCILENE CASSIA DRUSIAN | | | | | | | | |
| 000033711 - 52 | RS 1067109643 | 126.61694.67.3 | 822.754.320/00 | 26/07/2000 | 01 | 01 | 09 | 791,3700 |
| Natureza : Proventos | | | | | | | | |
| 003 Vencimentos | 659,47 | 380,46 | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 4.205,41 | |
| 012 Ferias | 101,46 | 380,46 | | | | | 481,92 | |
| 042 Hora Extra 50%Ferias Medi | 1,16 | 4,36 | | | | | 5,52 | |
| 099 Parc.Compl. L.M.2412/03 | 41,16 | 23,75 | 49,39 | 49,39 | 49,39 | 49,39 | 262,47 | |
| 041 FERIAS 1/3 Acresc.Constit | 36,32 | 136,19 | | | | | 172,51 | |
| 900 Parc.Com.L.M.2412/03 Fer | 6,33 | 23,75 | | | | | 30,08 | |
| Total: Proventos | 845,90 | 948,97 | 840,76 | 840,76 | 840,76 | 840,76 | 5.157,91 | |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | | |
| 009 Auxilio Alimentacao | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 | |
| Total: Vantagens | | | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 320,00 | |
| Natureza : Descontos | | | | | | | | |
| 001 Desconto Adto Ferias | 122,63 | 459,88 | | | | | 582,51 | |
| 004 Contribuição Sindical 1 | | | 26,38 | | | | 26,38 | |
| 014 Descontos Impostos | 144,77 | | | | | | 144,77 | |
| 000 Co-particip.Consultas SERVI | 1,90 | | 3,60 | 1,25 | | 1,61 | 9,36 | |
| 006 Mensal. GSMCB | 6,31 | 3,64 | 7,57 | 7,57 | 7,57 | 7,57 | 40,23 | |
| 007 Mensalidade Sisemucb | 7,01 | 4,04 | 5,41 | 8,41 | 8,41 | 8,41 | 44,69 | |
| 005 Convenios GSMCB | 23,73 | | 55,50 | 62,74 | 24,24 | 40,02 | 226,30 | |
| 046 Ipasem prev. s/Mensal | 72,07 | 44,47 | 92,48 | 92,48 | 92,48 | 92,48 | 491,46 | |
| 047 Ipasem Saude s/Mensal | 70,06 | 40,42 | 84,08 | 84,08 | 84,08 | 84,08 | 446,80 | |
| 048 Ipasem Prev. s/Ferias | 11,86 | 44,46 | | | | | 56,32 | |
| 049 Ipasem Saude s/Ferias | 10,79 | 40,42 | | | | | 51,20 | |
| Total: Descontos | 476,12 | 637,33 | 278,09 | 277,53 | 216,78 | 234,17 | 2.120,02 | |
| Natureza : Outros | | | | | | | | |
| 002 Gera INSS | 845,90 | 948,97 | 840,76 | 840,76 | 840,76 | 840,76 | 5.157,91 | |
| 009 Base IPASEM | 808,45 | 808,45 | 840,73 | 840,73 | 840,73 | 840,73 | 4.979,82 | |
| Total: Outros | 1.654,35 | 1.757,42 | 1.681,49 | 1.681,49 | 1.681,49 | 1.681,49 | 10.137,73 | |
| Salário Base | 760,93 | 760,93 | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 4.687,34 | |
| Líquido | 369,78 | 311,64 | 642,67 | 643,23 | 703,98 | 686,59 | 3.357,89 | |



Período de: 07/2010 a 12/2010

| Cadastro Nome CTPS | Cargo Identidade | PIS | CPF | Admissão | ST CT TC Demissão Causa | Salário Base | |
|-------------------------------|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------------|-----------------|-----------|
| Com Descrição | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| <hr/> | | | | | | | |
| 5.383 LUCIELE CASSIA DRUSIAN | | | | | | | |
| 000033711 - 52 | RS 1067109643 | 126.81694.67.3 | 822.754.320/00 | | | | |
| | | | | 26/07/2000 | 02 01 09 | 791,3700 | |
| Natureza : Proventos | | | | | | | |
| 103 Vencimentos | 791,37 | 791,37 | 395,69 | 791,37 | 791,37 | 474,82 | 4.035,99 |
| 102 Ferias | | | 395,69 | | | 316,55 | 712,24 |
| 105 Parc.Compl. L.M.2412/03 | 49,39 | 49,39 | 24,70 | 49,39 | 49,39 | 29,63 | 251,89 |
| 110 FERIAS 1/3 Acresc.Constit | | | 140,13 | | | 112,10 | 252,23 |
| 111 13º Salário Integral | | | | | | 791,37 | 791,37 |
| 846 Parc.Compl. 13 Salário | | | | | | 49,39 | 49,39 |
| 850 Parc.Com.L.M.2412/03 Fer | | | 24,70 | | | 19,76 | 44,46 |
| Total: Proventos | <u>840,76</u> | <u>840,76</u> | <u>980,91</u> | <u>840,76</u> | <u>840,76</u> | <u>1.793,62</u> | 6.137,57 |
| Natureza : Vantagens | | | | | | | |
| 109 Auxílio Alimentação | 80,00 | 80,00 | 40,00 | 80,00 | 80,00 | 48,00 | 408,00 |
| 147 Abono | | | | | | 300,00 | 300,00 |
| 136 FASEP | 510,00 | | | | | | 510,00 |
| Total: Vantagens | <u>590,00</u> | <u>80,00</u> | <u>40,00</u> | <u>80,00</u> | <u>80,00</u> | <u>348,00</u> | 1.218,00 |
| Natureza : Descontos | | | | | | | |
| 261 Desconto Adto Ferias | | | 472,24 | | | 377,79 | 850,03 |
| 801 Co-partic.Consultas SERVI | 3,84 | 2,70 | 4,05 | | | 43,03 | 53,02 |
| 178 Mensal. GSMCB | 7,57 | 7,57 | 3,78 | 7,57 | 7,57 | 4,54 | 38,60 |
| 820 Mensalidades Sisemucb | 8,41 | 8,41 | 4,20 | 8,41 | 8,41 | 5,04 | 42,88 |
| 135 Convenios GSMCB | 37,76 | 25,63 | 49,80 | 34,10 | 40,88 | | 188,17 |
| 146 Ipasem prev. s/Mensal | 92,48 | 92,48 | 46,25 | 92,48 | 92,48 | 55,49 | 471,66 |
| 147 Ipasem Saude s/Mensal | 84,08 | 84,08 | 42,04 | 84,08 | 84,08 | 50,45 | 428,81 |
| 148 Ipasem Prev. s/Ferias | | | 46,24 | | | 36,99 | 83,23 |
| 149 Ipasem Saude s/Ferias | | | 42,04 | | | 33,63 | 75,67 |
| 150 Ipasem Prev. s/13 Sal | | | | | | 92,48 | 92,48 |
| Total: Descontos | <u>233,54</u> | <u>220,87</u> | <u>710,64</u> | <u>226,64</u> | <u>233,42</u> | <u>699,44</u> | 2.324,55 |
| Natureza : Outros | | | | | | | |
| 900 Zera INSS | 840,76 | 840,76 | 980,91 | 840,76 | 840,76 | 952,86 | 5.296,81 |
| 903 Zera Inss 13; | | | | | | 840,76 | 840,76 |
| 909 Base IPASEM | 840,73 | 840,73 | 840,82 | 840,73 | 840,73 | 1.681,46 | 5.885,20 |
| Total: Outros | <u>1.681,49</u> | <u>1.681,49</u> | <u>1.821,73</u> | <u>1.681,49</u> | <u>1.681,49</u> | <u>3.475,08</u> | 12.022,77 |
| Salário Base | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 791,37 | 4.748,22 |
| Líquido | <u>1.197,22</u> | <u>699,89</u> | <u>310,27</u> | <u>694,12</u> | <u>687,34</u> | <u>1.442,18</u> | 5.031,02 |



Período: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 28,00 | 240,14 |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 001 | <u>60,00</u> | 383,86 |
| 6793 DIEGO DE SOUZA BONINI | 001 | 10,25 | 106,48 |
| 1855 ELIANA BEATRIZ MARQUES DA ROCH | 001 | 33,04 | 377,75 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 40,00 | 651,53 |
| 2304 IDETE CASAGRANDE HENKE | 001 | 44,00 | 672,71 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>60,00</u> | 733,90 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 13,02 | 58,50 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>80,00</u> | 1.047,45 |
| 6774 MARIANA AMARAL LEITE | 001 | 11,00 | 94,34 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 002 | 13,00 | 49,82 |
| 7230 RODRIGO DE FREITAS NUNES | 001 | 11,59 | 59,17 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 15,03 | 153,84 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 10,41 | 52,75 |
| Total: Servidores : 14 | | 430,14 | 4.682,24 |



Período: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 6635 CAROLINA HENRICH | 001 | 49,36 | 1.062,82 |
| 2707 ILONE MARIA ZIMMERMANN | 001 | <u>60,00</u> | 2.036,38 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>55,00</u> | 818,52 |
| 7067 JUNIOR OLIR GROLLI | 001 | 16,11 | 138,79 |
| 2694 MOZEL WAGNER | 001 | 21,42 | 312,58 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>60,00</u> | 930,38 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.432,84 |
| Total: Servidores : 7 | | 322,29 | 6.732,31 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

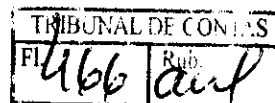
| | | | |
|---------------------------|-----|-------------|-------|
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>5,00</u> | 99,21 |
|---------------------------|-----|-------------|-------|



Período: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|------|---------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>92,17</u> | 729,15 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFFER | 001 | 29,51 | 205,80 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 30,19 | 199,62 |
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 9,20 | 72,61 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 30,00 | 284,35 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 47,11 | 507,51 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 0,25 | 3,02 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>51,13</u> | 314,83 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 002 | <u>57,00</u> | 509,25 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 24,06 | 118,99 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | 39,43 | 287,61 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | 27,42 | 219,43 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>109,00</u> | 667,55 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>26,50</u> | 254,33 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>17,27</u> | 196,76 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | <u>84,38</u> | 518,32 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>99,10</u> | 1.193,37 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 19,49 | 129,36 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>27,07</u> | 208,63 |
| 4534 JOAO CARLOS PEREIRA DUARTE | 001 | 3,32 | 22,65 |
| 3874 JOAO PEDRO PACHECO | 001 | 6,00 | 27,95 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 33,11 | 414,51 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>75,34</u> | 1.070,36 |
| 4581 JOSE ANTENOR FERREIRA DA VEIGA | 001 | 18,21 | 113,90 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 23,21 | 203,37 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 45,20 | 330,64 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 27,38 | 181,12 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>56,00</u> | 244,41 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | <u>63,00</u> | 912,18 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>52,50</u> | 500,76 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | 18,47 | 173,12 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>74,00</u> | 662,80 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | 32,01 | 549,25 |
| 2063 NAILI INES GONCHORSKI | 001 | <u>68,00</u> | 1.132,25 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>134,31</u> | 1.056,74 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 27,53 | 260,30 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 12,59 | 130,00 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 002 | 6,49 | 44,86 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 9,22 | 135,12 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>81,53</u> | 1.045,04 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | <u>60,14</u> | 828,91 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 52,44 | 637,48 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>76,30</u> | 510,19 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>75,50</u> | 711,84 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>40,00</u> | 358,27 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>62,50</u> | 595,55 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 001 | 24,00 | 141,50 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>93,00</u> | 881,36 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | 20,18 | 181,82 |
| Total: Servidores | : 49 | 2.199,36 | 20.678,74 |

Período: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|------|--------------|----------|
| Evento: 036 - <u>Horas Extras c/ 100%</u> | | | |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>4,28</u> | 47,06 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | <u>10,00</u> | 126,38 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>36,29</u> | 299,02 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 002 | <u>11,00</u> | 131,03 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | <u>0,46</u> | 5,05 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>27,25</u> | 223,88 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>39,50</u> | 503,39 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | <u>32,47</u> | 267,70 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>27,38</u> | 443,39 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>59,51</u> | 613,97 |
| 3874 JOAO PEDRO PACHECO | 001 | <u>12,00</u> | 74,53 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | <u>15,25</u> | 179,03 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>24,00</u> | 139,66 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | <u>36,00</u> | 695,00 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>28,00</u> | 353,85 |
| 5396 LEANDRO DE SOUZA FONTES | 001 | <u>12,00</u> | 51,76 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | <u>9,50</u> | 120,84 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>18,00</u> | 214,96 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | <u>9,31</u> | 84,08 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>17,04</u> | 178,76 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 106,71 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>40,00</u> | 500,64 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>20,00</u> | 238,84 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>36,00</u> | 454,96 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 001 | <u>24,00</u> | 188,67 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>28,50</u> | 364,34 |
| Total: Servidores | : 26 | 592,54 | 6.607,50 |

Período: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal

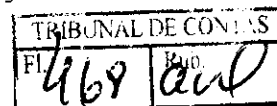


| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 4564 ANTONIO CARLOS MILA | 001 | 11,22 | 72,99 |
| 4509 DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | 9,30 | 61,87 |
| 3369 GIOVANI CRISTINA BARRETO | 001 | 9,30 | 74,38 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 9,30 | 71,69 |
| Total: Servidores : 4 | | 39,52 | 280,93 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

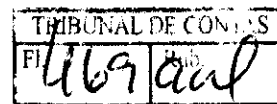
| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 9,45 | 122,91 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 14,09 | 340,03 |
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 28,00 | 161,01 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | 12,00 | 76,82 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | <u>61,02</u> | 371,25 |
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 16,00 | 67,50 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>54,00</u> | 298,57 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 27,27 | 139,88 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>78,49</u> | 715,35 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 27,53 | 296,48 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 51,49 | 318,47 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | <u>91,11</u> | 815,34 |
| 5374 EVERALDO FABRIZ | 001 | <u>75,23</u> | 536,99 |
| 1885 FLAVIO LUIZ WILLE | 007 | <u>64,50</u> | 661,13 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | <u>66,36</u> | 757,88 |
| 3059 GIOVANI JOSE DE ABREU | 002 | 3,01 | 23,03 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>57,00</u> | 316,20 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>56,00</u> | 266,47 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 14,04 | 93,25 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 29,47 | 219,19 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>78,26</u> | 1.116,97 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 31,49 | 403,40 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 10,15 | 50,61 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | <u>61,28</u> | 565,63 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 6,00 | 33,16 |
| 1918 JURANDIR FERREIRA | 001 | 58,23 | 507,01 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 14,09 | 231,62 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 030 | 39,42 | 376,39 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 11,47 | 345,25 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>43,00</u> | 240,25 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 22,45 | 295,71 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 12,07 | 177,88 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 10,00 | 55,40 |
| 2574 RAUL DE ALMEIDA CAVALHEIRO | 030 | 11,00 | 66,11 |
| 3593 ROQUE DE NASCIMENTO | 001 | 26,00 | 135,11 |
| 1642 ROSA GODOY AGOSTINI | 002 | 25,00 | 348,92 |
| 2133 SERGIO MAUSER | 001 | 3,00 | 17,08 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 29,17 | 314,88 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 26,10 | 254,88 |

Total: Servidores : 39 1.359,04 12.134,01



Período: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|--------------------------------|------|--------------|----------|
| Evento: 036 - <u>Horas Extras c/ 100%</u> | | | | |
| 4464 | ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 12,00 | 67,50 |
| 2265 | ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 12,00 | 90,01 |
| 3354 | ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>24,00</u> | 176,93 |
| 5388 | AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | <u>9,49</u> | 66,70 |
| 2867 | CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>12,00</u> | 145,22 |
| 3254 | ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | 15,30 | 184,80 |
| 5374 | EVERALDO FABRIZ | 001 | <u>23,16</u> | 220,98 |
| 1885 | FLAVIO LUIZ WILLE | 007 | <u>36,00</u> | 491,76 |
| 3361 | HILARIO CECONI | 001 | <u>23,00</u> | 170,12 |
| 4438 | HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>24,00</u> | 152,27 |
| 1600 | JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | <u>10,15</u> | 100,58 |
| 2198 | JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>34,36</u> | 656,98 |
| 3096 | JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | <u>12,00</u> | 88,43 |
| 2963 | MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>37,00</u> | 275,64 |
| 2574 | RAUL DE ALMEIDA CAVALHEIRO | 030 | <u>6,00</u> | 48,08 |
| 3593 | ROQUE DE NASCIMENTO | 001 | 12,00 | 83,14 |
| 2133 | SERGIO MAUSER | 001 | 6,00 | 45,54 |
| Total: | Servidores | : 17 | 309,26 | 3.064,68 |

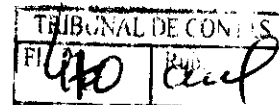


Período: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|--------------------------------|-----|---------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | | |
| 947 | ADERSON BRUISMA | 001 | <u>55,00</u> | 405,63 |
| 4088 | AFONSO MARIA ALVES | 001 | 26,51 | 182,23 |
| 3136 | ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 9,04 | 130,90 |
| 4185 | ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 10,14 | 144,81 |
| 5057 | ANA DAIANA BOTELHO MAKEWITZ | 001 | 4,19 | 47,87 |
| 3410 | ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 002 | <u>80,00</u> | 442,39 |
| 3108 | ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 16,00 | 88,67 |
| 3557 | CARINE NAIARA SCHUETZ DE OLIVE | 001 | <u>60,00</u> | 667,24 |
| 3690 | CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 15,00 | 223,29 |
| 5907 | CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | 55,00 | 872,10 |
| 3426 | DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>42,00</u> | 230,35 |
| 6702 | EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 46,00 | 394,51 |
| 1980 | ELENA MARIA DA SILVA | 007 | 29,20 | 397,20 |
| 3697 | ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 30,24 | 422,21 |
| 4459 | ERVINO KOSLOSKI | 001 | 12,00 | 60,96 |
| 2915 | EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | <u>56,00</u> | 313,29 |
| 4019 | FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 511,96 |
| 3512 | FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>129,27</u> | 1.329,96 |
| 5351 | GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 6,00 | 64,53 |
| 2840 | ILDO DOS SANTOS | 001 | 37,00 | 214,31 |
| 2975 | JAIR PEREIRA | 001 | 15,00 | 86,26 |
| 2491 | JAIRO AUGUSTO PRATES MOURA | 001 | <u>79,45</u> | 985,87 |
| 4662 | JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 32,00 | 1.423,56 |
| 2825 | JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 4,30 | 24,65 |
| 4087 | JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>80,00</u> | 401,27 |
| 2205 | LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>62,00</u> | 385,77 |
| 4246 | LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 6,00 | 87,45 |
| 5119 | LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 25,00 | 278,46 |
| 2430 | LUIZ FLAVIO DE BRITO | 001 | 3,00 | 25,58 |
| 3130 | LUIZA MARIA REICHERT | 002 | 23,33 | 271,31 |
| 4089 | MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 28,00 | 654,57 |
| 2859 | MARCELO FREITAS | 001 | <u>126,22</u> | 1.199,65 |
| 3639 | MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 16,41 | 226,87 |
| 3366 | MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>68,00</u> | 365,72 |
| 3554 | MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 55,21 | 636,62 |
| 5369 | PAULO ROBERTO BARBOSA DE OLIVE | 001 | 19,30 | 138,83 |
| 2676 | PAULO VOLNEI SANTOS | 001 | 5,00 | 39,63 |
| 2554 | RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 7,00 | 84,30 |
| 4326 | ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>67,00</u> | 327,15 |
| 3054 | RONALDO JESUS FONSECA DIAS | 001 | 7,22 | 56,24 |
| 2780 | ROQUE SOARES | 001 | 6,42 | 51,21 |
| 2476 | ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 002 | 22,15 | 337,71 |
| 4557 | SANDRA MARA KORNDORFER REICHE | 001 | 54,29 | 644,25 |
| 3484 | SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 11,16 | 157,48 |
| 3685 | SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | 20,00 | 103,25 |
| 6639 | THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 30,00 | 635,04 |
| 4236 | VALTER ROGERIO DA COSTA FRANCO | 001 | 7,00 | 45,73 |
| Total: Servidores : | | | 47 | 1.613,25 |
| | | | | 16.818,84 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

Periodo: 01/01/2010 a 31/01/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | <u>25,00</u> | 245,84 |
| 5057 ANA DAIANA BOTELHO MAKEWITZ | 001 | <u>9,36</u> | 141,94 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>23,50</u> | 174,28 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | <u>10,51</u> | 200,92 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | <u>22,00</u> | 164,10 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>24,12</u> | 331,50 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>18,00</u> | 149,33 |
| 3130 LUIZA MARIA REICHERT | 002 | <u>10,51</u> | 166,67 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>33,56</u> | 429,52 |
| 6667 MARISA RODRIGUES VEIGA | 001 | <u>8,00</u> | 106,28 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 86,05 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | <u>6,00</u> | 43,52 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>13,00</u> | 84,64 |
| 3054 RONALDO JESUS FONSECA DIAS | 001 | <u>8,23</u> | 85,33 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 002 | <u>4,16</u> | 86,34 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | <u>6,00</u> | 41,30 |
| 4579 VANDERLEI INACIO DRESCH | 001 | <u>12,00</u> | 67,71 |
| Total: Servidores : 17 | | 247,55 | 2.605,27 |

0001 PM CAMPO BOM HORAS EXTRAS
101 GABINETE DO PREFEITO

02/05/2011

Pág. 1



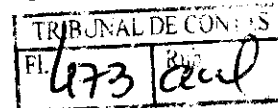
Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 5374 EVERALDO FABRIZ | 002 | 49,44 | 814,05 |

Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

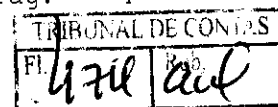


| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 002 | 51,43 | 443,54 |
| 6961 DANIELA ROBERTA NUNES | 007 | 1,50 | 15,72 |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 001 | 36,06 | 230,96 |
| 6793 DIEGO DE SOUZA BONINI | 001 | 4,00 | 40,89 |
| 7249 DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 44,00 | 165,00 |
| 1855 ELIANA BEATRIZ MARQUES DA ROCH | 001 | 5,15 | 59,98 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 42,09 | 686,55 |
| 2304 IDETE CASAGRANDE HENKE | 001 | 39,00 | 596,26 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | 58,00 | 709,44 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>60,00</u> | 785,59 |
| 6774 MARIANA AMARAL LEITE | 001 | 7,00 | 60,03 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 41,12 | 421,14 |
| Total: Servidores : 12 | | 390,15 | 4.215,10 |



Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 1698 ANDREIA MENDES GAZZOLLA | 001 | 6,55 | 155,50 |
| 6635 CAROLINA HENRICH | 001 | 51,15 | 1.098,17 |
| 2707 ILONE MARIA ZIMMERMANN | 001 | 50,18 | 1.707,17 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | 22,25 | 333,60 |
| 7067 JUNIOR OLIR GROLLI | 001 | 6,52 | 58,89 |
| 2694 MOZAEL WAGNER | 001 | 20,09 | 290,25 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | 38,29 | 596,74 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | 59,50 | 1.428,86 |
| Total: Servidores : 8 | | 256,13 | 5.669,18 |



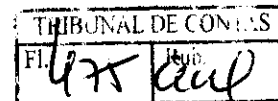
Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 48,00 | 688,40 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|---------------|----------|
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>77,51</u> | 615,11 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | <u>67,00</u> | 461,94 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 18,53 | 124,34 |
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 37,30 | 291,74 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 32,00 | 303,30 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>102,16</u> | 1.100,00 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 51,51 | 375,47 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>76,46</u> | 471,89 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | 40,00 | 357,37 |
| 4349 DARCI TREVS | 001 | 36,10 | 240,64 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 7,41 | 37,94 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | <u>61,44</u> | 447,04 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | <u>98,19</u> | 778,82 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>72,50</u> | 446,05 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 35,00 | 331,74 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>95,13</u> | 1.073,61 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | 37,42 | 230,89 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>121,29</u> | 1.461,93 |
| 3550 HILDEMAR ARLINDO SCHMEIER | 001 | <u>60,00</u> | 513,43 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | 29,15 | 225,04 |
| 3874 JOAO PEDRO PACHECO | 002 | 12,00 | 55,90 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>100,01</u> | 1.249,36 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>69,54</u> | 990,10 |
| 4581 JOSE ANTENOR FERREIRA DA VEIGA | 002 | 18,17 | 113,48 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | <u>63,07</u> | 549,72 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 56,22 | 411,12 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 80,20 | 526,54 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>66,50</u> | 291,69 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 41,13 | 271,12 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | 44,28 | 643,84 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 31,50 | 301,72 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 002 | <u>103,00</u> | 922,55 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 37,23 | 247,70 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | <u>61,55</u> | 1.062,19 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 002 | <u>84,00</u> | 1.398,66 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>152,37</u> | 1.198,93 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | <u>78,32</u> | 733,13 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 47,03 | 471,12 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 10,51 | 71,41 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 14,24 | 207,73 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 002 | <u>126,20</u> | 1.612,34 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | <u>101,08</u> | 1.391,77 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 51,11 | 618,74 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | 57,55 | 386,26 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>87,00</u> | 816,68 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>54,00</u> | 483,66 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 38,00 | 360,17 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 001 | 12,00 | 70,75 |

Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

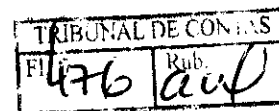


| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|-----|--------------|-----------|
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>29,00</u> | 274,83 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | <u>23,37</u> | 211,53 |
| Total: Servidores : 50 | | 2.913,48 | 27.833,03 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>9,28</u> | 99,73 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | <u>10,06</u> | 92,85 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | <u>21,00</u> | 265,39 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>28,23</u> | 407,06 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>45,58</u> | 376,75 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>12,00</u> | 142,95 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | <u>1,12</u> | 7,90 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | <u>26,07</u> | 275,84 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>4,50</u> | 39,47 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>37,50</u> | 478,12 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>32,26</u> | 520,40 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>48,19</u> | 495,65 |
| 3874 JOAO PEDRO PACHECO | 002 | <u>12,00</u> | 74,53 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>12,00</u> | 69,83 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | <u>24,00</u> | 463,33 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>25,50</u> | 326,47 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | <u>38,29</u> | 472,92 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 002 | <u>37,00</u> | 441,87 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | <u>26,27</u> | 329,22 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 002 | <u>9,48</u> | 166,76 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>50,00</u> | 625,81 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>17,00</u> | 203,02 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>25,00</u> | 315,94 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 001 | <u>12,00</u> | 94,33 |

Total: Servidores : 24 567,13 6.786,14



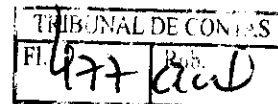
Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|---------------|-----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | <u>82,12</u> | 1.036,25 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | <u>59,28</u> | 361,72 |
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 37,00 | 156,09 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 012 | <u>24,00</u> | 132,72 |
| 3392 ARLINDO EDUARDI | 001 | 11,32 | 105,14 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | <u>71,42</u> | 365,37 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 52,17 | 474,53 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>68,06</u> | 724,10 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 56,46 | 348,89 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | <u>107,34</u> | 961,84 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | <u>85,40</u> | 974,85 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 40,00 | 221,90 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>70,00</u> | 333,09 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 50,49 | 336,87 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 38,48 | 285,55 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 57,48 | 823,13 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 25,49 | 327,32 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | 53,38 | 493,54 |
| 1918 JURANDIR FERREIRA | 001 | 39,22 | 341,86 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | 13,33 | 128,47 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 24,00 | 703,20 |
| 7088 MAICKEL ANDRADE DOS SANTOS | 001 | 4,30 | 81,81 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | 50,00 | 279,36 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 23,50 | 309,80 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 19,00 | 278,94 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 15,00 | 83,10 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 36,50 | 396,07 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 5,43 | 55,68 |
| Total: Servidores : 28 | | 1.224,57 | 11.121,19 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------|-----|--------------|--------|
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 6,00 | 46,00 |
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 12,00 | 67,50 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | <u>16,00</u> | 108,71 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>23,12</u> | 328,91 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>40,00</u> | 295,86 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>16,51</u> | 319,95 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 002 | 6,00 | 44,22 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>30,00</u> | 223,49 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 6,00 | 44,32 |
| 3593 ROQUE DE NASCIMENTO | 001 | 6,00 | 41,57 |

Total: Servidores : 10 162,03 1.520,53



Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|-------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 6,00 | 49,78 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | 57,00 | 420,38 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 001 | 25,02 | 169,90 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 030 | 9,48 | 141,49 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 73,50 | 408,23 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 66,00 | 365,78 |
| 4474 BERTOLDO BERNARDO LOPES | 002 | 16,00 | 202,70 |
| 6892 CAMILE DE MARTINI PEREIRA | 001 | 4,00 | 26,94 |
| 5033 CLEUSA FERREIRA DO NASCIMENTO | 001 | 60,00 | 715,56 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | 40,00 | 634,25 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 030 | 30,00 | 164,53 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 50,00 | 428,82 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 4,36 | 63,89 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | 48,00 | 243,86 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 030 | 48,00 | 268,53 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 511,96 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 002 | 127,22 | 1.308,56 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 15,00 | 161,32 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 20,50 | 120,67 |
| 4992 IVANA BLOS | 001 | 6,00 | 132,70 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 16,00 | 92,01 |
| 2491 JAIRO AUGUSTO PRATES MOURA | 001 | 40,37 | 975,08 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 36,00 | 1.601,50 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 80,00 | 401,27 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 27,00 | 269,03 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 68,00 | 423,10 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 22,00 | 320,65 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 50,00 | 556,92 |
| 3130 LUIZA MARIA REICHERT | 001 | 2,14 | 25,73 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 30,00 | 701,33 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 002 | 114,11 | 1.083,98 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 35,00 | 475,96 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | 80,00 | 430,25 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 35,44 | 411,00 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 3,00 | 35,30 |
| 4699 NIVIA REGINA STACHE | 001 | 10,00 | 94,38 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 2,00 | 10,88 |
| 2554 RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 40,00 | 481,71 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 56,00 | 273,44 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 4,24 | 66,78 |
| 4557 SANDRA MARA KORNDORFER REICHE | 001 | 27,52 | 329,51 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 26,56 | 570,12 |
| 2792 ZILDA MARIA BONATTO | 001 | 15,00 | 221,45 |

Total: Servidores : 42 1.534,26 16.341,45

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%



Período: 01/02/2010 a 28/02/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | <u>21,00</u> | 206,50 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>6,00</u> | 44,23 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>14,00</u> | 103,45 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 030 | <u>50,00</u> | 365,63 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>12,00</u> | 81,29 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 030 | <u>12,00</u> | 89,51 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 002 | <u>16,10</u> | 221,46 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | <u>2,00</u> | 28,68 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | <u>12,00</u> | 92,67 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | <u>15,00</u> | 115,01 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>6,00</u> | 49,78 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | <u>13,30</u> | 262,35 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | <u>5,45</u> | 85,39 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 002 | <u>16,10</u> | 204,63 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | <u>6,00</u> | 43,52 |
| 6468 POLYANA TAMARA ROVEDA | 001 | <u>9,30</u> | 126,21 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>24,00</u> | 156,25 |
| 4579 VANDERLEI INACIO DRESCH | 001 | <u>12,00</u> | 67,71 |
| Total: Servidores : 18 | | 253,05 | 2.344,27 |

Evento: 038 - Hora Extra em valor

| | | | |
|-----------------------------|-----|------|-------|
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 0,00 | 24,89 |
|-----------------------------|-----|------|-------|

Período: 01/03/2010 a 31/03/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 18,28 | 164,71 |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 001 | <u>60,00</u> | 399,22 |
| 6793 DIEGO DE SOUZA BONINI | 001 | 25,34 | 271,79 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 38,52 | 724,23 |
| 2304 IDETE CASAGRANDE HENKE | 001 | 39,00 | 620,11 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>57,00</u> | 725,10 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 25,35 | 131,37 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 35,02 | 473,59 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>80,00</u> | 1.089,35 |
| 6774 MARIANA AMARAL LEITE | 001 | 16,00 | 142,71 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 7,00 | 27,90 |
| 7230 RODRIGO DE FREITAS NUNES | 001 | 21,38 | 111,09 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 33,32 | 356,49 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 16,24 | 84,21 |
| Total: Servidores : 14 | | 474,05 | 5.321,87 |

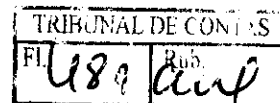
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------|-----|------|-------|
| 7230 RODRIGO DE FREITAS NUNES | 001 | 7,36 | 52,03 |
|-------------------------------|-----|------|-------|



Período: 01/03/2010 a 31/03/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 6635 CAROLINA HENRICH | 001 | 47,32 | 1.059,28 |
| 6945 DOUGLAS CONSTANTE DA SILVA | 001 | 36,50 | 418,67 |
| 2707 ILONE MARIA ZIMMERMANN | 001 | <u>28,20</u> | 1.000,09 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>60,00</u> | 928,64 |
| 2694 MOZEL WAGNER | 001 | 38,20 | 574,26 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>60,00</u> | 967,60 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.490,15 |
| Total: Servidores : 7 | | 331,02 | 6.438,69 |

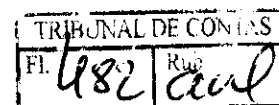


Período: 01/03/2010 a 31/03/2010 Tipo: Cálculo Mensal

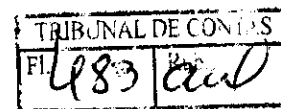
| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|---------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>75,01</u> | 616,43 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 19,37 | 140,66 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | <u>86,19</u> | 591,09 |
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 27,42 | 224,12 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 30,09 | 337,27 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 53,14 | 400,91 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>101,34</u> | 649,32 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 43,58 | 348,97 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | 30,00 | 278,75 |
| 4349 DARCI TREVS | 001 | 58,42 | 406,19 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 30,00 | 279,45 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 002 | 25,12 | 129,40 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 002 | 36,46 | 276,90 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | <u>94,54</u> | 781,82 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>113,54</u> | 1.335,64 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | 55,29 | 353,38 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 002 | <u>105,59</u> | 1.326,42 |
| 3550 HILDEMAR ARLINDO SCHMEIER | 001 | 51,55 | 462,03 |
| 4534 JOAO CARLOS PEREIRA DUARTE | 001 | 24,49 | 165,41 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>96,55</u> | 1.259,05 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>76,24</u> | 1.125,45 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 51,21 | 465,12 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | <u>65,10</u> | 494,32 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | <u>61,34</u> | 419,68 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 38,00 | 172,48 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 56,04 | 383,55 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | 9,42 | 136,19 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | 10,27 | 100,17 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 40,00 | 372,60 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | <u>72,26</u> | 1.292,30 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 30,00 | 278,03 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 30,00 | 519,50 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>113,23</u> | 926,35 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 50,05 | 521,55 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 33,09 | 226,90 |
| 629 PEDRO PAULO GOMES | 001 | 43,23 | 1.214,76 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 22,50 | 342,55 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 44,28 | 459,97 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 19,00 | 238,87 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>89,41</u> | 622,04 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 40,00 | 390,50 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 30,00 | 279,45 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | 30,00 | 295,68 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | 46,41 | 434,85 |

Total: Servidores : 48 2.385,57 23.258,95

Período: 01/03/2010 a 31/03/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 036 - <u>Horas Extras c/ 100%</u> | | | | |
| 3463 | AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>15,31</u> | 170,00 |
| 5063 | CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | <u>30,00</u> | 394,29 |
| 1630 | CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>12,00</u> | 178,98 |
| 4642 | CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>37,56</u> | 323,34 |
| 5330 | CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>30,00</u> | 371,66 |
| 5292 | DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | <u>30,00</u> | 372,60 |
| 5067 | FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>30,00</u> | 394,29 |
| 3664 | FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>14,00</u> | 218,89 |
| 3111 | GILBERTO MORAES DA SILVA | 002 | <u>31,37</u> | 527,59 |
| 3142 | JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>39,43</u> | 423,73 |
| 4530 | JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>24,00</u> | 145,25 |
| 5069 | LASARO GELINGER | 001 | <u>12,00</u> | 224,65 |
| 5066 | LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>30,00</u> | 394,29 |
| 5306 | MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>40,00</u> | 496,80 |
| 4271 | MARINO RIBEIRO | 001 | <u>28,56</u> | 265,84 |
| 607 | MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | <u>8,18</u> | 197,44 |
| 5340 | MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | <u>30,00</u> | 370,71 |
| 4094 | SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 110,98 |
| 5070 | SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>40,00</u> | 520,67 |
| 5321 | SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>30,00</u> | 372,60 |
| 5068 | VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>30,00</u> | 394,29 |
| 5064 | VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>30,00</u> | 394,24 |
| Total: Servidores : 22 | | | 586,01 | 7.263,13 |



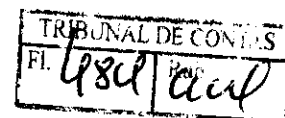
Período: 01/03/2010 a 31/03/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 58,29 | 766,75 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 11,30 | 287,40 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | <u>64,32</u> | 429,61 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 002 | 58,48 | 371,97 |
| 4686 ALIRIO PEREIRA | 001 | 29,18 | 214,85 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>60,00</u> | 345,01 |
| 3392 ARLINDO EDUARDI | 001 | 11,29 | 108,87 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 12,13 | 64,74 |
| 3555 CLAUDIO FELICIANO RIBEIRO | 001 | 36,00 | 269,39 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 44,53 | 423,66 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 24,08 | 266,87 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | <u>84,20</u> | 539,06 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 002 | <u>85,58</u> | 799,43 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | <u>99,25</u> | 1.176,57 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>56,00</u> | 323,08 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | 60,00 | 296,93 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | <u>73,53</u> | 509,37 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 39,12 | 300,03 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 3,48 | 56,28 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 4,08 | 54,50 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 42,54 | 220,29 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | <u>89,40</u> | 858,14 |
| 1918 JURANDIR FERREIRA | 030 | 37,19 | 337,03 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 45,00 | 766,06 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | <u>69,23</u> | 684,13 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 12,00 | 365,66 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>74,00</u> | 429,99 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 50,00 | 763,40 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 48,00 | 276,57 |
| 1642 ROSA GODOY AGOSTINI | 001 | 15,00 | 217,73 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 31,19 | 238,78 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 24,21 | 246,67 |
| Total: Servidores : 32 | | 1.457,00 | 13.008,82 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|--------------------------------|-----|--------------|--------|
| 4257 AUREA ILGA ADAMS | 001 | 9,30 | 57,15 |
| 3555 CLAUDIO FELICIANO RIBEIRO | 001 | 12,00 | 119,73 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 002 | <u>5,02</u> | 62,41 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>24,00</u> | 184,62 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>6,00</u> | 46,49 |

Total: Servidores : 5 56,32 470,40

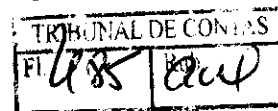


Período: 01/03/2010 a 31/03/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 947 ADERSON BRUISMA | 002 | 30,00 | 230,11 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 002 | 36,00 | 254,10 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 1,43 | 25,78 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 21,00 | 309,05 |
| 5057 ANA DAIANA BOTELHO MAKEWITZ | 001 | 19,00 | 219,13 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 57,50 | 332,55 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 56,00 | 322,77 |
| 4474 BERTOLDO BERNARDO LOPES | 001 | 4,00 | 50,89 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 11,00 | 170,30 |
| 2221 CLEONIR RIBEIRO VINGAT | 001 | 23,31 | 203,77 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | <u>60,00</u> | 989,43 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>80,00</u> | 456,30 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 50,00 | 445,97 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 21,15 | 306,94 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>67,50</u> | 358,41 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 3,21 | 37,47 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 19,00 | 114,45 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 40,00 | 239,21 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 50,00 | 2.313,29 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 002 | <u>68,00</u> | 354,71 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 15,00 | 155,44 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 63,00 | 407,67 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 46,15 | 701,07 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 50,00 | 579,20 |
| 3130 LUIZA MARIA REICHERT | 001 | 46,30 | 557,12 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 21,00 | 510,57 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 11,00 | 113,99 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 30,00 | 424,28 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>78,50</u> | 440,94 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 52,16 | 625,21 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 7,00 | 85,67 |
| 4699 NIVIA REGINA STACHE | 001 | <u>60,00</u> | 588,96 |
| 2554 RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 41,00 | 513,51 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>80,00</u> | 406,25 |
| 2780 ROQUE SOARES | 001 | 13,32 | 107,57 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 37,23 | 590,09 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | 24,00 | 128,86 |
| 5536 SONIA KIRSCH | 001 | 15,00 | 212,35 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 12,06 | 169,62 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | <u>60,00</u> | 1.320,88 |
| 2792 ZILDA MARIA BONATTO | 001 | 14,30 | 222,63 |
| Total: Servidores : 41 | | 1.497,52 | 16.596,51 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

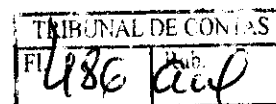
| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 002 | <u>21,00</u> | 214,77 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>42,50</u> | 328,40 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>24,00</u> | 184,44 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 6,31 | 125,50 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>12,50</u> | 90,41 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 2,00 | 29,83 |



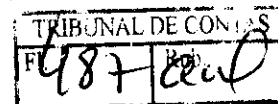
Período: 01/03/2010 a 31/03/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| 2840 | ILDO DOS SANTOS | 001 | 24,00 | 192,76 |
| 2975 | JAIR PEREIRA | 001 | 25,50 | 205,99 |
| 2825 | JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 3,00 | 22,78 |
| 4087 | JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 002 | <u>12,00</u> | 83,46 |
| 2205 | LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>12,00</u> | 103,54 |
| 4246 | LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 4,00 | 80,84 |
| 5119 | LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 10,00 | 154,45 |
| 3130 | LUIZA MARIA REICHERT | 001 | 7,31 | 120,08 |
| 3554 | MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 6,46 | 107,92 |
| 2863 | SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 8,26 | 157,62 |
| Total: Servidores : 16 | | | 222,44 | 2.202,79 |

Periodo: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | | |
| 6501 | DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 32,12 | 287,20 |
| 4309 | DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 001 | <u>60,00</u> | 399,22 |
| 6793 | DIEGO DE SOUZA BONINI | 001 | 21,58 | 233,52 |
| 7249 | DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 30,50 | 128,95 |
| 7310 | EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 53,18 | 273,69 |
| 4818 | ELOISA DREHER | 001 | 36,50 | 686,34 |
| 2304 | IDETE CASAGRANDE HENKE | 001 | 44,00 | 699,61 |
| 2663 | JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>60,00</u> | 763,27 |
| 7210 | JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 47,45 | 245,19 |
| 1994 | MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 37,17 | 504,01 |
| 1590 | MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>60,00</u> | 817,01 |
| 6774 | MARIANA AMARAL LEITE | 001 | 20,00 | 178,39 |
| 5350 | MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 3,50 | 15,28 |
| 7230 | RODRIGO DE FREITAS NUNES | 001 | 29,55 | 153,62 |
| 6721 | TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 20,55 | 222,36 |
| 6937 | YURI FLECK | 001 | 39,07 | 200,86 |
| Total: Servidores : 16 | | | 597,57 | 5.808,52 |



Período: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal

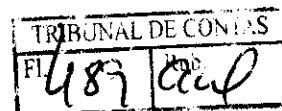
| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 6635 CAROLINA HENRICH | 001 | 60,00 | 1.337,09 |
| 2707 ILONE MARIA ZIMMERMANN | 001 | <u>45,44</u> | 1.614,26 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>60,00</u> | 928,64 |
| 2694 MOZEL WAGNER | 001 | 47,12 | 707,08 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>42,03</u> | 678,12 |
| 4557 SANDRA MARA KORNDORFER REICHE | 001 | 2,27 | 30,13 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.490,15 |
| Total: Servidores : 7 | | 317,26 | 6.785,47 |

Período: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|---------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>62,45</u> | 542,67 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 6,35 | 48,46 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 59,43 | 431,70 |
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 28,17 | 234,46 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>109,42</u> | 1.227,16 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | <u>87,00</u> | 655,21 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>77,42</u> | 525,07 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 3,24 | 26,99 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | 30,00 | 278,75 |
| 4349 DARCI TREVS | 001 | <u>70,26</u> | 514,23 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 30,00 | 279,45 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 29,30 | 151,48 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | 38,37 | 318,14 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>61,42</u> | 392,98 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>73,52</u> | 866,19 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | <u>77,17</u> | 492,23 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | 8,06 | 101,38 |
| 3550 HILDEMAR ARLINDO SCHMEIER | 001 | <u>66,46</u> | 594,18 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 37,45 | 270,66 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | 11,36 | 97,43 |
| 4534 JOAO CARLOS PEREIRA DUARTE | 001 | 3,24 | 23,96 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>84,21</u> | 1.095,80 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>70,03</u> | 1.031,91 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 54,00 | 500,76 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 36,39 | 285,29 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | <u>63,22</u> | 444,02 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>36,00</u> | 172,76 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 53,02 | 383,02 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | 29,40 | 446,73 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | 19,22 | 185,63 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 40,00 | 372,60 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 002 | 15,25 | 275,05 |
| 6560 MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | 32,22 | 206,15 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 30,00 | 278,03 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 30,00 | 519,50 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>103,13</u> | 864,67 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 4,48 | 46,60 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 51,32 | 559,71 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 39,04 | 267,40 |
| 629 PEDRO PAULO GOMES | 002 | 19,23 | 542,75 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 6,48 | 102,02 |
| 3255 RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 29,02 | 322,13 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>86,56</u> | 1.153,87 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 35,42 | 510,94 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 18,50 | 236,78 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>69,25</u> | 494,70 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 40,00 | 390,50 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 30,00 | 279,45 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 001 | 24,00 | 151,54 |

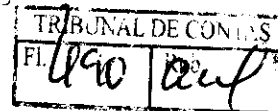
Período: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|-----|------------|-----------|
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | 30,00 | 295,68 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | 60,00 | 558,89 |
| Total: Servidores : 55 | | 2.337,08 | 22.230,54 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 9,14 | 102,05 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 30,00 | 394,29 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>41,54</u> | 624,95 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>36,00</u> | 324,36 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>30,00</u> | 371,66 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 30,00 | 372,60 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 30,00 | 394,29 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>36,32</u> | 409,14 |
| 3874 JOAO PEDRO PACHECO | 001 | 12,00 | 79,59 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>36,00</u> | 230,34 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | <u>7,00</u> | 140,54 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>30,00</u> | 394,29 |
| 5396 LEANDRO DE SOUZA FONTES | 001 | 24,00 | 111,27 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>40,00</u> | 496,80 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 36,14 | 342,12 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 30,00 | 370,71 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>9,59</u> | 111,51 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 9,10 | 132,75 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 114,03 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>40,00</u> | 520,67 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>30,00</u> | 372,60 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>30,00</u> | 394,29 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>30,00</u> | 394,24 |
| Total: Servidores : 23 | | 620,03 | 7.199,09 |



Período: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 12,00 | 151,03 |

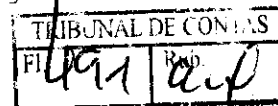
Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|---------------|----------|
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | <u>55,22</u> | 725,88 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 7,00 | 174,94 |
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 27,00 | 167,91 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | <u>106,10</u> | 747,24 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | 8,15 | 53,69 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 58,00 | 347,36 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 19,22 | 105,85 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>108,00</u> | 1.019,42 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 24,08 | 266,87 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 47,20 | 311,18 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | 6,17 | 58,43 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 002 | 38,18 | 453,25 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 27,50 | 167,22 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>78,00</u> | 403,88 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | <u>74,06</u> | 524,99 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 29,35 | 226,43 |
| 4376 JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 66,28 | 516,65 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 002 | 15,25 | 228,33 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 34,22 | 453,15 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 38,00 | 195,13 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | <u>83,08</u> | 813,52 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 38,00 | 227,13 |
| 1918 JURANDIR FERREIRA | 001 | 28,49 | 266,47 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 12,00 | 204,28 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | <u>77,10</u> | 760,87 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 23,30 | 716,09 |
| 7088 MAICKEL ANDRADE DOS SANTOS | 001 | 6,30 | 122,90 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 002 | 32,00 | 193,27 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 39,30 | 603,09 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 002 | 6,00 | 35,95 |
| 3593 ROQUE DE NASCIMENTO | 001 | 12,00 | 67,60 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 42,39 | 325,20 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 60,00 | 607,82 |

Total: Servidores : 33 1.330,14 12.091,99

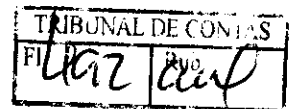
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 12,00 | 99,51 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | <u>12,00</u> | 112,61 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 12,00 | 95,82 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 14,35 | 106,27 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 12,00 | 176,93 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>52,50</u> | 423,23 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | 12,00 | 82,85 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 002 | <u>24,39</u> | 486,78 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 18,00 | 143,45 |



Período: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------|-----|--------------|----------|
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 002 | <u>48,00</u> | 386,55 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 002 | <u>14,00</u> | 111,83 |
| 3593 ROQUE DE NASCIMENTO | 001 | <u>24,00</u> | 180,27 |
| 2133 SERGIO MAUSER | 001 | <u>12,00</u> | 96,98 |
| Total: Servidores : 13 | | 268,04 | 2.503,08 |

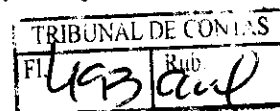


Período: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 7,00 | 62,71 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 12,00 | 84,92 |
| Total: Servidores : 2 | | 19,00 | 147,63 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|---------------|----------|
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 7,39 | 114,87 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 40,00 | 588,68 |
| 3615 ALICE BERNADETE SCHMITZ | 001 | 12,45 | 207,37 |
| 5057 ANA DAIANA BOTELHO MAKEWITZ | 001 | 21,00 | 242,20 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 55,00 | 329,39 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 44,00 | 263,69 |
| 4474 BERTOLDO BERNARDO LOPES | 001 | 18,00 | 229,02 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 60,00 | 928,89 |
| 2221 CLEONIR RIBEIRO VINGAT | 001 | 50,41 | 449,66 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | 58,00 | 956,45 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | 56,00 | 332,78 |
| 4869 DORIS ALVINA LENZ SCHARDONG | 001 | 24,00 | 288,65 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 57,00 | 508,41 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 6,27 | 93,16 |
| 5049 EMILIO CARLOS GERMANN | 001 | 35,00 | 2.029,19 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | 35,00 | 193,62 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 16,30 | 798,65 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>130,50</u> | 1.397,94 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 9,44 | 108,87 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 34,00 | 213,25 |
| 4992 IVANA BLOS | 001 | 8,00 | 184,01 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 48,00 | 298,52 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 50,00 | 2.313,29 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 10,34 | 62,88 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 45,00 | 245,05 |
| 6558 JULIANA PORTILHO | 001 | 14,00 | 145,07 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 19,00 | 196,89 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 46,00 | 309,09 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 48,00 | 727,59 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 27,18 | 316,24 |
| 3616 LORECY DE FATIMA BROMBILLA FEL | 001 | 23,00 | 375,20 |
| 3130 LUIZA MARIA REICHERT | 001 | 34,51 | 417,54 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 30,00 | 729,38 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>125,06</u> | 1.235,14 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 51,00 | 528,48 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 24,40 | 348,85 |
| 2294 MARCIA JULIANA FLECK | 001 | 5,00 | 79,49 |
| 4701 MARIA IZABEL MARTINS | 001 | 47,08 | 582,70 |
| 4583 MARTA MARIA ALVES DE OLIVEIRA | 001 | 9,00 | 124,25 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>62,00</u> | 360,99 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 80,00 | 494,28 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 44,15 | 529,31 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 28,00 | 342,69 |
| 2896 NELI TERESINHA FONSECA KNEBEL | 030 | 40,00 | 680,86 |
| 4699 NIVIA REGINA STACKE | 001 | 59,00 | 579,14 |

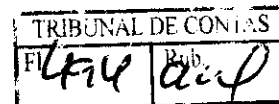


Período: 01/04/2010 a 30/04/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|-----------|
| 5165 NOELI PERIUS GROLI | 001 | 55,06 | 628,41 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 27,00 | 158,96 |
| 2554 RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 15,00 | 187,87 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 45,00 | 238,83 |
| 2780 ROQUE SOARES | 001 | 29,23 | 233,55 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 76,32 | 1.208,07 |
| 4515 ROSELI OLIVIA RECKTENVALD | 001 | 2,00 | 27,67 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 39,28 | 573,70 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | 12,00 | 67,18 |
| 5536 SONIA KIRSCH | 001 | 60,00 | 849,41 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 12,33 | 175,93 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 47,09 | 1.037,99 |
| Total: Servidores : 57 | | 2.171,39 | 27.869,24 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>25,00</u> | 199,63 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>36,00</u> | 287,66 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>24,00</u> | 190,16 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>45,00</u> | 331,91 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>15,16</u> | 217,50 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 4,00 | 59,65 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 36,00 | 301,06 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 26,50 | 222,50 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 8,22 | 66,38 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>30,00</u> | 268,77 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | <u>12,25</u> | 250,95 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>24,43</u> | 325,38 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 93,16 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 12,00 | 94,20 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>35,00</u> | 247,67 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | 28,00 | 209,00 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 9,04 | 169,46 |
| 4579 VANDERLEI INACIO DRESCH | 002 | 24,00 | 144,82 |
| Total: Servidores : 18 | | 407,40 | 3.679,86 |



Período: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 47,15 | 421,44 |
| 7249 DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 39,50 | 166,59 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 60,00 | 308,09 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 31,00 | 577,65 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>60,00</u> | 784,85 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 54,00 | 277,29 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 33,30 | 464,92 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 002 | <u>60,00</u> | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 9,00 | 35,88 |
| 7230 RODRIGO DE FREITAS NUNES | 007 | 12,08 | 62,30 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 001 | 7,09 | 116,37 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 39,13 | 416,90 |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | 7,00 | 35,94 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 43,50 | 225,08 |
| Total: Servidores : 14 | | 503,55 | 4.710,31 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|----------------------------|-----|------|-------|
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 6,03 | 41,42 |
|----------------------------|-----|------|-------|

Evento: 038 - Hora Extra em valor

| | | | |
|-------------------------------|-----|------|-------|
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | 0,00 | 42,06 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 0,00 | 25,99 |

| | | | |
|-----------------------|--|------|-------|
| Total: Servidores : 2 | | 0,00 | 68,05 |
|-----------------------|--|------|-------|



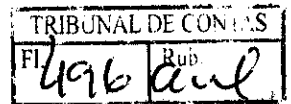
Periodo: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 6635 CAROLINA HENRICH | 001 | 48,02 | 1.070,42 |
| 2707 ILONE MARIA ZIMMERMANN | 002 | <u>57,57</u> | 2.045,48 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | 40,23 | 625,02 |
| 2694 MOZUEL WAGNER | 001 | 38,14 | 572,76 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | 33,35 | 556,56 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.530,26 |
| Total: Servidores : 6 | | 278,11 | 6.400,50 |

Evento: 038 - Hora Extra em valor

| | | | |
|-------------------------------|-----|------|-------|
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | 0,00 | 45,91 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | 0,00 | 54,00 |
| Total: Servidores : 2 | | 0,00 | 99,91 |

Periodo: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | | |
| 3463 | AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | 21,58 | 189,97 |
| 3961 | ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 10,27 | 76,92 |
| 4414 | ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 32,06 | 232,05 |
| 3002 | BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 40,44 | 348,05 |
| 5063 | CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 27,45 | 273,54 |
| 1630 | CELIO MATTOS PIRES | 001 | 57,57 | 648,26 |
| 6859 | CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 40,54 | 308,03 |
| 4642 | CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | 15,39 | 105,76 |
| 5330 | CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>61,52</u> | 574,83 |
| 7291 | DAIANE HANICH | 001 | 11,59 | 102,82 |
| 4349 | DARCI TREVS | 001 | 23,10 | 169,14 |
| 7293 | DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 13,19 | 114,26 |
| 5292 | DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 2,52 | 26,70 |
| 6817 | DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 31,54 | 163,80 |
| 6834 | EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | 24,17 | 182,88 |
| 6633 | EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>75,17</u> | 479,49 |
| 5067 | FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 10,49 | 106,62 |
| 3664 | FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>97,25</u> | 1.142,35 |
| 6645 | GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | 28,23 | 180,78 |
| 3111 | GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | 51,20 | 662,12 |
| 3550 | HILDEMAR ARLINDO SCHMEIER | 030 | 58,38 | 521,80 |
| 4425 | IRINEU DUARTE | 001 | 39,25 | 282,61 |
| 4534 | JOAO CARLOS PEREIRA DUARTE | 001 | 6,18 | 44,39 |
| 3874 | JOAO PEDRO PACHECO | 030 | 24,00 | 119,38 |
| 3397 | JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>60,00</u> | 779,47 |
| 2110 | JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 002 | 37,23 | 550,69 |
| 1923 | JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | <u>67,50</u> | 646,34 |
| 3549 | JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 28,11 | 219,38 |
| 4369 | JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 36,14 | 253,89 |
| 4530 | JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 55,00 | 263,94 |
| 4408 | LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 29,48 | 215,22 |
| 5069 | LASARO GELINGER | 001 | <u>60,09</u> | 905,75 |
| 5066 | LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>62,41</u> | 617,89 |
| 2851 | LUIZ PAULO MARINS | 001 | 9,18 | 91,84 |
| 5306 | MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 51,55 | 483,60 |
| 6560 | MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | 53,16 | 339,27 |
| 5340 | MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 42,30 | 393,88 |
| 2063 | NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 30,00 | 519,50 |
| 2858 | NELSON JOSE MENEGHETTI | 002 | 56,23 | 486,71 |
| 2640 | PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 3,11 | 31,83 |
| 1068 | PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 36,20 | 404,26 |
| 3911 | PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 40,26 | 276,75 |
| 629 | PEDRO PAULO GOMES | 001 | 8,40 | 242,67 |
| 3255 | RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 28,41 | 318,25 |
| 2553 | ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | 40,22 | 551,26 |
| 2044 | ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 33,35 | 480,65 |
| 2003 | ROMEO RUDI THOME | 001 | 14,57 | 187,95 |
| 4094 | SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | 58,25 | 416,31 |
| 5070 | SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 69,25 | 677,69 |
| 5321 | SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 40,12 | 374,46 |
| 5068 | VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 47,59 | 472,99 |
| 4668 | VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 002 | 2,50 | 17,89 |
| 5064 | VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>73,46</u> | 727,05 |



Período: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|-----|------------|-----------|
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | 58,26 | 544,30 |
| Total: Servidores : 54 | | 2.046,21 | 19.548,23 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

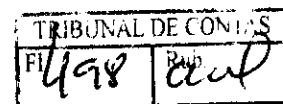
| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 10,17 | 117,16 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 11,40 | 153,34 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>40,35</u> | 605,31 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>36,04</u> | 324,97 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>8,45</u> | 108,40 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 11,13 | 139,31 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 0,28 | 3,20 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>24,00</u> | 203,81 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>30,17</u> | 398,01 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>45,48</u> | 787,67 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 26,05 | 249,35 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>28,25</u> | 328,30 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>25,00</u> | 159,96 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | <u>24,00</u> | 481,86 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>21,47</u> | 286,30 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>30,20</u> | 376,74 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | <u>36,08</u> | 341,18 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 21,43 | 268,35 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 002 | <u>6,33</u> | 75,39 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 9,22 | 138,96 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>6,48</u> | 123,82 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>24,00</u> | 228,05 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>11,11</u> | 145,57 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 23,16 | 288,97 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 5,48 | 76,23 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 002 | 12,00 | 101,02 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | 5,53 | 77,32 |

| | | | |
|------------------------|--|--------|----------|
| Total: Servidores : 27 | | 537,26 | 6.588,55 |
|------------------------|--|--------|----------|

Evento: 038 - Hora Extra em valor

| | | | |
|------------------------------------|-----|------|-------|
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 0,00 | 17,56 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | 0,00 | 60,63 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | 0,00 | 26,79 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 0,00 | 27,35 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | 0,00 | 8,55 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | 0,00 | 38,38 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 002 | 0,00 | 40,04 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 0,00 | 1,30 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 0,00 | 30,65 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 002 | 0,00 | 11,30 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | 0,00 | 33,76 |

| | | | |
|------------------------|--|------|--------|
| Total: Servidores : 11 | | 0,00 | 296,31 |
|------------------------|--|------|--------|

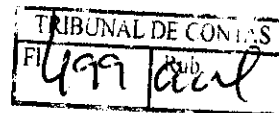


Período: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|--------------------------------|-----|--------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | | |
| 1803 | ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 22,47 | 306,50 |
| 4040 | AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 15,00 | 374,87 |
| 4532 | ALBERI MARQUES | 001 | <u>92,23</u> | 650,23 |
| 4660 | ALBERTO SCHUMANN | 001 | <u>61,02</u> | 397,23 |
| 4464 | ALMIR STAIER CLOSS | 002 | 35,00 | 162,66 |
| 4564 | ANTONIO CARLOS MILA | 001 | 12,00 | 60,11 |
| 3354 | ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 44,00 | 263,51 |
| 3392 | ARLINDO EDUARDI | 001 | 18,57 | 179,65 |
| 5388 | AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 38,32 | 210,60 |
| 2867 | CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>87,43</u> | 853,37 |
| 4509 | DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | 14,00 | 71,11 |
| 2562 | DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>79,04</u> | 874,34 |
| 4585 | ELCIO FINGER | 001 | 32,36 | 214,32 |
| 3254 | ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | 44,30 | 426,71 |
| 2627 | GERALDO DOS SANTOS | 001 | 15,33 | 184,03 |
| 3059 | GIOVANI JOSE DE ABREU | 001 | 22,56 | 187,43 |
| 3361 | HILARIO CECONI | 001 | <u>74,50</u> | 449,60 |
| 3859 | HORACEL MACHADO SOARES | 001 | 7,30 | 40,08 |
| 4438 | HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>60,00</u> | 310,68 |
| 4260 | IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 30,02 | 212,78 |
| 1600 | JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 37,47 | 289,19 |
| 4376 | JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 45,39 | 354,84 |
| 2198 | JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 14,16 | 217,12 |
| 1761 | JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 25,36 | 346,32 |
| 6750 | JOEL JUNG | 001 | 30,45 | 157,90 |
| 1601 | JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | 36,38 | 358,48 |
| 3096 | JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 48,00 | 286,90 |
| 1918 | JURANDIR FERREIRA | 001 | 6,41 | 61,80 |
| 1811 | JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 15,00 | 262,04 |
| 4090 | LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | 21,58 | 216,59 |
| 1847 | LIANE SPELLMEIER | 001 | 19,00 | 578,96 |
| 2963 | MANOEL DE FARIAS | 001 | 18,00 | 108,72 |
| 3427 | MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 3,30 | 22,54 |
| 3282 | MARILENE BARTH | 001 | 32,00 | 488,58 |
| 4850 | MARINES CRISTINA FELLES | 001 | 9,00 | 41,84 |
| 2133 | SERGIO MAUSER | 001 | 72,00 | 436,43 |
| 4578 | SUZANA COSTA FIALHO BRITO | 001 | 6,30 | 30,56 |
| 3650 | TARCIZIO MARAN | 001 | 59,12 | 451,39 |
| 1840 | VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 46,32 | 471,40 |
| Total: | Servidores | : | 39 | 1.356,29 |
| | | | | 11.611,41 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | | |
|------|--------------------------------|-----|--------------|--------|
| 2986 | AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 6,00 | 49,75 |
| 4532 | ALBERI MARQUES | 001 | <u>9,46</u> | 91,66 |
| 4464 | ALMIR STAIER CLOSS | 002 | 36,00 | 223,07 |
| 2265 | ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 24,00 | 191,74 |
| 3354 | ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>16,00</u> | 127,76 |
| 2867 | CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>24,00</u> | 311,32 |
| 4509 | DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | <u>10,00</u> | 67,73 |
| 2562 | DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>12,00</u> | 176,93 |

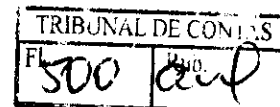


Período: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|--------------|----------|
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>5,50</u> | 46,73 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 5,10 | 52,73 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 3,01 | 20,65 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 24,00 | 191,27 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>12,00</u> | 96,64 |
| 3593 ROQUE DE NASCIMENTO | 001 | 12,00 | 90,13 |
| 2133 SERGIO MAUSER | 001 | 6,00 | 48,49 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 13,28 | 181,90 |
| Total: Servidores : 16 | | 219,15 | 1.968,50 |

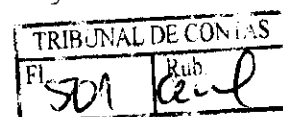
Evento: 038 - Hora Extra em valor

| | | | |
|------------------------------------|-----|------|--------|
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 0,00 | 39,77 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 0,00 | 44,23 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | 0,00 | 28,52 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 0,00 | 20,85 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 0,00 | 13,41 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 0,00 | 25,65 |
| 1642 ROSA GODOY AGOSTINI | 001 | 0,00 | 5,70 |
| Total: Servidores : 7 | | 0,00 | 178,13 |



Período: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|--------------------------------|-----|---------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | | |
| 947 | ADERSON BRUISMA | 001 | 50,00 | 396,88 |
| 3136 | ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 2,58 | 44,54 |
| 4185 | ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 45,10 | 664,71 |
| 7168 | ALESSANDRA MARIA ISOPPO BERNAR | 001 | 19,00 | 196,89 |
| 3410 | ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 49,50 | 298,45 |
| 3108 | ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>68,00</u> | 420,14 |
| 4474 | BERTOLDO BERNARDO LOPES | 001 | 12,00 | 158,11 |
| 3690 | CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 29,33 | 457,48 |
| 7226 | CAROLINE TAVARES DILSSON | 001 | 24,00 | 248,70 |
| 2221 | CLEONIR RIBEIRO VINGAT | 001 | 23,27 | 208,05 |
| 5907 | CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | <u>60,00</u> | 989,43 |
| 3426 | DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | 48,00 | 285,24 |
| 4869 | DORIS ALVINA LENZ SCHARDONG | 001 | 9,00 | 108,24 |
| 6702 | EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 51,00 | 454,89 |
| 3697 | ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 29,31 | 426,34 |
| 7156 | ELIANE DE FATIMA DA FONSECA EI | 001 | 32,00 | 331,60 |
| 4459 | ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>60,00</u> | 331,91 |
| 6811 | FERNANDA GNUTZMANN SANTOS | 001 | 11,00 | 113,99 |
| 6647 | FLAVIO HENRIQUE SANSEVERINO | 001 | 40,00 | 1.348,20 |
| 4019 | FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 532,44 |
| 3512 | FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | 42,11 | 450,72 |
| 5351 | GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 8,30 | 95,07 |
| 2840 | ILDO DOS SANTOS | 001 | 32,00 | 200,71 |
| 2975 | JAIR PEREIRA | 001 | 37,50 | 235,29 |
| 4662 | JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 002 | 35,00 | 1.619,30 |
| 6701 | JAQUELINE NUNES CARDOSO | 001 | 8,00 | 82,90 |
| 2825 | JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 25,30 | 151,73 |
| 4087 | JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 56,00 | 304,95 |
| 3113 | JOSE SARVIO GOMES | 001 | 12,00 | 116,18 |
| 6558 | JULIANA PORTILHO | 001 | 17,00 | 176,16 |
| 6872 | JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 18,00 | 186,52 |
| 2205 | LEONEL DIAS DOS SANTOS | 002 | 33,00 | 221,74 |
| 4246 | LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 9,12 | 139,46 |
| 5119 | LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 9,00 | 104,26 |
| 3616 | LORECY DE FATIMA BROMBILLA FEL | 001 | 16,00 | 261,01 |
| 3130 | LUIZA MARIA REICHERT | 001 | 37,28 | 794,86 |
| 4089 | MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 30,00 | 729,38 |
| 2859 | MARCELO FREITAS | 001 | <u>111,13</u> | 1.130,26 |
| 6866 | MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 54,59 | 569,76 |
| 3639 | MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 37,48 | 534,59 |
| 2294 | MARCIA JULIANA FLECK | 001 | 10,00 | 163,44 |
| 5558 | MARIA CRISTINA DIETRICH | 001 | 4,00 | 44,32 |
| 4701 | MARIA IZABEL MARTINS | 001 | 46,16 | 571,98 |
| 6774 | MARIANA AMARAL LEITE | 001 | 5,20 | 47,57 |
| 7372 | MARILENE ALVES | 001 | 19,00 | 196,89 |
| 2337 | MARILENE GRESSANA | 001 | 15,00 | 251,89 |
| 6667 | MARISA RODRIGUES VEIGA | 001 | 7,00 | 72,54 |
| 4583 | MARTA MARIA ALVES DE OLIVEIRA | 001 | 8,00 | 110,45 |
| 3366 | MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | 46,50 | 272,68 |
| 3102 | MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 65,00 | 401,60 |
| 3554 | MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 51,38 | 617,63 |
| 5061 | NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 18,58 | 232,13 |
| 2896 | NELI TERESINHA FONSECA KNEBEL | 001 | 32,23 | 551,21 |



Período: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

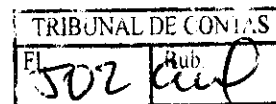
| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|---------------------|--------------------------------|-----|--------------|-----------|
| 4699 | NIVIA REGINA STACHE | 001 | <u>56,19</u> | 552,80 |
| 5165 | NOELI PERIUS GROLLI | 001 | <u>48,59</u> | 558,65 |
| 3095 | OTAVIO DE SOUZA | 001 | <u>18,00</u> | 105,97 |
| 7382 | RACHEL MONTEIRO PECOITS | 001 | <u>17,00</u> | 237,95 |
| 2554 | RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | <u>11,00</u> | 137,77 |
| 4326 | ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>44,00</u> | 233,52 |
| 2780 | ROQUE SOARES | 001 | <u>24,28</u> | 194,47 |
| 2476 | ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | <u>21,47</u> | 343,85 |
| 4515 | ROSELI OLIVIA RECKTENVALD | 001 | <u>19,13</u> | 265,89 |
| 2618 | ROZENIA GORETE MARIA | 001 | <u>12,00</u> | 209,18 |
| 5055 | RUI ALEXANDRE MARTINS | 001 | <u>4,00</u> | 160,51 |
| 3685 | SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | <u>12,00</u> | 67,18 |
| 5536 | SONIA KIRSCH | 001 | <u>49,29</u> | 700,53 |
| 7141 | TATIANE DA SILVA DE ALMEIDA | 001 | <u>31,00</u> | 321,24 |
| 6639 | THAIS ROBERTA WEBER | 001 | <u>44,41</u> | 983,69 |
| Total: Servidores : | | 68 | 2.049,31 | 24.728,61 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | | |
|---------------------|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 | ADERSON BRUISMA | 001 | <u>30,00</u> | 317,50 |
| 3410 | ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>30,50</u> | 246,21 |
| 3108 | ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 98,86 |
| 3426 | DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>12,00</u> | 95,08 |
| 4459 | ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>20,00</u> | 147,52 |
| 3512 | FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>17,37</u> | 250,98 |
| 5351 | GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | <u>2,00</u> | 29,83 |
| 2840 | ILDO DOS SANTOS | 001 | <u>17,00</u> | 142,17 |
| 2975 | JAIR PEREIRA | 001 | <u>22,50</u> | 189,34 |
| 2825 | JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | <u>39,58</u> | 317,09 |
| 4087 | JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>24,00</u> | 174,26 |
| 2205 | LEONEL DIAS DOS SANTOS | 002 | <u>47,00</u> | 421,07 |
| 4246 | LIANI LUCIA BICKEL | 001 | <u>14,12</u> | 286,99 |
| 2859 | MARCELO FREITAS | 001 | <u>48,43</u> | 660,12 |
| 3366 | MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 93,16 |
| 3102 | MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | <u>12,00</u> | 98,86 |
| 3554 | MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | <u>4,08</u> | 65,92 |
| 3095 | OTAVIO DE SOUZA | 001 | <u>18,00</u> | 141,30 |
| 4326 | ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>36,00</u> | 254,75 |
| 3685 | SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | <u>12,00</u> | 89,57 |
| Total: Servidores : | | 20 | 432,18 | 4.120,58 |

Evento: 038 - Hora Extra em valor

| | | | | |
|---------------------|---------------------------|-----|-------------|-------|
| 3108 | ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>0,00</u> | 32,40 |
| 2859 | MARCELO FREITAS | 001 | <u>0,00</u> | 45,55 |
| 2294 | MARCIA JULIANA FLECK | 001 | <u>0,00</u> | 2,25 |
| Total: Servidores : | | 3 | 0,00 | 80,20 |



Período: 01/05/2010 a 31/05/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|--------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 001 | <u>76,15</u> | 507,34 |

| | |
|-------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTA | |
| Fl. 503 | Rub. anl |

Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 51,00 | 454,89 |
| 6793 DIEGO DE SOUZA BONINI | 001 | 12,12 | 129,70 |
| 7249 DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 39,00 | 163,10 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 52,20 | 268,73 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 37,55 | 706,53 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>60,00</u> | 784,85 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 53,05 | 272,58 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 39,46 | 551,89 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>60,00</u> | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 6,00 | 23,92 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 002 | 44,10 | 718,84 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 31,29 | 334,69 |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | 17,55 | 92,00 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 43,47 | 224,82 |
| Total: Servidores : 14 | | 548,39 | 5.543,55 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|-------------|--------|
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 4,10 | 49,55 |
| 1855 ELIANA BEATRIZ MARQUES DA ROCH | 001 | 4,30 | 73,09 |
| 7241 ISMAEL PINHEIRO ARAUJO | 001 | 6,00 | 33,46 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>3,30</u> | 61,04 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 3,32 | 65,38 |
| 3408 TANIA TERESINHA NUNES BEHS | 001 | 4,00 | 78,02 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 2,26 | 16,66 |
| Total: Servidores : 7 | | 28,08 | 377,20 |

Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | | |
| 3943 | CARMEN LIGIA TORRES DOS SANTOS | 001 | 23,30 | 301,61 |
| 2707 | ILONE MARIA ZIMMERMANN | 001 | <u>19,18</u> | 877,25 |
| 4972 | JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>57,45</u> | 893,81 |
| 7015 | JOICI LUCIANA FACKIN | 001 | 0,52 | 7,73 |
| 2694 | MOZAEL WAGNER | 002 | 32,49 | 491,61 |
| 2091 | RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>60,00</u> | 994,36 |
| 1646 | VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.530,26 |
| Total: Servidores : 7 | | | 254,14 | 5.096,63 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | | |
|-----------------------|----------------------|-----|------|-------|
| 7015 | JOICI LUCIANA FACKIN | 001 | 4,06 | 48,76 |
| 7067 | JUNIOR OLIR GROLLI | 001 | 4,00 | 47,57 |
| Total: Servidores : 2 | | | 8,06 | 96,33 |

Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | 37,41 | 325,89 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 22,16 | 163,91 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 44,02 | 318,32 |
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 36,40 | 313,30 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 55,35 | 621,78 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 59,31 | 448,23 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 002 | 3,28 | 23,43 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>61,00</u> | 566,78 |
| 4349 DARCI TREVS | 001 | 11,08 | 81,28 |
| 7293 DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 1,00 | 8,58 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 5,00 | 46,57 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 60,00 | 308,09 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | 6,04 | 45,69 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>62,16</u> | 396,59 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 16,00 | 157,72 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>91,11</u> | 1.069,25 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>76,00</u> | 980,29 |
| 3550 HILDEMAR ARLINDO SCHMEIER | 001 | 43,26 | 386,53 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 50,55 | 365,07 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>64,27</u> | 837,28 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 27,03 | 398,47 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 50,44 | 483,40 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 58,23 | 454,47 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | <u>63,46</u> | 446,83 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 36,00 | 172,76 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 39,34 | 285,76 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | 30,00 | 451,75 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 43,00 | 423,86 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>61,00</u> | 568,22 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 10,33 | 74,71 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | 10,18 | 187,71 |
| 6560 MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | 10,23 | 66,13 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 33,00 | 305,83 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 27,00 | 467,55 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | 6,35 | 56,83 |
| 2495 NILTON REIS LOPES | 001 | 15,41 | 141,15 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 23,52 | 238,63 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 36,44 | 408,71 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 42,50 | 293,18 |
| 629 PEDRO PAULO GOMES | 001 | 26,00 | 728,02 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 16,07 | 247,96 |
| 3255 RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 35,33 | 394,43 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>66,17</u> | 905,18 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 58,19 | 834,63 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 002 | 5,46 | 51,33 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | <u>75,28</u> | 537,82 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 55,00 | 536,94 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 50,00 | 465,75 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 25,00 | 246,44 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 001 | 36,00 | 227,31 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>69,00</u> | 680,07 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | <u>57,06</u> | 531,88 |



Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---------------------|-----|------------|-----------|
| Total: Servidores : | 53 | 2.039,42 | 20.074,01 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>6,26</u> | 74,18 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | <u>6,12</u> | 59,76 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | <u>6,00</u> | 78,86 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>50,17</u> | 749,99 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | <u>6,08</u> | 61,59 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 002 | <u>46,08</u> | 415,67 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>4,00</u> | 49,55 |
| 7291 DAIANE HANICH | 001 | <u>5,00</u> | 57,20 |
| 7293 DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | <u>5,00</u> | 57,20 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | <u>6,04</u> | 75,35 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>17,00</u> | 223,43 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>51,13</u> | 880,82 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | <u>36,00</u> | 344,16 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>46,17</u> | 534,71 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>6,13</u> | 107,68 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>36,00</u> | 230,34 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | <u>5,59</u> | 57,62 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | <u>30,00</u> | 602,33 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>33,00</u> | 433,72 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>17,00</u> | 211,14 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | <u>26,38</u> | 251,48 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | <u>32,00</u> | 395,42 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | <u>6,18</u> | 120,22 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>26,00</u> | 338,44 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>18,00</u> | 223,56 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>17,00</u> | 223,43 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>8,00</u> | 105,13 |
| Total: Servidores : | 27 | 553,53 | 6.962,98 |

Evento: 038 - Hora Extra em valor

| | | | |
|-------------------------|-----|------|-------|
| 3874 JOAO PEDRO PACHECO | 030 | 0,00 | 39,84 |
|-------------------------|-----|------|-------|



Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 13,00 | 104,14 |

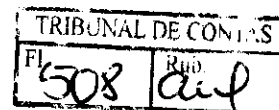
Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 28,18 | 380,72 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 10,00 | 249,91 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | <u>87,13</u> | 613,87 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | <u>72,57</u> | 474,79 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 56,00 | 335,54 |
| 4564 ANTONIO CARLOS MILA | 001 | 1,54 | 9,52 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>63,00</u> | 377,30 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 52,03 | 284,47 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>70,19</u> | 684,09 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 36,08 | 399,57 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | <u>61,46</u> | 406,07 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | <u>69,31</u> | 666,59 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | 53,38 | 634,73 |
| 3059 GIOVANI JOSE DE ABREU | 001 | 5,16 | 43,04 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>69,50</u> | 419,56 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>60,00</u> | 310,68 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 3,33 | 25,15 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 37,48 | 289,31 |
| 4376 JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 55,04 | 428,03 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 51,19 | 780,96 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 17,11 | 232,46 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 44,51 | 230,30 |
| 3470 JOSE FERNANDES DE LIMA | 001 | 24,00 | 147,14 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | 58,51 | 575,89 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 45,00 | 268,97 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 23,00 | 401,80 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | <u>78,37</u> | 775,17 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 23,00 | 700,85 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>62,00</u> | 374,47 |
| 2588 MARIA DE LOURDES PEREIRA | 001 | 2,30 | 15,50 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 16,00 | 103,05 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 40,00 | 610,72 |
| 4850 MARINES CRISTINA FELLES | 001 | 15,00 | 69,74 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 48,00 | 287,56 |
| 2133 SERGIO MAUSER | 001 | 74,00 | 448,55 |
| 4578 SUZANA COSTA FIALHO BRITO | 001 | 8,00 | 37,61 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 37,00 | 282,12 |
| 3812 VALERIO DA CUNHA | 001 | 31,22 | 226,22 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 60,00 | 607,82 |

Total: Servidores : 39 1.653,59 14.209,84

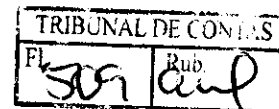
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------|-----|--------------|--------|
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 5,00 | 166,61 |
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 6,00 | 49,75 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | <u>10,11</u> | 95,57 |



Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| 2265 | ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | <u>24,00</u> | 191,74 |
| 3354 | ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>12,00</u> | 95,82 |
| 2867 | CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>12,00</u> | 155,66 |
| 2562 | DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>36,00</u> | 530,80 |
| 6553 | FELIPE ELEMAR SCHOLL | 001 | 5,00 | 59,46 |
| 3361 | HILARIO CECONI | 001 | <u>10,50</u> | 86,78 |
| 4438 | HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>12,00</u> | 82,85 |
| 2198 | JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>21,04</u> | 427,47 |
| 6750 | JOEL JUNG | 001 | <u>15,49</u> | 108,29 |
| 3096 | JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 6,00 | 47,82 |
| 1811 | JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 5,00 | 116,46 |
| 1847 | LIANE SPELLMEIER | 001 | 5,00 | 203,15 |
| 2963 | MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>18,00</u> | 144,96 |
| 3282 | MARILENE BARTH | 001 | 5,00 | 101,79 |
| 3070 | PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 10,00 | 79,88 |
| 3593 | ROQUE DE NASCIMENTO | 001 | 6,00 | 45,07 |
| 2133 | SERGIO MAUSER | 001 | 6,00 | 48,49 |
| 3625 | SOLANGE MARIA RODRIGUES | 001 | 6,00 | 45,80 |
| Total: Servidores : 21 | | | 236,54 | 2.884,22 |

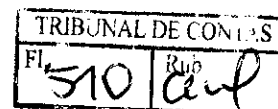


Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 0,01 | 24,40 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 9,00 | 168,22 |
| Total: Servidores : 2 | | 9,01 | 192,62 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | 62,00 | 492,13 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 030 | 10,32 | 158,16 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 8,00 | 117,74 |
| 7168 ALESSANDRA MARIA ISOPPO BERNAR | 001 | 4,00 | 41,45 |
| 6596 ANDREIA DE AZEVEDO | 001 | 11,00 | 77,06 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 43,00 | 257,52 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 68,00 | 420,14 |
| 4474 BERTOLDO BERNARDO LOPES | 001 | 12,00 | 158,11 |
| 6892 CAMILE DE MARTINI PEREIRA | 001 | 7,00 | 49,04 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 60,00 | 928,89 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | 60,00 | 989,43 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | 60,00 | 356,55 |
| 4869 DORIS ALVINA LENZ SCHARDONG | 001 | 10,00 | 120,27 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 39,00 | 347,86 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 17,35 | 253,98 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | 67,50 | 375,24 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | 42,00 | 253,99 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | 58,55 | 629,52 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 10,00 | 111,85 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 36,00 | 225,80 |
| 4992 IVANA BLOS | 001 | 8,00 | 184,01 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 45,00 | 279,86 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 29,00 | 1.341,71 |
| 6701 JAQUELINE NUNES CARDOSO | 001 | 4,00 | 41,45 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 23,27 | 139,54 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 49,50 | 271,37 |
| 6558 JULIANA PORTILHO | 001 | 4,00 | 41,45 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 12,00 | 124,35 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 26,00 | 174,70 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 43,50 | 664,43 |
| 3616 LORECY DE FATIMA BROMBILLA FEL | 001 | 4,00 | 65,25 |
| 5031 LUCIANA BEATRIS STUMPF JAEGER | 001 | 44,30 | 400,67 |
| 6658 MAKELE MAYER | 001 | 4,00 | 41,45 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 37,00 | 899,57 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | 118,39 | 1.205,80 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 14,00 | 145,07 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 15,00 | 212,14 |
| 5558 MARIA CRISTINA DIETRICH | 001 | 4,00 | 44,32 |
| 4701 MARIA IZABEL MARTINS | 001 | 28,00 | 346,16 |
| 7372 MARILENE ALVES | 001 | 4,00 | 41,45 |
| 2337 MARILENE GRESSANA | 001 | 6,00 | 100,76 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | 60,00 | 349,35 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 41,00 | 253,32 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 45,34 | 545,06 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 32,30 | 397,76 |



Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|--------------------------------|-----|------------|-----------|
| 4699 | NIVIA REGINA STACKE | 001 | 41,30 | 407,36 |
| 5165 | NOELI PERIUS GROLI | 030 | 21,00 | 239,50 |
| 3095 | OTAVIO DE SOUZA | 001 | 42,00 | 247,27 |
| 5369 | PAULO ROBERTO BARBOSA DE OLIVE | 001 | 30,00 | 222,13 |
| 7382 | RACHEL MONTEIRO PECOITS | 001 | 28,00 | 391,92 |
| 2554 | RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 10,00 | 125,25 |
| 4326 | ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 55,50 | 296,32 |
| 2780 | ROQUE SOARES | 001 | 42,25 | 337,14 |
| 2476 | ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 28,11 | 444,87 |
| 4515 | ROSELI OLIVIA RECKTENVALD | 002 | 20,00 | 276,73 |
| 3484 | SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 17,00 | 247,12 |
| 5536 | SONIA KIRSCH | 001 | 22,56 | 324,66 |
| 2863 | SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 16,35 | 232,47 |
| 7408 | THAIS PLETSCH SCHAEFER | 001 | 12,00 | 404,46 |
| 6639 | THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 40,00 | 880,59 |
| Total: Servidores : 60 | | | 1.817,39 | 19.753,52 |

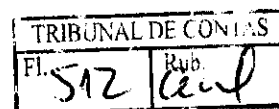
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | | |
|------------------------|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 | ADERSON BRUISMA | 001 | <u>18,00</u> | 190,50 |
| 4185 | ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | <u>4,30</u> | 88,30 |
| 3410 | ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>37,00</u> | 295,45 |
| 3108 | ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 98,86 |
| 3426 | DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>18,00</u> | 142,62 |
| 6702 | EDSON EDEMAR EBERT | 001 | <u>5,00</u> | 59,46 |
| 3697 | ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | <u>3,41</u> | 70,94 |
| 4459 | ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>12,00</u> | 88,51 |
| 2915 | EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | <u>11,00</u> | 88,69 |
| 3512 | FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>14,18</u> | 203,73 |
| 5351 | GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | <u>3,42</u> | 55,18 |
| 2840 | ILDO DOS SANTOS | 001 | <u>24,00</u> | 200,71 |
| 2975 | JAIR PEREIRA | 001 | <u>34,00</u> | 281,93 |
| 2825 | JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | <u>36,00</u> | 285,62 |
| 4087 | JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>30,50</u> | 223,88 |
| 2205 | LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>12,00</u> | 107,51 |
| 4246 | LIANI LUCIA BICKEL | 001 | <u>16,10</u> | 326,74 |
| 2859 | MARCELO FREITAS | 001 | <u>32,16</u> | 437,22 |
| 3639 | MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | <u>4,37</u> | 87,06 |
| 3366 | MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 93,16 |
| 3102 | MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | <u>39,00</u> | 321,28 |
| 3554 | MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | <u>3,44</u> | 59,54 |
| 3095 | OTAVIO DE SOUZA | 001 | <u>6,00</u> | 47,10 |
| 4326 | ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>24,00</u> | 169,83 |
| 2476 | ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | <u>5,13</u> | 109,79 |
| 2863 | SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | <u>18,57</u> | 354,19 |
| 4579 | VANDERLEI INACIO DRESCH | 001 | <u>12,00</u> | 72,41 |
| Total: Servidores : 27 | | | 449,58 | 4.560,21 |



Período: 01/06/2010 a 30/06/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|--------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 001 | <u>73,35</u> | 489,60 |



Período: 01/07/2010 a 31/07/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 7513 ALEXANDRO SOARES DA SILVA | 001 | 20,00 | 76,04 |
| 6793 DIEGO DE SOUZA BONINI | 001 | 18,19 | 194,72 |
| 7249 DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 27,51 | 116,47 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 39,30 | 736,04 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 2,50 | 10,77 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>60,00</u> | 784,85 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 21,43 | 301,39 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>60,00</u> | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 5,00 | 19,93 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 001 | 3,20 | 12,67 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 001 | 9,09 | 148,92 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 12,00 | 45,62 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 48,59 | 520,73 |
| 6937 YURI FLECK | 002 | 51,00 | 261,88 |
| Total: Servidores : 14 | | 379,41 | 4.047,04 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-----------------|-----|------|-------|
| 6937 YURI FLECK | 002 | 1,47 | 12,21 |
|-----------------|-----|------|-------|

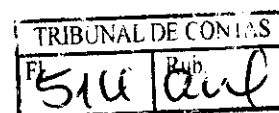
| | |
|-------------------|---------|
| TRIBUNAL DE CONTA | |
| Fl. 513 | Rub. 01 |

Período: 01/07/2010 a 31/07/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 3943 CARMEN LIGIA TORRES DOS SANTOS | 001 | 35,00 | 449,20 |
| 7492 EVELINE SCHULZ HEPS | 001 | 44,00 | 687,83 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | 60,00 | 928,64 |
| 2694 MOZEL WAGNER | 001 | 27,11 | 407,22 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | 60,00 | 994,35 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | 60,00 | 1.530,26 |
| Total: Servidores : 6 | | 286,11 | 4.997,50 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------|-----|------|-------|
| 7159 MARINES RICK | 001 | 4,00 | 85,58 |
|-------------------|-----|------|-------|



Período: 01/07/2010 a 31/07/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|---------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | 3,25 | 29,55 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 51,12 | 376,89 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 57,49 | 417,96 |
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 001 | 39,40 | 338,94 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 44,24 | 496,68 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | <u>80,56</u> | 609,53 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 58,47 | 466,57 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>76,00</u> | 706,15 |
| 7291 DAIANE HANICH | 001 | 5,00 | 42,90 |
| 4349 DARCI TREVS | 001 | 27,08 | 198,10 |
| 7293 DERCY MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 5,00 | 42,90 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 20,00 | 186,30 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 51,40 | 265,30 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>75,23</u> | 480,13 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 002 | 21,00 | 207,00 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>101,59</u> | 1.195,90 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>68,58</u> | 889,57 |
| 3550 HILDEMAR ARLINDO SCHMEIER | 001 | 50,31 | 447,76 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 75,16 | 539,65 |
| 4534 JOAO CARLOS PEREIRA DUARTE | 002 | 9,36 | 67,65 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>72,37</u> | 943,37 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 45,10 | 665,35 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | <u>83,47</u> | 798,31 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 002 | 49,30 | 385,31 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 56,55 | 398,83 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 002 | <u>60,00</u> | 287,94 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 47,37 | 343,90 |
| 5069 LASARO GELINGER | 001 | 46,45 | 703,97 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 44,00 | 409,86 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 37,29 | 265,44 |
| 6560 MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | 56,42 | 361,13 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 30,00 | 278,03 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 30,00 | 519,50 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | 29,33 | 255,08 |
| 4580 NESTOR DUARTE | 001 | 3,07 | 21,41 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 53,53 | 538,74 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 36,27 | 405,56 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 44,10 | 302,30 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 51,20 | 789,79 |
| 3255 RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 38,59 | 432,53 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>71,33</u> | 977,10 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | <u>62,56</u> | 900,71 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 17,24 | 218,75 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | 56,59 | 406,10 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 44,00 | 429,55 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 48,00 | 447,12 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 30,00 | 295,72 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>77,00</u> | 758,92 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | 60,00 | 558,89 |

Total: Servidores : 51 2.369,37 22.696,08

TRIBUNAL DE CONTAS

| | |
|---------|----------|
| Fl. 515 | Rub. 200 |
|---------|----------|

| | | | | |
|-------------------|---|----|--------|----------|
| Total: Servidores | : | 14 | 330,24 | 4.266,82 |
|-------------------|---|----|--------|----------|



Período: 01/07/2010 a 31/07/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|-----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 59,21 | 798,43 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 4,00 | 99,97 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | <u>69,39</u> | 490,22 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | <u>66,08</u> | 430,42 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 49,00 | 293,60 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 3,50 | 22,96 |
| 3392 ARLINDO EDUARDI | 001 | 44,45 | 424,25 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | <u>63,07</u> | 344,96 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 59,29 | 578,70 |
| 4509 DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | 8,30 | 43,18 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>60,56</u> | 673,82 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 60,00 | 308,09 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 53,40 | 352,82 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | <u>63,35</u> | 609,69 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | 59,14 | 701,01 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 57,00 | 342,45 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>60,00</u> | 310,68 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 26,43 | 189,28 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 38,58 | 298,24 |
| 4376 JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 59,44 | 464,31 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>76,51</u> | 1.169,54 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 53,39 | 725,79 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 60,00 | 308,09 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | 54,36 | 534,30 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 52,00 | 310,81 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 20,00 | 349,39 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | 52,38 | 518,97 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 002 | 20,00 | 609,44 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>60,00</u> | 362,39 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 9,00 | 57,97 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 35,30 | 542,02 |
| 4850 MARINES CRISTINA FELLES | 001 | 9,00 | 41,84 |
| 4263 MOACIR MARCELINO DA SILVA | 001 | 6,43 | 49,30 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 20,00 | 119,82 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 22,19 | 170,16 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 87,28 | 886,07 |
| Total: Servidores : 36 | | 1.607,23 | 14.532,98 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>6,00</u> | 47,91 |
| 4509 DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | 5,00 | 33,86 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>14,00</u> | 206,42 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>23,40</u> | 480,23 |
| 3470 JOSE FERNANDES DE LIMA | 001 | 24,00 | 196,19 |
| 4850 MARINES CRISTINA FELLES | 001 | 5,00 | 30,99 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 6,00 | 47,93 |

Total: Servidores : 7 83,40 1.043,53

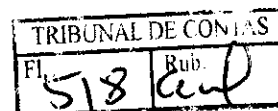


Período: 01/07/2010 a 31/07/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 12,00 | 100,35 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|---------------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | 54,00 | 428,63 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 001 | 0,49 | 5,92 |
| 2874 AGENOR ALESSI | 001 | 20,00 | 118,59 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 3,43 | 55,81 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 7,30 | 110,38 |
| 7168 ALESSANDRA MARIA ISOPPO BERNAR | 001 | 3,00 | 31,09 |
| 6596 ANDREIA DE AZEVEDO | 001 | 9,00 | 63,05 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 53,50 | 322,40 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 14,00 | 86,50 |
| 4474 BERTOLDO BERNARDO LOPES | 001 | 5,00 | 65,88 |
| 7226 CAROLINE TAVARES DILSSON | 001 | 6,00 | 62,17 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | <u>60,00</u> | 989,43 |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 45,00 | 401,37 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | 46,00 | 273,35 |
| 4869 DORIS ALVINA LENZ SCHARDONG | 002 | 4,00 | 48,11 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 46,00 | 410,29 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 8,20 | 120,37 |
| 7156 ELIANE DE FATIMA DA FONSECA EI | 001 | 5,00 | 51,81 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | 38,00 | 210,21 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | <u>60,00</u> | 362,84 |
| 6811 FERNANDA GNUTZMANN SANTOS | 001 | 3,00 | 31,09 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 002 | 22,00 | 1.064,87 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | 53,18 | 569,51 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 11,55 | 133,29 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 37,00 | 232,07 |
| 4992 IVANA BLOS | 001 | 8,00 | 184,01 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 24,00 | 149,26 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 35,00 | 1.619,30 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 56,26 | 289,78 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 35,30 | 211,24 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 46,00 | 250,50 |
| 6558 JULIANA PORTILHO | 001 | 8,00 | 82,90 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 28,30 | 295,33 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 54,00 | 362,84 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 60,00 | 909,49 |
| 5031 LUCIANA BEATRIS STUMPF JAEGER | 001 | 20,00 | 180,08 |
| 3583 MADALENA LAUSCHNER | 001 | 26,30 | 779,71 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 30,00 | 729,38 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>122,30</u> | 1.244,93 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 002 | 22,00 | 227,97 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 002 | 32,00 | 452,57 |
| 2294 MARCIA JULIANA FLECK | 001 | 24,00 | 392,26 |
| 7372 MARILENE ALVES | 001 | 3,00 | 31,09 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 002 | 29,50 | 173,70 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 48,00 | 296,57 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 39,24 | 471,30 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 17,00 | 197,46 |
| 4699 NIVIA REGINA STACKE | 001 | 38,00 | 373,01 |



Período: 01/07/2010 a 31/07/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|-----------|
| 7382 RACHEL MONTEIRO PECOITS | 001 | 10,00 | 139,97 |
| 2554 RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 17,30 | 219,18 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 46,50 | 248,56 |
| 2780 ROQUE SOARES | 001 | 23,43 | 188,51 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 16,03 | 253,35 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 002 | 20,00 | 290,73 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | 12,00 | 67,18 |
| 5536 SONIA KIRSCH | 001 | 21,00 | 297,29 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 11,57 | 167,52 |
| 4141 SUELI FATIMA RUARO PIMENTEL | 001 | 3,00 | 42,55 |
| 7141 TATIANE DA SILVA DE ALMEIDA | 001 | 8,00 | 82,90 |
| 3659 TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 8,00 | 120,36 |
| 7408 THAIS PLETSCH SCHAEFER | 001 | 60,00 | 2.022,30 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | <u>60,00</u> | 1.320,88 |
| Total: Servidores : 62 | | 1.742,08 | 21.614,99 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | <u>6,00</u> | 63,50 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>6,50</u> | 54,57 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>12,00</u> | 95,08 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 6,10 | 118,76 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>6,00</u> | 44,25 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>13,56</u> | 198,50 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 5,00 | 41,46 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>12,00</u> | 87,13 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>6,00</u> | 53,75 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>34,29</u> | 467,26 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 12,00 | 98,86 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 7,10 | 114,30 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>13,50</u> | 97,89 |
| 4336 SERENI DA SILVA | 001 | 4,00 | 38,17 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 12,04 | 225,53 |
| 4141 SUELI FATIMA RUARO PIMENTEL | 001 | 3,00 | 56,73 |
| Total: Servidores : 16 | | 160,29 | 1.855,74 |



Período: 01/07/2010 a 31/07/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|--------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 001 | <u>87,32</u> | 582,42 |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | <u>14,07</u> | 72,49 |
| Total: Servidores : 2 | | 101,39 | 654,91 |



Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 7513 ALEXANDRO SOARES DA SILVA | 001 | 34,00 | 129,27 |
| 6793 DIEGO DE SOUZA BONINI | 001 | 45,14 | 480,87 |
| 7514 EDERSON BENETTI DE VARGAS | 001 | 3,50 | 14,57 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 22,46 | 424,23 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 24,50 | 94,42 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>60,00</u> | 784,85 |
| 7518 MARCIO JOSE DE MOURA | 001 | 11,50 | 44,99 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 002 | 20,29 | 284,27 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>60,00</u> | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 4,00 | 15,95 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 001 | 15,00 | 57,03 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 001 | 49,58 | 813,24 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 39,00 | 148,28 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 22,03 | 234,41 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 27,48 | 142,75 |
| Total: Servidores : 15 | | 440,48 | 4.486,14 |

Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 3943 CARMEN LIGIA TORRES DOS SANTOS | 001 | 27,35 | 519,22 |
| 7536 FABIANE SPALL DA SILVA | 001 | 2,04 | 41,87 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>52,45</u> | 816,43 |
| 2694 MOZEL WAGNER | 001 | 27,05 | 405,72 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>50,01</u> | 828,91 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.530,26 |
| Total: Servidores : 6 | | 219,30 | 4.142,41 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|---------------------------|-----|------|-------|
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | 3,01 | 62,25 |
|---------------------------|-----|------|-------|

Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | 17,34 | 151,92 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 70,59 | 522,52 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 62,25 | 451,22 |
| 3002 BALDUINO JOSE GOMES | 030 | 28,50 | 246,37 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 54,56 | 541,49 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 64,31 | 721,72 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 71,21 | 537,35 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | 30,11 | 203,97 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 59,11 | 469,74 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | 71,37 | 665,43 |
| 7291 DAIANE HANICH | 001 | 1,27 | 12,44 |
| 4349 DARCI TREVS | 001 | 38,17 | 279,50 |
| 7293 DERCY MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 70,50 | 607,78 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 13,10 | 122,65 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 44,26 | 228,16 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | 54,22 | 409,45 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | 63,41 | 405,61 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | 39,52 | 467,49 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | 79,54 | 1.030,59 |
| 7549 GILVANE ANTONIO CARDOSO | 001 | 44,37 | 155,14 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 54,30 | 390,76 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 98,39 | 1.281,57 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 58,34 | 862,75 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 76,12 | 726,06 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 66,56 | 469,02 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 12,00 | 57,58 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 65,28 | 472,81 |
| 5069 LASARO GELINGER | 007 | 46,33 | 700,96 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 49,53 | 491,71 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | 56,53 | 561,71 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 65,37 | 611,22 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 49,56 | 353,61 |
| 6560 MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | 49,52 | 317,61 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 11,25 | 105,81 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 53,05 | 919,23 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | 101,23 | 875,16 |
| 2495 NILTON REIS LOPES | 001 | 6,02 | 54,30 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 74,03 | 740,37 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 28,50 | 320,81 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 38,54 | 266,26 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 030 | 63,43 | 980,32 |
| 3255 RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 57,34 | 638,71 |
| 3097 RICARDO MACHADO RIBEIRO | 001 | 20,40 | 181,17 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | 85,27 | 1.166,92 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 58,43 | 840,36 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 46,49 | 588,58 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | 54,49 | 390,66 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 71,28 | 697,70 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 51,58 | 484,07 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 63,40 | 627,58 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | 74,00 | 729,35 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | 54,04 | 503,63 |

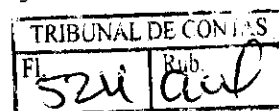
Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---------------------|-----|------------|-----------|
| Total: Servidores : | 52 | 2.749,51 | 26.638,90 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>40,17</u> | 464,50 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | <u>10,43</u> | 105,18 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>39,02</u> | 351,70 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>3,38</u> | 45,01 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | <u>19,06</u> | 237,22 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>11,11</u> | 146,98 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>30,15</u> | 520,24 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>9,44</u> | 112,45 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>17,21</u> | 228,03 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>24,00</u> | 298,08 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | <u>23,56</u> | 295,74 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | <u>10,43</u> | 142,86 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 030 | <u>10,44</u> | 220,18 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>15,03</u> | 195,90 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>11,15</u> | 139,72 |
| Total: Servidores : | 15 | 276,58 | 3.503,79 |



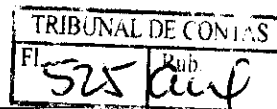
Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | <u>76,39</u> | 1.031,16 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | <u>17,00</u> | 424,85 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | <u>61,55</u> | 435,79 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | <u>60,00</u> | 390,50 |
| 4686 ALIRIO PEREIRA | 001 | <u>47,52</u> | 350,99 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | <u>24,00</u> | 143,80 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | <u>4,00</u> | 23,96 |
| 3392 ARLINDO EDUARDI | 001 | <u>34,16</u> | 324,86 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 002 | <u>18,23</u> | 93,75 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | <u>77,15</u> | 751,54 |
| 3865 CLEUSA ROSA MELO DE LIMA | 001 | <u>5,00</u> | 27,64 |
| 4509 DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | <u>16,00</u> | 81,27 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>77,25</u> | 856,10 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | <u>32,26</u> | 166,54 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | <u>61,53</u> | 406,84 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | <u>72,15</u> | 692,80 |
| 5095 GENAIR BATISTA DE ARAUJO | 001 | <u>13,00</u> | 54,40 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | <u>64,02</u> | 757,82 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>42,00</u> | 252,34 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 002 | <u>60,00</u> | 310,68 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | <u>57,09</u> | 404,90 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | <u>37,09</u> | 284,34 |
| 4376 JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 002 | <u>45,29</u> | 353,54 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>73,50</u> | 1.123,63 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | <u>57,11</u> | 773,59 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | <u>29,23</u> | 150,88 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | <u>60,00</u> | 587,14 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | <u>40,00</u> | 239,08 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | <u>3,00</u> | 52,41 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 002 | <u>61,40</u> | 608,04 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | <u>15,00</u> | 457,08 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>20,00</u> | 120,80 |
| 2954 MARIA LISETE DE OLIVEIRA | 001 | <u>9,45</u> | 61,46 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | <u>9,30</u> | 61,19 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | <u>33,00</u> | 503,85 |
| 4263 MOACIR MARCELINO DA SILVA | 001 | <u>33,18</u> | 244,42 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | <u>10,00</u> | 59,91 |
| 4727 SUELY DOS REIS COSTA | 001 | <u>2,45</u> | 12,08 |
| 4578 SUZANA COSTA FIALHO BRITO | 001 | <u>5,00</u> | 23,51 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | <u>35,28</u> | 270,43 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | <u>60,00</u> | 607,82 |
| Total: Servidores : 41 | | 1.563,58 | 14.577,73 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

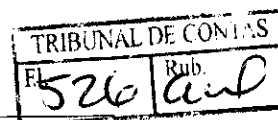
| | | | |
|-----------------------------|-----|--------------|--------|
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | <u>10,43</u> | 158,01 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>18,00</u> | 144,19 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>22,30</u> | 456,56 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | <u>4,45</u> | 32,52 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | <u>9,30</u> | 81,59 |

Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal

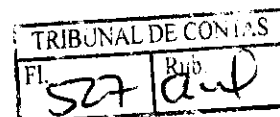


| Cadastro Nome | | SIT | Referência | Valor |
|---------------|--------------|-----|------------|--------|
| Total: | Servidores : | 5 | 65,28 | 872,87 |

Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|---------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 947 ADERSON BRUISMA | 002 | <u>60,00</u> | 476,26 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 001 | 51,00 | 369,69 |
| 2874 AGENOR ALESSI | 001 | 20,00 | 118,59 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 3,12 | 48,05 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 7,00 | 103,02 |
| 7168 ALESSANDRA MARIA ISOPPO BERNAR | 001 | 4,00 | 41,45 |
| 6596 ANDREIA DE AZEVEDO | 002 | 25,00 | 175,14 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>60,00</u> | 359,33 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 12,00 | 74,14 |
| 4474 BERTOLDO BERNARDO LOPES | 001 | 7,00 | 92,23 |
| 7412 CANDICE BOCACCIO SPERB | 001 | 60,00 | 2.022,30 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 17,00 | 263,18 |
| 6843 CRISTIANE DAVILA DOS SANTOS | 001 | 8,00 | 82,90 |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 42,00 | 374,61 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>60,00</u> | 356,55 |
| 4869 DORIS ALVINA LENZ SCHARDONG | 001 | 8,00 | 96,22 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 60,00 | 535,16 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 18,00 | 259,99 |
| 6811 FERNANDA GNUTZMANN SANTOS | 001 | 8,00 | 82,90 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 532,43 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | 53,47 | 574,67 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 22,20 | 249,80 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 35,50 | 224,75 |
| 4992 IVANA BLOS | 001 | 11,00 | 253,01 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 37,30 | 1.734,96 |
| 6701 JAQUELINE NUNES CARDOSO | 001 | 8,00 | 82,90 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 13,55 | 71,46 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 28,58 | 172,36 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 47,50 | 260,48 |
| 7464 JULIANA DA SILVA FINK | 001 | 24,00 | 808,92 |
| 6558 JULIANA PORTILHO | 001 | 12,00 | 124,35 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 19,00 | 196,89 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 54,50 | 368,44 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 60,00 | 909,49 |
| 3616 LORECY DE FATIMA BROMBILLA FEL | 001 | 4,00 | 65,25 |
| 5031 LUCIANA BEATRIS STUMPF JAEGER | 001 | 27,00 | 243,11 |
| 3583 MADALENA LAUSCHNER | 001 | 40,00 | 1.176,92 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 33,00 | 802,32 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>122,15</u> | 1.242,39 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 030 | 12,00 | 124,35 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 9,30 | 134,35 |
| 2294 MARCIA JULIANA FLECK | 030 | 17,00 | 277,85 |
| 4701 MARIA IZABEL MARTINS | 001 | 8,30 | 105,08 |
| 7372 MARILENE ALVES | 001 | 4,00 | 41,45 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 48,00 | 296,57 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 2,17 | 27,31 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 12,00 | 139,39 |
| 2896 NELI TERESINHA FONSECA KNEBEL | 001 | 4,30 | 76,60 |
| 7382 RACHEL MONTEIRO PECOITS | 001 | 5,30 | 84,68 |
| 2554 RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 7,45 | 97,07 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>60,00</u> | 318,44 |
| 2780 ROQUE SOARES | 030 | 29,48 | 236,86 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 15,24 | 243,09 |



Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|-----------|
| 4336 SERENI DA SILVA | 001 | 20,00 | 143,15 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 19,00 | 276,19 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | 12,00 | 67,18 |
| 5536 SONIA KIRSCH | 001 | 30,00 | 424,70 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 7,23 | 103,50 |
| 7408 THAIS PLETSCH SCHAEFER | 001 | 60,00 | 2.022,30 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 35,30 | 781,52 |
| Total: Servidores : | 60 | 1.616,34 | 22.048,24 |

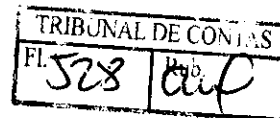
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 24,00 | 190,41 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>12,00</u> | 87,13 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>5,00</u> | 44,79 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>30,40</u> | 415,54 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | <u>12,00</u> | 98,86 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 7,48 | 145,79 |
| Total: Servidores : | 6 | 91,28 | 982,52 |

0001 PM CAMPO BOM HORAS EXTRAS
110 SEC.DESENV.SOC.HABIT

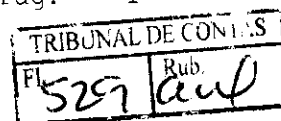
02/05/2011

Pág. 9



Período: 01/08/2010 a 31/08/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|--------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 030 | <u>77,41</u> | 516,88 |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | <u>60,00</u> | 308,09 |
| Total: Servidores : 2 | | 137,41 | 824,97 |



Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 7513 ALEXANDRO SOARES DA SILVA | 001 | 53,50 | 204,67 |
| 6793 DIEGO DE SOUZA BONINI | 007 | 7,28 | 79,38 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 37,00 | 689,45 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 54,00 | 205,31 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 002 | 60,00 | 784,85 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 16,00 | 222,05 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | 60,00 | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 6,00 | 23,92 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 001 | 38,00 | 144,47 |
| 7517 REGES URRUTH MARINHO | 001 | 24,00 | 91,25 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 001 | 50,37 | 823,82 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 47,34 | 505,67 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 57,00 | 292,69 |
| Total: Servidores : 13 | | 511,29 | 4.884,54 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|------------------------------------|-----|--------|--------|
| 7497 DIEGO GONÇALVES | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7249 DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 6,00 | 33,46 |
| 7514 EDERSON BENETTI DE VARGAS | 001 | 6,00 | 30,42 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 6,00 | 30,42 |
| 7521 FRANCISCO MOREIRA DA SILVA | 001 | 6,00 | 30,42 |
| 7241 ISMAEL PINHEIRO ARAUJO | 001 | 6,00 | 33,46 |
| 7508 LUCAS NUNES | 001 | 6,00 | 30,42 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7517 REGES URRUTH MARINHO | 001 | 18,00 | 91,25 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 36,00 | 182,49 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 3,00 | 20,54 |
| Total: Servidores : 11 | | 117,00 | 604,54 |



Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 3943 CARMEN LIGIA TORRES DOS SANTOS | 001 | 58,38 | 1.103,70 |
| 7536 FABIANE SPALL DA SILVA | 007 | 31,38 | 640,86 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>60,00</u> | 928,64 |
| 2694 MOZUEL WAGNER | 001 | 42,40 | 639,17 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>60,00</u> | 994,36 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.530,26 |
| Total: Servidores : | 6 | 312,56 | 5.836,99 |



Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 4588 ADAIR JOAO DA SILVA | 001 | 43,06 | 433,61 |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 002 | 28,06 | 243,01 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 002 | 29,20 | 215,93 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 52,10 | 377,12 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 45,00 | 443,58 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>64,48</u> | 724,89 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | <u>64,24</u> | 485,01 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | 16,27 | 111,16 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 59,33 | 472,65 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>60,00</u> | 557,49 |
| 7291 DAIANE HANICH | 001 | 15,00 | 128,71 |
| 4349 DARCI TREVS | 002 | 40,23 | 294,83 |
| 7293 DERCY MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 40,00 | 343,22 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 18,00 | 167,67 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | 49,00 | 369,03 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | <u>67,16</u> | 506,60 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | 24,08 | 153,71 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 22,00 | 216,86 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | 41,56 | 491,73 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | 6,20 | 40,34 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>75,21</u> | 971,90 |
| 7549 GILVANE ANTONIO CARDOSO | 001 | 14,50 | 75,65 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 30,00 | 215,10 |
| 4534 JOAO CARLOS PEREIRA DUARTE | 001 | 3,21 | 23,61 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>76,38</u> | 995,55 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>66,13</u> | 975,44 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | <u>70,53</u> | 675,40 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 37,43 | 293,59 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 51,37 | 361,69 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 48,00 | 230,34 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | <u>64,43</u> | 467,40 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 40,00 | 394,29 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 002 | 32,17 | 318,80 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>70,00</u> | 652,05 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 002 | 0,42 | 4,96 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | 12,38 | 230,24 |
| 6560 MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | <u>91,00</u> | 579,60 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 30,00 | 278,03 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 54,00 | 935,11 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>71,45</u> | 619,36 |
| 4580 NESTOR DUARTE | 001 | 3,21 | 23,01 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 47,49 | 478,09 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 4,31 | 50,25 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 40,23 | 276,41 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 17,47 | 273,61 |
| 3255 RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 42,11 | 468,03 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>81,30</u> | 1.112,98 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 54,35 | 781,20 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 28,15 | 355,16 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | 47,18 | 337,09 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 53,00 | 517,42 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 40,00 | 372,60 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 40,00 | 394,29 |

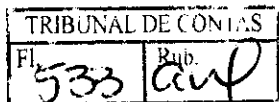


Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|-----|--------------|-----------|
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>73,00</u> | 719,49 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | <u>54,40</u> | 509,22 |
| Total: Servidores : 55 | | 2.356,58 | 22.744,11 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 4588 ADAIR JOAO DA SILVA | 001 | <u>10,33</u> | 141,52 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | <u>7,00</u> | 92,00 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>43,00</u> | 641,36 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>43,35</u> | 392,69 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | <u>22,10</u> | 234,59 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>7,00</u> | 86,72 |
| 7291 DAIANE HANICH | 001 | <u>7,00</u> | 80,08 |
| 7293 DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | <u>20,00</u> | 228,81 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | <u>13,00</u> | 161,46 |
| 6817 DIRCEU ATKINSON SEHEN | 001 | <u>11,00</u> | 110,46 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | <u>10,00</u> | 100,42 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | <u>17,00</u> | 223,43 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | <u>8,18</u> | 129,77 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>36,48</u> | 632,89 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>43,06</u> | 497,93 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>10,27</u> | 181,01 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | <u>22,05</u> | 280,56 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>12,00</u> | 76,78 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | <u>20,00</u> | 262,86 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>47,00</u> | 583,74 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | <u>24,00</u> | 296,57 |
| 2063 NAILI INES GONCHORSKI | 001 | <u>6,00</u> | 138,53 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>8,00</u> | 92,08 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | <u>10,37</u> | 141,53 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | <u>8,00</u> | 118,68 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>10,27</u> | 190,28 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>47,00</u> | 611,79 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>20,00</u> | 248,40 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>35,00</u> | 460,01 |
| 4668 VALDIR LUIZ DE OLIVEIRA | 030 | <u>12,00</u> | 101,03 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>7,00</u> | 91,99 |
| Total: Servidores : 31 | | 599,06 | 7.629,97 |

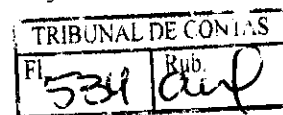


Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 69,06 | 929,60 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | 79,53 | 562,25 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | 61,37 | 401,03 |
| 4686 ALIRIO PEREIRA | 001 | 42,39 | 312,74 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 24,00 | 143,80 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 48,00 | 287,47 |
| 3392 ARLINDO EDUARDI | 001 | 4,56 | 46,77 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 76,28 | 743,92 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 46,36 | 515,32 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 42,22 | 217,55 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 66,53 | 439,71 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | 43,44 | 419,35 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | 67,00 | 792,92 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 42,50 | 257,34 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | 6,00 | 31,07 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 51,25 | 364,28 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 38,21 | 293,52 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 73,16 | 1.115,01 |
| 1761 JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 12,23 | 167,52 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 54,30 | 279,85 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | 70,40 | 691,52 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 46,00 | 274,95 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 20,30 | 358,12 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | 12,49 | 126,37 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 11,30 | 350,43 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 002 | 24,00 | 144,95 |
| 2954 MARIA LISETE DE OLIVEIRA | 001 | 4,00 | 25,21 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 8,00 | 51,53 |
| 3282 MARILENE BARTH | 002 | 28,00 | 427,51 |
| 4263 MOACIR MARCELINO DA SILVA | 001 | 40,50 | 299,71 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 9,00 | 53,92 |
| 5002 SANDRA ABEL DE SOUZA | 001 | 9,00 | 42,01 |
| 4727 SUELY DOS REIS COSTA | 001 | 4,00 | 17,57 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 24,56 | 190,11 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 55,00 | 557,17 |
| Total: Servidores : 35 | | 1.320,14 | 11.932,10 |

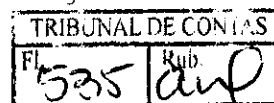
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|-------|--------|
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 10,24 | 186,55 |
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 6,00 | 49,75 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | 7,06 | 66,63 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | 7,30 | 65,08 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 6,00 | 47,91 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 22,06 | 286,67 |
| 4509 DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | 5,30 | 37,25 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 10,37 | 156,54 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 17,38 | 120,73 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 10,30 | 92,04 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 17,50 | 142,86 |
| 3974 INEZ PERIN | 001 | 5,30 | 40,02 |



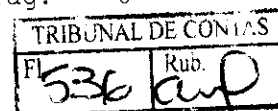
Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|-------------------------------|-----|--------------|----------|
| 2198 | JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>43,18</u> | 878,61 |
| 1761 | JOAO LUIS DO NASCIMENTO | 001 | 6,53 | 124,16 |
| 6750 | JOEL JUNG | 001 | 5,30 | 37,66 |
| 3096 | JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 12,00 | 95,63 |
| 1811 | JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 5,00 | 116,46 |
| 1847 | LIANE SPELLMEIER | 001 | 10,30 | 426,61 |
| 2963 | MANOEL DE FARIAS | 002 | <u>36,00</u> | 289,91 |
| 2588 | MARIA DE LOURDES PEREIRA | 001 | 5,30 | 45,48 |
| 2954 | MARIA LISETE DE OLIVEIRA | 001 | 9,30 | 79,84 |
| 3427 | MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 10,00 | 85,88 |
| 4261 | MARICILDA RODRIGUES KLEIN | 001 | 5,30 | 38,67 |
| 3282 | MARILENE BARTH | 002 | 5,00 | 101,79 |
| 3070 | PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 6,00 | 47,93 |
| 2133 | SERGIO MAUSER | 001 | 6,00 | 48,49 |
| 4578 | SUZANA COSTA FIALHO BRITO | 001 | 10,00 | 62,69 |
| 3650 | TARCIZIO MARAN | 001 | 6,09 | 62,52 |
| 1840 | VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 5,00 | 67,54 |
| Total: Servidores : 29 | | | 314,31 | 3.901,90 |



Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | 11,00 | 87,31 |
| 4527 ADROALDO WEBER FERREIRA | 001 | 54,53 | 386,61 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 001 | 49,23 | 357,97 |
| 2874 AGENOR ALESSI | 001 | 20,00 | 118,59 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 6,29 | 97,35 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 9,00 | 132,45 |
| 6596 ANDREIA DE AZEVEDO | 001 | 30,00 | 210,16 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>60,00</u> | 359,33 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 42,00 | 259,50 |
| 6892 CAMILE DE MARTINI PEREIRA | 001 | 4,30 | 31,52 |
| 7412 CANDICE BOCACCIO SPERB | 001 | 60,00 | 2.022,30 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 19,00 | 294,15 |
| 7226 CAROLINE TAVARES DILSSON | 001 | 6,45 | 69,95 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | <u>60,00</u> | 989,43 |
| 7588 CRISTIANE BARBISAN BOEIRA | 001 | 29,40 | 456,77 |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 45,50 | 408,81 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>60,00</u> | 356,55 |
| 4869 DORIS ALVINA LENZ SCHARDONG | 001 | 4,00 | 48,11 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 60,00 | 535,16 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 14,20 | 207,03 |
| 7156 ELIANE DE FATIMA DA FONSECA EI | 001 | 6,45 | 69,95 |
| 6811 FERNANDA GNUTZMANN SANTOS | 001 | 15,00 | 155,44 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 532,44 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>83,05</u> | 887,74 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 15,30 | 173,37 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 24,50 | 155,76 |
| 4992 IVANA BLOS | 001 | 6,00 | 138,01 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 40,30 | 1.873,76 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 24,03 | 123,49 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 31,19 | 186,35 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 53,00 | 288,62 |
| 7464 JULIANA DA SILVA FINK | 001 | 40,00 | 1.348,20 |
| 6558 JULIANA PORTILHO | 001 | 3,00 | 31,09 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 18,00 | 186,52 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>60,00</u> | 403,15 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 51,20 | 778,12 |
| 5507 LOURDES TERESINHA KIEKOW KLEIN | 002 | 39,00 | 415,19 |
| 5031 LUCIANA BEATRIS STUMPF JAEGER | 001 | 24,00 | 216,09 |
| 3583 MADALENA LAUSCHNER | 001 | 40,00 | 1.176,92 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 35,00 | 850,94 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>91,14</u> | 927,18 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 7,30 | 77,72 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 36,30 | 516,21 |
| 2294 MARCIA JULIANA FLECK | 001 | 40,00 | 653,77 |
| 6667 MARISA RODRIGUES VEIGA | 002 | 4,00 | 41,45 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 46,00 | 284,21 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 49,07 | 587,53 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 002 | 17,20 | 201,34 |
| 4699 NIVIA REGINA STACHE | 001 | <u>60,00</u> | 588,96 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 12,00 | 70,65 |
| 5369 PAULO ROBERTO BARBOSA DE OLIVE | 001 | 18,00 | 133,28 |
| 2554 RAQUEL BEATRIZ MARTINS | 001 | 31,50 | 398,70 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 002 | 37,18 | 588,77 |



Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|-----------|
| 4336 SERENI DA SILVA | 001 | 31,00 | 221,89 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 35,00 | 508,77 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 002 | 6,00 | 33,59 |
| 5536 SONIA KIRSCH | 001 | 19,00 | 268,98 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 4,44 | 66,35 |
| 4141 SUELI FATIMA RUARO PIMENTEL | 001 | 10,30 | 148,91 |
| 7141 TATIANE DA SILVA DE ALMEIDA | 001 | 25,20 | 262,52 |
| 7408 THAIS PLETSCH SCHAEFER | 001 | 60,00 | 2.022,30 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 43,00 | 946,63 |
| 2792 ZILDA MARIA BONATTO | 001 | 20,00 | 307,08 |
| Total: Servidores : 63 | | 1.973,35 | 27.276,99 |

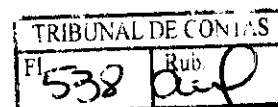
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 98,86 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 11,40 | 224,69 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>6,00</u> | 44,25 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>43,00</u> | 612,60 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 10,00 | 83,63 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 12,00 | 99,51 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 3,24 | 23,28 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 15,00 | 119,01 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>6,50</u> | 49,62 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 8,40 | 175,16 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>53,13</u> | 721,10 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | <u>12,00</u> | 93,16 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 12,00 | 98,86 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 18,00 | 141,30 |
| 5369 PAULO ROBERTO BARBOSA DE OLIVE | 001 | 4,26 | 43,77 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>54,00</u> | 382,12 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 16,00 | 310,11 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 002 | 6,00 | 44,79 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 9,12 | 171,95 |
| 4141 SUELI FATIMA RUARO PIMENTEL | 001 | 4,30 | 85,09 |
| Total: Servidores : 20 | | 317,55 | 3.622,86 |

Período: 01/09/2010 a 30/09/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 537 | Rub. 019 |

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 4309 DELMAR ATAYDES DE FREITAS | 030 | 15,50 | 105,35 |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | 60,00 | 308,09 |
| Total: Servidores : 2 | | 75,50 | 413,44 |

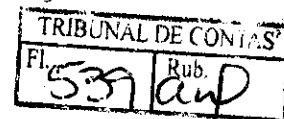


Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 7513 ALEXANDRO SOARES DA SILVA | 001 | 26,00 | 98,85 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 37,00 | 689,45 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 48,00 | 182,49 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | 9,00 | 117,73 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 22,13 | 308,33 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | 60,00 | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 3,00 | 11,96 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 030 | 36,00 | 136,87 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 001 | 55,00 | 895,16 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 24,00 | 91,25 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 43,24 | 461,38 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 76,02 | 390,42 |
| Total: Servidores : 12 | | 439,39 | 4.200,90 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|----------------------------------|-----|--------|--------|
| 7249 DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 12,00 | 66,91 |
| 7514 EDERSON BENETTI DE VARGAS | 001 | 1,00 | 12,00 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7521 FRANCISCO MOREIRA DA SILVA | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7506 GILMAR JOEL DOS SANTOS | 001 | 24,00 | 121,66 |
| 7241 ISMAEL PINHEIRO ARAUJO | 001 | 12,00 | 66,91 |
| 7505 KARINA HARTZ BARBOSA | 001 | 24,00 | 121,66 |
| 7523 LIZETE DA SILVA FRIEDRICH | 001 | 24,00 | 121,66 |
| 7508 LUCAS NUNES | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7518 MARCIO JOSE DE MOURA | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7517 REGES URRUTH MARINHO | 001 | 13,00 | 65,90 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 24,00 | 121,66 |
| Total: Servidores : 12 | | 182,00 | 941,68 |

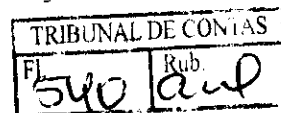


Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 3943 CARMEN LIGIA TORRES DOS SANTOS | 001 | 48,28 | 912,33 |
| 7536 FABIANE SPALL DA SILVA | 007 | 1,20 | 27,01 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | 45,09 | 698,80 |
| 2694 MOZAEL WAGNER | 001 | 33,08 | 496,36 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | 56,02 | 928,62 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.530,26 |
| Total: Servidores : | 6 | 244,07 | 4.593,38 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|---------------------------|-----|-------------|-------|
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>3,50</u> | 79,11 |
|---------------------------|-----|-------------|-------|



Periodo: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal

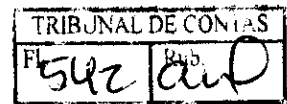
| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|--------------------------------|-----|------------|-----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | | |
| 4588 | ADAIR JOAO DA SILVA | 001 | 21,00 | 211,27 |
| 3463 | AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | 15,24 | 133,18 |
| 4414 | ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 50,19 | 363,74 |
| 5063 | CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 45,00 | 443,58 |
| 1630 | CELIO MATTOS PIRES | 001 | 84,38 | 946,75 |
| 6859 | CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 51,15 | 385,97 |
| 4642 | CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | 31,26 | 212,41 |
| 5356 | CLOVIS SCAPIN | 001 | 50,00 | 396,86 |
| 5330 | CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | 58,00 | 538,91 |
| 7291 | DAIANE HANICH | 001 | 60,00 | 514,83 |
| 7293 | DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 43,00 | 368,96 |
| 5292 | DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 20,00 | 186,30 |
| 6834 | EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | 48,36 | 366,02 |
| 6633 | EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | 73,19 | 466,97 |
| 5067 | FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 25,00 | 246,43 |
| 3664 | FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | 38,49 | 455,18 |
| 6645 | GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | 18,47 | 119,63 |
| 3111 | GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | 66,00 | 851,30 |
| 7549 | GILVANE ANTONIO CARDOSO | 001 | 24,34 | 125,29 |
| 4425 | IRINEU DUARTE | 001 | 36,04 | 258,59 |
| 3397 | JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 61,36 | 800,25 |
| 2110 | JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 48,53 | 720,10 |
| 1923 | JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 50,33 | 481,66 |
| 3549 | JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 39,56 | 310,85 |
| 4369 | JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 42,23 | 296,99 |
| 4530 | JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 36,00 | 172,76 |
| 4408 | LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 39,33 | 285,64 |
| 5066 | LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 38,00 | 374,58 |
| 2851 | LUIZ PAULO MARINS | 001 | 7,17 | 71,92 |
| 5306 | MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 72,00 | 670,68 |
| 607 | MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | 29,33 | 538,53 |
| 6560 | MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | 83,09 | 529,60 |
| 5340 | MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 35,00 | 324,37 |
| 2063 | NAILI INES GONCHORSKI | 001 | 54,00 | 935,11 |
| 2858 | NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | 79,00 | 681,94 |
| 2640 | PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 50,21 | 503,41 |
| 1068 | PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 24,00 | 267,04 |
| 3911 | PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 38,32 | 263,75 |
| 1486 | RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 25,25 | 391,05 |
| 3255 | RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 38,35 | 428,09 |
| 3097 | RICARDO MACHADO RIBEIRO | 001 | 38,30 | 337,50 |
| 2553 | ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | 68,18 | 932,72 |
| 2044 | ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 40,07 | 574,15 |
| 2003 | ROMEO RUDI THOME | 001 | 3,19 | 41,70 |
| 4094 | SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | 35,22 | 252,04 |
| 5070 | SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 55,00 | 536,94 |
| 5321 | SIDNEI MARIO DE SOUZA | 002 | 43,00 | 400,54 |
| 5068 | VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 42,00 | 414,01 |
| 5064 | VELEGAR JUSTIN | 001 | 70,00 | 689,93 |
| 5310 | WILSON DE ALMEIDA | 001 | 47,24 | 441,53 |
| Total: | Servidores | : | 50 | 2.197,57 |
| | | | | 21.261,55 |



Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|----------|
| Evento: 036 - <u>Horas Extras c/ 100%</u> | | | |
| 4588 ADAIR JOAO DA SILVA | 001 | 8,00 | 107,31 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 6,00 | 78,86 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 29,18 | 437,02 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | 40,21 | 363,56 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 31,19 | 331,42 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | 10,00 | 123,89 |
| 7293 DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 25,00 | 286,01 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | 7,49 | 66,38 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 17,00 | 223,43 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | 9,00 | 140,72 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | 9,15 | 78,55 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | 46,10 | 793,97 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 8,00 | 76,48 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | 41,05 | 474,63 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 19,32 | 338,35 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 19,30 | 247,74 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 24,00 | 153,56 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 22,00 | 289,15 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 45,00 | 558,90 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 25,00 | 308,92 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 6,00 | 138,53 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | 26,00 | 299,25 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 8,12 | 109,31 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 8,10 | 167,53 |
| 3097 RICARDO MACHADO RIBEIRO | 001 | 21,30 | 251,30 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | 19,46 | 359,92 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 45,00 | 585,76 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 002 | 17,00 | 211,14 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 34,00 | 446,87 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | 10,00 | 131,41 |
| Total: Servidores : 30 | | 638,57 | 8.179,87 |

Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal

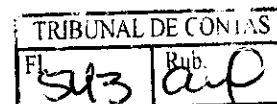


| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|------------|-----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 54,50 | 737,67 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | 38,30 | 270,98 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | 36,33 | 237,88 |
| 4686 ALIRIO PEREIRA | 001 | 28,34 | 209,47 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 12,00 | 71,90 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 45,00 | 269,50 |
| 3392 ARLINDO EDUARDI | 001 | 6,00 | 56,88 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 43,30 | 237,74 |
| 3668 CENIRA DE OLIVEIRA | 001 | 7,00 | 38,56 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 53,26 | 519,84 |
| 4509 DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | 6,00 | 30,48 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 002 | 40,00 | 442,32 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 33,15 | 170,74 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 46,05 | 302,97 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | 47,00 | 450,68 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | 71,08 | 841,84 |
| 3059 GIOVANI JOSE DE ABREU | 001 | 6,48 | 55,58 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 48,00 | 288,38 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | 36,00 | 186,41 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 23,58 | 169,80 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 60,10 | 915,65 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 55,06 | 282,93 |
| 3470 JOSE FERNANDES DE LIMA | 001 | 1,00 | 6,13 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 002 | 21,00 | 205,51 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 27,30 | 480,41 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | 36,30 | 359,89 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 20,30 | 624,67 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | 28,00 | 169,12 |
| 2954 MARIA LISETE DE OLIVEIRA | 001 | 7,00 | 44,12 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 3,00 | 19,32 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 15,00 | 229,02 |
| 4850 MARINES CRISTINA FELLES | 001 | 6,00 | 27,89 |
| 4263 MOACIR MARCELINO DA SILVA | 001 | 11,29 | 84,29 |
| 1642 ROSA GODOY AGOSTINI | 001 | 7,00 | 104,24 |
| 4578 SUZANA COSTA FIALHO BRITO | 001 | 6,00 | 28,21 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 37,27 | 418,80 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 62,28 | 632,81 |
| Total: Servidores : | 37 | 1.088,47 | 10.222,63 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|-------|--------|
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 9,12 | 165,02 |
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 12,00 | 99,51 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | 8,00 | 75,08 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | 23,50 | 206,82 |
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 24,00 | 148,71 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 48,00 | 383,47 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 12,00 | 95,82 |
| 4716 AVELINO LUIZ GONCALVES | 001 | 3,00 | 18,98 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 30,18 | 393,04 |
| 4509 DELIRIA DELCI DA SILVA | 001 | 9,00 | 60,96 |

Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 12,12 | 83,53 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | <u>10,19</u> | 90,43 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | <u>9,38</u> | 152,01 |
| 3059 GIOVANI JOSE DE ABREU | 001 | 11,04 | 120,60 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>12,00</u> | 96,13 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>24,00</u> | 165,69 |
| 5020 JANETE DOS SANTOS VAZ PEREIRA | 001 | 3,00 | 17,14 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>28,07</u> | 570,52 |
| 3470 JOSE FERNANDES DE LIMA | 001 | 12,00 | 98,09 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 12,00 | 95,63 |
| 1918 JURANDIR FERREIRA | 001 | 6,00 | 73,98 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 5,30 | 223,46 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>12,00</u> | 96,64 |
| 2954 MARIA LISETE DE OLIVEIRA | 001 | 7,00 | 58,83 |
| 3427 MARIA NADIR DOS REIS | 001 | 3,00 | 25,76 |
| 4850 MARINES CRISTINA FELLES | 001 | 3,00 | 18,60 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 12,00 | 95,85 |
| 2133 SERGIO MAUSER | 002 | 12,00 | 96,98 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 10,58 | 148,13 |
| Total: Servidores : 29 | | 385,08 | 3.975,41 |

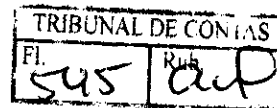
Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 12,00 | 98,86 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 6,00 | 42,46 |
| Total: Servidores : 2 | | 18,00 | 141,32 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | 36,00 | 285,75 |
| 4527 ADROALDO WEBER FERREIRA | 001 | 40,00 | 281,77 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 001 | 32,00 | 231,96 |
| 2874 AGENOR ALESSI | 001 | 20,00 | 118,59 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 9,52 | 148,15 |
| 6596 ANDREIA DE AZEVEDO | 001 | 27,00 | 189,15 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 77,14 | 462,54 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 10,00 | 61,79 |
| 7412 CANDICE BOCACCIO SPERB | 001 | 40,00 | 1.348,20 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 18,00 | 278,67 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | 60,00 | 989,43 |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 38,48 | 346,07 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | 38,00 | 225,81 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 56,00 | 499,49 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 3,00 | 43,33 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 002 | 3,50 | 21,21 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | 38,00 | 229,80 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 532,44 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | 99,43 | 1.065,46 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 13,00 | 145,40 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 28,00 | 175,62 |
| 4662 JAQUELINE DA SILVA FINKLER | 001 | 32,00 | 1.480,50 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 25,38 | 131,62 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 21,35 | 128,43 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 48,50 | 265,93 |
| 3113 JOSE SARVIO GOMES | 001 | 10,23 | 100,53 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 25,00 | 259,06 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | 11,00 | 73,91 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 54,00 | 818,54 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 20,00 | 231,68 |
| 3616 LORECY DE FATIMA BROMBILLA FEL | 001 | 3,00 | 48,94 |
| 5507 LOURDES TERESINHA KIEKOW KLEIN | 001 | 30,00 | 319,38 |
| 5031 LUCIANA BEATRIS STUMPF JAEGER | 001 | 9,00 | 81,04 |
| 3583 MADALENA LAUSCHNER | 001 | 40,00 | 1.176,92 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 29,30 | 717,22 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | 103,37 | 1.053,03 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 18,00 | 186,52 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 27,41 | 391,52 |
| 2294 MARCIA JULIANA FLECK | 001 | 37,00 | 604,74 |
| 4701 MARIA IZABEL MARTINS | 001 | 9,48 | 121,15 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | 12,00 | 69,87 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 24,00 | 148,28 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 54,31 | 652,12 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 4,00 | 46,46 |
| 2896 NELI TERESINHA FONSECA KNEBEL | 001 | 8,10 | 139,01 |



Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|-----------|
| 4699 NIVIA REGINA STACHE | 001 | 39,05 | 383,64 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 3,00 | 17,66 |
| 7390 ROBERTA MEDEIROS | 030 | 13,00 | 101,84 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 49,00 | 260,06 |
| 2780 ROQUE SOARES | 001 | 24,17 | 193,01 |
| 4515 ROSELI OLIVIA RECKTENVALD | 001 | 8,00 | 110,69 |
| 2618 ROZENIA GORETE MARIA | 001 | 13,30 | 235,33 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 41,00 | 595,99 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 15,00 | 210,27 |
| 7408 THAIS PLETSCH SCHAEFER | 001 | 36,00 | 1.213,38 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 58,00 | 1.276,85 |
| 4236 VALTER ROGERIO DA COSTA FRANCO | 002 | 59,56 | 407,26 |
| 2792 ZILDA MARIA BONATTO | 001 | 24,00 | 368,49 |
| Total: Servidores : 58 | | 1.741,58 | 22.301,50 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | <u>12,00</u> | 127,00 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | <u>12,00</u> | 95,82 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>19,00</u> | 156,52 |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | <u>1,08</u> | 13,48 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>24,00</u> | 190,16 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | <u>8,23</u> | 161,45 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 002 | <u>13,00</u> | 95,88 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | <u>22,00</u> | 177,39 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>30,16</u> | 431,20 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | <u>1,30</u> | 22,37 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | <u>12,00</u> | 100,35 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>11,00</u> | 79,87 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 001 | <u>49,00</u> | 438,99 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | <u>6,00</u> | 121,27 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>47,00</u> | 636,86 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | <u>24,00</u> | 197,71 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | <u>3,45</u> | 59,81 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | <u>12,00</u> | 94,20 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>11,00</u> | 77,84 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | <u>6,00</u> | 44,79 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | <u>12,38</u> | 236,13 |
| 4579 VANDERLEI INACIO DRESCH | 001 | <u>24,00</u> | 144,82 |
| Total: Servidores : 22 | | 361,40 | 3.703,91 |

0001 PM CAMPO BOM HORAS EXTRAS
110 SEC.DESENV.SOC.HABIT

02/05/2011

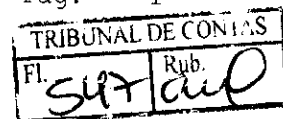
Pág. 9

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 546 | Rub. 212 |

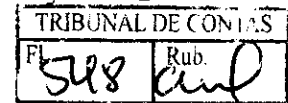
Período: 01/10/2010 a 31/10/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|--------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | <u>60,00</u> | 308,09 |

Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 3538 ANDREA KNEWITZ | 001 | 24,00 | 698,10 |
| 3352 GINARA ALEXANDRA GOMES | 001 | 20,00 | 292,72 |
| Total: Servidores : 2 | | 44,00 | 990,82 |



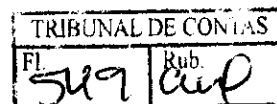
Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 7513 ALEXANDRO SOARES DA SILVA | 001 | 38,00 | 144,47 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 52,15 | 877,39 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 42,00 | 159,68 |
| 7506 GILMAR JOEL DOS SANTOS | 001 | 1,00 | 3,80 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | 59,00 | 771,77 |
| 7523 LIZETE DA SILVA FRIEDRICH | 007 | 12,00 | 45,62 |
| 7508 LUCAS NUNES | 001 | 12,00 | 45,62 |
| 7518 MARCIO JOSE DE MOURA | 001 | 6,00 | 22,81 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 25,45 | 357,36 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | 60,00 | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 001 | 4,00 | 15,95 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 001 | 15,50 | 60,20 |
| 7517 REGES URRUTH MARINHO | 001 | 36,00 | 136,87 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 001 | 60,00 | 976,54 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 6,00 | 22,81 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 50,12 | 533,67 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 23,23 | 120,07 |
| Total: Servidores : 17 | | 503,25 | 5.111,64 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|------------------------------------|-----|--------|----------|
| 7513 ALEXANDRO SOARES DA SILVA | 001 | 24,00 | 121,66 |
| 7497 DIEGO GONÇALVES | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7249 DOUGLAS MENDONÇA DOS SANTOS | 001 | 12,00 | 66,91 |
| 7514 EDERSON BENETTI DE VARGAS | 001 | 11,00 | 55,76 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 18,00 | 91,25 |
| 7521 FRANCISCO MOREIRA DA SILVA | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7506 GILMAR JOEL DOS SANTOS | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7241 ISMAEL PINHEIRO ARAUJO | 007 | 12,00 | 66,91 |
| 7505 KARINA HARTZ BARBOSA | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7523 LIZETE DA SILVA FRIEDRICH | 007 | 12,00 | 60,83 |
| 7508 LUCAS NUNES | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7518 MARCIO JOSE DE MOURA | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 7517 REGES URRUTH MARINHO | 001 | 24,00 | 121,66 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 12,00 | 60,83 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 11,02 | 75,54 |
| Total: Servidores : 16 | | 220,02 | 1.147,16 |

Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal

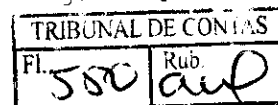


| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 3943 CARMEN LIGIA TORRES DOS SANTOS | 001 | 48,29 | 912,64 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>45,15</u> | 700,35 |
| 7015 JOICI LUCIANA FACKIN | 001 | 47,06 | 420,10 |
| 7454 LIZANDRA FISCHODER DA SILVA | 001 | 31,47 | 425,01 |
| 2694 MOZEL WAGNER | 001 | 41,20 | 619,20 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>58,42</u> | 972,81 |
| 4557 SANDRA MARA KORNDORFER REICHE | 001 | 5,17 | 69,69 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.530,26 |
| Total: Servidores : 8 | | 337,56 | 5.650,06 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|---------------------------|-----|-------------|-------|
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>3,14</u> | 66,72 |
|---------------------------|-----|-------------|-------|

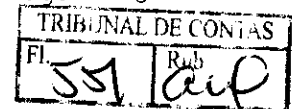
Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|-------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 7624 ALDORI DA SILVA | 001 | 3,00 | 20,40 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------|----------|
| 7636 ADAIR MARCELINO DA SILVA | 001 | 30,37 | 156,14 |
| 7617 ADILSON ALEXANDRE DE VARGAS | 001 | 52,17 | 266,64 |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | 52,31 | 454,17 |
| 7624 ALDORI DA SILVA | 001 | 26,04 | 132,94 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 47,44 | 351,37 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 67,30 | 487,96 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 31,00 | 305,57 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | 147,41 | 1.652,06 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | 101,09 | 761,78 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | 52,18 | 353,42 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 80,52 | 641,85 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | 69,00 | 641,11 |
| 7291 DAIANE HANICH | 001 | 15,00 | 128,71 |
| 4349 DARCI TREVS | 001 | 44,13 | 322,82 |
| 7615 DEIVI GONÇALVES LEITE | 001 | 25,16 | 128,86 |
| 7293 DERCY MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 45,00 | 386,12 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 16,00 | 149,04 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | 90,35 | 682,20 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | 114,06 | 940,00 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | 77,55 | 496,27 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 20,54 | 206,02 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 001 | 55,39 | 652,57 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | 47,40 | 303,60 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | 99,19 | 1.281,04 |
| 7549 GILVANE ANTONIO CARDOSO | 001 | 44,14 | 225,59 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 59,14 | 424,70 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | 1,47 | 15,45 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 116,00 | 1.506,97 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | 60,50 | 896,14 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | 61,19 | 584,24 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 001 | 55,45 | 433,97 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 63,41 | 446,24 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 36,00 | 172,76 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 72,32 | 523,85 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 53,00 | 522,43 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | 63,39 | 628,53 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | 84,00 | 782,46 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 46,46 | 331,18 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | 25,50 | 470,80 |
| 6560 MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | 74,05 | 471,85 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 29,44 | 275,56 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 001 | 54,58 | 951,85 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | 77,15 | 666,84 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | 33,15 | 332,44 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 52,00 | 578,58 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 39,06 | 267,63 |
| 629 PEDRO PAULO GOMES | 001 | 17,53 | 500,74 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 46,40 | 717,99 |



Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|-----------|
| 3255 RENATO EDGAR ARAUJO | 001 | 59,05 | 655,54 |
| 3097 RICARDO MACHADO RIBEIRO | 001 | 27,00 | 236,69 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | 100,20 | 1.370,17 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | <u>86,13</u> | 1.233,94 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 8,32 | 107,28 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 002 | 29,55 | 213,21 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | 56,00 | 546,70 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | 25,00 | 232,87 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | 23,00 | 226,72 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>86,00</u> | 847,62 |
| 5310 WILSON DE ALMEIDA | 001 | 29,27 | 274,32 |
| Total: Servidores : 59 | | 3.210,25 | 30.556,11 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|--------|
| 7636 ADAIR MARCELINO DA SILVA | 001 | 7,46 | 52,81 |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>9,00</u> | 103,78 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 15,39 | 153,60 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 8,00 | 105,14 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>26,43</u> | 398,49 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 001 | <u>17,23</u> | 174,56 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>52,38</u> | 474,23 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 001 | 18,21 | 194,19 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>11,44</u> | 145,36 |
| 7293 DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 001 | 24,00 | 274,57 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 26,09 | 324,78 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | <u>26,43</u> | 293,47 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>26,45</u> | 227,17 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 001 | 40,49 | 536,45 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 001 | <u>20,56</u> | 177,77 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>54,04</u> | 929,84 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 11,27 | 109,46 |
| 3142 JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>53,01</u> | 612,50 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 001 | <u>9,06</u> | 115,61 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | 12,00 | 76,78 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 001 | 18,01 | 236,79 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 001 | <u>35,00</u> | 434,70 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 16,11 | 152,81 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 37,22 | 461,74 |
| 2063 NAILI INES GONCHORSKI | 001 | <u>9,12</u> | 212,42 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>18,14</u> | 209,86 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 001 | <u>20,49</u> | 277,51 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 001 | 9,13 | 136,73 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 19,17 | 395,58 |
| 3097 RICARDO MACHADO RIBEIRO | 001 | 33,00 | 385,71 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>8,02</u> | 146,27 |
| 5070 SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>28,00</u> | 364,47 |
| 5321 SIDNEI MARIO DE SOUZA | 001 | <u>24,00</u> | 298,08 |
| 5068 VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 001 | <u>17,00</u> | 223,43 |
| 5064 VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>12,00</u> | 157,70 |

Total: Servidores : 35 777,35 9.574,36

Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|-----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | 82,49 | 1.114,12 |
| 4987 ADRIANA LAMB | 001 | 34,00 | 787,18 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 14,00 | 349,88 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 001 | 71,31 | 503,36 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | 69,23 | 451,57 |
| 4686 ALIRIO PEREIRA | 001 | 61,45 | 452,79 |
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 36,00 | 167,30 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 48,00 | 287,60 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 44,50 | 268,50 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 151,21 | 827,19 |
| 3668 CENIRA DE OLIVEIRA | 001 | 15,00 | 82,62 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 68,27 | 665,93 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 21,13 | 234,62 |
| 7310 EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 44,00 | 225,94 |
| 4585 ELCIO FINGER | 002 | 59,56 | 336,23 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | 82,47 | 793,80 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | 83,20 | 986,23 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | 48,00 | 288,38 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | 36,00 | 186,41 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 63,41 | 451,19 |
| 5020 JANETE DOS SANTOS VAZ PEREIRA | 001 | 11,00 | 47,13 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 17,01 | 130,24 |
| 4376 JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 38,30 | 299,26 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 158,15 | 2.408,33 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 60,00 | 308,09 |
| 3470 JOSE FERNANDES DE LIMA | 001 | 3,00 | 18,39 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | 24,38 | 241,05 |
| 3096 JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 12,00 | 71,73 |
| 1918 JURANDIR FERREIRA | 001 | 1,50 | 16,95 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 001 | 39,00 | 681,31 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | 72,09 | 711,41 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 001 | 20,30 | 624,67 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | 42,00 | 253,67 |
| 3282 MARILENE BARTH | 001 | 55,00 | 839,75 |
| 4263 MOACIR MARCELINO DA SILVA | 001 | 11,45 | 86,24 |
| 3070 PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 12,00 | 71,89 |
| 4578 SUZANA COSTA FIALHO BRITO | 001 | 7,00 | 32,91 |
| 3650 TARCIZIO MARAN | 001 | 3,42 | 41,38 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 44,34 | 451,48 |
| Total: Servidores : 39 | | 1.769,57 | 16.796,72 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|-------|--------|
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 001 | 5,00 | 166,61 |
| 2986 AIRTON SOLANDIR DA SILVA | 001 | 12,00 | 99,51 |
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 12,00 | 74,36 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 12,00 | 95,87 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 12,00 | 95,82 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | 39,16 | 286,14 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 001 | 18,50 | 244,30 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 10,18 | 151,87 |



Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal

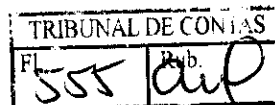
| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| 7310 | EDU RIBAS PEREIRA | 001 | 16,00 | 109,54 |
| 3361 | HILARIO CECONI | 001 | <u>11,50</u> | 94,79 |
| 4438 | HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>24,00</u> | 165,69 |
| 5020 | JANETE DOS SANTOS VAZ PEREIRA | 001 | 12,00 | 68,56 |
| 4376 | JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 20,20 | 210,73 |
| 2198 | JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>61,30</u> | 1.247,92 |
| 3470 | JOSE FERNANDES DE LIMA | 001 | 12,00 | 98,09 |
| 3096 | JOSE VICENTE DE SOUZA | 001 | 12,00 | 95,63 |
| 1847 | LIANE SPELLMEIER | 001 | 5,30 | 223,46 |
| 2963 | MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>18,00</u> | 144,96 |
| 4850 | MARINES CRISTINA FELLES | 001 | 6,00 | 37,19 |
| 3070 | PAULINO FOGACA MACHADO | 001 | 6,00 | 47,93 |
| 1840 | VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 15,26 | 208,46 |
| Total: Servidores : 21 | | | 342,00 | 3.967,43 |

Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | 31,00 | 246,07 |
| 4527 ADROALDO WEBER FERREIRA | 001 | 71,35 | 504,25 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 001 | 63,30 | 460,31 |
| 2874 AGENOR ALESSI | 001 | 20,00 | 118,59 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 11,19 | 169,92 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 10,00 | 147,17 |
| 6596 ANDREIA DE AZEVEDO | 001 | 32,30 | 227,68 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 60,00 | 359,33 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | 42,00 | 259,50 |
| 7412 CANDICE BOCACCIO SPERB | 001 | 22,00 | 741,51 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 11,30 | 178,04 |
| 2221 CLEONIR RIBEIRO VINGAT | 001 | 7,00 | 62,10 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 001 | 60,00 | 989,43 |
| 6622 CRISTIANE MOREIRA JAEGER | 001 | 3,00 | 31,09 |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 001 | 48,00 | 428,13 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | 48,00 | 285,24 |
| 463 DONIR TEIXEIRA DE OLIVEIRA | 001 | 1,25 | 22,44 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 60,00 | 535,16 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | 16,00 | 88,51 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | 60,00 | 362,84 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 532,44 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | 162,09 | 1.732,56 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 10,00 | 111,85 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 36,00 | 225,80 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 49,07 | 252,21 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 34,53 | 207,57 |
| 4396 JOAO FRANCISCO RODRIGUES | 001 | 1,31 | 12,09 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 41,00 | 223,27 |
| 3113 JOSE SARVIO GOMES | 001 | 29,47 | 288,35 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 12,00 | 124,35 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 007 | 29,50 | 200,46 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 44,00 | 666,96 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 14,00 | 162,18 |
| 5031 LUCIANA BEATRIS STUMPF JAEGER | 001 | 14,30 | 130,56 |
| 3583 MADALENA LAUSCHNER | 001 | 40,00 | 1.176,92 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 30,00 | 729,38 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | 148,00 | 1.504,08 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 22,00 | 227,97 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 001 | 18,00 | 254,57 |
| 2294 MARCIA JULIANA FLECK | 001 | 30,00 | 490,33 |
| 3238 MARLENE LOIDE ARAIS | 001 | 4,30 | 241,25 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | 48,00 | 279,48 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 36,00 | 222,43 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 50,40 | 606,07 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 16,00 | 185,85 |
| 4699 NIVIA REGINA STACHE | 001 | 53,00 | 520,25 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 42,00 | 247,27 |
| 7474 RICARDO ROBERTO ANDRADE | 001 | 5,00 | 34,58 |
| 7390 ROBERTA MEDEIROS | 001 | 16,00 | 125,34 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 42,00 | 222,91 |
| 3054 RONALDO JESUS FONSECA DIAS | 001 | 76,04 | 621,69 |
| 2780 ROQUE SOARES | 001 | 28,34 | 227,06 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 10,06 | 159,43 |

Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|-----------|
| 2618 ROZENIA GORETE MARIA | 001 | 5,00 | 87,16 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 37,00 | 537,84 |
| 5536 SONIA KIRSCH | 001 | 33,30 | 474,25 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 7,02 | 98,59 |
| 4141 SUELI FATIMA RUARO PIMENTEL | 001 | 4,00 | 56,73 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 54,30 | 1.199,80 |
| 4236 VALTER ROGERIO DA COSTA FRANCO | 001 | <u>72,00</u> | 489,19 |
| 2792 ZILDA MARIA BONATTO | 001 | 24,00 | 368,49 |
| Total: Servidores : 61 | | 2.121,32 | 22.476,87 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | <u>18,00</u> | 190,50 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 001 | <u>18,00</u> | 148,28 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | <u>12,00</u> | 95,08 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>47,27</u> | 676,00 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 001 | 24,00 | 200,71 |
| 2975 JAIR PEREIRA | 001 | 12,00 | 99,51 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 24,00 | 190,41 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | <u>17,00</u> | 123,43 |
| 3113 JOSE SARVIO GOMES | 001 | 10,04 | 129,95 |
| 2205 LEONEL DIAS DOS SANTOS | 007 | <u>18,00</u> | 161,26 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 16,00 | 323,37 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 001 | 11,00 | 169,90 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>48,11</u> | 652,90 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | 12,00 | 93,16 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 24,00 | 197,71 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 9,20 | 148,86 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 18,00 | 141,30 |
| 7474 RICARDO ROBERTO ANDRADE | 001 | 10,20 | 95,27 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | <u>18,00</u> | 127,37 |
| 3685 SOLANDIR PEREIRA SOUZA DA CRUZ | 001 | 12,00 | 89,57 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 9,44 | 181,92 |
| 4579 VANDERLEI INACIO DRESCH | 001 | 12,00 | 72,41 |
| Total: Servidores : 22 | | 401,06 | 4.308,87 |

Período: 01/11/2010 a 30/11/2010 Tipo: Cálculo Mensal

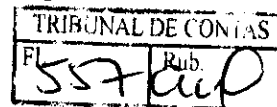


| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | 60,00 | 308,09 |

0001 PM CAMPO BOM HORAS EXTRAS
101 GABINETE DO PREFEITO

02/05/2011

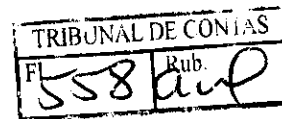
Pág. 1



Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-----------------------------------|-----|------------|--------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 5138 RAQUEL ERMEL DA SILVA | 002 | 29,43 | 667,83 |

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 7513 ALEXANDRO SOARES DA SILVA | 001 | 46,00 | 174,89 |
| 7497 DIEGO GONÇALVES | 001 | 22,00 | 83,64 |
| 7514 EDERSON BENETTI DE VARGAS | 001 | 5,00 | 19,01 |
| 4818 ELOISA DREHER | 001 | 54,52 | 921,33 |
| 7510 FERNANDO DA ROSA RUMPEL | 001 | 35,00 | 133,07 |
| 2304 IDETE CASAGRANDE HENKE | 001 | 12,00 | 190,80 |
| 2663 JACQUELINE COELHO DA LUZ | 001 | <u>60,00</u> | 784,85 |
| 1994 MARIA MARGARETE MEDEIROS | 001 | 33,53 | 470,24 |
| 1590 MARIA ROSABEL PASOLD | 001 | <u>60,00</u> | 817,01 |
| 5350 MARLISE ERONITA CARDOSO DOS SA | 002 | 4,00 | 15,95 |
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 030 | 6,50 | 25,98 |
| 7517 REGES URRUTH MARINHO | 001 | 49,00 | 186,30 |
| 2014 ROSALIA TERESINHA DOS SANTOS | 002 | 60,00 | 976,53 |
| 7509 ROSENEI GONÇALVES | 001 | 15,00 | 57,03 |
| 6721 TIAGO BARRETO KRECHE | 001 | 60,00 | 637,85 |
| 6937 YURI FLECK | 001 | 35,45 | 183,57 |
| Total: Servidores : 16 | | 559,20 | 5.678,05 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|------------------------------------|-----|------|-------|
| 7491 NILO FERNANDO BORTOLOZO VILLA | 030 | 6,00 | 30,42 |
|------------------------------------|-----|------|-------|

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 3943 CARMEN LIGIA TORRES DOS SANTOS | 001 | 51,49 | 975,39 |
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>56,30</u> | 874,47 |
| 7666 JOCELAINE DOS SANTOS LUONGO | 001 | 40,35 | 822,18 |
| 7015 JOICI LUCIANA FACKIN | 001 | 60,00 | 535,16 |
| 7067 JUNIOR OLIR GROLI | 001 | 23,15 | 207,38 |
| 7454 LIZANDRA FISCHODER DA SILVA | 001 | 30,00 | 401,16 |
| 2694 MOZEL WAGNER | 001 | 55,23 | 829,68 |
| 2091 RICARDO HENRIQUE SCHUETZ | 001 | <u>60,00</u> | 994,36 |
| 1646 VANDRE EDUARDO DIETRICH | 001 | <u>60,00</u> | 1.530,26 |
| Total: Servidores : 9 | | 437,32 | 7.170,04 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|---------------------------|-----|-------------|-------|
| 4972 JERRI LUIS DE MORAES | 001 | <u>3,30</u> | 72,23 |
|---------------------------|-----|-------------|-------|

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|---------------|----------|
| Evento: 034 - Horas Extras c/ 50% | | | |
| 7636 ADAIR MARCELINO DA SILVA | 001 | 28,32 | 145,52 |
| 7617 ADILSON ALEXANDRE DE VARGAS | 001 | <u>165,30</u> | 844,05 |
| 3463 AFONSO RIBEIRO PORTO | 001 | <u>62,47</u> | 542,96 |
| 7624 ALDORI DA SILVA | 001 | <u>132,17</u> | 674,64 |
| 3961 ANSELMO JOSE SCHAFER | 001 | 25,54 | 190,65 |
| 4414 ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA RO | 001 | 43,29 | 314,35 |
| 5063 CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | 57,00 | 561,86 |
| 1630 CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>132,25</u> | 1.481,28 |
| 6859 CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 002 | <u>166,00</u> | 1.250,18 |
| 4642 CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | 48,34 | 328,19 |
| 5356 CLOVIS SCAPIN | 002 | <u>171,14</u> | 1.359,08 |
| 5330 CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>65,00</u> | 603,95 |
| 7291 DAIANE HANICH | 030 | 34,00 | 291,73 |
| 4349 DARCI TREVS | 002 | 53,07 | 387,80 |
| 7615 DEIVI GONÇALVES LEITE | 001 | 31,47 | 162,09 |
| 7293 DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 037 | 85,00 | 729,34 |
| 5292 DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | 40,00 | 372,60 |
| 6834 EDUARDO SCHNEIDER COSTA | 001 | <u>63,10</u> | 475,72 |
| 4366 ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | <u>181,32</u> | 1.495,54 |
| 6633 EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>109,26</u> | 697,00 |
| 5067 FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 002 | 27,00 | 266,14 |
| 3664 FRANCISCO PAULO FREITAS KLEIN | 002 | 54,25 | 638,11 |
| 6645 GIDIONI TORRES SANTA CATARINA | 002 | 32,00 | 203,81 |
| 3111 GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>62,34</u> | 807,02 |
| 7549 GILVANE ANTONIO CARDOSO | 001 | 36,17 | 185,04 |
| 4425 IRINEU DUARTE | 001 | 39,23 | 282,37 |
| 3397 JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>130,54</u> | 1.700,53 |
| 2110 JORGE SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>71,41</u> | 1.055,97 |
| 1923 JOSE ANTONIO DA SILVA MACHADO | 002 | <u>159,13</u> | 1.517,07 |
| 5622 JOSE BEASIBETTI WITZORECKI | 001 | 37,00 | 835,22 |
| 3549 JOSE FORCHIM RIBEIRO | 002 | 47,35 | 370,40 |
| 4369 JOSE LUIZ DA ROCHA | 001 | 51,08 | 358,30 |
| 4530 JOVAN EVERALDO ZANON PIUCO | 001 | <u>60,00</u> | 287,93 |
| 4408 LADIMIR DE OLIVEIRA | 001 | 49,09 | 354,97 |
| 5066 LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 002 | 52,00 | 512,57 |
| 2851 LUIZ PAULO MARINS | 001 | 40,46 | 402,56 |
| 5306 MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 002 | <u>129,00</u> | 1.201,64 |
| 4271 MARINO RIBEIRO | 001 | 14,30 | 102,68 |
| 607 MIGUEL BORBA FAGUNDES | 001 | 20,18 | 369,96 |
| 6560 MIRIAM PADILHA VILANDE SILVA | 001 | <u>65,48</u> | 419,09 |
| 5340 MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | 39,00 | 361,44 |
| 2063 NAILI INES GONCHOROSKI | 002 | <u>61,00</u> | 1.056,32 |
| 2858 NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>118,39</u> | 1.024,21 |
| 2640 PAULO PIRES DA SILVEIRA | 002 | 34,00 | 339,94 |
| 1068 PAULO VALDIR CUNHA | 002 | <u>110,24</u> | 1.228,37 |
| 3911 PAULO WAGNER DE OLIVEIRA | 001 | 43,34 | 298,20 |
| 1486 RAMAO SANTOS DE VARGAS | 001 | 3,02 | 46,67 |
| 3255 RENATO EDGAR ARAUJO | 002 | 34,04 | 377,97 |
| 3097 RICARDO MACHADO RIBEIRO | 001 | <u>144,39</u> | 1.268,02 |
| 2553 ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>163,21</u> | 2.230,74 |
| 2044 ROBERTO GILBERTO SEIBERT | 001 | 58,51 | 842,27 |
| 2003 ROMEO RUDI THOME | 001 | 36,55 | 464,12 |
| 4094 SANTO ARISTEU LEMOS DA SILVA | 001 | 11,23 | 81,12 |

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro | Nome | SIT | Referência | Valor |
|------------------------|--------------------------------|-----|---------------|-----------|
| 5070 | SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>124,00</u> | 1.210,56 |
| 5321 | SIDNEI MARIO DE SOUZA | 002 | <u>61,00</u> | 568,21 |
| 5068 | VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 002 | <u>30,00</u> | 295,72 |
| 5064 | VELEGAR JUSTIN | 001 | <u>95,00</u> | 936,33 |
| 5310 | WILSON DE ALMEIDA | 001 | <u>57,00</u> | 530,95 |
| Total: Servidores : 58 | | | 4.103,17 | 37.941,07 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | | |
|------------------------|--------------------------------|-----|--------------|----------|
| 7617 | ADILSON ALEXANDRE DE VARGAS | 001 | <u>22,30</u> | 153,00 |
| 7624 | ALDORI DA SILVA | 001 | <u>9,16</u> | 63,01 |
| 5063 | CARLOS HENRIQUE SCHONARDIE | 001 | <u>5,00</u> | 65,72 |
| 1630 | CELIO MATTOS PIRES | 001 | <u>17,00</u> | 253,56 |
| 6859 | CELSO MEDEIROS SILVEIRA | 002 | <u>24,18</u> | 244,01 |
| 4642 | CLAUDIO SEBASTIAO SCIENZA | 001 | <u>38,09</u> | 343,74 |
| 5356 | CLOVIS SCAPIN | 002 | <u>30,39</u> | 324,36 |
| 5330 | CRISTIANO CEZAR DE OLIVEIRA | 001 | <u>21,00</u> | 260,16 |
| 7291 | DAIANE HANICH | 030 | <u>18,00</u> | 205,93 |
| 7293 | DERCI MARIA ALVES VIEIRA FILHO | 037 | <u>30,00</u> | 343,22 |
| 5292 | DIOGO CASTILHO FLORES | 001 | <u>26,00</u> | 322,92 |
| 4366 | ERALDO INACIO DA SILVA | 001 | <u>14,39</u> | 160,92 |
| 6633 | EVERALDO MACIEL ASSIS DE MACED | 001 | <u>8,21</u> | 70,91 |
| 5067 | FLAVIO GAVIAO DE FIGUEIREDO | 002 | <u>16,30</u> | 216,86 |
| 3111 | GILBERTO MORAES DA SILVA | 001 | <u>29,13</u> | 502,47 |
| 3142 | JAIR LUIZ DOS SANTOS | 001 | <u>42,00</u> | 485,22 |
| 3397 | JOAO SILVEIRA DO ROSARIO | 001 | <u>15,23</u> | 266,46 |
| 5066 | LAURO CURT MERNAK MEDEIROS | 002 | <u>17,00</u> | 223,43 |
| 5306 | MARCOS ALEXANDRE TOPPER | 002 | <u>46,00</u> | 571,32 |
| 5340 | MOACIR MARIO SCHNEIDER | 001 | <u>11,00</u> | 135,93 |
| 2858 | NELSON JOSE MENEGHETTI | 001 | <u>8,37</u> | 99,17 |
| 2553 | ROBERTO CARLOS VARGAS KERCHER | 001 | <u>15,22</u> | 279,80 |
| 5070 | SEVERINO ANTONIO PINHEIRO DE L | 001 | <u>53,00</u> | 689,89 |
| 5321 | SIDNEI MARIO DE SOUZA | 002 | <u>21,00</u> | 260,82 |
| 5068 | VALDECIR ANTONIO DO AMARAL | 002 | <u>28,30</u> | 374,58 |
| Total: Servidores : 25 | | | 568,27 | 6.917,41 |

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|--------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 3470 JOSE FERNANDES DE LIMA | 002 | 12,00 | 98,09 |
| 2954 MARIA LISETTE DE OLIVEIRA | 012 | 14,00 | 117,66 |
| Total: Servidores : 2 | | 26,00 | 215,75 |

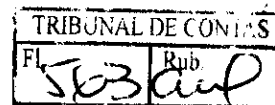
Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|---------------|-----------|
| 1803 ADAILTON CESAR DA SILVEIRA | 001 | <u>72,11</u> | 971,08 |
| 4040 AGLAE DALL AGNESE SEIDL | 002 | 29,30 | 737,24 |
| 4532 ALBERI MARQUES | 002 | <u>73,24</u> | 516,62 |
| 4660 ALBERTO SCHUMANN | 001 | <u>71,20</u> | 464,27 |
| 4686 ALIRIO PEREIRA | 002 | 54,20 | 398,41 |
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 24,00 | 111,53 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 56,00 | 335,54 |
| 3354 ANTONIO WALDIR PEREIRA S DA CR | 001 | 46,50 | 280,48 |
| 3392 ARLINDO EDUARDI | 001 | 59,15 | 561,71 |
| 5388 AURIO FERNANDE LAVALLOS | 001 | <u>75,06</u> | 410,45 |
| 3668 CENIRA DE OLIVEIRA | 012 | 8,00 | 44,07 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 002 | <u>182,09</u> | 1.772,10 |
| 2562 DIRCEU LAIR DA LUZ | 001 | 43,08 | 476,98 |
| 4585 ELCIO FINGER | 001 | 53,44 | 353,26 |
| 3254 ERCILDO ALCEU POSSELT | 001 | <u>65,39</u> | 629,51 |
| 2627 GERALDO DOS SANTOS | 001 | 68,32 | 811,07 |
| 3591 GESSI TERESINHA FARIAS | 012 | 7,00 | 40,20 |
| 3361 HILARIO CECONI | 001 | <u>80,00</u> | 480,64 |
| 4438 HUGO MIRANDA DE OLIVEIRA | 001 | <u>80,00</u> | 414,23 |
| 4260 IVO DA SILVA FREITAS | 001 | 45,00 | 318,82 |
| 1600 JOAO ANTONIO MORAES DA SILVA | 001 | 39,23 | 301,43 |
| 4376 JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 44,27 | 345,51 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | <u>174,52</u> | 2.661,21 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 57,30 | 295,26 |
| 1601 JOSE VANDERLEI RODRIGUES DA RO | 001 | 59,28 | 581,92 |
| 1811 JUSSARA TERESINHA DE OLIVEIRA | 002 | 60,00 | 1.048,17 |
| 4090 LEONARDO AVELINO MONACO | 001 | 39,30 | 389,47 |
| 1847 LIANE SPELLMEIER | 002 | 29,00 | 883,68 |
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | <u>68,00</u> | 410,71 |
| 3282 MARILENE BARTH | 002 | 57,00 | 870,29 |
| 4263 MOACIR MARCELINO DA SILVA | 002 | 8,19 | 61,04 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 93,45 | 949,72 |
| Total: Servidores : 32 | | 1.926,22 | 18.926,62 |

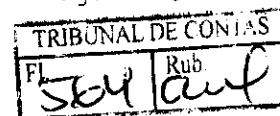
Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 4464 ALMIR STAIER CLOSS | 001 | 12,00 | 74,36 |
| 2265 ALMIRO PEDRO BONIFACIO | 001 | 24,00 | 191,74 |
| 2867 CLAUDIO NORCI FERREIRA MACIEL | 002 | <u>35,30</u> | 460,50 |
| 5020 JANETE DOS SANTOS VAZ PEREIRA | 001 | 8,00 | 45,71 |
| 4376 JOAO CARLOS DOS SANTOS PEDROSO | 001 | 8,41 | 89,99 |
| 2198 JOAO CARLOS REINHEIMER | 001 | 53,00 | 1.075,44 |
| 6750 JOEL JUNG | 001 | 2,30 | 17,12 |

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------|-----|------------|----------|
| 2963 MANOEL DE FARIAS | 001 | 12,00 | 96,64 |
| 1840 VANDERLEI DA CUNHA | 001 | 6,55 | 93,42 |
| Total: Servidores : 9 | | 162,36 | 2.144,92 |



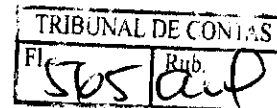
Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal

| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|---|-----|------------|-------|
| Evento: 032 - Horas Extras 100% mes ant | | | |
| 4527 ADROALDO WEBER FERREIRA | 001 | 6,06 | 57,29 |

Evento: 034 - Horas Extras c/ 50%

| | | | |
|-------------------------------------|-----|--------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | 30,00 | 238,13 |
| 4527 ADROALDO WEBER FERREIRA | 001 | 86,00 | 605,81 |
| 4088 AFONSO MARIA ALVES | 001 | 55,15 | 400,50 |
| 2874 AGENOR ALESSI | 002 | 20,00 | 118,59 |
| 3136 ALAIDE MARIA PEREIRA DE OLIVEI | 001 | 16,50 | 252,75 |
| 4185 ALDA ROSANE FIORAVANTI BRUST | 001 | 13,30 | 198,68 |
| 6596 ANDREIA DE AZEVEDO | 001 | 35,30 | 248,69 |
| 3410 ANTONIO CLADIMIR KAMPGEN | 001 | 80,00 | 479,11 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 002 | 56,00 | 346,00 |
| 2377 BEATRIZ MARIA DE OLIVEIRA DA R | 001 | 60,00 | 417,91 |
| 3557 CARINE NAIARA SCHUETZ DE OLIVE | 001 | 60,00 | 693,93 |
| 3690 CARMEM LUCIA MORSCHER | 001 | 19,00 | 294,15 |
| 5907 CLEUSA MARIA PICCININ | 002 | 60,00 | 989,43 |
| 6501 DANIEL LUÍS DA COSTA | 002 | 60,00 | 535,16 |
| 3426 DILON VIEIRA MOREIRA | 001 | 48,00 | 285,24 |
| 6702 EDSON EDEMAR EBERT | 001 | 60,00 | 535,16 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 43,20 | 625,91 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | 15,00 | 82,98 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | 16,00 | 96,76 |
| 4019 FLAVIO LEMOS PACHECO | 001 | 11,00 | 532,44 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | 176,19 | 1.883,93 |
| 5351 GISELAINE MARIA ERMEL HERREIRA | 001 | 22,00 | 246,07 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 002 | 50,00 | 313,60 |
| 7210 JERRI ADRIANE MACHADO | 001 | 49,51 | 255,98 |
| 2825 JOAO BATISTA DA SILVA | 001 | 44,20 | 263,80 |
| 4087 JOSE CARLOS DE ALMEIDA PAKULSK | 001 | 35,00 | 190,60 |
| 3113 JOSE SARVIO GOMES | 001 | 70,55 | 686,59 |
| 7464 JULIANA DA SILVA FINK | 001 | 44,00 | 1.483,02 |
| 6872 JULIO CESAR DA SILVA | 001 | 15,00 | 155,44 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 56,00 | 848,86 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 002 | 13,00 | 150,59 |
| 3583 MADALENA LAUSCHNER | 002 | 40,00 | 1.176,92 |
| 4089 MARA BEATRIZ DE OLIVEIRA EGGER | 001 | 30,00 | 729,38 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | 176,58 | 1.798,46 |
| 6866 MARCIA ADRIANA FERRAZ DA SILVA | 001 | 21,00 | 217,61 |
| 3639 MARCIA IZABEL VIANA MACHADO | 002 | 31,00 | 438,42 |
| 2294 MARCIA JULIANA FLECK | 001 | 54,00 | 882,59 |
| 4701 MARIA IZABEL MARTINS | 001 | 47,30 | 587,23 |
| 3238 MARLENE LOIDE ARAIS | 002 | 9,30 | 509,31 |
| 3366 MAURO MARTINS DA SILVA | 001 | 48,00 | 279,48 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 68,00 | 12,00 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 76,40 | 917,08 |
| 5061 NELCI SCHERER LEIFHEIT | 001 | 6,00 | 69,69 |
| 2896 NELI TERESINHA FONSECA KNEBEL | 001 | 9,25 | 160,29 |
| 4699 NIVIA REGINA STACHE | 001 | 58,00 | 569,33 |
| 3095 OTAVIO DE SOUZA | 001 | 7,00 | 41,21 |
| 7474 RICARDO ROBERTO ANDRADE | 001 | 12,15 | 84,71 |
| 4326 ROMILDO DE SOUZA SAMPAIO | 001 | 36,00 | 191,06 |

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|-------------------------------------|-----|--------------|-----------|
| 3054 RONALDO JESUS FONSECA DIAS | 001 | 48,26 | 395,84 |
| 2780 ROQUE SOARES | 001 | 35,37 | 283,09 |
| 2476 ROSA DE LIMA SCHNORR BOUFLEUR | 001 | 14,49 | 233,88 |
| 3484 SHIRLEI DE MELO BETTANZO | 001 | 60,00 | 872,18 |
| 5536 SONIA KIRSCH | 001 | 30,00 | 424,70 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 4,27 | 62,38 |
| 4141 SUELI FATIMA RUARO PIMENTEL | 001 | 6,00 | 85,09 |
| 6639 THAIS ROBERTA WEBER | 001 | 58,00 | 1.276,85 |
| 4236 VALTER ROGERIO DA COSTA FRANCO | 001 | <u>98,16</u> | 667,65 |
| 4579 VANDERLEI INACIO DRESCH | 001 | 2,00 | 9,05 |
| Total: Servidores : 58 | | 2.510,43 | 27.431,29 |

Evento: 036 - Horas Extras c/ 100%

| | | | |
|------------------------------------|-----|--------------|----------|
| 947 ADERSON BRUISMA | 001 | <u>6,00</u> | 63,50 |
| 3108 ARNILDO FERREIRA DA SILVA | 002 | <u>24,00</u> | 197,71 |
| 3697 ELENOR ELEONORA MULLER VIDAL | 001 | 16,30 | 317,77 |
| 4459 ERVINO KOSLOSKI | 001 | <u>6,00</u> | 44,25 |
| 2915 EVALDO DE OLIVEIRA KULMANN | 001 | <u>44,00</u> | 354,78 |
| 3512 FLAVIO OMAR ROCHA RODRIGUES | 001 | <u>38,16</u> | 545,17 |
| 2840 ILDO DOS SANTOS | 002 | 24,00 | 200,71 |
| 4246 LIANI LUCIA BICKEL | 001 | 4,00 | 80,84 |
| 5119 LILIAN MARCELINO SANTOS MELLO | 002 | 33,30 | 517,42 |
| 2859 MARCELO FREITAS | 001 | <u>53,00</u> | 718,16 |
| 4701 MARIA IZABEL MARTINS | 001 | 12,30 | 206,04 |
| 3102 MIGUEL DO NASCIMENTO | 001 | 12,00 | 98,86 |
| 3554 MOACIR JOSE FAGUNDES | 001 | 7,16 | 115,90 |
| 7474 RICARDO ROBERTO ANDRADE | 001 | 3,20 | 30,73 |
| 2863 SONIA TERESINHA PLENTZ BURGEL | 001 | 4,00 | 74,76 |
| 4579 VANDERLEI INACIO DRESCH | 001 | 11,00 | 66,38 |
| Total: Servidores : 16 | | 299,22 | 3.632,98 |

Período: 01/12/2010 a 31/12/2010 Tipo: Cálculo Mensal



| Cadastro Nome | SIT | Referência | Valor |
|--|-----|--------------|--------|
| Evento: 034 - <u>Horas Extras c/ 50%</u> | | | |
| 7386 VANDERLEI ECKERT DA SILVA | 001 | <u>60,00</u> | 308,09 |

| Nome | cargo | Média | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total |
| Miriam Padilha Vilande Silva | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 42,93 | 0,00 | 42,93 |
| Naili Ines Gonchoroski | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 47,97 | 1,76 | 49,73 |
| Nelson José Meneghetti | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 86,85 | 7,79 | 94,64 |
| Paulo Pires da Silveira | SINALIZADOR - 44 HRS. | 35,78 | 6,31 | 42,09 |
| Paulo Valdir Cunha | LIXEIRO - 44 H | 40,75 | 0,00 | 40,75 |
| Ricardo Machado Ribeiro | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 19,17 | 0,00 | 19,17 |
| Roberto Carlos Vargas Kercher | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 80,85 | 5,74 | 86,59 |
| Roberto Gilberto Seibert | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 57,69 | 0,00 | 57,69 |
| Santo Aristeu Lemos da Silva | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 55,03 | 5,00 | 60,03 |
| Severino Antonio Pinheiro | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 64,17 | 36,26 | 100,43 |
| Sidnei Mario de Souza | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 42,73 | 19,35 | 62,07 |
| Valdecir Antonio do Amaral | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 36,21 | 23,98 | 60,19 |
| Velegar Justin | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 66,62 | 10,92 | 77,54 |
| Adailton Cesar da Silveira | MOTORISTA - 44 H | 55,79 | 1,61 | 57,40 |
| Alberi Marques | ROCADOR - 44 HRS. | 62,93 | 3,89 | 66,81 |
| Alberto Schumann | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 57,06 | 2,57 | 59,63 |
| Antonio Waldir Pereira S da Cr | VIGIA - 44 HRS. | 41,21 | 8,33 | 49,54 |
| Aurio Fernando Wallade | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 47,61 | 6,58 | 54,19 |
| Claudio Norci Ferreira Maciel | CARPINTEIRO - 44 H | 79,76 | 12,84 | 92,60 |
| Dirceu Lair da Luz | AUXILIAR DE OBRAS - 44 H | 45,60 | 10,68 | 56,28 |
| Elcio Finger | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 51,69 | 0,85 | 52,54 |
| Ercido Alceu Posselt | PINTOR - 44 HRS. | 64,80 | 1,69 | 66,49 |
| Everaldo Fabriz | CARPINTEIRO - 44 H | 6,27 | 1,93 | 8,20 |
| Flavio Luiz Wille | PINTOR - 44 HRS. | 5,38 | 3,00 | 8,38 |
| Geraldo dos Santos | MOTORISTA - 44 H | 64,22 | 0,78 | 65,00 |
| Hilario Ceconi | VIGIA - 44 HRS. | 53,50 | 17,88 | 71,38 |
| Hugo Miranda de Oliveira | VIGIA - 44 HRS. | 55,17 | 7,00 | 62,17 |
| Ivo da Silva Freitas | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 42,69 | 0,00 | 42,69 |
| João Carlos Reinheimer | ELETRICISTA - 44 H | 69,65 | 22,88 | 92,53 |
| José Vanderlei Rodrigues da R | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 55,95 | 0,00 | 55,95 |
| Leonardo Avelino Monaco | MOTORISTA - 44 H | 47,75 | 0,00 | 47,75 |
| Manoel de Farias | VIGIA - 44 HRS. | 43,42 | 19,08 | 62,50 |
| Aderson Bruisma | VIGIA - 44 HRS. | 39,67 | 13,08 | 52,75 |
| Antonio Cladimir Kampgen | VIGIA - 44 HRS. | 62,43 | 13,29 | 75,72 |
| Arnildo Ferreira da Silva | VIGIA - 44 HRS. | 41,17 | 14,25 | 55,42 |
| Carine Naiara Schuetz de Oliveira | AGENTE ADMINISTRATIVO II | 10,00 | 0,00 | 10,00 |
| Cleusa Ferreira do Nascimento | ATENDENTE CONSULT.DENTARI | 5,00 | 0,00 | 5,00 |
| Cleusa Maria Piccinin | ASSISTENTE SOCIAL - 30 H | 52,75 | 0,00 | 52,75 |
| Dilon Vieira Moreira | VIGIA - 44 HRS. | 40,67 | 14,63 | 55,29 |
| Ervin Kosioki | VIGIA - 44 HRS. | 30,21 | 10,04 | 40,25 |

Análise Horas-extra - Campo Bom 2010

| Nome | cargo | Média | | |
|--------------------------------|---------------------------|--------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total |
| Evaldo de Oliveira Kulman | VIGIA - 44 HRS. | 33,33 | 9,25 | 42,58 |
| Flavio Omar Rocha Rodrigues | MOTORISTA - 44 H | 92,92 | 21,59 | 114,51 |
| Jairo Augusto Prates Moura | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 9,99 | 0,00 | 9,99 |
| José Carlos de Almeida Pakulsk | VIGIA - 44 HRS. | 54,13 | 10,42 | 64,54 |
| Leonel Dias dos Santos | VIGIA - 44 HRS. | 42,25 | 16,92 | 59,17 |
| Marcelo Freitas | CARPINTEIRO - 44 H | 113,20 | 35,05 | 148,25 |
| Mauro Martins da Silva | VIGIA - 44 HRS. | 44,38 | 5,00 | 49,38 |
| Nivia Regina Stacke | ATENDENTE CONSULT.DENTARI | 39,55 | 0,00 | 39,55 |
| Romildo de Souza Sampaio | VIGIA - 44 HRS. | 48,42 | 19,04 | 67,46 |
| Thais Roberta Weber | FARMACEUTICO - 30 H | 46,39 | 0,00 | 46,39 |
| Valter Rogerio da Costa Franco | MOTORISTA - 44 H | 19,73 | 0,00 | 19,73 |

| Nome | cargo | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |
|---------------------------------|---------------------------|---------|-------|--------|-----------|-------|--------|--------|-------|--------|--------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total | 0,50 | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 0,50 | 100% | Total |
| Delmar Ataydes de Freitas | MOTORISTA - 44 H | 60,00 | | 60,00 | 36,06 | | 36,06 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Vanderlei Eckert da Silva | MOTORISTA - 44 H | | | | | | | | | | | | |
| Jacqueline Coelho da Luz | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 60,00 | | 60,00 | 58,00 | | 58,00 | 57,00 | | 57,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Maria Rosabel Pasold | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 80,00 | | 80,00 | 60,00 | | 60,00 | 80,00 | | 80,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Ilone Maria Zimmermann | CONTADOR - 30 H | 60,00 | | 60,00 | 50,18 | | 50,18 | 28,20 | | 28,20 | 45,44 | | 45,44 |
| Jerri Luis de Moraes | AUXILIAR DE TESOUREIRO - | 55,00 | 5,00 | 60,00 | 22,25 | | 22,25 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Ricardo Henrique Schuetz | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 60,00 | | 60,00 | 38,29 | | 38,29 | 60,00 | | 60,00 | 42,03 | | 42,03 |
| Vandre Eduardo Dietrich | TESOUREIRO - 30 HRS. | 60,00 | | 60,00 | 59,50 | | 59,50 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Adilson Alexandre de Vargas | SERV GER DA CONST CIVIL | | | | | | | | | | | | |
| Afonso Ribeiro Porto | ROCADOR - 44 HRS. | 92,17 | 4,28 | 96,45 | 77,51 | 9,28 | 86,79 | 75,01 | 15,31 | 90,32 | 62,45 | | 62,45 |
| Aldori da Silva | SERV GER DA CONST CIVIL | | | | | | | | | | | | |
| Anselmo Jose Schafer | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 29,51 | | 29,51 | 67,00 | 10,06 | 77,06 | 19,37 | | 19,37 | 6,35 | | 6,35 |
| Antonio Carlos Rodrigues da Ro | LIXEIRO - 44 H | 30,19 | | 30,19 | 18,53 | | 18,53 | 86,19 | | 86,19 | 59,43 | | 59,43 |
| Celio Mattos Pires | SINALIZADOR - 44 HRS. | 47,11 | | 47,11 | 102,16 | 28,23 | 130,39 | 30,09 | 12,00 | 42,09 | 109,42 | 41,54 | 150,96 |
| Celso Medeiros Silveira | MOTORISTA - 44 H | 0,25 | | 0,25 | 51,51 | | 51,51 | 53,14 | | 53,14 | 87,00 | | 87,00 |
| Claudio Sebastião Scienza | LIXEIRO - 44 H | 51,13 | 36,29 | 87,42 | 76,46 | 45,58 | 122,04 | 101,34 | 37,56 | 138,90 | 77,42 | 36,00 | 113,42 |
| Clovis Scapin | MOTORISTA - 44 H | | | | | | | 43,58 | | | 3,24 | | |
| Cristiano Cezar de Oliveira | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 57,00 | 11,00 | 68,00 | 40,00 | 12,00 | 52,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 |
| Darci Trevis | ROCADOR - 44 HRS. | | | 0,00 | 36,10 | | 36,10 | 58,42 | | 58,42 | 70,26 | | 70,26 |
| Eduardo Schneider Costa | MOTORISTA - 44 H | 39,43 | | 39,43 | 61,44 | | 61,44 | 36,46 | | 36,46 | | | 0,00 |
| Eraldo Inacio da Silva | SINALIZADOR - 44 HRS. | 27,42 | | 27,42 | 98,19 | 26,07 | 124,26 | 94,54 | | 94,54 | 38,37 | | 38,37 |
| Everaldo Maciel Assis de Macedo | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 109,00 | 27,25 | 136,25 | 72,50 | 4,50 | 77,00 | | | 0,00 | 61,42 | | 61,42 |
| Flavio Gaviao de Figueiredo | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 26,50 | 39,50 | 66,00 | 35,00 | 37,50 | 72,50 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 30,00 | | 30,00 |
| Francisco Paulo Freitas Klein | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 17,27 | | 17,27 | 95,13 | | 95,13 | 113,54 | 14,00 | 127,54 | 73,55 | | 73,55 |
| Gidioni Torres Santa Catarina | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 84,38 | 32,47 | 116,85 | 37,42 | | 37,42 | 55,29 | | 55,29 | 73,52 | | 73,52 |
| Gilberto Moraes da Silva | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 99,10 | 27,38 | 126,48 | 121,29 | 32,26 | 153,55 | 105,59 | 31,37 | 136,96 | 8,06 | | 8,06 |
| Hildemar Arlindo Schmeier | CARPINTEIRO - 44 H | | | 0,00 | 60,00 | | 60,00 | 51,55 | | 51,55 | 66,46 | | 66,46 |
| Jair Luiz dos Santos | LIXEIRO - 44 H | 27,07 | 59,51 | 86,58 | 29,15 | 48,19 | 77,34 | | 39,43 | 39,43 | 11,36 | 36,32 | 47,68 |
| Joao Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 33,11 | | 33,11 | 100,01 | | 100,01 | 96,55 | | 96,55 | 84,21 | | 84,21 |
| Jorge Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 75,34 | | 75,34 | 69,54 | | 69,54 | 76,24 | | 76,24 | 70,03 | | 70,03 |
| Jose Antonio da Silva Machado | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 23,21 | 15,25 | 38,46 | 63,07 | | 63,07 | 51,21 | | 51,21 | 54,00 | | 54,00 |
| Jose Forchim Ribeiro | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 45,20 | | 45,20 | 56,22 | | 56,22 | 65,10 | | 65,10 | 36,39 | | 36,39 |
| Jose Luiz da Rocha | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 27,38 | | 27,38 | 80,20 | | 80,20 | 61,34 | | 61,34 | 63,22 | | 63,22 |
| Jovan Everaldo Zanon Piucco | LIXEIRO - 44 H | 56,00 | 24,00 | 80,00 | 66,50 | 12,00 | 78,50 | 38,00 | 24,00 | 62,00 | 36,00 | 36,00 | 72,00 |
| Ladimir de Oliveira | LIXEIRO - 44 H | | | 0,00 | 41,13 | | 41,13 | 56,04 | | 56,04 | 53,02 | | 53,02 |
| Lasaro Gelingier | FISCAL MUNICIPAL - 30 H | 63,00 | 36,00 | 99,00 | 44,28 | 24,00 | 68,28 | 9,42 | 12,00 | 21,42 | 29,40 | 7,00 | 36,40 |
| Lauro Curt Mernak Medeiros | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 52,50 | 28,00 | 80,50 | 31,50 | 25,50 | 57,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 |
| Marcos Alexandre Topper | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 74,00 | 18,00 | 92,00 | 103,00 | 37,00 | 140,00 | 40,00 | 40,00 | 80,00 | 40,00 | 40,00 | 80,00 |
| Miguel Borba Fagundes | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 32,01 | | 32,01 | 61,55 | | 61,55 | 72,26 | 8,18 | 80,44 | 15,25 | | 15,25 |

Análise Horas-extra - Campo Bom 2010

| Nome | cargo | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |
|-----------------------------------|---------------------------|---------|-------|--------|-----------|-------|--------|--------|-------|--------|--------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total | 0,50 | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 0,50 | 100% | Total |
| Miriam Padilha Vilande Silva | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | 32,22 | | 32,22 |
| Naili Ines Gonchoroski | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 68,00 | | 68,00 | 84,00 | | 84,00 | 30,00 | | 30,00 | 30,00 | | 30,00 |
| Nelson José Meneghetti | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 134,31 | 17,04 | 151,35 | 152,37 | | 152,37 | 113,23 | | 113,23 | 103,13 | 9,59 | 112,72 |
| Paulo Pires da Silveira | SINALIZADOR - 44 HRS. | 27,53 | | 27,53 | 78,32 | 26,27 | 104,59 | | | 0,00 | 4,48 | | 4,48 |
| Paulo Valdir Cunha | LIXEIRO - 44 H | 12,59 | | 12,59 | 47,03 | | 47,03 | 50,05 | | 50,05 | 51,32 | | 51,32 |
| Ricardo Machado Ribeiro | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | | | | | | | | | | | | |
| Roberto Carlos Vargas Kercher | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 81,53 | | 81,53 | 126,20 | 9,48 | 135,68 | | | 0,00 | 86,56 | | 86,56 |
| Roberto Gilberto Seibert | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 60,14 | | 60,14 | 101,08 | | 101,08 | 44,28 | | 44,28 | 35,42 | | 35,42 |
| Santo Aristeu Lemos da Silva | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 76,30 | 12,00 | 88,30 | 57,55 | | 57,55 | 89,41 | 12,00 | 101,41 | 69,25 | 12,00 | 81,25 |
| Severino Antonio Pinheiro | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 75,50 | 40,00 | 115,50 | 87,00 | 50,00 | 137,00 | 40,00 | 40,00 | 80,00 | 40,00 | 40,00 | 80,00 |
| Sidnei Mario de Souza | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 40,00 | 20,00 | 60,00 | 54,00 | 17,00 | 71,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 |
| Valdecir Antonio do Amaral | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 62,50 | 36,00 | 98,50 | 38,00 | 25,00 | 63,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 3,00 | 30,00 | 33,00 |
| Velegar Justin | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 93,00 | 28,50 | 121,50 | 29,00 | | 29,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 |
| Adalton Cesar da Silveira | MOTORISTA - 44 H | 9,45 | | 9,45 | 82,12 | | 82,12 | 58,29 | | 58,29 | 55,22 | | 55,22 |
| Alberi Marques | ROCADOR - 44 HRS. | 12,00 | | 12,00 | | | 0,00 | 64,32 | | 64,32 | 106,10 | 12,00 | 118,10 |
| Alberto Schumann | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 61,02 | | 61,02 | 59,28 | | 59,28 | 58,48 | | 58,48 | 8,15 | | 8,15 |
| Antonio Waldir Pereira S da Cr | VIGIA - 44 HRS. | 54,00 | 24,00 | 78,00 | 24,00 | | 24,00 | 60,00 | | 60,00 | 58,00 | 12,00 | 70,00 |
| Aurio Fernando Wallade | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 27,27 | 9,49 | 36,76 | 71,42 | 16,00 | 87,42 | 12,13 | | 12,13 | 19,22 | 14,35 | 33,57 |
| Claudio Norci Ferreira Maciel | CARPINTEIRO - 44 H | 78,49 | 12,00 | 90,49 | 52,17 | | 52,17 | 44,53 | | 44,53 | 108,00 | | 108,00 |
| Dirceu Lair da Luz | AUXILIAR DE OBRAS - 44 H | 27,53 | | 27,53 | 68,06 | 23,12 | 91,18 | 24,08 | | 24,08 | 24,08 | 12,00 | 36,08 |
| Elcio Finger | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 51,49 | | 51,49 | 56,46 | | 56,46 | 84,20 | | 84,20 | 47,20 | | 47,20 |
| Ercildo Alceu Posselt | PINTOR - 44 HRS. | 91,11 | 15,30 | 106,41 | 107,34 | | 107,34 | 85,58 | 5,02 | 90,60 | 6,17 | | 6,17 |
| Everaldo Fabriz | CARPINTEIRO - 44 H | 75,23 | 23,16 | 98,39 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Flavio Luiz Wille | PINTOR - 44 HRS. | 64,50 | 36,00 | 100,50 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Geraldo dos Santos | MOTORISTA - 44 H | 66,36 | | 66,36 | 85,40 | | 85,40 | 99,25 | | 99,25 | 38,18 | | 38,18 |
| Hilario Ceconi | VIGIA - 44 HRS. | 57,00 | 23,00 | 80,00 | 40,00 | 40,00 | 80,00 | 56,00 | 24,00 | 80,00 | 27,50 | 52,50 | 80,00 |
| Hugo Miranda de Oliveira | VIGIA - 44 HRS. | 56,00 | 24,00 | 80,00 | 70,00 | | 70,00 | 60,00 | | 60,00 | 78,00 | | 78,00 |
| Ivo da Silva Freitas | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 14,04 | | 14,04 | 50,49 | | 50,49 | 73,53 | | 73,53 | 74,06 | | 74,06 |
| João Carlos Reinheimer | ELETRICISTA - 44 H | 78,26 | 34,36 | 112,62 | 57,48 | 16,51 | 73,99 | 3,48 | | 3,48 | 15,25 | 24,39 | 39,64 |
| José Vanderlei Rodrigues da R | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 61,28 | | 61,28 | 53,38 | | 53,38 | 89,40 | | 89,40 | 83,08 | | 83,08 |
| Leonardo Avelino Monaco | MOTORISTA - 44 H | 39,42 | | 39,42 | 13,33 | | 13,33 | 69,23 | | 69,23 | 77,10 | | 77,10 |
| Manoel de Farias | VIGIA - 44 HRS. | 43,00 | 37,00 | 80,00 | 50,00 | 30,00 | 80,00 | 74,00 | 6,00 | 80,00 | 32,00 | 48,00 | 80,00 |
| Aderson Bruisma | VIGIA - 44 HRS. | 55,00 | 25,00 | 80,00 | 57,00 | 21,00 | 78,00 | 30,00 | 21,00 | 51,00 | | | 0,00 |
| Antonio Cladimir Kampgen | VIGIA - 44 HRS. | 80,00 | | 80,00 | 73,50 | 6,00 | 79,50 | 57,50 | 42,50 | 100,00 | 55,00 | 25,00 | 80,00 |
| Arnildo Ferreira da Silva | VIGIA - 44 HRS. | 16,00 | | 16,00 | 66,00 | 14,00 | 80,00 | 56,00 | 24,00 | 80,00 | 44,00 | 36,00 | 80,00 |
| Carine Naiara Schuetz de Oliveira | AGENTE ADMINISTRATIVO II | 60,00 | | 60,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Cleusa Ferreira do Nascimento | ATENDENTE CONSULT.DENTARI | 0,00 | | 0,00 | 60,00 | | 60,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cleusa Maria Piccinin | ASSISTENTE SOCIAL - 30 H | 55,00 | 0,00 | 55,00 | 40,00 | 0,00 | 40,00 | 60,00 | 0,00 | 60,00 | 58,00 | 0,00 | 58,00 |
| Dilon Vieira Moreira | VIGIA - 44 HRS. | 42,00 | 23,50 | 65,50 | 30,00 | 50,00 | 80,00 | | | 0,00 | 56,00 | 24,00 | 80,00 |
| Ervino Kosliski | VIGIA - 44 HRS. | 12,00 | | 12,00 | 48,00 | | 48,00 | 67,50 | 12,50 | 80,00 | 35,00 | 45,00 | 80,00 |

[illegible]

Análise Horas-extra - Campo Bom 2010

| Nome | cargo | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |
|---------------------------------|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|-------|--------|--------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total |
| Delmar Ataydes de Freitas | MOTORISTA - 44 H | 76,15 | | 76,15 | 73,35 | | 73,35 | 87,32 | | 87,32 | 77,41 | | 77,41 |
| Vanderlei Eckert da Silva | MOTORISTA - 44 H | 7 | | | 17,55 | | | 14,07 | | | 60,00 | | |
| Jacqueline Coelho da Luz | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | 3,30 | 63,30 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Maria Rosabel Pasold | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 60,00 | | 60,00 | 60 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Ilone Maria Zimmermann | CONTADOR - 30 H | 57,57 | | 57,57 | 19,18 | | 19,18 | 0,00 | | 0,00 | | | 0,00 |
| Jerri Luis de Moraes | AUXILIAR DE TESOUREIRO - | 40,23 | | 40,23 | 53,05 | | 53,05 | 60,00 | | 60,00 | 52,45 | | 52,45 |
| Ricardo Henrique Schuetz | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 33,35 | | 33,35 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 50,01 | | 50,01 |
| Vandre Eduardo Dietrich | TESOUREIRO - 30 HRS | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Adilson Alexandre de Vargas | SERV GER DA CONST CIVIL | | | | | | | | | | | | |
| Afonso Ribeiro Porto | ROCADOR - 44 HRS. | 21,58 | | 21,58 | 37,41 | 6,26 | 43,67 | 3,25 | 37,39 | 40,64 | 17,34 | 40,17 | 57,51 |
| Aldori da Silva | SERV GER DA CONST CIVIL | | | | | | | | | | | | |
| Anselmo Jose Schafer | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 10,27 | | 10,27 | 22,16 | | 22,16 | 51,12 | | 51,12 | 70,59 | 10,43 | 81,02 |
| Antonio Carlos Rodrigues da Ro | LIXEIRO - 44 H | 32,06 | | 32,06 | 44,02 | 6,12 | 50,14 | 57,49 | | 57,49 | 62,25 | | 62,25 |
| Celio Mattos Pires | SINALIZADOR - 44 HRS | 57,57 | 40,35 | 97,92 | 55,35 | 50,17 | 105,52 | 44,24 | 12,16 | 56,40 | 64,31 | | 64,31 |
| Celso Medeiros Silveira | MOTORISTA - 44 H | 40,54 | | 40,54 | 59,31 | | 59,31 | 80,56 | | 80,56 | 71,21 | | 71,21 |
| Claudio Sebastião Scienza | LIXEIRO - 44 H | 15,39 | 36,04 | 51,43 | 3,28 | 46,08 | 49,36 | | | 0,00 | 30,11 | 39,02 | 69,13 |
| Clovis Scapin | MOTORISTA - 44 H | | | | | | | 58,47 | | | 59,11 | | |
| Cristiano Cezar de Oliveira | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 61,52 | 8,45 | 69,97 | 61,00 | 4,00 | 65,00 | 76,00 | | 76,00 | 71,37 | 3,38 | 74,75 |
| Darci Trevis | ROCADOR - 44 HRS | 23,10 | | 23,10 | 11,08 | | 11,08 | 27,08 | | 27,08 | 38,17 | | 38,17 |
| Eduardo Schneider Costa | MOTORISTA - 44 H | 24,17 | | 24,17 | 6,04 | | 6,04 | | | 0,00 | 54,22 | | 54,22 |
| Eraldo Inacio da Silva | SINALIZADOR - 44 HRS | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Everaldo Maciel Assis de Macedo | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 75,17 | 24,00 | 99,17 | 62,16 | | 62,16 | 75,23 | | 75,23 | 63,41 | | 63,41 |
| Flavio Gaviao de Figueiredo | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 10,49 | 30,17 | 40,66 | 16,00 | 17,00 | 33,00 | 21,00 | 20,00 | 41,00 | | 11,11 | 11,11 |
| Francisco Paulo Freitas Klein | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 97,25 | | 97,25 | 91,11 | | 91,11 | 101,59 | | 101,59 | 39,52 | | 39,52 |
| Gidioni Torres Santa Catarina | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 28,23 | | 28,23 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Gilberto Moraes da Silva | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 51,20 | 45,48 | 96,68 | 76,00 | 51,13 | 127,13 | 68,58 | 22,59 | 91,17 | 79,54 | 30,15 | 109,69 |
| Hildemar Arlindo Schmeier | CARPINTEIRO - 44 H | 58,38 | | 58,38 | 43,26 | | 43,26 | 50,31 | | 50,31 | | | 0,00 |
| Jair Luiz dos Santos | LIXEIRO - 44 H | 28,25 | | 28,25 | | 46,17 | 46,17 | | 41,09 | 41,09 | | 9,44 | 9,44 |
| Joao Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 60,00 | | 60,00 | 64,27 | 6,13 | 70,40 | 72,37 | | 72,37 | 98,39 | | 98,39 |
| Jorge Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 37,23 | | 37,23 | 27,03 | | 27,03 | 45,10 | | 45,10 | 58,34 | | 58,34 |
| Jose Antonio da Silva Machado | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 67,50 | | 67,50 | 50,44 | | 50,44 | 83,47 | | 83,47 | 76,12 | | 76,12 |
| Jose Forchim Ribeiro | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 28,11 | | 28,11 | 58,23 | | 58,23 | 49,30 | | 49,30 | | | 0,00 |
| Jose Luiz da Rocha | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 36,14 | | 36,14 | 63,46 | | 63,46 | 56,55 | | 56,55 | 66,56 | | 66,56 |
| Jovan Everaldo Zanon Piuco | LIXEIRO - 44 H | 55,00 | 25,00 | 80,00 | 36,00 | 36,00 | 72,00 | 60,00 | | 60,00 | 12,00 | | 12,00 |
| Ladimir de Oliveira | LIXEIRO - 44 H | 29,48 | | 29,48 | 39,34 | 5,59 | 44,93 | 47,37 | | 47,37 | 65,28 | | 65,28 |
| Lasaro Gelling | FISCAL MUNICIPAL - 30 H | 60,09 | 24,00 | 84,09 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 46,45 | 12,00 | 58,45 | 46,33 | | 46,33 |
| Lauro Curt Mernak Medeiros | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 62,41 | 21,47 | 83,88 | 43,00 | 33,00 | 76,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 49,53 | 17,21 | 66,74 |
| Marcos Alexandre Topper | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 51,55 | 30,20 | 81,75 | 61,00 | 17,00 | 78,00 | 44,00 | 40,00 | 84,00 | 65,37 | 24,00 | 89,37 |
| Miguel Borba Fagundes | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | | | 0,00 | 10,18 | | 10,18 | | | 0,00 | | | 0,00 |

| Nome | cargo | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total |
| Miriam Padilha Vilande Silva | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 53,16 | | 53,16 | 10,23 | | 10,23 | 56,42 | | 56,42 | 49,52 | | 49,52 |
| Naili Ines Gonchoroski | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 30,00 | | 30,00 | 27,00 | | 27,00 | 30,00 | | 30,00 | 53,05 | | 53,05 |
| Nelson José Meneghetti | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 56,23 | 6,33 | 62,56 | 6,35 | | 6,35 | 29,33 | | 29,33 | 101,23 | | 101,23 |
| Paulo Pires da Silveira | SINALIZADOR - 44 HRS | 3,11 | | 3,11 | 23,52 | | 23,52 | 53,53 | | 53,53 | 74,03 | 10,43 | 84,46 |
| Paulo Valdir Cunha | LIXEIRO - 44 H | 36,20 | | 36,20 | 36,44 | | 36,44 | 36,27 | | 36,27 | 28,50 | | 28,50 |
| Ricardo Machado Ribeiro | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | | | | | | | | | | 20,40 | | 20,40 |
| Roberto Carlos Vargas Kercher | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 40,22 | 6,48 | 46,70 | 66,17 | | 66,17 | 71,33 | | 71,33 | 85,27 | | 85,27 |
| Roberto Gilberto Seibert | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 33,35 | | 33,35 | 58,19 | | 58,19 | 62,56 | | 62,56 | 58,43 | | 58,43 |
| Santo Aristeu Lemos da Silva | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 58,25 | 24,00 | 82,25 | 75,28 | | 75,28 | 56,59 | | 56,59 | 54,49 | | 54,49 |
| Severino Antonio Pinheiro | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 69,25 | 11,11 | 80,36 | 55,00 | 26,00 | 81,00 | 44,00 | 40,00 | 84,00 | 71,28 | 15,03 | 86,31 |
| Sidnei Mario de Souza | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 40,12 | 23,16 | 63,28 | 50,00 | 18,00 | 68,00 | 48,00 | 12,00 | 60,00 | 51,58 | | 51,58 |
| Valdecir Antonio do Amaral | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 47,59 | 5,48 | 53,07 | 25,00 | 17,00 | 42,00 | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 63,40 | | 63,40 |
| Velegar Justin | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 73,46 | 5,53 | 78,99 | 69,00 | 8,00 | 77,00 | 77,00 | | 77,00 | 74,00 | | 74,00 |
| Adalton Cesar da Silveira | MOTORISTA - 44 H | 22,47 | | 22,47 | 28,18 | | 28,18 | 59,21 | | 59,21 | 76,39 | | 76,39 |
| Alberi Marques | ROCADOR - 44 HRS. | 92,23 | 9,46 | 101,69 | 87,13 | 10,11 | 97,24 | 69,39 | | 69,39 | 61,55 | | 61,55 |
| Alberto Schumann | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 61,02 | | 61,02 | 72,57 | | 72,57 | 66,08 | | 66,08 | 60,00 | | 60,00 |
| Antonio Waldir Pereira S da Cr | VIGIA - 44 HRS. | 44,00 | 16,00 | 60,00 | 63,00 | 12,00 | 75,00 | 3,50 | 6,00 | 9,50 | 4,00 | | 4,00 |
| Aurio Fernando Wallade | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 38,32 | | 38,32 | 52,03 | | 52,03 | 63,07 | | 63,07 | 18,23 | | 18,23 |
| Claudio Norci Ferreira Maciel | CARPINTEIRO - 44 H | 87,43 | 24,00 | 111,43 | 70,19 | 12,00 | 82,19 | 59,29 | | 59,29 | 77,15 | | 77,15 |
| Dirceu Lair da Luz | AUXILIAR DE OBRAS - 44 H | 79,04 | 12,00 | 91,04 | 36,08 | 36,00 | 72,08 | 60,56 | 14,00 | 74,56 | 77,25 | 10,43 | 87,68 |
| Elcio Finger | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 32,36 | | 32,36 | 61,46 | | 61,46 | | | 0,00 | 61,53 | | 61,53 |
| Ercildo Alceu Posselt | PINTOR - 44 HRS. | 44,30 | | 44,30 | 69,31 | | 69,31 | 63,35 | | 63,35 | 72,15 | | 72,15 |
| Everaldo Fabriz | CARPINTEIRO - 44 H | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Flavio Luiz Wille | PINTOR - 44 HRS. | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Geraldo dos Santos | MOTORISTA - 44 H | 15,33 | | 15,33 | 53,38 | | 53,38 | 59,14 | | 59,14 | 64,02 | | 64,02 |
| Hilario Ceconi | VIGIA - 44 HRS. | 74,50 | 5,50 | 80,00 | 69,50 | 10,50 | 80,00 | 57,00 | | 57,00 | 42,00 | 18,00 | 60,00 |
| Hugo Miranda de Oliveira | VIGIA - 44 HRS. | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | 12,00 | 72,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Ivo da Silva Freitas | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 30,02 | | 30,02 | 3,33 | | 3,33 | 26,43 | | 26,43 | 57,09 | | 57,09 |
| João Carlos Reinheimer | ELETRICISTA - 44 H | 14,16 | | 14,16 | 51,19 | 21,04 | 72,23 | 76,51 | 23,40 | 99,91 | 73,50 | 22,30 | 95,80 |
| José Vanderlei Rodrigues da R | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 36,38 | | 36,38 | 58,51 | | 58,51 | 54,36 | | 54,36 | 60,00 | | 60,00 |
| Leonardo Avelino Monaco | MOTORISTA - 44 H | 21,58 | | 21,58 | 78,37 | | 78,37 | 52,38 | | 52,38 | 61,40 | | 61,40 |
| Manoel de Farias | VIGIA - 44 HRS. | 18,00 | 12,00 | 30,00 | 62,00 | 18,00 | 80,00 | 60,00 | | 60,00 | 20,00 | | 20,00 |
| Aderson Bruisma | VIGIA - 44 HRS. | 50,00 | 30,00 | 80,00 | 62,00 | 18,00 | 80,00 | 54,00 | 6,00 | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Antonio Cladimir Kampgen | VIGIA - 44 HRS. | 49,50 | 30,50 | 80,00 | 43,00 | 37,00 | 80,00 | 53,50 | 6,50 | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Arnildo Ferreira da Silva | VIGIA - 44 HRS. | 68,00 | 12,00 | 80,00 | 68,00 | 12,00 | 80,00 | 14,00 | | 14,00 | 12,00 | | 12,00 |
| Carine Naiara Schuetz de Oliveira | AGENTE ADMINISTRATIVO II | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Cleusa Ferreira do Nascimento | ATENDENTE CONSULT.DENTARI | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cleusa Maria Piccinin | ASSISTENTE SOCIAL - 30 H | 60,00 | 0,00 | 60,00 | 60,00 | 0,00 | 60,00 | 60,00 | 0,00 | 60,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dilon Vieira Moreira | VIGIA - 44 HRS. | 48,00 | 12,00 | 60,00 | 60,00 | 18,00 | 78,00 | 46,00 | 12,00 | 58,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Ervino Kosloki | VIGIA - 44 HRS. | 60,00 | 20,00 | 80,00 | 67,50 | 12,00 | 79,50 | 38,00 | 6,00 | 44,00 | | | 0,00 |

Análise Horas-extra - Campo Bom 2010

[illegible]

| Nome | cargo | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |
|---------------------------------|---------------------------|----------|-------|--------|---------|-------|--------|----------|-------|--------|----------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total |
| Delmar Ataydes de Freitas | MOTORISTA - 44 H | 15,50 | | 15,50 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Vanderlei Eckert da Silva | MOTORISTA - 44 H | | | | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Jacqueline Coelho da Luz | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 60,00 | | 60,00 | 9,00 | | 9,00 | 59,00 | | 59,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Maria Rosabel Pasold | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Ilone Maria Zimmermann | CONTADOR - 30 H | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Jerri Luis de Moraes | AUXILIAR DE TESOUREIRO - | 60,00 | | 60,00 | 45,09 | 3,50 | 48,59 | 45,15 | 3,14 | 48,29 | 56,30 | 3,30 | 59,60 |
| Ricardo Henrique Schuetz | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 60,00 | | 60,00 | 56,02 | | 56,02 | 58,42 | | 58,42 | 60,00 | | 60,00 |
| Vandre Eduardo Dietrich | TESOUREIRO - 30 HRS. | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Adilson Alexandre de Vargas | SERV GER DA CONST CIVIL | | | | | | | 52,17 | | 52,17 | 165,30 | 22,30 | 187,60 |
| Afonso Ribeiro Porto | ROCADOR - 44 HRS. | 28,06 | | 28,06 | 15,24 | | 15,24 | 52,31 | 9,00 | 61,31 | 62,47 | | 62,47 |
| Aldori da Silva | SERV GER DA CONST CIVIL | | | | | | | 26,04 | | 26,04 | 132,17 | 9,16 | 141,33 |
| Anselmo Jose Schafer | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 29,20 | | 29,20 | | | 0,00 | 47,44 | 15,39 | 62,83 | 25,54 | | 25,54 |
| Antonio Carlos Rodrigues da Ro | LIXEIRO - 44 H | 52,10 | | 52,10 | 50,19 | | 50,19 | 67,30 | | 67,30 | 43,29 | | 43,29 |
| Celio Mattos Pires | SINALIZADOR - 44 HRS. | 64,48 | 43,00 | 107,48 | 84,38 | 29,18 | 113,56 | 147,41 | 26,43 | 173,84 | 132,25 | 17,00 | 149,25 |
| Celso Medeiros Silveira | MOTORISTA - 44 H | 64,24 | | 64,24 | 51,15 | | 51,15 | 101,09 | 17,23 | 118,32 | 166,00 | 24,18 | 190,18 |
| Claudio Sebastião Scienza | LIXEIRO - 44 H | 16,27 | 43,35 | 59,62 | 31,26 | 40,21 | 71,47 | 52,18 | 52,38 | 104,56 | 48,38 | 38,09 | 86,47 |
| Clovis Scapin | MOTORISTA - 44 H | 59,33 | | | 50,00 | | | 80,52 | | | 171,14 | 30,39 | 201,53 |
| Cristiano Cezar de Oliveira | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 60,00 | 7,00 | 67,00 | 58,00 | 10,00 | 68,00 | 69,00 | 11,44 | 80,44 | 65,00 | 21,00 | 86,00 |
| Darci Trevis | ROCADOR - 44 HRS. | 40,23 | | 40,23 | | | 0,00 | 44,13 | | 44,13 | 53,07 | | 53,07 |
| Eduardo Schneider Costa | MOTORISTA - 44 H | 67,16 | 10,00 | 77,16 | 48,36 | | 48,36 | 90,35 | | 90,35 | 63,10 | | 63,10 |
| Eraldo Inacio da Silva | SINALIZADOR - 44 HRS. | | | 0,00 | | | 0,00 | 114,06 | 26,43 | 140,49 | 181,32 | 14,39 | 195,71 |
| Everaldo Maciel Assis de Macedo | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 24,08 | | 24,08 | 73,19 | 7,49 | 80,68 | 77,56 | 26,45 | 104,00 | 109,26 | 8,21 | 117,47 |
| Flavio Gaviao de Figueiredo | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 22,00 | 17,00 | 39,00 | 25,00 | 17,00 | 42,00 | 20,54 | 40,49 | 61,03 | 27,00 | 16,30 | 43,30 |
| Francisco Paulo Freitas Klein | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 41,56 | 8,18 | 49,74 | 38,49 | 9,00 | 47,49 | 55,39 | | 55,39 | 54,25 | | 54,25 |
| Gidioni Torres Santa Catarina | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 6,20 | | 6,20 | 18,47 | 9,15 | 27,62 | 47,40 | 20,56 | 67,96 | 32,00 | | 32,00 |
| Gilberto Moraes da Silva | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 75,21 | 36,48 | 111,69 | 66,00 | 46,10 | 112,10 | 99,19 | 54,04 | 153,23 | 62,34 | 29,13 | 91,47 |
| Hildemar Arlindo Schmeier | CARPINTEIRO - 44 H | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Jair Luiz dos Santos | LIXEIRO - 44 H | | 43,06 | 43,06 | | | 41,05 | 41,05 | | 41,05 | 54,48 | 42,00 | 42,00 |
| Joao Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 76,38 | 10,27 | 86,65 | 61,36 | 19,32 | 80,68 | 116,00 | | 116,00 | 130,54 | 15,23 | 145,77 |
| Jorge Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 66,13 | | 66,13 | 48,53 | | 48,53 | 60,50 | | 60,50 | 71,41 | | 71,41 |
| Jose Antonio da Silva Machado | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 70,53 | 22,05 | 92,58 | 50,33 | 19,30 | 69,63 | 61,19 | 9,06 | 70,25 | 159,13 | | 159,13 |
| Jose Forchim Ribeiro | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 37,43 | | 37,43 | 39,56 | | 39,56 | 55,45 | | 55,45 | 47,35 | | 47,35 |
| Jose Luiz da Rocha | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 51,37 | | 51,37 | 42,23 | | 42,23 | 63,41 | | 63,41 | 51,08 | | 51,08 |
| Jovan Everaldo Zanon Piucco | LIXEIRO - 44 H | 48,00 | 12,00 | 60,00 | 36,00 | 24,00 | 60,00 | 36,00 | 12,00 | 48,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Ladimir de Oliveira | LIXEIRO - 44 H | 64,43 | | 64,43 | 39,33 | | 39,33 | 72,32 | | 72,32 | 49,09 | | 49,09 |
| Lasaro Gelingner | FISCAL MUNICIPAL - 30 H | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Lauro Curt Mernak Medeiros | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 40,00 | 20,00 | 60,00 | 38,00 | 22,00 | 60,00 | 53,00 | 18,01 | 71,01 | 52,00 | 17,00 | 69,00 |
| Marcos Alexandre Topper | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 70,00 | 47,00 | 117,00 | 72,00 | 45,00 | 117,00 | 84,00 | 35,00 | 119,00 | 129,00 | 46,00 | 175,00 |
| Miguel Borba Fagundes | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 12,38 | | 12,38 | 29,33 | | 29,33 | 25,50 | | 25,50 | 20,18 | | 20,18 |

Análise Horas-extra - Campo Bom 2010

| Nome | cargo | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |
|-----------------------------------|---------------------------|----------|-------|--------|---------|-------|--------|----------|-------|--------|----------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total |
| Miriam Padilha Vilande Silva | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 91,00 | | 91,00 | 83,09 | | 83,09 | 74,05 | | 74,05 | 65,48 | | 65,48 |
| Naili Ines Gonchoroski | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 54,00 | 6,00 | 60,00 | 54,00 | 6,00 | 60,00 | 54,58 | 9,12 | 63,70 | 61,00 | | 61,00 |
| Neilson José Meneghetti | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 71,45 | 8,00 | 79,45 | 79,00 | 26,00 | 105,00 | 77,15 | 18,14 | 95,29 | 118,39 | 8,37 | 126,76 |
| Paulo Pires da Silveira | SINALIZADOR - 44 HRS. | 47,49 | 10,37 | 57,86 | 50,21 | 8,12 | 58,33 | 33,15 | 20,49 | 53,64 | 34,00 | | 34,00 |
| Paulo Valdir Cunha | LIXEIRO - 44 H | 4,31 | | 4,31 | 24,00 | | 24,00 | 52,00 | | 52,00 | 110,24 | | 110,24 |
| Ricardo Machado Ribeiro | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | | | | 38,30 | | 38,30 | 27,00 | | 27,00 | 144,39 | | 144,39 |
| Roberto Carlos Vargas Kercher | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 81,30 | 10,27 | 91,57 | 68,18 | 19,46 | 87,64 | 100,20 | 8,02 | 108,22 | 163,21 | 15,22 | 178,43 |
| Roberto Gilberto Seibert | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 54,35 | | 54,35 | 40,07 | | 40,07 | 86,13 | | 86,13 | 58,31 | | 58,31 |
| Santo Aristeu Lemos da Silva | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 47,18 | | 47,18 | 35,22 | | 35,22 | 29,55 | | 29,55 | 11,23 | | 11,23 |
| Severino Antonio Pinheiro | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 53,00 | 47,00 | 100,00 | 55,00 | 45,00 | 100,00 | 56,00 | 28,00 | 84,00 | 124,00 | 53,00 | 177,00 |
| Sidnei Mario de Souza | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 40,00 | 20,00 | 60,00 | 43,00 | 17,00 | 60,00 | 25,00 | 24,00 | 49,00 | 61,00 | 21,00 | 82,00 |
| Valdecir Antonio do Amaral | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 40,00 | 35,00 | 75,00 | 42,00 | 34,00 | 76,00 | 23,00 | 17,00 | 40,00 | 30,00 | 28,30 | 58,30 |
| Velegar Justin | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 73,00 | 7,00 | 80,00 | 70,00 | 10,00 | 80,00 | 86,00 | 12,00 | 98,00 | 95,00 | | 95,00 |
| Adailton Cesar da Silveira | MOTORISTA - 44 H | 69,06 | 10,24 | 79,30 | 54,50 | 9,12 | 63,62 | 82,49 | | 82,49 | 72,11 | | 72,11 |
| Alberi Marques | ROCADOR - 44 HRS. | 79,53 | 7,06 | 86,59 | 38,30 | 8,00 | 46,30 | 71,31 | | 71,31 | 73,24 | | 73,24 |
| Alberto Schumann | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 61,37 | 7,30 | 68,67 | 36,33 | 23,50 | 59,83 | 69,23 | | 69,23 | 71,20 | | 71,20 |
| Antonio Waldir Perera S da Cr | VIGIA - 44 HRS. | 48,00 | 6,00 | 54,00 | 45,00 | 12,00 | 57,00 | 44,50 | 12,00 | 56,50 | 46,50 | | 46,50 |
| Aurio Fernando Wallade | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | | | 0,00 | 43,30 | | 43,30 | 151,21 | 39,16 | 190,37 | 75,06 | | 75,06 |
| Claudio Norci Ferreira Maciel | CARPINTEIRO - 44 H | 76,28 | 22,06 | 98,34 | 53,26 | 30,18 | 83,44 | 68,27 | 18,50 | 86,77 | 182,09 | 35,30 | 217,39 |
| Dirceu Lair da Luz | AUXILIAR DE OBRAS - 44 H | 46,36 | 10,37 | 56,73 | 40,00 | | 40,00 | 21,13 | 10,18 | 31,31 | 43,08 | | 43,08 |
| Elcio Finger | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 66,53 | | 66,53 | 46,05 | 10,19 | 56,24 | 59,56 | | 59,56 | 53,44 | | 53,44 |
| Ercildo Alceu Posselt | PINTOR - 44 HRS. | 43,44 | | 43,44 | 47,00 | | 47,00 | 82,47 | | 82,47 | 65,39 | | 65,39 |
| Everaldo Fabriz | CARPINTEIRO - 44 H | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Flavio Luiz Wille | PINTOR - 44 HRS. | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Geraldo dos Santos | MOTORISTA - 44 H | 67,00 | | 67,00 | 71,08 | 9,38 | 80,46 | 83,20 | | 83,20 | 68,32 | | 68,32 |
| Hilario Ceconi | VIGIA - 44 HRS. | 42,50 | 17,50 | 60,00 | 48,00 | 12,00 | 60,00 | 48,00 | 11,50 | 59,50 | 80,00 | | 80,00 |
| Hugo Miranda de Oliveira | VIGIA - 44 HRS. | 6,00 | | 6,00 | 36,00 | 24,00 | 60,00 | 36,00 | 24,00 | 60,00 | 80,00 | | 80,00 |
| Ivo da Silva Freitas | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 51,25 | | 51,25 | 23,58 | | 23,58 | 63,41 | | 63,41 | 45,00 | | 45,00 |
| João Carlos Reinheimer | ELETRICISTA - 44 H | 73,16 | 43,18 | 116,34 | 60,10 | 28,07 | 88,17 | 158,15 | 61,30 | 219,45 | 174,52 | | 174,52 |
| José Vanderlei Rodrigues da R | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 70,40 | | 70,40 | 21,00 | | 21,00 | 24,38 | | 24,38 | 59,28 | | 59,28 |
| Leonardo Avelino Monaco | MOTORISTA - 44 H | 12,49 | | 12,49 | 36,30 | | 36,30 | 72,09 | | 72,09 | 39,30 | | 39,30 |
| Manoel de Farias | VIGIA - 44 HRS. | 24,00 | 36,00 | 60,00 | 28,00 | 12,00 | 40,00 | 42,00 | 18,00 | 60,00 | 68,00 | 12,00 | 80,00 |
| Aderson Bruisma | VIGIA - 44 HRS. | 11,00 | | 11,00 | 36,00 | 12,00 | 48,00 | 31,00 | 18,00 | 49,00 | 30,00 | 6,00 | 36,00 |
| Antonio Cladimir Kampgen | VIGIA - 44 HRS. | 60,00 | | 60,00 | 77,14 | 12,00 | 89,14 | 60,00 | | 60,00 | 80,00 | | 80,00 |
| Arnildo Ferreira da Silva | VIGIA - 44 HRS. | 42,00 | 12,00 | 54,00 | 10,00 | 19,00 | 29,00 | 42,00 | 18,00 | 60,00 | 56,00 | 24,00 | 80,00 |
| Carine Naiara Schuetz de Oliveira | AGENTE ADMINISTRATIVO II | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | 60,00 | | 60,00 |
| Cleusa Ferreira do Nascimento | ATENDENTE CONSULT.DENTARI | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cleusa Maria Piccinin | ASSISTENTE SOCIAL - 30 H | 60,00 | 0,00 | 60,00 | 60,00 | 0,00 | 60,00 | 60,00 | 0,00 | 60,00 | 60,00 | 0,00 | 60,00 |
| Dilon Vieira Moreira | VIGIA - 44 HRS. | 60,00 | | 60,00 | 38,00 | 24,00 | 62,00 | 48,00 | 12,00 | 60,00 | | | 0,00 |
| Ervin Kosioki | VIGIA - 44 HRS. | | 6,00 | 6,00 | 3,50 | 13,00 | 16,50 | 16,00 | | 16,00 | 15,00 | 6 | 21,00 |

| Nome | cargo | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |
|--------------------------------|---------------------------|----------|-------|--------|---------|-------|--------|----------|-------|--------|----------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total | 50% | 100% | Total |
| Evaldo de Oliveira Kulman | VIGIA - 44 HRS. | | | 0,00 | 38,00 | 22,00 | 60,00 | 60,00 | | 60,00 | 16 | 44 | 60,00 |
| Flavio Omar Rocha Rodrigues | MOTORISTA - 44 H | 83,05 | 43,00 | 126,05 | 99,43 | 30,16 | 129,59 | 162,09 | 47,27 | 209,36 | 176,19 | 38,16 | 214,35 |
| Jairo Augusto Prates Moura | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |
| José Carlos de Almeida Pakulsk | VIGIA - 44 HRS. | 53,00 | 6,50 | 59,50 | 48,50 | 11,00 | 59,50 | 41,00 | 17,00 | 58,00 | 35,00 | | 35,00 |
| Leonel Dias dos Santos | VIGIA - 44 HRS. | 60,00 | | 60,00 | 11,00 | 49,00 | 60,00 | 29,50 | 18,00 | 47,50 | | | 0,00 |
| Marcelo Freitas | CARPINTEIRO - 44 H | 91,14 | 53,13 | 144,27 | 103,37 | 47,00 | 150,37 | 148,00 | 48,11 | 196,11 | 176,58 | 53,00 | 229,58 |
| Mauro Martins da Silva | VIGIA - 44 HRS. | | 12,00 | 12,00 | 12,00 | | 12,00 | 48,00 | | 48,00 | 48 | | 48,00 |
| Nivia Regina Stacke | ATENDENTE CONSULT.DENTARI | 60,00 | | 60,00 | 39,05 | | 39,05 | 53,00 | | 53,00 | 58,00 | | 58,00 |
| Romildo de Souza Sampaio | VIGIA - 44 HRS. | | 54,00 | 54,00 | 49,00 | 11,00 | 60,00 | 42,00 | 18,00 | 60,00 | 36,00 | | 36,00 |
| Thais Roberta Weber | FARMACEUTICO - 30 H | 43,00 | | 43,00 | 58,00 | | 58,00 | 54,30 | | 54,30 | 58,00 | | 58,00 |
| Valter Rogerio da Costa Franco | MOTORISTA - 44 H | | | | 59,56 | | 59,56 | 72,00 | | 72,00 | 98,16 | | 98,16 |

Análise Horas-extra - Campo Bom 2010

| Nome | cargo | Média | | |
|----------------------------------|---------------------------|-------|-------|--------|
| | | 50% | 100% | Total |
| Delmar Ataydes de Freitas | MOTORISTA - 44 H | 45,48 | 0,00 | 45,48 |
| Vanderlei Eckert da Silva | MOTORISTA - 44 H | 23,22 | 0,00 | 23,22 |
| Jacqueline Coelho da Luz | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 55,25 | 0,28 | 55,53 |
| Maria Rosabel Pasold | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 63,33 | 0,00 | 63,33 |
| Ilone Maria Zimmermann | CONTADOR - 30 H | 21,71 | 0,00 | 21,71 |
| Jerri Luis de Moraes | AUXILIAR DE TESOUREIRO - | 50,79 | 1,25 | 52,04 |
| Ricardo Henrique Schuetz | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 53,18 | 0,00 | 53,18 |
| Vandre Eduardo Dietrich | TESOUREIRO - 30 HRS. | 59,96 | 0,00 | 59,96 |
| Adilson Alexandre de Vargas | SERV GER DA CONST CIVIL | 18,12 | 1,86 | 19,98 |
| Afonso Ribeiro Porto | ROCADOR - 44 HRS. | 45,40 | 10,14 | 55,54 |
| Aldori da Silva | SERV GER DA CONST CIVIL | 13,18 | 0,76 | 13,95 |
| Anselmo Jose Schafer | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 31,55 | 2,99 | 34,54 |
| Antonio Carlos Rodrigues da Ro | LIXEIRO - 44 H | 50,25 | 0,51 | 50,76 |
| Celio Mattos Pires. | SINALIZADOR - 44 HRS. | 78,23 | 25,01 | 103,24 |
| Celso Medeiros Silveira. | MOTORISTA - 44 H | 68,83 | 3,45 | 72,28 |
| Claudio Sebastião Scienza | LIXEIRO - 44 H | 41,94 | 37,55 | 79,49 |
| Clovis Scapin | MOTORISTA - 44 H | 43,78 | 2,53 | 46,32 |
| Cristiano Cezar de Oliveira | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 56,57 | 12,36 | 68,93 |
| Darci Trevis | ROCADOR - 44 HRS. | 33,47 | 0,00 | 33,47 |
| Eduardo Schneider Costa | MOTORISTA - 44 H | 40,89 | 0,83 | 41,73 |
| Eraldo Inacio da Silva | SINALIZADOR - 44 HRS. | 46,16 | 5,57 | 51,73 |
| Everaldo Maciel Assis de Macedo. | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 66,91 | 8,16 | 75,07 |
| Flavio Gaviao de Figueiredo | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 21,96 | 23,01 | 44,97 |
| Francisco Paulo Freitas Klein | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 68,22 | 2,60 | 70,82 |
| Gidioni Torres Santa Catarina | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 31,91 | 5,18 | 37,09 |
| Gilberto Moraes da Silva | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 76,01 | 33,84 | 109,85 |
| Hildemar Arlindo Schmeier | CARPINTEIRO - 44 H | 27,50 | 0,00 | 27,50 |
| Jair Luiz dos Santos | LIXEIRO - 44 H | 5,75 | 40,63 | 46,38 |
| Joao Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 82,77 | 4,25 | 87,01 |
| Jorge Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 58,79 | 0,00 | 58,79 |
| Jose Antonio da Silva Machado | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 67,52 | 5,47 | 72,99 |
| Jose Forchim Ribeiro | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 43,20 | 0,00 | 43,20 |
| Jose Luiz da Rocha | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 55,25 | 0,00 | 55,25 |
| Jovan Everaldo Zanon Piuco | LIXEIRO - 44 H | 44,96 | 17,08 | 62,04 |
| Ladimir de Oliveira | LIXEIRO - 44 H | 46,40 | 0,47 | 46,87 |
| Lasaro Gelsingher | FISCAL MUNICIPAL - 30 H | 27,41 | 12,08 | 39,50 |
| Lauro Curt Mernak Medeiros | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 42,66 | 24,35 | 67,01 |
| Marcos Alexandre Topper | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 69,49 | 34,93 | 104,43 |
| Miguel Borba Fagundes | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 23,22 | 0,68 | 23,90 |

TRIBUNAL DE CONTAS RIO GRANDE DO SUL

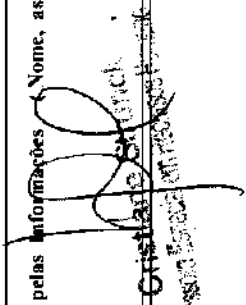
Demonstrativo do Quadro de Pessoal

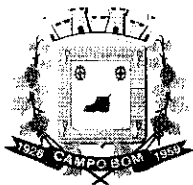
| MUNICÍPIO DE CAMPO BOM | | Órgão ou Entidade | | | Cargos e/ou Empregos em 5/5/2011 | |
|--|----------------------------|-------------------|-------|----------|----------------------------------|---|
| Denominação do Cargo e/ou Emprego | Nº de Cargos e/ou Empregos | | | Regime | | Fundamentação Legal e Alterações |
| | Criados | Ocupados | Vagos | Estatut. | CLT | |
| Arquiteto | 04 | 01 | 03 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| <u>Assistente Social - 30h</u> | 06 | 06 | - | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Assistente Social - 40h | 06 | 01 | 05 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| <u>Contador</u> | 03 | 03 | - | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Desenhista | 02 | 01 | 01 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Engenheiro Civil - 30h | 02 | 01 | 01 | x | | 2412/03, 2769/05, 3041/07, 3074/07, 3180/2008, 3323/09 |
| Engenheiro Civil - 44h | 01 | 01 | - | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Nutricionista - 30h | 01 | 01 | - | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Nutricionista - 40h | 01 | 01 | - | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Médico Veterinário | 03 | 01 | 02 | x | | 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/08, 3.410/09 |
| Procurador | 01 | - | 01 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Psicólogo - 30h | 06 | 06 | - | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Cirurgião Dentista | 14 | 12 | 02 | x | | 2.412/03, 2769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008, 3323/09 |
| Enfermeiro - 30h | 07 | 03 | 04 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Enfermeiro - 40h | 15 | 12 | 03 | x | | 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/08, 3.410/09 |
| Farmacêutico Industrial | 01 | - | 01 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| <u>Farmacêutico</u> | 01 | 01 | - | x | | 3.074/07, 3180/2008 |
| Médico Especialidades Básicas (cirurgião, Clínico-geral, gineco-obstetra e Pediatra) - 20h | 26 | 23 | 03 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |
| Médico Especialidades Básicas (cirurgião, Clínico-geral, gineco-obstetra e Pediatra) - 40h | 10 | 04 | 06 | x | | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3180/2008 |

| | | | | | |
|---|-----|----|-----|---|--|
| Médico geral-comunitário / médico de família e comunidade | 2 | 02 | - | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3.180/2008 |
| Médico cardiologista | 1 | - | 01 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3.180/2008 |
| Médico dermatologista | 2 | 01 | 01 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3.180/2008 |
| Médico neurologista | 2 | - | 02 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3.180/2008 |
| Médico traumato-ortopedista | 2 | - | 02 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3.180/2008 |
| Médico psiquiatra | 2 | - | 02 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.074/07, 3.180/2008 |
| Atendente de Consultório Dentário - 40h | 01 | - | 01 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008 |
| Atendente de Consultório Dentário - 30h | 05 | 05 | - | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008 |
| Agente de Vigilância em Saúde | 06 | 03 | 03 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008 |
| Técnico em Enfermagem | 38 | 30 | 08 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008, 3.410/2009 |
| Técnico em Contabilidade | 02 | 01 | 01 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008 |
| Calceteiro | 02 | - | 02 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Contínuo | 01 | 01 | - | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Serviços Gerais de Obras | 150 | 38 | 112 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 200 | 79 | 121 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Lixeiro | 13 | 09 | 04 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Rocador | 08 | 06 | 02 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Vigia | 70 | 24 | 46 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Atendente Geral I | 116 | 41 | 75 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Auxiliar de Almoarifado | 02 | 02 | - | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Auxiliar de Oficina Mecânica e Recuperação | 04 | 01 | 03 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Carpinteiro | 20 | 07 | 13 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Instalador Hidráulico | 10 | 01 | 09 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Pedreiro | 30 | 07 | 23 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Pintor | 10 | 02 | 08 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Sinalizador | 10 | 04 | 06 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |

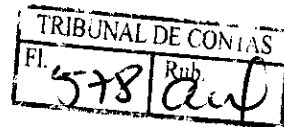
| | | | | | |
|--|-----|----|----|---|---|
| Músico | 40 | 21 | 19 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Telefonista | 05 | 02 | 03 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Auxiliar de Obras | 03 | 01 | 02 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Auxiliar Administrativo | 24 | 16 | 08 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Motorista | 46 | 45 | 01 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Chapeador | 04 | 01 | 03 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Agente Administrativo I | 16 | 08 | 08 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Operador de Máquina | 30 | 10 | 20 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Eletricista | 10 | 02 | 08 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Mecânico de Máquina Rodoviária | 05 | 01 | 04 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Atividades Gerais de Manutenção | 10 | 04 | 06 | x | LM 2.960/06 |
| Técnico em Informática | 05 | 02 | 03 | x | LM 2.960/06, 3.410/09, de 09.06.2009 |
| Técnico Agrícola | 02 | 01 | 01 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Instrutor de Música - 22h | 03 | 01 | 02 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Auxiliar de Ensino | 154 | 66 | 88 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Secretário de Escola II | 18 | 04 | 14 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Agente Administrativo II | 10 | 06 | 04 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Auxiliar de Contabilidade | 01 | 01 | - | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Operador de Sistema | 01 | - | 01 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Assistente Administrativo | 55 | 36 | 19 | x | LM 2.412/03, LM2.769/05 |
| Técnico em Manutenção de Computadores e Acessórios | 01 | - | 01 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3180/2008 |
| Auxiliar de Tesoureiro | 03 | 03 | - | x | LM 2.412/03, LM 2.769/05 |
| Auxiliar de Enfermagem | 23 | 18 | 05 | x | LM 2.412/03, LM 2.769/05 |
| Fiscal Municipal | 16 | 15 | 01 | x | LM 2.412/03, LM 2.769/05 |
| Fiscal de Trânsito | 17 | 15 | 02 | x | LM 2.412/03, LM 2.769/05 |
| Tesoureiro | 01 | 01 | - | x | LM 2.412/03, LM 2.769/05 |
| Programador de Sistemas | 05 | 03 | 02 | x | LMs 2.412/03, LM 2.769/05 |

| | | | | | |
|--------------------------------------|-----|-----|----|---|--|
| Instrutor de Música - 44h | 04 | 01 | 03 | x | LM 2.412/03, LM 2.769/05 |
| Técnico Esportivo II | 01 | 01 | - | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008 |
| Topógrafo | 02 | 01 | 01 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008 |
| Analista de Sistemas | 04 | - | 04 | x | LMs 2.412/03, 2.769/05, 3.041/07, 3.180/2008 |
| Professor | 600 | 559 | 41 | x | LMs 2.404/03, 2.769/05 |
| Professor de Educação Infantil | 155 | 108 | 47 | x | LM 3.005/06, de 28.11.2006, LM 3.484/09, LM 3.538/10 |
| Agente Comunitário de Saúde | 55 | 51 | 4 | x | LM 2.979/06, de 22.08.2006, 3.410/09, de 09.06.2009 |
| Agente de Combate a Endemias | 03 | 02 | 01 | x | LM 2.979/06, de 22.08.2006 |
| Zelador I | 30 | - | 30 | x | LM 3.367/09, de 07.04.2009 |
| Zelador II | 25 | 10 | 15 | x | LM 3.367/09, de 07.04.2009 |
| Terapeuta Ocupacional | 01 | - | 01 | x | LM 3.410/09, de 09.06.2009 |
| Médico Infectologista | 01 | - | 01 | x | LM 3.410/09, de 09.06.2009 |
| Auxiliar Administrativo Escolar | 10 | 08 | 02 | x | LM 3.410/09, de 09.06.2009 |
| Fiscal Ambiental | 02 | - | 02 | x | LM 3.556/10 |
| Biólogo | 01 | - | 01 | x | LM 3.556/10 |
| Bibliotecário | 01 | 01 | - | x | LM 3.323/09 |
| Serviços Gerais de Cozinha e Limpeza | 100 | 42 | 58 | | LM 3.559/2010 |
| Serviços Gerais da Construção Civil | 20 | 16 | 04 | | LM 3.559/2010 |
| Operador de Máquinas Pesadas | 3 | 3 | - | | LM 3.559/2010 |

| Responsável pelas informações (Nome, assinatura e cargo) | Data | Equipe de Auditoria (Nomes e assinaturas) | Data |
|---|------|---|------|
| <div> <div>  </div> <div> Cristiano Brito Assessor Técnico Administrativo </div> </div> | | | |



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



262
B

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 156/10

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
FIRMAM O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E INTELLIT -
INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA LTDA.**

CONTRATANTE: Município de Campo Bom, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Faisal Mothci Karam, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**;

CONTRATADA: INTELLIT - INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.967.207/0001-41, com sede na Av. Carlos Gomes, nº 222, bairro Auxiliadora, Porto Alegre - RS, neste ato representada por seu sócio, Sr. Salomão Alberto Leizer, portador da carteira de identidade nº 303.320.250-2, e CPF/MF nº 106.477.750-34, doravante somente designado **CONTRATADA**.

Pelo presente, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório nº 011/10, sob a modalidade de Tomada de Preços, que este integra, resolvem celebrar o presente contrato de locação, em consonância com a Lei nº 8.666/93 e demais normas legais que regem a espécie, às quais as partes se obrigam, cujas condições são estabelecidas nas cláusulas a seguir declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: O presente ajuste decorre do procedimento licitatório sob a modalidade de Tomada de Preços, que tomou o nº 011/10.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO: Modernização da Área Fazendária, prestação dos serviços específicos de Consultoria Tributária e o fornecimento de "Sistemas integrados relacionados com o processo do Tributo ISS" a ser disponibilizado em portal na internet, conforme as informações, detalhamentos e características técnicas constantes nos Anexos III e IV, que são parte integrante e indismembrável do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO/RUBRICA: As despesas decorrentes deste procedimento licitatório e consequente contratação correrão à conta das rubricas / dotações orçamentárias nº:
05.03.04.125.012.1.2042.01.33903911 Rubrica 302042/800260,
05.03.04.125.012.1.2042.01.33903948 Rubrica 302042/800289 e
05.03.04.125.012.1.2042.01.33903905 Rubrica 302042/800260.

Parágrafo único: As despesas decorrentes deste procedimento licitatório e subsequente contratação, no exercício de 2011, correrão à conta das dotações orçamentárias pertinentes, previstas na Lei de Orçamento para 2011, conforme Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício, e Plano Plurianual.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO: Em contraprestação dos serviços, englobando materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, alimentação, estadia, fretes, sinalização do trânsito, insumos, tributos, contribuições e demais custos e encargos, diretos ou indiretos decorrentes, assim como mão-de-obra e os direitos trabalhistas detalhados no art. 7º da Constituição Federal, além das exigências da Consolidação das Leis do Trabalho, e de acordos, convenções coletivas e decisões normativas aplicáveis ao caso, o Contratante pagará à Contratada o valor global do objeto de R\$ 252.200,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos reais), sendo R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) de implantação, integração e treinamento, valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) a locação mensal de ferramentas tecnológicas e R\$ 3.000,00 (três mil reais) o valor mensal de assessoria especializada.

Parágrafo 1º: O preço proposto pelos serviços somente será passível de reajuste decorrido um ano da contratação, tomando-se então como base para o mesmo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, fornecido pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo 2º: Enquanto não for divulgado o número do índice correspondente ao mês do reajustamento, a atualização monetária será calculada de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar.

[Handwritten signature and initials]



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 579 | Rub. 263 |

CLÁUSULA QUINTA - EXECUÇÃO: A empresa CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme orientação e fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com as especificações constantes dos Anexos III e IV.

Parágrafo 1º: Para acompanhamento dos serviços a serem prestados, objeto desta licitação, o Município designará servidores, que o farão nos termos da Lei nº 8.666/93, artigo 73, I "a" e "b" no que refere aos serviços de consultoria tributária e artigo 73, II "a" e "b" no que se refere ao fornecimento dos sistemas e serviços relacionados.

Parágrafo 2º: A licitante vencedora da presente licitação deverá prestar os serviços de consultoria tributária, implantar e disponibilizar para o uso os sistemas e prestar os demais serviços relacionados com a operacionalização dos sistemas nos prazos máximos previstos no Anexo III, após a assinatura do contrato. No tocante aos treinamentos, o cumprimento do prazo deverá considerar o número mínimo de horas estabelecidos no Anexo III;

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA: Não são exigidas garantias para o cumprimento do ajuste.

Parágrafo 1º: Em garantia da elisão da responsabilidade solidária do Município pelas contribuições previdenciárias devidas pelo (a) CONTRATADO(A), em razão dos serviços objeto deste ajuste - responsabilidade esta prevista no artigo 31 da Lei Federal n. 8.212/91, e no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei Federal n. 8.666/93 -, será procedida, conforme orientado pela Instrução Normativa MPS/SRP nº 971, de 13 de novembro de 2009, a retenção e o recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), acrescido, se for o caso, do percentual de 4%, 3% ou 2%, caso o (a) CONTRATADO(A) desenvolva atividades em condições especiais, que exponham os respectivos empregados a riscos prejudiciais à respectiva saúde e/ou integridade física, permitindo aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição-, incidente sobre o valor total das notas fiscais representativas do preço dos serviços, apresentadas pelo (a) CONTRATADO (A).

Parágrafo 2º: O CONTRATADO (A) que esteja obrigado a fornecer material ou dispor de equipamentos próprios ou de terceiros indispensáveis à execução do serviço, cujos valores estejam estabelecidos contratualmente, sendo as parcelas correspondentes discriminadas também na nota fiscal representativa do preço dos serviços, terá tais valores liberados da retenção.

Parágrafo 3º: O Contratado sujeito à retenção de que trata o item anterior, deverá apresentar ao MUNICÍPIO, juntamente com as notas fiscais representativas do preço mensal dos serviços, para serem visadas, a guia relativa ao recolhimento do percentual incidente a título de contribuição previdenciária adicional, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que a apresente, sem que tal gere para o CONTRATANTE qualquer encargo moratório.

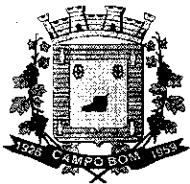
Parágrafo 4º: A contratada estará dispensado da retenção quando:

- o valor correspondente a onze por cento dos serviços contidos em cada nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços for inferior ao limite mínimo estabelecido pela SRP para recolhimento em documento de arrecadação;
- comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, não possuir empregados, e os serviços forem prestados, pessoalmente, pelo titular ou sócio da empresa, e o faturamento do mês anterior for igual ou inferior a duas vezes o limite máximo do salário de contribuição;
- comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, ou através de consignação do fato na nota fiscal, na fatura, ou no recibo de prestação de serviços, que a contratação envolveu somente serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal, ou serviços de treinamento e ensino, desde que prestados pessoalmente pelos sócios, sem concurso de empregados ou outros contribuinte individuais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO: O prazo contratual será de até 12 (doze) meses, respeitando os requisitos do cronograma do Anexo III, item 4.7., contado da assinatura do contrato, pela licitante contratada, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do Município em havendo justificado motivo, mediante regular aditivo contratual.

Parágrafo 1º: No cômputo do prazo mencionado, serão excluídos os atrasos decorrentes de caso fortuito e força maior, que venham a paralisar ou dificultar a execução dos serviços contratados.

Parágrafo 2º: Qualquer evento que venha a ser considerado pela Contratada como danoso e prejudicial a regular execução dos serviços, só irá eximi-la da responsabilidade contratual a que



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TRIBUNAL DE CONTAS 264
Fl. 580 Rub. *amp* 02

está sujeita após ter o Município analisado e concluído que se tratou efetivamente de fato imprevisível, dificultoso da normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior.

Parágrafo 3º: Caberá exclusivamente à contratada o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES: À contratada, pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art., 87, da Lei nº 8.666/93, isolada ou cumulativamente, sendo que para tais fins é desde logo definido que em caso de multa, corresponderá a mesma a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato em caso de infração contratual, e a 10% (dez por cento) do valor total do mesmo em caso de rescisão por infração contratual pelo Município, ou imotivada do ajuste pela contratada.

Parágrafo 1º: Na imposição de penalidades observar-se-á a gravidade da infração, assegurado à contratada, em qualquer caso, direito de recurso na forma da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo 2º: A imposição de penalidades não impede a concomitante rescisão contratual.

Parágrafo 3º: As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas caso se apure que o licitante e/ou qualquer dos seus sócios:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, dolosamente, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar objetivos licitatórios;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADES: A contratada responsabilizar-se-á integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e à empregados e/ou prepostos seus, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua na prestação dos serviços, garantindo ao Município direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despendar em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios, e custas processuais.

Parágrafo 1º: Responsabilizar-se-á ainda a proponente contratada, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, cíveis e criminais decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos serviços em tela, assim como pelo estrito respeito às normas de saúde, higiene e segurança aplicáveis ao caso, de tal sorte a nada ser carregado ao Município, que, por cautela, em qualquer caso, é assegurado direito regressivo na forma do item anterior.

Parágrafo 2º: A contratada responsabilizar-se-á ainda, isolada e exclusivamente, pelo seguinte:

- a) despesas e providências necessárias à inscrição dos serviços junto aos órgãos e repartições competentes, pagamento do seguro de responsabilidade civil, e pagamento das multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, em consequência de fato a licitante contratada e/ou ao respectivo pessoal imputável;
- b) obtenção de todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagamento dos emolumentos definidos na legislação e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, e as despesas relativas a cópias de projetos, ligações provisórias e definitivas, e o que mais pertinir;
- c) quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços contratados, por uso de patentes registradas, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, mesmo que ocorridos na via pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO: O Município designará servidor seu, devidamente habilitado a tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização dos serviços.

Parágrafo 1º: A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais e neste Edital postas, não eximirá a licitante vencedora de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens e equipamentos do Município sob sua guarda, seja relativamente a danos sofridos por empregados e/ou prepostos



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



seus, integrantes da Administração Municipal e/ou terceiros.

Parágrafo 2º: A contratada deverá planejar a prestação dos serviços juntamente com a Fiscalização da Municipalidade, devendo acatar todas e quaisquer determinações da mesma.

Parágrafo 3º: Deverá igualmente a contratada fornecer mensalmente ao serviço de Fiscalização do Município, relação completa dos empregados utilizados, com detalhamento acerca dos respectivos nomes, qualificação profissional e jornada habitual, de sorte que possa a mesma, em entendendo inadequado o serviço de qualquer deles, solicitar a respectiva substituição, o que terá que ser acatado de imediato pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO: O pagamento dos valores mensais devidos à licitante contratada dar-se-á, em até 30 dias, após a prestação parcial dos serviços, respeitando os requisitos do cronograma (Anexo III, item 4.7), na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, na conformidade de pagamentos do Município, mediante a apresentação, pela licitante contratada:

- a) da pertinente nota fiscal de serviço visada pelo Serviço de Fiscalização;
- b) dos comprovantes de pagamento de salários e de recolhimento das contribuições fundiárias relativas aos empregados utilizados na obra;
- c) se for o caso da retenção prevista no item GARANTIAS, da guia necessária ao recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), a ser retido a título de contribuição previdenciária, acrescida, se for o caso, da alíquota de contribuição previdenciária adicional, para fins de aposentadoria especial, devidamente preenchida, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que a apresente, sem que tal gere para o Município qualquer encargo moratório;
- d) do relatório para fins de retenção da contribuição previdenciária adicional para financiamento da aposentadoria especial do segurado (Instrução Normativa MPS/SRP nº 971, de 13 de novembro de 2009), devidamente preenchido, e firmado pelo representante legal da empresa e pelo respectivo contador.

Parágrafo 1º: Tendo sido impostas penalidades à contratada, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido. Em caso de pagamentos mensais, observar-se-á o limite mensal de desconto igual a 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

Parágrafo 2º: Não haverão antecipações de pagamentos devidos.

Parágrafo 3º: Todo e qualquer pagamento poderá ser sustado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

- a) desacatada qualquer determinação do Serviço de Fiscalização do Município;
- b) retardada injustificadamente a execução dos serviços, ou paralisada a execução dos mesmos por mais de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas;
- c) havendo infração à condição ou obrigação estabelecidas no edital licitatório, no contrato e/ou seus aditivos, ou na proposta apresentada;
- d) sendo constatada informação equivocada ou inverídica constante do relatório para fins de retenção da contribuição previdenciária adicional para financiamento da aposentadoria especial dos empregados da CONTRATADA.

Parágrafo 4º: Ocorrendo o previsto na alínea d do Parágrafo 3º, a CONTRATADA terá descontado do próximo pagamento que lhe for devido.

Parágrafo 5º: À CONTRATADA é expressamente vedado negociar, efetuar a cobrança ou o desconto de títulos cambiais/acasos emitidos em decorrência deste ajuste, seja na rede bancária, seja com terceiros, posto que permitida somente a cobrança simples e direta, na Tesouraria do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: A contratada fica obrigada a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do que for inicialmente pactuado, mediante regular aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CESSÃO: O contrato e/ou quaisquer direitos do procedimento licitatório decorrentes, não pode ser cedido e/ou transferido pela licitante contratada a terceiros,



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. 582 Rub. 266
13

total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: A contratada obriga-se a manter, no curso de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a sua contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INÍCIO DOS SERVIÇOS: ~~Serão prestados a partir da data da assinatura do contrato.~~

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO: Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Campo Bom, RS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO: Constituem motivos para a rescisão contratual aqueles aplicáveis ao caso, previstos nos arts. 77 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, decorrendo as consequências referidas no art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo de eventuais sanções acaso impostas pelo contratante.

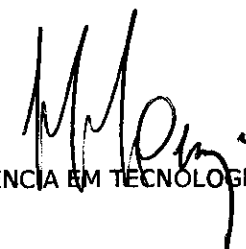
CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS: Situações não previstas expressamente, se incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subseqüentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Parágrafo 1º: O Município poderá a qualquer tempo fiscalizar as dependências da Contratada a fim de averiguar o cumprimento das obrigações contratuais.

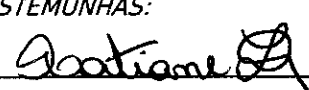
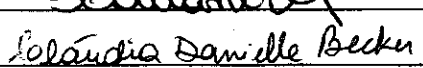
E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam na presença das testemunhas abaixo, extraíndo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

Campo Bom, 08 de agosto de 2010

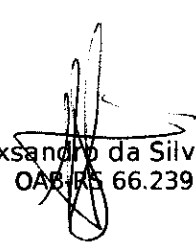

FAISAL MOTACK KARAM,
Prefeito Municipal


INTELLIT - INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA LTDA.,
Contratada.

TESTEMUNHAS:



Lolândia Danielle Becker

Resp. técnico pelo instrumento:


Alexandro da Silva Faria
OAB/RS 66.239

TRIBUNAL DE CONTAS
RIO GRANDE DO SUL

**REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO(S)
E/OU INFORMAÇÃO(ÕES)**

Nº 15/2011

UNIDADE AUDITADA

Prefeitura Municipal de Campo Bom

SIMBOLOGIA:

1ª VIA - UNIDADE AUDITADA

2ª VIA - TRIBUNAL DE CONTAS

PRAZO PARA ENTREGA DA SOLICITAÇÃO:

23/05/2011

Observação:

As informações, inclusive as relativas a eventual inexistência de algum documento, devem **ser feitas por escrito.**

Com base nos termos dos **artigos 31, 70 e 71 da Constituição Federal, artigos 70 e 71 da Constituição Estadual e artigo 33, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.424, de 06-01-00**, requisitamos o(s) documento(s) e/ou informação(ões) abaixo:

Em relação ao contrato 156/2010

Solicitamos a justificativa dos sistemas de Análise Fiscal, Planejamento da Ação Fiscal e Apoio ao Processo de Fiscalização ainda não estarem operacionais?

Cesar Corrêa Becker
Auditor Público Externo
Matrícula nº 1.431959.4

UNIDADE AUD./RECEBIMENTO DESTA REQUISIÇÃO:

Data: / /

Nome:

Cargo:

Ass:

TCE/RECEBIMENTO DE DOCUMENTO(S) E/OU INFORMAÇÃO(ÕES)

Data: / /

Obs.:

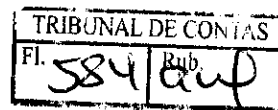
Nome:

Matrícula:

Ass:



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS



Campo Bom, 24 de maio de 2011.

Ilustríssimo Senhor!

Em atendimento a Requisição n. 15/2011, relativamente ao contrato n. 156/2010, decorrente da Tomada de Preços n. 011/2010, informamos que os motivos de ainda não estarem operacionais os sistemas de Análise Fiscal, Planejamento da Ação Fiscal, e Apoio ao Processo de Fiscalização, estão consignados no Termo Aditivo n. 01 ao referido ajuste, firmado em setembro de 2010 (cópia inclusa) - por equívoco arquivado no Setor Jurídico do Município, ao invés de no Setor de Licitações -, e que nos dão conta de que implantados ditos sistemas, foi constatada a impossibilidade da execução da respectiva operacionalização conforme previsto no cronograma, porquanto os *fiscais municipais* para os quais os mesmos foram direcionados, ainda não se encontravam em um estágio de aprendizagem que tal permitisse (novos fiscais concursados que não estavam inteirados da legislação e dos sistemas vigentes; alterações legislativas em curso com as quais não havia familiaridade; falta de adequada apreensão das apostilas de treinamento; etc...).

Consequentemente, o mais adequado foi postergar dita operacionalização para o segundo semestre de execução do contrato, o que efetivamente está atualmente ocorrendo, na medida em que está sendo desenvolvido junto a Fiscalização Municipal, o aprendizado necessário, entre outros, sobre o planejamento da ação fiscalizadora, a automatização e o controle das atividades fiscalizatórias, o modo de compartilhamento das informações, de coleta, cruzamento e vinculação de dados, e de geração de cálculos de apuração de diferenças do tributo.

Sem mais, certos de ter esclarecido a indagação, subscrevemo-nos atenciosamente.


MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
pp. Eunice Schumann - OAB/RS 11237

Ao Ilmo. Sr . CESAR CORREA BECKER
MD. AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil
SERVIÇOS JURÍDICOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **MUNICIPIO DE CAMPO BOM**, ente de direito público sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FAISAL MOTCHI KARAM, brasileiro, casado, engenheiro, residente em Campo Bom/RS.

OUTORGADA: **EUNICE SCHUMANN**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob nº 11.237, estabelecida na Avenida Independência, nº 800 - Bairro Centro, em Campo Bom/RS - CEP 93700000 - Fone/Fax 3598.8600.

FINS: Pelo presente instrumento de mandato, o Outorgante nomeia e constitui a Outorgada sua bastante procuradora, para representá-lo judicial ou extrajudicialmente, em qualquer foro ou jurisdição, e especialmente, em quaisquer demandas em que for autor, réu, ou por qualquer forma interessado.

PODERES: Para tanto, outorga-lhe os poderes gerais da cláusula *ad judicium*, mais os poderes especiais de acordar, transigir, desistir, reconvir, remir, adjudicar, arrematar, firmar compromisso, receber, dar quitação, e praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao pleno e fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

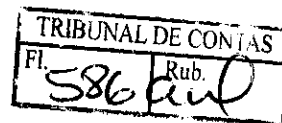
Campo Bom/RS, 22 de março de 2.010

| | | |
|---|---|--|
| | TABELIONATO FLECK Rua Almoré, 345 - CEP 93700-000 - Fone/Fax: (51) 3597-1240 - Campo Bom - RS Tabelião: Waldir Fleck | |
| Reconheço e firma de FAISAL MOTCHI KARAM, por SEMELHANÇA com a existente no arquivo deste Tabelionato. Dou fé. Em testemunho da verdade Campo Bom, 23 de março de 2010 Celia Cavaliere da Silva - Escrevente Autorizada E-mail: R\$2,60 + Selo Digital: R\$0,20 - 0084.01.0900000749968 | | |

| | | |
|---|---|--|
| | TABELIONATO FLECK Rua Almoré, 345 - CEP 93700-000 - Fone/Fax: (51) 3597-1240 - Campo Bom - RS Tabelião: Waldir Fleck | |
| AUTENTICAÇÃO CERTIFICO que a presente cópia fotostática está idêntica ao original, motivo pelo qual autentico-a na forma da Lei. Campo Bom, 19 de maio de 2011 Waldir Fleck Filho - Tabelião Designado E-mail: R\$2,70 + Selo Digital: R\$0,20 - 0084.01.1100001.18777 | | |
| Adriana Elisabete Escrevente Autorizada | | |



MUNICIPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil



**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 156/10,
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO
BOM E A EMPRESA INTELLIT –
INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA LTDA.**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**, entidade de
Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55,
sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato
representado pelo Prefeito Municipal, a seguir designado simplesmente
CONTRATANTE.

CONTRATADA: **INTELLIT – INTELIGÊNCIA EM
TECNOLOGIA LTDA.**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no
CNPJ sob nº 08.967.207/0001-41, com sede na Av. Carlos Gomes, nº
222, bairro Auxiliadora, Porto Alegre - RS, neste ato representada por
seu sócio gerente, doravante somente designado **CONTRATADA**.

Pelo presente instrumento, as partes supra
qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e
CONTRATADA, que em decorrência do processo licitatório nº 011/10,
sob a modalidade de Tomada de Preços, celebraram o Contrato de
Prestação de Serviços n. 156/2010, para os fins de "*Modernização da
Área Fazendária, prestação dos serviços específicos de Consultoria
Tributária e fornecimento de "Sistemas integrados relacionados com o
processo do Tributo ISS, a serem disponibilizados em portal na Internet,
conforme as informações, detalhamentos e características técnicas
constantes nos Anexos III e IV, que são parte integrante e
indismembrável do edital e do contrato, RESOLVEM aditar o ajuste
feito, nos termos que seguem:*

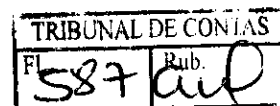
CLÁUSULA PRIMEIRA

Tendo dado início aos trabalhos relativos ao contrato, e
verificado que impossível o cumprimento integral de determinadas
etapas previstas no respectivo cronograma para serem realizadas nos
primeiros meses do ajuste - especialmente os serviços envolvendo a plena
capacitação dos servidores, o desenvolvimento das técnicas de fiscalização, de
planejamento da ação fiscal, de interação acerca das ferramentas auxiliares à ação

1



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil



fiscal, etc..., relacionados como Serviços de Fase Pré-Operacional - , pois, inobstante implantados os sistemas previstos, os fiscais municipais ainda não se encontram em um estágio de aprendizagem que permita que operacionalizem o sistema adequada e plenamente - novos fiscais foram concursados e ainda não se inteiraram adequadamente da legislação e dos sistemas vigentes; alterações legislativas ocorreram e estão por ocorrer, com as quais a Fiscalização terá que se familiarizar antes de utilizar os novos sistemas; e, feita verificação nas reuniões mensais realizadas, foi constatado que a maioria dos fiscais ainda não logrou apreender adequadamente as apostilas de treinamento -, resolvem revisar parcialmente o cronograma de execução do contrato, e transferir para implantação no segundo semestre de execução do mesmo, as atividades de operacionalização dos sistemas de apoio à atividade de planejamento da ação de fiscalização; de distribuição, automatização e controle das atividades fiscalizatórias, e de compartilhamento de informações, documentos, experiências e conhecimentos, de sorte a criar uma memória organizacional; e, as atividades de coleta de dados e informações, cruzamento e vinculação de dados e informações, a geração de cálculos de apuração de diferenças do tributo, e, a emissão de documentos padronizados com a finalidade de permitir auditoria fiscal-contábil dos contribuintes.

CLÁUSULA SEGUNDA

São mantidos inalteradas todas as demais disposições contratuais não expressamente modificadas neste instrumento.

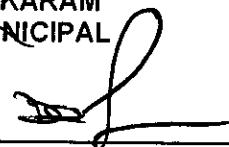
Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

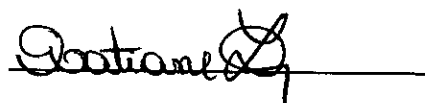
Campo Bom, 14 de setembro de 2010.


MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
FAISAL MOTHOKARAM
PREFEITO MUNICIPAL


INTELLIT – INTELIGÊNCIA EM
TECNOLOGIA LTDA.
SÓCIO-GERENTE

TESTEMUNHAS:

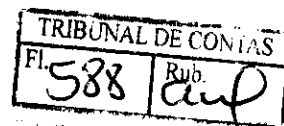




Responsável técnico pelo instrumento: -  Alexandre da Silva Faria - OAB/RS 66.239



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



268
63

ANEXO III - INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Este documento visa dar conhecimento aos licitantes sobre o ambiente existente no Município, das características requeridas para a solução tecnológica a ser implantada e para os serviços a serem prestados.

I - Ambiente existente:

1. Internet Data Center (IDC)

A Prefeitura Municipal têm contratado IDC que fornece a infra-estrutura tecnológica para hospedagem da base de dados e dos programas que compõem o conjunto de sistemas previstos neste edital, além de oferecer os recursos de comunicação necessários para o acesso de tais sistemas via Web, satisfazendo todos os requisitos de segurança necessários.

2. Sistema de Gestão (ERP)

A Prefeitura Municipal de têm contratado Sistema de Gestão (ERP), que permite a integração de todos os processos via web baseado em um cadastro único. O sistema é implementado em PHP e usa banco de dados PostgreSQL, que por se tratar de tecnologias de código aberto e livres, facilitam bastante a incorporação de outras ferramentas.

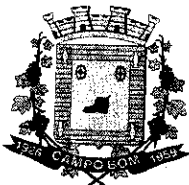
3. Base de Dados (BD)

A base de dados contendo todas as informações submetidas pelos contribuintes é gerenciada por um sistema gerenciador de banco de dados Postgresql. Atualmente, esta base apresenta um volume de aproximadamente 30 Gigabytes, suportando aproximadamente 800 mil transações/mês, com backup incremental e integral, armazenado junto à infraestrutura de Internet Data Center contratada especificamente para esta finalidade.

4. Diretrizes tecnológicas

O Município prioriza o uso de tecnologias livres e que sejam direcionadas para o ambiente da web. Assim, exige-se que a solução tecnológica objeto desta licitação deve:

- 4.1. Ser implementada em Java, utilizando servidor de aplicações que atenda integralmente a especificação J2EE e de preferência com código aberto, suporte a WebServices utilizando o protocolo SOAP, suporte a XML, uso de assinatura digital de XML com certificados A1 e A3.
- 4.2. Ser baseada em ambiente de desenvolvimento voltado para a internet e sob plataforma GNU/Linux, utilizando linguagens de programação Java ou PHP, que já são utilizadas amplamente pelo Município.
- 4.3. Utilizar PostgreSQL como sistema gerenciador de banco de dados, que é a tecnologia utilizada no Sistema de Gestão do Município.
- 4.4. O módulo Nota Fiscal de Serviços eletrônica, para facilitar a troca de informações entre as várias esferas de governo, deve ser baseado no modelo conceitual da Receita Federal do Brasil, secretarias de fazenda estaduais e da ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), demonstrando que o formato definido é fundamentado nos referidos modelos conceituais.
- 4.5. Permitir o acesso e a visualização da informação usando um dos programas de navegação Web disponíveis no mercado sem a necessidade de instalação de qualquer outro software ou "plug-in" nas máquinas clientes.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 589 | Pub. 269 |

II - Serviços a serem contratados:

| Relação dos Serviços |
|---|
| 1. Serviços de Consultoria Tributária |
| 1.1. Elaboração de Plano de Ação Fiscal |
| 1.2. Adequação Legal da Normativa Municipal |
| 1.3. Divulgação informativa para Contribuintes e Contadores |
| 1.4. Capacitação do Quadro de Servidores |
| 1.5. Revisão dos Processos de Fiscalização Tributária |
| 1.6. Apoio aos Processos de Fiscalização Tributária |
| 1.7. Gerenciamento do Plano de Ação Fiscal |
| 2. Sistemas |
| 2.1. Sistemas de Nota Fiscal e Declaração Mensal |
| 2.1.1 Nota Fiscal de Serviços eletrônica |
| 2.1.2 Declaração Mensal de Serviços eletrônica |
| 2.2. Sistemas de Análise, Planejamento e Apoio a Fiscalização |
| 2.2.1 Análise Fiscal |
| 2.2.2 Planejamento da Ação Fiscal |
| 2.2.3 Apoio ao Processo de Fiscalização |
| 3. Serviços na fase pré-operacional dos sistemas |
| 3.1 Implantação no Data Center |
| 3.2 Integração com o Sistema de Gestão |
| 3.3 Disponibilizar os sistemas na web |
| 3.4 Disponibilizar documentação |
| 4. Serviços na fase operacional dos sistemas |
| 4.1 Treinamento dos usuários |
| 4.2 Palestras de divulgação |
| 4.3 Manutenção Legal |
| 4.4 Manutenção Técnica |
| 4.5 Suporte Técnico |
| 4.6 Suporte Operacional |

1. Serviços de Consultoria Tributária:

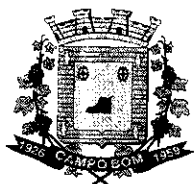
Os serviços de Consultoria Tributária, descritos abaixo, serão parte integrante do Planejamento da área de Fiscalização:

1.1. Elaboração de Plano de Ação Fiscal

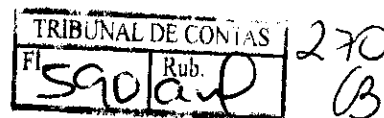
Deverão ser prestados serviços de assessoria para a elaboração de um Plano que vise integrar objetivos, metas e ações, bem como a adoção de indicadores de desempenho visando o incremento de receita com justiça fiscal ao longo do período contratado.

1.2. Adequação Legal da Normativa Municipal

Deverão ser prestados serviços de apoio técnico especializado em legislação tributária para a adequação da norma legal municipal que irá amparar o uso dos Sistemas de Notas Fiscais de Serviços eletrônica e Declaração Mensal de Serviços eletrônica, em no máximo uma semana a partir da contratação, conforme cronograma constante no item 4.7 abaixo. Os serviços de consultoria tributária, visando sanar dúvidas no tocante a legislação, deverão ser prestados durante todo o período de vigência do contrato, conforme cronograma constante no item 4.7.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



1.3. Divulgação informativa para Contribuintes e Contadores

Deverão ser prestados serviços de divulgação informativa aos usuários dos sistemas (contribuintes e profissionais contábeis) mediante a participação em 5 (cinco) palestras onde deverão ser abordados temas relativos às bases legais do tributo ISS no município e suas alterações frente à adoção dos novos Sistemas de Notas Fiscais de Serviços eletrônica e Declaração Mensal de Serviços eletrônica, em carga horária total não inferior a 15 horas conforme cronograma constante no item 4.7 abaixo.

1.4. Capacitação do Quadro de Servidores

Deverão ser prestados serviços de capacitação ao conjunto de servidores atuantes nos processos relacionados ao ISS, onde deverão ser abordados temas, tais como: conceitos e definições sobre planejamento estratégico, motivação, atualização da legislação tributária, técnicas e ferramentas de planejamento estratégico, técnicas de auditoria e técnicas de fiscalização, em carga horária total não inferior a 20 horas conforme cronograma constante no item 4.7 abaixo.

1.5. Revisão dos Processos de Fiscalização Tributária

Deverão ser prestados serviços de assessoria visando à revisão e/ou adequação dos processos e procedimentos relacionados com o tributo ISS, tendo por base as mudanças resultantes da implementação do conjunto de sistemas previstos neste edital. Este trabalho será desenvolvido mediante a realização de no mínimo 5 workshop's envolvendo todos os servidores atuantes no processo do ISS, em carga horária total não inferior a 20 horas, conforme cronograma constante no item 4.7 abaixo.

Ao final da etapa de "workshops" deverá ser elaborado o Manual de Processos Internos contendo todos os processos que mantenham relação com o Tributo ISS.

1.6. Apoio nos Processos de Fiscalização Tributária

Deverão ser prestados serviços de assessoria especializada em técnicas avançadas de fiscalização tributária, também denominado de inteligência fiscal, visando à adequação dos procedimentos envolvendo o processo de fiscalização tributária, tais como: técnicas de pesquisa, cruzamento e análise de dados e informações, técnicas para a apuração de indícios de sonegação e evasão tributária, técnicas de auditoria e de fiscalização tributária, qualidade e controle da documentação no processo de fiscalização tributária, tendo por base as mudanças resultantes da implementação do conjunto de sistemas previstos neste edital. Os serviços de assessoria devem ser realizados no ambiente de trabalho dos servidores atuantes no processo de fiscalização do ISS ao longo do período de vigência do contrato, em carga horária não inferior a 135 horas, conforme cronograma constante no item 4.7 abaixo.

1.7. Gerenciamento do Plano de Ação Fiscal

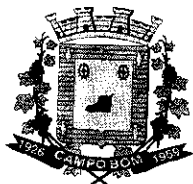
Deverão ser prestados serviços de assessoria especializada visando o Gerenciamento do Plano de Ação Fiscal, mediante a realização de encontros mensais de acompanhamento e o uso de ferramentas e metodologias adequadas. A finalidade dos encontros será o de avaliar o atingimento das metas e a correção de rumos visando o incremento da receita com justiça social.

2. Sistemas a serem fornecidos:

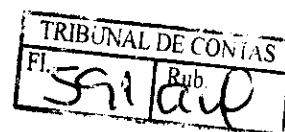
2.1. Sistemas de Nota Fiscal e Declaração Mensal

2.1.1. Nota Fiscal de Serviços eletrônica

O processo de emissão de notas fiscais de serviço de forma eletrônica deverá contemplar tecnologia que permita a conectividade da Prefeitura com os prestadores e os tomadores de serviços através da Internet, seja tanto por meio de "serviços web", como via "páginas web" e ainda via "programa cliente". Ao prestador de serviços deverá ser permitido a emissão e o



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



gerenciamento de suas Notas Fiscais de Serviços, geradas via sistema, sem a necessidade do preenchimento do livro fiscal, que será gerado automática e eletronicamente. Ao tomador de serviços deverá ser permitida a visualização e a confirmação da autenticidade da Nota fiscal de Serviços eletrônica junto ao Portal da Prefeitura. À Prefeitura será permitido o gerenciamento completo de todas as informações referentes às notas fiscais de serviços eletrônicas.

2.1.2. Declaração Mensal de Serviços eletrônica

O processo de emissão de Declaração mensal de serviços de forma eletrônica deverá permitir o envio, por parte do prestador não emitente de Nota Fiscal de Serviços eletrônica, seu contador, e o tomador dos serviços, substituto tributário ou não, de informações relativas aos serviços prestados e tomados sem a necessidade do preenchimento do livro fiscal, que será gerado automática e eletronicamente. Tais informações, a exemplo da nota fiscal de serviços eletrônica, deverão ser transmitidas via internet, por meio de "serviços web" e via "página web". À Prefeitura será permitido o gerenciamento completo de todas as informações referentes às notas de serviços prestados e tomados no Município, tanto de serviços prestados por contribuintes de dentro do Município como de fora dele.

2.2. Sistemas de Análise, Planejamento e Apoio a Fiscalização

2.2.1. Análise Fiscal

O sistema de análise fiscal deverá servir de apoio à atividade de planejamento da ação de fiscalização. Assim, mediante ferramenta que utiliza técnicas de "Business Intelligence", deverá estar inteiramente integrada aos demais sistemas, sendo possível coletar, organizar, analisar, compartilhar e monitorar informações históricas que sirvam de suporte ao planejamento e à ação do corpo de fiscais.

A ferramenta de análise fiscal deverá permitir a realização de diversas análises sob diversas formas, utilizando o conceito de "cubos", permitindo a visualização e a impressão destas análises e de diversos tipos de relatórios e gráficos.

Ainda, deverá disponibilizar um "painel de controle" para o monitoramento dos principais indicadores relacionados a atividade de fiscalização.

2.2.2. Planejamento da Ação Fiscal

O sistema de Planejamento da Ação Fiscal Eletrônica deverá servir para amparar o trabalho dos fiscais tendo por finalidade ajudá-los a desenvolverem suas tarefas e a trabalharem em grupo mediante planejamento, distribuição, automatização e controle de suas atividades, fornecimento de modelos, compartilhamento de informações, documentos, experiências e conhecimentos, ajudando a criar uma memória organizacional.

2.2.3. Apoio ao Processo de Fiscalização

O sistema de Apoio ao Processo de Fiscalização deverá disponibilizar ferramentas auxiliares ao trabalho do fiscal, permitindo a coleta de dados e informações dos sistemas de Notas Fiscais de Serviços eletrônica e Declaração Mensal de Serviços eletrônica de forma automática, a entrada de dados mediante digitação e/ou importação de arquivos, a parametrização, o cruzamento e a vinculação de dados e informações, a geração de cálculos de apuração de diferenças do tributo ISS, a emissão de documentos padronizados com a finalidade de permitir auditoria fiscal-contábil dos contribuintes.

3. Serviços na fase pré-operacional dos Sistemas:

3.1. Implantação no Internet Data Center: implantação dos sistemas junto ao serviço de infra-estrutura do internet Data Center, em no máximo uma semana a partir da contratação.

3.2. Integração com o Sistema de Gestão: implementação da integração, de forma automática, com o sistema de gestão (ERP) da Prefeitura, permitindo a sincronização on line de informações cadastrais e financeiras entre os sistemas, em no máximo uma semana a partir da contratação.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 592 | Rub. 100 |

272
B

A CONTRATANTE disponibilizará acesso integral à Base de Dados e será responsável pela definição das informações a serem disponibilizadas visando à implementação da interligação com o "Sistema de Gestão da Prefeitura";

3.3. Implantação de sistemas na web: disponibilizar os sistemas para uso pela Prefeitura e usuários contribuinte em páginas na web. Os sistemas deverão estar disponíveis na Web em no máximo uma semana a partir da contratação.

3.4. Entrega de documentação: disponibilizar, em meio eletrônico, documentos dos sistemas, compreendendo:

3.4.1. Apostilas de treinamento abrangendo todas as funcionalidades dos sistemas e que servirão de base para o processo de treinamento, em no máximo uma semana a partir da contratação.

3.4.2. Manual do Usuário contendo toda a orientação necessária aos usuários do sistema para o seu correto uso, em no máximo uma semana a partir da contratação.

3.4.3. Manual de conectividade contendo todas as informações necessárias para que o contribuinte possa desenvolver as adaptações necessárias em seus sistemas para fazer uso dos serviços Web, em no máximo uma semana a partir da contratação.

3.4.4. Lista de Perguntas & Respostas contendo informações esclarecedoras sobre os Sistemas de Notas Fiscais de Serviços eletrônica e Declaração de Serviços eletrônica a ser postada na web, em no máximo uma semana a partir da contratação.

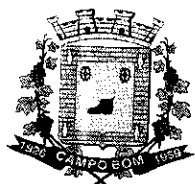
4. Serviços na fase operacional dos Sistemas:

4.1. Treinamento de usuários: Realizar treinamento visando esclarecer sobre o uso dos sistemas para os novos usuários, a saber: Para os servidores indicados pela prefeitura que serão usuários do sistema e para os contribuintes escolhidos como piloto para implementação da Nota Fiscal de Serviços eletrônica e Declaração Mensal de Serviços eletrônica. O processo de treinamento deverá ocorrer, junto às dependências da prefeitura ou em lugar a ser indicado em carga horária total não inferior a 48 horas conforme cronograma constante no item 4.7 abaixo e tabela abaixo:

| Treinamento de Usuários | Prazo Início | Nº de Horas |
|---|--------------|-------------|
| Sistema Nota Fiscal de Serviços eletrônica: Usuário Prefeitura | 07 dias | 8 |
| Sistema Nota Fiscal de Serviços eletrônica: Usuário Contribuinte-piloto | 14 dias | 4 |
| Sistema Declaração Mensal de Serviços eletrônica: Usuário Prefeitura | 21 dias | 8 |
| Sistema de Análise Fiscal: Usuário Prefeitura | 35 dias | 8 |
| Sistema Declaração Mensal de Serviços eletrônica: Usuário Contribuinte-piloto | 42 dias | 4 |
| Sistema de Planejamento da Ação Fiscal: Usuário Prefeitura | 49 dias | 8 |
| Sistema de Apoio ao Processo de Fiscalização: Usuário Prefeitura | 63 dias | 8 |

4.2. Palestras de divulgação: Como parte do processo de implantação dos sistemas a empresa CONTRATADA deverá participar de, no mínimo, 05 (cinco) Palestras de Divulgação, a serem promovidas pela Prefeitura, visando disponibilizar informações e demonstrar o uso dos sistemas para novos usuários (contribuintes e contadores) em carga horária total não inferior a 15 horas conforme cronograma constante no item 4.7 abaixo.

4.3. Manutenção Legal: compreende as alterações legais (federais, estaduais e municipais) que impactando os sistemas contratados necessitem de apoio da CONTRATADA. Os sistemas deverão estar em consonância com a legislação municipal, estadual e federal sobre o assunto,



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

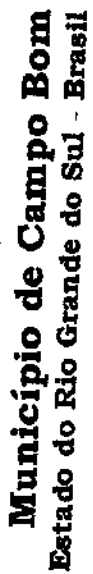
| | |
|--------------------|----------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| Fl. 593 | Rub. 273 |

sendo responsabilidade da Prefeitura providenciar a entrega ao Contratado das modificações na legislação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para os ajustamentos necessários.

4.4. Manutenção Técnica: trata-se da atualização técnica dos sistemas mediante o fornecimento sistemático de novas versões dos sistemas e aplicativos. A manutenção técnica diz respeito à tecnologia empregada no desenvolvimento do sistema visando o seu correto funcionamento, não se confundindo com o desenvolvimento de novas funcionalidades aos sistemas já implantados.

4.5. Suporte Técnico: trata-se de uma gama de serviços (instalação física dos sistemas nos equipamentos do Internet Data Center, suas atualizações, configurações e parametrizações, suas integrações via serviços web) visando o adequado funcionamento das soluções implantadas junto à infra-estrutura (Internet Data Center).

4.6. Suporte Operacional: trata-se do atendimento especializado aos usuários da Prefeitura, na forma remota ou presencial, sempre que necessário, visando à resolução de dúvidas e o adequado uso das soluções disponibilizadas para uso na página web. O atendimento online, para os usuários da Prefeitura, deverá ser realizado através de ferramenta a ser disponibilizada via web. Além de permitir o registro das solicitações/reclamações, deverá permitir ao usuário o preenchimento de um questionário de avaliação referente à qualidade do atendimento prestado. Todo o atendimento aos contribuintes usuários do sistema deverá ser procedido pela Prefeitura, devendo os assuntos apresentados, quando pertinentes, serem repassados à CONTRATADA que tomará as necessárias providências reportando a solução à Prefeitura que repassará ao contribuinte. Para tanto, a CONTRATADA deverá dispor, durante o horário de expediente da Prefeitura, técnicos das devidas áreas, para o pronto atendimento e/ou encaminhamento das soluções de problemas relacionados a toda sistemática implantada. O atendimento presencial, quando necessário, não incidirá custos adicionais (despesas com deslocamento, estadia, horas trabalhadas e demais), com o fim de garantir a operacionalização dos sistemas, assim como, dirimir possíveis dúvidas que possam surgir no uso dos mesmos.



4.7. Cronograma:

[illegible]

PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: INTELLIT – Inteligência em Tecnologia Ltda.

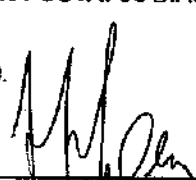
CNPJ MF Nº: 08.967.207/0001-41 **TELEFONE/FAX:** (0XX 51) 3378 -1054

Valores em R\$

| I - Serviços Fixos | Valor Fixo |
|---|--------------|
| 1. Implantação, integração, documentação, capacitação, workshop's, treinamento e palestras: - Treinamento de ferramentas tecnológicas, incluindo integração e documentação (até 24 horas – R\$ 100,00/hora = R\$ 2.400,00) - Curso de capacitação e treinamento na área tributária, incluindo workshop's e palestras (até 40 horas – R\$ 95,00/hora = R\$ 3.800,00) | 6.200,00 |
| II - Serviços Mensais | Valor Mensal |
| 2. Serviços de Consultoria Tributária | 3.000,00 |
| 3. Sistema Nota Fiscal de Serviços eletrônica | 6.000,00 |
| 4. Sistema Declaração de Serviços eletrônica | 6.000,00 |
| 5. Sistema de Análise Fiscal | 1.300,00 |
| 6. Sistema Planejamento da Ação Fiscal | 1.300,00 |
| 7. Sistema Apoio ao Processo de Fiscalização | 1.300,00 |
| 8. Manutenção e Suporte | 1.600,00 |
| 9. Soma dos Valores dos Serviços Mensais (itens 2+3+4+5+6+7+8): | 20.500,00 |
| 10. Soma dos Valores dos Serviços Mensais em 12 meses (multiplicar o valor do campo 9 por 12): | 246.000,00 |
| III - Serviços Fixos e Mensais | Valor Total |
| Valor Total da Proposta (soma dos campos 1 e 10): | 252.200,00 |

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 DIAS.

CAMPO BOM, 01 de Julho de 2010.


Representante Legal: Salomão Alberto Leizer

Carteira de Identidade nº: 3033202502 – **Órgão Expedidor:** SSP/RS

CPF nº: 106.477.750-34

| | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º | 7º | 8º | 9º | 10º | 11º | 12º | Total |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| I - Serviços Fixos | | | | | | | | | | | | | |
| 1. - Treinamento de ferramentas tecnológicas, incluindo integração e documentação (até 24 horas - R\$ 100,00/hora = R\$ 2.400,00) | 1.200,00 | 1.000,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.200,00 |
| - Curso de capacitação e treinamento na área tributária, incluindo workshop e palestras (até 40 horas - R\$ 95,00/hora = R\$ 3.800,00) | 1.900,00 | 1.500,00 | 400,00 | | | | | | | | | | |
| II - Serviços Mensais | | | | | | | | | | | | | |
| 2. Serviços de Consultoria Tributária (até 15 horas mensais - R\$ 200,00/hora) | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 36.000,00 |
| 3 Sistema Nota Fiscal de Serviços eletrônica | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 72.000,00 |
| 4. Sistema Declaração de Serviços eletrônica | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 72.000,00 |
| 5. Sistema de Análise Fiscal | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 15.600,00 |
| 6. Sistema Planejamento de Ação Fiscal | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 15.600,00 |
| 7. Sistema Apoio ao Processo de Fiscalização | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 15.600,00 |
| 8. Manutenção e Suporte | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.800,00 | 1.600,00 | 1.800,00 | 1.600,00 | 1.800,00 | 1.600,00 | 1.800,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 19.200,00 |
| I + II - Valor Mensal da Proposta: | 23.600,00 | 23.000,00 | 21.700,00 | 20.800,00 | 20.600,00 | 20.600,00 | 20.600,00 | 20.600,00 | 20.600,00 | 20.600,00 | 20.600,00 | 20.600,00 | |
| Valor Total da Proposta (extenso e numérico): | | | | | | | | | | | | | 252.200,00 |

(Duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos reais.)

Campo Bom, 01 de Julho de 2010.

Representante Legal: Salomão Alberto Leizer
Carteira de Identidade nº: 3033202502 - Órgão Expedidor: SSP/RS



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Razão de Fornecedor, Orcamentario

31 de Dezembro de 2010

Pg. 1

Fornecedor.: 508630 INTERLIT-INTELEGENCIA EM TECNOLOGIA LTDA

Orgao.: 99

Unidade.: 99

Saldo em: Dezembro/2010

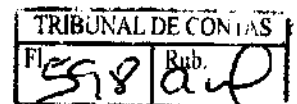
Empenhado Período 340.865,50
Liquidado Período 305.185,50
Pago Período 305.185,50

Saldo a Liquidar 35.680,00
Saldo a Pagar 0,00

| | | | | |
|------------|------------|--|----------------------|------------|
| 04.01.2010 | Empenho | Emp 000298/2010 Despesa800189 MANUTENCAO DE SOFTWARE | | |
| 04.01.2010 | Empenho | Emp 000247/2010 Despesa800344 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | 16.660,35 | |
| 04.01.2010 | Empenho | Emp 000533/2010 Despesa800260 LOCACAO DE SOFTWARES | 36.200,00 | |
| 04.01.2010 | Empenho | Emp 000669/2010 Despesa800189 MANUTENCAO DE SOFTWARE | 19.500,00 | |
| 04.01.2010 | Liquidacao | Emp 000298/2010 Despesa800189 MANUTENCAO DE SOFTWARE | 39,99 | |
| | | Emp 000669/2010 800189 | | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | PARTE NF 54 | 5.526,79+ |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | PARTE NF54 | 39,99+ |
| 04.01.2010 | Liquidacao | Emp 000247/2010 Despesa800344 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | NF55 | 12.066,67+ |
| | Pagamento | Emp 000298/2010 Conta 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | | |
| | | Emp 000669/2010 1 | PAGAMENTO NESTA DATA | 43,51- |
| | Pagamento | Emp 000298/2010 Conta 30 BCO.DO BRASIL C/PPM/CORRENTE | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 39,99- |
| 04.02.2010 | Liquidacao | Emp 000533/2010 Despesa800260 LOCACAO DE SOFTWARES | 5.483,28- | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | NF 57 | 6.500,00+ |
| 05.02.2010 | Pagamento | Emp 000247/2010 Conta 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 181,01- |
| 05.02.2010 | Pagamento | Emp 000247/2010 Conta 6 BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 11.885,66- |
| 05.02.2010 | Liquidacao | Emp 000298/2010 Despesa800189 MANUTENCAO DE SOFTWARE | | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | NF 58 | 5.566,78+ |
| 14.02.2010 | Pagamento | Emp 000533/2010 Conta 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 97,50- |
| 14.02.2010 | Pagamento | Emp 000533/2010 Conta 30 BCO.DO BRASIL C/PPM/CORRENTE | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.402,50- |
| 14.02.2010 | Liquidacao | Emp 000247/2010 Despesa800344 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | NF 59 | 12.066,67+ |
| 16.02.2010 | Pagamento | Emp 000298/2010 Conta 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 83,50- |
| 04.03.2010 | Pagamento | Emp 000298/2010 Conta 3580 BCO.DO BRASIL C/MOV/CORRENTE | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 5.483,28- |
| 04.03.2010 | Pagamento | Emp 000247/2010 Conta 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 181,01- |
| 04.03.2010 | Pagamento | Emp 000247/2010 Conta 30 BCO.DO BRASIL C/PPM/CORRENTE | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 11.885,66- |
| 04.03.2010 | Liquidacao | Emp 000298/2010 Despesa800189 MANUTENCAO DE SOFTWARE | | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | NF 61 | 5.566,78+ |
| 14.03.2010 | Liquidacao | Emp 000533/2010 Despesa800260 LOCACAO DE SOFTWARES | | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | NF 62 | 6.500,00+ |
| 14.03.2010 | Pagamento | Emp 000533/2010 Conta 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 97,50- |
| 04.03.2010 | Pagamento | Emp 000533/2010 Conta 6 BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.402,50- |
| 04.03.2010 | Liquidacao | Emp 000247/2010 Despesa800344 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | | |
| | | | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | NF 63 | 12.066,66+ |
| 04.03.2010 | Empenho | Emp 002831/2010 Despesa800260 LOCACAO DE SOFTWARES | | |
| | | | | 20.248,53 |
| | Pagamento | Emp 000247/2010 Conta 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | | |
| | | Emp 000298/2010 1 | PAGAMENTO NESTA DATA | 181,00- |
| | Pagamento | Emp 000247/2010 Conta 6 BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | | |
| | | Emp 000298/2010 6 | PAGAMENTO NESTA DATA | 83,50- |
| 04.04.2010 | Empenho | Emp 002832/2010 Despesa800189 MANUTENCAO DE SOFTWARE | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 11.885,66- |
| 04.04.2010 | Empenho | Emp 002832/2010 Despesa800189 MANUTENCAO DE SOFTWARE | | |
| | | | PAGAMENTO NESTA DATA | 5.483,28- |
| 04.04.2010 | Empenho | Emp 002836/2010 Despesa800344 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | | |
| | | | | 16.700,34 |
| | | | | 50.000,00 |



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Razão do Fornecedor, Orcamentario

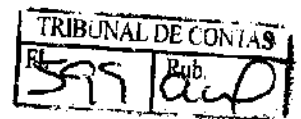
31 de Dezembro de 2010

Pg. 2

| | | | | | | |
|------------|------------|-----------------|---------------|------------------------------|----------------------|------------|
| 07.04.2010 | Liquidacao | Emp 000533/2010 | Despesa800260 | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 65 | 6.500,00+ |
| 15.04.2010 | Pagamento | Emp 000533/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 97,50- |
| 15.04.2010 | Pagamento | Emp 000523/2010 | Conta 385 | BCO.DO BRASIL C/ICMS EXPORT. | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.402,50- |
| 15.04.2010 | Liquidacao | Emp 002831/2010 | Despesa800189 | MANUTENCAO DE SOFTWARE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 66 | 5.566,78+ |
| | Liquidacao | Emp 002866/2010 | Despesa800344 | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 67 | 12.500,00+ |
| 30.04.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 83,50- |
| | Pagamento | Emp 002866/2010 | Conta 30 | BCO.DO BRASIL C/FPM/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 5.483,28- |
| | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 30 | BCO.DO BRASIL C/FPM/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 12.312,50- |
| 08.05.2010 | Liquidacao | Emp 002831/2010 | Despesa800260 | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 69 | 6.749,51+ |
| 14.05.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 101,24- |
| 14.05.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 30 | BCO.DO BRASIL C/FPM/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.648,27- |
| 14.05.2010 | Liquidacao | Emp 002831/2010 | Despesa800189 | MANUTENCAO DE SOFTWARE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 70. | 5.566,78+ |
| | Liquidacao | Emp 002866/2010 | Despesa800344 | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 71. | 12.500,00+ |
| 31.05.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 83,50- |
| | Pagamento | Emp 002866/2010 | Conta 2580 | BCO.DO BRASIL C/MOV/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 5.483,28- |
| | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 2580 | BCO.DO BRASIL C/MOV/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 12.312,50- |
| 08.06.2010 | Liquidacao | Emp 002831/2010 | Despesa800260 | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 73. | 6.749,51+ |
| 10.06.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 101,24- |
| 10.06.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 6 | BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.648,27- |
| 10.06.2010 | Liquidacao | Emp 002831/2010 | Despesa800189 | MANUTENCAO DE SOFTWARE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 74. | 5.566,78+ |
| | Liquidacao | Emp 002866/2010 | Despesa800344 | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 75. | 12.500,00+ |
| 30.06.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 83,50- |
| | Pagamento | Emp 002866/2010 | Conta 2580 | BCO.DO BRASIL C/MOV/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 5.483,28- |
| | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 2580 | BCO.DO BRASIL C/MOV/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 12.312,50- |
| 07.07.2010 | Liquidacao | Emp 002831/2010 | Despesa800260 | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 77 | 6.749,51+ |
| 15.07.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 101,24- |
| 15.07.2010 | Pagamento | Emp 002831/2010 | Conta 6 | BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.648,27- |
| 19.07.2010 | Empenho | Emp 006069/2010 | Despesa800189 | MANUTENCAO DE SOFTWARE | PAGAMENTO NESTA DATA | 5.566,78 |
| 21.07.2010 | Empenho | Emp 006074/2010 | Despesa800260 | LOCACAO DE SOFTWARES | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.749,51 |
| 21.07.2010 | Liquidacao | Emp 002866/2010 | Despesa800344 | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 78 | 12.500,00+ |
| 30.07.2010 | Liquidacao | Emp 006069/2010 | Despesa800189 | MANUTENCAO DE SOFTWARE | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 79. | 5.566,78+ |
| | Liquidacao | Emp 006074/2010 | Despesa800260 | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | |
| | | | | | NF 81. | 6.749,51+ |
| | Pagamento | Emp 002866/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 187,50- |
| | Pagamento | Emp 002866/2010 | Conta 30 | BCO.DO BRASIL C/FPM/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 12.312,50- |
| 31.08.2010 | Empenho | Emp 006593/2010 | Despesa800260 | LOCACAO DE SOFTWARES | PAGAMENTO NESTA DATA | 87.500,00 |
| | Empenho | Emp 006594/2010 | Despesa800289 | SERVICO DE SELECAO E TREINAM | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.200,00 |
| | Empenho | Emp 006595/2010 | Despesa801397 | SERVICOS TECNICOS PROFISSION | PAGAMENTO NESTA DATA | 15.000,00 |
| 06.08.2010 | Pagamento | Emp 006069/2010 | Conta 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 83,50- |



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Razão do Fornecedor, Documentário

31 de Dezembro de 2010

Pg. 3

| | | | | | |
|------------|--|-----|------------------------------|----------------------|------------|
| | Emp 006674/2010 | 1 | | PAGAMENTO NESTA DATA | |
| | Pagamento Emp 006069/2010 Conta | 6 | BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CD | PAGAMENTO NESTA DATA | 101,24- |
| | Emp 006674/2010 | 6 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 5.483,28- |
| 24.08.2010 | Empenho Emp 007022/2010 Despesa800344 | | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | PAGAMENTO NESTA DATA | 6.648,27- |
| 30.08.2010 | Liquidacao Emp 007022/2010 Despesa800344 | | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | 62.500,00 |
| | | | | NF 85. | |
| 03.09.2010 | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 12.500,00+ |
| | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 6 | BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | PAGAMENTO NESTA DATA | 187,50- |
| 30.09.2010 | Liquidacao Emp 006593/2010 Despesa800260 | | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | 12.312,50- |
| | | | | NF 89 | |
| | Liquidacao Emp 006595/2010 Despesa801397 | | SERVICOS TECNICOS PROFISSION | VALOR LIQUIDADO | 17.500,00+ |
| | | | | NF 90. | |
| 10.09.2010 | Pagamento Emp 006593/2010 Conta | 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 3.000,00+ |
| | Emp 006595/2010 | 1 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 262,50- |
| | Pagamento Emp 006593/2010 Conta | 385 | BCO.DO BRASIL C/ICMS EXPORT. | PAGAMENTO NESTA DATA | 45,00- |
| | Emp 006595/2010 | 385 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 17.237,50- |
| 30.09.2010 | Liquidacao Emp 007022/2010 Despesa800344 | | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | 2.955,00- |
| | | | | NF 92. | |
| 03.10.2010 | Liquidacao Emp 006593/2010 Despesa800260 | | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | 12.500,00+ |
| | | | | NF 93. | |
| | Liquidacao Emp 006595/2010 Despesa801397 | | SERVICOS TECNICOS PROFISSION | VALOR LIQUIDADO | 17.500,00+ |
| | | | | NF 94. | |
| 07.10.2010 | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 3.000,00+ |
| | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 30 | BCO.DO BRASIL C/PPM/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 187,50- |
| 08.10.2010 | Pagamento Emp 006593/2010 Conta | 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 12.312,50- |
| | Emp 006595/2010 | 1 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 262,50- |
| | Pagamento Emp 006593/2010 Conta | 6 | BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | PAGAMENTO NESTA DATA | 45,00- |
| | Emp 006595/2010 | 6 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 17.237,50- |
| 19.10.2010 | Liquidacao Emp 007022/2010 Despesa800344 | | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | 2.955,00- |
| | | | | NF 99. | |
| 04.11.2010 | Liquidacao Emp 006594/2010 Despesa800289 | | SERVICO DE SELECAO E TREINAM | VALOR LIQUIDADO | 12.500,00+ |
| | | | | NF 103. | |
| 28.11.2010 | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 760,00+ |
| | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 6 | BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | PAGAMENTO NESTA DATA | 187,50- |
| 17.11.2010 | Liquidacao Emp 006593/2010 Despesa800260 | | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | 12.312,50- |
| | | | | NF 102. | |
| | Liquidacao Emp 006595/2010 Despesa801397 | | SERVICOS TECNICOS PROFISSION | VALOR LIQUIDADO | 17.500,00+ |
| | | | | NF 100. | |
| 11.11.2010 | Pagamento Emp 006593/2010 Conta | 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 3.000,00+ |
| | Emp 006594/2010 | 1 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 262,50- |
| | Emp 006595/2010 | 1 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 11,40- |
| | Pagamento Emp 006594/2010 Conta | 10 | CXA.ECON.FEDERAL C/MOVIMENTO | PAGAMENTO NESTA DATA | 45,00- |
| | Pagamento Emp 006593/2010 Conta | 30 | BCO.DO BRASIL C/PPM/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 748,60- |
| | Emp 006595/2010 | 30 | | PAGAMENTO NESTA DATA | 17.237,50- |
| 02.12.2010 | Liquidacao Emp 007022/2010 Despesa800344 | | SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE | VALOR LIQUIDADO | 2.955,00- |
| | | | | NF 107 | |
| 07.12.2010 | Liquidacao Emp 006595/2010 Despesa801397 | | SERVICOS TECNICOS PROFISSION | VALOR LIQUIDADO | 12.500,00+ |
| | | | | NF 109. | |
| | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 1 | CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 3.000,00+ |
| | Pagamento Emp 007022/2010 Conta | 6 | BCO.DO BRASIL C/MOVIMENTO/CO | PAGAMENTO NESTA DATA | 187,50- |
| 09.12.2010 | Liquidacao Emp 006593/2010 Despesa800260 | | LOCACAO DE SOFTWARES | VALOR LIQUIDADO | 12.312,50- |
| | | | | NF 110 | |
| | Liquidacao Emp 006594/2010 Despesa800289 | | SERVICO DE SELECAO E TREINAM | VALOR LIQUIDADO | 17.500,00+ |
| | | | | NF 111. | |
| | | | | | 760,00+ |



Prefeitura Municipal de Campo Bom
Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Razão de Fornecedor, Orcamentario

31 de Dezembro de 2010

Pg. 4

| | | | | | | |
|------------|-----------|-----------------|-------|---------------------------------|----------------------|------------|
| 30.12.2010 | Pagamento | Emp 006593/2010 | Conta | 1 CAIXA DO PODER EXECUTIVO | PAGAMENTO NESTA DATA | 262,50- |
| | | Emp 006594/2010 | | 1 | PAGAMENTO NESTA DATA | 11,40- |
| | | Emp 006595/2010 | | 2 | PAGAMENTO NESTA DATA | 45,00- |
| | Pagamento | Emp 006593/2010 | Conta | 39 BCO.DG BRASIL C/FPM/CORRENTE | PAGAMENTO NESTA DATA | 17.237,50- |
| | | Emp 006594/2010 | | 30 | PAGAMENTO NESTA DATA | 748,60- |
| | | Emp 006595/2010 | | 30 | PAGAMENTO NESTA DATA | 2.955,00- |



RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA TRADICIONAL

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO Nº 02/2010 (final)

| PROCESSO Nº | ORDEM DE AUDITORIA Nº |
|--------------------|------------------------------|
| 924-0200/10-5 | 2543/2010 |

UNIDADE AUDITADA: Executivo Municipal

MUNICÍPIO: Campo Bom

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL: Faisal Mothci Karam

EXERCÍCIO EXAMINADO: 2010

PERÍODO DE VERIFICAÇÃO: 02/05 a 09/05/2011

RELATÓRIO ELABORADO MEDIANTE: Consulta informatizada, auditoria "in loco", esclarecimentos espontâneos e requisições de documentos.

EQUIPE DE AUDITORIA:

Leandro Tadeu Souza dos Santos
Adroaldo Xavier da Silva
Cesar Corrêa Becker
Eda Regina Doederlein Schwartz
José Luiz Gallicchio Hansen

A presente análise fundamenta-se no disposto nos artigos 31 e 70 a 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Complementar Federal nº 101/2000; Lei Estadual nº 11.424/2000 (Lei Orgânica do TCE/RS) e Resolução nº 544/2000 (RITCE).

O exame levado a efeito, atendendo a determinação do Sr. Conselheiro Relator para que se procedesse ao Acompanhamento de Gestão do exercício, evidenciou as seguintes situações:



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| I - INCONFORMIDADES APONTADAS NO ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO Nº 01 | 3 |
| 1. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO | 3 |
| 1.1. Inconformidades na Central do Sistema de Controle Interno | 3 |
| 1.1.1. SERVIDORES EXECUTANDO OUTRAS ATIVIDADES ALÉM DAS DE CONTROLE INTERNO | 3 |
| 1.1.2. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE CONSULTORIA | 6 |
| II - INCONFORMIDADES APONTADAS NO ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO FINAL | 11 |
| 2. AGENTES POLÍTICOS | 11 |
| 2.1. Revisão Anual de Subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito sem Lei Específica | 11 |
| 2.2. Descumprimento dos Princípios da Economicidade, Moralidade e Razoabilidade no Pagamento de Diárias | 12 |
| 2.3. Diárias de Agentes Políticos Fixadas por Decreto | 17 |
| 2.4. Pagamento Indevido de Transporte Urbano Concomitante ao Pagamento de Diárias | 19 |
| 2.5. Gratificação Natalina e Abono Pecuniário de Férias Pagos a Agentes Políticos sem Legislação Local Autorizando a Despesa | 19 |
| 2.6. Pagamento Indevido de Abono a Agentes Políticos | 22 |
| 3. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 23 |
| 3.1. Pagamento Indevido à Servidora Desconstituída de sua Reintegração | 23 |
| 3.2. Pagamento de Horas-Extras de Forma Continuada e em Excesso | 24 |
| 3.3. Pagamento Indevido de Abono a Servidores Detentores de Cargos em Comissão | 25 |
| 3.4. Existência de Cargos em Comissão cujas Atribuições não Atendem ao Trinômio Direção, Chefia e Assessoramento | 28 |
| 4. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS | 36 |
| 4.1. Licitações e Contratos de Tecnologia da Informação | 36 |
| 4.1.1. SISTEMAS IMPLANTADOS E NÃO OPERACIONAIS – VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE | 36 |



I - INCONFORMIDADES APONTADAS NO ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO Nº 01

1. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1.1. Inconformidades na Central do Sistema de Controle Interno

1.1.1. SERVIDORES EXECUTANDO OUTRAS ATIVIDADES ALÉM DAS DE CONTROLE INTERNO

A inconformidade permaneceu inalterada até o fim do período examinado.

Reprodução integral do texto do Acompanhamento de Gestão 01/10.

A Lei Municipal nº 2.233 (fls. 04 e 05), de 20/12/01, estabeleceu, no seu artigo quarto, abaixo transcrito, a composição do Sistema de Controle Interno do município de Campo Bom.

Art. 4º. A Central do Sistema de Controle Interno será integrada por servidores do Município, sendo:

I - 01 (um) contador ou técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II - 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de nível médio ou superior, com experiência comprovada em Administração Pública Municipal.

Através das Portarias nºs. 17.902 (fl. 06) e 17.903 (fl. 07), datadas de 30/04/02, e da Portaria nº 27.292 (fl. 08), de 10/06/09, designou o Prefeito Municipal para atuarem na Unidade Central de Controle Interno do Município os servidores efetivos TELMO CORREA SOBRINHO (Assessor Superior de Planejamento), ILONE MARIA ZIMMERMANN (Assessora Superior Contábil) e JERRI LUIS DE MORAES (Auxiliar de Tesoureiro), respectivamente.

Constatou-se, entretanto, que esses servidores nomeados para o Controle Interno Municipal desempenham outras atividades na administração do Município além das atribuídas ao Controle Interno. Segue Informação prestada pela Contadora do Município, datada de 30/07/10 (fl. 09):

Em resposta a sua solicitação de informações sobre o cargo em que atuam os servidores integrantes do Sistema de Controle Interno deste Município, bem como as atividades exercidas pelos mesmos.

Informamos que os três integrantes são servidores efetivos e relacionamos abaixo as portarias de nomeação dos mesmos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 604 | |

| Portaria nº | Servidor | Cargo |
|------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| 28.988/10 – 16-06-2010 | Ilone Maria Zimmermann | Assessora Superior Contábil |
| 26.223/09 – 05-01-2009 | Telmo Corrêa Sobrinho | Assessor Superior de Planejamento |
| 11.898/98 – 06-05-1998 | Jerri Luis de Moraes | Auxiliar de Tesoureiro |

Segue em anexo as portarias, bem como o detalhamento das atribuições dos cargos, conforme consta na lei de cargos e salários deste município.

Segue em anexo cópia do contrato com a empresa Gestão Ltda., que presta serviços de Consultoria Técnica e Administrativa à Comissão de Controle Interno.

Como referido na Informação, juntou à resposta o Executivo Municipal as Portarias nºs. 28.988 (fl. 10), 26.223 (fl. 11) e 11.898 (fl. 12), que nomearam os servidores ILONE MARIA ZIMMERMANN, TELMO CORRÊA SOBRINHO e JERRI LUIS DE MORAES para exercerem os respectivos cargos de Assessora Superior Contábil, Assessor Superior de Planejamento e Auxiliar de Tesoureiro.

Considerando então as Portarias nºs. 28.988 (fl. 10), 26.223 (fl. 11) e 11.898 (fl. 12) e a descrição das atividades atinentes a cada cargo (fls. 13 e 14) e também o destacado na Informação prestada pelo Município em 30/07/10, pode-se concluir que os servidores nomeados para integrarem a Central do Controle Interno do Município desempenham outras atividades além das pertinentes ao Controle Interno.

Sobre a possibilidade de um mesmo servidor desenvolver atividades diversas das concernentes ao controle interno, cabe trazer ao processo fragmentos, destacados a seguir, da Informação nº 60/2002, exarada pela Consultoria Técnica deste Tribunal em 19/08/02.

*5.1. Verificamos, então, a necessidade de que os **servidores responsáveis pelo controle interno tenham a aludida estabilidade**, o que nos faz concluir que os mesmos deveriam estar subordinados ao regime jurídico estatutário, ocupando cargo de provimento efetivo.*

(...)

E inobstante inexistir, até o momento, qualquer regramento definindo quais seriam as atividades típicas de Estado, entendemos que aquelas concernentes ao controle, pelos motivos já expostos e por outros que poderiam ser arrolados, deveriam ser exercidas tão-somente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que não ficariam sujeitos às possíveis pressões que pudessem sobre eles ser exercidas, a fim de que os mesmos pudessem atuar com tranqüilidade e, quando fosse o caso, cumprir o disposto no anteriormente transcrito §1º do art. 74 da Lei Maior.

6. No que diz respeito à possibilidade de aproveitamento do profissional titular da área Contábil para atuação como responsável na área do controle interno, reportamo-nos, novamente, ao aludido Artigo, no qual foi referido que, “nos Municípios pequenos recomenda-se a criação de um único cargo admitindo-se, até mesmo, que as funções atribuídas à Unidade Central de Controle Interno sejam,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 605 | |

temporariamente, acumuladas pelo próprio Chefe de Contabilidade. (...) Assim, mesmo que não sejam criados os cargos na hipótese do Chefe da Contabilidade acumular as funções, é indispensável que sejam cumpridas as atribuições e que se criem as condições necessárias para tanto”. (Grifamos.)

*Segundo ressaltado no transcrito excerto do Artigo em foco, se as funções atribuídas à Unidade Central de Controle Interno forem exercidas pelo Chefe de Contabilidade, deverão sê-lo por **determinado período**, cabendo ao Poder Público providenciar para que um ou mais servidores sejam alocados à realização da atividade, fazendo, assim, com que o Chefe da Contabilidade possa retornar ao desempenho exclusivo de suas tarefas **no menor tempo possível**.*

A proposta trazida pelo consulente, no sentido de que o mencionado Chefe possa exercer permanentemente esta tarefa, “evitando a nomeação de outro profissional com a mesma formação e oneração das contas públicas”, não merece prosperar, eis que a atribuição de responsabilidade pelo controle interno é atividade determinada constitucionalmente, apresentando caráter permanente, devendo, conseqüentemente, ser desempenhada por servidor (es) específico (s). Acaso o Titular do Setor de Contabilidade acumulasse ambas as tarefas, considerando que este Setor será, igualmente, objeto de análise pela citada Unidade Central, como o mesmo se autofiscalizaria? Não haveria, então, a observância ao princípio da segregação de funções.

(...)

Sendo assim, não está o Administrador Público observando aspectos legais ditados por este Tribunal de Contas por meio da Informação já comentada, uma vez que os três membros da Central do Sistema de Controle Interno vêm executando outras tarefas, além daquelas atribuídas pela Lei Municipal nº 2.233 (fls. 04 e 05) e pelo artigo 74 da Constituição Federal.

Abordagem neste Acompanhamento de Gestão 02/10-Final.

Quando da realização do Acompanhamento de Gestão nº 02-Final, através da Requisição de Documentos nº 10/2011 (fl. 390), de 02/05/11, solicitaram-se, para análise da matéria e certificação da continuidade do apontamento relatado no Acompanhamento de Gestão nº 01/2010, as seguintes informações:

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1. Informar os membros que compuseram a Central do Sistema de Controle Interno desse Município no período de 29/07 a 31/12/10;

2. Informar se os membros da Central de Controle Interno exerceram outras atividades além das pertinentes ao controle interno no período de 29/07 a 31/12/10;

(...)

O Executivo Municipal de Campo Bom, em atendimento aos quesitos primeiros da RD nº 10/2011, antes transcrita, em 04/05/11, através de informação assinada



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 606 | |

pelo Senhor Jerri Luis de Moraes, integrante da Central do Sistema de Controle Interno (fl. 08), assim se manifestou (fl. 391).

Em resposta a sua solicitação de informações sobre os membros que compuseram a Central de Controle Interno do Município no período de 29/07/2010 a 31/12/2010 e se os mesmos exerceram outras atividades além das pertinentes ao controle interno neste mesmo período.

Informamos que os três integrantes são servidores efetivos e relacionamos abaixo as portarias de nomeação dos mesmos:

| Portaria nº | Servidor | Cargo |
|------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| 28.988/10 – 16-06-2010 | Ilone Maria Zimmermann | Assessora Superior Contábil |
| 26.223/09 – 05-01-2009 | Telmo Corrêa Sobrinho | Assessor Superior de Planejamento |
| 11.898/98 – 06-05-1998 | Jerri Luis de Moraes | Auxiliar de Tesoureiro |

Segue em anexo as portarias, bem como o detalhamento das atribuições dos cargos, conforme consta na lei de cargos e salários deste município.

(...)

A descrição das atividades atinentes a cada cargo juntadas à Informação destacada anteriormente são idênticas àquelas já apensadas a este Processo quando do Acompanhamento de Gestão nº 01/2010 (fls. 13 e 14).

Diante então da Informação prestada pelo Município em 04/05/11, consoante às Portarias nºs. 28.988 (fl. 10), 26.223 (fl. 11) e 11.898 (fl. 12) e a descrição das atividades atinentes a cada cargo (fls. 13 e 14), pode-se concluir que os servidores nomeados para integrarem a Central do Controle Interno do Município desempenharam outras atividades além das pertinentes ao Controle Interno no ano de 2010.

1.1.2. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE CONSULTORIA

A inconformidade permaneceu inalterada até o fim do período examinado.

Reprodução integral do texto do Acompanhamento de Gestão 01/10.

Além de os servidores nomeados para a Central do Sistema de Controle Interno do Município desempenharem outras atividades que não só as de controle (v. seção 1.1.1), mantém o Executivo Municipal um contrato de prestação de serviços em assessoria e suporte técnico à Central do Controle Interno com a empresa GESTÃO LTDA., que foi assinado em 01/03/10 (fls. 15 a 18).

O objeto contratado foi assim definido (fls. 15 a 18):

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e suporte técnico à Central de Controle Interno através de planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão de Controle Interno.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 607 | |

O preço estabelecido foi este (fls. 15 a 18):

PREÇO: Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, englobando todas e quaisquer despesas que o(a) Contratado(a) tenha com a mesma, o Contratante pagará a quantia de R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos).

O prazo de vigência foi fixado em 12 meses, contados da assinatura (fls. 15 a 18).

Não houve procedimento licitatório. A contratação deu-se por inexigibilidade, conforme artigo 25, II, c/c o artigo 13, III, da Lei Federal nº 8.666/93 (fls. 15 a 18). O Administrador ao assim agir, não observou os mandamentos contidos nos artigos 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, que estabelecem como regra o procedimento licitatório para a contratação de serviços.

Observou-se que a empresa GESTÃO LTDA. já presta o serviço de assessoria e suporte à Central do Controle Interno desde o ano de 2005, conforme consulta ao SIAPC (Relatório SIA1340 - Lista de Credores e Entidades Atendidas) (fls. 19 a 24).

Mais precisamente, assinou o Executivo Municipal de Campo Bom o contrato de prestação de serviços com a empresa GESTÃO LTDA. em 23/02/05 (fls. 25 a 29), também por inexigibilidade, com base no artigo 25, II, §1º, c/c o artigo 13, III da Lei Federal nº 8.666/93, cujo objeto foi assim definido:

(...)

A CONTRATADA, através da atuação de seu sócio gerente, Contador Jorge Bento de Souza, prestará a CONTRATANTE, no âmbito de sua especialização, os serviços de consultoria técnica e administrativa, tendo como objetivo dar suporte à Comissão de Controle Interno no sentido de promover o funcionamento efetivo e sistêmico da mesma, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e conforme fases de desenvolvimento do programa a ser descrito na cláusula segunda.

(...)

A cláusula segunda desse Termo de Ajuste teve a seguinte redação (fls. 25 a 29):

Segunda:

A CONTRATADA executará o trabalho de campo na sede do CONTRATANTE, em horários de expediente comercial, de acordo com a necessidade de horas que for demandada segundo as seguintes fases de desenvolvimento: Avaliação do Controle Interno existente, Criação e implantação de Normas e Procedimentos, Treinamento e Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo Único: A CONTRATADA também prestará serviços de consultoria no próprio escritório sede deste, nas solicitações por telefone, fax, ou e-mail, inclusive



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 608 | |

na criação e remessa de Normas e Procedimentos.

As alterações ao Contrato foram estas:

QUADRO 01

| Termo | Alterações |
|--|--|
| Aditivo assinado em 30/11/05 (fls. 30 e 31). | 1. Acréscimo de 24h de prestação de serviços no montante de R\$ 1.920,00. |
| Aditivo assinado em 30/12/05 (fl. 32). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/06. |
| Aditivo assinado em 23/02/06 (fl. 33). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 81,20. 2. Alteração do índice de reajuste, passando, a partir de 23/02/06, a ser o INPC. |
| Aditivo assinado em 29/12/06 (fl. 34). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/07. |
| Aditivo assinado em 23/02/07 (fl. 35). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 83,43. |
| Aditivo assinado em 28/12/07 (fl. 36). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/08. |
| Aditivo assinado em 22/02/08 (fl. 37). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 87,94. |
| Aditivo assinado em 05/01/09 (fl. 38). | 1. Prorrogação do contrato por mais 12 meses, passando a vigor até 31/12/09. |
| Aditivo assinado em 22/02/09 (fl. 39). | 1. Reajuste do valor da hora de serviço para R\$ 93,15. |
| Aditivo assinado em 04/01/10 (fl. 40). | 1. Prorrogação do contrato por mais 02 meses, a partir de 01/01/10. |

No exercício de 2010, com base no contrato assinado em 2005 e seus aditivos e no firmado em 01/03/10, pagou o Executivo Municipal à empresa GESTÃO LTDA. o valor de R\$ 10.180,80, conforme demonstrado no quadro abaixo (fls. 41 a 52):

QUADRO 02

QUADRO 02

| EMPENHO | | | PAGAMENTO | |
|---------|----------|-----------|-----------|-----------|
| Nº | EMISSION | VALOR | DATA | VALOR |
| 0071 | 04/01/10 | 2.980,80 | 19/02/10 | 1.490,40 |
| | | | 16/03/10 | 1.490,40 |
| 2011 | 01/03/10 | 18.000,00 | 15/04/10 | 1.800,00 |
| | | | 07/05/10 | 1.800,00 |
| | | | 08/06/10 | 1.800,00 |
| | | | 15/07/10 | 1.800,00 |
| | TOTAL | 20.980,80 | TOTAL | 10.180,80 |

O Controle Interno repassou a este Tribunal uma programação correspondente aos primeiros três trimestres do ano de 2010, elaboradas pela empresa GESTÃO LTDA. Transcreveu-se essa programação (fls. 53 a 55):

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PROGRAMAÇÃO AGENDA 1º TRIMESTRE DE 2010.

JANEIRO DE 2010:

07/01/2010 – ALMOXARIFADOS (OBRAS, SAÚDE, EDUCAÇÃO)

21/01/2010 – AUDITORIA CONTAS DE ENCERRAMENTO CONTÁBIL

FEVEREIRO DE 2010:

12/02/2010 – REVISÃO E REUNIÃO DAS NORMAS A IMPLANTAR

23/02/2010 – PATRIMÔNIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 609 | |

MARÇO DE 2010:

08/03/2010 – RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS EXE. 2009

09/03/2010 – RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS EXE. 2009

PROGRAMAÇÃO AGENDA 2º TRIMESTRE DE 2010.

ABRIL DE 2010:

15/04/2010 – NI ADIANT. DIÁRIAS/REUNIÃO C/ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

23/04/2010 – EMPENHOS

MAIO DE 2010:

06/05/2010 – CÂMARA DE VEREADORES

JUNHO DE 2010:

21/06/2010 – COMPAQ

28/06/2010 – EDUCAÇÃO

PROGRAMAÇÃO AGENDA 3º TRIMESTRE DE 2010.

JULHO DE 2010:

23/07/2010 – CHEFIA DOS MOTORISTAS DA ADM / MOTORISTAS DAS OBRAS

27/07/2010 – TESOURARIA / EMPENHOS

AGOSTO DE 2010:

05/08/2010 – NORMA DA FISCALIZAÇÃO / MEDICAMENTOS

25/08/2010 – IPASEM

SETEMBRO DE 2010:

01/09/2010 – CONTABILIDADE

23/09/2010 – LICITAÇÕES

Considerando o planejamento dos trabalhos da Central do Controle Interno elaborado pela empresa GESTÃO LTDA. e contratos com ela firmados e, ainda, que os servidores nomeados para o Controle Interno Municipal desempenham outras atividades na administração do Município além das atribuídas ao controle interno (v. seção 1.1.1), poder-se-á dizer que a atividade de Controle Interno no município de Campo Bom é desenvolvida praticamente pela empresa contratada para prestar assessoria e consultoria no assunto.

Caso fosse a contratação apenas uma consultoria ou assessoria, dispôs já o Município tempo suficiente para que os integrantes da Central do Controle Interno se adequassem às rotinas, processos e procedimentos necessários à realização das atividades de Controle, pois, como comentado antes, a empresa GESTÃO LTDA. presta esse serviço desde o exercício de 2005 e dois dos membros da Central estão nela lotados desde abril de 2002, conforme Portarias nºs. 17.902/2002 (fl. 06) e 17.903/2002 (fl. 07).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 610 | |

Assim, considerando o aditivo assinado em 04/01/10 (fl. 40) ao contrato firmado em 23/02/05 (fls. 25 a 29) e o Contrato de Prestação de Serviços nº 035/2010 ajustado em 01/03/10 (fls. 15 a 18), conclui-se que o Administrador Municipal não observou, como já dito inicialmente, por ter contratado a empresa GESTÃO LTDA. por inexigibilidade, os preceitos contidos nos artigos 37, inciso XXI, da CF, e 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93, e, também, o Princípio da Economicidade, inserido na administração pública pelo artigo 70 da Constituição Federal, uma vez que é obrigação do Administrador gerir os recursos financeiros na busca dos melhores resultados econômicos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Sugere-se, portanto, que o valor de R\$ 10.180,80 (v. QUADRO 02) pagos à empresa GESTÃO LTDA. neste exercício seja devolvido ao cofre do Município.

Abordagem neste Acompanhamento de Gestão 02/10-Final.

Quando da realização do Acompanhamento de Gestão nº 02-Final, constatou-se que permaneceu vigente o Contrato de Prestação de Serviços nº 035/2010 (fls. 25 a 29), firmado entre o Município e a empresa GESTÃO LTDA. Não só continuou vigente, como foi aditado em 01/03/11, conforme Termo Aditivo 001 (fl. 392), prorrogando seu prazo por 12 meses.

Coube juntar ao Processo a programação, abaixo transcrita, correspondente ao 4º trimestre do ano de 2010 (fl. 393), elaborada pela empresa GESTÃO LTDA. A atinente aos três primeiros trimestres constam das fls. 53 a 55.

PROGRAMAÇÃO AGENDA 4º TRIMESTRE DE 2010.

OUTUBRO DE 2010:

18/10/2010 – ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
27/10/2010 – EMPENHOS

NOVEMBRO DE 2010:

04/11/2010 – TRANSPORTE ESCOLAR
23/11/2010 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR + REVISÃO LEI DO CONTROLE
INTERNO E REGIMENTO INTERNO

DEZEMBRO DE 2010:

10/12/2010 – SAÚDE
17/12/2010 – AUXÍLIOS / CONVÊNIOS / SUBVENÇÕES

Considerando então que a inconformidade permaneceu inalterada até o fim do ano de 2010, sugere-se que o valor de R\$ 19.180,80 pagos à empresa GESTÃO LTDA. neste exercício seja devolvido ao cofre do Município, conforme demonstrado no QUADRO 03 seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 611 | |

QUADRO 03 (fls. 394 e 395)

| EMPENHO | | | PAGAMENTO | |
|---------|----------|-----------|-----------|-----------|
| Nº | EMIÇÃO | VALOR | DATA | VALOR |
| 0071 | 04/01/10 | 2.980,80 | 19/02/10 | 1.490,40 |
| | | | 16/03/10 | 1.490,40 |
| 2011 | 01/03/10 | 18.000,00 | 15/04/10 | 1.800,00 |
| | | | 07/05/10 | 1.800,00 |
| | | | 08/06/10 | 1.800,00 |
| | | | 15/07/10 | 1.800,00 |
| | | | 17/08/10 | 1.800,00 |
| | | | 15/09/10 | 1.800,00 |
| | | | 15/10/10 | 1.800,00 |
| | | | 17/11/10 | 1.800,00 |
| | | | 20/12/10 | 1.800,00 |
| | TOTAL | 20.980,80 | TOTAL | 19.180,80 |

II - INCONFORMIDADES APONTADAS NO ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO FINAL

2. AGENTES POLÍTICOS¹

2.1. Revisão Anual de Subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito sem Lei Específica

A Lei Municipal nº 3.237/2008 fixou os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para a legislatura 2009/2012, nos seguintes valores: Prefeito R\$ 15.194,34 e Vice-Prefeito R\$ 7.255,73 (fl. 396). A Lei estabeleceu, em seu artigo 5º, que os valores serão reajustados nas mesmas datas e índices em que for reajustada a remuneração dos servidores do Município.

A Lei Municipal nº 3.363/2009 reajustou em 2% a remuneração dos servidores (fl. 397). A partir da referida Lei, o Prefeito Municipal passou a perceber R\$ 15.498,23 (R\$ 15.194,34 + 2%), e o Vice-Prefeito R\$ 7.400,84 (R\$ 7.255,73 + 2%).

No presente exercício, a Lei Municipal nº 3.540/2010 definiu a revisão geral anual da contraprestação pecuniária dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas (fls. 398 e 399). O reajuste foi igual a 4%, a partir de 01/03/2010. O Prefeito passou a perceber a remuneração de R\$ 16.118,16 [R\$ 15.498,23 + 4% (fls. 400 e 401)] e o Vice-Prefeito a de R\$ 7.696,87 [R\$ 7.400,84 + 4% (fls. 402 e 403)].

A ausência de lei específica de reajuste dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito levou a extensão do reajuste a título de revisão geral anual da remuneração dos servidores aos subsídios dos agentes políticos, com fundamento na Lei Municipal nº 3.237/2008 (fl. 396), de iniciativa do próprio Poder Executivo Municipal. Em decorrência, o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal foi violado, tendo em vista que a revisão dos subsídios não foi por intermédio de lei específica.

Sendo assim, ratifica-se o entendimento de que a análise feita pelo Parecer nº

¹ Numeração segue a ordem sequencial do Relatório de Auditoria Ordinária Tradicional – Acompanhamento de Gestão nº 01/2010.



33/2000, da lavra do auditor Substituto de conselheiro, CESAR SANTOLIM, esclarece a imprescindibilidade de lei específica e a iniciativa privativa para a fixação do índice de reajuste dos subsídios, “*sob pena de tornar sem valor o disposto no inciso X, do art. 37 da CF*”.

O Parecer Coletivo nº 03/2002 desta Corte de Contas, acolhido pelo Pleno em 30/07/2003, também enfrentou a questão da revisão geral anual, prevista no inc. X do art. 37 da CF, orientando para a necessidade de edição de lei específica, de iniciativa de cada Poder, para a alteração de subsídios. Mais recentemente, em 14/03/2007, foi aprovada pelo Pleno desta Corte a Informação nº 029/2006, onde restou confirmada, à unanimidade, a orientação traçada pelo Parecer nº 03/2002 no sentido da necessidade de lei específica de iniciativa de cada Poder para a concessão de reajuste à remuneração dos agentes políticos, vinculados pelos limites da lei maior aos mesmos índices e datas de reajustes concedidos aos servidores.

Seguindo o entendimento desta Corte de Contas, a aplicação da lei de revisão dos servidores aos subsídios dos agentes políticos viola o disposto no inciso X, do art. 37, da Constituição Federal.

2.2. Descumprimento dos Princípios da Economicidade, Moralidade e Razoabilidade no Pagamento de Diárias

No Relatório de Acompanhamento de Gestão do exercício de 2009 (Processo de Contas nº 966-0200/09-4) foi apontado o que segue sobre o pagamento de diárias ao Prefeito e ao Vice-Prefeito do Executivo Municipal de Campo Bom:

A Lei Municipal nº 2.409/93, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Bom, disciplina em seu artigo 41 sobre o valor das diárias paga aos servidores do Município de Campo Bom, nos seguintes termos (fls. 04 a 09):

Art. 41 - Ao servidor que, quando no desempenho de suas funções, se deslocar para fora do Município, com pernoite, serão concedidas, além do transporte, diárias para a cobertura das despesas, nos termos da legislação específica do Município .

O Decreto Legislativo nº 01/94, de 13/04/1994, estabeleceu o valor das diárias para os agentes políticos, Prefeito e Vice-Prefeito de Campo Bom, nos seguintes termos a seguir transcritos (fls. 10 e 11):

ARTIGO 2º - O valor da diária a ser percebida pelo Prefeito e/ou Vice-Prefeito será de 1/45 (um quarenta e cinco avos) do valor da respectiva remuneração mensal, quando o deslocamento se der dentro do Estado, sem pernoite; 1/30 (um trinta avos), quando o deslocamento se der dentro do Estado, com pernoite; multiplicado este valor (sic) por 3 (três) quando o deslocamento se der fora do Estado, com pernoite; e multiplicado por 4 (quatro) quando o deslocamento de(sic) der fora do País.

ARTIGO 3º - Os valores acima referidos correspondem à diária completa, englobando gastos com alimentação e hospedagem, excluídas as passagens.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 613 | |

Segundo o art. 4º do referido diploma legal:

ARTIGO 4º - As verbas destinadas ao pagamento da diária não dependerão de comprovação dos respectivos gastos.

Foi analisada a concessão de diárias relativamente às despesas mais significativas dos agentes políticos para os seguintes eventos, cuja comprovação de despesas como notas de alimentação, estadia e certificado de frequência, apesar do referido artigo 4º, encontrava-se anexada aos empenhos:

Prefeito – (fls. 12 e 13):

Empenho nº 3634/2009, valor R\$ 6.199,20, 4 diárias. Viagem para Brasília em diversos Gabinetes e Ministérios para tratar de assuntos do interesse do Município.

Empenho nº 2187/2009, valor R\$ 7.597,00, 5 diárias. Viagem para Brasília em diversos Gabinetes e Ministérios para tratar de assuntos do interesse do Município.

Empenho nº 281/2009, valor R\$ 1.512,69, 1 diária. Viagem para São Paulo para participar da 36ª Couromoda.

Considerando-se que, conforme o artigo 3º do Decreto nº 01/94 (fls. 10 e 11), anteriormente transcrito, o pagamento de diária se destina a indenizar despesas passíveis de serem quantificadas, no caso alimentação, pousada e locomoção urbana, para cujos valores deve-se levar em conta os preços praticados no mercado, a fixação das diárias com base em percentual da remuneração dos diversos cargos, descaracteriza a natureza indenizatória das mesmas. Este critério gera distorções como a que se observará através da tabela a seguir, onde a diária concedida ao Prefeito de Campo Bom, em alguns casos chega a corresponder a quase 50% do respectivo subsídio (empenho nº 2187/2009, valor R\$ 7.597,00 – 49,01% do subsídio e empenho nº 3634/2009, valor R\$ 6.199,20 – 40% do subsídio; valor atual do subsídio do Prefeito R\$ 15.498,23), (fl. 14), comparativamente às dispensadas ao Prefeito de Porto Alegre e à Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, é extremamente elevada.

VALOR DAS DIÁRIAS PAGAS A AGENTES POLÍTICOS (R\$)

| AGENTE POLÍTICO | NO ESTADO | | FORA DO ESTADO | | BRÁSILIA/SÃO PAULO/RIO DE JANEIRO | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|--------------|-----------------------------------|--------------|
| | COM PERNOITE | SEM PERNOITE | COM PERNOITE | SEM PERNOITE | COM PERNOITE | SEM PERNOITE |
| PREFEITO DE CAMPO BOM | 516,61 ² | 344,41 ³ | R\$ 1.549,83 ⁴ | - | - | - |
| PREFEITO DE PORTO ALEGRE ⁵ | 291,45 | 145,73 | 483,82 | 241,91 | - | - |
| GOVERNADORA DO ESTADO ⁶ | 76,46 | - | 169,91 | - | 254,87 | - |

2 Valor relativo a 1/30 avos do subsídio de R\$ 15.498,23 (fls. 10 e 11), (fl. 14)

3 Valor relativo a 1/45 avos do subsídio de R\$ 15.498,23 (fls. 10 e 11), (fl. 14)

4 Valor para fora do estado multiplicado por 3 (fls. 10 e 11), (fl. 14)

5 Valor das diárias obtido através da multiplicação do coeficiente estabelecido pelo anexo ao Decreto nº 11.108/94 (fls.04 a 09), pelo valor da Unidade Financeira Municipal fixada pelo Decreto nº 16174/08 (fls. 15 a 20).

6 Valores conforme Portaria nº 067/2008 (fls. 21 a 24).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 614 | |

Tomando-se como exemplo a viagem realizada à Brasília, Empenho nº 2187/2009, valor R\$ 7.597,00, 5 diárias, em diversos Gabinetes e Ministérios para tratar de assuntos do interesse do Município, o Chefe do Poder Executivo de Campo Bom recebeu a título de diárias o valor de R\$ 7.597,00. Se idêntica viagem fosse realizada pela Governadora do Estado, o valor seria de R\$ 1.274,35. Caso a viagem fosse feita pelo Prefeito Municipal de Porto Alegre, o valor seria de R\$ 2.419,10.

*Por absolutamente pertinente, cumpre trazer à colação o Voto de Devolução de Vista proferido pela Exma. Conselheira Substituta, Rosane Heineck Schmitt, no Processo de Prestação de Contas nº 2043-0200/07-7, exercício de 2006, *ipsis litteris*:*

O pedido de Vista, que efetuei na sessão Cameral passada, de 27-09-2007, teve por objeto o exame, mais aprofundado, da questão referente ao item 4.1., do Processo de Auditoria nº 04856-02.00/06-9, relativo aos valores das diárias para o Prefeito e Vice-Prefeito que, embora fixados pela Lei Municipal nº 2.428, de 21-06-2006, com efeitos retroativos a 02-04-2006, "não são razoáveis e consentâneos com as necessidades de hospedagem e alimentação que com elas devem ser custeadas, segundo aponta a SICM- SPCM, à fl. 664 dos autos".

O Exmo. Sr. Conselheiro Relator entendeu, em seu Voto, que as diárias cumpriram o requisito da legalidade, pois fixadas em lei e, em havendo exacerbação no valor fixado, o meio próprio para rebatê-la seria a ação popular, nos termos da Constituição.

Todavia, compulsei o texto da indigitada Lei Municipal e verifiquei, a par do expressivo valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) fixado para diárias em deslocamentos para fora do Estado (do Prefeito e Vice-Prefeito), que há previsão, no artigo 4º daquela Lei, de que as diárias, nos deslocamentos para fora do País, serão multiplicadas por 5 (cinco), tomando como base a Tabela I desta Lei. Referida Tabela I fixa o valor de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) para diárias do Prefeito e Vice-Prefeito, em deslocamentos, com pernoite, dentro do Estado. Assim, aplicando-se o valor multiplicador referido, chega-se à elevada quantia de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) para cada diária daqueles agentes políticos quando em viagens para o exterior.

Tenho para mim que este valor, em especial, está completamente dissociado da finalidade das diárias pagas a agentes públicos, que são exclusivamente indenizatórias de suas despesas com hospedagem, alimentação, transporte, quando se desloca para atender a compromissos inerentes à satisfação do interesse da coletividade e às suas específicas funções.

Entendo, ainda, que o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) previsto para deslocamentos fora do Estado é também muito elevado, e de igual forma está dissociado de suas finalidades.

Para que se tenha um comparativo, apenas, a diária nacional dos Deputados Estaduais é de R\$ 578,23 (quinhentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos); para os países do Mercosul e da América Central é de US\$ 300,00 (trezentos dólares), para os países da América do Norte, África, Ásia e Oceania, é de US\$ 400,00 (quatrocentos dólares) e para os países da Europa, de €\$ 400,00 (quatrocentos euros). Portanto, a maior diária paga, neste caso, não chega a R\$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 615 | |

1.200,00 (um mil e duzentos reais), o que dá bem a idéia do excesso no valor fixado para aquelas diárias.

O fato é que não se discute a legitimidade do pagamento de diárias a agentes políticos, caso presente, em deslocamentos a outras cidades, desde que realizados para atendimento de interesse da Administração Pública e da coletividade como um todo. No entanto, também é indiscutível que as diárias têm caráter indenizatório, destinando-se à alimentação, pousada e locomoção.

Assim sendo, quando o valor fixado para as diárias não guarda relação com os eventuais gastos inerentes à permanência da autoridade, em face ao deslocamento de seu município, passam elas a ter caráter impróprio, apresentando nítido caráter remuneratório.

É de público conhecimento, porque constantemente veiculado pela imprensa escrita, falada, televisionada, que a correlação entre valor das diárias e a finalidade específica a que se destina têm de guardar a necessária razoabilidade, sendo inúmeros os casos investigados pelo Ministério Público Estadual, no âmbito do Poder Judiciário, referentes a recebimento de valores excessivos a título de "diárias".

Neste sentido já há decisões desta Corte de Contas, como se vê do processo de Tomada de Contas nº 4934-0200/04-1, Relator o Exmo. Sr. Conselheiro João Luiz Vargas, julgado na sessão Plenária de 27-04-2005, em que foi apontado o excesso no valor fixado em lei para as diárias, "descaracterizando o caráter indenizatório das diárias de viagem".

Naquele processo, o Ministério Público de Contas exarou Parecer (MPE/TCE nº 289/2005) onde apontou que:

(...) os valores se encontram superestimados, razão pela qual este Parquet sugere que se alerte à Auditada no sentido de que a fixação das diárias e as respectivas concessões tenham em mira a integral observância dos princípios constitucionais da moralidade, da economicidade e da razoabilidade, vetores que devem orientar as condutas dos gestores públicos.

De destacar, ainda, que o argumento trazido pela esclarecente, nos esclarecimentos por ela prestados a este Tribunal de Contas, sobre o fato de que as diárias foram fixadas em patamar monetário elevado porque devem cobrir, também, as despesas de eventuais acompanhantes em suas viagens, sejam ou não autoridades, não procede, porquanto o pagamento destas despesas configura ato de liberalidade do Administrador, a que se acresce o fato de que não há qualquer documentação comprobatória deste argumento.

Por tais fundamentos, estou divergindo, respeitosamente, do eminente Relator, neste aspecto, para considerar excessivo os valores fixados para as diárias do Prefeito e Vice-Prefeito, tendo a Lei Municipal nº 2.428/2006, do Município de Parobé, incidido, assim, na transgressão aos princípios constitucionais da legitimidade, da economicidade e da razoabilidade, porquanto dissociados da finalidade exclusivamente indenizatória das diárias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 616 | |

Não observado, ainda, o princípio, também de sede constitucional, da proporcionalidade, uma vez que não há adequação entre os elevados valores fixados para as diárias e o fim desejado, que é a indenização pelo deslocamento de agentes públicos para atendimento de questões de interesse de suas comunidades, vinculadas às suas funções, levando ao desvirtuamento de sua natureza para dar-lhe indevido caráter remuneratório.

Por todo exposto, acompanho o Voto do eminente Relator, mas dele divirjo com relação a esta questão, sobre a qual VOTO para:

alertar à Auditada que a fixação do valor das diárias deve observar, na íntegra, os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da razoabilidade e da economicidade, razão pela qual deverá tomar as necessárias providências para adequação da Lei Municipal reguladora da matéria aos ditames constitucionais.

Os comparativos demonstram que o critério utilizado pelo Município de Campo Bom para concessão de diárias exorbita, em alguns casos, a quantia suficiente para propiciar o conforto necessário aos agentes políticos. Por possuírem natureza indenizatória, seus valores deveriam ser embasados em critérios técnicos que os justificassem, levando em conta os preços praticados no mercado.

Sendo assim, entende-se que o Poder Executivo deve adotar procedimentos no sentido de adequar os valores fixados para o recebimento de diárias nos diferentes níveis. Nos termos em que foi proposto, o regramento das mesmas deixou de atender os princípios constitucionais da moralidade e economicidade insculpidos no caput dos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, respectivamente, bem como o princípio da razoabilidade previsto no art. 19 da Constituição Estadual.

Cumpre salientar que tal inconformidade já integrou o rol de inconformidades no âmbito das Prestações de Contas de 2004, 2005 e 2006 do Executivo de Sapiranga – Processos n°s 01663-02.00/05-6, 02464-02.00/06-8 e 03381-02.00/07-0, motivando repetidas advertências para evitar sua reincidência, proferidas pela Primeira Câmara, em sessão de 21-02-2006, e Segunda Câmara em sessões de 08-03-2007 e 27-03-2008.

Além disso, o Ministério Público Especial junto a este Tribunal, em diversas ocasiões, já alertou aos órgãos jurisdicionados para que “na fixação dos valores das diárias e nas respectivas concessões, tenham em mira a integral observância dos princípios constitucionais da moralidade, da economicidade e da razoabilidade, vetores que devem orientar todas a condutas dos gestores públicos”, conforme constituem exemplos os Pareceres MPE/TCE n°s 392/2001 e 289/2005, exarados nos Processos n°s 06262-02.00/99-5 e 04934-02.00/04-1, apreciados pelo Tribunal Pleno em Sessões de 12/09/2001 e 27/04/2005, respectivamente.

Registre-se que, em relação ao Processo de Prestação de Contas n° 2043-0200/07-7, referente ao exercício de 2006, em 04/10/2007, foi proferida a seguinte decisão pelo Pleno do TCE:

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 617 | |

g) alertar à Auditada que a fixação do valor das diárias deve observar, na íntegra, os Princípios Constitucionais da Legalidade, da Moralidade, da Razoabilidade e da Economicidade, razão pela qual deverá tomar as necessárias providências para adequação da Lei Municipal reguladora da matéria aos ditames constitucionais.

Assim, o Decreto Municipal nº 01/94, de 13/04/1994 está sujeito à negativa de executoriedade, com base na Súmula nº 347 do Supremo Tribunal Federal.

Salienta-se que o Processo de Contas do Executivo de Campo Bom do exercício de 2009, nº 966-0200/09-4, ainda está pendente de decisão, mas foi solicitado ao Tribunal Pleno desta Corte de Contas que delibere acerca da inconstitucionalidade do Decreto Legislativo nº 01/94.

Foi informado pela Auditada que o Decreto Legislativo nº 01/94 (fls. 404 e 405) permanece vigente (fl. 406). Foi também informado pela Auditada que o referido Decreto estava sendo revogado, pois houve a aprovação da Lei Municipal nº 3.698/2011, que passou a regular a matéria sobre concessão de diários ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, em atendimento às orientações do Serviço de Auditoria desta Corte de Contas (fls. 407 a 413).

Como no presente exercício houve reajuste de 4%, a partir de 01/03/2010, de acordo com a Lei Municipal nº 3.540/2010 (fls. 398 e 399), o Prefeito passou a perceber a remuneração de R\$ 16.118,16 [R\$ 15.498,23 + 4% (fls. 400 e 401)].

Conforme o Decreto Legislativo nº 01/94 (fls. 404 e 405), a concessão e o pagamento de diárias é feito nos seguintes termos:

- 1/45 do valor da respectiva remuneração mensal quando o deslocamento for dentro do Estado, sem pernoite (equivalente a R\$ 358,17 para o Prefeito);

- 1/30 do valor da respectiva remuneração mensal quando o deslocamento for dentro do Estado, com pernoite (atualmente R\$ 537,27); multiplicado esse valor por 3 vezes quando o deslocamento se der fora do Estado, com pernoite (R\$ 1.611,82); e multiplicado por 4 quando o deslocamento se der fora do país (R\$ 2.149,08).

O Prefeito recebeu R\$ 11.771,91 em diárias no exercício de 2010 (fl. 414, frente e verso). A Vice-Prefeita não recebeu diárias no exercício.

Permaneceu, assim, no exercício de 2010, a inconformidade sobre pagamento de diárias em descumprimento aos princípios da economicidade, moralidade e razoabilidade da Administração Pública.

2.3. Diárias de Agentes Políticos Fixadas por Decreto

Conforme já apontado no subitem 2.2., as diárias do Prefeito e Vice-Prefeito do Executivo Municipal de Campo Bom foram fixadas por Decreto - Decreto Legislativo nº 01/94, de 13/04/1994 (fls. 404 e 405).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 618 | |

Além de ter sido regulada pela Câmara Legislativa, a legislação adotada para a concessão de diárias para os agentes políticos do Executivo Municipal não é a mais adequada, face ao entendimento de que a lei (em sentido estrito) é o instrumento apropriado para dispor sobre despesa pública.

No supracitado subitem 2.2., discorreu-se sobre o descumprimento dos princípios da economicidade, moralidade e razoabilidade no pagamento de diárias, regulamentadas pelo Decreto Legislativo nº 01/94. Esse decreto não considerou a natureza indenizatória da diária, quando da sua concessão. Estas devem ser estabelecidas por lei, na justa medida para suportar as despesas a serem enfrentadas pelos viajantes, após a realização de pesquisa de preços e de estudos técnicos sobre o real custo dos deslocamentos, em termos de hospedagem e alimentação. O quantitativo deve refletir os custos de viagem para amoldar-se ao caráter eminentemente indenizatório. Se o valor for desproporcional ao custo do viajante, constituirá fonte de pressão permanente para que sejam autorizados deslocamentos inúteis e que servem tão somente a interesses particulares.

Refere-se que a matéria foi objeto de recomendação por parte desta Corte de Contas:

- Processo de Contas nº 5092-02.00/08-3 – Decisão nº TP-0489, de 12/05/2010, tendo como Relator o Conselheiro Cezar Miola:

*h) pela recomendação ao atual Gestor para que evite a ocorrência de falhas como as destacadas nos Autos e adote providências corretivas (...) sobretudo no tocante aos temas relacionados às diárias de viagem (**fixação de valores através de lei, sentido estrito, concessão e forma de liquidação da despesa**), (...) a serem aferidas em futuro procedimento de fiscalização junto àquele Órgão;*

- Processo de Contas nº 5094-02.00/08-9 – Decisão nº TP-0566, de 02/06/2010, tendo como Relator o Conselheiro Cezar Miola:

*g) pela recomendação ao atual Gestor para que evite a ocorrência de falhas como as destacadas nos autos e adote providências corretivas (...) sobretudo no tocante aos temas relacionados às diárias de viagem (**fixação de valores através de lei, sentido estrito, concessão e forma de liquidação da despesa**), a serem aferidas em futuro procedimento de fiscalização junto àquele Órgão;*

- Processo de Contas nº 915-02.00/09-2 – Decisão nº TP-1.481, de 08/12/2010, tendo como relator o Conselheiro Iradir Pietroski:

*h) pela **determinação ao atual Gestor** para que aperfeiçoe as normas e procedimentos relativos à fixação, concessão e prestação de contas de diárias, mediante **fixação de lei**;*

Salienta-se novamente que foi solicitada ao Tribunal Pleno desta Corte de Contas a deliberação sobre a inconstitucionalidade do Decreto Legislativo nº 01/94.



2.4. Pagamento Indevido de Transporte Urbano Concomitante ao Pagamento de Diárias

O Prefeito Municipal de Campo Bom recebeu o valor de R\$ 11.771,91 em diárias em 2010 (fl. 414, frente e verso). Verificou-se que o mesmo recebeu em 15/01/2010, um adiantamento de R\$ 300,00 para despesas com locomoção em São Paulo (empenho nº 511/2010), quando participou da Feira Couromoda, no período de 18 a 21/01/10 (fls. 415 a 417). Utilizou R\$ 107,00 deste adiantamento para despesas com táxi (fls. 418 a 420). Foram estornados R\$ 193,00 em 26/01/2010 (fl. 421).

Para participar do referido evento o Prefeito recebeu 3 diárias, no montante de R\$ 4.649,46, conforme empenho nº 468/2010 (fl. 414, frente e verso). Embora a legislação local não determine expressamente quais as despesas estariam abarcadas no instituto das diárias, o valor pago pela Administração Municipal tem como objetivo custear as despesas com alimentação, pousada e transporte urbano.

Ressalte-se que o art. 41 do Regime Jurídico dos Servidores do Município – Lei Municipal nº 2.409/93, menciona que “... *serão concedidas, além do transporte, diárias para a cobertura das despesas, nos termos da legislação específica do Município*” (fls. 422 a 425). Entende-se por transporte aqui referido o pagamento das despesas necessárias para que o servidor e/ou agente político se desloque até a localidade de destino diversa da sede. Por sua vez, as despesas de transporte urbano (táxi, ônibus e/ou outras) estariam contempladas no valor da diária. E não poderia ser diferente, haja vista que a natureza do instituto diária de viagem contempla a disponibilidade de recursos para pagamento de alimentação, pousada e transporte urbano quando os servidores e agentes políticos se ausentam do município em objeto de serviço.

Tal inconformidade já foi apontada no Relatório de Acompanhamento de Gestão do exercício de 2009 (Processo de Contas nº 966-02.00/09-4), ainda pendente de decisão.

Diante do exposto, o fato arrolado está em desacordo com os princípios norteadores da realização da despesa pública elencados no caput do artigo 37 da Constituição Federal, em especial os princípios da legalidade e eficiência. Ressalte-se, ainda, que o princípio da economicidade do gasto público, consagrado no *caput* do Artigo 70 da Constituição Federal também deixou de ser observado, razão pela qual sugere-se a devolução aos cofres públicos do valor total apurado de R\$ 107,00 (cento e sete reais) pagos em 15/01/2010.

2.5. Gratificação Natalina e Abono Pecuniário de Férias Pagos a Agentes Políticos sem Legislação Local Autorizando a Despesa

Nas Leis Municipais nº 3.236/08 (fl. 426) e 3.237/08 (fl. 396), que fixaram os subsídios dos Secretários Municipais e do Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, para a legislatura 2009/2012, não houve previsão de pagamento de gratificação natalina e um terço de férias a estes agentes políticos. Porém, conforme verificado em suas Fichas Financeiras (fls. 400 a 403 e 427 a 442), os mesmos perceberam a gratificação natalina,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 620 | |

sendo que os Secretários também receberam o abono de férias, conforme tabela a seguir:

| Nome | Cargo | Provento | Mês Base/2010 | Valor – R\$ | Data de Pagamento (fl. 446) | Fls. |
|------------------------------|---------------|-------------|---------------|-----------------------|-----------------------------|-----------|
| Faisal Mothci Karam | Prefeito | 13º Salário | Dezembro | 16.118,16 | 20/12/2010 | 400 e 401 |
| Suzana Ambros Pereira | Vice-Prefeita | 13º Salário | Dezembro | 7.696,87 | 20/12/2010 | 402 e 403 |
| Rejane Griesang Schenkel | Secretária | 1/3 férias | Janeiro | 789,71 | 29/01/2010 | 427 e 428 |
| | | | Fevereiro | 1.364,05 | 26/02/2010 | |
| | | | Dezembro | 373,32 | 29/12/2010 | |
| | | 13º Salário | Dezembro | 6.719,74 | 20/12/2010 | |
| Maximiliano Messias de Souza | Secretário | 13º Salário | Dezembro | 6.719,74 | 20/12/2010 | 429 e 430 |
| Marcos Alfredo Riegel | Secretário | 1/3 férias | Janeiro | 502,54 | 29/01/2010 | 431 e 432 |
| | | | Fevereiro | 574,34 | 26/02/2010 | |
| | | 13º Salário | Dezembro | 6.719,74 | 20/12/2010 | |
| Ilaine Saleti Pletsch | Secretária | 13º Salário | Dezembro | 5.039,80 | 20/12/2010 | 433 e 434 |
| Gisela Maria de Souza | Secretária | 13º Salário | Dezembro | 4.479,83 ⁷ | 20/12/2010 | 435 e 436 |
| Célia Froehlich | Secretária | 1/3 férias | Janeiro | 717,92 | 29/01/2010 | 437 e 438 |
| | | | Fevereiro | 1.076,88 | 26/02/2010 | |
| | | 13º Salário | Dezembro | 6.719,74 | 20/12/2010 | |
| Beatriz Gaspar Fagundes | Secretária | 13º Salário | Dezembro | 5.370,92 ⁸ | 20/12/2010 | 439 e 440 |
| Eliane dos Reis | Secretária | 1/3 férias | Dezembro | 373,32 | 26/02/2010 | 441 e 442 |
| | | 13º Salário | | 6.719,74 | 20/12/2010 | |
| Total | | | | 78.076,36 | | |

Solicitou-se à Auditada que informasse a existência de legislação municipal regulamentadora do pagamento de décimo-terceiro salário e abono sobre férias aos agentes políticos, por intermédio da Requisição de Documentos nº 14/2011 (fl. 443).

A Auditada prestou os seguintes esclarecimentos (fls. 407 a 413):

Não há legislação específica determinando tais pagas aos agentes políticos, desde a fixação dos subsídios em 2004, pela Lei Municipal n. 2.674/2004 (anteriormente havia, cf. inclusas Leis Municipais ns. 1893/1998 e 2.131/2001), considerando o entendimento do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, em sessão plenária, na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 70015120249, julgada em 21.08.2006, em consonância com o posicionamento que já há muito vinha se consolidando, no sentido da respectiva desnecessidade, pois paga decorrente de mandamento constitucional relativamente ao qual a manifestação legal infra-constitucional é desnecessária...

Porém, este não é o entendimento desta Corte de Contas, bem como do Superior Tribunal de Justiça.

Para o pagamento do terço de férias, que é diferente da concessão das férias, é necessária a previsão em lei local, por se tratar de um benefício funcional que não está

⁷ De janeiro a abril não houve exercício da função de Secretário. Décimo terceiro proporcional a oito meses (6.719,74 / 12 X 8 = 4.479,83).

⁸ Em janeiro, fevereiro e março não houve exercício da função de Secretário. Décimo terceiro proporcional a nove meses (7.161,23 / 12 X 9 = 5.370,92).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 621 | |

plenamente referido na norma constitucional, sendo necessária a obediência ao princípio da anterioridade. Também há necessidade de lei local para o pagamento do décimo terceiro salário, e obediência ao princípio da anterioridade. No caso do Vice-Prefeito, somente poderá usufruir dos benefícios se efetivamente estiver em exercício de atividade que corresponda a sua função.

Transcreve-se a seguir a conclusão do Parecer nº 01/2006 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul:

(...)

desde que existente previsão legal específica, como de há muito vem exigindo esta Corte de Contas, os pagamentos de "décimo terceiro subsídio" e de terço de férias a agentes políticos municipais não se afiguram, em princípio, nem desarrazoados, nem contrários à moralidade, mas como opção legítima do legislador local, no exercício da autonomia que a Constituição da República assinala aos Municípios, enquanto membros da Federação (arts. 1º e 18).

Aliás, não é demasiado recordar que, em matéria de remuneração de agentes políticos, a autonomia municipal encontra uma série de limites constitucionais diretos (arts. 29, V, VI e VII, e 29-A) e indiretos (art. 169 e Lei Complementar nº 101/2000), razão pela qual parece não se compatibilizar com o princípio federativo interpretação constitucional que a restrinja ainda mais.

*Posto isto, como corretamente sugerido nas bem lançadas Informações da Consultoria Técnica, entende-se deva ser mantida, a despeito das respeitáveis manifestações em contrário do Poder Judiciário estadual, a orientação vigente nesta Corte no sentido de que, **em existindo adequada previsão em lei local, será possível o pagamento de décimo terceiro salário (ou "décimo terceiro subsídio") e de terço de férias aos agentes políticos municipais, sejam eles Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais ou Vereadores.***

(...)

(grifo nosso)

Cita-se também recente decisão de 2009 do Supremo Tribunal de Justiça sobre a matéria:

Processo AgRg no REsp 742171 / DF - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2005/0061032-2

Relator(a): Ministro FELIX FISCHER

Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA

Data do Julgamento: 03/02/2009

Ementa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 622 | |

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. AGENTES POLÍTICOS. PRETENSÃO AO PAGAMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. A aplicabilidade dos direitos sociais, como a gratificação natalina, aos agentes políticos somente é cabível se expressamente autorizada por lei (precedente: REsp 837.188/DF, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 04.08.2008).

Agravo regimental desprovido.

(grifo nosso)

Desta forma, o montante de **R\$ 78.076,36 (setenta e oito mil setenta e seis reais e trinta e seis centavos)** é objeto de glosa, nas respectivas datas de pagamento, e deve ser devolvido aos cofres públicos, por se tratar de pagamento de décimo-terceiro salário e abono pecuário de férias a agentes públicos sem previsão em lei municipal.

2.6. Pagamento Indevido de Abono a Agentes Políticos

A Lei Municipal nº 3.236, de 01/07/2008, estabelece em seu art 2º que (fl. 426):

Art. 2º. Os Secretários Municipais receberão subsídio mensal no valor de R\$ 6.334,60 (seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

Já a Lei Municipal nº 3.645 (fls. 444 e 445), de 07/12/2010, estabelece:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder, juntamente com os vencimentos e salários relativos ao mês de dezembro de 2010, abono pecuniário de R\$ 300,00 (trezentos reais) aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Serão beneficiados pelo abono pecuniário de que trata o caput do art 1º desta Lei, os seguintes segmentos:

a) servidores ativos, integrantes dos Quadros Efetivo, Comissionado e de Direção Chefia e Assessoramento, do Poder Executivo Municipal e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom – IPASEM/CB;

b) empregados públicos municipais, e servidores públicos municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, constitucionalmente estabilizados, e vinculados ao Poder Executivo Municipal.

Desta forma, o pagamento de abono aos Secretários ocorreu de forma indevida, pois não está contemplado na Lei Municipal nº 3.645, uma vez que não são servidores e recebem subsídios, não salários.

Em consulta ao SAD-S – Sistema de Análise de Dados do SIAPC (Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas), com base nos dados fornecidos pela auditada, obteve-se a seguinte relação dos servidores que receberam subsídios de Secretário e abono.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 623 | |

| Código do Funcionário (CD_FUNC) | Nome (NM-FUNC) |
|---------------------------------|------------------------------|
| 000000004997 | BEATRIZ GASPAR FAGUNDES |
| 000000005454 | CELIA FROELICH |
| 000000004991 | CRISTIANE STRUNCK |
| 000000005445 | GISELA MARIA DE SOUZA |
| 000000007366 | ILAINE SALETI PLETSCH |
| 000000006894 | MARCOS ALFREDO RIEGEL |
| 000000007231 | MAXIMILIANO MESSIAS DE SOUZA |
| 000000003553 | NIRIO EDIO BREUNIG |
| Fonte: SIAPC | |

Tendo em vista que o total de secretários era de oito nesta situação, deve ser devolvido ao cofre do Município o valor de R\$ 2.400,00 (R\$ 300,00 x 8), uma vez que pagos indevidamente em 29/12/2010 (fl. 446).

3. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

3.1. Pagamento Indevido à Servidora Desconstituída de sua Reintegração

A servidora Luciele Cássia Drussian foi reintegrada ao serviço público em cumprimento à decisão judicial do processo nº 08710200045615 da Comarca de Campo Bom. Porém a decisão foi em caráter liminar, sendo que o Município recorreu da decisão e a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça proferiu acórdão, em 27/10/2004, determinando a revogação da liminar concedida (fls. 447 a 453). Conforme consta no acórdão, a servidora foi exonerada “...no curso do estágio probatório...” e “...não há necessidade de prévio processo administrativo para exonerar o servidor, no curso do estágio probatório, haja vista a extinção do cargo ou a ineficácia da lei que o criou...”.

Contudo, o Município instaurou Processo Administrativo Disciplinar, em 04 de agosto de 2010, o qual foi arquivado em 10 de março de 2011, tendo em vista pedido de exoneração da servidora (fls. 454 a 459). A servidora foi exonerada conforme Portaria nº 30.248/2011 (fl. 460).

Desta forma, o Município não cumpriu a decisão do Poder Judiciário, tendo a servidora recebido um total de R\$ 11.295,48, no exercício de 2010, com base nas fichas financeiras fornecidas pela Auditada (fls. 461 e 462), como adiante se demonstra, valor esse passível de devolução aos cofres públicos, vez que pagos irregularmente:

| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
|--------------|----------------------|----------|---------|----------|----------|
| 845,90 | 948,97 | 840,76 | 840,76 | 840,76 | 840,76 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 840,76 | 840,76 | 980,91 | 840,76 | 840,76 | 1.793,62 |
| Total | R\$ 11.295,48 | | | | |

As datas de pagamento das folhas salariais do Executivo Municipal de Campo Bom no ano de 2010 foram (fl. 446): 29/01/2010, 26/02/2010, 31/03/2010, 30/04/2010, 31/05/2010, 30/06/2010, 30/07/2010, 31/08/2010, 30/09/2010, 29/10/2010, 30/11/2010, 29/12/2010, gratificação natalina/13ª remuneração 20/12/2010.



3.2. Pagamento de Horas-Extras de Forma Continuada e em Excesso

Sobre a prestação de serviços extraordinários, a Lei Municipal nº 2.409/03, de 13 de janeiro de 2003, estabelece (fls. 422 a 425):

Art. 23. A Administração Municipal determinará, quando não estabelecido diversamente em lei, o horário de expediente das repartições, observado o mínimo de seis horas, e o máximo de oito horas e quarenta e oito minutos diários.

(...)

Art.26. A prestação de serviços extraordinários somente poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, ex officio, ou mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição, sob pena de nulidade do ato e desconsideração das horas extras.

§ 1º O serviço extraordinário será remunerado por hora adicional ao período normal de trabalho, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora regular do servidor, salvo compensação do período de folga.

§ 2º Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, não poderá o trabalho extraordinário exceder a duas horas diárias.

(...)

Analisando-se os dois artigos em conjunto (23 e 26) visualiza-se que, exceto em casos excepcionais, o máximo em horas extras com acréscimo de 50 % seria de 10 horas por semana. No mês ter-se-ia 40 horas.

Quanto ao repouso semanal, registram os arts. 30 e 32 (fls. 422 a 425):

Art. 30. O servidor tem direito ao repouso remunerado, num dia de cada semana, preferencialmente aos domingos, bom como nos feriados civis e religiosos.

(...)

Art. 32. Nos serviços essenciais e ininterruptos do Município, poderá ser exigido o trabalho nos feriados civis, religiosos e domingos, com acréscimo de 100% (cem por cento) nas horas trabalhada, salvo compensação de período por folga em dobro.

Com base no demonstrativo mensal de horas-extras (fls. 463 a 566), identificaram-se vários servidores que têm realizado habitualmente horas-extras, sendo que foi confeccionado um quadro de análise mensal (fls. 567 a 572, frente e verso) em arquivo excel, do qual se destacaram os servidores que tiveram uma média mensal acima de 60 horas-extras:

| NOME | CARGO | 50% | 100% | TOTAL |
|------------------------------|---------------------------|-------|-------|-------|
| Santo Aristeu Lemos da Silva | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 55,03 | 5,00 | 60,03 |
| Valdecir Antonio do Amaral | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 36,21 | 23,98 | 60,19 |
| Jovan Everaldo Zanon Piuco | LIXEIRO - 44 H | 44,96 | 17,08 | 62,04 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 625 | |

| NOME | CARGO | 50% | 100% | TOTAL |
|---------------------------------|---------------------------|--------|-------|--------|
| Sidnei Mario de Souza | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 42,73 | 19,35 | 62,07 |
| Hugo Miranda de Oliveira | VIGIA - 44 HRS. | 55,17 | 7,00 | 62,17 |
| Manoel de Farias | VIGIA - 44 HRS. | 43,42 | 19,08 | 62,50 |
| Maria Rosabel Pasold | AGENTE ADMINISTRATIVO I - | 63,33 | 0 | 63,33 |
| José Carlos de Almeida Pakulsk | VIGIA - 44 HRS. | 54,13 | 10,42 | 64,54 |
| Geraldo dos Santos | MOTORISTA - 44 H | 64,22 | 0,78 | 65,00 |
| Ercildo Alceu Posselt | PINTOR - 44 HRS. | 64,80 | 1,69 | 66,49 |
| Alberi Marques | ROCADOR - 44 HRS. | 62,93 | 3,89 | 66,81 |
| Lauro Curt Mernak Medeiros | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 42,66 | 24,35 | 67,01 |
| Romildo de Souza Sampaio | VIGIA - 44 HRS. | 48,42 | 19,04 | 67,46 |
| Cristiano Cezar de Oliveira | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 56,57 | 12,36 | 68,93 |
| Francisco Paulo Freitas Klein | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 68,22 | 2,60 | 70,82 |
| Hilario Ceconi | VIGIA - 44 HRS. | 53,50 | 17,88 | 71,38 |
| Celso Medeiros Silveira | MOTORISTA - 44 H | 68,83 | 3,45 | 72,28 |
| Jose Antonio da Silva Machado | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 67,52 | 5,47 | 72,99 |
| Everaldo Maciel Assis de Macedo | ATIV GERAIS DE MANUTENÇÃO | 66,91 | 8,16 | 75,07 |
| Antonio Cladimir Kampgen | VIGIA - 44 HRS. | 62,43 | 13,29 | 75,72 |
| Velegar Justin | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 66,62 | 10,92 | 77,54 |
| Claudio Sebastião Scienza | LIXEIRO - 44 H | 41,94 | 37,55 | 79,49 |
| Roberto Carlos Vargas Kercher | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 80,85 | 5,74 | 86,59 |
| Joao Silveira do Rosario | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 82,77 | 4,25 | 87,01 |
| João Carlos Reinheimer | ELETRICISTA - 44 H | 69,65 | 22,88 | 92,53 |
| Claudio Norci Ferreira Maciel | CARPINTEIRO - 44 H | 79,76 | 12,84 | 92,60 |
| Nelson José Meneghetti | SERVICOS GERAIS DE OBRAS | 86,85 | 7,79 | 94,64 |
| Severino Antonio Pinheiro | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 64,17 | 36,26 | 100,43 |
| Celio Mattos Pires | SINALIZADOR - 44 HRS. | 78,23 | 25,01 | 103,24 |
| Marcos Alexandre Topper | FISCAL DE TRANSITO - 36 H | 69,49 | 34,93 | 104,43 |
| Gilberto Moraes da Silva | OPERADOR DE MAQUINAS - 44 | 76,01 | 33,84 | 109,84 |
| Flavio Omar Rocha Rodrigues | MOTORISTA - 44 H | 92,92 | 21,59 | 114,51 |
| Marcelo Freitas | CARPINTEIRO - 44 H | 113,20 | 35,05 | 148,26 |

A realização de serviço extraordinário com habitualidade contraria os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, em razão do custo decorrente, uma vez que o valor da hora extra é pelo menos, superior em 50% em relação à hora normal. Além disso, destaca-se que a remuneração paga a um novo servidor pode ser econômica, na medida em que ele prestaria serviços em número de horas superiores ao serviço extraordinário prestado diariamente (limitado a 2 horas diárias), mesmo porque, analisando-se o Demonstrativo do Quadro de Pessoal (fls. 573 a 577), identificou-se que muitos dos servidores que realizam horas-extras, são de cargos que possuem vagas, tais como, serviços gerais de obras, vigia e carpinteiro.

3.3. Pagamento Indevido de Abono a Servidores Detentores de Cargos em Comissão

Segundo a Lei Municipal nº 2.409 (fls. 422 a 425) tem-se:

Art. 3º. A investidura nos cargos públicos somente poderá ocorrer mediante a aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos de livre nomeação e exoneração:

(...)

§ 2º As funções de direção, chefia e assessoramento serão remuneradas em



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 626 | |

parcela única, ficando vedado qualquer acréscimo decorrente de gratificação, adicional, abono, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Em consulta ao SAD-S – Sistema de Análise de Dados do SIAPC (Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas), com base nos dados fornecidos pela auditada, obteve-se a seguinte relação dos servidores nomeados em Cargo em Comissão que receberam o abono instituído pela Lei Municipal nº 3.645 (fls. 444 e 445), de 07/12/2010 (V. transcrição do Art. 1º no subitem 2.6 deste Relatório).

| Código do Funcionário (CD_FUNC) | Nome (NM_FUNC) |
|---------------------------------|------------------------------------|
| 000000007553 | ADILA AZERO ALBERNAZ MUNIZ KNEWITZ |
| 000000007028 | ADILSON ALEXIO FILLMANN |
| 000000006845 | ADRIANA CRISTINA DE MORAES |
| 000000005447 | ALEXSANDRO DA SILVA FARIA |
| 000000007416 | ALFREDO KAER |
| 000000007369 | ALINE STRACK |
| 000000005758 | ANA DALVA GOMES |
| 000000007440 | ANA PAULA OLIVEIRA ROSSES |
| 000000006415 | ANDREIA WUST DE MELLO |
| 000000006568 | ANDRESSA ELIZA SCHNORR |
| 000000007233 | ANGELO MOISES LISSARAÇA |
| 000000007716 | ARLETE DA SILVA |
| 000000006932 | ARMIN RUDI BLOS |
| 000000006755 | BERNADETE MARIA DE OLIVEIRA JONER |
| 000000005864 | BRENO OSCAR THOEN |
| 000000005785 | BRUNISLAU GROHS |
| 000000006081 | CAMILA BENDER RITZEL |
| 000000005483 | CARLOS ROBERTO RITTER |
| 000000006082 | CAROLINA LAMPERT |
| 000000007548 | CAROLINE LUCINI |
| 000000006844 | CASSIA MICHAELSEN |
| 000000006902 | CASSIANO VARGAS |
| 000000006644 | CATIUSSIA MANUELA MACHADO |
| 000000005492 | CELIO ANTONIO DORNELES |
| 000000006871 | CLARICE BREUNIG |
| 000000007634 | CLEUSA BEATRIZ DE OLIVEIRA |
| 000000006924 | CLODOALDO PAZ DE LIMA |
| 000000006915 | CRISTIANE HERMANN |
| 000000006822 | CRISTINA SUSANA DIEFENBACH |
| 000000007680 | DAIANI ROCHA MACIEL |
| 000000007683 | DANIEL MOREIRA ANDRADE PINTO |
| 000000007419 | DARCI ALFREDO MOLTER |
| 000000006896 | DARIL GULARTE DA LUZ |
| 000000005495 | DAVI JOSUE PASINI |
| 000000007463 | DENISE CRISTINA BORGES |
| 000000007424 | DENIZE DA LUZ DA SILVA |
| 000000007430 | DIEGO JOEL STROTTMANN |
| 000000006898 | DIEGO SILVA DE FRAGA |
| 000000007265 | DILCEIA MARTINS |
| 000000006945 | DOUGLAS CONSTANTE DA SILVA |
| 000000006973 | EDIMAR MOREIRA KAMFGEN |
| 000000007105 | EDSON FERNANDO DOS SANTOS |
| 000000006548 | EDSON OTAVIO DOS SANTOS AZEREDO |
| 000000007425 | ELDIR DIRCEU FILLMANN |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 627 | |

| | |
|--------------|--------------------------------------|
| 000000006909 | ELMAR ANTONIO WEBER |
| 000000007030 | EUNICE SCHUMANN |
| 000000007515 | FABIANA MEWIUS |
| 000000007303 | FLAVIO LUIZ WILLE |
| 000000006897 | GERSON ANTONIO RAMA |
| 000000007235 | GISLEINE MENDES |
| 000000006004 | GRAZIELLY SCHU SCHILLING DIAS |
| 000000007671 | GUILHERME SAYDELLES BICCA |
| 000000006899 | IEDA MARIA SCOPEL LAUXEN |
| 000000006954 | IRANI MANOEL DINIZ |
| 000000005866 | ISABEL CRISTINA SILVANO |
| 000000006875 | IVANIR ELON MULLER KLEIN |
| 000000007417 | JAIME CAPPELARI |
| 000000006883 | JANETE LINHARES DA SILVA |
| 000000006222 | JANICE TERESINHA METINGER |
| 000000007674 | JANUSA DE OLIVEIRA DUTRA |
| 000000007717 | JEAN MACHADO |
| 000000007100 | JOCELEI EVERSON PASSOS |
| 000000006908 | JOICE DA SILVA |
| 000000006077 | JOICI FELICIANO DOS SANTOS |
| 000000005622 | JOSE BEASIBETTI WITZORECKI |
| 000000006800 | JOSE CLAUDIR DE OLIVEIRA |
| 000000007594 | JOSE HENRIQUE DA SILVA LOPES |
| 000000006425 | JOSE IAURI TEIXEIRA PINTO |
| 000000007097 | JOSE VALDOMIRO SCHERER SCHIRMANN |
| 000000007321 | JULIANA CATIANE PINHEIRO |
| 000000005906 | JULIANA FELTES |
| 000000006862 | JULIANA GONCALVES |
| 000000007060 | KARINA BRASCO PAMPANELLI |
| 000000005442 | LARRI JOAO DA ROSA |
| 000000007466 | LUCIANE SANTOS MENDES |
| 000000006863 | LUCIANO DINIZ SILVA |
| 000000006933 | LUIZA FETT BEUTLER |
| 000000007702 | MARA LUCIA SILVEIRA |
| 000000007498 | MARCELO DOS SANTOS FLORAO |
| 000000007011 | MARCIO DA SILVA MARCOS |
| 000000007531 | MARCOS JUAREZ MARTINS DE AZEVEDO |
| 000000007204 | MARIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA |
| 000000006187 | MARIA DE LOURDES MAZERA RODRIGUES |
| 000000006158 | MARIA LUCIA REICHERT |
| 000000007423 | MARIAH RABELO |
| 000000007427 | MARIO CLARE SCHLINDWEIN |
| 000000006881 | MARLENE BARROS PINHEIRO |
| 000000006573 | MARTIELA BETT |
| 000000007552 | MICHELE TERADA CORREA |
| 000000007187 | MIGUEL LEONARDO SCHMIEDEL DOS SANTOS |
| 000000007714 | MILENA NUNES |
| 000000007500 | MIRIAM KORENOWSKI BAVOSO |
| 000000005468 | NARA LUIZA CARVALHO |
| 000000006907 | NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA |
| 000000007371 | NILSON PEDRO WOLFF |
| 000000005834 | OLGA MARIA LEUCK |
| 000000007690 | OLI LEITE ZACHARIAS |
| 000000007715 | ORLANDO JAVIER RAMOS RODRIGUEZ |
| 000000006999 | PATRICIA VAZ RUPPENTHAL |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 628 | |

| | |
|--------------|-----------------------------------|
| 000000006067 | PAULO EDUARDO MOEHLECKE |
| 000000007541 | PAULO PERONI PELLIN |
| 000000007470 | PAULO ROGERIO TRINDADES DE VARGAS |
| 000000007601 | PEDRO LUIS GOBBATO |
| 000000005780 | PEDRO REUS DA ROSA FERREIRA |
| 000000006801 | RAQUEL SIMONE MACHADO ALFONSO |
| 000000007197 | REGINA ADI GERHARDT |
| 000000005857 | REINALDO MULLER |
| 000000007451 | REJANE RHODEN CURY |
| 000000006917 | RICARDO DA SILVA |
| 000000007115 | ROBERTA COZER BACCA |
| 000000005823 | ROBERTA DICK NETHER |
| 000000006880 | ROBERTO NARDES |
| 000000007222 | RODRIGO LUIZ FREY |
| 000000006918 | RONALDO JOSE DA SILVA |
| 000000007512 | ROSENILDA DA SILVA BORGES |
| 000000007044 | ROSI TERESINHA DA SILVA MARSCHNER |
| 000000007364 | SAMANTA CARRACHO |
| 000000005779 | SANDRA FLOR |
| 000000007304 | SANDRA GISELE SCHUCH |
| 000000006921 | SCHEILA ADRIANA SPANIOL |
| 000000007178 | SILVIA REGINA TROVO DA SILVA |
| 000000007695 | SIMONE BARRETO MARTENS |
| 000000006903 | SONIA MARIA CORREA |
| 000000007368 | TAINA ZAMBELLI TEN CATE |
| 000000007361 | TAIS DAIANE WASEM |
| 000000007188 | TATIANA MARIA VIANA |
| 000000005652 | VALDIR DE ATAYDES |
| 000000007175 | VANESSA AGRICOLA CAMBRUZZI |
| 000000006149 | VANESSA WILTGEN |
| 000000007166 | VERA LUCIA DE LIMA RIBAS |
| 000000005909 | VERA ROSANE PINTO BRINCKER |
| 000000005466 | ZORAIA MARIA FEITEN |

Fonte: SIAPC

Sendo assim, verifica-se que houve o pagamento indevido, em 29/12/2010 (fl. 446), do abono pecuniário instituído pela Lei Municipal nº 3.645/10 a 132 servidores nomeados em cargo em comissão, resultando num total de R\$ 39.600,00 (R\$ 300,00 x 132), total esse que deve ser devolvido aos cofres do Município.

3.4. Existência de Cargos em Comissão cujas Atribuições não Atendem ao Trinômio Direção, Chefia e Assessoramento

No Relatório de Acompanhamento de Gestão do exercício de 2009 (Processo de Contas nº 966-0200/09-4), houve apontamento sobre inconformidade de alguns cargos em comissão.

Reproduz-se o texto da seção 2.1.1. do relatório em comento:

Verificou-se que a Auditada expediu diversos regramentos dispendo sobre a criação de cargos em comissão: Leis Municipais nº 3.060/2007 (fls. 25 a 27), 3.132/2007 (fls. 28 a 38), 3.181/2008 (fls. 39 a 43), 3.383/2009 (fls. 44 a 48), 3.323/2009 (fls. 49 a 65), 3.359/2009 (fls. 66 e 67) e 3.410/2009 (fls. 68 a 75). O



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 629 | |

exame da definição das atribuições dos cargos em comissão criados revelou que tais funções designam atividades que são típicas de servidores efetivos. Tal situação, além de atentar contra o princípio da legalidade, representa o desvio de poder, na medida em que inúmeros cargos e funções de confiança (para os quais a Constituição Federal reservou exclusivamente funções de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, V), foram utilizados para o desempenho de cometimentos próprios dos quadros técnicos e de carreira.

É oportuno destacar que a prática contínua de tal forma de admissão comumente resulta em diversas ações trabalhistas, interpostas por ex-servidores comissionados, as quais resultam em flagrante prejuízo ao erário.

O preenchimento de cargos em comissão com servidores designados para exercerem atribuições típicas de cargos de provimento efetivo descaracteriza o intrínseco objetivo da existência daqueles cargos e indica, conseqüentemente, que os atos de nomeação de tais servidores foram realizados com desvio de finalidade.

Por outro lado, sobejam decisões do Tribunal de Justiça, bem como desta Corte de Contas, no sentido do desvio de finalidade na criação de cargos em comissão que não representam atividades de direção, chefia ou assessoramento, como adiante se colaciona.

Jurisprudência do Judiciário:

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA. CARGOS EM COMISSÃO. CRIAÇÃO. Inconstitucionalidade do inc. I, letras "c", "d" e "e" do art. 3º da Lei nº 526/2001, do Município de Novo Hamburgo, pertinente à criação dos cargos em comissão de Coordenador do Departamento de Estudos e Projetos, Coordenador do Departamento de Controle de Projetos e Coordenador do Departamento de Cadastro Digital, porquanto são atividades técnicas e burocráticas, as quais não se revestem das características próprias para o preenchimento de cargos em comissão, em especial as funções de direção, chefia e assessoramento. Exegese do art. 32, caput, da Constituição Estadual. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE.** (TJ-RS, **Ação Civil Pública nº 70018657759**, Órgão Especial, j. em 14-05-2007).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL, CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO. Processo legislativo seguido conforme previsão da Lei Orgânica do Município e, principalmente, do Regimento Interno da Câmara Municipal. Matéria, aliás, "interna corporis", insuscetível de ingerência do Poder Judiciário. Inocorrência, nas circunstâncias, de ofensa aos princípios constitucionais da razoabilidade e da moralidade, previstos no art. 19, "caput", da Constituição Estadual. Todavia, mostra-se inconstitucional a Lei Municipal que, entre outras coisas, cria cargos em comissão, sem definir as respectivas atribuições e sem que constituam, apesar da denominação de alguns, cargos de direção, chefia ou assessoramento. Atividades burocráticas e de caráter permanente. Afronta ao art. 32, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade, também, por criação de novas despesas sem a necessária fonte de custeio, antecipadamente prevista em sede orçamentária, restando, com isso, afrontado o art. 154, X, "a" e "b", da Constituição Estadual. Ação julgada procedente. Grifou-se (TJ-RS, **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70013329750**, Tribunal Pleno, j. em 05-06-2006).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 630 | |

Município de Alvorada

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 49, 53 E 71 DA LEI 1.727-93 E ARTS. 1º, XII, e 2º, V, DA LEI 1.965-97, DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL. A criação, no âmbito do Poder Executivo, de cargos em comissão para ajudante e assistente, na medida em que busca contornar a exigência de concurso público para a investidura em cargo público, afrontam os arts. 19, I, 20 e 32, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. A proposta de regularizar a situação não afasta a possibilidade do controle abstrato de constitucionalidade, nem suspende o julgamento da ação proposta. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. (TJ-RS, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70010786184, Tribunal Pleno, j. em 25-07-2005).

Jurisprudência do TCE-RS:

No que tange ao item 2.1 (fls. 232 a 247 da PC - nomeações em funções gratificadas especiais e provimento de cargos em comissão por servidores que desempenham atividades de caráter permanente), infere-se que a singela alegação do Recorrente de que teria cumprido a lei, trazida nesta sede recursal, não merece acolhida.

Registre-se que além do ato atender o princípio da legalidade, deve existir conformidade com a finalidade e o interesse públicos para gozar de legitimidade.

Entretanto, o desvio de poder resta caracterizado na medida em que inúmeros cargos e funções de confiança (para os quais a Constituição reservou exclusivamente funções de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, V), foram utilizados para o desempenho de cometimentos próprios dos quadros técnicos e de carreira.

(...)

Segundo se conclui do aponte, as funções gratificadas foram atribuídas às pessoas sem qualquer vinculação com o Poder Público e não a servidores efetivos, sejam eles pertencentes ao quadro de pessoal do Município, acarretando, desse modo, o ingresso de agentes no serviço público em flagrante desrespeito ao ordenamento jurídico vigente.

Saliente-se que o débito limita-se à diferença entre os vencimentos fixados aos CCs/FGEs e aqueles relativos às categorias funcionais cujas atividades foram efetivamente executadas pelos servidores, em face da "ausência de contraprestação laborativa em decorrência do fato de que o serviço realmente executado corresponde às atribuições de cargo em comissão ocupado pelo servidor e pelo qual o mesmo é remunerado", (fls. 247 a 249).

*Diante dessas considerações e não havendo que se falar em eventual enriquecimento ilícito do Município, porquanto reconhece como devida a remuneração, mas nos limites da decisão da Segunda Câmara, infere-se pela manutenção do débito imputado. Grifou-se (**Recurso de Embargos nº 6393-02.00/04-5, EM de Salvador do Sul, PC/98, j. pelas Câmaras Especiais Reunidas em 14-03-2005**).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 631 | |

Sobre o item 2.1, que trata da utilização de detentores de Cargos em Comissão no exercício de atividades típicas de provimento efetivo, a Autoridade argumenta que os cargos apontados estão estritamente ligados a funções de confiança. Entende que este requisito - a confiança - é que deve nortear o provimento de tais cargos, e não a natureza das atividades desenvolvidas pelos seus ocupantes. Destaca que este Tribunal também supriu funções de caráter permanente com cargos em comissão, citando as Leis Estaduais nos 9.785/92 e 10.068/94 (fls. 442/443 e 453/485).

A matéria é complexa, devendo cada caso ser analisado individualmente. Desta forma, não é válida a comparação sugerida pelo Administrador, vislumbrando similitudes entre os cargos em comissão a seu dispor e os de outros Órgãos Públicos. Deve-se examinar, de forma individual, as funções exercidas pelos detentores de tais cargos, à luz da doutrina, da jurisprudência e do ordenamento jurídico vigente.

Há muito a jurisprudência dos Tribunais Pátrios, inclusive do Colendo STF, e mesmo desta Corte de Contas, sustentada em sólida doutrina, firmou posicionamento no sentido de que a criação de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, deve objetivar única e exclusivamente as funções de confiança que envolvam atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Na mesma linha, cita-se ainda o Parecer nº 8028 da Procuradoria Geral do Estado, de que "a criação de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, deve objetivar única e exclusivamente as funções de confiança dos superiores hierárquicos que envolvam atividades de direção e assessoramento" (sublinhamos).

Como se vê, ao contrário do que alega o Justificante, não é apenas o pressuposto da "confiança" que deve nortear a criação/utilização dos cargos em comissão, mas também, e principalmente, a natureza das atividades desempenhadas pelos seus ocupantes: exclusivamente atribuições de direção, chefia e assessoramento. Tal entendimento hoje é regra constitucional (inc. V do art. 37 da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional no 19/98). E nesse sentido há muito dispôs a legislação do Município Auditado (inc. I do art. 4o da Lei Municipal no 715/92).

Portanto, não basta alegar a confiança nos nomeados como fator determinante da criação e utilização dos cargos em comissão. Devem os mesmos ser destinados unicamente para as atribuições de direção, chefia e assessoramento, consoante estipula a Constituição Federal (inc. V do art. 37).

A Equipe arrola como irregulares os seguintes cargos em comissão: Oficial de Gabinete, Oficial de Transporte, Assistente, Assistente Executivo, Assistente Administrativo e Consultor Jurídico (fl. 403).

Quanto ao cargo de Consultor Jurídico, já decidiu esta Corte de Contas pela sua regularidade, por retratar funções destinadas ao assessoramento (Tomada de Contas no 2576-02.00/95-0, Dep. de Água e Esgoto de Santana do Livramento, julgada pelo Pleno em 26-08-98).

Relativamente aos demais cargos (Oficial de Gabinete, Oficial de Transporte, Assistente, Assistente Executivo e Assistente Administrativo), a própria nomenclatura dos mesmos já evidencia tratar-se de funções técnicas, burocráticas ou operacionais,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 632 | |

de natureza puramente profissional e permanente, fora dos níveis de direção, chefia e assessoramento superior, portanto, próprias de cargos efetivos providos mediante concurso público.

*Ante todo o exposto, é sugerida a manutenção do aponte, exceto quanto ao cargo de Consultor Jurídico. Grifou-se (**Prestação de Contas nº 3063-02.00/99-0**, EM de Gravataí, 1998, j. pela Segunda Câmara Especial em 01-03-2004).*

UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS EM COMISSÃO. *Utilização dos cargos supracitados para atividades burocráticas permanentes fora dos níveis de direção, chefia e assessoramento superior. Infringência ao art. 37, II e V, da CF. (**Prestação de Contas nº 2456-02.00/01-0**, EM de Ronda Alta, exercício 2000, j. pela Segunda Câmara em 02-10-2003).*

*Referentemente à criação e utilização de cargos em comissão para tarefas burocráticas e de caráter permanente - itens 3.1 e 3.2, deve a Origem providenciar na imediata regularização do aponte, pois os cargos de Digitador, Fiscal, Técnico Agrícola, Cargos em Comissão Especial, Recepcionista, Monitor de Oficina de Marcenaria, Elaboração de Projetos e Busca de Parcerias com Empresas, Técnico em Turismo, Atividades na Secretaria Municipal do Bem Estar Social e Advogado, não se enquadram nos níveis de direção, chefia ou assessoramento superior, em afronta ao art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal, devendo tal situação ser revista em futura auditoria. Assim, deve-se negar executoriedade às Leis que criaram os referidos cargos em comissão, por afrontarem o princípio constitucional do Concurso Público, eis que as atividades dos ditos cargos são de caráter meramente administrativo. (**Prestação de Contas nº 2845-02.00/00-0**, EM de Torres, 1999, j. pela Segunda Câmara em 27-02-2003).*

Destacam-se os cargos criados e resumo das atribuições:

| Lei | Cargo | Atribuições |
|----------------------------|---|---|
| 3.060/07 (fls. 25 a 27) | Superintendente da Unidade Básica de Saúde | Planejar estabelecer diretrizes, planos e programas de trabalho, dirigir, orientar avaliar e coordenar a execução do atendimento à população, nas Unidades Básicas de Saúde, compreendendo consultas e procedimentos médicos, em cirurgia ambulatorial, diagnósticos, prescrição de medicação e terapias, solicitação e interpretação de exames, confirmação de diagnósticos, etc. |
| 3.132/07 | Coordenador de Eventos e Festividades (fl. 34) | Projetar, juntamente com as Secretarias Municipais, as festividades necessárias a comemoração dos eventos sociais do Município, providenciar na divulgação dos eventos oficiais do Município e respectivas festividades junto à população |
| | Coordenador de Projetos Assistenciais (fl. 34) | Projetar, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, e promover e coordenar a realização de programas e projetos voltados ao atendimento da população economicamente carente, proceder a levantamentos e comparativos relativamente aos segmentos de maior necessidade, e as atividades/programas/projetos mais aceitos, de sorte a dotar a Administração Municipal dos meios necessários à criação de novos projetos ou incrementação dos já existentes. |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 633 | |

| <i>Lei</i> | <i>Cargo</i> | <i>Atribuições</i> |
|--------------------------------|---|--|
| | <i>Coordenador de Programas de Saúde (fl. 35)</i> | <i>Projetar, juntamente com a Secretaria de Saúde, e promover e coordenar a realização de programas e projetos voltados ao atendimento da saúde da população, especialmente dos munícipes vinculados a algum tratamento junto ao Sistema de Saúde Municipal, objetivando proporcionar-lhes possibilidades para o desenvolvimento de alguma atividade produtiva, lazer, e ampliação de conhecimentos sobre as doenças que os acometem e providências básicas para o alívio de sintomas e/ou seqüelas das mesmas doenças.</i> |
| | <i>Supervisor de Atividades Urbanas (fl. 35)</i> | <i>Supervisionar a execução de atividades urbanas pelos munícipes, tendo por objeto o respeito ao Código Municipal de Posturas, procedendo a levantamentos e comparativos, de sorte a municiar a Administração Municipal quanto as questões de maior incidência, e maior dificuldade de cumprimento legal, objetivando a tomada de medidas de adequação e/ou intensificação da fiscalização; localizar, avaliar e instruir os munícipes acerca dos procedimentos necessários a manter a higiene das vias e logradouros públicos, a manter desobstruídos os esgotos; alertar os munícipes sobre as possibilidades de penalização em caso de descumprimento da legislação, projetar e promover atividades instrutivas aos munícipes, tendo por foco os problemas de maior incidência em cada Bairro.</i> |
| | <i>Assessor de Vigilância em Saúde(fl. 36)</i> | <i>Assessorar as ações em Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Ambiental e ações HIV/AIDS e outras DST, na rede de saúde pública municipal, elaborar e desenvolver projetos de capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos. Monitorar e avaliar indicadores de saúde e doença e condições de saúde da população.</i> |
| | <i>Assessor de Regulação Controle e Avaliação da Assistência a Saúde (fl 37).</i> | <i>Assessorar as ações de regulação do acesso dos usuários às ações e serviços de saúde Promover os princípios da equidade e da integralidade do cuidado em saúde.</i> |
| | <i>Assessor de Ações em Saúde(fl. 38)</i> | <i>Assessorar a coordenação de ações e serviços de saúde. Articular com outros órgãos da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente a formulação de conteúdos programáticos no âmbito da Saúde da Mulher</i> |
| | <i>Superintendente de Unidade de Referência em Saúde (fl. 38)</i> | <i>Planejar, estabelecer diretrizes, planos e programas de trabalho, dirigir, orientar, avaliar e coordenar a execução do atendimento à população nas Unidades de Referência em Saúde, compreendendo consultas e procedimentos médicos em cirurgia ambulatorial, diagnósticos...</i> |
| <i>3.181/08 (fls. 39 a 43)</i> | <i>Superintendente Geral de Comunicação e Planejamento (fl. 40)</i> | <i>Planejar, orientar, supervisionar, avaliar e propor reformulações que envolvam o processo de planejamento das atividades administrativas municipais internas e externas; traçar metas estabelecer normas de conduta de funcionamento interno e externo...</i> |
| <i>3.383/09 (fls. 44 a 48)</i> | <i>Gerente de Planejamento Estratégico (fl. 45)</i> | <i>Planejar a reestruturação administrativa do IPASEMCB, propondo novas normas e metodologias para os diversos setores;...</i> |
| <i>3.323/09 (fls 49 a 65)</i> | <i>Coordenador Superior do Meio-Ambiente (fl. 56)</i> | <i>Coordenar a área do Meio Ambiente, planejando, organizando e assegurando o cumprimento das leis que a regem;...</i> |
| | <i>Assessor de Projetos Ambientales(fl. 57)</i> | <i>Desenvolver projetos e ações inerentes ao meio ambiente; assistir e acompanhar projetos em andamento; propor medidas de proteção ao meio ambiente, e de melhoria da qualidade...</i> |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 634 | |

| <i>Lei</i> | <i>Cargo</i> | <i>Atribuições</i> |
|--------------------------------|--|---|
| | <i>Assessor de Fiscalização Ambiental (fl. 57)</i> | <i>Realizar inspeções no meio ambiente, e inerentes a proteção do meio ambiente, objetivando a detecção de agentes poluentes, áreas degradadas, desrespeito à legislação e o que mais se fizer necessários à coibição de prejuízos ambientais...</i> |
| | <i>Assessor de Educação Ambiental (fl. 57)</i> | <i>Executar programas de esclarecimento e conscientização sobre as questões ambientais e, especialmente, sobre a necessidade de proteção ao meio ambiente para a população em geral, abrangendo...</i> |
| | <i>Coordenador Geral da Indústria, Comércio e Turismo (fl. 58)</i> | <i>Desenvolver projetos e ações para a instalação e ampliação de negócios na área industrial, comercial e de turismo; assistir e acompanhar os projetos de instalação de negócios e empreendimentos no Município...</i> |
| | <i>Coordenador do Departamento da Indústria (fl. 58)</i> | <i>Coordenar as atividades afetas a respectiva unidade; elaborar planos de atividades conforme os objetivos a serem alcançados...</i> |
| | <i>Coordenador do Departamento do Comércio (fl. 59)</i> | <i>Coordenar as atividades afetas a respectiva unidade, elaborar planos de atividades conforme os objetivos a serem alcançados...</i> |
| | <i>Coordenador do Departamento de Turismo (fl. 59)</i> | <i>Coordenar as atividades afetas a respectiva unidade, elaborar planos de atividades conforme os objetivos a serem alcançados...</i> |
| | <i>Coordenador da Junta de Serviço Militar (fl. 60)</i> | <i>Executar as tarefas relativas ao Serviço Militar no Município...</i> |
| | <i>Coordenador de Vigilância Sanitária (fl. 60)</i> | <i>Elaborar planos de atividades conforme os objetivos a serem alcançados...</i> |
| | <i>Assessor de Vigilância Sanitária (fl. 60)</i> | <i>Inspecionar empresas que manipulam alimentos para verificação de condições sanitárias...</i> |
| | <i>Coordenador Geral do Complexo Cultural do Centro de Educação Integrada – CEI (fl. 61)</i> | <i>Coordenar, administrar e gerenciar o funcionamento das Salas de Cinema Alfredo Blos e Bárbara Raquel Paz, do Auditório Marlise Teresinha Saussig da Biblioteca Professor Nicolau Orth, da Escola de Arte e Educação e do complexo de lazer integrantes do Centro de Educação Integrada – CEI</i> |
| <i>3.410/09 (fls. 68 a 75)</i> | <i>Coordenador de Enfermagem do CAPS (fl. 71)</i> | <i>Atribuições inerentes aos cargos de enfermeiro, já legalmente fixadas, e que deverão ser cumpridas...</i> |
| | <i>Coordenador dos Atendimentos de Urgência (fl. 71)</i> | <i>Coordenar e referenciar o atendimento às urgências do no município; elaborar e efetivar rotinas, normas e fluxos do atendimento...</i> |
| | <i>Coordenador Geral de Atenção Básica à Saúde (fl. 72)</i> | <i>Planejar, coordenar e efetivar ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação. Sugerir e assessorar o desenvolvimento de projetos de capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos...</i> |
| | <i>Coordenador dos serviços de apoio à Atenção Básica à Saúde (fl. 72)</i> | <i>Planejar, coordenar os serviços de apoio à promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação; sugerir e assessorar o desenvolvimento de projetos de capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos.</i> |

As atribuições acima expostas configuram atividades de caráter permanente, cuja forma de provimento deve ser através de concurso público. Além disso, verificou-se que idênticas atribuições estão fixadas para cargos diversos com nomenclaturas diferentes, não justificando a necessidade da criação de tais cargos.

A Administração, valendo-se de autorização concedida pelo Poder Legislativo, vem se utilizando da nomeação de servidores em cargos de livre provimento em comissão, como forma de satisfação de recursos humanos (servidores efetivos),



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 635 | |

quando deveria ter providenciado na realização de concurso público para o provimento de tais cargos.

Diante do exposto, sugere-se, a teor da Súmula 347 do STF, a negativa de executoriedade das respectivas leis antes mencionadas, com a conseqüente exoneração dos servidores ocupantes de tais cargos em comissão.

Relativamente às situações acima destacadas, no que tange aos servidores que ocupam cargos em comissão ou funções gratificadas sem servidores subordinados, exercendo atividades fora dos níveis de direção, chefia ou assessoramento, tem-se que as nomeações dos mesmos para estes cargos configuraram infração à norma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Abordagem neste Acompanhamento de Gestão 02/09-Final.

Observou-se que todos os regramentos acima citados e o conseqüente provimento dos cargos em comissão com base nesses normativos permanecem em vigor, ensejando situações de existência de cargos em comissão cujas atribuições e desempenho das funções não atendem ao trinômio direção, chefia e assessoramento.

Salienta-se que o Processo de Contas do Executivo Municipal de Campo Bom, referente ao exercício de 2009, Processo de Contas nº 966-0200/09-4, continua pendente de decisão. Todavia, foi solicitado ao Tribunal Pleno para que delibere acerca da inconstitucionalidade das Leis Municipais nºs. 3.060/07, 3.132/07, 3.181/08, 3.383/09, 3.323/09 e 3.410/09, mencionadas na seção 2.1.1. do Relatório.

Nos exames de auditoria do exercício de 2010, foi questionado à Auditada se as supracitadas leis continuaram vigentes, por intermédio da Requisição de Documentos nº 14/2011 (fl. 443).

Foi informado o que segue pela Auditada (fls. 407 a 413):

Conforme já informado nos autos do processo nº 966-02.00/09-4, a 05.05.2011, e por orientação deste Serviço de Auditoria, em 12.04.2011 foi editada a Lei Municipal n. 3.698/2011 alterada pela Lei Municipal n. 3.701/2011, de 19.04.2011, em razão da qual restaram extintos todos os cargos públicos municipais criados pelas Leis Municipais nºs. 3.060/07, 3.132/07, 3.181/08, 3.383/09, 3.323/09, 3.410/09.

Ditos cargos, até o advento do referido Diploma de 12.04.2011, estavam providos, com exceção do que se refere ao cargo de assessor de fiscalização ambiental...

Permaneceu, assim, no exercício de 2010, a inconformidade sobre a existência de cargos em comissão cujas atribuições não atendem ao trinômio direção, chefia e assessoramento.



4. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS

4.1. Licitações e Contratos de Tecnologia da Informação

4.1.1. SISTEMAS IMPLANTADOS E NÃO OPERACIONAIS – VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE

O Contrato de Prestação de Serviços nº 156/2010 – TP 11/2010 (fls. 578 a 582) teve como objeto o que segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO: Modernização da Área Fazendária, prestação dos serviços específicos de Consultoria Tributária e o fornecimento de “Sistemas integrados relacionados com o processo do Tributo ISS” a ser disponibilizado em portal na internet, conforme as informações, detalhamentos e características técnicas constantes nos Anexos III e IV, que são parte integrante e indismembrável do edital.

Identificaram-se pagamentos (mensais) para o uso de alguns sistemas de informações, sem que esses estejam operacionais, ou seja, não estão sendo usados pelo usuário.

Os sistemas que não estão operacionais, mas que contratualmente deveriam estar são os seguintes:

- Análise Fiscal (AFI)
- Planejamento da Ação Fiscal (PAF)
- Apoio ao Processo de Fiscalização (APF)

Um sistema de informações basicamente possui vários elementos que se inter-relacionam, que coletam (entrada), manipulam e armazenam (processamento) e disseminam (saída) os dados. Se nenhum desses elementos está em operação, então, conclui-se que o sistema não está operacional.

Adicionalmente, a simples implantação/instalação do sistema não satisfaz a condição de operacional, visto que não está sendo atingido o benefício e o resultado, *OBJETO* do certame.

Foi solicitado, através da requisição de documentos no 15/2011 (fl. 583), **a justificativa** da não operacionalização dos sistemas de Análise Fiscal, Planejamento da Ação Fiscal, e Apoio ao Processo de Fiscalização.

Em resposta (fls. 584 a 587), informou o Executivo Municipal de Campo Bom, em 24/05/2011, que o motivo da não operacionalização de tais sistemas seria a **falta de capacitação dos fiscais** municipais que irão operar os sistemas, como segue:

Em atendimento a Requisição n. 15/2011, relativamente ao contrato n. 156/2010, decorrente da Tomada de Preços n. 011/2010, informamos que os motivos de ainda não estarem operacionais os sistemas de Análise Fiscal, Planejamento da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 637 | |

Ação Fiscal, e Apoio ao Processo de Fiscalização, estão consignados no Termo Aditivo n. 01 ao referido ajuste, firmado em setembro de 2010 (cópia inclusa) – por equívoco arquivado no Setor Jurídico do Município, ao invés de no Setor de Licitações -, e que nos dão consta de que implantados ditos sistemas, foi constatada a impossibilidade da execução da respectiva operacionalização conforme previsto no cronograma, porquanto os fiscais municipais para os quais os mesmos foram direcionados, ainda não se encontravam em um estágio de aprendizagem que tal permitisse (novos fiscais concursados que não estavam inteirados da legislação e dos sistemas vigentes; alterações legislativas em curso com os quais não haviam familiaridade,; falta de adequada apreensão das apostilas de treinamento; etc...).(...) (Grifou-se.)

Considerando-se que:

- a **data da assinatura** do contrato é 03/08/2010 (fls. 578 a 582);
- os serviços **deverão ser iniciados imediatamente** após a assinatura do contrato, conforme previsto na Cláusula Décima Quinta:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INÍCIO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato, pela licitante contratada. (Grifou-se.)

- o prazo máximo para operacionalização dos sistemas está previsto no item 4.7. Cronograma do anexo III (fls. 588 a 594), **após a assinatura do contrato**, conforme determina o Parágrafo 2º da Cláusula Quinta:

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO: A empresa CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme orientação e fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com as especificações constantes dos Anexos III e IV.

Parágrafo 1º: ...

Parágrafo 2º: A licitante vencedora da presente licitação deverá prestar os serviços de consultoria tributária, implantar e disponibilizar para o uso os sistemas e prestar os demais serviços relacionados com a operacionalização dos sistemas nos prazos máximos previstos no Anexo III, após a assinatura do contrato. No tocante aos treinamentos, o cumprimento do prazo deverá considerar o número mínimo de horas estabelecidos no Anexo III; (Grifou-se.)

Quadro com as datas máximas em que os sistemas deveriam estar operacionais (fls. 588 a 594).

| PERÍODO (MÊS/SEMANA) | 1º. Mês (Agosto) | | | | 2º. Mês (Setembro) | | | | 3º. Mês (Outubro) | | | | ... | 12º. Mês | | | |
|-------------------------------|------------------|---|---|---|--------------------|---|---|---|-------------------|----|----|----|-----|----------|----|----|----|
| ATIVIDADE | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | | 50 | 51 | 52 | 53 |
| Consultoria Tributária | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Fase Pré-operacional | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sistema: Análise Fiscal (AFI) | AFI | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sistema: Planejamento de | PAF | | | | | | | | | | | | | | | | |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 638 | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|--|--|--|--|-----|--|-----|--|-----|--|--|--|--|--|--|--|
| Ação Fiscal (PAF) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sistema: Apoio ao Processo de Fiscalização (APF) | APF | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Fase Operacional | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Treinamento: Usuário Prefeitura | | | | | | AFI | | PAF | | APF | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Conclui-se que os sistemas citados (AFI, PAF, APF) deveriam estar operacionais a partir do 4º mês de assinatura do contrato que corresponde ao mês de **novembro de 2010**.

Conforme quadro abaixo (fls. 595 e 596), o custo mensal de cada um dos sistemas citados (e grifados) corresponde a R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), e totaliza mensalmente R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Valores pagos por cada sistema/serviço

| | |
|--|------------------|
| I - Serviços Fixos | Valor Fixo (R\$) |
| 1. Implantação, integração, documentação, capacitação, workshop's, treinamento e palestras | 6.200,00 |
| II. – Serviços Mensais | Valor Mensal |
| 2. Serviços de Consultoria Tributária | 3.000,00 |
| 3. Sistema Nota Fiscal de Serviços eletrônico | 6.000,00 |
| 4. Sistema de Declaração de Serviços eletrônico | 6.000,00 |
| 5. Sistema de Análise Fiscal | 1.300,00 |
| 6. Sistema Planejamento da Ação Fiscal | 1.300,00 |
| 7. Sistema de Apoio ao Processo de Fiscalização | 1.300,00 |
| 8. Manutenção e Suporte | 1.600,00 |
| 9. Soma dos Valores dos Serviços Mensais(itens 2+3+4+5+6+7+8) | 20.500,00 |
| 10. Soma dos Valores dos Serviços Mensais em 12 meses | 246.000,00 |
| III – Serviços Fixos e Mensais | 252.200,00 |

Analisando-se os empenhos referentes a este contrato (fls. 597 a 600), identificaram-se no dia 3 de agosto de 2010 os seguintes registros:

- Empenho nº 6593/2010, no valor de R\$ 87.500,00, correspondente a 5 (cinco) meses de USO dos seguintes sistemas (fls. 595 e 596).

| | |
|---|------------------|
| 3. Sistema Nota Fiscal de Serviços eletrônico | 6.000,00 |
| 4. Sistema de Declaração de Serviços eletrônico | 6.000,00 |
| 5. Sistema de Análise Fiscal | 1.300,00 |
| 6. Sistema Planejamento da Ação Fiscal | 1.300,00 |
| 7. Sistema de Apoio ao Processo de Fiscalização | 1.300,00 |
| 8. Manutenção e Suporte | 1.600,00 |
| Total mensal | 17.500,00 |
| Total 5 meses (agosto+setembro+outubro+novembro, dezembro) | 87.500,00 |

- Empenho nº 6594/2010, no valor de R\$ 6.200,00, correspondente ao serviço fixo de implantação/treinamento/documentação/etc.

| | |
|--|----------|
| 1. Implantação, integração, documentação, capacitação, workshop's, treinamento e palestras | 6.200,00 |
|--|----------|

- Empenho nº 6595/2010, no valor de R\$ 15.000,00, correspondente a 5 (cinco) meses de consultoria tributária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA MUNICIPAL
Serviço de Auditoria de Porto Alegre II

| Tribunal de Contas | |
|--------------------|---------|
| Fl. | Rubrica |
| 639 | |

| | |
|---|------------------|
| 2. Serviços de Consultoria Tributária | 3.000,00 |
| Total mensal | 3.000,00 |
| Total 5 meses (agosto+setembro+outubro+novembro, dezembro) | 15.000,00 |

Considerando-se então que do empenho nº 6593/2010, no valor total de R\$ 87.500,00, a importância de R\$ 3.900,00, referente ao mês de novembro, correspondeu ao pagamento indevido à empresa INTELLIT, ocorrido em 20/12/2010 (v. quadro abaixo) (fls. 597 a 600), pelo uso dos sistemas de Análise Fiscal, Planejamento da Ação Fiscal e de Apoio ao Processo de Fiscalização ainda “não operacionais”.

Quadro com os pagamentos do empenho nº 6593/2010

| Data | Tipo | Número Empenho | Valor |
|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| 03.08.2008 | Empenho | 6593/2010 | 87.500,00 |
| 10.09.2010 | Liquidação | 6593/2010 | 17.500,00 |
| 15.09.2010 | Pagamento | 6593/2010 | 262,50 |
| | Pagamento | 6593/2010 | 17.237,50 |
| 05.10.2010 | Liquidação | 6593/2010 | 17.500,00 |
| 08.10.2010 | Pagamento | 6593/2010 | 262,50 |
| | Pagamento | 6593/2010 | 17.237,50 |
| 10.11.2010 | Liquidação | 6593/2010 | 17.500,00 |
| 17.11.2010 | Pagamento | 6593/2010 | 262,50 |
| | Pagamento | 6593/2010 | 17.237,50 |
| 9.12.2010 | Liquidação | 6593/2010 | 17.500,00 |
| 20.12.2010 | Pagamento | 6593/2010 | 262,50 |
| | Pagamento | 6593/2010 | 17.237,50 |

Diante do exposto, os fatos arrolados demonstram que os procedimentos adotados estão em desarmonia com os princípios norteadores da realização da despesa pública, elencados no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, em especial os princípios da legalidade e eficiência. Ressalte-se, ainda, que o princípio da economicidade do gasto público, consagrado no *caput* do Artigo 70 da Constituição Federal também deixou de ser observado, razão pela qual sugere-se a devolução aos cofres públicos do valor de R\$ 3.900,00, pagos indevidamente à empresa INTELLIT pelo uso dos sistemas de Análise Fiscal, Planejamento da Ação Fiscal e de Apoio ao Processo de Fiscalização ainda “não operacionais” no ano de 2010 (até 31/12/10).

É o Relatório.